

Raimundo Expedito dos Santos Sousa

**DANAÇÃO DA NAÇÃO**  
**LEGADOS COLONIAIS E PROJETOS NACIONAIS**  
**(PORTUGAL & BRASIL / INGLATERRA & IRLANDA)**

Belo Horizonte  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Letras  
2018

Raimundo Expedito dos Santos Sousa

**DANAÇÃO DA NAÇÃO**  
**LEGADOS COLONIAIS E PROJETOS NACIONAIS**  
**(PORTUGAL & BRASIL / INGLATERRA & IRLANDA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

**Área de concentração:** Teoria da Literatura e Literatura Comparada

**Linha de pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

**Orientador:** Prof. Dr. Wander Melo Miranda

Belo Horizonte  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Letras  
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S725d Sousa, Raimundo Expedito dos Santos.  
Danação da nação [manuscrito]: legados coloniais e projetos nacionais (Portugal & Brasil / Inglaterra & Irlanda) / Raimundo Expedito dos Santos Sousa. – 2018.  
402 f., enc.: il.  
Orientador: Wander Melo Miranda.  
Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.  
Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.  
Bibliografia: f. 332-401.

1. Literatura – História e crítica – Teses. 2. Masculinidade na literatura – Teses. 3. Relações de gênero – Teses. 4. Literatura brasileira – Período colonial, 1500-1822 – História e crítica – Teses. 5. Literatura irlandesa – Período colonial – História e crítica – Teses. 6. Identidade sexual na literatura – Teses. 7. Literatura e sociedade – Teses. I. Miranda, Wander Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 809



**pós-lit**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ESTUDOS LITERÁRIOS

Faculdade de  
Letras - FALE



Tese intitulada *Danação da nação: legados coloniais e projetos nacionais (Portugal & Brasil / Inglaterra & Irlanda)*, de autoria do Doutorando RAIMUNDO EXPEDITO DOS SANTOS SOUSA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

**Área de Concentração:** Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Doutorado

**Linha de Pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Wander Melo Miranda - FALE/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas - FALE/UFMG

Prof. Dr. Luís Eustáquio Soares - UFES

Profa. Dra. Adelaine LaGuardia Resende - UFSJ

Profa. Dra. Encida Leal Cunha - PUC/RJ

Profa. Dra. Maria Zilda Ferreira Cury

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 30 de maio de 2018.

## PRETEXTO

---

*Into my heart's treasury / I slipped a coin / That time cannot take / Nor a thief purloin, / – Oh better than the minting / Of a gold-crowned king / Is the safe-kept memory / Of a lovely thing.*

Sara Teasdale, *The Coin*

**S**e o cariz sublimatório do trabalho não alienado lhe empresta dimensão biográfica que entremostra idiossincrasias de quem o lavrou, esta escrevinhação de que me ocupei nos últimos anos tem feitio autobiográfico tal que, ao expô-la a juízo alheio, constranjo-me em face do temerário desnudamento de minha intimidade. Mas ninguém desconfie que a escritura do que se lê transcorreu em prolongadas noites de insônia, quando, no varar das horas mortas, muito rabisquei e, ao abrigo de olhar estranho, lancei ao cesto páginas escritas a esmo. Que apanhei decididamente livros e mais livros das estantes da biblioteca universitária e os transportei equilibrados em pilha, de altura a perder de vista, com ilusória sensação de ser observado com admiração, até a mesa mais distante, em sinalização de não desejar ser incomodado em meu retiro intelectual, quando queria avidamente alguém com que partilhar o sentimento de esterilidade. Nem que corri os olhos sobre os livros apanhados e os devolvi, um a um, com simulado desdém: este não serve ao meu objeto de pesquisa – objeto que, afinal, não sei (se sei) ao certo qual é. Que o leitor não se aperceba de que a frustração pelo documento não encontrado me levou ao achamento de outro, que conduziu a pesquisa a um curso impensado; que cada imprevisto adiou para a última hora a escrita da introdução, que no esquema textual anuncia, com didatismo dissimulado, o percurso a ser percorrido. Que tampouco perceba que a esperança de encontrar algo inédito adiou em demasia a entrega da versão final, que nada é senão o rascunho de algo que nunca chegarei a fazer por completo. Que na leitura não transpareçam os remendos com que cobri as falhas de um tecido lacunar e que os excessos não levem à suspeição de que me faltou coragem para, no forçoso aparo das arestas, amputar do texto seção que custara uma noite natalícia.

Porém, saibam todos: a muitos devo agradecer. Não fosse o suporte institucional do **POSLIT-UFMG** e da **FAPEMIG**, esta pesquisa seria inexecutável. Credora de débito incalculável, **Magda Tolentino** me legou o fascínio pelos *Irish Studies*, ainda na graduação, e, por me descortinar o horizonte investigativo, tornou-se patronesse de meu itinerário acadêmico. O amigo **Vander Resende** foi o farol de meus primeiros incursos pelos labirintos da biblioteca e a ele devo pagar tributo pelo *Fiat Lux* em minha mente.

No Mestrado, **Adelaine LaGuardia** foi orientadora paciente, solícita e temerariamente confiante em meu trabalho. Já no Doutorado, de que resulta esta tese, **Wander Melo Miranda** acolheu de bom grado minha proposta investigativa e me concedeu livre arbítrio para executá-la ao meu modo e ritmo. Paciente com minha toada morosa e com meu absenteísmo, mostrou-se conselheiro sempre preciso quando preciso. Por ocasião do exame de qualificação, os componentes da comissão examinadora, **Luiz Fernando Ferreira Sá** e **Marcus Vinicius Freire**, brindaram-me com arguição firme e consistente. Quando da defesa da tese, este último se juntou aos arguentes Adelaine LaGuardia, **Eneida Leal Cunha** e **Luís Eustáquio Soares**, em rigorosa sabatina que talhou marca indelével em minha carreira como pesquisador. Muito me beneficiei de voluntários que teceram considerações sobre o projeto de pesquisa, como **Adriano Toledo**, **Marcelino Rodrigues da Silva** e **João Luis Ouriques**. Aos leitores anônimos, que apreciaram versões preliminares de excertos da tese, quando submetidas à avaliação de pareceristas de periódicos nacionais e estrangeiros, sou grato pelas críticas de que me servi na elaboração deste texto. Não fosse o troca-troca intelectual, infelizmente escasso no confinamento acadêmico, o trabalho seria mais extenuante e seu resultado mais anêmico; donde minha gratidão a pesquisadores como Vander Resende e **Eduardo Mejía Toro**, que gentilmente leram parte das primeiras versões do texto e me deram, cada qual à sua maneira, contribuições generosas. A este último expressei outro reconhecimento, que estendo a **Bruno Prado** e **Roberto Gonzalez Duarte**, pelo suporte linguístico na revisão das versões do resumo. Não posso me esquecer, neste brevíário, de **Cléo Cavalli** e **Luiz Morando**, cujos préstimos bibliográficos me deram fôlego final para o remate da pesquisa. Bem a propósito, rendo graças aos *archivos* em cujo garimpo encontrei preciosidades, como a **Biblioteca Nacional do Brasil**, a **Dublin City Library and Archive** e a pujante “Bibliotheca Alexandrina” de **Brewster Kahle**. Sem esses arcontes, parte expressiva dos documentos de que me vali permaneceria desconhecida por mim. Porém, a faina da escavação, extração e seleção de diamantes brutos me provocou tamanha angústia que não posso me furtar de agradecer aos médicos que domaram os demônios colonizadores de minha mente e me permitiram seguir com a pesquisa, especialmente **Lauro Guirlanda**. Quando a angústia resvalou para o desespero, dei graças às deusas pelos boníssimos samaritanos que me socorreram em circunstâncias das mais penosas: **Guilherme**, **Laura**, **Thiago**, **Farmacêutico X...** Não fosse, também, a cooperação dos colegas de “república”, com quem a duras penas tenho aprendido, mais do que nos livros, o que é uma relação republicana, eu não teria um teto sob o qual redigir

o texto que ora apresento. Não fosse, finalmente, a família, porto a que retornar, a qualquer tempo, sem precisar dar notícia de “como vai a tese”, eu não teria suportado o desafio de ter saído de casa ainda nos meus verdes trinta anos... minha amada irmã, **Regiane**, zeladora do meu tempo livre, tem-se mostrado mais confiante em meu potencial do que eu mesmo; minha mãe, **Benedita**, aprendeu a suportar minha ausência e, ainda que sem entender o que escrevo (e talvez por isso mesmo), vê mérito em minhas linhas; minha segunda mãe, **Maria Luísa**, tem feito as vezes da primeira e me devotado atenção inestimável; **Vó Binha** (*in memoriam*), cuja partida antecedeu o término de um trabalho tão contemporizado, de algum modo nele se presentifica pela sua marca gravada com ferro em brasa na minha formação. Se nos bastidores de uma escrivanina aparentemente solitária fui agraciado com mil provas de companheirismo, desdigo a premissa autobiográfica com que iniciei esta apresentação e atribuo à tese, antes, feição memorialística. Afinal, porque a memória constitui, a rigor, inscrição antes coletiva do que individual, ao lembrar os quantos tomaram parte na gestação deste texto o subscrevo como registro memorial coletivo. Certo de, já vencido pela exaustão, ter esquecido tantos outros neste inventário que principia o que se vai ler, mas tem consecução *a posteriori*, tomo a cautela de terminá-lo com constrangidas reticências...

*Quid est ergo tempus? Si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio; fidenter tamen dico scire me, quod, si nihil praeteriret, non esset praeteritum tempus, et si nihil adveniret, non esset futurum tempus, et si nihil esset, non esset praesens tempus. Duo ergo illa tempora, praeteritum et futurum, quomodo sunt, quando et praeteritum iam non est et futurum nondum est? Praesens autem si semper esset praesens nec in praeteritum transiret, non iam esset tempus, sed aeternitas. Si ergo praesens, ut tempus sit, ideo fit, quia in praeteritum transit, quomodo et hoc esse dicimus, cui causa, ut sit, illa est, quia non erit, ut scilicet non vere dicamus tempus esse, nisi quia tendit non esse? [...] Sed quomodo minuitur aut consumitur futurum, quod nondum est, aut quomodo crescit praeteritum, quod iam non est, nisi quia in animo, qui illud agit, tria sunt? Nam et exspectat et attendit et meminit, ut id quod exspectat per id quod attendit transeat in id quod meminerit. Quis igitur negat futura nondum esse? Sed tamen iam est in animo exspectatio futurorum. Et quis negat praeterita iam non esse? Sed tamen adhuc est in animo memoria praeteritorum. Et quis negat praesens tempus carere spatio, quia in puncto praeterit? Sed tamen perdurat attentio, per quam pergat abesse quod aderit. Non igitur longum tempus futurum, quod non est, sed longum futurum longa exspectatio futuri est, neque longum praeteritum tempus, quod non est, sed longum praeteritum longa memoria praeteriti est.*

Aurelius Augustinus Hipponensis, *Confessiones*

## RESUMO

---

Se a violência imperial mais impactante consiste no epistemicídio e, portanto, sua sequele mais longeva incide sobre a identidade cultural, a fabricação dessa identidade constitui material revelador sobre os modos de gestão do legado colonial. Investida de conotação jurídica sucessória, a acepção de legado tem operacionalidade conceitual por sinalizar que a descolonização, longe de cumprida com a independência *de jure*, não prescinde, para se lograr independência *de facto*, da logística dos bens materiais e simbólicos herdados. Como o legado tem estatuto indeferível e o legatário não pode ignorá-lo de todo, mas pode, sim, investi-lo de sentido outro que não o original, o conceito fornece chave de leitura para exame de como estereótipos coloniais são ressemantizados pela *intelligentsia* em seu projeto nacional – aqui entendido como aparente cometimento monolítico em que subjazem batalhas simbólicas entre afiliações de letrados que reclamam para si a primazia de determinar como e por quem a nação será inventada. Em horizonte comparatista supranacional, esta tese procede ao cotejamento das relações luso-brasileiras e anglo-irlandesas no escopo da crítica pós-colonial, de que têm sido proscritas devido às suas disjuntividades idiossincráticas, e investiga como os projetos nacionais brasileiro e irlandês geriram os respectivos legados em seus processos de descolonização. Uma vez que a noção de herança implica anterioridade, a pesquisa empreende análise do discurso colonial a fim de perscrutar a recursividade da feminização como dispositivo de invenção da alteridade a partir do binômio saber/poder, plasmado em práticas escriturárias como a literatura. Para investigar conflitos identitários herdados da experiência colonial na invenção conjuntiva das noções de nacionalidade e masculinidade, a pesquisa procede, ainda, à análise do discurso anticolonial. Visto que o intervalo entre meados do século XIX e meados do XX se notabilizou, em ambos os países em exame, pelo paroxismo da invenção nacional, o recorte temporal corresponde a um patamar do nacionalismo cultural assentado na obsessão de letrados brasileiros e irlandeses pelas respectivas noções de formação e renascimento. Numa episteme em que o *métron* valorativo das nações consistia no gradiente de virilidade, os projetos nacionais, cujo vínculo agonístico com o discurso colonial os submetia às circunscrições do mesmo regime de significação a que se contrapunham, conceberam a feminização legada pelo colonialismo como danação da nação e, assim, elegeram como *leitmotiv* o primado da revirilização nacional em cadeia signíca na qual a *regenerização* da masculinidade equivalia à *regeneração* da nacionalidade. Ambos se socorreram, *mutatis mutandis*, de dispositivos biopolíticos mais austeros do que os medrados na Modernidade metropolitana ao adicionarem elementos legados das metrópoles colonizadoras à sua estrutura patriarcal *interna corporis*. Como corolário, a economia maniqueísta fincada no binarismo virilidade imperial *versus* feminilidade colonial era contraposta por semelhante economia, assentada na radicalização de assimetrias de gênero, favorecida pela adoção de paradigmas cristianoídes de hombridade e mulheridade. Porém, a configuração homogeneísta dos projetos era comprometida por suas contradições constitutivas, pois sua estruturação homosocial favorecia sublimação homoerótica e sua agenda heterocêntrica era desafiada, nos interstícios dos aparatos biopolíticos, por sujeitos homoeróticos cujas performatividades de gênero jogavam com códigos instituídos.

**Palavras-chave:** Discursos coloniais. Feminização. Legados coloniais. Projeto nacional brasileiro. Projeto nacional irlandês. Masculinidades.

## ABSTRACT

---

If the most striking imperial violence consists of epistemicide, and therefore its longest lasting sequel relies on cultural identity, the fabrication of this identity is a revealing material about the modes of management of the colonial legacy. Invested of successor legal status, the concept of legacy is conceptually operative because it indicates that decolonization, far from being carried out with Independence *de jure*, depends, in order to achieve Independence *de facto*, on the logistics of inherited material and symbolic goods. As the legacy has an indefeasible status and the legatee cannot ignore it at all, but can, rather, invest it in a sense other than the original, the concept provides a key reading to examine how colonial stereotypes are resemantized by the *intelligentsia* in its national project – here understood as an apparent monolithic commitment in which symbolic battles are subjugated among affiliations of lettered men who claim for themselves the primacy of determining how and by whom the nation will be invented. On a comparative supranational horizon, this thesis proceeds to the comparison of Luso-Brazilian and Anglo-Irish relations in the scope of postcolonial criticism, in which they have been outlawed due to their idiosyncratic disjunctions, and investigates how the Brazilian and Irish national projects managed their respective legacies in their decolonization processes. Since the notion of inheritance implies anteriority, the research undertakes analysis of the colonial discourse to examine the recursion of feminization as a device for the invention of alterity from the knowledge/power binomial, embodied in writing practices such as literature. In order to investigate identity conflicts inherited from the colonial experience in the conjunctive invention of the notions of nationality and masculinity, this research also proceeds to the analysis of anticolonial discourse. Since the interval between the mid-nineteenth and mid-twentieth centuries was marked by the paroxysm of the national invention in both countries, the temporal cut corresponds to a level of cultural nationalism based on the obsession of Brazilian and Irish lettered men with their respective notions of formation and renaissance. In an episteme in which the nations' value *métron* consisted of the virility gradient, the national projects, whose agonistic link with the colonial discourse subjected them to the circumscriptions of the same regime of signification to which they counterpunched, conceived the feminization bequeathed by colonialism as a damnation of the nation and thus they chose as *leitmotiv* the primacy of national revitalization in the sign chain in which the *regeneration* of masculinity was equivalent to the *regeneration* of nationality. Both of them, *mutatis mutandis*, resorted to more austere biopolitical devices than those in metropolitan modernity by adding legacy elements of colonizing metropolises to their *interna corporis* patriarchal structure. As a corollary, the Manichean economy based on the binarism of imperial virility *versus* colonial femininity was countered by similar economy, based on the radicalization of gender asymmetries, favored by the adoption of christianoid paradigms of manhood and womanhood. However, the homogenistic configuration of the projects was compromised by their constitutive contradictions, since their homosocial structure favored homoerotic sublimation and their heterocentric agenda was challenged, in the interstices of biopolitical apparatuses, by homoerotic subjects whose gender performativity played with instituted codes.

**Keywords:** Colonial discourse. Feminization. Colonial legacies. Brazilian national project. Irish National project. Masculinities.

## RESUMEN

---

Si la violencia imperial más impactante consiste en el epistemicidio y, por tanto, su secuela más longeva incide en la identidad cultural, la fabricación de esa identidad constituye un material revelador sobre los modos de gestión del legado colonial. Al tener una connotación jurídica de sucesión, su acepción de legado tiene un operar conceptual que debe ser señalado: la descolonización está lejos de cumplir con la independencia *de jure*, que no dispensa, para lograr la independencia *de facto*, de la logística de los bienes materiales y de los bienes simbólicos heredados. Como el legado tiene un estatuto irrecusable, que el heredero no puede ignorar por completo; sí puede, otorgarle otro sentido que no sea el original. Este concepto permite una llave de lectura para el examen de cómo los estereotipos coloniales son resemantizados por la *intelligentsia* en su proyecto nacional –aquí entendido como aparente empresa monolítica en que subyacen batallas simbólicas entre afiliaciones de letrados que reclaman para sí la primacía de determinar cómo y por quién la nación será inventada. En un horizonte comparatista supranacional, esta tesis procede por el cotejo de las relaciones luso-brasileñas y anglo-irlandesas en el ámbito de la crítica pós-colonial, en que han sido proscritas por causa de sus diferencias idiosincráticas, y investiga como los proyectos nacionales brasileño e irlandés generaron sus respectivos legados en los procesos de descolonización. Ya que la noción de herencia implica antigüedad, esta investigación emprende un análisis del discurso colonial con el fin de indagar el recurso a la feminización como dispositivo de invención de la alteridad a partir del binomio saber/poder, plasmado en prácticas escriturarias como la literatura. Para investigar conflictos identitarios heredados de la experiencia colonial en la invención conjunta de las nociones de nacionalidad y masculinidad, la investigación procede, aún, con el análisis del discurso anticolonial. Ya que el intervalo entre mediados del siglo XIX y mediados del siglo XX se notó, en ambos países, por el paroxismo de la invención nacional, el recorte temporal corresponde a un nivel del nacionalismo cultural basado en una obsesión de los letrados brasileños e irlandeses por sus respectivas nociones de formación y renacimiento. En una episteme en que el *métron* valorativo de las naciones consistía en el gradiente de virilidad, los proyectos nacionales, cuyo vínculo agónico con el discurso colonial los sometía a las circunscripciones del mismo régimen de significado al que se oponían, se concibió a la feminización legada por el colonialismo como damnación de la nación y, de ese modo, eligieron como *leitmotiv* la reviralización nacional en cadena simbólica en que la *regeneración* de la masculinidad equivalía a la *regeneración* de la nacionalidad. Ambos proyectos, *mutatis mutandis*, se valieron de dispositivos biopolíticos más austeros que aquellos elaborados en la Modernidad metropolitana al adicionar elementos legados de las metrópolis colonizadoras en su estructura patriarcal *interna corporis*. Como corolario, la economía maniqueísta fincada en el binarismo virilidad imperial *versus* feminidad colonial era contrapuesta por semejante economía, basada en la radicalización de asimetrías de género, favorecida por la adopción de paradigmas cristianoideos de hombría y femineidad. Sin embargo, la configuración homogeneísta de los proyectos nacionales era comprometida por sus contradicciones constitutivas, pues su estructuración homosocial favorece la sublimación homoerótica y su agenda hetero-céntrica era desafiada, en los intersticios de los aparatos biopolíticos, por sujetos homoeróticos cuyas performatividades de género jugaban con los códigos instituidos.

**Palabras clave:** Discursos coloniales. Feminización. Legados coloniales. Proyecto nacional brasileño. Proyecto nacional irlandés. Masculinidades.

## RÉSUMÉ

---

Si la violence impériale la plus impressionnante est le epistemicide et, donc, sa séquelle la plus longue tombe sur l'identité culturelle, la fabrication de cette identité constitue un matériel important sur les modes de gestion du légat colonial. Investie d'une connotation juridique de succession, le sens de légat a une opérationalité conceptuelle qui indique que la décolonisation, loin d'être accomplie avec l'indépendance *de jure*, ne peut pas se passer, pour obtenir l'indépendance *de facto*, de la logistique des biens matériel et symboliques hérités. Comme le légat a un *status* imprescriptible et le légataire ne peut l'ignorer complètement, mais peut investir un sens autre que l'originel, le concept est une clé de lecture pour l'examen sur la façon dont les stéréotypes coloniaux sont recréés para l'*intelligentsia* dans leur projet national – ici entendu comme un apparent engagement monolithique sous lequel il y a des batailles symboliques entre les affiliations des lettrés qui réclament pour eux-mêmes la primauté de déterminer comment et par qui la nation sera inventé. Dans un horizon comparatif supranationale, cette thèse procède à collationner des relations luso-brésiliennes et anglo-irlandais dans le cadre de la critique postcoloniale, qui ont été interdits en raison de ses disjunctivités idiosyncratiques et enquête sur la façon dont les projets nationaux brésiliens et irlandais ont géré leurs respectirs légats dans leurs processus de décolonisation. Puisque la notion d'héritage implique anteriorité, la recherche entreprend l'analyse du discours colonial afin de comprendre la récursion de la féminisation comme un dispositif d'invention de l'altérité a partir de binome savoir/pouvoir, incarné dans les pratiques d'écriture comme la littérature. Pour investiguer sur les conflits identitaires hérités de l'expérience coloniale dans l'invention conjonctive des notions de nationalité et masculinité, la recherche procède également à l'analyse du discours anti-colonial. Vue que l'intervalle entre le milieu du XIXème et le milieu du XXème s'est distingué, dans les deux pays analysés, par le paroxysme de l'investion nationale, le cadre temporel correspond à un niveau de nationalisme culturel assis sur l'obsession des intellectuels brésiliens et irlandais par les notions respectives de formation et renaissance. Dans une épistème dans laquelle le *métron* valoratif des nations consistait dans le gradient de virilité, les projets nationaux dont le lien agonistique avec le discours colonial les soumettait aux circonscriptions du même régime de sens auquel ils s'opposaient, ont conçu la féminisation léguée par le colonialisme comme une damnation de la nation et, ainsi, ont élu comme *leitmotiv* la primauté de la revirilisation en chaine signique dans laquelle la *régénération* de la masculinité était équivalente à la *régénération* de la nationalité. Les deux projets, *mutatis mutandis*, ils ont recouru à des dispositifs biopolitiques plus austères que ceux développé dans la modernité métropolitaine en ajoutant des éléments hérités des métropoles colonisatrices à leur structure patriarcale *interna corporis*. Comme corollaire, l'économie manichéiste coincé fincada dans le binarisme virilité impériale versus féminité coloniale était opposée para un manichéisme similarie, assis sur la radicalisation des asymétries de genre, favorisée par l'adoption de paradigmes cristianoïdes de hombrité et féminité. Cependant, la configuration homogénéiste des projets nationaux a été compromise par ses contradictions constitutives, car que sa structure homosociale favorisait la sublimation homoérotique et son agenda hétérocentrique était défiée, dans les interstices des appareils biopolitiques, par des sujets homoérotiques dont les performativités de genre jouait avec les codes établis.

**Mots-clés:** Discours coloniaux. Féminisation. Légats coloniaux. Projet national brésilien. Projet national irlandaise. Masculinités.

## LISTA DE IMAGENS

---

Imagem 1. <i>Deitada em berço esplêndido</i> .....	41
Imagem 2. <i>Uma flor de mulher</i> .....	46
Imagem 3. <i>Ao meu lado estás segura</i> .....	50
Imagem 4. <i>Este, sim, é um homem!</i> .....	51
Imagem 5. <i>União venturosa</i> .....	58
Imagem 6. <i>Degenerados</i> .....	68
Imagem 7. <i>Pronto para a guerra</i> .....	70
Imagem 8. <i>Dandy em pele de cordeiro</i> .....	72
Imagem 9. <i>Um imenso Portugal</i> .....	80
Imagem 10. <i>Alegres Trópicos</i> .....	98
Imagem 11. <i>Sodoma e Gomorra tropical</i> .....	103
Imagem 12. <i>Radiografia de uma doença feminina</i> .....	106
Imagem 13. <i>Owen Roe O'Neill</i> .....	126
Imagem 14. <i>Charles Parnell</i> .....	127
Imagem 15. <i>Um deus greco-brasileiro</i> .....	135
Imagem 16. <i>A República no trono</i> .....	160
Imagem 17. <i>Mamãe, eu quero mamar</i> .....	161
Imagem 18. <i>De peito aberto</i> .....	162
Imagem 19. <i>O pranto da nação danada</i> .....	170
Imagem 20. <i>O “atleta” irlandês</i> .....	174
Imagem 21. <i>Um pênis cabisbaixo</i> .....	182
Imagem 22. <i>A cruz de Oswaldo Cruz</i> .....	183
Imagem 23. <i>Limpo de excessos</i> .....	194
Imagem 24. <i>Homens sibilizados</i> .....	195
Imagem 25. <i>O almofadinha</i> .....	197
Imagem 26. <i>O fresco</i> .....	200
Imagem 27. <i>A sufragista</i> .....	205
Imagem 28. <i>A dominação feminina</i> .....	206
Imagem 29. <i>O grelo da menlindrosa</i> .....	211
Imagem 30. <i>Pela eliminação dos homens</i> .....	214
Imagem 31. <i>A salvadora da pátria</i> .....	216

Imagem 32. <i>Homens em trabalho de parto</i> .....	227
Imagem 33. <i>O país e seus pais</i> .....	228
Imagem 34. <i>O Cristo irlandês</i> .....	234
Imagem 35. <i>Cena de uma peça teatral</i> .....	237
Imagem 36. <i>Filhotes mamando na...filha</i> .....	241
Imagem 37. <i>A morte a tiracolo</i> .....	249
Imagem 38. <i>Meninos-homens</i> .....	251
Imagem 39. <i>Menino bonito</i> .....	281
Imagem 40. <i>Um herói nacional</i> .....	285
Imagem 41. <i>O favorito</i> .....	286
Imagem 42. <i>Meninos bonitos</i> .....	289
Imagem 43. <i>Puttolatria</i> .....	291
Imagem 44. <i>Perfeição em frente e verso</i> .....	303
Imagem 45. <i>João do Wilde</i> .....	305
Imagem 46. <i>João do Rossio</i> .....	307
Imagem 47. <i>Flânerie camp(estre)</i> .....	308

# SUMÁRIO

---

<b>TEXTURA DO TEXTO</b>	16
<b>I. TODO OUTRO É TODO OUTRO</b>	31
TAL AUTORIDADE, QUAL ALTERIDADE	33
AS DEVASSAS	35
ENLACES PATRIMONIAIS	48
<b>II. TAL RAÇA, QUAL SEXO</b>	60
(RE)(D)(ESCRE)VER É PODER	62
RAÇAS DANADAS	86
SOTURNO SATURNO	104
<b>III. SEDE VIRIL TORNA A NAÇÃO SEDE VIRIL</b>	116
SEDE DE HOMENS	118
ONDE HÁ POLO VIRIL, APOLO	131
DE GESTÃO E DIGESTÃO	138
DELEITE DE LEITE	149
<b>IV. DANAÇÃO DE DANADOS</b>	164
O GÊNERO DEGENERADO	166
CIVILIZAÇÃO & SIBILIZAÇÃO	184
EVA UMA OVA	200
<b>V. A FARDA E O FARDO</b>	222
DE LEMAS E DILEMAS	224

DE HOMEM PARA HOMEM E VICE-VERSA	225
MILÍCIA CONTRA MALÍCIA	242
AMARO AMAR: AMAR OU AMAR	252
<b>VI. HOMENS ENTRADOS EM ANOS</b>	266
SEXO COM FOUCAULT	268
TRIÂNGULOS INVERTIDOS	273
FAZENDO ARTE COM O <i>PUTTO</i>	280
HETEROSSEXUAIS ASSUMIDOS	296
<b>ARREIMATE</b>	324
MASCULINO, FEMININO E COISAS DO GÊNERO	326
<b>FONTES, REFERÊNCIAS E CRÉDITOS</b>	332
FONTES	333
REFERÊNCIAS	366
CRÉDITOS DAS IMAGENS	398

## TEXTURA DO TEXTO

---

*À m'expliquer de façon insistante avec ce concept ou avec cette figure du légataire, j'en suis venu à penser que loin d'un confort assuré qu'on associe un peu vite à ce mot, l'héritier devait toujours répondre à une sorte de double injonction, à une assignation contradictoire: il faut d'abord savoir et savoir réaffirmer ce qui vient "avant nous", et que donc nous recevons avant même de le choisir et de nous comporter à cet égard en sujet libre. [...] Réaffirmer, qu'est-ce que ça veut dire? Non seulement l'accepter, cet héritage, mais le relancer autrement et le maintenir en vie. Non pas le choisir (car ce qui caractérise l'héritage, c'est d'abord qu'on ne le choisit pas, c'est lui qui nous élit violemment), mais choisir de la garder en vie. [...] Il faudrait donc partir de cette contradiction formelle et apparente entre la passivité de la réception et la décision de dire "oui", puis sélectionner, filtrer, interpréter, donc transformer, ne pas laisser intact, indemne, ne pas laisser sauf cela même qu'on dit respecter avant tout. [...] Mon désir ressemble à celui d'un amoureux de la tradition qui voudrait s'affranchir du conservatisme. Imaginez un fou du passé, fou d'un passé absolu, d'un passé qui ne serait plus un présent passé, d'un passé à la mesure, à la démesure d'une mémoire sans fond – mais un fou qui redoute le passéisme, la nostalgie, le culte du souvenir. Double injonction contradictoire et inconfortable, donc, pour cet héritier qui n'est surtout pas ce qu'on appelle un "héritier".*

Jacques Derrida, *De quoi demain...Dialogue* (com Élisabeth Roudinesco)

**F**racionada em jurisdições internas, a Irlanda pré-colonial possuía estrutura gestionária caleidoscópica cujo acentrismo favorecia invasões estrangeiras, como quando, no século IX, os vikings se empossaram do território sob a batuta de Turgesius, que, contudo, arruinaria a conquista nórdica ao cair numa ardilosa cilada. O velho déspota requereu como escrava sexual a filha de Maolseachluin, rei de província nativa, mas este ponderou que tal era o sortimento de beldades em seus domínios que alguma outra poderia apeteçê-lo ainda mais e prometeu apresentar-lhe as dezesseis mais graciosas, dentre as quais a princesa, para que selecionasse a que mais lhe aprouvesse. Que não seria cavalheiresco desprezar as outras postulantes Turgesius ponderou ao deliberar que cada preterida seria ofertada a cada um de seus cúmplices mais licenciosos. Nesse ínterim, Maolseachluin selecionou quinze mancebos na província e os travestiu como donzelas para que acompanhassem a princesa ao encontro do usurpador, municidados com espadas sob suas anáguas, e então procedessem conforme os orientara. No dia e hora aprazados, os quinze libertinos se instalaram cada qual numa câmara nupcial, onde aguardaram avidamente as respectivas amantes, enquanto o anfitrião se acomodou na sua alcova, sequioso para folgar com a mais bela princesa de toda a ilha. Após avaliar cada candidata, concluiu que, embora todas aprazessem aos olhos, nenhuma

superava aquela por quem seu sangue fervia “em seus velhos canais”<sup>12</sup>. Eleita para servir ao “lascivo dinamarquês”<sup>3</sup>, a princesa foi conduzida à alcova da luxúria, mas eis que os rapazes, em defesa da honra de “seu país escravizado”<sup>4</sup>, encarnada na virgindade da moça, sacaram seus gládios e detiveram o tirano antes que a deflorasse. Em seguida, surpreenderam os comensais, que aguardavam “encontros mais mimosos”<sup>5</sup> com donzelas cujas saias agasalhassem a flor do êxtase, não a lança do terror, enquanto uma comitiva de bravos irlandeses invadia o palácio e aniquilava os forasteiros, *a fortiori* o líder Turgesius, devido a seus “vários estupros e violências”<sup>6</sup> perpetrados contra nativas.

Esse episódio, que expurgaria os vikings instalados na ilha, condensa pontos nevrálgicos desta tese por conter diversas nuances do caráter generizado das dinâmicas de dominação e resistência em fricções interétnicas. Quanto às primeiras, o caso em tela i) ilustra a conjuntividade entre violação espacial e violação sexual, em que as posses do território e da mulher nativa convergem em práticas expropriatórias sexualizadas; ii) evidencia a dupla valência do defloramento de mulheres como consumação simbólica da conquista territorial e aviltamento dos homens nativos; iii) aclara o uso instrumental da mulher nas esferas da política econômica e da economia política, pois sua commodificação, respectivamente, prefigura o atrelamento entre as explorações econômica e sexual em que o imperialismo moderno se assentaria e a inscreve como *medium* para coalizões entre homens; e iv) exemplifica a generização dos agonismos interétnicos tanto por evidenciar que sua assimetria de poder estruturante se conformava em assimetria de gênero quanto por entremostrear ambivalência entre abjeção e desejo plasmada nos embates geopolíticos. Quanto às estratégias de resistência, o caso i) demonstra que na corporeidade feminina residia o *métron* da hombridade do colonizado, que seria tão másculo quanto mais capaz de salvaguardar fronteiras territoriais (o corpo da nação) e simbólicas (o corpo da mulher); ii) evidencia, pois, que a validação da hombridade não prescindia, em nome de códigos civis, da exposição a situações-limite, como o risco de morte; iii) elucida, no dualismo entre a vitimização da mulher e a heroicização do homem, a assimetria de gênero em protocolos de resistência que restringiam a agência daquela e expandia a deste último; iv) revela a fetichização da arma como signo de potência dos homens nativos e, desta feita,

---

<sup>1</sup> KEATING, 1861[1634], p. 428.

<sup>2</sup> Todas as traduções de citações em língua estrangeira são de minha autoria.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, p. 431.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 431.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 430.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 431.

naturaliza o monopólio masculino na resistência armada e, portanto, na heroicização; e v) expõe, na mobilidade transidentitária do *cross-dressing*, o caráter contingente do gênero como performatividade. Condensada nessa esquematização, a nuclearidade do gênero em agonismos geopolíticos constitui a premissa desta tese, na qual sustento que, em face da feminização (danação da nação), uma (est)ética<sup>7</sup> da masculinidade informou projetos nacionais de Brasil e Irlanda na gestão dos respectivos legados coloniais.

Se, em longo prazo, a violência imperial mais impactante consiste no epistemicídio, sob o signo da colonização do imaginário<sup>8</sup>, e, portanto, sua sequela mais longa incide sobre a identidade cultural, a fabricação desta última constitui material desvelador sobre os modos de gestão do legado colonial. Emprestada do registro jurídico sucessório, a acepção de legado tem operacionalidade não apenas genérica, como metáfora remetente ao passado e à memória, mas também específica, como conceito indicativo de que a descolonização, longe de ser *fait accompli* com a independência *de jure*, não prescinde, para que suceda a independência *de facto*, da logística dos bens materiais e simbólicos herdados. Há quem sustente que esse conceito passa ao largo das rupturas e descontinuidades no curso da história por sugerir continuidade entre as experiências colonial e pós-independência<sup>9</sup>. Por um lado, o conceito pode, sim, induzir à crença na persistência de estruturas quase inamovíveis, cuja resiliência à mudança obstará a superação de paradigmas herdados. Por outro, a crítica à aparente continuidade não deslegitima tal conceito porque o espólio sofre mutações sob impacto de fatores tanto exógenos (globais) quanto endógenos (locais)<sup>10</sup>. Se considerar o legado, sob prisma unidimensional, como elemento sempiterno, porque naturalizado, implica desagenciar o sujeito pós-colonial, entendê-lo como passível de gestão implica reconhecer a agência do legatário e, assim, perscrutar continuidades e rupturas. Como o legado tem estatuto indeferível e o legatário não pode ignorá-lo de todo, mas pode, sim, investi-lo de sentido

---

<sup>7</sup> Que ética e estética são indissociáveis Wittgenstein deixou claro ao asseverar: “Ética e estética são uma única coisa” (WITTGENSTEIN, 1922, p. 183). Também reveladora é esta passagem do discurso de Joseph Brodsky, quando da aceitação do Prêmio Nobel de Literatura, em 1987: “Em geral, toda nova realidade estética torna a realidade ética do homem mais precisa. Pois a estética é a mãe da ética; as categorias ‘bom’ e ‘mau’ são, em primeiro lugar e acima de tudo, estéticas, precedendo etimologicamente as categorias ‘bem’ e ‘mal’. Se na ética nem ‘tudo é permitido’, é precisamente porque nem ‘tudo é permitido’ na estética, porque o número de cores no espectro é limitado. O bebê terno que chora e rejeita o estranho ou que, ao contrário, vai ao seu encontro, age instintivamente, fazendo uma escolha estética, não moral” (BRODSKY, 1993, p. 109). Ainda sobre a intersecção entre ética e estética, ver EATON, 1997; LEVINSON, 1998.

<sup>8</sup> Cf. NANDY, 1983; THIONG’O, 1986; SPIVAK, 1988; GRUZINSKI, 1991; MIGNOLO, 1999.

<sup>9</sup> Cf. STOLER, COOPER, 1997.

<sup>10</sup> Cf. ADELMAN, 1999.

outro que não o original<sup>11</sup>, o conceito fornece chave de leitura para exame de como estereótipos coloniais são ressemantizados pela *intelligentsia* em seu projeto nacional. Tal conceito designa um campo ideológico em que se inscrevem posições nacionalistas confluentes porque aspiram à formação da nação e divergentes porque cada qual defende sua agenda em detrimento de outras. Portanto, o projeto de nação constitui aparente cometimento monolítico em que subjazem batalhas simbólicas entre afiliações de letrados que reclamam para si a primazia de determinar como e por quem a nação será inventada.

Em vários anos de investigação do nacionalismo irlandês, identifiquei ali dilemas culturais análogos àqueles com que se ocupava o brasileiro. Sob a premissa de que nada é tão internacional quanto a formação de identidades nacionais porque os nacionalismos modernos – apropriações parafrásticas de matrizes francesas e estadunidenses – se pautam menos na tradição do que na tradução e, por isso, pouco diferem entre si<sup>12</sup>, interpretei as semelhanças como contingenciais. Porém, a curiosidade pelo material garimpado me motivou a expandir o escopo investigativo em torno do nacionalismo irlandês para perspectiva comparatista supranacional em cotejamento com o brasileiro. Se bem que a exploração dos pontos de contato entre as culturas exceda a circunscrição temática desta tese, vale mencionar exemplos sintomáticos de uma interculturalidade ignorada pela crítica literária e pela historiografia. Brasil e Irlanda, embora desconectados no plano geofísico e aparentemente pouco afins no âmbito intelectual, possuem insuspeitado histórico de proximidade cujo exemplo mais inequívoco consiste na origem toponímica do país sul-americano decorrer, possivelmente, de mito difundido no imaginário cartográfico europeu pelos irlandeses, crentes na existência de um paraíso terreal que chamaram *Hy-Brasil* ou *O’Brasil (Terra Afortunada)*. Por séculos, creditou-se à pujança do Pau-Brasil na América Portuguesa a denominação do território pelos lusitanos. Contudo, floresceu no século XX a tese suplementar de que o nome batismal do país se deveu menos à madeira tinturária do que à analogia entre o território edênico e o paraíso entressonhado pelos irlandeses<sup>13</sup>. Uma vez que essa ilha era reproduzida na

---

<sup>11</sup> Cf. DERRIDA, ROUDINESCO, 2001.

<sup>12</sup> Cf. THIESSE, 1999.

<sup>13</sup> Esse imaginário se perpetuou de tal modo que, já no século XVII, o historiador Roderic O’Flaherty assim descrevia a ilha atlântica: “Para além das Ilhas de Aran e da costa ocidental [irlandesa], frequentemente aparece visível essa ilha encantada chamada O’Brasil [...]. Se se trata de uma terra real e firme, mantida oculta por especial decreto de Deus, como o paraíso terrestre, ou de alguma ilusão de nuvens arejadas que aparecem na superfície do mar, ou, ainda, do engenho de espíritos malignos, é mais do que nossos juízos podem sondar” (O’FLAHERTY, 1846[1684], p. 68-69).

cartografia entre a Idade Média e o início da Era Moderna, os portugueses possivelmente teriam associado a terra recém-descoberta à ilha paradisíaca<sup>14</sup>.

A utopia da terra dadivosa se “cumpriu” quando, seduzidas pela política imigratória brasileira, legiões de irlandeses se instalaram no país em busca de melhor fortuna do que a servidão imposta pela colonização inglesa. Haja vista os milhares de mercenários arregimentados pelo exército brasileiro no século XIX<sup>15</sup> e os imigrantes inseridos na diáspora irlandesa insuflada pela Grande Fome (*An Gorta Mór*), da qual resultaram figuras como Haroldo e Augusto de Campos, bisnetos de imigrante. Também aportaram no país intelectuais nacionalistas como John Mitchel, que, ao comparar a suposta brandura do escravagismo brasileiro à ortodoxia do inquilinato irlandês, concluiu que o legado colonial era mais desolador na Irlanda do que no Brasil<sup>16</sup>; e Roger Casement, que atuou como cônsul no país, dialogou com letrados brasileiros, teceu comparações entre as culturas tropical e hibernica e somente após conhecer legados coloniais como os da América Latina se deu conta da herança colonial de seu próprio país: “Os ‘índios brancos’ da Irlanda pesam mais no meu coração do que todos os índios do resto da Terra”<sup>17</sup>. Já George Bernard Shaw, ciente do legado colonial brasileiro, considerava absurdo o sonho da Sociedade Fabiana, da qual fazia parte, de estabelecer “colônias de Vidas Perfeitas no Brasil”<sup>18</sup>. Ao dramaturgo o país atraía, sim, como referência para considerar a alterização, como faz na peça em que uma imigrante na Inglaterra é considerada louca, alcoólatra e mal-educada devido à sua origem brasileira<sup>19</sup>.

Que esse interesse pelos Trópicos teve reciprocidade evidenciam abundantes exemplos entre os quais alguns merecem nota. Mário de Andrade negava parentesco entre estilos musicais brasileiros e portugueses para vincular os primeiros à cultura irlandesa, seguro de que a melancolia do samba, estranha à “insuportável lamúria” do fado português, avizinhava-se, antes, das “sublimes tristezas” do folclore irlandês<sup>20</sup>. Gilberto

---

<sup>14</sup> Cf. HOLANDA, 1936, 1959; BARROSO, 1941; D’AZEVEDO, 1967; CANTARINO, 2004; CARVALHO, 2008; FREITAG, 2013.

<sup>15</sup> Cf. WALSH, 1830; VON ALLENDORFER, 1957; BASTO, 1971; MURRAY, 2006.

<sup>16</sup> No relato de sua estada no Brasil, Mitchel comparava: “Esses escravos no Brasil são gordos e alegres, obviamente não sobrecarregados nem desnutridos, e é um prazer ver os preguiçosos trapaceiros se refestelando em seus batéis, mascando um pedaço de cana-de-açúcar verde, sorrindo e tagarelado juntos [...]. Os escravos no Brasil têm de trabalhar moderadamente, mas não são tratados com contumélia. São, não raro, admitidos na sociedade das famílias a que servem, e levam, em certa medida, a vida de seres humanos. É melhor, então, ser escravo de um dono misericordioso e justo ou servo de um latifundiário irlandês? Deus sabe” (MITCHEL, 1854, p. 170).

<sup>17</sup> *Apud* SAWYER, 1984, p. 92.

<sup>18</sup> *Apud* ALBERT, 1999, p. 60.

<sup>19</sup> Cf. SHAW, 1906.

<sup>20</sup> ANDRADE, 1939, s.p.

Freyre, impactado pela interlocução com William Butler Yeats, sobrinho de imigrante radicado no Brasil<sup>21</sup>, e pela forma como o escritor geria o legado colonial irlandês, modificaria sua forma de gestão do espólio colonial brasileiro: “sob a influência de movimentos literários [...] antimetropolitanos”, explicava, “sobretudo o de Yeats, na Irlanda, venho me orientando para o estudo dos problemas sociais e culturais sob critério regional”<sup>22</sup>. Na dramaturgia, chegou-se a sugerir o Teatro Nacional Irlandês como molde para a nacionalização da arte dramática brasileira: “A solução para um teatro ‘nacional’ é um Abbey Theatre entre nós”<sup>23</sup>. Ainda no plano artístico, uma das primeiras sociedades carnavalescas do Rio de Janeiro, *Os Fenianos*, adotou esse nome em preito a uma organização anticolonial irlandesa e a tomou como referência em sua agenda antimonarquista<sup>24</sup>. A menção ao país cuja peleja contra o império britânico atraía atenção do *establishment* intelectual brasileiro servia também para efeito de comparação com a atonia dos sul-americanos. Assim procedeu Lima Barreto ao denunciar o “aspecto cataléptico”<sup>25</sup> da gente interiorana, cujo “desanimo doentio” contrastava com a insurgência de outros “países oprimidos”, entre os quais citava a Irlanda<sup>26</sup>. Nessa senda, Monteiro Lobato adotou o país como parâmetro ao denunciar que os brasileiros se compadeciam dos irlandeses sem perceber que possuíam uma Irlanda “dentro de casa”<sup>27</sup>. Para alguns, uma congênere do país europeu se situaria no interior do Brasil, precisamente no Ceará, comparado a uma “Irlanda abandonada”<sup>28</sup>. Se tomarmos de empréstimo, da teoria sistêmica, os conceitos de *autorreferência* (*Selbstreferenz*), que respeita a toda referência intra-sistêmica proveniente de processos codificadores internos, e *heterorreferência* (*Fremdreferenz*), que diz respeito ao suporte extra sistêmico buscado

---

<sup>21</sup> Seu tio paterno, William Yeats, estabeleceu-se, para fins de negócios, no Brasil, onde se radicou e constituiu família (cf. YEATS, 1944; MURPHY, 1978).

<sup>22</sup> FREYRE, 1975, p. 49.

<sup>23</sup> FRANCIS, 1957, p. 51.

<sup>24</sup> Vide esta nota explanatória: “Durante a campanha republicana, muitos foram os brasileiros ilustres que, fugindo de perseguições políticas e açoitados pela polícia do imperador, refugiaram-se nas sedes desses clubes carnavalescos. Patrocínio, Quintino Bocaiuva, Silva Jardim e Lopes Trovão, serviram-se do ‘poleiro’ dos ‘Fenianos’ como esconderijo. [...] Assim, soubemos da derivação da palavra feniano; vem de *Fionu* ou *Finn*, nome de um herói irlandês, que viveu nos fins do século III [...] Em homenagem a esse herói, o partido nacionalista irlandês [...] deu ao seu grupo partidário o nome de ‘Fenianos’ [...] A corrente republicana, em nosso país, [...] fundaram (*sic*) uma sociedade carnavalesca a quem deram o nome de ‘Fenianos’, em homenagem a luta de independência da Irlanda” (O MALHO, 1952, p. 15).

<sup>25</sup> Em opção principiológica, mantenho, em todas as citações, a grafia original dos textos por considerar que forma e conteúdo são indissociáveis e que minudências como convenções composicionais, marcas tipográficas e mesmo incorreções gramaticais informam sobre o processo de significação textual.

<sup>26</sup> BARRETO, 1915, p. 215.

<sup>27</sup> LOBATO, 1961, p. 196.

<sup>28</sup> MEMÓRIA, 1924, p. 38.

em elementos extrínsecos<sup>29</sup>, percebemos que atitudes de letrados brasileiros e irlandeses em face de suas heranças coloniais se pautavam em elementos heterorreferenciais. Afinal, os exemplos arrolados evidenciam não apenas conhecimento sobre o legado colonial uns dos outros, mas, sobretudo, a reciprocidade de um comparatismo que, de uma parte a outra, sugere a referencialidade do outro país no tratamento de seu próprio legado.

Se bem que o exercício comparatista não dependa de vínculo entre os países em apreço, a heterorreferencialidade, *per se*, justificaria cotejamento entre projetos nacionais de Brasil e Irlanda. Todavia, o escopo da tese não se reduz ao patamar das trocas culturais entre ambos os países, embora tal enfoque constituísse matéria de pesquisa original. Se a natureza do legado colonial de cada país depende das circunstâncias em que ocorreram os respectivos processos de colonização e descolonização, interessa-me, no procedimento comparatista, examinar em que pontos se acercam e se distanciam as (est)éticas da masculinidade engendradas por brasileiros e irlandeses em reação aos estereótipos de gênero atribuídos a cada país pelo discurso colonial. Uma vez que a noção de herança implica anterioridade, a pesquisa compreende dois vértices. No primeiro, empreende análise do discurso colonial para perscrutar a recursividade da feminização como dispositivo de invenção da alteridade a partir do binômio saber/poder, plasmado em práticas escriturárias como a literatura. No segundo, procede ao exame do discurso anticolonial para investigar conflitos identitários herdados da experiência colonial na invenção conjuntiva das noções de nacionalidade e masculinidade. Visto que o intervalo entre meados do século XIX e meados do XX se notabilizou, em ambos os países em exame, pelo apogeu da invenção da nação, o recorte temporal corresponde a um patamar do nacionalismo cultural assentado na *idée fixe* de letrados brasileiros e irlandeses pelas respectivas noções de formação e renascimento<sup>30</sup>. Embora o Brasil já fosse independente *de jure* havia décadas, sua independência *de facto* só ocorreria, segundo republicanistas, com o advento da República, de sorte que ambos os países ocupariam posições estatuárias periféricas e, portanto, sofreriam semelhante processo de remodelagem identitária. No

---

<sup>29</sup> Cf. LUHMANN, 1984.

<sup>30</sup> No Brasil, é sintomática a recorrência do primeiro termo em títulos de produções ensaísticas dedicadas à hermenêutica da constituição do país, como *Minha Formação* (Joaquim Nabuco, 1900), *Histórico da Formação Econômica do Brasil* (Victor Viana, 1922), *Formação do Brasil Contemporâneo* (Caio Prado Júnior, 1942), *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (Manoel de Oliveira Lima, 1944), *Formação do Patronato Político Brasileiro* (Raymundo Faoro, 1957), *Formação Econômica do Brasil* (Celso Furtado, 1959), *Formação da Literatura Brasileira* (Antonio Candido, 1959), *Formação Histórica do Brasil* (Nelson Werneck Sodré, 1962) e *Formação Política do Brasil* (Paula Beiguelman, 1967). A respeito desse paradigma, ver ARANTES, 1997; SANTIAGO, 2014. Já na Irlanda, a inscrição do segundo em denominações como *Celtic Revival*, *Gaelic Revival*, *Irish Literary Revival* e *Irish Renaissance*, dadas ao nacionalismo cultural, sugere uma nação em reconstrução.

cruzamento entre os vértices reside meu argumento nuclear: longe de mero trocadilho, o dístico *danação da nação*, que dá título a esta tese, sintetiza o fato de, numa episteme em que o *métron* valorativo das nações consistia no gradiente de virilidade, os projetos nacionais, cujo nó agonístico com o discurso colonial os submetia às circunscrições do mesmo regime de significação a que se contrapunham, conceberam como *danação* a feminização legada pelo colonialismo. Assim, em busca de salvação, elegeram como *leitmotiv* o primado da remasculinização em cadeia sínica na qual a *regenerização* da masculinidade equivalia à *regeneração* da nacionalidade. Numa relação contraditória com os espólios coloniais, socorreram-se de dispositivos biopolíticos mais austeros do que aqueles medrados na Modernidade metropolitana europeia ao adicionarem elementos herdados das metrópoles colonizadoras à sua estrutura patriarcal *interna corporis*.

Nos termos dessa exposição inicial, ao atentar para o movimento bifrontal de racialização do gênero e generização da raça<sup>31</sup> no qual as dialéticas coloniais luso-brasileiras e anglo-irlandesas se assentaram, examino a instrumentalização dessa transversalidade tanto pelo discurso colonial quanto pelo contradiscurso anticolonial. Nessa perspectiva, o objetivo geral do trabalho consiste em investigar, em horizonte comparatista, como a (est)ética da masculinidade norteou letrados brasileiros e irlandeses, vinculados a projetos nacionais, na gestão dos respectivos legados coloniais entre meados do século XIX e meados do XX. Em desdobramento desse propósito genérico, os objetivos específicos consistem em i) comparar os estereótipos imputados a brasileiros e irlandeses pelos respectivos discursos coloniais, com enfoque no binômio raça/gênero como dispositivo de alterização; ii) inquirir a variabilidade das tecnologias de feminização conforme especificidades históricas e discursivas; iii) averiguar como diferentes filiações de letrados geriram o legado colonial da feminização conforme sua hermenêutica do impacto colonial na identidade do brasileiro/irlandês; iv) aquilatar o quanto a conjunção nacionalidade/masculinidade balizou os projetos nacionais de Brasil e Irlanda; e v) examinar possíveis conexões entre o primado da remasculinização, a (es)ética sacrificial, a masculinidade cívica, a interdição heteroerótica e o homoerotismo.

A fim de investigar os discursos colonial e anticolonial, procedi a uma intensa pesquisa arquivística, na qual tive acesso a fontes raras, garimpadas em i) bibliotecas

---

<sup>31</sup> Embora não mais se sustentem, conceitos como “raça” eram correntes nas formações discursivas em apreço, e por isso são aqui utilizados *sob rasura* para grifar que seu uso não se dá acriticamente. Há, portanto, um “entre aspas” subentendido quando me refiro ao termo ao longo deste texto (cf. HALL, 1996).

públicas de Brasil, Irlanda, Portugal e Inglaterra; ii) hemerotecas brasileiras, irlandesas, portuguesas e inglesas; iii) arquivos de periódicos brasileiros, irlandeses, portugueses e ingleses; iv) acervos de escritores brasileiros; v) acervos de escritores irlandeses; e vi) acervo particular do pesquisador. Os métodos de apropriação das fontes se deram mediante i) cópia manuscrita *in loco*; ii) cópia fotoestática a partir dos originais; iii) cópia impressa de microfilmes; iv) cópia digitalizada de microfilmes; v) aquisição de materiais impressos, microfilmados ou digitalizados, disponíveis para compra em arquivos, livrarias e acervos de colecionadores; e vi) *downloads*. A partir dessa busca, estabeleci *corpus* heterogêneo, formado por modos semióticos de representação (modais e/ou multimodais) provenientes de lugares enunciativos diversos, para auscultar, na interdiscursividade entre textos de procedências distintas, configurações identitárias engendradas na interface entre a literatura e outros artefatos culturais. O procedimento analítico, sob orientação foucaultiana, mira menos a especificidade de uma prática de significação do que sua inscrição discursiva, pois concebe os textos como significações constituídas por e constituintes de campo discursivo mais amplo; donde o enfoque hermenêutico priorizar menos uma *close reading* de seleta de textos do que a captação de pontos interseccionais e i(n)teratividades interdiscursiva entre práticas textuais. Para tanto, proposições de Foucault informarão as análises dos discursos colonial e pós-colonial, debitárias de pelo menos três conceitos operacionais: a *episteme*, compreendida como matriz de significação cuja predominância em dado período histórico delimita probabilidades de interpretação de mundo; a *formação discursiva*, que constitui conjunto de regras que circunscrevem a produção de enunciados e, assim, resultam na delimitação da ordem do discurso; e o *discurso*, concebido como conjunto de enunciados produzidos sob o mesmo sistema de significação e regulados pelas mesmas regras de formação<sup>32</sup>.

Ainda que os projetos de nação em apreço possuam fortuna crítica avolumada, a literatura é lacônica quanto i) à leitura dos textos sob perspectiva pós-colonial, ii) ao cotejamento entre letrados brasileiros e irlandeses e iii) ao escrutínio da ligadura entre nacionalidade e masculinidade na gestão dos legados coloniais. Frente a esse panorama lacunar, esta tese se coaduna, *lato sensu*, com a área de concentração Teoria da Literatura e Literatura Comparada e, *stricto sensu*, com a linha de pesquisa Literatura, História e Memória Cultural sob diversos pontos de vista. Ao atentar para conflitos identitários herdados da experiência colonial, com ênfase na invenção conjuntiva da nacionalidade e

---

<sup>32</sup> Cf. FOUCAULT, 1966, 1969, 1971.

da masculinidade, a pesquisa examina os nacionalismos a contrapelo, a fim de identificar ansiedades culturais que mobilizavam afiliações de letrados na tessitura da nação; ao aproximar dois nacionalismos culturais aparentemente disjuntivos, apresenta inusitado quadro de leitura para um dos contextos estético-políticos mais representativos da história de ambos os países; ao empreender hermenêutica pouco explorada, amplia a compreensão da história e da memória cultural dos países em exame; e ao evidenciar particularidades que aproximem os projetos de nação confrontados, expande o espectro das críticas literárias brasileira e irlandesa.

A pesquisa deve acrescentar, sobretudo, à crítica pós-colonial, de que Brasil e Irlanda têm sido proscritos em virtude das respectivas disjuntividades idiossincráticas. Afinal, ambos os países, além de descolonizados anteriormente àqueles visados pela vertente crítica, têm posicionalidade anômala entre as nações pós-coloniais: o primeiro devido a singularidades como a instalação da corte portuguesa no território colonizado, a proclamação da Independência pelo próprio colonizador, a subordinação econômica do império português ao inglês e a consequente sujeição da colônia a duas metrópoles colonizadoras<sup>33</sup>, a conversão da colônia em império que investiria contra regiões vizinhas e a recepção de volumoso fluxo de imigrantes metropolitanos; a segunda por ser uma colônia “branca”<sup>34</sup>, situada na Europa, cristianizada *a priori* da colonização e atuante no expansionismo imperial, além de também ter sido unificada com o império. Ao expandir a envergadura espaço-temporal e conceito-categorial desse terreno teórico-crítico-político, o exame desses países concorre para torná-lo mais plurissignificativo. No caso brasileiro, compete para reconfiguração da crítica pós-colonial como instância policêntrica, em contraposição ao monocentrismo anglófono que a (de)limitou<sup>35</sup>. Para tanto, há que se considerar o patamar brasileiro no período em revista menos como

---

<sup>33</sup> Expressões ainda hoje recorrentes, como (fazer algo) “para inglês ver” dão mostras do impacto da posição senhorial exercida pelo império inglês no Brasil.

<sup>34</sup> Detalhe cujo constrangimento para o discurso colonial se faz evidente no relato de um historiador inglês sobre a penúria que assolava a Irlanda de meados do século XIX: “estou assombrado com os chimpanzés humanos que vi ao longo de cem milhas de uma região abjeta. Não creio que eles sejam culpa nossa [...]. Penso que estão agora não só mais numerosos, mas também mais felizes [...] sob nosso jugo do que jamais estiveram antes. Contudo, é aterrorizante ver chimpanzés humanos; fossem eles pretos, não doeria tanto, mas sua pele, exceto onde queimada pelo sol, é branca como a nossa” (KINGSLEY, 1877, p. 308). Como solução desse impasse, os irlandeses “não foram construídos nem como colonizadores ‘brancos’ nem como colonizados ‘negros’, mas, antes, imaginados como se habitassem uma desconcertante zona de indeterminação racial” (BEATTY, 2016, p. 5).

<sup>35</sup> Vide comentário de um crítico sobre o gradativo desenvolvimento dos estudos pós-coloniais francófonos, hispânicos e lusófonos: “O centro de gravidade do campo está mudando, de modo que os estudos pós-coloniais em geral estão agora mais alertas para os diferentes impérios europeus e seus legados, que têm remodelado o colonialismo europeu e feito dele um fenômeno variável” (MCLEOD, 2007a, p. 11).

*colonialismo*, experiência de *ser* colonizado e estar em peleja por descolonização *de jure*, do que como *colonialidade*, experiência de *ter sido* colonizado e estar em luta por descolonização *de facto*<sup>36</sup>. No caso irlandês, concorre para deslocamento das fronteiras dessa crítica, ainda fíncada na dicotomia que Hall denominou *West/Rest*<sup>37</sup>, já que pouco se atenta para relações de poder no interior do território europeu em razão de uma visada homogeneísta de Europa<sup>38</sup>. Embora não tenha estatuto adâmico na defesa da perspectiva pós-colonial para ambos os países, esta tese se inscreve numa vertente não hegemônica. No Brasil, é ainda modesta a literatura teórico-crítica enfeixada nesse solo epistemológico<sup>39</sup> devido, em parte, à sua floração ter ocorrido em confinamentos acadêmicos anglófonos, sobretudo nos Estados Unidos<sup>40</sup>. Tanto isso é verdade que, em 2014, Santiago publicou em jornais uma espécie de manifesto em defesa da abordagem pós-colonial da literatura brasileira<sup>41</sup> e, no ano seguinte, iterou seu pleito numa série de conferências em universidades, inclusive na UFMG. Na Irlanda, críticos há que i) rejeitam afervoradamente o estatuto pós-colonial<sup>42</sup>; ii) empregam meios-terminos, como “semicolonial”<sup>43</sup> e “metrocolonial”<sup>44</sup> para contemplar a condição biposicional do país entre a europeidade e a pós-colonialidade; e iii) consideram a Irlanda um país pós-colonial *tout court*, num prisma taxonômico mais abrangente<sup>45</sup>. Já em nível global, a Irlanda é negligenciada em compêndios, *companions* e *readers* produzidos no âmbito dos estudos pós-coloniais<sup>46</sup>. Trata-se de exclusão impropriedade, na medida em que o país, enquanto primeira colônia inglesa, foi um “laboratório” no qual o império testou formas discursivas

---

<sup>36</sup> Cf. CESARINO, 2012.

<sup>37</sup> Cf. HALL, 1992.

<sup>38</sup> Para uma crítica a essa homogeneização, ver TURNER, 2001.

<sup>39</sup> Cf. BOSI, 1978, 1992, 1995; MAGALHÃES, 1997; VIEIRA, 1999; BONNICI, 2000; SANTOS, 2003; GOMES, 2011; ISLAM, 2011; CESARINO, 2012; SANTOS, SCHOR, 2013; SANTIAGO, 2006, 2014.

<sup>40</sup> Haja vista que os “fundadores” do campo de estudos – Said, Bhabha e Spivak – são de países anglófonos.

<sup>41</sup> Cf. SANTIAGO, 2014.

<sup>42</sup> É sintomático que Howe (2000) associe tacitamente os apoiadores da crítica pós-colonial na Irlanda aos simpatizantes do IRA (*Irish Republican Army*) e que, em pleno final de século XX, uma adepta da vertente pós-colonial tenha sido achincalhada por certo acadêmico irlandês como “puta imperialista britânica” por contestar a insistência nacionalista em representarem a Irlanda como mãe (CULLINGFORD, 2002, p. 186).

<sup>43</sup> Cf. ATTRIDGE, HOWES, 2000, *passim*.

<sup>44</sup> Cf. VALENTE, 2011, *passim*.

<sup>45</sup> Cf. DEANE, 1983; CAIRNS, RICHARDS, 1988; LLOYD, 1993; KIBERD, 1995; LAYIWOLA, 2001; HOOPER, GRAHAM, 2002; CARROLL, KING, 2003; MURRAY, CHEW, BECKET, 2004; INNES, 2007; FLANNERY, 2009; QUIGLEY, 2012.

<sup>46</sup> Exceção feita, entre outros, a CASTLE, 2001; INNES, 2007; e MCLEOD, 2007b.

e materiais de intervenção noutras colônias<sup>47</sup>, e, enquanto primeira colônia inglesa a se emancipar, inspirou resistências anticoloniais na Índia, Ásia, África e América Latina<sup>48</sup>.

Também a propósito dos estudos pós-coloniais, a tese pretende contribuir para sua aproximação com os estudos de gênero no que se refere à perquirição das masculinidades medradas em contextos de descolonização cultural. Além do ineditismo de proceder à primeira análise comparativa dos projetos nacionais brasileiro e irlandês, a pesquisa se somará à acanhada literatura acerca da politização das masculinidades em ambos, pois, no Brasil, os trabalhos dedicados à temática, em alguma fatia do período recortado, inscrevem-se, em maioria, na seara das Ciências Sociais e ignoram o legado colonial<sup>50</sup>. De fato, ainda está para ser escrita uma história das masculinidades no Brasil, pois, embora haja coletânea com esse propósito, patente no ambicioso título *História dos homens no Brasil*<sup>51</sup>, a ausência de conceitos operatórios basilares, somada a incorreções terminológicas, indicam que os historiadores não têm formação no âmbito do gênero – vide o reiterado emprego do termo “homossexualismo”, há muito alijado mesmo do patologizante vocabulário médico. Já na Irlanda, apenas em 2011 foi publicado o primeiro livro dedicado integralmente ao exame da construção social da masculinidade no nacionalismo cultural e, embora se ofereça como análise abrangente, restringe-se a um *corpus* bastante restrito<sup>52</sup>. Mais recentemente, veio a público outra publicação de objetivo similar, porém circunscrita ao domínio disciplinar da História<sup>53</sup>. Em ambos os países, os estudos de gênero tocantes ao projeto de nação se atêm, no mais das vezes, às formas de agenciamento de mulheres no nacionalismo e, assim, acabam por empreender uma história dos excluídos que se revela também excludente<sup>54</sup>. Ora, se a História da

---

<sup>47</sup> Cf. KIBERD, 1995.

<sup>48</sup> Cf. INNES, 2007.

<sup>49</sup> Conforme Young, “as formas de ativismo revolucionário e cultural desenvolvidas pelos irlandeses contra o arraigado autointeresse de sua administração pela aristocracia e burguesia britânicas significaram que ela [a Irlanda] permanecia o porta-estandarte de todos os movimentos anticoloniais no final do século XIX e no XX. Em particular, a combinação simultânea de diferentes vertentes de pressão constante para reforma constitucional, afiliação com radicais no centro metropolitano, desenvolvimento de um nacionalismo cultural vigoroso e articulado, juntamente com formas ativistas gerais de resistência passiva como nas guerras pela terra e greves de fome, [...] afinada com terrorismo e insurreição revolucionários, ativistas e estratégicos, forneceram um modelo para a mais efetiva combinação de táticas para todas as futuras lutas anticoloniais para além daquelas dependentes apenas da insurreição militar” (YOUNG, 2001, p. 302).

<sup>50</sup> Cf. BEATTIE, 2001; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003; FLORES, 2007; MISKOLCI, 2012.

<sup>51</sup> Cf. PRIORE, AMANTINO, 2013.

<sup>52</sup> Valente define seu trabalho como “o primeiro relato contextualmente preciso das ansiedades do gênero masculino e das ambivalências que assombravam a cultura do nacionalismo irlandês no período entre o Ato de União e a fundação do Estado Livre irlandês” (VALENTE, 2011, p. xiii).

<sup>53</sup> Cf. BEATTY, 2016.

<sup>54</sup> Sobre o Brasil, um historiador expõe que “essa historiografia dos excluídos, por sua vez, excluiu fazer uma história dos homens: partindo de uma visão dualista e identitária, opôs o ser mulher ao ser homem como duas realidades distintas e homogêneas. Influenciada em grande parte por um certo discurso

humanidade, bem o sabemos, foi lavrada por mãos masculinas, os homens não seriam, em princípio, objetos de investigação originais porque qualquer tratado a seu respeito assumiria feição autobiográfica. Se, no entanto, desfocarmos nossa lente do homem como categoria universal e a direcionarmos para o homem como construto social produzido culturalmente temos à vista material promissor, já que eivado de contradições. Uma vez que os códigos de masculinidade são mutáveis, porque sujeitos a variáveis contingenciais de ordem espacial, temporal e cultural, ser homem implica sujeição, de um lado, a toda sorte de *reprovações* por mau desempenho e, de outro, a *aprovações* garantidoras de posicionalidade favorável no ranque das disposições categoriais entre os pares<sup>55</sup>. Sim, porque a hombridade, como padrão de excelência no cumprimento da condição masculina, não é atingida sem observância a códigos cuja acessibilidade, sobremaneira restritiva, implica assimetrias também entre homens num regime androcêntrico que supostamente beneficia todos eles. Se a análise do nacionalismo não pode prescindir da prospecção dos códigos de masculinidade porque estes delimitam, em lógica disjuntiva, formas possíveis de feminilidade<sup>56</sup>, esse argumento vale *a fortiori* para países em descolonização cultural, cujo nacionalismo tende a acentuar seu falocentrismo. Nesses contextos, a investigação das masculinidades informa não apenas sobre o gênero masculino, mas também sobre a restrição da agência das mulheres, quer no âmbito material, quer no domínio das representações simbólicas.

Ainda à guisa de propedêntica, a pesquisa arquivística não raro se defronta com interrogações sobre a relevância de emprestar sentido a um passado aparentemente heteróclito à nossa órbita de experiência imediata. Vivemos, hoje, sob o signo da perda de referências identitárias catalisada por uma constelação de fatores, entre os quais merecem relevo a aceleração do tempo e a consequente crise da experiência histórica.

---

feminista, essa produção historiográfica fez do homem um outro nunca analisado e definido por oposição ao que se definia como mulher. O discurso historiográfico terminou por criar uma situação em que [...] se tudo é história dos homens, logo ela não existe” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 21). A respeito da Irlanda, faz-se ressalva similar: “O ‘gênero’ na história do gênero irlandesa [...] tem tendido a se manter sinônimo de ‘feminilidade’, em vez de um termo dialético que reconhece como a ‘masculinidade’ e a ‘feminilidade’ são coextensivas e cada uma implicada na outra” (BEATTY, 2016, p. 11).

<sup>55</sup> Veja-se, à guisa de ilustração, que Gregório de Matos Guerra, observador perspicaz, emparelhou, nos seguintes versos do poema *Reprovações*, posições-de-sujeito dilemáticas que desnudam as agruras de ser homem no Brasil: “Si resoluto – arrogante, / Si pacífico, sois fraco, / Si precatado – medroso, / E si o não sois – confiado. / [...] Si obraes mal, sois ignorante, / Si bem obraes, foi acaso, / Si não servis, sois isento, / E si servis, sois criado. / [...] Si honesto sois, não sois homem, / [Impotente]<sup>55</sup> si sois casto, / Si não namoraes, [fanchono] / Si o fazeis, sois estragado. / [...] Si andaes devagar, – mimoso, / Si depressa sois cavallo, / Mal encarado, si feio, / Se gentil – affeminado. / [...] E assim não póde viver / Neste Brazil infestado, / Segundo o que vos refiro / Quem não seja reprovado” (GUERRA, 1882, p. 48-52).

<sup>56</sup> Cf. NAGEL, 1998.

Num tempo que se nos afigura como um presente fechado em si mesmo, a proscricção do pretérito e do porvir encerra falência do senso de continuidade graças ao depauperamento tanto da anamnese quanto da futuração. Somos, pois, subtraídos do exercício da memória, que parece tão menos vinculada à experiência quanto mais atrelada ao vertiginoso fluxo de informações dispersadas pela tecnologia. Em reação a esse quadro, experimentamos, nos dias que correm, expressivo interesse pelo passado, depositário da idealização de identidade estável frente à fugacidade peculiar à obsolescência programada<sup>57</sup>. Temos empreendido, nas últimas décadas, fetichização do passado como provedor de coerência ao presente esvaziado de sentido, fenômeno de que são exemplos a profusão de biografias no mercado editorial e a voga do estilo “retrô” na estética. Não é acidental a coincidência entre a aceleração do tempo e o *élan* memorialista, pois, no dizer de Sarlo, “a aceleração produz o vazio de passado que as operações da memória tentam compensar”, tal que nossa época é balizada pela “contradição entre um tempo acelerado que impede o transcórrer do presente e uma memória que busca dar solidez a esse presente fulminante que desaparece comendo-se a si mesmo”<sup>58</sup>. Esse afã pela memória também implica, em patamar coletivo, valorização de práticas culturais que emprestam sentido a um grupo. Todavia, é forçosa, desde logo, uma ressalva. Se, como sabemos por dever de ofício, as memórias são seletivas porque sujeitas à manipulação política, cabe ao crítico da cultura escovar a história a contrapelo, nos termos de Benjamin, de sorte que, ao averiguar quem as define, sob quais critérios, quais lembranças perpetuam em detrimento de quais e que interesses subjazem ao esquecimento, contribua para possível história dos vencidos<sup>59</sup>. Mais do que a ambição salvacionista de resgatar ruínas que de outro modo se perderiam nas brumas do tempo, a pesquisa em arquivos e a interpretação do passado a partir dos resíduos garimpados implica duplamente compreensão histórica e validação de certa concepção do presente. Se, hoje, o estudo do imperialismo informa sobre seu estágio mais recente, no qual, sob a paradiástole *globalização*, dá-se a *dispersão* planetária de padrões monocentrais, também o exame do nacionalismo permanece atual, pois, conquanto se tenha chegado a decretar, apressadamente, o esgotamento da circunscrição nacional sob efeito de fluxos transnacionais, o colapso de fronteiras e a decorrente insegurança identitária que distinguem nossa época têm como corolário a refloração de nacionalismos

---

<sup>57</sup> Cf. HUYSSSEN, 2003.

<sup>58</sup> SARLO, 2001, p. 98.

<sup>59</sup> Cf. BENJAMIN, 1974.

ufanistas ou agressivos<sup>60</sup>. Se toda história é, a rigor, contemporânea, já que escrita sob o horizonte de referências do presente<sup>61</sup>; se o passado é disputado em contínuas batalhas memoriais entre grupos em litígio por autenticação identitária<sup>62</sup>; e se grupos legitimados a tecerem a memória dita coletiva o fazem como convém à sua visão do presente<sup>63</sup>, este exame da colonização e da descolonização de Brasil e Irlanda implica dimensão política por se dar a ler como versão contrapontística da História dos países, na qual me interessa, nos termos de Lacan, “não o passado físico, cuja existência está abolida, nem o passado épico, perfeito que está na obra da memória, nem o passado histórico, em que o homem encontra o fiador de seu futuro, mas o passado que se manifesta revertido na repetição”<sup>64</sup>.

Tal como requer um exercício de crítica da cultura, esta tese possui carimbo interdisciplinar ou, melhor direi, indisciplinar, já que aspira não a fricções entre disciplinas cujas bordas se mantêm incólumes, mas, antes, ao solapamento da própria noção de disciplina. Vinculada à teoria da literatura, a mais indisciplinada herdeira dos *Studia humanitatis*, vale-se de perspectivas teórico-metodológicas diversas, porém não incompatíveis, notadamente os estudos pós-coloniais e os estudos de gênero, confluentes na medida em que se ocupam com grupos subalternizados e o fazem em tríplice mirada teórica, crítica e política. Quanto aos estudos pós-coloniais, a pesquisa se pauta, de um lado, na análise do discurso colonial, vertente dedicada à inquirição de como a produção de saberes em práticas textuais se inscrevia no projeto expansionista imperial; e, de outro, na prospecção dos processos de descolonização e suas formas de apropriação de padrões culturais legados pela experiência colonial. Quanto aos estudos de gênero, a pesquisa contempla três perspectivas complementares: a crítica literária feminista, consagrada ao exame da subalternização e do agenciamento das mulheres em projetos nacionais falocêntricos; os estudos das masculinidades (*men's studies*), que expandem a lente feminista ao evidenciar relações de poder entre os próprios homens, clivados que são em masculinidades hierarquizadas; e os estudos *queer* (*queer studies*), empenhados na desconstrução<sup>65</sup> de códigos de gênero heteronormativos.

---

<sup>60</sup> Que se considere, de um lado, a celeuma nacionalista ainda suscitada por competições esportivas entre nações, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol e, de outro, os enfrentamentos geopolíticos travados no Oriente Médio.

<sup>61</sup> Cf. CROCE, 1941.

<sup>62</sup> Cf. HARTOG, REVEL, 2001.

<sup>63</sup> Cf. LEFORT, 1981.

<sup>64</sup> LACAN, 1966, p. 318.

<sup>65</sup> O conceito de desconstrução é tomado nesta tese de forma estendida de seu sentido derridiano (cf. DERRIDA, 1967), na medida em que o espraia do texto para o discurso. Todavia, mantém suas premissas básicas, bem definidas por Johnson: “A desconstrução de um texto não procede por dúvida randômica ou ceticismo generalizado, mas pela cuidadosa provocação das potências de significação em conflito *dentro*

# CAPÍTULO I

## TUDO OUTRO É TUDO OUTRO

---

*do próprio texto*” (JOHNSON, 1980, p. 5, ênfase original; doravante todas as ênfases são originais, salvo quando eu indicar adição). Em explanação sobre a perspectiva desconstrucionista ampliada (de que compartilho), Roudinesco, num diálogo travado com Derrida, expõe que a desconstrução implica “decomposição de uma estrutura”, isto é, “consiste em desfazer, sem destruir, um sistema de pensamento [...] hegemônico e/ou dominante”; desconstruir implica, pois, “resistir à tirania do Uno, do *logos*, da metafísica (ocidental) na língua mesma em que é enunciada, com a ajuda do mesmo material [...] que se deixa deslocar para fins de reconstruções móveis” (DERRIDA, ROUDINESCO, 2001, p. 9).

*Cet homme que j'avais, était homme simple et grossier, qui est une condition propre à rendre véritable témoignage; car les fines gens remarquent bien plus curieusement et plus de choses, mais ils les glosent; et pour faire valoir leur interprétation et la persuader, ils ne se peuvent farder d'altérer un peu l'Histoire; ils ne vous représentent jamais les choses pures, ils les inclinent et masquent selon le visage qu'ils leur ont plu; et, pour donner crédit à leur jugement et vous y attirer, prêtent volontiers de ce côté-là à la matière, l'allongent et l'amplifient. [...] Or je trouve, pour revenir à mon propos, qu'il n'y a rien de barbare et de sauvage en cette nation, à ce qu'on m'en a rapporté; sinon que chacun appelle barbarie ce qui n'est pas de son usage; comme de vrai, il semble que nous n'avons autre mire de la vérité et de la raison que l'exemple et l'idée des opinions et usances du pays où nous sommes. Là est toujours la parfaite religion, la parfaite police, parfait et accompli usage de toutes choses. Ils sont sauvages, de même que nous appelons sauvages les fruits que nature, de soi et de son progrès ordinaire, a produits là où, à la vérité, ce sont ceux que nous avons altérés par notre artifice et détournés de l'ordre commun, que nous devrions appeler plutôt sauvages. En ceux-là sont vives et vigoureuses les vraies et plus utiles et naturelles vertus et propriétés, lesquelles nous avons abâtardies en ceux-cy, et les avons seulement accommodées au plaisir de notre goût corrompu.*

Michel de Montaigne, *Des Cannibales*

## TAL AUTORIDADE, QUAL ALTERIDADE

---

*La question de ce que nous sommes, une certaine pente nous a conduits, en quelques siècles, à la poser au sexe. Et, non pas tellement au sexe-nature (élément du système du vivant, objet pour une biologie), mais au sexe – histoire, ou sexe-signification, au sexe-discours. Nous nous sommes placés nous-mêmes sous le signe du sexe, mais d'une Logique du sexe, plutôt que d'une Physique. Il ne faut pas s'y tromper: sous la grande série des oppositions binaires (corps-âme, chair-esprit, instinct-raison, pulsion-conscience) qui semblaient renvoyer le sexe à une pure mécanique sans raison, l'Occident est parvenu non pas seulement, non pas tellement à annexer le sexe à un champ de rationalité, ce qui n'aurait sans doute rien de bien remarquable, tant nous sommes habitués depuis les Grecs à de telles conquêtes, mais à nous faire passer tout entier – nous, notre corps, notre âme, notre individualité, notre histoire – sous le signe d'une logique de la concupiscence et du désir. Dès qu'il s'agit de savoir qui nous sommes, c'est elle qui nous sert désormais de clef universelle. [...] Le sexe, raison de tout.*

Michel Foucault, *Volonté de Savoir*

Nossas estruturas conceituais, balizadas pelo encadeamento prefixal derridiano *falocentrismo*<sup>66</sup>, a que eu acrescentaria, sob pena de abuso terminológico, mais um prefixo – *etnofalocentrismo* –, são orientadas por binarismos cuja síntese elementar consiste na dualidade masculino/feminino<sup>67</sup>, chamada por Barthes de “prisão binária” da diferença sexual<sup>68</sup>. Não é por outra razão que Scott, em proposição seminal para o discurso historiográfico, confere relevo ao gênero como “primeiro modo de conferir significado às relações de poder”<sup>69</sup>. Nessa ontologia da diferença, o imperialismo moderno se autojustificava mediante discurso de base disjuntiva que, na dimensão topográfica, codificava os impérios segundo predicados atribuídos à masculinidade e as colônias conforme atributos imputados à feminilidade. O apetite imperialista por dominação era chancelado por regime de espacialidade que equacionava espaço geográfico e corpo feminino, de sorte que, em operação projetiva, espaços cobiçados pelos impérios eram codificados como corpos desejosos de serem possuídos.

A fim de investigar a recursividade da feminização em recorte temporal de largo prazo, em perspectiva sincrônica e diacrônica, adotarei a abordagem histórica braudeliana, que presume transversalidade das dimensões temporais em movimento dialético entre um tempo longo (das estruturas), um tempo médio (das conjunturas) e um tempo curto (dos eventos)<sup>70</sup>. Conquanto priorize a *longue durée*, dedicada à

---

<sup>66</sup> Cf. DERRIDA, 1968, 1996.

<sup>67</sup> Cf. CIXOUS, 1986.

<sup>68</sup> BARTHES, 1980, p. 137.

<sup>69</sup> SCOTT, 1988, p. 42.

<sup>70</sup> Cf. BRAUDEL, 1949, 1969.

perdurabilidade das estruturas imaginárias, não tomarei a feminização sob horizonte transhistórico, mesmo porque, na dialética das temporalidades, a sedimentação de mundividências é matizada tanto pelas inflexões cíclicas conjunturais quanto pelo dinamismo imprevisível dos acontecimentos. Isso implica atentar para como regimes de representação se coadunavam com as contingências históricas dos embates geopolíticos e com os repertórios de representação disponíveis nas matrizes epistemológicas.

Documentos fundacionais das acepções de irlandesidade e brasilidade, textualidades verbais e/ou imagéticas produzidas pelo discurso colonial legaram ao nacionalismo cultural de extração anticolonialista matérias-primas para a composição literária de dois países cujas elites letradas tomavam como ponto de partida em suas próprias mitografias fundantes. O interesse analítico desses textos inaugurais defluiu, pois, de seu impacto no nacionalismo cultural dos países em descolonização, quando seriam relidos sob o prisma da iteração, da ab-rogação ou da negociação. Se os colonizadores, investidos de autoridade enunciativa, engendraram acepções de alteridade com as quais os colonizados deveriam negociar, é imperioso, antes de examinar expressões autoetnográficas forjadas sob o horizonte do nacionalismo, apreender as representações com as quais os projetos nacionais dialogaram. Nessa proposta “arqueológica”, interessa menos o que um autor representa individualmente do que sua localização numa moldura discursiva que delimita suas condições enunciativas. Uma vez que, sob o viés foucaultiano, é o discurso que produz conhecimento, os sujeitos, ainda que elaborem textos dotados de técnica composicional e assinatura autoral particulares, operam sob limites epistêmicos no interior de formações discursivas<sup>71</sup>. Essa perspectiva justifica a inclusão de práticas textuais empreendidas por *agentes imperiais* – designação pela qual me refiro a partícipes do projeto expansionista em formas de atuação, níveis de engajamento e graus de legitimação heterogêneos – provenientes de outras metrópoles colonizadoras, a fim de exemplificar a envergadura de determinados estereótipos e o papel iterativo de outros centros em sua disseminação. Justifica, ainda, a opção metodológica por me restringir a práticas de representação empreendidas exclusivamente por homens, já que as mulheres, ainda que afinadas com a ideologia colonialista, não possuíam a mesma legitimidade discursiva por ocuparem posição subordinada no arranjo

---

<sup>71</sup> Cf. FOUCAULT, 1969.

social metropolitano, de modo que as especificidades de suas contribuições textuais para o imperialismo demandariam trabalho investigativo também específico<sup>72</sup>.

## AS DEVASSAS

---

*Io iudico bene questo, che sia meglio essere impetuoso che rispettivo, perché la fortuna è donna; et è necessario, volendola tenere sotto, batterla e urtarla. E si vede che la si lascia più vincere da questi che da quelli che freddamente procedono. E però sempre, come donna, è amica de' giovani, perché sono meno rispettivi, più feroci, e con più audacia la comandano.*

Niccolò Machiavelli, *Il Principe*

Se, bem o sabemos, a realidade é investida de sentido pela linguagem, esta, de sua parte, produz significado por meio de recursos metafóricos cuja mediação já era notada por Aristóteles quando comparou a metáfora a uma ponte que transporta o significado de uma coisa a outra<sup>73</sup>. É sintomático que, no século VI, o historiador romano Jordanes se valesse de metáfora sexual para definir a Scandza, atual Escandinávia, como “vagina de nações” (*vagina gentium*)<sup>74</sup> devido à profusa saída de povos do seu interior. Na episteme moderna, metáforas de gênero se tornaram lugar-comum em vários solos epistemológicos, da ciência médica à ciência política, cujo precursor, Niccolò Machiavelli, personifica a fortuna como mulher, na citação epigrafada, para sustentar que sua potencial violência (do destino e da mulher) seria sobrepujável pela disposição viril. Nessa conjuntura emergencial do imperialismo moderno, a recursividade das metáforas de gênero se acentuou no âmbito da geografia, em digressões sobre a espacialização a partir das jornadas ultramarinas e da consequente categorização das terras devassadas.

O espaço, argumenta Lefebvre, constitui-se na tensão entre a materialidade e a imaginação, de sorte que se deve concebê-lo não como dado apriorístico, mas, sim, como produção discursiva<sup>75</sup>. Essa bifrontalidade material e textual se daria a verna maneira como o imperialismo promoveria emparelhamento entre topografia e anatomia em seu regime de espacialidade. Não é demais lembrar, à maneira de parênteses, que a corporeidade da mulher é notabilizada por sinuosidades e orifícios que a tornam passível

---

<sup>72</sup> Sobre especificidades das condições de produção, circulação e recepção das práticas textuais produzidas por mulheres metropolitanas concatenadas com o projeto expansionista imperial, ver MILLS, 1991.

<sup>73</sup> Cf. ARISTÓTELES, 1959.

<sup>74</sup> JORDANES, 1597[551], p. 11.

<sup>75</sup> Cf. LEFEBVRE, 1974.

de analogia com o espaço – que se considere o órgão genital feminino ser usualmente metaforizado com imagens espaciais (e.g. gruta, racha) e o masculino com imagens militares (e.g. espada, pistola). Tal regime operava pelo que denomino *corpocartografia*, sistema imagético no qual espaços eram investidos de predicados somáticos em antropomorfizações que os significavam à maneira da corporeidade feminina<sup>76</sup>. William Shakespeare, na farsa *The Comedy of Errors*, põe à vista essa tecnologia de representação no diálogo em que Dromio de Siracusa compara o corpo rotundo de uma criada ao *mappa mundi* e aponta a Antífolo de Siracusa a localização de países. Em humor escatológico, o dramaturgo condensa questões geopolíticas numa corpocartografia que hospeda estereótipos geográficos em partes análogas de um corpo feminino também estereotipado:

*A.S.* Deveras tem ela certa amplitude? / *D.S.* Não mede mais dos pés à cabeça do que de uma cadeira à outra; é esférica, como um globo; eu seria capaz de identificar países nela. / *A.S.* Em que parte do corpo fica a Irlanda? / *D.S.* Ora, senhor, na bunda; descobri por causa do lamaçal. / *A.S.* E a Escócia? / *D.S.* Eu a encontrei devido à esterilidade; fica na palma da mão. / *A.S.* E a França? / *D.S.* Na testa, armada e revoltosa, a travar guerra contra os cabelos. / *A.S.* E a Inglaterra? / *D.S.* [...] calculo que fique no queixo, pela aguaceira salgada que escorre entre a França e ela. / *A.S.* E a Espanha? / *D.S.* Francamente, não a vi, mas a senti pelo hálito abrasador. / *A.S.* E a América, as Índias? / *D.S.* Ah, senhor, no nariz, inteiramente adornadas com rubis, carbúnculos, safiras, inclinando sua opulenta aparência para o tórrido bafo da Espanha, que envia suas armadas para se abastecerem no nariz. / *A.S.* E onde ficam os Países Baixos? / *D.S.* Oh, senhor, não olhei tão lá embaixo<sup>77</sup>.

A emergência desse regime de espacialidade foi tributária da ressignificação do espaço natural na Era Moderna. A cosmovisão medieval, de feitio teocêntrico, concebia a natureza, sob viés organicista, como ente vivo que atuaria como correia de transmissão das reações de Deus em face da conduta humana. Reféns do juízo etéreo, os mortais deveriam tratar com deferência aquela que, em nexos causal entre ação humana e reação divina, responderia como mãe nutriz ou virago furiosa. Se no Medievo a natureza, imaginada como inexorável força da Providência, pairava acima da intervenção humana, no Renascimento, já reduzida à condição inócua, passou a ser concebida como entidade

---

<sup>76</sup> Embora eu não tenha cunhado esse neologismo, poucos já o utilizaram, e ainda assim com sentido diverso do empregado nesta tese. Jacques, a propósito das inscrições do espaço urbanístico no corpo humano, menciona o termo *en passant* para condensá-lo em outro: “Pensada [...] como uma corpocartografia, a noção de corpografia parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita [...] no próprio corpo daquele que a experimenta e, desse modo, também o configura” (JACQUES, 2012, p. 301).

<sup>77</sup> SHAKESPEARE, 1733a[1594], p. 183-185.

passiva que o homem poderia manipular ao bel-prazer<sup>78</sup>. A Renascença implicou ruptura epistemológica na qual a reticência quanto à sua exploração cedeu lugar à assunção de que ela própria desejava expor seus segredos mais recônditos. Decerto, essa concepção de natureza como mulher que incitava os homens a explorar seu corpo se orquestrava com o projeto expansionista europeu e com a correlata acumulação primitiva do capital, nos termos de Marx<sup>79</sup>, pautada no que filósofos frankfurtianos denunciariam como razão instrumental<sup>80</sup>. Difundido no imaginário europeu, esse novo *modus faciendi* era manifesto na voz poética do ideal de cientista moderno: “Intimei a natureza, penetrei seus estoques abundantes: / Lacres rompi que ninguém tocado houvera antes; / seu ventre, seu seio, sua cabeça, / onde todo o seu arcano adormeça”<sup>81</sup>. Maior expoente dessa viragem perceptual, Francis Bacon propôs o experimentalismo, de cariz indutivo, como novo instrumento (*novum organum*) investigativo, concatenado com o expansionismo imperial na medida em que assentado no escrutínio do espaço pela mente masculina<sup>82</sup>. Quando, ao colapso do regime feudal, seguiu-se insegurança quanto à estabilidade dos papéis de gênero, o “pai” da ciência moderna a idealizava, em *Temporis Partus Masculus (O Nascimento Masculino do Tempo)*, como dínamo de mentes viris, porque capazes de fazer da natureza uma “escrava” por meios que “têm o poder de conquistá-la e subjugá-la”<sup>83</sup>. À época das Grandes Navegações, esse triunfalismo reverberava em metáforas reveladoras sobre o imaginário imperial em torno do corpo feminino e do espaço geográfico<sup>84</sup>. Haja vista a geometrização da Terra por Cristóbal Colón (Cristoforo Colombo), que, ao refutar sua convencional representação esférica, relacionou sua superfície irregular a “uma teta de mulher” e comparou o experimento de mover-se para o Novo Mundo à experiência de dirigir-se para o topo do seio feminino, rumo ao Paraíso Terreal, que se localizaria no mamilo – bem apropriado, segundo o argonauta, por ser mais próximo do Céu<sup>85</sup>.



Informados por esse regime de espacialidade, os discursos coloniais português e inglês categorizavam os respectivos territórios do Brasil e da Irlanda em

---

<sup>78</sup> Nos anos 1980, há ampla literatura a esse respeito. Ver, por exemplo, JORDANOVA, 1980; MERCHANT, 1980; EASLEA, 1981; KELLER, 1985; HARDING, 1986.

<sup>79</sup> Cf. MARX, 1867.

<sup>80</sup> Cf. HORKHEIMER, ADORNO, 1947.

<sup>81</sup> VAUGHAN, 1847[1650], p. 32.

<sup>82</sup> Cf. BACON, 1620.

<sup>83</sup> *Idem*, 1869, p. 11.

<sup>84</sup> Cf. LEWES, 2000.

<sup>85</sup> COLÓN, 1892[1498], p. 284.

corpocartografias consoantes às circunstanciais de cada colonização. Embora a Irlanda, sociedade antiga, fosse território inglês desde o século XII, os agentes imperiais renascentistas comumente a chamavam pelo epíteto “ninfa”, que, ao sugerir mocidade – ou, mais propriamente, menoridade<sup>86</sup> –, referendava sua sujeição ao regime tutelar. O termo, de largo uso no imperialismo moderno, tinha sugestiva conotação erótica, visto que um dos eufemismos com que se referia às *labia minora* era exatamente *nymphæ (ninfas)*<sup>87</sup>, donde provém o termo “ninfomania”. O recurso imagético também indicava prospecto de desposamento, já que o cognome, do grego *νόμφε (noiva)*, sugeria que o corpo núbil da colônia fora reservado ao conquistador. Porém, ao enlace amoroso se interpunha o homem nativo, impasse que levou John Derricke a antropomorfizá-la como noiva infeliz na escolha do pretendente. Em 1578, quando na Irlanda, o poeta inglês escreveu a topografia versificada *The Image of Irelande*, na qual, em cunho ambivalente, encapsulou a tensão entre desejo pela colônia e repulsa pelo colonizado: “Abandonei-me à elucubração mental, / e me pus a refletir: / Como u’a noiva de matiz celestial, / pode um João-ninguém preferir?”, matutava o narrador, para arrematar: “Essa noiva é o solo local, / O noivo, o irlandês belicoso, / De cabelo desgrehado qual espírito do mal, / E de aspecto medonho e asqueroso”<sup>88</sup>. Embora reste sofismática porque, na simbologia topoafetiva, a terra natal seria antes mãe do que noiva do nativo, a figuração da Irlanda como nubente e não como esposa do autóctone sugeria que este não possuía autoridade peremptória sobre a terra, cuja desdita seria reversível com seu remanejo pelo consorte apropriado, o colonizador. Já no início do Seiscentos, o poeta e magistrado John Davies, então Procurador Geral na Irlanda, também se valia do sistema imagético para exprimir ambivalência em relação à colônia, mas, à diferença do compatriota, amalgamava a terra desejada e o nativo insurgente ao personificá-la como noiva cuja volubilidade explicaria as adivinhas da conquista: “Para melhor assegurar essa inconstante Ninfa-do-mar”, deslindava em seu relato, “o Papa precisou doá-la a ele [Henry II] com um anel”, medida pouco exitosa em razão da inconsistência da conquista<sup>89</sup>. A sinteticidade metafórica codificava a semiplena colonização como matrimônio *de jure*, mas não *de facto* por leviandade da noiva, que, ao arrepio do beneplácito papal, negava obediência ao varão.

---

<sup>86</sup> Refiro-me à acepção derogatória que Kant daria ao termo. Para o filósofo, a menoridade (*Minderheit*), condição suplantável pela conquista emancipatória do esclarecimento (*Aufklärung*), consiste na inaptidão para se orientar racionalmente sem a tutela de um outro (cf. KANT, 1784).

<sup>87</sup> Cf. MEIGS, 1848, p. 79.

<sup>88</sup> DERRICKE, 1883[1581], p. 49.

<sup>89</sup> DAVIES, 1612, p. 8-9.

Já nos idos de 1620, Luke Gernon, então juiz na Irlanda, lembrou-se de ter visto certo mapa elaborado “nos lineamentos de uma mulher nua”, em cujo corpo os países se distribuía<sup>90</sup>. Em face da tarefa de compendiar a ilha num quadro nosográfico, inspirou-se nessa representação pictórica para fazer uma similar: “Em tal forma representarei nossa Irlanda, e, se minha astúcia não me faltar, pintá-la-ei mais vívida e inteligivelmente ao vosso juízo do que se vós a tivésseis num quadro”<sup>91</sup>. Apesar da promessa de objetividade, a presunção de equivalência entre a representação e o referente constitui engodo porque, a rigor, é a partir do mapa que se engendra o espaço e não o contrário. Se o mapa, de um lado, assevera a prevalência do território, de outro detém a primazia de criá-lo, pois é a representação cartográfica que o institui como tal, de maneira que toda cartografia resulta ficcional “porque agrega fatores de determinação e de indeterminação”<sup>92</sup>. O alargamento das técnicas de espacialização, como a cartografia e os aparatos mensuradores de latitude e longitude, concatenou-se com o expansionismo imperial, já que forjado sob o horizonte de formação ideológica do próprio imperialismo. Se o mapa é uma tecnologia de representação imperialista que leva a termo a megalomania de *ter o mundo nas mãos*, seu delineamento como corpo feminino expõe a confluência entre imperialismo e patriarquismo numa operação simultânea que produz o mapa do corpo e o corpo do mapa, na medida em que o anseio por delimitação e exploração da colônia se afina com o anseio por delimitação e exploração do corpo feminino. Essa confluência se exprime no modo como o magistrado retratou a Irlanda segundo a morfologia corporal de uma mulher:

Essa Ninfa da Irlanda é [...] como uma donzela acometida de doença verde, tamanha sua ânsia de ser ocupada. Mui formosa de aparência, possui tez sedosa, de grama macia. [...] Sua carne é de tenro e delicado chão de terra [...]. Seus seios, arredondadas colinas de relva com abundante leite, são tão férteis quanto os vales. E entre suas pernas [...] há um abrigo aberto, mas pouco frequentado. Teve ela boas tranças de cabelo [...], porém os moinhos de ferro, tal qual um pente de dentes afiados, tanto a prenderam & a cutucaram que ela, em suas partes extraordinárias, não tem o que lhe baste para cobrir sua nudez. Quanto à compleição, ela é mui temperada, nunca tão tórrida nem tão frígida, e tem doce bafo de vento Savonius. É de natureza dócil. Se a ira do céu se lhe dirige, ela não troveja nem faz temporal, mas chora por muitos e muitos dias [...]. Tampouco é fria de coração: a última geada não foi tão extrema aqui quanto se diz ter sido na Inglaterra. Passaram-se dezesseis anos desde que ela foi arrancada do útero da rebelião [...] e

---

<sup>90</sup> GERNON, 1904[1620], p. 349.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 149.

<sup>92</sup> BRANDÃO, 2013, p. 275.

deseja um marido; não é abraçada, nem envolvida, nem penetrada em seu canal; não há nenhuma cerca-viva encravada nela<sup>93</sup>.

Nessa corpocartografia plasmada pelos léxicos médico, pastoral e pornográfico, a cobiça imperial por devassa e possessão é projetada como avidez da terra por ser penetrada e possuída. A ninfa, acometida de “doença verde”<sup>94</sup> devido à carência erótica por não ser “penetrada em seu canal”, urge por um varão que ocupe, no duplo sentido sexual e espacial, o “abrigo” – remetente à caverna vaginal – entre suas pernas. Ao projetar o desejo colonial no objeto desejado, esse engenho metafórico converte a expropriação em socorro e o colonizador em herói por curar a angústia sexual de que padece a donzela. Uma vez que a Irlanda estava ocupada havia milênios, o inglês escapa ao anacronismo por pontuar, em referência à *Guerra dos Nove Anos (Cogadh na Naoi mBlíana)* (1592-1603), que a ilha fora “arrancada do útero da rebelião” havia dezesseis anos. Tomada como “parto” de nova Irlanda, a sublevação serve de pretexto para significação da colônia como *terra nullius*, ainda não possuída, e, correlativamente, como jovem casadoira à espera de marido. A violência expropriatória é escamoteada pela *tabula rasa* da presença dos nativos e, pois, pela inscrição do conquistador como legítimo consorte do corpo feminino solitário. Sob a lógica do falicismo, assim como a mulher, balizada pelo signo da “falta”, asseguraria à masculinidade plenitude fálica, a colônia, feminizada como corpo desejante, autenticaria a fantasia de potência que sustentava o ego imperial mediante equacionamento entre conquista militar e conquista sexual.



Nas representações do Brasil, a figura da ninfa dava lugar à da índia nua, tropo que, no mais das vezes, caracterizava a América na imaginação espacial europeia. Num regime de espacialidade no qual, em operação projetiva, os espaços almejados pelo imperialismo eram figurados como mulheres ávidas por serem possuídas, a personificação da América se dava, via de regra, no feminino. Quando, em missiva a Lorenzo de Médici, Amerigo Vespucci descreveu sua terceira viagem ao território, ocorrida na alvorada do século XVI sob os auspícios da Coroa portuguesa, o cosmógrafo

---

<sup>93</sup> GERON, 1904[1620], p. 349-350.

<sup>94</sup> Denominação atribuída, no léxico anglo-saxão, à clorose, doença anêmica que, segundo a medicina, acometia moças virgens e tinha como sintoma certo esverdeamento epidérmico (cf. KING, 2003). A doença foi incorporada ao vocabulário médico em 1554 por Joanne Langio, que a denominou *morbis virgineus* (doença das virgens) ao caracterizá-la como febre curável com o casamento (cf. LANGIO, 1554).

relatou ao destinatário que as terras recém-devassadas eram bem mais extensas do que se supunha e não pertenciam à Ásia, eis que formavam, com efeito, um “novo mundo” (*mundus novus*)<sup>95</sup>. Pouco mais tarde, o cartógrafo germânico Martin Waldseemüller, seguro de que Vespucci achara o continente antes de Colombo, deu-lhe o nome “América”<sup>96</sup> em tributo ao pioneirismo do italiano, retratado numa das diversas gravuras seiscentistas que personificam esse espaço. Elaborada pelo artista belga Jan van der



**Imagem 1. Deitada em berço esplêndido**

Straet e gravada pelo compatriota Theodor de Galle, a célebre tela, que alegoriza a chegada de Vespucci ao continente (Imagem 1), apresenta dois polos antagônicos. À esquerda, figuram elementos alusivos à civilização, nomeadamente as naus, que transportarão os erários para o continente europeu, e o agente imperial, munido de artefatos emblemáticos do controle da natureza pela *techné*, como o astrolábio e o Cruzeiro do Sul. À direita, têm-se indicadores de selvageria evidenciada, no plano frontal, pela América, que, personificada como uma jovem devido à sua incipiente inserção no paradigma civilizatório europeu, é desperta de lânguido adormecimento, alusivo à inércia de um espaço ainda não inscrito/escrito na história – condição corroborada na legenda

<sup>95</sup> Cf. VESPUCCI, 1503.

<sup>96</sup> Cf. WALDSEEMÜLLER, 1507.

“Americen Americus retextit, & Semel vocavit inde semperexcitam” (*Américo descobre a América; ele a chamou uma vez e desde então ela permanece acordada*). Enquanto Vespucci está vestido com garbo e traz consigo aparatos de espacialização imperiais, a personagem metafórica, de mãos vazias, nada tem a oferecer senão o corpo nu, encarnação da natureza em estado bruto a ser (re)vestida pela cultura e batizada por aquele que, outorgado pela primazia masculina do patronímico, a nomeará a partir de seu nome. Nesse encontro erotizado, a metáfora do Novo Mundo, em posição horizontal, verga-se perante a autoridade do europeu, a quem estende a mão, num gesto ambíguo entre saudação e convite que acentua sua pequenez em face da imponência vertical do visitante. A figura feminina constitui alargamento da paisagem ofertante, mas, em flagrante registro de ambivalência do discurso colonial, a selvageria epitomizada pelo festim canibalístico ao fundo entremostra, em nível manifesto, que a América também guardava perigos, e, em nível latente, a projeção de investidas hostis dos europeus<sup>97</sup>. A feminização do espaço indicava, de um lado, a megalomania masculina de dominação planetária, e, de outro, a paranoia suscitada pelo colapso de fronteiras e expressa no temor de engolfamento<sup>98</sup>. Ante a insegurança catalisada pela desterritorialização, exploradores fabulavam um senso de familiaridade e hierarquia por meio de metáforas que ratificavam seu poder, como se a reafirmação da autoridade assegurasse que tudo estava sob controle. Se o deslocamento espacial tem como contraface, amiúde, senso de deslocamento identitário, projeções dessa ordem indicam como o temor de ser culturalmente deglutido pelo Outro era contrapesado por gesto compensatório, a exacerbação de fronteiras.

Na esteira dessa cena primária, a erotização da América seria retomada por diversos agentes imperiais. Numa elegia, o poeta John Donne comparava a América à vulva por serem ambas convidativas à devassa de seu interior: “Permita que minha mão errática adentre / Pela frente e por trás, por cima e por baixo, por entre. / Minha América! Terra recém-encontrada! / És reino aconchegante, se por varão dominada. / [...] Extático estou por ter-te encontrado! / Entrar na tua jaula é ser libertado!”<sup>99</sup><sup>100</sup>. Enquanto diversos letrados se referiam à América *tout court*, outros tantos focalizavam regiões específicas, vinculadas a pontos anatômicos femininos – não raro erógenos – supostamente análogos.

---

<sup>97</sup> Para mais análises dessa imagem, ver CERTEAU, 1975; HULME, 1985, 1986; MONTROSE, 1991; MCCLINTOCK, 1995.

<sup>98</sup> Cf. MCCLINTOCK, 1995.

<sup>99</sup> DONNE, 1855[1654], p. 370.

<sup>100</sup> Se bem que a elegia já tenha sido traduzida para o português por Augusto de Campos, optei por proceder a uma tradução mais literal desse excerto do que a empreendida pelo escritor brasileiro.

Walter Raleigh, figura exponencial da Era Elizabetana, explorou a verve retórica da corporeidade feminina quando, mesmerizado pela Guiana, tentou convencer a realeza imperial a colonizá-la. Em urdidura textual persuasiva, o explorador britânico inicia relato de seu périplo ao território com o lembrete de que Carlos V “possuiu o hímen do Peru”<sup>101</sup>, como a sugerir que o império inglês também deveria reclamar para si uma fatia da América do Sul. Mais adiante, Raleigh recupera a metáfora himenal para descrever a Guiana como “uma terra que ainda conserva seu hímen, jamais arruinado, remexido ou consumido”, pois “nunca foi penetrada por nenhum exército potente nem conquistada ou possuída por nenhum príncipe cristão”<sup>102</sup>. Ao representar, como uma virgem, a terra alegadamente inexplorada, o expedicionário lhe confere atratividade tanto literal, por assegurar prerrogativa de apropriação, quanto simbólica, por nutrir a fantasia de virilidade imperial pela primazia de ruptura do hímen. A noção de virgindade ainda contorna o impasse da presença dos ameríndios ao obliterar aqueles que, em princípio, teriam titularidade de direito sobre o território. A referência ao hímen seria operatória em outras corpopografias da América, como a peça em que um capitão recorre ao prospecto de gratificação sexual para granjear homens dispostos a devassarem uma região americana: “Venham, rapazes! A Virginia deseja que dividamos o que restou do seu hímen”<sup>103</sup>.

Quando, em face do adensamento demográfico europeu, o Novo Mundo figurava como panaceia para as mazelas do Velho Continente<sup>104</sup>, o Brasil era imaginado como manancial para abastecer uma metrópole cujas nervuras econômicas definhavam. Os portugueses dimensionavam a abastança da colônia mediante correspondência entre a natureza opulenta e a sexualidade feminina e, assim, gabavam-se de haver encontrado na América uma terra dotada de “tudo quanto pode haver de bello”<sup>105</sup>. A noção de feminilidade como ornamento, apropriada do repertório prosódico androcêntrico, condensava atributos como a pujança do solo, da fauna e da flora, de modo que lisonjas à paisagem brasileira, como fez Richard Francis Burton ao enaltecer sua “beleza feminina

---

<sup>101</sup> RALEIGH, 1848[1596], p. xiv.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>103</sup> CHAPMAN, JOHNSON, MARSTON, 1780[1605], p. 249.

<sup>104</sup> A esse respeito, é sintomática a teoria malthusiana em torno da população. No século XVIII, Thomas Malthus identificou que, graças a medidas como a profilaxia e o saneamento básico, a mortalidade europeia diminuíra e a natalidade aumentara. Frente ao crescimento populacional acelerado, o economista inglês propugnou medidas como o controle da natalidade, visto que, como a qualidade de vida era proporcional ao perfil demográfico, o aumento desordenado deste último acarretaria falta de recursos alimentícios para a população; afinal, enquanto esta crescia em progressão geométrica (exponencial), a produção de alimentos crescia em progressão aritmética (linear) (cf. MALTHUS, 1798).

<sup>105</sup> MALHEIRO, 1850, p. 163.

singular”<sup>106</sup>, incitavam processos associativos entre cadeias de significantes pertinentes aos discursos imperial e patriarcal. A metáfora favorecia, em nível simbólico, o controle unilateral sobre a alteridade, conforme ostentou Manuel Bocage ao retratar a colônia com as tintas do etnofalocentrismo: “Oh ditoso Brazil, província bella, / Que vês na mão do heroe, que te domina, / Toda a força d’Aquella / A que o rápido Tejo a frente inclina”<sup>107</sup>. A ideia de ligamento erótico entre a potência máscula do império e a beleza feminina da colônia camuflava a crueza da devassa e da conquista – termos já eivados de erotismo – e permitia, pois, evocar o Brasil como se chamasse a amada ao leito: “Vem de novo com fervidos louvores. / Vem atçar meus trémulos clamores!”<sup>108</sup>.

Assim como no patriarquismo a honra feminina residia na virgindade, no imperialismo, analogamente, a valoração do espaço consistia em jamais ter sido explorado, distinção que franquearia, juridicamente, direito de posse ao descobridor e, economicamente, lucro ao capitalismo extrativista. Some-se a isso sua chancela à ingerência metropolitana ao acentuar que a terra não era devidamente aproveitada pelos autóctones e, portanto, carecia de proprietário legítimo. Porque o predicado da beleza só teria valor se adjunto ao da virgindade, o discurso colonial lusitano produzia narrativas nas quais o tropo da *terra virgem* inscrevia os portugueses como os primeiros a possuírem o corpo do Brasil. Para tanto, a proscricção dos ameríndios, imprescindível à acepção de virgindade, era favorecida pela especificidade da metáfora, que encerra duplo movimento de seleção e exclusão por priorizar informações convenientes e descartar indesejáveis<sup>109</sup>. A significação corpocartográfica da colônia como terra virgem passava ao largo da presença dos nativos ao conceber o território como imenso corpo nu. Num regime de espacialidade que humanizava o espaço e desumanizava os habitantes, mesmo a menção aos autóctones conferia nulidade à sua presença, como se estes, heteróclitos aos códigos de civilidade europeus, não contassem como humanos. Os portugueses teriam encontrado no Brasil uma “terra virgem”, cuja população, bastante minguada, consistia em “tribus de selvagens”<sup>110</sup> inaptas ao cultivo racional da terra. Infecundo por falta de estímulo, o solo brasílico aguardaria rito de vivificação que, ao rasgar seu hímen em penetração fecundante, transformaria esterilidade em fertilidade. No dizer de um ficcionista, o território pré-cabralino era uma “ilhasita estéril”, habitada por selvagens que vagavam “á

---

<sup>106</sup> BURTON, 1869, p. 21.

<sup>107</sup> BOCAGE, 1813, p. 174.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, p. 174.

<sup>109</sup> Cf. LAKOFF, JOHNSON, 1980.

<sup>110</sup> NEVES, 1830, p. 237.

toa” ao longo das “solidões magestosas” de suas “virginaes florestas”<sup>111</sup>. Se bem que habitadas, as florestas teriam permanecido virgens desde a alvorada dos tempos porque os nativos não exerciam a máscula tarefa de deflorá-las no sentido de romper o invólucro que dava acesso às suas abastanças naturais. Essa omissão chancelaria a colonização como ato de benemerência no qual o Brasil seria “[a]rrancado do seio das trevas pela mão venturosa de Pedro Alvares Cabral”<sup>112</sup> e finalmente trazido à luz. O tropo da terra virgem permitia ressaltar, a um só tempo, a disjunção e a conjunção entre América e Europa, cuja síntese seria o consórcio entre a primeira, abastada em solo, mas desprovida de história, e a segunda, rica em história, porém carente de solo. Vide o escritor francês Victor Hugo congratular os brasileiros pela “dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga”<sup>113</sup>, em referência à Jovem América e ao Velho Continente numa *discordia concors*<sup>114</sup> na qual mesmo a ideia de união itera a clivagem entre natureza e cultura.

A América brasílica, terra “virgem e impenetrável”, seria possuidora de “tesouros” que ali “dormiam [...] ocultos”<sup>115</sup>, à espera de serem resgatados por aquele que rompesse o lacre da virgindade e, como autor da defloração, adquirisse direito de propriedade sobre o corpo do Brasil. Na primavera da Modernidade, quando cientistas europeus consideravam a natureza, tal qual a mulher – sua expressão metafórica e metonímica –, um repositório de vultosos mistérios, concebia-se o útero como o segredo mais oculto do mundo natural. Esse órgão, cujos arcanos só seriam reveláveis pela dissecação, simbolizava o interior oculto do corpo e por isso era meticulosamente trinchado em iconografias veiculadas pelo discurso médico<sup>116</sup>. Nessas figuras, o corpo feminino aparecia em paisagens botânicas que sugeriam ser ele uma extensão da natureza que se abriria como uma flor para o escrutínio masculino. Que se considere uma das estampas que ilustram um tratado de anatomia do médico belga Adriaan van de Spiegel (Adrianus Spigelius), publicado em 1626 (Imagem 2). Uma vez que tal axioma ultrapassava o domínio da medicina e se espriava para outros continentes discursivos, no léxico patriarcal a paradiástole “deflorar” designa a protrusão do hímen na penetração sexual como procedimento dualístico de atividade/passividade, em que o homem provoca

---

<sup>111</sup> CHAGAS, 1870, p. 9-10.

<sup>112</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

<sup>113</sup> HUGO, 1898, p. 239.

<sup>114</sup> Figura de linguagem de origem latina, traduzível como “harmoniosa discórdia” ou “discordância harmônica” e calcada harmonização de elementos antagônicos ou sem conexão aparente. Samuel Johnson, que a introduziu no criticismo literário, deu-lhe seguinte definição: “combinação de imagens dissimilares ou descoberta de semelhanças ocultas entre coisas aparentemente distintas” (JOHNSON, 1783, p. 27).

<sup>115</sup> CORTESÃO, 1969, p. 14.

<sup>116</sup> Cf. PARK, 2006.

dupla e incontornável ruptura física e simbólica que dilacera o envoltório da inocência e lança a mulher à vida reprodutiva. A analogia entre a mulher e a flor opera, em sentido lato, pela convicção de que ambas partilham propriedades como delicadeza e função ornamental, e, em sentido estrito, pela paridade estética e funcional entre a flor e a



**Imagem 2. Uma flor de mulher**

genitália feminina. A vulva, tal como a flor, é referida como algo pequeno, delicado e fragrante que, ao se abrir para a fecundação, desvela sua graciosidade plena. Essa analogia é reforçada pelos movimentos espontâneos tanto das pétalas quanto dos lábios vaginais, que se abrem e se fecham em resposta, respectivamente, ao estímulo da luz e à excitação sexual<sup>117</sup>. Numa episteme que considerava o órgão genital masculino como único responsável pela reprodução e o feminino como mero receptáculo<sup>118</sup>, caberia ao homem erotizar o corpo da mulher e, analogamente, cumpriria ao colonizador fecundar a terra intacta. O conceito de defloração sugeria dualismo homem/natureza que não pressupunha mediação dos

nativos, porquanto seu antagonismo aos colonizadores portugueses seria tão inócuo que, em certa novela, a lua figurava como única defensora do território ao estender seu manto luminoso sobre a floresta brasileira, como se quisesse “proteger a virgindade do arvoredo contra a ímpia desfloração dos filhos da Europa”<sup>119</sup>.

<sup>117</sup> Cf. MOORE, GARIBALDI, 2003.

<sup>118</sup> Cf. LAQUEUR, 1990.

<sup>119</sup> CHAGAS, 1866, p. 51.

A representação do Brasil como terra virgem devia contornar evidências históricas como sua sistemática ocupação por invasores europeus. Portugal, diversamente da Inglaterra, foi império relapso, cujo absenteísmo cedeu espaço para influxos estrangeiros em seu território ultramarino. Se as invasões punham em xeque a virilidade imperial, as reconquistas a ratificavam e, por conseguinte, ensejavam literatura encomiástica como a loa dramática *El Brasil Restituído*, alegoria histórica apologética à união ibérica, na qual o Brasil é personificado pelo escritor espanhol Lope de Vega “em figura de dama índia, com um penacho arredondado e uma flecha dourada como um dardo”<sup>120</sup>. A peça de cunho celebratório, evidente já no título, exalta a proeza luso-espanhola em restaurar a costa do nordeste brasileiro, tomada pelos batavos auxiliados por cristãos-novos<sup>121</sup>. Ao relatar que fora cativa do demônio até ser libertada pelos portugueses, a figura alegórica impõe dilema ao discurso colonial, cuja monomania pela virgindade esbarrava no reconhecimento de que o território fora possuído *a priori* da conquista portuguesa. Contudo, a cristianização, indicada no rito batismal, constitui processo depurativo que remove sua mácula para que seja finalmente tomada pelo legítimo conquistador: “Com o antigo tirano me malquisto / E nego adoração ao claro Apolo; / Aos ferozes idólatras resisto, / Que ocupam maior parte deste polo, / E limpa do antigo barbarismo, / Me banho nas correntes do batismo”<sup>122</sup>. O fato de ser possuída pelo demônio, “injusto dono”, e afinal pelo colonizador, “valor do mundo”<sup>123</sup>, assinala seu estatuto ontológico de propriedade masculina, bem como a licitude do último como legítimo proprietário. Em anamnese do passado como “tempo em que gentil estava ociosa” e vivia “entre as orlas do mar sentada”, a alegoria se dá a ler como um Brasil pré-colonial estagnado, cuja inação seria sanada pela intervenção viril do conquistador. Tal sua passividade, a personagem não resiste ao invasor diabólico, emblema do paganismo; ao contrário, a condição de vítima é forçosa na tessitura de autonarrativa da qual apenas aparentemente é protagonista para enaltecer a centralidade dos agentes imperiais.

Sigmund Freud, após malsucedidas decifrações dos arcanos de uma sexualidade feminina que se lhe afigurava tão obscura, desistiu transitoriamente da obsessão hermenêutica e encontrou na geografia definição provisória ao concluir que, para a psicologia, a sexualidade feminina era “um continente negro”<sup>124</sup>. Com efeito, uma vez

---

<sup>120</sup> VEGA, 1902[1625], p. 83.

<sup>121</sup> A conspiração fabulada nessa trama antisemita não tem fundamento histórico (cf. POSNER, 1996).

<sup>122</sup> VEGA, 1902[1625], p. 83.

<sup>123</sup> *Idem, ibidem*, p. 83.

<sup>124</sup> FREUD, 1926, p. 55.

que o espaço desconhecido, tal como o corpo feminino “misterioso”, suscita tanto desejo de exploração quanto temor de engolfamento, a corpocartografia, aqui proposta como categoria heurística para análise da imaginação espacial imperialista, tinha sua ambivalência potencializada em contradições atinentes a espaço e gênero. A espacialização do território colonial mediante o suporte semântico-imagético da fisicalidade feminina se mostrou recursiva nas representações topográficas de Irlanda e Brasil. Num dispositivo retórico movediço, cuja contingência dependia do propósito de seu emprego, as colônias eram representadas, respectivamente, pela ninfa e pela índia, dois ícones de sensualidade no imaginário ocidental. Em ambos os casos, representações efetuadas por agentes imperiais informados por mesmo terreno lexical dão mostras da envergadura de convenções de espacialização cristalizadas pela produção iterativa de significantes sobre terras devassadas, que lhes impingia, via repetição, estatuto de aparente naturalidade. Pela feminização do espaço colonial, agentes imperiais inscreviam no Outro a imagem especular do que desejavam contemplar sob o crivo de erotização, tal que, a julgar pelas metáforas de gênero produzidas, Lacan não teria se excedido ao identificar a ciência primitiva como uma espécie de técnica sexual<sup>125</sup>.

## ENLACES PATRIMONIAIS

---

*God, the best maker of all marriages, / Combine your hearts in one, your realms in one! / As man and wife, being two, are one in love, / So be there 'twixt your kingdoms such a spousal / That never may ill office, or fell jealousy, / Which troubles oft the bed of blessed marriage, / Thrust in between the paction of these kingdoms, / To make divorce of their incorporate league, / That English may as French, French Englishmen, / Receive each other. God speak this "amen"!*

William Shakespeare, *The Life of Henry V*

No excerto em epígrafe, do repertório trágico shakespeariano, a dissolução da contenda entre Inglaterra e França culmina no casamento entre um herdeiro de cada trono e, extensivamente, entre os dois reinos, que, tal como os cônjuges, haveriam de constituir entidade una e indivisa<sup>126</sup>. Esse empréstimo linguístico tomado da terminologia matrimonial valeria aos impérios português e inglês na representação de suas respectivas anexações territoriais. Se bem que heteróclita, por princípio, à economia micropolítica

---

<sup>125</sup> Cf. LACAN, 1973.

<sup>126</sup> Cf. SHAKESPEARE, 1733b[1599].

das relações familiares, a economia macropolítica dos ligames coloniais se apropriava do seu léxico ao generizar a colonização como aliança nupcial. Sob a égide da instituição, em 1800, do *Ato de União (Act of Union)* que unificaria Inglaterra e Irlanda e, em 1815, do Reino Unido que fundiria Portugal e Brasil, império e colônia eram transfigurados discursivamente em marido e esposa para naturalizar a colonização como entidade familiar e referendar sua conformação assimétrica sob os álibis da complementaridade e hierarquia naturais entre os sexos.



A vizinhança da Inglaterra com a colônia suscitava ambivalência esquizofrênica porque, de um lado, negava-se parentesco racial entre colonizador e colonizado e vetava-se contração de casamento entre ambos e, de outro, representava-se o elo colonial por metáforas de consanguinidade ou conjugalidade. Tais metáforas, subvencionadas pela proximidade geográfica, situavam a Irlanda, em relação à Inglaterra, ora como sua filha, naturalizando-se condutas paternalistas chanceladas pela autoridade parental; ora como sua irmã caçula, naturalizando-se medidas protecionistas referendadas pela hierarquia intergeracional; ora, ainda, como sua esposa, naturalizando-se procedimentos autocráticos abonados pela supremacia do *pater familiae* na casa patriarcal. Por oferecer uma metáfora para cada contexto, a economia de parentesco fazia com que posições-de-sujeito se alternassem numa lógica incestuosa<sup>127</sup>, conquanto predominasse, a partir do Ato de União, a metáfora matrimonial. Graças à afinidade semântica entre essa deliberação e o instituto do casamento, a Irlanda, há muito imaginada como noiva, doravante seria personificada, sobretudo, como esposa.

Em revide a pressões anticoloniais, o Ato anexou oficialmente colônia e império ao anular o parlamento irlandês. Embora sua nomenclatura sugerisse equidade, o diploma legal reforçava a disjunção entre os países, em contradição análoga à do casamento na Inglaterra oitocentista. Auspiciado pela *Lei Comum (Common Law)*, esse instituto presumia que marido e esposa compunham unidade e tudo quanto pertencesse a um pertenceria ao outro. Porém, basta considerar o cerimonial de sponsais, em que o pai conduz a filha até o altar e a entrega ao noivo, para compreender o casamento como transferência da mulher de uma jurisdição a outra, em remanejo da tutela paterna para a guarda do marido. A noção de unidade implicava, ironicamente, anulação da mulher, pois,

---

<sup>127</sup> Cf. EAGLETON, 1998.

representada pelo cônjuge, não teria por que reivindicar autonomia. Sob esse álibi, a mulher era “civilmente morta”, já que despossuída de autonomia num consórcio em que “marido e esposa se tornavam ‘uma’ pessoa, a pessoa do marido”<sup>128</sup>.

A Irlanda pós-União deixava de ser entidade geopolítica distinta para assumir posição contraditória ao compor unidade política com o império e, contudo, manter-se sob seu jugo, assim como no código de Direito Civil marido e esposa constituíam unidade jurídica, mas a segunda era tutelada pelo primeiro. Dessa analogia seguia-se que a



**Imagem 3. Ao meu lado estás segura**

justificativa para a heteronomia das mulheres (a representação pelo marido) abonava a heteronomia dos irlandeses (a representação pelo parlamento imperial). Quando se debatia a licitude do Ato de União, políticas conciliatórias propunham coalizão nos moldes do amor romântico, que então se encorpava sob influxo do paradigma familiar burguês. Frente à relutância irlandesa à anexação, havia quem prescrevesse “união de corações” como panaceia para os conflitos<sup>129</sup> e apelasse ao amor conjugal como alternativa à dissensão partidária, porque “uma União [...] é como um casamento, e jamais poderá ser

contraída cordialmente se as paixões dos partícipes não estiverem vivas”<sup>130</sup>.

Essa romantização reverberava em revistas populares como a *Punch*, que traduzia para o leitor metropolitano a ordem do dia das relações anglo-irlandesas com sensacionalismo peculiar à cultura de massa que então ganhava corpo. Várias imagens, ilustradas majoritariamente por John Tenniel, sugeriam que, após o Ato de União, o colonizado deixava de rivalizar com o colonizador pelo coração da Irlanda para figurar

<sup>128</sup> PATEMAN, 1988, p. 119.

<sup>129</sup> GREY *apud* BATTERSBY, 1833, p. 323.

<sup>130</sup> A CITIZEN OF THE ISLE OF MEN, 1799, p. 13.

como preterido em favor do império, amiúde personificado como figura masculina. Em contraofensiva a movimentos insurreccionais como o fenianismo, uma charge estampada em número de março de 1870 (Imagem 3), remontava à cena colonial shakespeariana em que o civilizado Prospero é representado pelo Primeiro Ministro, William Gladstone, e o selvagem Caliban pelo nacionalista irlandês. O embate em que o inglês branco, ereto e



**Imagem 4. Este, sim, é um homem!**

racional protege a amedrontada Hibernia contra o irlandês antropoide, inflexionado e ensandecido ratifica a formulação que, segundo Spivak, sintetiza narrativas de encontros coloniais: “Homens brancos salvando mulheres de cor de homens de cor”<sup>131</sup>. Por ocasião dos debates precedentes à passagem da *Land Bill*<sup>132</sup> em 1881, o mesmo semanário exibiu outra cena alegórica (Imagem 4), na qual Gladstone presentearia Hibernia com um ramalhete, referente ao dispositivo legal, e o irlandês oferece uma parafernália bélica, remetente à *Land League*<sup>133</sup>.

Essa antítese mirava não apenas deslegitimar a causa anticolonial, mas também sugerir que a própria Irlanda a desaprovava, pois sua personificação, de costas para o irlandês e voltada para o inglês, rejeita a agenda libertária em favor da cortesia imperial.

No curso de um século agitado por sublevações, a perdurabilidade da colonização facilitava analogia com um longo casamento. Enquanto irlandeses reclamavam cancelamento do Ato de União, agentes imperiais insistiam que Inglaterra e Irlanda nunca se divorciariam, ainda que assim o desejassem. A aceção de matrimônio como aliança indissolúvel escusava medidas abusivas, já que a esposa deveria aceder sem reservas aos ditames do marido: “Eles [os dois países] não têm razão de existir senão unidos; e devem,

<sup>131</sup> SPIVAK, 1988, p. 297.

<sup>132</sup> Proposta inglesa de propriedade dual entre senhorio e arrendatário.

<sup>133</sup> Demanda dos irlandeses pelo direito pleno à propriedade rural para os camponeses.

como homem e mulher, fazer um ao outro feliz ou desgostoso”<sup>134</sup>. A metáfora se assenhorava da noção de matrimônio, fenômeno histórico, porém o fazia em perspectiva ahistórica, visto que, sob a doutrina da Lei Comum, a personalidade legal da esposa era absorvida pela do marido, a quem cabia a curatela sobre seus bens amealhados antes e durante a união, de forma que, até os últimos decênios da Era Vitoriana, a mulher não tinha acesso à propriedade privada<sup>135</sup>. Não obstante, as rebeliões irlandesas eram amiúde traduzidas como caprichos de uma esposa gananciosa: “O que é seu é meu, mas o que é meu é só meu; é a linguagem da nossa esposa irlandesa”<sup>136</sup>. Além de representar toda insurgência anticolonial como deslealdade da mulher, a metáfora marital encapsulava diversas tensões políticas: “Acaso não tem ela flertado com *Monsieur* e Jonathan? Acaso não tem ela se adornado com fitas de cor desagradável e ido atrás de padres estranhos, a quem John Bull não honra?”<sup>137</sup>. Numa metáfora, Samuel Hole amalgamava complexos fenômenos políticos, como coalizões da Irlanda com a França e com os Estados Unidos, além da resistência cultural implicada no uso da cor verde e na aderência ao catolicismo.

A metáfora abandonava a inflexão ahistórica sempre que alterações no direito civil metropolitano convinham à retórica colonial. Quando, paralelamente às vindicações das feministas inglesas pelo direito a divórcio e propriedade privada, avolumavam-se mobilizações contra a ingerência imperial, a Irlanda era frequentemente representada como esposa ávida por separação e gestão patrimonial. À vista disso, argumentos contrários às contestações feministas eram retextualizados para contestar impugnações dos irlandeses. Agentes imperiais como o escritor Alfred Tennyson se reportavam ao axioma da dependência feminina para propugnar observância ao contrato matrimonial. Como a colônia não se manteria sozinha porque aprisionada à submissão pela natureza, uma vez separada de John Bull, marido justo, cairia nas mãos de um senhor tirânico: “Suponhamos que deixássemos a Irlanda se separar de nós: [...] ela logo cairia presa de alguma potência estrangeira”; afinal, “ela não apenas é feudal, mas também oriental, e adora que aqueles com autoridade sobre ela tenham mão de ferro dentro da luva de seda”<sup>138</sup>. Após o Levante de 1916 evidenciar que o casamento entre império e colônia definhava mais e mais, o escritor inglês Douglas Goldring reduzia a Irlanda à condição de espectadora do litígio entre homens por seu destino. Nessa narrativa, alguns

---

<sup>134</sup> PARKER, 1848, p. 1005.

<sup>135</sup> Cf. SHANLEY, 1989.

<sup>136</sup> TIMES *apud* PERRAUD, 1862, p. 149.

<sup>137</sup> AN OXONIAN [Samuel R. Hole], 1859, p. 91.

<sup>138</sup> *Apud* TENNYSON, 1897, p. 330.

comentadores, seguros de que o marido se aproveitara da fragilidade da mulher, propunham como decisão mais justa a separação judicial, acrescida de “substancial indenização em dinheiro”; outros insistiam que “uma mulher decente deveria pedir somente a restituição dos direitos conjugais”<sup>139</sup>. O fato de, em projeção da rapina imperial, diversas narrativas inscreverem a Irlanda como esposa afeita a bens pecuniários indica que o enfoque patrimonialista é capital para se compreender a anexação, que constituía, a bem dizer, um *enlace patrimonial*. Apesar das menções retóricas ao amor, o patrimônio constituía a força motriz do Ato de União, que Douglas Goldring bem definiu como “o mais perverso dos *mariages de convenance*”<sup>140</sup>.

Parte maior da literatura tocante ao Ato ignora seu caráter generizado, e mesmo quem examina o imperialismo sob esse viés identifica a feminização como dispositivo peculiar à última quadra do Dezenove, talvez por localizar aí o início de “novo” imperialismo, assentado no fracionamento da África entre metrópoles colonizadoras<sup>141</sup>. Dougherty, por exemplo, sustenta que, após passagem do Ato, a metáfora matrimonial “passou do âmbito político para o cultural”, a partir do deslocamento “de uma metáfora empregada quase exclusivamente por homens para outra manejada, sobretudo, por mulheres”<sup>142</sup>. Os exemplos aqui elencados vão de encontro à ideia de deslizamento metafórico do âmbito político para o literário e do suposto remanejamento de seu emprego de homens para mulheres, visto que agentes imperiais continuaram a explorar amplamente a metáfora matrimonial. Tampouco havia cisão acentuada entre as esferas política e cultural, como pressupõe Dougherty, pois, mesmo nos debates políticos *stricto sensu*, o recurso à metáfora, em textos não raro urdidos conforme protocolos de composição literária, conferia força retórica à textualização de processos geopolíticos.



O episódio bíblico no qual a Rainha de Sabá, repleta de ouro, chega à corte de Salomão e oferece sua riqueza em troca de gratificação sexual prefigura uma genealogia de narrativas assentadas no desejo da mulher nativa pelo homem branco<sup>143</sup>. Veja-se, bem a propósito, o erotizado papel de ameríndias em relatos de conquista, como nos casos paradigmáticos da asteca La Malinche (A Puta), que, uma vez amante do expedicionário

---

<sup>139</sup> AN ENGLISHMAN [Douglas Goldring], 1917, p. 268.

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*, p. 267.

<sup>141</sup> Cf. HOBSBAWM, 1987.

<sup>142</sup> DOUGHERTY, 2012, p. 393.

<sup>143</sup> Cf. LOOMBA, 1998.

espanhol Hernán Cortéz, teria facilitado a colonização ao atuar como sua tradutora<sup>144</sup>; e da jovem Pocahontas, cujo amor pelo explorador inglês John Smith a fez protegê-lo com a própria vida quando capturado em missão na Virgínia<sup>145</sup>.

No discurso colonial português, o tema foi explorado, tardiamente, no apagar das luzes do século XVIII, em poema, de feição passadista, do Frei Agostinho José de Santa Rita Durão. Se a epopeia de Camões praticamente ignorara o Brasil, sua conquista seria representada numa literatura épica somente quando a colônia se havia tornado rentável<sup>146</sup>. No final do Setecentos, o gênero épico foi revigorado em narrativas fundantes cuja presunção monolítica se dava a ver no enaltecimento de conquistas ditas heroicas. Essa revivescência foi coetânea com o fôlego final da empresa de colonização do Brasil, pautado na minoração de antigas clivagens étnicas e sociais na colônia, a fim de inserir o ameríndio nos projetos políticos e econômicos do império. Em apologia ao domínio português na América, Durão escreveu *Caramuru*, dedicado às proezas do naufrago português Diogo Álvares Correia, notadamente a conquista do recôncavo baiano. Ainda que o poema épico, arrolado entre as obras fundacionais da literatura brasileira<sup>147</sup>, seja concebido como germen da brasilidade, seu caráter proselitista à colonização o torna mais legível como texto do discurso colonial<sup>148</sup>. Lavrado à maneira camoniana, *Caramuru* é obra-síntese sobre a constituição do Brasil, na qual o território, “aos Lusos confiado”, figura como instrumento para “recobrar no Mundo o antigo Imperio”<sup>149</sup>. Espécie de John Smith lusitano, Diogo, enaltecido porque “o peito domar soube á fera gente”<sup>150</sup>, conquista os índios – no duplo sentido do termo – e se torna “Príncipe do Brazil” e “futuro dono”<sup>151</sup> do território, na medida em que subjuga ao império todas as tribos. A passividade dos índios retratados nessa epopeia de pretensão historicista contradiz o histórico de oposição ao processo de conquista: ainda que sobrepujados, os ameríndios não reverenciariam seu dominador, visto que, na cultura indígena, a retaliação mobilizava os vencidos a empreenderem novas guerras porque a vingança, signo de honra, era medular como garantia de descanso *post mortem*. A posse do território se concretiza quando Paraguaçu, filha de um cacique, encanta-se por Diogo e, uma vez casados, o europeu assume o posto

---

<sup>144</sup> Cf. CYPESS, 1991.

<sup>145</sup> Cf. HULME, 1986.

<sup>146</sup> Cf. CUNHA, 2006.

<sup>147</sup> Sylvio Romero, por exemplo, considerava *Caramuru* “o poema mais brasileiro que possuímos” (ROMERO, 1888, p. 231).

<sup>148</sup> Cf. CUNHA, 2006; RIBEIRO, 2007.

<sup>149</sup> DURÃO, 1781, p. 178.

<sup>150</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

<sup>151</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

de “Rei do Brazil”<sup>152</sup>. A heroicização do português que rende as tribos nativas, desposa uma princesa ameríndia e, assim, torna-se autoridade régia sobre a sociedade local é evidente apologia ao projeto expansionista. Porque no colonialismo português, distintamente do anglo-saxão, a mestiçagem é antes praxe do que exceção, o matrimônio entre o explorador e a nativa simboliza o nascimento da família brasileira e, mais ainda, alegoriza a colonização como união amorosa, em escamoteamento da violência imperial. Porém, o fito de celebrar a colonização faz que a narrativa, mesmo estribada em registros históricos, incorra na imprecisão de “solucionar” querelas geopolíticas ao coroar como rei e rainha do Brasil um português e uma filha de chefe tribal. Ora, se o comando dos líderes indígenas na América Portuguesa se restringia aos limites jurisdicionais das respectivas tribos, o fato de delegarem a Paraguaçu o posto de rainha – posição que desconheciam – para que, extensivamente, Diogo se tornasse rei, entremostra o esforço acrobático de Durão em investir de afeto a colonização e de poder o colonizador.

O tropo do matrimônio se enrobusteceu após a unificação administrativa, tal como ocorrera entre Inglaterra e Irlanda. Quando, em 1815, criou-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que marcou nominalmente o ocaso do período colonial, o Brasil, aquém de nação livre, além de mera colônia, foi alocado em posição estatutária ambígua. Uma vez que o casamento era então imaginado como união vitalícia, resistente a toda sorte de infortúnios, o discurso colonial português, à feição do inglês, também representou a fusão administrativa mediante abstrações jurídicas que a inscreviam em termos maritais. Contudo, se a Inglaterra, com o Ato de União, ratificou sua ingerência, Portugal, já depauperado, encontrou na metáfora nupcial uma forma de simular domínio. Essa hierarquia era explicitada em comentários tecidos, por exemplo, quando se debatia se o império mais lucraria em se unir à Espanha ou ao Brasil e se argumentava que mais alvissareiro seria casar-se com a primeira, conquanto a união se desse “por via do Sacramento do matrimônio”, com a ressalva de que “sendo Portugal do genero masculino seja como he natural o marido e fique sendo cabeça de Casal”<sup>153</sup>.

Como o continente americano foi, desde sempre, personificado como mulher, essa carga semântica era apropriada na representação do Brasil, por vezes referido como América, tal como nas peças alegóricas dedicadas à legitimação dos poderes instituídos. A alegoria, na clássica definição de Quintilianus como “metáfora estendida” (*continuatis*

---

<sup>152</sup> *Idem, ibidem*, p. 196.

<sup>153</sup> O PADRE AMARO, 1820, p. 351.

*translationibus*)<sup>154</sup>, teve grande voga na Modernidade. O drama alegórico, como *littérature engagée*, acercava-se do discurso político vigorante entre o fim do século XVIII e o início do XIX por se referir, de forma hipostasiada, a mazelas contemporâneas como o despotismo e a discórdia. Uma vez que a alegoria nos remete a uma significação outra que a proferida pela linguagem literal<sup>155</sup>, as peças alegóricas favoreciam o apelo emocional graças à pujança retórica da simbologia. Nesse período carimbado por turbulências políticas em Portugal, o teatro constituía arena de manifestações partidárias em que, segundo um crítico literário, remissões políticas “enlouqueciam as plateias”<sup>156</sup>. Os dramas alegóricos celebravam solenidades da corte, a exemplo de *União Venturosa*, encenado no Brasil, em 1811, para festejar o regime imperial<sup>157</sup>. Assinada por Antonio Bressane Leite, Capitão Tenente da Armada Portuguesa, a peça, produzida quando Dom João VI assumiu o trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, adocica, pelo grifo no afeto, a acidez do ponto de inflexão das relações coloniais na primavera do século XIX. Desde o título alvissareiro até o enredo, que, hoje prosaico, conformava-se à sensibilidade estética do público à época, o drama, escrito em versos brancos, propala uma aliança luso-brasileira imprescindível em face da crescente fragilização da metrópole. Quando Portugal, personificado como homem, é convidado para assistir à posse de Dom João, a Discórdia tenta impedi-lo com seus ardis, mas, malfadada, resta-lhe como *ultima ratio* ir ao Rio de Janeiro dissuadir a América, representada como mulher, de unir-se servilmente a Portugal. Para contestar essa submissão, sustenta que os homens nascem livres, conforme lecionaram os filósofos franceses, e por isso restam incoerentes os que se dobram “ao duro jugo”<sup>158</sup>. Em apologia à liberdade, a Discórdia expõe argumentos razoáveis numa conjuntura de efervescência dos ideais republicanos, mas o fato de serem advogados pela vilã deveria induzir o público a rejeitar prontamente essa perspectiva liberal. A heroína, em réplica, evoca a lei natural da obediência, assentada no fato de sermos, do berço ao túmulo, sujeitos à lei, e lembra tragédias fomentadas pela ânsia de liberdade, causadora de um “mar de sangue”<sup>159</sup>. Tal como a mulher deve obediência ao homem, a América, como entidade feminina, compreende seu lugar de subserviência em relação ao seu conquistador. Dado o intento de enaltecer a

---

<sup>154</sup> QUINTILIANUS, 1831, p. 368.

<sup>155</sup> Cf. TIERNEY-TELLO, 1996; HANSEN, 2006.

<sup>156</sup> BRAGA, 1871, p. 5.

<sup>157</sup> Cf. BITTENCOURT-SAMPAIO, 2014.

<sup>158</sup> LEITE, 1811, s.p.

<sup>159</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

união entre os países, mas condensá-la na figura do monarca, o drama, a despeito do título sentimental, não representa Portugal e América como casal, pois, nesse caso, seria coerente que eles próprios, segundo a lógica romântica, fossem coroados como rei e rainha. Assim, no epílogo apoteótico, como cabia ao gênero, Dom João, junto ao trono, recebe a coroa segurada, de um lado, por Portugal e, de outro, pela América. Contudo, a peça não prescinde da potência retórica amorosa: América e Portugal, embora irmãos, são representados em conotação amatória, unidos que são em “inquebrável prisão d’amor”<sup>160</sup>, na qual a primeira chama o segundo para que “[c]om meus braços cruzar vem já teus braços” e este deseja “[q]ue em tão doces prisões pronto m’enlace”<sup>161</sup>.

Convertido em império, o Brasil, país monárquico circundado por repúblicas, adquiriu independência como entidade política, porém continuou preso a Portugal, já que, protagonista de insólito processo de emancipação<sup>162</sup>, era governado por portugueses pertencente à dinastia imperante na ex-metrópole. Com efeito, os ideais de independência e unidade propalados no Brasil regido pelo filho do rei de Portugal constituíam menos o desabrochar de consciência nacional coletiva do que o consórcio entre anseios por autonomia e estabilidade das províncias<sup>163</sup>. Quando, à proclamação da Independência, sucedeu-se período timbrado por enfrentamentos entre absolutistas e liberais, Dom Pedro, coroado “Defensor Perpétuo do Brasil”, revogou a Carta de 1823 por esta não contemplar interesses lusófilos e outorgou pessoalmente a primeira Constituição brasileira. O príncipe regente vacilava entre a adesão efetiva ao liberalismo em curso na Europa e a aderência ao vetusto absolutismo, compatível com seu gênio autocrático. Ao lançar mão do poder moderador, que o fazia pairar acima dos três poderes legados da Ilustração, o imperador instaurou uma monarquia absolutista travestida de Constituição<sup>164</sup>. O poder instituído, temeroso de que o império se dissipasse em repúblicas autônomas, à semelhança da América hispânica, precisava que províncias heterogêneas acolhessem como legítima a centralização do poder na figura do imperador. Porém, receava-se que Dom Pedro retornasse a Portugal, se tornasse rei, o Brasil retrocedesse à condição de colônia e se restabelecesse o Pacto Colonial, cujo exclusivismo não aprazia a elites

---

<sup>160</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

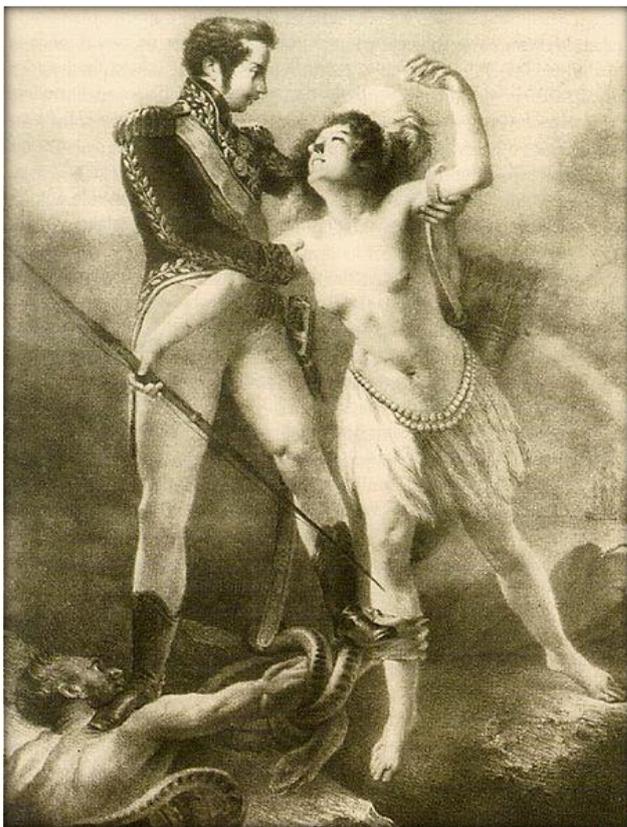
<sup>161</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

<sup>162</sup> Cf. ENDERS, 1997.

<sup>163</sup> Cf. NOLASCO, 1997.

<sup>164</sup> O texto da Carta foi informado pelo “Poder moderador”, conceito elencado nos princípios políticos elaborados por Benjamin Constant e designado para arbitrar os demais poderes (cf. CONSTANT, 1815). Tratava-se, a rigor, de um quarto poder, acrescido aos três poderes clássicos, na medida em que ao imperador cabia a tomada de medidas como a nomeação de senadores e a dissolução da Assembleia.

econômicas vorazes por *laissez-faire*. Para tanto, o Estado investiu na produção de artefatos culturais cujo ideal de nacionalidade duplicava imperativos de grupos hegemônicos como se atendesse a demandas da sociedade civil. As alegorias, elaboradas na literatura e nas artes plásticas a serviço do Estado, tinham como telos positivar a imagem de Dom Pedro. Quando a Constituição intentava ratificar o compromisso do imperador com o país, uma alegoria referente ao Juramento da Constituição o representava como guerreiro que liberta o Brasil das garras da tirania despótica (Imagem



**Imagem 5. União venturosa**

5). Na iconografia, o imperador, com os pés, detém a hidra, epítome das mazelas políticas, em performática exibição de virilidade que o inscreve como o homem ideal para conduzir a nação, alegorizada como ameríndia. Esta, vestida apenas com cocar e saia de penas como que para grifar sua vulnerabilidade, encontra segurança nos braços do herói e ambos se entreolham enamorados, em cena amorosa que oblitera tensões coloniais. Uma vez que o Brasil, personificado como uma mulher, estaria vulnerável a potestades malignas, o imperador seria a alternativa mais viável para a nação,

que, à sombra de sua espada, ficaria resguardada de tiranos e agitadores. Logo, seria imperioso entranhar essa verdade nos corações e mentes dos brasileiros por meio, sobretudo, dos olhos – não à toa se propunha distribuir a imagem por todo o império, sob o argumento de que “mais aproveita falar aos olhos do que aos ouvidos”<sup>165</sup>. Daí essa alegoria, embora institua Portugal e Brasil como namorados, não inscrever os brasileiros como ameaça à nação, como faziam as ilustrações do discurso colonial inglês a respeito dos irlandeses. Aqui o perigo não advinha, em princípio, dos brasileiros – que, afinal,

<sup>165</sup> Carta de Borges de Barros a Carvalho e Mello – Paris, 18 de outubro de 1824 (BRASIL, 1922, p. 226).

deviam ser conquistados –, mas de entidade maligna abstrata remetente, contudo, a ameaças como a insurreição popular.

O Estado, estabelecido legalmente pela Constituição de 1824, delegava direitos civis a um restrito quinhão de brasileiros segundo critério socioeconômico. Se a Independência, tecnicamente consolidada, favorecia grupos seletos, mas, de resto, a estrutura colonial subsistia, o imperador, longe de arquitetar um projeto nacional inclusivo, tentava legitimar um arranjo social verticalizado. Para tanto, as alegorias grifavam que a submissão a Portugal decorria de livre arbítrio do Brasil, que, imaginado como moça casadoira, oferecia a Dom Pedro servidão negada a varões de menor valor. Nessa lógica, o juramento, profissão de fé inquebrável, era artifício de largo uso, tal que, a certa altura de pomposa aclamação a Dom Pedro, relatava um jornal, a alegoria do Brasil jurava ao másculo português: “Dons, que neguei aos Tyrannos, / Aceita, meu Defensor, / Submissão, e fé te juro, / Meu Primeiro Imperador”<sup>166</sup>.

Entretanto, à proporção que se discutia, também no Brasil, o instituto do divórcio, a ruptura com Portugal era representada, na linguagem de gênero, como separação causada pela ingratidão da esposa. Em projeções metafóricas que invertiam o caráter doloso da colonização, o Brasil era imaginado como mulher gananciosa e oportunista, mas, lembrava Eça de Queiroz, se Europa e América “se desquitassem” e cada qual resgatasse seus bens originais, esta última ficaria depauperada de signos da civilização<sup>167</sup>. Dada a opulência do império britânico no século XIX, o discurso colonial inglês negava veementemente o divórcio; em contraposição, a desvalia do império lusitano se traduzia em metáforas matrimoniais que figuravam a separação como irremediável. O “divórcio”, pressagiava um jornal, seria incontornável porque o Brasil, em relação a Portugal, fora “creado no habito de obedecer-lhe”, mas agora havia provado da autonomia e não aceitaria ser subjugado: “Em todos os cazos há divorcio entre o Brazil e Portugal”<sup>168</sup>. A exemplo do discurso colonial inglês, também aqui a materialidade da inflexão patrimonial, *letimotiv* da empresa colonizadora, era transfigurada para a dicção conotativa por meio da metáfora matrimonial, donde se podia concluir, com referência à separação política, que “entre Portugal e Brazil houve completa separação de bens”<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> PONTES, 1822, p. 731.

<sup>167</sup> QUEIROZ, 1922, p. 179.

<sup>168</sup> O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA, 1818, p. 318.

<sup>169</sup> MAGALHÃES, 1880, p. 62.

## **CAPÍTULO II**

### **TAL RAÇA, QUAL SEXO**

*[A attitude imperial] is truly an imperial psychosis – it lectures other people about peace while prosecuting war, it harangues other people about equality while reproducing inequality and it reprimands other people about rights while torturing in Guantanamo and Abu Ghraib – and it delivers all this in a voice of absolute moral certainty. Thus western civilisation can genuinely believe that the grotesque spectacle of ‘shock and awe’ – from Hiroshima to Baghdad – can somehow convey its moral superiority. Meanwhile we – the uncivilised, the barbarous, the resisting – must continue to insist that a fair and just world cannot be built on slavery, torture or militarism. Or, indeed, civilisation.*

Robbie McVeigh e Bill Rolston, *Civilising the Irish*

## (RE)(D)(ESCRE)VER É PODER

---

*Distant objects please, because [...] they imply an idea of space and magnitude, and because not being obtruded too close upon the eye, we clothe them with the indistinct and airy colours of fancy. [...] Where the landscape fades from the dull sight, we fill the thin, viewless space with shapes of unknown good, and tinge the hazy prospect with hopes and wishes and more charming fears. [...] Whatever is placed beyond the reach of sense and knowledge, whatever is imperfectly discerned, the fancy pieces out at its leisure; and all but the present moment, but the present spot, passion claims for its own, and brooding over it with wings outspread, stamps it with an image of itself. Passion is lord of infinite space, and distant objects please because they border on its confines and are moulded by its touch.*

William Hazlitt, *Why Distant Objects Please*

**P**or que objetos distantes nos aprazem? Nos idos de 1822, o crítico de arte William Hazlitt sintetizou, numa cápsula, a nervura de nosso comprazimento por tudo quanto reside para além do horizonte: o convite à imaginação<sup>170</sup>. À imaginação se segue, como corolário, a representação, conceito nevrálgico para a crítica pós-colonial. Se passarmos em revista as formas por que se tem concebido historicamente os processos de significação pela linguagem, predominarão, *grosso modo*, três abordagens distintas, quais sejam, a *reflexiva*, a *intencional* e a *construcionista*. A primeira, de cariz especular, presume transparência entre representação e referente, tal que cumpre à linguagem atuar apenas como “espelho” refletor do real. A segunda, subjetivista, reduz a representação às intenções do autor ao tomá-lo como detentor único de um significado restrito às suas pretensões de significação e passa ao largo, portanto, da natureza interativa da linguagem, uma vez que a construção de sentidos depende de convenções enunciativas e códigos socialmente partilhados. A terceira, tributária da *virada linguística*, reconhece o caráter coletivo dos processos linguísticos, sustenta que os significados são constituídos na e pela linguagem, não confunde o mundo material com os processos simbólicos por que esta opera e tampouco refuta a existência deste, porquanto os significados são forjados não por ele, mas, sim, pelos sistemas linguísticos atuantes como *medium* de interpretação, codificação e atribuição de sentidos ao mundo material. Logo, considera que o sentido, em vez de intrínseco à materialidade do signo, é construído conforme a função simbólica que lhe é imputada; considera, ainda, que não refletimos o mundo ao representá-lo, mas de fato o criamos, pois é precisamente a mediação dos sistemas de significação que o torna inteligível. Malgrado a representação empreste sentido à realidade, seu *modus*

---

<sup>170</sup> Cf. HAZLITT, 1822.

*operandi* encerra violência simbólica perscrutável quando se interroga quem a realiza, de que forma e em proveito de quais interesses<sup>171</sup>. Por isso a representação, viga mestra da estrutura categorial, é aqui concebida, sob prisma construcionista, não como codificação especular de seu referente, mas, antes, como procedimento linguístico-discursivo no qual os significados são constituídos na e pela linguagem. Sob essa ótica, radicalizada na proposição saussuriana de que é o ponto de vista que cria o objeto<sup>172</sup>, o Outro, enquanto alteridade constitutiva do Eu, é forjado no exercício mesmo de sua representação. Logo, se a representação não é simples correia de transmissão de sentidos, tampouco implica autenticidade ou impostura, porquanto inexitem práticas de significação mais ou menos fidedignas do que outras. Donde o equívoco de críticos como Souza considerarem o estereótipo “uma representação falsa da realidade”<sup>173</sup>; ora, como a representação é sempre uma inscrição atrelada a relações de poder, o avesso de uma representação supostamente distorcida não consiste numa verídica, mas, antes, noutra representação, engendrada a partir de outra posição enunciativa. De fato, o concurso entre saber e poder, propalado no aforismo latino *scientia potentia est (saber é poder)* e aclarado na vertente genealógica foucaultiana<sup>174</sup>, exprime-se com propriedade no plano da representação, prática de significação calcada em alterizações cujo exame tem ocupado um veio analítico atento aos modos como o Ocidente metropolitano produz seus Outros discursivamente<sup>175</sup>.

No imperialismo moderno, o recurso à representação foi possível porque os colonizadores, favorecidos pelo primado da escrita, contavam com uma tecnologia de simbolismo que permitia a invenção da alteridade pela textualização<sup>176</sup>, dispositivo pelo qual o sujeito da enunciação pode escamotear seu lugar de fala mediante recursos como o mascaramento da subjetividade<sup>177</sup> e, não raras vezes, posicionar-se como narrador onisciente neutro, dotado de retina onividente e corpo onipresente, porém invisível, pois de nada participa. Esse alheamento exotópico confere efeito de distanciamento e, assim, tanto empresta objetividade ao narrado quanto reforça hierarquia entre quem escreve e quem é escrito. Uma vez que, devido a barreiras linguísticas, o objeto da representação – o colonizado – não tinha acesso aos textos do discurso colonial, as significações produzidas não seriam contestadas na colônia enquanto não se formasse uma cultura

---

<sup>171</sup> Cf. BOWKER, STAR, 1999.

<sup>172</sup> Cf. SAUSSURE, 1922.

<sup>173</sup> SOUZA, 2004, p. 123.

<sup>174</sup> Cf. FOUCAULT, 1975.

<sup>175</sup> Cf. SAID, 1978; HULME, 1986; PRATT, 1992; MCCLINTOCK, 1995.

<sup>176</sup> Cf. TODOROV, 1982.

<sup>177</sup> Cf. MAINGUENEAU, 1976.

letrada. Tampouco seriam questionadas na metrópole, visto que esse discurso, a rigor, não representava, mas, antes, apresentava o nativo pela primeira vez e, *ipso facto*, não estaria sob o juízo comparativo do leitor metropolitano<sup>178</sup>.

Se a imaginação conduz à representação, esta, por sua vez, dá-se, não raro, por meio do estereótipo, “ferramenta de categorização que permite distinguir comodamente um ‘nós’ de um ‘eles’”<sup>179</sup>. Se, em termos cognitivos, os estereótipos são imagens mentais cuja condensação semântica favorece a interpretação da realidade, em termos psicossociais são mecanismos que naturalizam relações de poder intergrupais<sup>180</sup>. Ao borrar a linha divisória entre o dado natural e o construto cultural, esse “vírus da essência”, nos termos de Barthes<sup>181</sup>, restringe os predicados de um grupo a um feixe de adjetivos tomados como essenciais. Porém, como seu teor depende das dinâmicas conflitivas de que é expressão sónica, esses predicados mal informam sobre o Outro, pois são justificações culturais arbitrárias, defluentes da heterologia como enviesada hermenêutica da alteridade<sup>182</sup>. O imperialismo, bem o sabemos, empregou esse dispositivo para estabelecer e reforçar hierarquias de poder mediante convenção representacional partilhada por enunciadores informados pelos mesmos protocolos enunciativos, já que inseridos em dada *formação discursiva*<sup>183</sup>. Essa confluência mirava o controle da produção de significantes a respeito dos colonizados para fixá-los em estável conjunto de predicados cuja referência iterativa engendrava ilusão de naturalidade.

Favorecido pelo recurso ao estereótipo, o imperialismo moderno, cevado pela primazia de (re)(d)(escre)(ver), circunscreveu os estatutos de autoridade e alteridade na dialética colonial mediante sistema de representação cuja transversalidade entre estereótipos raciais e sexuais figurava o Outro sob o signo da feminização. Emergente numa episteme balizada por disjunções de raça e gênero, o imperialismo reduzia ao determinismo biológico e ao binarismo sexual disparidades históricas, geográficas, econômicas e culturais entre grupos. Para tanto, categorizava diadicamente os povos

---

<sup>178</sup> Cf. JANMOHAMED, 1985.

<sup>179</sup> AMOSSY, PIERROT, 1997, p. 45.

<sup>180</sup> Cf. LIPPMANN, 1922.

<sup>181</sup> BARTHES, 1963, p. 71.

<sup>182</sup> Cf. CERTEAU, 1986.

<sup>183</sup> Foucault, atento às condições emergenciais do discurso (entendido como uma variedade de enunciados produzidos sob determinadas circunstâncias e regulados por regras de formação específicas), compreende a formação discursiva como um conjunto de normas que delimitam a produção de enunciados: “No caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, um sistema de dispersão similar, no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 1969, p. 53).

como masculinos ou femininos, numa economia taxonômica bidimensional de racialização do gênero e generização da raça que naturalizava assimetrias ao conceber dominação e submissão como respectivas inclinações endêmicas de povos dominantes e dominados. Escritos e ilustrados majoritariamente por homens, informados por trabalhos anteriores de outros homens, publicados e vendidos por editoras chefiadas por homens e lidos por homens, esses registros textuais se inseriam num circuito de produção, circulação e recepção falicista por excelência. Esse androcentrismo favorecia a disseminação de uma lógica binária, que inscrevia o império no polo masculino (pela masculinização) e a colônia no feminino (pela feminização) e teve recursividade nos processos de colonização do Brasil e da Irlanda, como demonstrarei no que se vai ler.



Em desdobramento da hierarquia platônica deidade/humanidade/animalidade, Aristóteles propalava que o homem livre, inferior somente à divindade, teria preeminência sobre o mundo natural, porque “é por nascimento que se estabelece a diferença entre os destinados a mandar e os fadados a obedecer”<sup>184</sup>. Esse ajuizamento autenticava, de um lado, a estratificação social, por presumir que a deficiência cognitiva determinaria a “escravidão natural” de certos tipos humanos, e, de outro, a clivagem de gênero, por pressupor que “a relação entre o homem e a mulher consiste no facto que, por natureza, um é superior e a outra inferior, um governante, outra, governada”<sup>185</sup>. Isto posto, o homem da *pólis*, criado à imagem da divindade, seria a quintessência do humano como *animal político* (*Zoon Politikon*), dotado de *isonomia*, *isegoria* e *isocracia* no espaço da *ágora*, enquanto a mulher, em posição equivalente à dos povos “selvagens”, partilharia a predestinação servil das alteridades étnicas e sociais.

Essa ontologia da diferença abriu senda para o que balizaria tanto o patriarquismo quanto o imperialismo: a analogia entre a mulher metropolitana e o homem colonizado. Basta lembrar que, no século XVI, o rei espanhol Felipe II proclamou, em decreto, que o valor testemunhal de dois ameríndios ou de três mulheres seria o mesmo daquele de um homem espanhol<sup>186</sup>. Já no XIX, a antropometria sustentava que a mulher europeia e o homem “selvagem” teriam crânio diminuto em comparação com o europeu civilizado<sup>187</sup>.

---

<sup>184</sup> ARISTÓTELES, 1998, p. 61.

<sup>185</sup> *Idem, ibidem*, p. 63.

<sup>186</sup> Cf. PAGDEN, 1982.

<sup>187</sup> Cf. STEPAN, 1982; RUSSETT, 1989.

Nesse diapasão, a teoria evolucionista concebia o desenvolvimento mental das mulheres *pari passu* com o dos “selvagens”, à semelhança dos quais se estagnara em estágio tal que suas qualidades basilares seriam “características das raças inferiores e, portanto, de um patamar de civilização ultrapassado e menos desenvolvido”<sup>188</sup>.

Ao adotar o binômio raça-gênero como estruturante de seu horizonte de significação disjuntivo, o imperialismo se socorria da díade masculinidade/dominação e feminilidade/subordinação para naturalizar assimetrias de poder geopolíticas<sup>189</sup>. Para o antropólogo alemão Gustav Klemm, a humanidade se dividia em “duas metades complementares, uma ativa e outra passiva, uma masculina e outra feminina”, e dessa correlação decorria que “somente pelo amálgama das duas raças, a ativa e a passiva – eu denominaria casamento entre povos – a humanidade se torna completa”<sup>190</sup>. Para muitos, o branco representaria “a raça máscula” da família humana e o negro “a raça fêmea”, pois, assim como as mulheres, este último, embora desprovido de faculdades racionais, era pródigo em “qualidades do coração”<sup>191</sup>. Nessa formação discursiva, o pensador francês Arthur de Gobineau adotava o gênero como parâmetro para provar a desigualdade ontológica entre as raças ao sustentar que a humanidade se distribuía entre povos masculinos e femininos. Se bem que reticente quanto às benesses do contato entre povos, esse arauto do discurso raci(al)ista os considerava complementares, na medida em que “as nações masculinas visam, sobretudo, o bem-estar material” e “as nações femininas se preocupam mais com as demandas da imaginação”<sup>192</sup>. Nesse cenário, o etnólogo vienense Adolf Jellinek, no ensaio *Die Weiblichkeit des jüdischen Stammes (A feminilidade da tribo judaica)*, argumentava que, entre as raças humanas, “algumas são mais masculinas, outras mais femininas”, pois “basta uma justaposição entre os judeus e a mulher para persuadir o leitor da verdade da tese etnográfica”<sup>193</sup>. De igual modo, o estadista alemão Otto von Bismarck, no artigo *Männliche und Weibliche Völker (Povos Masculinos e Povos Femininos)*, afirmava que “entre os povos, como na natureza, uns são masculinos e outros femininos”, tal que os germânicos “são tão másculos que não se deixam dominar”, enquanto outros são “femininos” porque “facilmente governáveis”<sup>194</sup>. A aceção de casamento entre as raças simulava a reconciliação de conflitos que cindiam a

---

<sup>188</sup> DARWIN, 1871, p. 311.

<sup>189</sup> Cf. SINHA, 1995.

<sup>190</sup> KLEMM, 1843, p. 196, 204.

<sup>191</sup> D'EICHTHAL, URBAIN, 1839, p. 22.

<sup>192</sup> GOBINEAU, 1853, p. 147.

<sup>193</sup> JELLINEK, 1869, p. 89-90.

<sup>194</sup> BISMARCK, 1917, p. 9.

chamada família humana, já que o binarismo colonizador/colonizado refletia a relação interdependente e complementar do par masculino/feminino, núcleo dessa família. Quando da constituição das ciências dedicadas à raça, os paradigmas de gênero, já naturalizados, ofereciam ao discurso racial uma consolidada noção de hierarquia. Uma vez que a criação de assimetrias raciais era tributária de arcabouço lexical vingado nas matrizes de gênero, o gradiente de masculinidade figurava como *métron* de aferição do patamar galgado pelas raças na escala evolutiva. Como epítome de virilidade, os colonizadores se apresentavam como legitimados para subjugar povos menos másculos, pois era desígnio divino “a desapareição de civilizações degradadas e raças decadentes diante das civilizações mais elevadas dos tipos de homens mais nobres e mais viris”<sup>195</sup>.

Dado que a confluência entre os conceitos de *humano* e *masculino* redundava na coincidência entre os ideais de humanidade e masculinidade, o discurso colonial, informado pela concatenação entre etnocentrismo e falocentrismo, concluía que os colonizados, se não eram humanos, tampouco seriam homens. Antes do atrelamento entre efeminação e homossexualidade pela sexologia vitoriana, entendia-se por efeminado o homem que, sem embargo de orientação sexual, exibisse atributos ditos femininos, tais como debilidade física, moral e intelectual<sup>196</sup>. Investida de significação diversa da que possui em nossa episteme, a efeminação há que ser entendida como condensador semântico que designava uma constelação de propriedades inaceitáveis num homem. Conforme doutrinas aristotélico-galênicas vigentes até a emergência do primado do dimorfismo sexual no pós-Iluminismo, haveria um único modelo genital, o masculino. Para a medicina grega, o feto seria moldado, conforme a quantidade de calor recebida, num corpo masculino quando o calor bastasse à externalização dos órgãos reprodutivos, ou feminino quando insuficiente e os órgãos permanecessem internos. Homem e mulher se distinguiriam numa escala de perfeição na qual aquela seria versão incompleta deste, que periclitava regredir ao patamar feminino por degeneração<sup>197</sup>. Por isso, tudo quanto se considerasse feminino seria degradante num homem por indicar queda ao nível da mulher.

---

<sup>195</sup> BEVERIDGE, 1908, p. 42.

<sup>196</sup> Cf. SHAPIRO, 1988; HARRIS, 1991; WILLIAMS, 1999; KING, 2004.

<sup>197</sup> Esse paradigma seria hegemônico até a consolidação do modelo bimórfico, que instauraria entre os sexos disjunção mais radical do que a simples hierarquia. Tal mudança decorreria de ruptura epistemológica sob impacto da revolução científica, capitaneada por Bacon, Descartes e Newton, cujo empirismo deslocaria o padrão cosmológico de compreensão do corpo, para descrédito do isomorfismo. Some-se a isso a emergência de cultura burguesa centrada no recrudescimento de cisões como público/privado e homem/mulher (cf. LAQUEUR, 1990).



Ao tempo que *Sumptuariæ Leges* estabeleciam *cordon sanitaire* entre grupos pelo controle polícialesco do vestuário para contenção da mobilidade de classe e gênero<sup>198</sup>, agentes imperiais sustentavam que a efeminação dos irlandeses era fomentada pela estética corporal e defendiam veto a um duplo costume dos homens nativos: o uso de mantos e cabelos compridos (*glibbes*) – vide a iconografia *Irische Kriegsleute und Bauern* (*Guerreiros e Camponeses Irlandeses*), do artista alemão Albrecht Dürer, de 1521, na



**Imagem 6. Degenerados**

qual os camponeses, descalços, estão à margem direita (Imagem 6). Subjacente à objeção/abjeção pela estética dos hibérmicos residia temor de que ambos os costumes obstassem sua domesticação, quer pela facilitação de rebeliões e crimes, quer pela transgressão de fronteiras de gênero. Ao projetar a sanha expropriatória imperial no suposto pendor dos homens nativos à rapina, o célebre poeta Edmund Spenser, quando administrador colonial, ressaltava a polivalência do manto, que teria tríplice usabilidade como “uma casa propícia para um bandido, uma cama apropriada para um rebelde e uma

---

<sup>198</sup> Cf. HUNT, 1996.

capa adequada para um ladrão”<sup>199</sup>. Convencido de que o manto, usado indistintamente por homens e mulheres, favorecia a licenciosidade destas e a criminalidade daqueles, o escritor militava pela reforma do vestuário como *conditio sine qua non* para a ingerência de corpos e mentes conforme os talentos do império. Igualmente nocivo seria o penteado do cabelo, pois qualquer fugitivo, ponderava o literato, burla a lei se “corta seu glibbe por completo, de sorte que se torna irreconhecível, ou o alonga para baixo, sobre os olhos, de modo a tornar mui custoso distinguir sua compleição criminosa”<sup>200</sup>. Os homens hibernicos, favorecidos pela alternativa de usar ou dispensar o manto e trazer o cabelo de variadas formas, assumiam diferentes visuais que ora os acercavam, ora os apartavam do feminino. Se a clivagem de gênero se materializa na fisicalidade, esse guarda-roupa identitário desafiava a bipolaridade homem/mulher e assinalava, pois, uma ambiguidade de gênero intolerável para os ingleses, obcecados pela ordem. Paradoxalmente belicosos e delicados, o manto e o cabelo seriam duplamente subversivos, e nessa bidimensionalidade residia seu perigo.

Os irlandeses, conjecturava Spencer, descendiam dos Scitas, grupo nômade asiático, do qual teriam herdado costumes efeminados<sup>201</sup>. O administrador imperial remontava aos gregos para exemplificar o potencial degenerativo do vestuário ao relatar que quando Cirus derrotou os Lídios, nação aguerrida, adulterou seus hábitos militaristas ao vesti-los “como mulheres”, de sorte que logo “suas mentes estavam tão modificadas e abatidas que esqueceram sua antiga bravura e se tornavam mui dóceis e efeminados”<sup>202</sup>. Diversamente dos másculos lídios, submetidos à feminização, os irlandeses, “naturalmente” efeminados, deveriam sofrer mutação inversa, que os erguesse a patamar de hombridade próximo (não igual) ao dos ingleses, pois não se almejava torná-los másculos, mas, sim, obedientes a códigos culturais metropolitanos. Onde a promulgação de *Penal Laws* que os forçavam a poda dos cabelos e a abolição dos mantos<sup>203</sup>. À semelhança de Sansão, os irlandeses tinham seus cabelos mutilados em gesto de castração simbólica que mirava, em última análise, à humilhação dos homens nativos por destituí-los do que ostentavam corporalmente como signo de virilidade. Humilhação evidente na

---

<sup>199</sup> SPENCER, 1809[1596], p. 86-87.

<sup>200</sup> *Idem, ibidem*, p. 89-90.

<sup>201</sup> Segundo o “pai” da medicina, “quando os citas se aproximam de uma mulher, mas não conseguem ter relações sexuais, a princípio não dão atenção a isso [...]. Mas quando duas, três ou mais tentativas são realizadas sem melhor êxito, eles, crendo ter pecado contra o Céu, [...] passam a vestir roupas de mulher, sob argumento de que teriam perdido a masculinidade. Doravante, desempenham papel feminino e, juntos das mulheres, realizam mesmo trabalho que elas” (HIPPOCRATES, 1907[5 a.C], p. 129).

<sup>202</sup> SPENCER, 1809[1596], p. 115.

<sup>203</sup> Cf. DAVIES, 1612.

balada satírica *The English-Irish Soldier, With his New Discipline, New Armes, Old Stomacke, and New Taken Pillage: who had Rather Eate than Fight*, datada de 1642, que, acompanhada de desenho (Imagem 7), ridicularizava o soldado irlandês quando das Guerras Civis na Inglaterra (1642-1651). Na balada, que praticamente descreve a imagem, o soldado é um glutão: “Esta Panela, meu Capacete, / Eu levo com carinho, /



THE ENGLISH-IRISH SOLDIER.

### Imagem 7. Pronto para a guerra

assumia a forma de “escassez” ou “excesso” de masculinidade<sup>207</sup>, não observa que a violência irracional a eles imputada constituía, também, um índice de efeminação. Outros pesquisadores incorrem no mesmo equívoco interpretativo: Thapar-Björkert e Ryan

Pois ela eu roubei / lotada de Frango e Toucinho”<sup>204</sup>. No longo processo colonizador, o estereótipo da efeminação implicou outras formas de subestimação dos homens irlandeses. Desde o século XII, quando o cronista Giraldus Cambrensis relatou que na ilha “os homens urinam sentados e as mulheres em pé”<sup>205</sup>, a inversão de papéis de gênero tinha largo uso como signo de efeminação. O axioma da inaptidão gestonária do irlandês se desdobrava em estereótipos contraditórios, como fragilidade e brutalidade, de que se distinguiam a agressividade racional e a corporeidade máscula dos ingleses. Assim, um mesmo agente imperial que identificava os guerreiros nativos como brutais acrescentava que possuíam pés e mãos “femininos”<sup>206</sup>. Ferguson, ao sustentar que, para o discurso colonial, a anormalidade de gênero dos irlandeses

<sup>204</sup> Apud PINKERTON, 1860, p. 170.

<sup>205</sup> CAMBRENSIS, 1867[1187], p. 172.

<sup>206</sup> MORYSON, 1903[1617], p. 193, 185.

<sup>207</sup> FERGUSON, 2003, p. 161.

argumentam que o homem indiano era estereotipado como “fraco e efeminado” e o irlandês como “bruto e selvagem”<sup>208</sup>; Kenny assevera que “o sujeito colonial podia ser projetado não apenas como feminino e fraco, mas também, por vezes, como agressivamente masculino”<sup>209</sup>; e Urban argumenta que o estereótipo do barbarismo nativo era condensado “no caráter hipermasculino” do irlandês bruto<sup>210</sup>. Esses estudiosos procedem a leituras equivocadas da noção de masculinidade porque, ao tomarem como horizonte referencial nossa própria episteme, não apreendem que, no sistema de representação imperial, a agressividade descomedida também era signo de emasculação. Posto que antagônicas, as categorias inocência e licenciosidade, mansidão e selvageria eram confluentes num regime de representação coerente em suas próprias contradições, na medida em que operavam todas elas como índices de efeminação. Essa polimorfia nas formas de representação indica que a flexibilidade do gênero, como categoria discursiva, dependia do propósito pelo qual era empregado, do estado das relações entre império e colônia e das condições epistemológicas que delimitavam os contextos enunciativos.

Esse tropo do guerreiro efeminado foi mais e mais difundido pelo discurso colonial à proporção que se sedimentava uma cultura anticolonial na Irlanda. Um líder revolucionário como Wolfe Tone teria “aparência efeminada”, face “morbidamente ruborizada” e voz “desprovida de energia ou vigor”<sup>211</sup>. Para provar que essa efeminação era intrínseca à raça gaélica, agentes imperiais a buscavam em ascendências longínquas, como fez James Browne ao explicar por que os antigos belgas teriam negado parentesco com os Gaus: “Uma nação guerreira como a belga [...] não podia [...] suportar a ideia de ser considerada pertencente à mesma raça que os efeminados gauls celtas”<sup>212</sup>. Porque o império dependia do recrutamento de irlandeses para seu exército, o recurso à feminização seria contraditório, não fossem alegações como a do escritor James Froude: do lado inglês, os irlandeses representam “metade da força de nossos exércitos”, mas, em lado oposto, incorrem num patriotismo caracterizado pela “paralisia da masculinidade” e suas insurreições resultam em derrotas “absolutamente vergonhosas”<sup>213</sup>.

---

<sup>208</sup> THAPAR-BJÖRKERT, RYAN, 2002, p. 306.

<sup>209</sup> KENNY, 2004, p. 17.

<sup>210</sup> URBAN, 2009, p. 269.

<sup>211</sup> WALSH, 1851, p. 102-121.

<sup>212</sup> BROWNE, 1834, p. xxxvii.

<sup>213</sup> FROUDE, 1873, p. 10-11.

Numa episteme em que religiões também eram generizadas, a ética protestante, para além de se coadunar com o espírito do capitalismo, como captou Max Weber<sup>214</sup>, referendava o imperialismo pelo rebaixamento do credo rival, o catolicismo, ao apontá-lo como indício de efeminação. Charles Kingsley, propulsor do *ethos* de virilidade



**Imagem 8. Dandy em pele de cordeiro**

imperial assentado em valores protestantes, identificava no catolicismo “uma efeminação fastidiosa, mole e lânguida, confundida com pureza e refinamento”<sup>215</sup>. Para o romancista, a religião papal concretizava “não o ideal de Deus para um homem, mas o ideal de um sacerdote efeminado”<sup>216</sup>. Já o semanário satírico *Punch*, em artigo de 1865 intitulado *Parsons in Petticoats*, escarnecia que reverendos católicos eram “muito afeitos a se vestirem como senhoras”<sup>217</sup> e incluía desenho (Imagem 8) no qual um cordeiro, em pose dengosa, admira seu rabo postico de pavão. Para a Inglaterra imperialista, que preconizava racionalidade, autonomia e empreendedorismo como valores masculinos alinhados com o projeto expansionista, o

catolicismo figurava como sua antítese devido ao diletantismo por rituais supersticiosos, à subserviência dos paroquianos ao clero e o elogio da humildade<sup>218</sup>. Nesse sistema de referências, o protestantismo seria compatível com a natureza dos ingleses, amantes da liberdade e da autonomia, e o catolicismo seria sintomático da necessidade da raça céltica obedecer orientação externa. Conforme esse sistema binário, a Irlanda – cujo norte era protestante e cujo sul era católico – seria microcosmo continental do contraste entre os eixos, na medida em que “a virilidade dos habitantes do norte” sobrepujava “a efeminação dos nativos do sul”<sup>219</sup>. A hombridade dos protestantes se devia ao fato de terem refugado

<sup>214</sup> Cf. WEBER, 1934.

<sup>215</sup> KINGSLEY, 1894[1851], p. 201.

<sup>216</sup> *Idem, ibidem*, p. 116.

<sup>217</sup> PUNCH, OR THE LONDON CHARIVARI, 1865, p. 239.

<sup>218</sup> Sobre a relação entre catolicismo e gênero na cultura vitoriana, ver O’MALLEY, 2006.

<sup>219</sup> MCCARTHY, 1904, p. 97.

“a sensualidade efeminada da Roma antiga”<sup>220</sup>. Ao se caracterizar tudo quanto impusesse ameaça à supremacia imperial na colônia como signo de efeminação se buscava, por um lado, minar as resistências anticoloniais pela ridicularização dos maiores trunfos na resistência à colonização e, por outro, nutrir a fantasia de virilidade ilimitada que animava a megalomania imperial.



Na aurora do século XVI, a diligência pela hegemonia no Oriente privou a América da atenção metropolitana, haja vista que Luis de Camões, n’ *Os Lusíadas*, faz brevíssimas referências à colônia, referida sumariamente como “De Sancta Cruz”<sup>221</sup>. Incursores estrangeiros foram tão mais prolíficos em efemérides sobre o Brasil que os portugueses ficaram à margem da produção de saberes sobre a possessão ultramarina. Ainda corriam os anos 1570 quando Pero de Magalhães Gandavo, na primeira obra historiográfica sobre o Brasil, advertia que estrangeiros melhor conheciam o território do que os portugueses por estes não serem “afeiçoados a escriptura”<sup>222</sup>. Como a literatura portuguesa, até o século XVII, foi parcimoniosa em menções à colônia, seduzida que estava pelo Oriente, coubera a outros campos discursivos produzi-la textualmente. Ainda assim, parte maior do escriturário português teve publicação tardia, vide que a Carta de Pero Vaz de Caminha, há muito soterrada nos arquivos, só foi editada em 1817.

Manancial de futuras significações do Brasil pelo imaginário lusitano, a Carta conferiu existência discursiva a essa grossa fatia da América<sup>223</sup>. Em comento, na escritura inaugural da terra devassada, sobre a pujança da flora nativa, o escrivão ressaltava a Dom Manuel que não obteriam melhor fruto que a salvação dos gentios e, portanto, a palavra de Deus deveria ser “a principal semente” ali lançada<sup>224</sup>. Em leitura gramatológica, Santiago nota que a Carta é estruturada pela metáfora da semente, termo polissêmico que prenuncia a missão jesuítica em dois sentidos como farol da colonização: a semente metafórica (o verbo), prioritária, porque justificadora da ingerência; e a semente literal (o grão), secundária, por ser o solo prolífico<sup>225</sup>. Contudo, as dinâmicas psicosssexuais do

---

<sup>220</sup> *Idem, ibidem*, p. 195.

<sup>221</sup> CAMÕES, 1572, p. 184.

<sup>222</sup> GANDAVO, 1576, s.p.

<sup>223</sup> Tem-se, inclusive, denominado a Carta pela perífrase *Certidão de Nascimento do Brasil* a partir da expressão lapidar de Capistrano de Abreu, que a definiu como “diploma natalício lavrado à beira de uma nacionalidade futura” (ABREU, 1900, p. 29).

<sup>224</sup> *Apud* CASAL, 1817, p. 34.

<sup>225</sup> Cf. SANTIAGO, 1974, 2006.

colonialismo instigam hermenêutica suplementar que identifica na metáfora botânica outra função, pois sua verve imagética e semântica guarda analogia com o ato sexual<sup>226</sup>. Uma vez que semente e sêmen provêm do mesmo complexo semântico, o primeiro termo era empregado naquele contexto lexical para designar, também, o esperma, de sorte que *lançar a semente* significava *inseminar*, no duplo sentido de ejacular (fecundar o ventre da mulher com o jorro vital) e semear (fecundar o ventre da terra com o grão vegetal)<sup>227</sup>. O enunciado caminiano insinua dúplice antinomia entre atividade e passividade ao assinalar que o colonizador deveria fecundar a terra com o germe da planta e o missionário fecundar o gentio com o germe da fé. Aqui e ali o substrato sexual enrobustece o efeito de sentido ao acentuar a inação tanto da terra quanto dos íncolas em face do homem europeu. Não é por outra razão que Padre Antônio Vieira iteraria a metáfora ao concluir que a semente (o grão/o verbo) só germinaria se expelida no coração (da terra/da gente)<sup>228</sup>.

Porque os ameríndios, ao juízo de Caminha, viviam em inocência adâmica, a Carta os caracterizaria, para alguns leitores, sob acepção pré-rousseauista de imanência da bondade humana<sup>229</sup>. Esse prisma exegético obscurece, contudo, a inflexão generizada de que são investidos pelo escrivão de bordo. Na Carta, repetidas vezes lhes são atribuídas adjetivações arrogadas ao feminino, como ingenuidade, submissão e doçura. A meu ver, as escolhas linguísticas de Caminha, longe de aleatórias, consistem na transposição do vocabulário de gênero em curso no patriarquismo metropolitano para indicar sua habilidade em traduzir a personalidade dos autóctones por meio de repertório lexical inequívoco, pertinente à esfera quotidiana das relações entre homens e mulheres. Mais, ainda: porque esse repertório aludia à hierarquização de gênero, sua apropriação sinalizaria à Realeza a facilidade da conquista. O tropo do nativo que não só acedia passivamente à sua domesticação, mas também se comprazia sob o jugo europeu conferia naturalidade à colonização por meio de estereótipos de feminilidade: enquanto os portugueses se mantinham masculinamente taciturnos, os ameríndios logo estavam “manços e seguros amtre nós”<sup>230</sup>. A mansidão impingia aos ameríndios predisposição à obediência, pois seriam de tal sorte “manfos por natureza”<sup>231</sup> que “a domesticidade era

---

<sup>226</sup> O ensaísta só consideraria a semente no sentido sexual na análise de *Iracema*, ao relacionar o sêmen do europeu Martim dentro da ameríndia Iracema à origem inter-racial brasileira (cf. SANTIAGO, 1982).

<sup>227</sup> Em dicionário do século XVIII, o verbete *semente* registra ambos os significados: “O grão, de que se desenvolve, e abrolha a planta” e “A materia seminal dos animaes” (SILVA, 1789, p. 388).

<sup>228</sup> Cf. VIEIRA, 1854[1655].

<sup>229</sup> Cf. COLI, 2006.

<sup>230</sup> *Apud* CASAL, 1817, p. 29.

<sup>231</sup> VASCONCELLOS, 1663, p. 140.

aceita por eles sem repugnância”. A subalternidade favorecia a alterização mediante disjunções de gênero por apequenar o nativo frente a paradigmas de masculinidade fincados numa noção de autonomia incompatível com sua condição de colonizado.

Essa caracterização do nativo é corolário da invenção coetânea de três figuras de alteridade na Era Moderna: a criança, a mulher e o colonizado. Atrelado à urbanização, o conceito de infância emergiu no século XVII, quando a criança, antes concebida como versão miniatural do adulto, tornou-se meramente um indivíduo em formação, que atingiria adulez plena se devidamente tutorado<sup>232</sup>. Em condições estatutárias análogas, a criança, a mulher e o colonizado seriam versões inferiores do homem adulto civilizado, quer na constituição física, como observou um antropólogo ao explicar que “o tipo de crânio feminino se assemelha [...] ao da criança e, mais ainda, ao das raças inferiores”<sup>233</sup>; quer na constituição mental, como observou um dos fundadores da psicologia social ao afirmar que, em inteligência, as mulheres “estão mais próximas das crianças e dos selvagens do que de um homem adulto civilizado”<sup>234</sup>. Essa triangulação justificava, analogicamente, três regimes tutelares: cabia ao pai educar a criança, ao marido tutelar a mulher e ao colonizador civilizar o colonizado<sup>235</sup>. Não é por outro motivo que o predicado da inocência se tornou lugar-comum em relatos sobre os brasílicos. José de Anchieta, seguro de que tinham “grande candura” e pareciam representar “o estado de inocência”<sup>236</sup>, era secundado pelo padre Fernão Cardim, ciente de que “parece que estão no estado de inocência nesta parte”<sup>237</sup>. Nessa chave, a nudez era inventariada junto da inocência, não da impudicícia, pois os ameríndios, relatava Caminha, conquanto andassem nus, não se constrangiam em “mostrar suas vergonhas” e, ao fazê-lo, tinham “tamta inocencia como teem em mostrar ho rosto”<sup>238</sup>. Quando conveniente, o discurso colonial que identificava a América portuguesa como sucursal de Sodoma considerava os brasílicos povo angelical, como sumariou um poeta quinhentista: “Tão nu de roupas quanto nu de malícia”<sup>239</sup>.

O estereótipo de feminilidade instaurava assimetria radical sob o ponto de vista da produção de saber ao distinguir o Eu, determinante, e o Outro, determinado. Como se despossuídos de história, os nativos seriam, para os colonizadores, uma folha em branco

---

<sup>232</sup> Cf. ARIÈS, 1960.

<sup>233</sup> VOGT, 1864, p. 81.

<sup>234</sup> LE BON, 1895, p. 60.

<sup>235</sup> Cf. NANDY, 1983.

<sup>236</sup> ANCHIETA, 1988[1585], p. 442.

<sup>237</sup> CARDIM, 2009, p. 179.

<sup>238</sup> *Apud* CASAL, 1817, p. 15.

<sup>239</sup> RONSARD, 1560, p. 88.

a ser preenchida com o conteúdo que lhes aprouvesse, conforme pressagiavam Manuel da Nóbrega, ao noticiar que nessa colônia “poucas letras bastam, porque é tudo papel branco”<sup>240</sup>, e Pero Vaz de Caminha, ao assegurar que “empregar se haa ligeiramente neeles quaalquer cunho, que se lhes quezerem dar”<sup>241</sup>. Que as práticas de significação obedecem ao desejo imperialista o próprio escrivão demonstraria em flagrante confissão. Quando as naus desembarcaram em *terra firma*, a ausência de interação verbal com os brásilicos os instigou a interpretar o encontro conforme sua apetência colonizadora. Ante o gestual de um dos íncolas, que, ao ver um colar de pérolas, acenava para a terra como anseio de se apossar da joia, interpretaram o movimento como se o ameríndio almejasse trocá-lo por abundante ouro: “Isto tomavamonos asy polo desejarms”<sup>242</sup>. Na disjunção entre autoridade e alteridade, o “selvagem” constituía, a rigor, um construto teórico formulado pela imaginação espacial europeia, e por isso “tinha de adornar esta ou aquela hipótese *a priori*, tornando-se cruel ou nobre, licencioso ou casto, canibal ou humano conforme conviesse ao observador ou à teoria”<sup>243</sup>. Se o “selvagem” precisou ser inventado antes de descoberto, só pode ser compreendido, enquanto transposição, como pertencente à organização interna da cultura europeia<sup>244</sup>; afinal, porque as representações informam mais sobre o observador do que sobre o objeto, o relato de viagem, sob a aparente objetividade, “produz um retorno, de si para si, pela mediação do outro”<sup>245</sup>.

À alegada inocência dos brásilicos se somava um gênio instável, que agentes imperiais vinculavam ao feminino. Na cultura ocidental, a oposição entre estabilidade e inconstância é uma das pedras angulares da estratificação de gênero pela amplitude significacional de ambas as tornarem catalisadores semânticos de estereótipos correlatos – que se recorde o adágio shakespeariano “Instabilidade, teu nome é Mulher”<sup>246</sup>. A estabilidade, vinculada ao masculino, evoca virtudes como equilíbrio, firmeza e confiabilidade; opostamente, a inconstância, associada ao feminino, remete-nos a vícios como desequilíbrio, fraqueza e leviandade. Na linguagem ordinária, tais cadeias associativas dicotômicas são encapsuladas em enunciados proverbiais como “honrar as calças ou vestir saias”. Se bem que a dicotomia de gênero estabilidade/inconstância

---

<sup>240</sup> NÓBREGA, 1955a[1549], p. 439.

<sup>241</sup> *Apud* CASAL, 1817, p. 30.

<sup>242</sup> *Apud idem, ibidem*, p. 17.

<sup>243</sup> MALINOWSKI, 1929, p. 537.

<sup>244</sup> Cf. BARTRA, 1992.

<sup>245</sup> Cf. CERTEAU, 1980.

<sup>246</sup> SHAKESPEARE, 1733c[1599-1601], p. 163.

remontasse à Antiguidade<sup>247</sup>, na conjuntura de consolidação do império luso o mito da inconstância plasmava discursos diversos, do científico ao clerical, do jurídico ao literário<sup>248</sup>. O estereótipo da mulher instável, porque dotada de fisiologia cíclica isomorfa à natureza, informava a reação dos agentes imperiais evangelizadores à dificuldade em cumprir tarefa que inicialmente se lhes parecia de fácil conseguimento: a conversão dos gentios. Pero Vaz de Caminha, na epístola mesma em que sublinhava a mansidão dos indígenas, alertava que, quando finalmente amansados, “logo de huuma maaõ pera ha outra se esquivavam, coma pardaaes de cevadouro”<sup>249</sup>. A atribuição de inconstância dava ao ameríndio faculdade única: a escolha passiva entre recusa e aquiescência. Ciente de que os nativos deveriam ser dominados com prudência, como faz o homem com a mulher, o escrivão lecionava que “homeem nom lhes ousa de falar riço, per se mais nom esquivarem”, e receitava condescendência capciosa, na qual “todo se pasa como eles querem, polos beem amansar”<sup>250</sup>. Contudo, entre teoria e prática havia um hiato que Pero de Magalhães Gandavo apreendeu quando os definiu como “muy inconstantes & mudaveis”<sup>251</sup>, tanto que “crem de ligeiro tudo aquillo q lhe persuadem por difficultoso & impossivel q feja, & cõ qualquer diffualçam facilmente o tornã logo a negar”<sup>252</sup>. Seria esse o nó górdio da empresa catequética, ponderava Manuel da Nóbrega, pois a inconstância resultava que “com a mesma facilidade com que dizem pã (sim), dizem aani (não)”<sup>253</sup>. A constatação do que se lhe parecia fraca absorvência o autorizava a concluir, em *non sequitur*, que “os Brasis ainda depois de crer são incrédulos”<sup>254</sup>. A declaração obscura exemplifica como os indígenas, mesmo quando supostamente se rendiam ao catolicismo, mantinham-se vinculados aos seus próprios repertórios culturais. Se não podiam confrontar radicalmente a autoridade colonizadora, trapaceavam códigos religiosos europeus mediante condescendência estratégica – ou, no dizer de Bhabha, “civilidade dissimulada” (*sly civility*)<sup>255</sup> – na qual, sob a aparente aquiescência à cristianização, subvertiam os códigos instituídos no ato mesmo de sua manifesta acedência. José de Anchieta compreendeu a astúcia dos brasis, que, quando pareciam assimilar o credo

---

<sup>247</sup> A definição aristotélica das mulheres como frias e húmidas, contrariamente aos homens, quentes e secos, embasaria a conceituação do feminino como inconstante, em contraposição à firmeza masculina. Recorde-se a inconstância da deusa romana Fortuna, que poderia trazer tanto infortúnio quanto boa sorte.

<sup>248</sup> Cf. DAVIS, 1975; ARMON, 2016.

<sup>249</sup> *Apud* CASAL, 1817, p. 25.

<sup>250</sup> *Apud idem, ibidem*.

<sup>251</sup> GANDAVO, 1576, p. 45.

<sup>252</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>253</sup> *Idem, ibidem*, p. 223.

<sup>254</sup> *Apud* VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 22.

<sup>255</sup> Cf. BHABHA, 1985.

católico, refluíam para suas práticas culturais, e por isso não se apressava em batizar os nativos “por precaução”, pois logo retornavam “ao vômito dos antigos costumes”<sup>256</sup>.

Antônio Vieira explicou a inconstância dos nativos ao cotejar o mármore, que se deixa esculpir, e a murta, imodelável senão provisoriamente. Ao sublinhar a incapacidade da “alma selvagem” de se “marmorizar”, o jesuíta a relacionava à estátua vegetal entalhada sobre a murta, cujos galhos a desfiguram tão logo começam a crescer<sup>257</sup>. Em apreciação dessa analogia, Viveiros de Castro sustenta que a inconstância dos ameríndios constituía um traço epistêmico ignorado pelos catequizadores. Enquanto os europeus, como proteção identitária, acautelavam-se no contato com alteridade, os ameríndios, em lógica inversa, forjavam sua identidade a partir da interação mesma com o Outro<sup>258</sup>. Sem considerar o coeficiente de gênero engravado na ideia de inconstância, o antropólogo a positiva como elemento identitário e, ao fazê-lo, acaba por iterá-la, embora com outro estatuto. Pode-se considerar, à primeira vista, que a noção de homem se referia ao ser humano universal, mas, se levamos em conta que homem e humano tinham relação praticamente sinonímica, em última análise se tratava de uma clivagem de gênero. O uso do vocábulo “homem”, no discurso humanista, para designar a espécie humana indica que esse homem universal era idealizado no masculino e, conquanto designasse a humanidade *lato sensu*, referia-se ao varão, considerado a perfeição do humano. Quando se alegava que os colonizados não eram homens não se queria grifar simplesmente que não eram humanos, pois naquela episteme a oposição animal *versus* humano embutia gradação valorativa mais complexa em que, numa visão piramidal, figuravam, da base para o topo, i) o animal; ii) o *homo silvestris*; iii) o colonizado e a mulher metropolitana; e iv) o homem adulto europeu. Ora, tanto a inconstância era índice de aferição de gênero que servia para se ajuizar se os brasílicos eram homens ou não. Manuel da Nóbrega expunha essa dubiedade sobre o estatuto de gênero dos ameríndios ao conjecturar “se elles não são homens”<sup>259</sup>. Por sua vez, Padre Antonio Vieira, quando detectava ser essa gente “a mais inconstante” que havia no mundo<sup>260</sup>, com a ressalva de que o empenho “os fará homens”<sup>261</sup>, sugeria que estavam aquém do masculino.

---

<sup>256</sup> ANCHIETA, 1984, p. 70-71.

<sup>257</sup> Cf. VIEIRA, 1683.

<sup>258</sup> Cf. VIVEIROS DE CASTRO, 1992.

<sup>259</sup> NÓBREGA, 1954, p. 82.

<sup>260</sup> VIEIRA, 1959, p. 404.

<sup>261</sup> *Idem, ibidem*, p. 423-424.

Ao representarem os brasis como efeminados, os portugueses enfrentavam a contradição de serem, eles próprios, pertencentes a um império cujo raquitismo econômico era creditado ao modo inviril como administrara sua fortuna. Quando as nações mercantilistas europeias se lançaram às águas continentais por novas rotas comerciais, os portugueses, como se sabe, foram os primeiros a peitarem o temido Atlântico. À época que Vasco da Gama descobriu novo caminho para as Índias, os lusitanos converteram o Atlântico no principal eixo comercial intercontinental e Lisboa no maior centro mercantil da Terra. Esse pioneirismo preencheu não apenas os cofres de Portugal, mas também as páginas de sua literatura. Na primeira menção ao Brasil em ficção portuguesa, o *Auto da Fama* (1516), de Gil Vicente, a personagem homônima, alegoria das proezas lusitanas além-mar, leciona como atingir a glória: “Com ilhas mil / Deixae a terra do Brazil: / Tende-vos á mão do sol, / E vereis homens de prol, / Gente esforçada e varonil”<sup>262</sup>. Numa episteme que qualificava o expansionismo como empresa viril, os portugueses seriam paladinos da hombridade por agirem com sabedoria ao deixar provisoriamente a terra recém-descoberta e seguir arando os mares. Ainda que tragado pela onda ufanista, Luís de Camões já atentava para o perigo da efeminação ao advertir os patrícios contra prazeres sensoriais que, à época, seriam obstáculos à virtude máscula, traduzida, no contexto das Navegações, pela dilatação do império: “Não cos vários deleites & infinitos, / Que afeminão os peitos generosos: / Não cos nunca vencidos appetitos / Que a Fortuna tem sempre tão mimosos”<sup>263</sup>. A hegemonia mercantilista ibérica avistou sua curva descendente já em fins do século XVI, quando peitada por outras metrópoles europeias. Afeito ao luxo, o império era refém de sua imprevidência gestonária, colapsada com a fuga da corte para a colônia por ocasião das invasões napoleônicas. Porém, quando o traumatismo assombra a mente lusitana se lhe antepõe um delírio de grandeza como elmo contra o impacto da realidade<sup>264</sup>. Não faltavam técnicas para encobrir as ranhuras na imagem de Portugal, a começar pela insistência de que o império se mantinha viril, materializada em iconografias que personificavam o país como homem hercúleo. Vide a alegoria à estátua equestre de Dom José I (Imagem 9), que ilustra livro de Joaquim Carneiro da Silva<sup>265</sup>. Na imagem, Portugal é personificado como homem aquilino e seminu, recurso pictórico para indicar, na perfeição física, grandeza

---

<sup>262</sup> VICENTE, 1834b, p. 51.

<sup>263</sup> CAMÕES, 1572, p. 113.

<sup>264</sup> Cf. LOURENÇO, 1988.

<sup>265</sup> Cf. SILVA, 1775.

moral correspondente. Enquanto seus pés esmagam serpentes alusivas aos jesuítas, a Imortalidade, simbolizada por um anjo, coroa sua fronte. Não obstante suas provações, o império, sugere a imagem, mantém-se ereto e robusto, como exprime sua representação metafórica, cuja virilidade é reforçada pelo leão que a acompanha.



**Imagem 9. Um imenso Portugal**

Quem admitia a desvirilização do império a creditava à biologia. Portugal seria uma nação que atingira robustez plena quando outras estavam ainda na puberdade ou infância, e agora chegava à velhice, ao passo que aquelas finalmente atingiam idade viril. Nessa grade de leitura, Portugal fora uma nação formada por “homens como nunca a terra vira”<sup>266</sup>, porém sua “virilidade moral” culminara no final do século XV e o país ora envelhecia<sup>267</sup>. Quando a crise lusitana atingia seu paroxismo, a analogia entre o corpo do Estado e o corpo individual fornecia explicação simplista para esse declínio: como as nações são similares aos indivíduos, se no sujeito mal constituído a “idade

viril” é efêmera e logo se “decae da mocidade para o pender da velhice”, tal ocorre nas sociedades mal organizadas<sup>268</sup>.

Se, de um lado, os agentes imperiais concordavam que o povo português carecia de um “spirito de nação valido e viril”<sup>269</sup>, de outro depositavam na colônia a culpabilidade pela emasculação do império. A metrópole, passados seus dias de glória, perdia levas de portugueses que rumavam para a antiga colônia, sobretudo após o veto ao tráfico negreiro, que impeliu o Brasil a arregimentar mão de obra europeia, para também atender ao

<sup>266</sup> HERCULANO, 1843, p. 43.

<sup>267</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>268</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>269</sup> ALMEIDA, 1921, p. 405.

desígnio do branqueamento racial. Em inusitada inversão estatutária, à proporção que a metrópole se descentralizava, a ex-colônia adquiria nuclearidade, sobretudo após a instalação da família real no Rio de Janeiro e a sistemática debandada de portugueses<sup>270</sup>. Essa “sangria” que debilitava “o corpo do Estado”<sup>271</sup> teria amplo contributo da ex-colônia, pois, embora outros países surrupiassem portugueses, “[o] Brazil não sangra menos a Portugal”<sup>272</sup>. Porque os brasileiros recebiam os “mais valentes homens de Portugal”, arrazoava o escritor Ramalho Ortigão em ufanismo passadista, os patricios, ao perderem “o mais rico do nosso sangue”, tornavam-se “anêmicos”<sup>273</sup>. Os portugueses foram, a bem dizer, menos colonos do que imigrantes em sua própria jurisdição ultramarina. Ainda que corolário do perecimento econômico lusitano, a emigração era quase um crime de lesa-pátria e, como tal, provocava ressentimento cujo sintoma mais flagrante consistia no estereótipo do brasileiro de torna-viagem. Tratava-se do emigrante que, instalado no Brasil a trabalho, regressava ao solo pátrio com gorda poupança financeira e modos tropicalizados que o tornavam objeto de escárnio entre os compatriotas. Embora fosse português, o personagem encapsulava uma gama de estereótipos sobre o Brasil, dado que suas alterações eram enfatizadas a partir do universo simbólico de referências a respeito do país, tanto que se lhe denominava simplesmente *brasileiro* para indicar que sua degeneração se devia ao fato de ter-se abrasileirado. O brasileiro que exibia riqueza numa conjuntura de recessão obrigava os portugueses a recordarem a antiga vanglória do império, e talvez resida aí, no revolvimento de feridas narcísicas, a chave de sua abjeção, acentuada pela agravante de ter-se endinheirado numa antiga colônia. Nada mais reparador (e contraditório) do que estereotipar como efeminado aquele que ostentava poder – signo de virilidade – perante as misérias de seus pares.

A ideia de efeminação também servia para depreciar transfigurações do idioma metropolitano pelos brasileiros, que supostamente deturpavam a gramática portuguesa. A prosódia cadenciada que emprestavam à língua de Camões desagradava escritores como Camilo Castello Branco, que, em apreciação da produção literária de brasileiros, ressaltava as “blandícias” da “morbidez brasileira”, bem como o “mimo elanguescido” e o modo como se “afemina tão artificialmente”<sup>274</sup>. Da longevidade desse estereótipo de

---

<sup>270</sup> Entre 1855 e 1914, entraram no Brasil quase um milhão de portugueses, e, depois de acentuada redução quando da Primeira Guerra Mundial, outros 320 mil vieram entre 1919 e 1929 (cf. LEITE, 2000).

<sup>271</sup> CUNHA, 1820, p. 44.

<sup>272</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

<sup>273</sup> ORTIGÃO, 1947[1874], p. 90.

<sup>274</sup> CASTELLO BRANCO, 1876, p. 252-253.

gênero aplicado à língua daria mostras, já em meados do século XX, Elizabeth Bishop, que, em relato de sua estada no Brasil, observou que o português falado no país tendia a conferir leveza à língua pelo uso de diminutivos. Essa adaptação criativa desagradaria o purismo lusitano, porquanto “os portugueses consideram ‘afeminado’ o português do Brasil – encantador quando as mulheres falam, mas não uma língua para homens”<sup>275</sup>.

Se bem que a poeta estadunidense fosse antes testemunha do que agente imperial, seu relato dimensiona o quanto o estereótipo do brasílico efeminado era reproduzido, também, por agentes imperiais acessórios, provindos de outras metrópoles colonizadoras. À época em que a abertura dos portos às “Nações Amigas” atraía o escrutínio científico de naturalistas advindos de outros centros europeus, viajantes franceses, ingleses e alemães se alinhavam a esse regime de representação ao produzir saberes a respeito do Brasil por meio de narrativas de viagem lavradas sob a lógica do binarismo de gênero. É revelador que o naturalista francês Alcide d’Orbigny tenha descrito a raça Brasileo-guarani (*Brasilio-guaranienne*), na qual estariam ameríndios brasílicos, como possuidora de “traços efeminados” e “fisionomia doce”<sup>276</sup>. Longe de restrita aos ameríndios, a efeminação se estenderia ao caráter dos brasileiros em geral, que, atávicos a um espaço antropomorfizado como mulher, teriam identidade atrelada à noção de gênero. Para o famoso viajante inglês Richard Burton, certo de que a natureza do país possuía aspectos masculinos e femininos, esses elementos antitéticos reverberariam na personalidade daqueles ali viventes: “Tais efeitos da natureza, ao mesmo tempo masculinos e femininos, alternadamente afáveis e austeros, afetam necessariamente o caráter nacional”<sup>277</sup>.

Contudo, a tática da feminização era tão mais adversa quanto mais patente o declínio do império e o aprumo do Brasil como sustentáculo da economia metropolitana. Num contexto no qual a autonomização política da colônia se tornava inevitável, recorria-se ao discurso de gênero para se argumentar que o Brasil não era ainda nação viril por não ter atingido masculinidade mandatária para autogestão. Numa equação de compensações, Portugal, escarnecido pela Europa, desdenhava a colônia, como se o estigma de emasculação imposto aos brasileiros cobrisse as ruínas morais do império. Proclamada a Independência do Brasil, duvidava-se, pois, que Dom Pedro conseguiria erguer no país um império a partir de “um povo ocioso, molle, e effeminado”<sup>278</sup>. Mesmo

---

<sup>275</sup> BISHOP, 1962, p. 12.

<sup>276</sup> ORBIGNY, 1839, p. 249.

<sup>277</sup> BURTON, 1869, p. 21.

<sup>278</sup> MIRANDA, 1832, p. 11.

quando o discurso colonial reconsiderava o estereótipo da feminização devido ao relevo econômico do Brasil, referia-se ao país como “creança admirável”<sup>279</sup>, “vigorosíssima creança”<sup>280</sup>, “povo infante”<sup>281</sup> e “adolescente heróico”<sup>282</sup>, nunca como homem. Sugeriria-se que o Brasil-Menino, enquanto não se tornava másculo, carecia dos cuidados tutoriais de Portugal. Donde menções enfáticas a “grandes enfermidades” de que “este menino gigante” poderia ser acometido “antes que chegue á sua virilidade”, porque ainda carente de “estado vigoroso” o bastante para “marchar unicamente sobre si”<sup>283</sup>. Dissimulava-se, assim, uma condição inversa, em que Portugal, sob excusa do paternalismo, dependia do Brasil para recobrar a virilidade necessária à restauração de sua grandeza. Reveladoramente, um manifesto assinado pelo regente Dom Pedro reconhecia que somente do Brasil o império luso adquiriria forças para reaver “sua virilidade antiga”<sup>284</sup>.

Não obstante o Brasil fosse tratado com “asperezas de padrasto”, mais do que com “mimos de pae”<sup>285</sup>, argumentava-se, erros gestionários não eclipsavam o elo parental, porquanto a progenitura sugeria conexão indissociável, porque assentada na biologia. O aferro à glória esvaecida na poeira dos tempos se traduzia em discurso saudosista cuja figura do ancião, evocadora de ancestralidade, emprestava estima à imagem de Portugal. Podia-se então pavonear que “este velho venerando e heróico”, outrora dotado de “animo valente”, “abriu metade da Terra á outra metade” e “gerou o Brasil”<sup>286</sup>. Numa episteme em que metáforas de parentesco emprestavam potência retórica a formulações geopolíticas, o Brasil era referido como um império “que nós baptisámos” e “aleitámos com as nossas doutrinas” e cujos êxitos eram logrados “com muita honra e gloria nossa”<sup>287</sup>. A perda da propriedade ultramarina era, pois, minorada por metáforas que atribuíam caráter derivativo ao Brasil, representado como “descendente” de uma nação “nobilíssima”<sup>288</sup>. Recorria-se, mesmo, à atadura fetal, contraditória numa relação paterna, para reclamar que “o Brasil cortou o cordão umbilical que o prendia á placenta da metrópole”<sup>289</sup>. Porque as conquistas marítimas logradas nos séculos XV e XVI tornaram o império soberano em seu ápice, o apego à história, em perspectiva teleológica, conferia

---

<sup>279</sup> CORDEIRO, 1874, p. 54.

<sup>280</sup> *Idem, ibidem*, p. 54-55.

<sup>281</sup> MOREIRA, CORRÊA, 1902, p. 38.

<sup>282</sup> VIEIRA, 1925, p. 182.

<sup>283</sup> LEÃO, 1822, p. 43.

<sup>284</sup> PRÍNCIPE REGENTE (José Bonifácio de Andrada e Silva), 1822, p. 463.

<sup>285</sup> CORDEIRO, 1874, p. 54-55.

<sup>286</sup> *Idem, ibidem*, p. 54.

<sup>287</sup> TULLIO, 1842, p. 341.

<sup>288</sup> MOREIRA, CORRÊA, 1902, p. 38.

<sup>289</sup> MAGALHÃES, 1880, p. 52.

feição atemporal àquele que fora o maior, porém o mais efêmero dos impérios modernos. O Brasil era chamado de “legítimo filho da sociedade portuguesa”<sup>290</sup>, numa operação inversora que ressaltava a legitimidade da condição filial para asseverar, na verdade, que Portugal era legítimo pai. A acepção de descendência tinha efeito reparador sobre a ferida narcísica ao indicar que o império, longe de arruinado, teria somente deslocado seu centro de gravidade. A noção de continuidade mitigava o senso de fracasso em metáforas que contrastavam a infância do Brasil, possuidor de futuro, mas sem passado, à velhice de Portugal, dotado de passado, mas sem futuro. O Brasil seria, no dizer de um poeta, “nosso herdeiro, continuador da raça e língua nossas, mantenedor da Lusitanidade e do seu ritmo imortal”<sup>291</sup>. Porém, uma vez que o Brasil, atingida a maioridade, não mais se curvava ao jugo de Portugal, o pai reprovava a conduta rebelde do filho, que se desvencilhara das amarras paternas para desenhar sua própria sorte. O discurso apologético ao unionismo presumia que Portugal e Brasil eram incapazes de se manter cada qual à própria custa, pois aquele se tornara, desde fins do século XVI, potência periférica, subordinada ao império britânico e dependente do Brasil, que, por sua vez, carecia de unidade, senso de nação e tradição nas Letras. Embora apelassem à biologia para efeito de naturalização, os portugueses reconheciam que, não revisse o pai sua postura senhorial, a ligadura não se manteria, porque, avisava Pacheco Leão, “[o] filho adulto pede a benção ao pai” se este for amigável, porém o “desempara” se o tratar “como tyranno”<sup>292</sup>. A cobrança por deferência presumia que a colonização teria despertado a América e que o Brasil deveria retribuir, como bom filho, ao pai que tudo fizera pela sua formação, pois quando há “veneração do filho para com o pai”, complementava o ensaísta em constatação retórica, este último recebe “recompensa do amor filial” pelos “desvellos que teve com sua educação”<sup>293</sup>. Essa postura parental foi bem esboçada pelo escritor austríaco Stefan Zweig, ao afirmar que, com o desenvolvimento da colônia,

É o filho que agora sustenta o pai, e não o inverso. [...] O Brasil, em comparação com a “pequena casa lusitana”, é um mundo. Mas quanto mais forte, mais viril, mais firme se torna o Brasil, tanto mais visivelmente revela a metrópole o receio de que seu filho, que se tornou demasiado forte, possa um dia abandonar a sua proteção. Constantemente Portugal tenta orientar o filho, que já atua por si e já

---

<sup>290</sup> OLIVEIRA MARTINS, 1880, p. 54.

<sup>291</sup> VIEIRA, 1925, p. 182.

<sup>292</sup> LEÃO, 1822, p. 27.

<sup>293</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

pensa por si, como se este ainda fosse menor. Tem que impedir à força que o filho se torne independente<sup>294</sup>.

Quando era inviável representar os brasileiros sob o signo da feminização, da infantilização e mesmo da filiação, a alternativa derradeira – que, vale dizer, subsiste ainda em nossos dias – consistiu na retórica da irmandade luso-brasileira para tipificar as relações bilaterais entre os países. Em apologia à confraternização, portugueses assinalavam aditamentos mútuos do luso-tropicalismo para os irmãos, mesmo após a autonomização política da colônia, visto que os brasileiros continuavam “irmãos dos portugueses” e formavam “uma grande família”. O discurso colonial agora frisava o caráter natural do elo entre portugueses e brasileiros como “dois irmãos que constituíram casa separada”, porém “não esqueceram a origem commum e o grau tão proximo de consanguinidade em que estão”<sup>295</sup>. A inflexão seletiva da memória permitia passar ao largo das malquerenças históricas entre metrópole e colônia, como fez um poeta ao ovacionar o Brasil como “irmão de Portugal – irmão querido, respeitado e amado nas suas semelhanças e nas suas diferenciações”<sup>296</sup>.

Ao empregar metáforas de parentesco, o discurso colonial reduzia complexos embates geopolíticos a um *affair de famille*. Todavia, como a relação entre grupos tem caráter antes circunstancial do que ontológico, as categorias restavam inconsistentes devido às suas próprias contradições fundantes. Em instigante estudo sobre a precariedade dos sistemas classificatórios, o escritor francês Georges Perec toma como exemplo o modo de organização de seus livros para concluir ironicamente: “O que não está ordenado de forma definitivamente provisória o está de forma provisoriamente definitiva”<sup>297</sup>. Se bem que a metáfora de parentesco, por presumir ligação biológica, constituísse um potente dispositivo retórico, as alterações contingenciais nas relações geopolíticas implicavam mutação nas simbolizações mediante rearranjo nos sistemas de parentesco. É sintomática, pois, a perplexidade de um ensaísta português diante das variações esquizofrênicas no regime de representação imperial: “Então Portugal foi – metropole –, o Brazil foi – colonia –; Portugal descobre e desbrava, dá á luz e cria o Brazil, e fica o ascendente irmão do descendente?! Que diabo de trapalhada de parentesco é esta?!”<sup>298</sup>.

---

<sup>294</sup> ZWEIG, 1941, p. 118-119.

<sup>295</sup> VASCONCELLOS, 1861, p. 123.

<sup>296</sup> BARROS, 1962, p. 20.

<sup>297</sup> PEREC, 1985, p. 40.

<sup>298</sup> MAGALHÃES, 1880, p. 51-52.

## RAÇAS DANADAS

---

*A chaque moi son objet, à chaque surmoi, son abject*

Julia Kristeva, *Pouvoirs de l'horreur*

A ambiguidade do aforismo derridiano “todo outro é todo outro” sintetiza a inscrição dilemática da alteridade na paradoxal ligadura com o universal e com o singular. Sob o signo da aporia, a alteridade constitui “exceção universal” por implicar, a um só tempo, excepcionalidade e ordinariedade<sup>299</sup>. Se bem que o outro seja inteiramente outro, tal “exceção” vale para todos os outros, já que a singularidade de cada qual tem como forçosa contraface sua mesmidade devido à equalização potencial entre as singularidades<sup>300</sup>. Em dada circunstância, cada eu será o outro de outro eu, pois, como não há ponto de referência transcendental ou autorreferencial, tudo se constitui *em relação a*, de forma dialógica, e nada *em si mesmo*, de modo solipsístico. Dessa bilateralidade entre Eu e Outro procede a cambiante posicionalidade dos sujeitos nos jogos de poder, cujo perscrutação, nuclear para a crítica cultural, remonta à dialética hegeliana. Hegel, numa tradição filosófica cuja noção de subjetividade se atrelava à de consciência, introduziu o tema da alteridade na filosofia moderna ao sustentar que a autoconsciência se assenta no domínio da intersubjetividade. Assim, promoveu viragem epistemológica ao refutar o idealismo objetivo, imperante no racionalismo clássico, que pressupunha subjetividade autossuficiente. René Descartes, *verbi gratia*, idealizava o Eu cognoscitivo autocentrado, manifesto de forma inequívoca na célebre passagem de *Discours de la Méthode* em que o precursor do individualismo racional, sondado pela incerteza de sua própria existência, identificou na faculdade mesma da dúvida a prova de que existia, uma vez capaz de pensar<sup>301</sup>. Já Immanuel Kant, na *Kritik der Urteilskraft*, preconizava o Eu transcendental, investido de primado ontológico como princípio soberano do conhecimento. Essa instância abstrata e universal, inconfundível com o sujeito empírico e singular, encerrava consciência autorreflexiva cuja unidade sintética o filósofo denominou *Apercepção transcendental*<sup>302</sup>. No contrafluxo dessa primazia do Eu, Hegel o inscreveu numa relação dual ao professar que “[a] autoconsciência alcança sua

---

<sup>299</sup> Cf. DERRIDA, 1992.

<sup>300</sup> Cf. BENNINGTON, 2000.

<sup>301</sup> Cf. DESCARTES, 1637.

<sup>302</sup> Cf. KANT, 1792.

satisfação somente noutra autoconsciência”<sup>303</sup>. Em vista disso, a dialética hegeliana inscreveu “Senhor” (*Herr*) e “Escravo” (*Knecht*) como figuras filosóficas numa alegoria da autoconsciência como corolário de tensão intersubjetiva na qual a tomada de consciência-de-si depende do que se lhe opõe, a consciência-do-outro. Como a autoconsciência só se reconhece quando reconhecida por outra, futuros Senhor e Escravo travam duelo por reconhecimento (*Anerkennung*) no qual o primeiro se dispõe ao risco de morte, enquanto o segundo, preso ao mundo material, reluta em se arriscar, e essa discrepância define o triunfo daquele sobre este. Usufrutuário do servilismo do Escravo e das benesses de seu labor, o Senhor vive, contudo, impasse existencial por obter reconhecimento anódino, advindo de quem ele próprio não considera consciência autônoma e por isso não reconhece<sup>304</sup>. Acresce que a interposição do Escravo entre o Senhor e os objetos torna o último tão dependente dessa mediação que obsta seu acesso à autoconsciência. Noutra vértice, o Escravo, mesmo sem reconhecimento, tem primazia de manipular os objetos e, logo, pode-se haver com sua consciência materializada no produto de seu engenho. Graças à verve sublimatória da atividade laboral, aquele que, em princípio, subordina-se ao crivo alheio encontra no mesmo ofício que o escraviza a chave do empoderamento simbólico porque o trabalho confere sentido à sua existência<sup>305</sup>.

Ao abrir veredas para reflexões em torno da antinomia identidade/alteridade e da flutuação de hierarquias aparentemente inamovíveis, essa reflexão informou, por exemplo, a exegese marxista da história, cujos elementos dialéticos foram apropriados da fábula hegeliana e acrescidos de inflexão materialista. Nos estudos pós-coloniais, por sua vez, a aclimatação da dialética hegeliana tem sido controversa desde que Fanon, em apreciação do colonialismo como reinscrição geopolítica da díade Senhor/Escravo nas respectivas figuras do colonizador e do colonizado, dissentiu da formulação hegeliana porque, a seu juízo, o primeiro independe do segundo para lograr reconhecimento, enquanto este é subordinado àquele, cuja posição de poder ambiciona e por isso se empenha no infactível intento de mimetizá-lo. Se para obter consciência-de-si é preciso suprassumir a alienação inerente ao enfrentamento com outra autoconsciência, como sustenta Hegel, o colonizado não sobrepuja essa alienação salvo se liberto do jugo; por isso, não deve condicionar sua autoestima ao reconhecimento de outrem, mas, antes,

---

<sup>303</sup> HEGEL, 1807, p. 111.

<sup>304</sup> Cf. KOJÈVE, 1947.

<sup>305</sup> Cf. HEGEL, 1807.

conquistá-la mediante resistência insurrecional<sup>306</sup>. Porém, tal é o impacto de Hegel em nossa episteme que, não obstante o caminho que tomemos, o filósofo alemão estará no final, à nossa espera, como bem ilustra Foucault<sup>307</sup>. Esse encontro é forçoso, entre outras razões, porque o pensador inaugural da contemporaneidade<sup>308</sup>, ao evidenciar a construção relacional da subjetividade, implodiu o solo epistemológico onde se assentava a racionalidade autocentrada. Visto que sua digressão filosófica conduziu ao enfoque na dicotomia identidade/alteridade, inevitavelmente se tem revisitado a problemática posição de Hegel nos estudos pós-coloniais, com vistas ou à ruptura taxativa pela ratificação do quanto o racismo eurocêntrico reverberou em seus escritos<sup>309</sup> ou à reconciliação pela ênfase no seu tratamento de temas caros a esse campo<sup>310</sup>. Com efeito, a teoria pós-colonial mantém patente feição hegeliana, já que resiste à fossilização de categorias em polaridades estáticas, à feição da dialética Senhor/Escravo, tomada como metáfora histórica para assimetrias de poder entre grupos diferenciados por raça, gênero e classe. Uma vez que, analogamente aos confrontos coloniais, essa prisão relacional trata de embate no qual apenas o inteiramente Outro viabiliza que o Eu se reconheça, o colonizador é menos independente do que presume Fanon. Afinal, como em nosso horizonte de significação dual a produção de sentido se dá em relação contrapontística<sup>311</sup>, tal que, nos termos de Lacan, “nenhum significado se sustenta senão em referência a um outro significado”<sup>312</sup>, a autoridade do colonizador só adquire significação quando confrontada com a alteridade do colonizado porque ambos são dependentes entre si. O que, à primeira mirada, parece tratar-se de mera “lógica de exclusão” constitui, com efeito, uma “dialética negativa de reconhecimento”; afinal, “[o] colonizador produz o colonizado como negação, mas, mediante reviravolta dialética, essa identidade colonizada negativa é, por sua vez, negada para fundar o Eu colonizador positivo”<sup>313</sup>.

Entretanto, como a ênfase analítica na oposição colonizador/colonizado pode obscurecer as contradições internas das categorias e a instabilidade do poder nos ligames coloniais, Bhabha emprega a noção de *ambivalência*, emprestada do léxico psicanalítico, para denotar a indecidibilidade entre desejo e repulsa que delimita o liame colonial. Esse

---

<sup>306</sup> Cf. FANON, 1952.

<sup>307</sup> Cf. FOUCAULT, 1971.

<sup>308</sup> Cf. NANCY, 1997.

<sup>309</sup> Cf. TIBEBU, 2011.

<sup>310</sup> Cf. BUCK-MORSS, 2009.

<sup>311</sup> Cf. SAUSSURE, 1922.

<sup>312</sup> LACAN, 1957, p. 51.

<sup>313</sup> HARDT, NEGRI, 2000, p. 128.

cunho errático mitigaria a verticalização do poder, de um lado, porque o colonizador se dirige ao colonizado com afetos contraditórios, e, de outro, porque este vacila entre a cumplicidade e a rebeldia em processo no qual o colonialismo, ainda que vise a produzir meros imitadores, acaba por engendrar sujeitos ambivalentes, cujo resvalar da mímica para o arremedo desestabiliza o domínio metropolitano<sup>314</sup>. Se colonizador e colonizado são posições-de-sujeito instauradas no complexo arcabouço de poder colonial e se as posições, embora assimétricas, não são estanques, o pressuposto de que o poder é possuído diametralmente pelo colonizador ignora possíveis formas de negociação e torna-se solidário com o próprio colonialismo porque reforça, pela iteratividade, a lógica binária. Todavia, dado que essa lógica foi codificada tanto pela retórica imperial quanto pela agenda anticolonialista, convém tomá-la como ponto de partida exatamente para explorar suas contradições. Se, por um lado, as categorias colonizador e colonizado, quando descoladas de seu contexto relacional, pouco informam sobre a materialidade dos conflitos, por outro, quando perquiridas com atenção para a heterogeneidade, são disparadores para visada caleidoscópica sobre dinâmicas de resistência e cumplicidade.



O acentrismo gestor vulnerabilizava a Irlanda em face de recorrentes expugnações estrangeiras, como quando, no século XII, foi invadida por anglo-normandos em episódio que abriria senda para a colonização inglesa. A rivalidade entre Diarmait Mac Murchada, rei de Leinster, e Tighearnán Mór Ua Ruairc, rei de Breifne, em disputas territoriais intestinas se exacerbou quando aquele raptou a esposa deste, conhecida nos anais da história como a “Helena da Irlanda”. Deposto, o raptador se exilou na Inglaterra, onde, após jurar lealdade a Henry II, obteve suporte militar para recuperar sua jurisdição em incursão, ocorrido em 1169, que abriria precedente para, logo depois, o próprio reino anglo-normando – mais tarde império inglês<sup>315</sup> – se assenhorar da ilha. Mandatório como justificção da ingerência, o processo de alterização era dificultado pela vizinhança entre metrópole e colônia, empecilho contornado pela imaginação geográfica que deslocava esta última para a zona limítrofe da humanidade.

Sob os auspícios da coroa, Giraldus Cambrensis escreveu *Topographia Hibernica* (1187), texto fundador do discurso colonial por fornecer justificções continuamente

---

<sup>314</sup> Cf. BHABHA, 1985.

<sup>315</sup> Cf. COSGROVE, 1987; HARPER-BILL, VAN HOUTS, 2003.

retomadas durante a era elisabetana<sup>316</sup>. Informado pela *Imago mundi* medieval, o cronista alocava a ilha nas bordas do ocidente e mesmo à parte da terra, como se fosse “outro mundo” (*alter orbis*)<sup>317</sup>, localização que lhe permitia caracterizá-la como um horto de anomalias sexuais. Conquanto não fosse pioneiro em escrever a Irlanda<sup>318</sup>, Cambrensis foi o primeiro estrangeiro a esboçar sua etnotopografia e o fez com tal hostilidade que se tornaria referência na fabricação de estereótipos sobre a ilha<sup>319</sup>. Ao contato primeiro com uma cultura outra logo se segue apreciação desta, não raro, como sincrônica, se contiver semelhança com a nossa, ou anacrônica, se estranha a nossos paradigmas, movidos que somos pelo ímpeto de universalizarmos nossos paradigmas evolutivos monocentrais<sup>320</sup>. Inscrito nesse sistema de significação e empenhado em comprazer ao Rei, associou a suposta voga de práticas sexuais aberrantes, notadamente o bestialismo, à profusão de seres insólitos que habitariam a ilha. A afeição dos hibernicos pelo coito antinatural explicaria a existência de criaturas como um “homem-bezerro”, assim nascido “em virtude do comércio entre um homem e uma vaca”<sup>321</sup>. Flutuantes em zonas intersticiais entre categorias antitéticas, esses seres híbridos figuravam como tropologias para a tipificação dos irlandeses, cuja hibridação entre o animal e o humano exprimia a incompletude de sua transição da natureza para a cultura em razão de práticas *contra naturam* que os rebaixavam da condição humana e, portanto, masculina. Também habitariam a ilha criaturas de sexualidade híbrida, cujo hermafroditismo reforçava o suposto desalinho de uma terra caótica em relação à harmonia cósmica. Enquanto homens-bestas colapsavam a dicotomia entre humanidade e animalidade, hermafroditas, dotados(as) de bipolaridade estruturante, colapsavam o binarismo homem/mulher. Certa criatura, informava o cronista, possuía “natureza de ambos os sexos” em tal simetria que seu rosto tinha, do lado direito, barba comprida e volumosa, e, do esquerdo, tez plenamente lisa<sup>322</sup>. A ambiguidade de gênero, ao inscrever o(a) hermafrodita nos interstícios do regime classificatório, seria signo da anomia imperante na ilha devido a práticas sexuais contrárias à ordem natural. Uma vez que, na Idade Média, cânones

---

<sup>316</sup> Cf. BRADSHAW, HADFIELD, MALLEY, 1993.

<sup>317</sup> CAMBRENSIS, 1867[1187], p. 23.

<sup>318</sup> Ainda no século primeiro d.C, o geógrafo grego Estrabão [Strabo] comentava em sua célebre *Geographia* que a Irlanda seria habitada por uma gente “mais selvagem do que os bretões, alimentando-se de carne humana, [...] e considerando louvável devorar seus pais falecidos, bem como ter comércio abertamente [...] com suas próprias mães e irmãs” (cf. STRABO, 1854, p. 298-299).

<sup>319</sup> Cf. MCVEIGH, ROLSTON, 2009.

<sup>320</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, 1952.

<sup>321</sup> CAMBRENSIS, 1867[1187], p. 108.

<sup>322</sup> *Idem, ibidem*, p. 107.

estéticos eram balizados pela concepção teológica de homem como *Imago Dei*, “[o] cristão, para quem o homem é feito à imagem de Deus, tem por monstro todo indivíduo que se desvia muito da representação que geralmente se faz da divindade”<sup>323</sup>. Convicto de que as malformações decorriam de castigo divino pela licenciosidade dos íncolas, Cambrensis se pautava em Augustinus Hipponensis, cuja reflexão sobre o estatuto dos monstros partia do axioma de que Deus não engendraria seres imperfeitos senão como lembrete aos homens – donde o atrelamento etimológico do termo *monstro* aos verbos *mostrar* e *demonstrar*<sup>324</sup>. Se, para a teratologia medieval, os monstros deveriam ser decodificados pela “mensagem” que corporificavam<sup>325</sup>, Cambrensis fez desses significantes um dispositivo de alterização ao apresentá-los como sinais enviados por Deus para lhes “mostrar” Sua reprovação em face de seus maus costumes. Ao prenunciar a clivagem capitalista entre erotismo e trabalho<sup>326</sup>, o cronista denunciava que, enquanto a civilização rumava para um progresso material que demandava exploração de matérias-primas, a Irlanda seguia ordem inversa, na qual a prodigalidade de monstros seria expressão inequívoca de sua impudicícia e, portanto, de sua efeminação.

Quando, já na Modernidade, a Irlanda passara de colônia *de jure* a colônia *de facto*, o recurso à feminização se fez pontualmente relevante. Ao mirar postura administrativa mais enérgica, o império inglês adotou, entre os séculos XVI e XVII, medidas coercitivas sob duas frentes basilares: de um lado, decretou *Penal Laws* que constrangiam irlandeses católicos e protestantes dissidentes à confissão anglicana por identificar na religião papista uma potência contravencional; de outro, adotou política de plantagens (*plantations*), na qual propriedades de nativos eram confiscadas e transferidas para colonos ingleses, com vistas a instaurar assimetria sociodemográfica feudal<sup>327</sup>. Não é casual que nesse período seja prolífica a literatura de viagem por *hommes de lettres* afiliados ao projeto expansionista e, por isso, dedicados a municiar o império com informações demográficas, delações de temeridades autóctones e sugestões de medidas interventivas. Em face de insurreições como a Rebelião de Tyrone (1594-1603), letrados ofereciam como receituário mais ortodoxia na regulação da *vita sexualis* nativa.

---

<sup>323</sup> LECOUTEUX, 1993, p. 11.

<sup>324</sup> Cf. AUGUSTINUS, 1475[5 d.C].

<sup>325</sup> Cf. KAPPLER, 1980; LECOUTEUX, 1993.

<sup>326</sup> Cf. MARCUSE, 1957.

<sup>327</sup> Cf. MONTAÑO, 2011.

“No NU, tudo o que não é belo é obscuro”<sup>328</sup>. O *dictum* de Robert Bresson condensa mutabilidade valorativa circunstancial explorada pelo discurso colonial inglês. Como se viu no capítulo anterior, a representação antropomórfica da Irlanda inscrevia a nudez como signo de beleza no desenho da ilha como corpo desejável e desejante. Tal não ocorrerá nas representações dos irlandeses, cuja ênfase na nudez a qualificará como índice da impudicícia gaélica. Em libelo por ingerência mais incisiva, Fynes Moryson creditava a degradação sexual dos autóctones à rarefeita penetrabilidade metropolitana, pois tanto homens quanto mulheres andavam nus em pleno inverno, de modo que “embrulharia o estômago [...] ver uma idosa de manhã antes do desjejum”<sup>329</sup>. Não ocorria ao viajante de pretensão omnicompreensiva que os nativos prestassem menos atenção em sua nudez do que ele mesmo, tampouco que a escassez de vestuário decorria das condições de pobreza em que a ilha era mantida pelo próprio processo colonial. Mas aos agentes imperiais interessava sublinhar motivações venéreas desse nudismo comunitário, como fez o cronista Raphael Holinshed ao relatar que a impudicícia é ali tão ecumênica que “tanto clérigos quanto leigos são sensuais e muitíssimo lassos no viver”<sup>330</sup>.

As mulheres, imaginadas como correias de transferência intergeracional dos predicados de seu clã, recebiam particular atenção do discurso colonial porque sua conduta metonimizava a da coletividade a que pertencia e, portanto, a concatenação entre selvageria e feminilidade seria útil maquinismo discursivo de feminização da colônia. William Lithgow, de passagem pela Irlanda em 1619, contava que as mulheres carregavam os filhos “em volta do pescoço e, lançando as tetas sobre os ombros, davam de mamar aos bebês pelas costas”<sup>331</sup>. Ao se referir à zona anatômica das irlandesas como “tetas” (*dugges*) em vez de “seios” (*breasts*), o viajante atribuía fisicalidade selvagem a mulheres cujas mamas hipertrofiadas e pendulares seriam expressão de sua bestialidade. Essas “tetas” bem serviriam, segundo o viajante, como “sacos de dinheiro para mercadores”, por terem “mais de meio metro de comprimento”<sup>332</sup>. À anatomia hiperbólica se somava sensualidade não menos pujante, mencionada *ad nauseam* por agentes imperiais como Edmund Spencer, cuja querela em relação ao manto implicava também as mulheres. Se os homens o usariam para se camuflar, estas se valeriam do acessório à guisa de pretexto para ocultar o produto de suas ilicitudes sexuais: “E quando tiver ela

---

<sup>328</sup> BRESSON, 1975, p. 11.

<sup>329</sup> MORYSON, 1903[1617], p. 237.

<sup>330</sup> HOLINSHED, 1585, p. 67.

<sup>331</sup> LITHGOW, 1632, p. 433.

<sup>332</sup> *Idem, ibidem*, p. 433.

preenchido seu vaso [engravado], por baixo dele [o manto] poderá esconder tanto seu fardo quanto sua culpa”<sup>333</sup>. Ao poeta elisabetano se somava o viajante Thomas Gainsford, para quem o apetite sexual dos homens nativos deixava suas mulheres “extraordinariamente satisfeitas”<sup>334</sup>. Fynes Moryson fazia eco ao delatar que, em viagens ao redor do mundo, jamais vira mulheres tão beberronas e depravadas, a julgar pelas próprias damas da elite local, que se embriagavam em festas “até mijarem em assembleias repletas de homens”<sup>335</sup>. Dada a ginofobia do imaginário renascentista, as censuras à sexualidade feminina não se limitavam às mulheres; antes, atingiam genericamente os colonizados, inclusive os homens, como sugeria Thomas Gainsford ao classificar a rebeldia anticolonial destes últimos como tão abjeta quanto “um pano menstrual”<sup>336</sup>.

Havia, contudo, quem partisse de ponto de vista diverso para atingir o mesmo fim. Num final de século XVI balizado por contundentes insurreições, John Derricke adotava o bucolismo da lírica clássica para representar a colônia, em aparente contradição, como horto repleto de beldades cuja formosura reanimaria até mesmo um homem impotente: “Não iria um semimorto reavivar / à visão daquelas nuas fadas, / das distrações que podem elas tramar, / e de suas farras variadas?”<sup>337</sup>. À diferença de seus pares, o poeta atribuía graça às irlandesas, mas tão-só para acautelar soldados ingleses a resistirem ao assédio de mulheres que, como reprodutoras, gerariam novos irlandeses rebeldes. Graças à capacidade reprodutiva, seriam elas capazes de arruinar a missão civilizadora, pois os filhos, herdeiros de seus predicados hostis, seriam os próximos rebeldes anticoloniais: os perigos da terra não residiam apenas na fúria sanguinária dos homens, mas também no corpo tenro de mulheres cujo ventre operaria como oficina diligente no fabrico de insurgentes: “E não mais encantado seja, / por suas eternas visões: / Por que o varão da paliçada inglesa, / em tal corja vá buscar distrações? / Ou então depositar boa fé / nessa raça desgraçada / Se o mal se mascara até / na face mais delicada?”<sup>338</sup>. A confluência entre raça e gênero na significação dos conflitos coloniais se dá a ver, portanto, nas ambivalências de um discurso colonial que significava o imperialismo à maneira de união matrimonial e, em simultaneidade, combatia amalgamações interétnicas.

---

<sup>333</sup> SPENCER, 1809[1596], p. 89.

<sup>334</sup> GAINSFORD, 1620, p. 119.

<sup>335</sup> MORYSON, 1908[1617], p. 198.

<sup>336</sup> GAINSFORD, 1620, p. 149.

<sup>337</sup> DERRICKE, 1883[1581], p. 29.

<sup>338</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

A ênfase na incontinência era recursiva como indicador de efeminação ao inscrever os irlandeses como alheios à razão, pressuposto viril. No século XVI, o missionário religioso Edmund Campion denunciava que a posse de meretrizes era signo de prestígio social entre irlandeses possuidores de “sortimento & estoque de putas”, como certo abastado que teria “mais de vinte esposas [...] em vinte lugares diferentes”<sup>339</sup>. Em exercício de alterização no qual o agente imperial projeta sua escopofilia pela genitália dos nativos como exibicionismo destes últimos, Fynes Morrison reparava que os homens usam calças tão aderentes ao corpo que “expõem à vista” suas partes “vergonhosas” e tanto se comprazem em exibí-las que “apertam suas camisolas na região das partes íntimas a fim de expô-las mais à vista”<sup>340</sup>. Alguns seriam tão impudicos que, sem outro meio de pagar suas dívidas, “deixavam-se ser levados como cativos, amarrados pelas partes de seu corpo que não vou nomear, até que tivessem dinheiro para se redimirem”<sup>341</sup>. Nada tão burlesco do que um homem, como castigo, ser enlaçado pelo pênis e levado por outros. Ainda que o relato tenha substrato homoerótico, no processo de fabricação da Irlanda são escassas as referências objetivas ao homoerotismo. Cabe a Moryson, pródigo em comentários sensuais, fornecer relato no qual o desejo homoerótico figura como índice de alteridade, vide a forma amistosa por que um estrangeiro fora recebido na Irlanda:

[O] supracitado Barão Boêmio, vindo da Escócia [...], contou-me [...] que, chegando à casa de Ocane, [...] foi recebido à porta por dezesseis mulheres, todas nuas, à exceção de seus mantos soltos, das quais [...] duas pareciam verdadeiras ninfas: tão deslumbrados que ficaram os olhos dele ante a inusitada visão, elas o conduziram para dentro da casa e ali se sentaram junto ao fogo com as pernas cruzadas [...] e, com tal baixeza que ofenderia olhos castos, pediram-lhe que se sentasse junto delas. Em seguida, Ocane, o Senhor da Região, entrou todo nu, exceto por um manto frouxo e sapatilhas, que tirou logo ao entrar, e, entretendo o Barão da melhor maneira em língua latina, convidou-lhe a tirar a roupa, ao que ele pensou ser um fardo sentar-se pelado ao fogo junto desse companheiro nu. O Barão, quando voltou a si depois de algum espanto com essa visão insólita, professou que estava tão inflamado com ela que, por acanhamento, não ousaria retirar seu traje fora<sup>342</sup>.

Nesse harém colonial, em que códigos de gênero se colidem à porta da casa, a moralidade estrangeira é abalada pela hospitalidade erótica, convidativa ao deleite sensorial. A narrativa, por evidente, tem como escopo contrastar a concupiscência nativa e o acanhamento do visitante recebido por comitiva de fêmeas libidinosas e por seu sultão,

---

<sup>339</sup> CAMPION, 1809[1571], p. 27.

<sup>340</sup> MORYSON, 1903[1617], p. 237.

<sup>341</sup> *Idem*, 1904[1617], p. 248.

<sup>342</sup> *Idem*, 1908[1617], p. 237-238.

que o deixa tão “inflamado” – leia-se excitado – que o constrange de tirar a roupa. O fato de mesmo o “Senhor da Região” se render à luxúria comprovaria o desregramento de uma gente desprovida de braço mais firme, pois os irlandeses a preço algum se sujeitariam ao jugo metropolitano “senão pelo temor da espada e por uma mão forte”<sup>343</sup>.

A atenção conferida à conduta sexual dos irlandeses facultava, em dimensão projetiva, a livre vazão do fascínio pela fisicalidade nativa como projeção de fantasias recalçadas sob rígido código militar e mercantilista. Mesmo condenatória, a verborragia sobre a sexualidade do Outro facultava a colocação do sexo em discurso<sup>344</sup>, na medida em que admoestações e denúncias permitiam expressão de curiosidade sexual sob a aparente neutralidade do testemunho. Se, na metrópole, narrativas eróticas eram interditas por preceitos morais, a especificidade descritiva do relato de viagem licitava menção à nudez sem prejuízo dos protocolos de decoro. Mais utilitariamente, servia à produção de alteridade racial por meio da alteridade de gênero ao ressaltar, na carnalidade, a falta de racionalidade balizadora do padrão de masculinidade hegemônico.



Se a conquista anglo-normanda se valeu da composição pluricêntrica da Hibérnia, fatiada em diversos reinos, a empresa colonizadora portuguesa também se beneficiou do pluricentrismo da América pré-cabralina, cujos habitantes viviam apartados em várias tribos às voltas com enfrentamentos intestinos. Todavia, os impérios lusitano e britânico se encontravam em patamares de maturação distintos, já que o primeiro, conforme o léxico imperialista, chegara à virilidade ainda na Renascença e, passado o seu vigor, atingiria a velhice quando o segundo alcançaria o apogeu da masculinidade. Essa disjunção “geracional” repercutia nos protocolos autoetnográficos, na medida em que os ingleses se ufanavam de seu presente e os portugueses de seu passado, bem como nas tecnologias de alterização, visto que as práticas discursivas ibéricas deveriam contornar o constante definhamento do império. Limiar entre as idades Média e Moderna, a Era dos Descobrimentos foi balizada pela oscilação dos europeus entre as cosmovisões medieval e renascentista. Nessa formação cultural, os argonautas lusitanos do século XVI vacilavam entre os discursos teológico e humanista na caracterização da alteridade. Quando travaram contato com os ameríndios, sua imaginação operou, desde logo, como engenho diligente na produção de significados sobre povos heteróclitos às suas matrizes

---

<sup>343</sup> *Idem*, 1903[1617], p. 195.

<sup>344</sup> Cf. FOUCAULT, 1976.

culturais. Porque concebiam o Outro a partir dos sistemas de referências de sua própria cultura, hostes imperiais viajavam predispostas à imaginação, cobridora dos hiatos de seus sistemas de classificação lacunares. Os exploradores, impactados por narrativas precedentes, como a literatura imaginativa de Marco Polo, traziam a bordo um estoque de imagens pré-concebidas. A ficcionalização era reforçada pela especificidade da literatura de viagem, gênero que implica desafio de transposição porque elaborado conforme retórica da alteridade na qual o universo representado deve ser inscrito naquele para o qual se volta – particularidade que faz da narrativa operação tradutora de uma experiência já intraduzível<sup>345</sup>. Nesse engenho de fabricação do Outro, inocência e lascívia confluíam em táticas de feminização porque provenientes de matrizes de significação que, por itinerários diversos, chegavam ao objetivo comum de atribuir feminilidade aos ameríndios. Se no alvorecer do século XVI, quando das primeiras fricções/ficções étnicas, agentes imperiais forjaram o mito da inocência aborígine como projeção do desejo de conquista, embaraços à empresa colonizadora logo os convenceram de que, ao contrário, os gentios eram viciosos. Agentes imperiais como Manuel da Nóbrega e Gabriel Soares de Sousa estabeleciam que os brasis são tão movidos por “inclinações e apetites sensuais”<sup>346</sup> que “não ha peccado de luxuria que não cometam”<sup>347</sup>. Coube, porém, a um belga, o poeta Caspar Barlaeus, cunhar o adágio que compendiaría o caráter heterodoxo dos códigos sexuais brasílicos: “ultra aequinoctialem non peccavi” (*não existe pecado abaixo do Equador*)<sup>348</sup>.

Se no patriarcado metropolitano o *pater familiae* tem sua hombridade franqueada pela autocracia, os brasis não seriam propriamente homens por habitarem espaço de anomia, cuja inversão de gênero seria patente no servilismo ao bel-prazer das amazonas. Haveria na América portuguesa mulheres que “imittam os homens & feguẽ feus officios como fe nam fossẽ femeas”, tal que, à revelia da estética feminina, manteriam a aparência à feição dos homens, junto aos quais tomariam parte na caça e na guerra<sup>349</sup>. Essas mulheres, supunha-se, eram sucedâneas das amazonas, figuras cuja menção como precedente histórico conferia veridicidade aos relatos. Dotadas de “uma só teta”, lutariam como homens, dos quais viveriam apartadas, “como se diz das amazonas”<sup>350</sup>. Longe de

---

<sup>345</sup> Cf. HARTOG, 1980.

<sup>346</sup> NÓBREGA, 1988[1549], p. 90.

<sup>347</sup> SOUSA, 1879[1587], p. 286.

<sup>348</sup> *Apud* CUNHA, 1967, p. 23.

<sup>349</sup> GANDAVO, 1576, p. 35.

<sup>350</sup> SOUSA, 1879[1587], p. 315.

submissas aos homens, de fato os comandariam, conforme salientou Frei Gaspar de Carvajal ao descrever que tinham os índios como “súditos”, lutavam diante deles “como capitães”<sup>351</sup> e cada qual fazia “tanta guerra como dez índios”<sup>352</sup>. Tais mulheres viveriam isoladas do grupo masculino, mas, “quando lhes vêm aquela vontade”, guerreiam contra os vizinhos, trazem-nos “à força” para seus domínios, onde os mantêm “até se enjoarem”, ficam prenhes e os devolvem para sua terra<sup>353</sup>. Finda a gravidez, “se parem filho o matam e o enviam ao pai, e, se filha, criam-na [...] e a obrigam às coisas de guerra”<sup>354</sup>. Essa figuração da feminilidade prodigiosa dá mostras da dimensão do maravilhoso no imaginário atlântico, informado por reminiscências da literatura fantástica como forma de explicação do agenciamento de ameríndias numa episteme ocidental que concebia o feminino como desprovido de verve gerencial. De todo modo, a sexualização das nativas tinha como escopo feminizar os homens pela indicação de imperar na colônia absoluta desordem dos papéis masculino e feminino, inclusive nas práticas sexuais.

Noutros casos, o enfoque na licenciosidade das mulheres fazia confluír o selvagem e o feminino num discurso colonial que conjugava etnofobia e ginofobia. André Thevet, monge franciscano que tomou parte na fundação da França Antártica – projeto francês de colonização da Baía de Guanabara –, definiu o povo dali como “muito luxurioso”, com o cuidado de destacar “especialmente as mulheres, que inventam e empregam todos os meios para arrastar o homem aos prazeres”<sup>355</sup>. Não é de admirar a ênfase no dualismo entre passividade masculina e agência feminina como traço das relações brasílicas, pois tal contraste insinuaria a efeminação dos homens. Que da atividade nas práticas sexuais – de que se esperaria imposição masculina – gozariam desde meninas em botão a senhoras vetustas indicava Gabriel Soares de Sousa ao relatar que meninos de “muito pouca idade” eram acoitados por velhotas que, já sem apelo junto aos adultos, “ensinam-lhes a fazer o que elles não sabem, e não os deixam de dia, nem de noite”<sup>356</sup>. Dessa agência feminina é reveladora uma passagem das *Quatuor Navigationes*, de Amerigo Vespucci. Na epístola em que dá conta de sua terceira viagem ao território que receberia seu nome, o cosmógrafo narra embuste no qual os ameríndios, em vez de receberem os expedicionários europeus, enviaram-lhes coorte de mulheres: “Logo que desembarcou,

---

<sup>351</sup> CARVAJAL, 1894, p. 59.

<sup>352</sup> *Idem, ibidem*, p. 60.

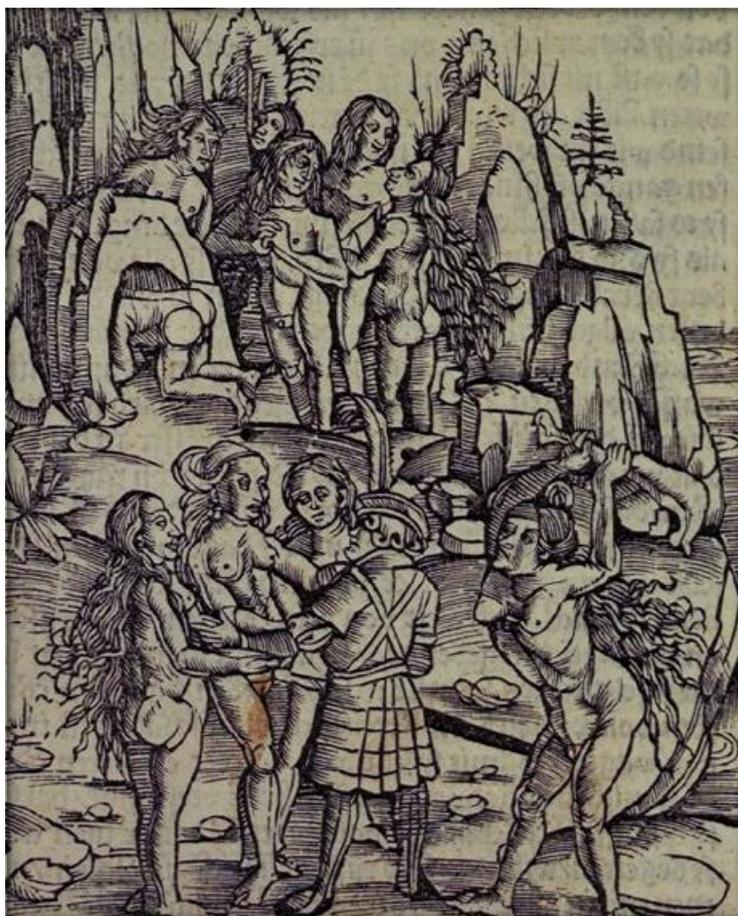
<sup>353</sup> *Idem, ibidem*, p. 60.

<sup>354</sup> *Idem, ibidem*, p. 60.

<sup>355</sup> THEVET, 1878, p. 87.

<sup>356</sup> SOUSA, 1879[1587], 286.

[o europeu designado para recebê-las] meteu-se entre elas, que, rodeando-o, tocavam-no e apalpavam-no, como que deslumbradas por ele”, relatava o argonauta, mas “da multidão surgiu uma mulher que, armada de colossal estaca, acercou-se do rapaz e, pelas costas, meteu-lhe tamanho golpe que, incontinenti, ele desabou morto ao chão”<sup>357</sup>. Numa das edições epistolográficas de Vespucci, a suposta emboscada tem versão imagética na xilogravura em que nativas distraem o europeu com prospecto de gratificação sexual para



**Imagem 10. Alegres Trópicos**

que, num *coup de théâtre*, uma outra, armada com maça, arvore-se em atacá-lo pelas costas (Imagem 10). Essa imagem chama atenção, sobretudo, pelo modo europeizado como as ameríndias são desenhadas, já que, no mais das vezes, as ilustrações das narrativas de viagem eram lavradas por desenhistas que ignoravam o Brasil senão a partir de descrições redigidas pelos autores. Numa Renascença balizada pela redescoberta do corpo segundo a estética clássica, os ilustradores, incumbidos de transformar

em criação visual descrições recebidas, desenhavam ameríndias possuidoras de corpos esculturais para os parâmetros estéticos vigentes, numa perspectiva pictórica herdada do classicismo. Raminelli, em apreço dessa imagem, argumenta que o realce conferido às mulheres se devia, em parte, à misoginia imperante na Europa quinhentista, sobretudo no mundo luterano, haja vista as representações iconográficas aproximarem as ameríndias de estereótipos femininos como a feiticeira, a sereia e a amazona<sup>358</sup>. Não lhe ocorre que a e(x/r)otização do feminino entremostre conjuntividade entre imperialismo e

<sup>357</sup> VESPUCCI, 1532, s.p.

<sup>358</sup> Cf. RAMINELLI, 1996.

patriarquismo, em que a sustentação da virilidade imperial dependia do domínio sobre ameaçador espaço/corpo feminizado. Iconografias como essa dão mostras da ambivalência do discurso colonial: cindidos entre a fantasia megalomaniaca de dominação planetária e o temor persecutório de serem tragados, os europeus tomavam o corpo das ameríndias como tela sobre a qual projetavam tanto angústias quanto desejos recalçados, a partir de representações condenatórias que não os comprometiam frente ao parágonos de masculinidade metropolitanos.

Também eram pródigas as glosas sobre a conduta sexual dos homens para indicar sua natureza efeminada, inequívoca no abandono aos impulsos, e, por conseguinte, sua incapacidade de autogoverno. Pero de Magalhães Gandavo identificou no alfabeto a selvageria dos brasis ao notar ausência de três consoantes no léxico indígena: “Carece de tres letras, conuem a faber, nam fe acha nella, f, nem, l, nê, R, coufa digna despanto, porq afsi nam tem Fé, nem Ley, nem Rey”<sup>359</sup>. A falta concreta de consoantes aludia a uma falta outra, de ordem abstrata, que inscrevia os nativos sob o signo do feminino e, destarte, da dependência do falo imperial. O relevo conferido à sensualidade constituía, no limite, um dispositivo de feminização que, ao alijar do campo da racionalidade os homens do Novo Mundo, sinalizaria sua falta de hombridade. “Viue nelles tão apagada a luz da rezaõ”, explanava Padre Simão de Vasconcelos, “quafi como nas mefmas feras”<sup>360</sup>. Porque aquém da condição humana e, por extensão, masculina, os gentios seriam heteróclitos ao padrão másculo, que tinha na racionalidade sua coluna vertebral, por se abandonarem aos vícios “como fe nelles nam ouuera razam de homens”<sup>361</sup>. A essa efeminação moral se somaria a emasculação física, na medida em que, amiúde, a rendição aos impulsos carnaís faria morrer seu pênis, expressão metonímica da masculinidade. Amerigo Vespucci, na epístola *Mundus novus*, narrava que as ameríndias “fazem inchar o membro de seus maridos [...] por meio de certo artificio e mordedura de uns bichos venenosos, por cujo motivo muitos o perdem e ficam como eunucos”<sup>362</sup>. Outros agentes imperiais acresceriam que o animal adotado por homens desejosos de converter “seu cano” em algo medonhamente “disforme de grosso”<sup>363</sup> se tratava de taturana peluda, repousada sobre o membro, “que se excita em veemente e ardente luxúria e incha, e três dias depois

---

<sup>359</sup> GANDAVO, 1576, p. 34.

<sup>360</sup> VASCONCELLOS, 1663, p. 73.

<sup>361</sup> GANDAVO, 1576, p. 33.

<sup>362</sup> VESPUCCI, 1503, s.p.

<sup>363</sup> ANCHIETA, 1984, p. 135.

apodrece”<sup>364</sup>. Sobre a instrumentalidade do gênero em estereótipos raciais, Hall conclui apressadamente que os negros, ao contrário dos orientais, tidos como efeminados, seriam “excessivamente masculinizados”<sup>365</sup>. Nessa senda, Weigman observa que a castração simbólica depende, paradoxalmente, de “intensa masculinização da figura do homem negro”<sup>366</sup>. Essas análises não observam que a incontinência, signo do desgoverno de si, era índice antes de efeminação do que de virilidade. Há que considerar sob quais circunstâncias se deu a emergência ou mutação de um conceito e que relações de poder ele franqueava. A efeminação, temos visto, possuía mais amplitude e complexidade significacional do que presumem esses críticos.

Supostamente manobrados pela impudicícia, os ameríndios mutilariam não apenas seu corpo, mas, sobretudo, os de outrem, em práticas nas quais o apetite carnal assumia seu duplo sentido sexual e nutricional. Na aurora da Modernidade, tanto a literatura quanto a cartografia divulgavam ignotas ilhas ao longo do Atlântico, entre as quais o Paraíso Terreal, tropo tomado pelos europeus como parâmetro na caracterização das terras devassadas. Nesse panorama, a *Terra Brasilis* deveria saciar a esperança de reconquista do horto edênico de que a humanidade fora banida. Entretanto, numa das primeiras referências escriturárias à América Portuguesa, o *Auto da Barca do Purgatório* (1518), de Gil Vicente, a colônia é mencionada de passagem, vilipendiosamente, quando a regateira Marta Gil, assediada pelo Diabo para acompanhá-lo ao inferno, roga a Deus que “me livre do Brasil”<sup>367</sup>. Numa peça impactada pela cristandade tardo-medieval, a menção à América portuguesa como metáfora do Inferno é sintomática da má reputação dessa terra de degredo no imaginário português, quando depositária de refugos humanos varridos da metrópole, como indigentes, prostitutas e delinquentes. O início efetivo da colonização implicou nova concepção de América, não mais imaginada como o Paraíso perdido, mas, antes, como o Inferno na terra, pois à edenização inicial logo se sobreporia a representação do Brasil como uma ilha povoada por canibais sanguissedentos<sup>368</sup>.

A alegada prática canibalística desmentia o presságio caminiano de que a conquista seria facilmente exequível. Já em meados do Quinhentos, Manuel da Nóbrega alertava ser preciso dar fim a essa causa maior da insujeição dos ameríndios. “Desta maneira”, alegava o jesuíta, “cessará a boca infernal de comer a tantos cristãos quantos

---

<sup>364</sup> SOUSA, 1879[1587], p. 316.

<sup>365</sup> HALL, 1997, p. 70.

<sup>366</sup> WIEGMAN, 1995, p. 83.

<sup>367</sup> VICENTE, 1834a, p. 256.

<sup>368</sup> Cf. SOUZA, 1986, 1993; RAMINELLI, 1996.

se perdem em barcos e navios por toda a costa”<sup>369</sup>. Restritos pela ótica monocular eurocêntrica, missionários tomavam a antropofagia por canibalismo, sem se aperceberem da dimensão ritualística que diferenciava a deglutição de carne humana por gulodice da cerimônia de ingestão da vítima como introjeção de suas virtudes. A criação da figura do canibal que se refestelava à farta com carne humana visava cancelar o canibalismo cultural empreendido pelos europeus mediante projeção dos seus próprios apetites<sup>370</sup>. Assim, em face do malogro catequético, o padre José de Anchieta podia propalar, sem infringir os cânones católicos, a substituição do cetro cruciforme pelo gládio ao sentenciar que “para este gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro”<sup>371</sup>. Comentários sobre práticas canibais reduziam os ameríndios à animalidade, estatuto que os apartaria da condição humana e, por extensão, masculina. Andre Thevet, em viagem pelo Brasil quinhentista, comentava que “não há besta-fera tão cruel [...] a que apeteça tão ardentemente o sangue humano quanto esse povo selvagem”<sup>372</sup>. Pero de Magalhães Gandavo confirmava que os ameríndios, uma vez apoderados de um inimigo, não apenas o matam cruelmente, mas também “lhe comem todos a carne” mediante “cruezas tam diabólicas” que “excedem aos brutos animaes”<sup>373</sup>. Ignorantes de que, na cadeia alimentar, o animal ingerido deveria ser inferior ao seu consumidor, os gentios brasílicos seriam desumanos, ou, mais precisamente, não humanos, já que inaptos a distinguir as categorias em que o mundo natural fora racionado<sup>374</sup>. Ironicamente, a mesma acusação de canibalismo que negava a humanidade do Outro a comprovava, pois o pertencimento à espécie era requisito para o consumidor de carne humana ser considerado canibal<sup>375</sup>.

A partir dos anos 1970, o crescente interesse acadêmico pelas noções de corpo e representação revigorou de tal forma nos estudos sobre o canibalismo que esse tropo do discurso colonial se situa na nervura das reflexões atuais sobre identidade e diferença<sup>376</sup>. Se bem que, ainda no século XVI, Michel de Montaigne ponderasse que a clivagem entre o civilizado e o selvagem era um engodo porque o canibal habitava menos as selvas do que as cidades europeias<sup>377</sup>, era imperioso o investimento discursivo na sexualidade

---

<sup>369</sup> NÓBREGA, 1955b[1558], p. 281.

<sup>370</sup> Cf. ARENS, 1979; KILGOUR, 2001.

<sup>371</sup> ANCHIETA, 1984, p. 197.

<sup>372</sup> THEVET, 1878, p. 120.

<sup>373</sup> GANDAVO, 1576, p. 40.

<sup>374</sup> Cf. PAGDEN, 1982.

<sup>375</sup> Cf. PRICE, 2003.

<sup>376</sup> Cf. KILGOUR, 2001.

<sup>377</sup> MONTAIGNE, 1595[1580].

canibalesca como degrau para legitimação de valores europeus<sup>378</sup>. São bem conhecidas, por exemplo, as ilustrações de Theodor de Bry, celebrizado por suas representações das primeiras viagens de europeus ao Novo Mundo. Suas figurações da América, fartamente difundidas numa Europa cujo analfabetismo tornava o texto icônico mais legível do que o escrito, impactaram o modo como o olhar estrangeiro interpretaria o continente. A semiótica do canibalismo era valioso dispositivo de feminização, porquanto a figura do canibal, além de operatória na demarcação dos limites do humano, punha em questão a masculinidade dos nativos. Em imagens lavradas ao estilo maneirista, em voga na Alta Renascença<sup>379</sup>, rituais gastronômicos retratados pelo belga indicavam correlação entre os desejos de saciedade estomacal e genital, ambos satisfeitos no ato de *comer* o europeu em banquetes cujo artificialismo e exagero maneiristas de expressões e gestuais acentuavam o deleite do canibal em devorar a carne masculina, dominante em sua dieta carnívora, com o cuidado de empalar o ânus para que nada se perdesse. Por vezes, o homem autóctone era estigmatizado, de forma análoga, como canibal e sodomita, condição que o colocava para além das bordas do humano e do masculino ao indicar sua dupla incompreensão de que outros seres humanos não eram seu alimento natural e de que seres do mesmo sexo não eram seus parceiros sexuais<sup>380</sup>. A acusação de sodomia autenticava a violência colonizadora contra homens nativos, tal como numa chacina, ocorrida em 1513, quando o espanhol Vasco Núñez de Balboa matou cerca de quarenta ameríndios alegadamente sodomitas. O episódio foi representado por Theodor de Bry numa ilustração em que quatro vítimas, que simbolizam as quarenta, são estupradas por uma matilha incitada por Balboa (Imagem 11). Nessa iconografia, que (con)funde homoerotismo e bestialidade e borra limites entre as acepções sexual e gastronômica do verbo *comer*, os homens do Novo Mundo, possuidores de feições femininas, estão deitados languidamente em posições que sugerem cópula, alguns são beijados com lascívia pelos cães e um mantém o braço em torno do pescoço canino, em gestual tipicamente amatório – tudo isso observado por olhares voyeuristas dos homens europeus. Embora ocorrido no Panamá, não no Brasil, o episódio diz sobre o imaginário europeu a respeito dos ameríndios *tout cout*. Em que pese o argumento de que as diferentes procedências dos europeus distinguiam suas formas de representação dos americanos<sup>381</sup>,

---

<sup>378</sup> Cf. MALINOWSKI, 1929; MEMMI, 1957.

<sup>379</sup> Sobre o maneirismo, conferir HOCKE, 1957.

<sup>380</sup> Cf. PAGDEN, 1982; MOTT, 1988; VAINFAS, 1989; PRICE, 2003.

<sup>381</sup> Cf. GREENBLATT, 1992.

tais diferenças eram sobredeterminadas pelas distinções mais acentuadas entre “Eu”/“Outro”, “civilizado”/“selvagem” e “colonizador”/“colonizado.” Afinal, nos séculos XVI e XVII, os europeus, com propósitos homogeneístas, referiam-se aos ameríndios de forma genérica, não obstante disparidades etnogeográficas <sup>382</sup> .



**Imagem 11. Sodoma e Gomorra tropical**

Especificamente no Brasil, colônia cujas relações de gênero seguiriam na contracorrente do mundo civilizado, mulheres masculinizadas teriam como contraparte homens efeminados que, contava Gabriel Soares de Sousa, “são mui afeiçoados ao peccado nefando”, prática tão bem aceita que alguns deles “tem tenda publica a quantos os querem como mulheres publicas” <sup>383</sup> . Entre os indígenas, homens efeminados gozariam de tamanha aquiescência que “são as meretrizes desta nação” <sup>384</sup> . Se é verdade que esses

---

<sup>382</sup> PAGDEN, 1994, p. 30.

<sup>383</sup> SOUSA, 1879[1587], p. 287.

<sup>384</sup> PRADO, 1839, p. 32.

textos verbais, imagéticos ou multimodais são os primeiros registros do *modus vivendi* autóctone, não é menos verdadeiro que revelam antes sobre os observadores do que sobre os observados. Invenções da alteridade encerravam menos esforço de conhecer o Outro do que ânsia de autoafirmação *vis-à-vis* sua exterioridade constitutiva.

## SOTURNO SATURNO

---

*Nas mulheres, [...] o que denominamos matriz ou útero é um animal que vive dentro delas e tem avidez por gerar filhos. E quando, a despeito da idade propícia, permanece por um longo tempo sem produzir fruto, ele se inquieta, pois suporta mal esse estado. Revoltoso, erra por toda parte do corpo, obstrui os canais do fôlego, impede a respiração, produz desconfortos extremos e morbidades de toda sorte...*

Plátōn, *Timeu*

Certas patologias são investidas de potência simbólica na invenção da alteridade graças ao seu impacto no imaginário, notadamente aquelas associadas ao risco de colapso social – donde o uso ordinário de metáforas como câncer, AIDS, cancro e gangrena, invocadas para designar “agentes degeneradores” como prostitutas, homossexuais, anarquistas, imigrantes e colonizados<sup>385</sup>. No imperialismo moderno, a bifrontalidade entre patologização da raça e racialização da patologia imputava a homens nativos morbidades contagiosas a fim de intimidar amalgamações raciais entre colonos e colonizados<sup>386</sup>. Já a atribuição de doenças incapacitantes visava, conforme o contexto, justificar a intervenção colonizadora, a expropriação territorial ou mesmo o extermínio. Como veremos, os discursos coloniais se valeram da constelação semântica de duas doenças “femininas”, a melancolia e a histeria, para atribuí-las, respectivamente, aos brasileiros e aos irlandeses. Tais achaques, relacionados no imaginário ocidental ao estereótipo da “mulher louca”, eram usados para acentuar a heteronomia dos colonizados.



Sucedânea da acídia medieval, a melancolia designava, na Modernidade, quadro clínico cujos sintomas correspondiam a predicados “femininos”, como indolência e languidez. Conforme a teoria humoral, consolidada como explanação hegemônica para os estados de saúde e enfermidade entre os séculos IV a.C e XVIII d.C., haveria quatro

---

<sup>385</sup> Cf. SONTAG, 1978; GILMAN, 1985.

<sup>386</sup> Cf. STOLER, 1995.

tipos fisiológicos, quais sejam, sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico. Tais tipos seriam constituídos a partir de fluidos corporais (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra) que procederiam, respectivamente, de quatro órgãos (coração, cérebro, fígado e baço) e teriam, cada qual, duas qualidades primárias: o sangue seria quente e úmido; a fleuma fria e úmida; a bile amarela quente e seca; e a bile negra fria e seca. Da harmonia entre os fluidos dependeria a saúde do indivíduo, ao passo que o predomínio de um sobre os demais desencadearia achaques diversos<sup>387</sup>. Irrompida pela bile negra, a melancolia designava, conforme o influente *The Anatomy of Melancholy*, de Robert Burton, “um tipo de loucura sem febre, que tem como companheiros ordinários o medo e a tristeza, sem qualquer razão aparente”<sup>388</sup>. A atribuição irracionalidade à moléstia reverberaria, já no século XX, em conhecida proposição de Freud: distintamente do luto, a melancolia seria processo inconsciente, pois o paciente não saberia o que perdera – equivocidade que o impediria de dar termo à elaboração da perda e de retomar a conexão com o mundo<sup>389</sup>.

Distintamente de Benjamin, cuja tese sobre a origem do drama trágico alemão vincula a melancolia ao dilema existencial do homem barroco<sup>390</sup>, eu a interpreto, em seu coeficiente discursivo, como aparato de alterização. Fosse sintoma social, seria referida antes genericamente do que como apanágio masculino, em seu viés filosófico, ou como alterização de gênero, classe e raça, em seu prisma patológico. Com efeito, a melancolia era generizada de tal sorte que, na Inglaterra elizabetana, sua etiologia era creditada ao gênio imaginativo, no homem, e ao desequilíbrio emocional, na mulher, de sorte que os personagens shakespearianos Hamlet e Ophelia seriam respectivos epítomes do herói melancólico e da mulher desvairada<sup>391</sup>. À melancolia “masculina”, relacionada à experiência de desencantamento ou desconcerto do homem letrado, sucederia, no Romantismo, o que René de Chateaubriant denominaria *Mal du siècle* e Baudelaire chamaria de *spleen*<sup>392</sup>. À melancolia “feminina”, por sua vez, sucederiam quadros clínicos psiquiátricos como a depressão e a histeria<sup>393</sup>. A melancolia tanto era imaginada como quadro patológico feminino que se a antropomorfizava como mulher, vide a conhecida tela em cobre *Melencolia I*, datada de 1514, do alemão Albrecht Dürer (Imagem 12) – que Benjamin examina, mas passa ao largo do seu caráter generizado. Em cenário

---

<sup>387</sup> Cf. KLIBANSKY, SAXL, PANOFSKY, 1989; CRAWFORD, 2007.

<sup>388</sup> BURTON, 1624, p. 29.

<sup>389</sup> Cf. FREUD, 1917.

<sup>390</sup> Cf. BENJAMIN, 1928.

<sup>391</sup> Cf. SHOWALTER, 1985a.

<sup>392</sup> Cf. BAUDELAIRE, 1857, 1917[1869].

<sup>393</sup> Cf. SHOWALTER, 1985b.

mórbido, se não macabro, a construção incompleta sugere que há trabalho por fazer e a areia da ampulheta, já pela metade, indicia o quanto de tempo se tem gasto em vão. Alheia ao trabalho inconcluso, a Melancolia se mantém, como que anestesiada, em completa inação. A faculdade imaginativa, indicada pela posse de asas, parece esterilizada pelo



**Imagem 12. Radiografia de uma doença feminina**

desânimo, evidente na cabeça recostada sobre a mão e no braço apoiado sobre a perna. A figura prosopopeica tem à disposição ferramentas para trabalho manual e intelectual, porém não as utiliza, visto que mal tem ânimo para cuidar de si, a julgar pelo desmazelo

com que mantém as vestes e os cabelos. Atrás do plano frontal repousa o mar, convidativo à viagem, mas a Melancolia, cujo olhar fita o nada, está ensimesmada em estoica acedia. Seu marasmo doentio é reforçado, ainda, pelos companheiros de cena: o *putto*, igualmente alado, mira o vazio, tal qual a mulher; o cão, animal vulnerável à raiva pela degeneração do baço, está encolhido em posição fetal, com aspecto enfermo, remetente à consternação do melancólico; e o morcego, que sustenta o dístico *Melencolia*, simboliza a morbidez.

O Brasil era comumente descrito como terra “melancólica”<sup>394</sup>, ou seja, soturna, aziaga e lacrimosa – traços personalizados que traduziam minudências geográficas como as matas sombrias, o clima úmido e a abundância de rios caudalosos. A analogia entre as idiosincrasias climáticas e topográficas da colônia e o humor melancólico decorria de abundâncias fluviais e pluviais que lembravam o estereótipo do destempero feminino: “A terra é algum tanto melancólica, regada de muitas águas, assim de rios caudais, como do céu, e chove muito nela”<sup>395</sup>. Categorizar a América portuguesa como melancólica favorecia o argumento de que sua gente, por influência do meio, era acometida de mesmo achaque. Não por acaso, o mesmo José de Anchieta que atribuía essa moléstia à terra considerava os ameríndios igualmente “melancólicos”<sup>396</sup>. A patologização do brasílico pelo abatimento colidia, porém, com sua paralela mitificação como povo ledó e festivo. A essa contradição agentes imperiais respondiam com equivocidade que o registrava como *alegre apesar de triste*, como fez o padre Fernão Cardim ao relatar que os nativos, “ainda que são melancólicos”, folgavam-se com jogos, músicas e danças<sup>397</sup>. Aos brasílicos se imputava mesmo a tristeza crônica em descrições que os feminizavam como gente que sempre fala “em voz baixa”, tem “acento lastimoso nas palavras” e “raramente se anima”<sup>398</sup>. Essa debilidade emocional os tornaria vulneráveis às advinhas da sorte porque, incapazes de suportar provações, cairiam prostrados diante do primeiro obstáculo. Por isso, seriam inaptos a governarem extenso território, cujos perigos insondáveis abateriam homens de estrutura mental tão abalável que emagreciam “com qualqr desgosto”<sup>399</sup>.

A constelação sintomatológica da melancolia abarcava predicados como a indolência, arrolada entre as faltas capitais pela Igreja e pelo Estado, instâncias de poder conjuradas no imperialismo português. Fixados no paradigma extrativista eurocêntrico,

---

<sup>394</sup> ANCHIETA, 1874[1584], p. 46.

<sup>395</sup> CARDIM, 2009, p. 81.

<sup>396</sup> ANCHIETA, 1946[1585], p. 41.

<sup>397</sup> CARDIM, 1881, p. 14.

<sup>398</sup> DENIS, 1968, p. 11.

<sup>399</sup> GANDAVO, 1576, p. 33.

os agentes imperiais frisavam a disjunção entre a natureza ofertante e a indiferença patológica dos brasílicos, usufrutuários de suas benesses apenas para fins de subsistência. “Viuem todos muy descanfados fem terẽ outros penfamentos, fenam de comer, beber, & matar gẽte”, desaprovava Pero de Magalhães Gandavo, e “por iffo engordão muito”<sup>400</sup>. A preguiça, atrelada à afecção melancólica, confirmava a categorização dos indígenas como raça efeminada, cuja lassidão a incapacitaria de explorar a terra. Sua indolência seria tal que os colonos portugueses recolheriam na África mão de obra para trabalho inicialmente infligido aos povos *ab origine*. Contudo, numa colonização marcada pela miscigenação, o caldeamento racial teria neutralizado qualidades superiores do europeu e redundado em mestiços também efeminados. É sintomático que o geólogo Louis Agassiz tenha considerado, como corolário da amalgamação racial no Brasil, um mestiço “deficiente em energia física e mental”<sup>401</sup> e, em seu inventário sobre predicados físicos e mentais dos tipos raciais brasileiros, tenha categorizado o mameluco, híbrido entre branco e índio, como “pálido, efeminado, fraco, preguiçoso e bastante obstinado”<sup>402</sup>. Numa episteme que tomava a noção de virilidade como *métron* de ajuizamento dos povos, julgava-se como indolência, inclusive, um costume pelo qual os homens indígenas tentavam tomar para si a nuclearidade na reprodução por meio de rituais imitativos dos processos de gestação, parturição e pós-parto. Entre os tupinambás, a parturiente seguiria rotina como se não houvesse concebido e o esposo, acamado, recebia visitas e regalos<sup>403</sup>. Numa curiosa inversão de papéis, a mulher “faz muitos mimos” ao esposo, que está “parido”, impedido de qualquer esforço, opostamente às mães, porque os homens alegavam, segundo Gabriel Soares de Sousa, que o rebento “saiu dos lombos” do pai e “elas não põem da sua parte mais que terem guardada a semente no ventre onde se cria a criança”<sup>404</sup>.

Sintoma dos mais graves, a insanidade tornaria a melancolia achaque indicador da incapacidade dos gentios se manterem à própria custa nos marcos civilizatórios consolidados na Europa. Pouco ativos, mas muito contemplativos, os brasis inventados pelo discurso colonial não agiam, porque acometidos de melancolia congênita, desdobrada em quadros como a hipocondria: “De nenhũa coufa tem tanto medo como da agoa, & do lodo: &fe acertão de molharfe, ou enlodarfe, entrão logo em malenconia,

---

<sup>400</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>401</sup> AGASSIZ, 1868, p. 68.

<sup>402</sup> *Idem, ibidem*, p. 532.

<sup>403</sup> SOUSA, 1879[1587], p. 285.

<sup>404</sup> *Idem, ibidem*, p. 285.

fazem efgares, & espantos ridiculos”<sup>405</sup>. Sua fantasia beiraria as raias da alucinação de tal maneira que, relatava Gandavo, “pode nelles tanto a imaginaçam, q fe algũ defeja a morte, ou alguẽ lhes mete em cabeça q ha de morrer tal dia, ou tal noite, nam passã daqle termo q nã morra”<sup>406</sup>. Afinado com a episteme imperial, o historiador interpreta como autossugestão mórbida um corolário da violência material e simbólica perpetrada contra os nativos, qual seja, o elevado índice de suicídios entre os ameríndios no Brasil<sup>407</sup>.

Portugal, argumenta Santos, não circunscreveu bem suas fronteiras coloniais e tal condição teria conferido à sua cultura acentrismo traduzível “numa dificuldade de diferenciação face ao exterior e numa dificuldade de identificação no interior de si mesma”<sup>408</sup>. A excepcionalidade atribuída ao império, condensada no que o sociólogo denomina “Prospero calibanizado”, implica equivocidade por associar o estatuto periférico à flexibilidade na alterização das colônias, de modo a “não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do colonizado”, pois “[o] ‘outro’ colonizado pelo colonizador não é totalmente outro em relação ao ‘outro’ colonizado do colonizador”<sup>409</sup>. Nesse imperialismo anômalo em relação ao inglês “não há um outro”, insiste o sociólogo, pois a alteridade reside em ambos os lados: “É por isso também que ali o estereótipo do colonizado jamais teve o fechamento que lhe foi atribuído no Império Britânico, ou, pelo menos, o seu fechamento foi sempre mais inconsequente e transitório”<sup>410</sup>. Ao presumir indistinção entre o império e suas colônias, essa análise ignora o engenho discursivo com que Portugal fez do Brasil sua alteridade constitutiva. Como demonstrei nas seções dedicadas à feminização do Brasil e dos brasileiros, o discurso colonial português tanto foi incisivo nessa empresa que se valeu de tecnologias de representação as mais diversas.



Embora se considerasse, desde a Grécia Antiga, que o feminino era regido pelas paixões, esse estereótipo recrudescer com o advento de especialidades médicas como a sexologia, a obstetrícia e a ginecologia numa era vitoriana cuja *idée fixe* pelo controle pulsional suscitava obsessão paranoide em doenças do sistema nervoso e estimulava

---

<sup>405</sup> VASCONCELLOS, 1663, p. 175.

<sup>406</sup> GANDAVO, 1576, p. 33.

<sup>407</sup> Cf. LEVCOVITZ, 1998.

<sup>408</sup> SANTOS, 1993, p. 48.

<sup>409</sup> *Idem*, 2003, p. 27.

<sup>410</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

candente debate na classe médica, qual seja, o nexos causal entre a constituição psicofisiológica da mulher e sua propensão à insanidade. Cativas de esquema fisiológico cíclico, vinculado às funções reprodutivas (menstruação, gravidez, parto e menopausa), as mulheres seriam, segundo o discurso médico, mais suscetíveis à doença mental, *a fortiori* se transgredissem balizas de gênero; afinal, a energia despendida em ocupações intelectuais faltaria ao aparelho reprodutor e redundaria em colapso por exaustão nervosa. O impasse taxonômico de inscrever a histeria numa categorização patológica inequívoca se tornava conveniente na medida em que essa categoria imprecisa podia ser usada em diferentes circunstâncias, como para patologizar condutas dissidentes não imputáveis facilmente a outros distúrbios mentais. Em regime binário que vinculava o masculino ao *logos* e o feminino ao *pathos*, a histeria, ou *furor uterinus*, constituía, antes de tudo, sintoma de crise cultural em que se tentava frear a marcha célere da *suffragette sisterhood* mediante histerização de condutas transgressivas que deveriam ser contidas pelo terrorismo das admoestações profiláticas, pela aplicação de drogas potentes, pela internação em regime de confinamento e, mesmo, pela amputação critoridiana<sup>411</sup>.

Num século XIX convulsionado por mobilizações de feministas inglesas por autonomia civil e de anticolonialistas irlandeses por autonomia governamental, a Questão Irlandesa (*Irish Question*) e a Questão da Mulher (*Woman Question*) eram desafios interseccionais para a o projeto imperialista. Em formação discursiva que tomava de empréstimo a noção de histeria para significar tudo quanto destoasse da racionalidade<sup>412</sup>, a exacerbação da resistência anticolonial irlandesa era contraposta por regime de significação que caracterizava a raça céltica como feminina e histórica. Se a loucura, estereótipo de alteridade sexual, era apropriada como estereótipo de alteridade racial, o anticolonialista insurgente contra o império, tal qual a *suffragette* insurgente contra o patriarcado, seria acometido de desordens mentais que justificariam sua heteronomia. Embora seja errôneo afirmar, como faz Valente, que a feminização da Irlanda foi

---

<sup>411</sup> Cf. SHOWALTER, 1985b; GILMAN *et alli*, 1993.

<sup>412</sup> Com a voga da medicina e o espraiamento do léxico médico para além do âmbito especializado, a histeria se tornou recorrente, sobretudo nos últimos decênios do século XIX, “como uma metáfora para a experimentação artística, a violência política coletiva, o reformismo social radical, o nacionalismo estrangeiro e uma série de outros desenvolvimentos novos e perturbadores. Ela se tornou síntese para [designar] o irracional, o apático, o incompreensível, o errático, o convulsivo, o sexual, o feminino, ‘o Outro’. Era um sinônimo para tudo quanto parecia o extremo do frívolo, do excessivo ou do absurdo em relação à época” (MICALE, 1995, p. 218-219).

dispositivo particular do século XIX<sup>413</sup>, o Oitocentos se notabilizou pelo seu refinamento graças ao cientificismo ter propiciado intersecção de esferas epistemológicas diversas<sup>414</sup>.

A intersecção entre raça e gênero, já esboçada em séculos anteriores, tornou-se mais evidente em âmbitos científicos que inscreviam o gênero como limite da diferença racial<sup>415</sup>, notadamente o “celticismo”, campo institucionalizado que, numa espécie de orientalismo continental, alocou o binômio raça-gênero como estruturante de um sistema de significação disjuntivo que contrapunha anglo-saxões (ingleses) e celtas (irlandeses). Expoente desse regime de significação, Ernest Renan, em ensaio na *Revue des Deux Mondes*, partiu da premissa de que a linguagem era requisito peremptório para a nacionalidade, como propunham os filósofos alemães Johann Herder e Johann Fichte, e a tomou como paradigma na taxonomia da raça céltica. Em estudo etnofilológico da poesia de literatos celtas, Renan detectou que essa raça era forte no sentir, porém débil no agir, além de tímida e doméstica, e expôs digressão analógica que informaria gerações de celticistas: “Se for possível atribuir um sexo às nações tal como aos indivíduos, devemos dizer, sem hesitação, que a raça céltica [...] é [...] essencialmente feminina”, pois “nenhuma outra concebeu com mais delicadeza o ideal da mulher ou foi mais plenamente dominada por ele”<sup>416</sup>. O historiador de origem céltica seria prova de sua própria tese, já que, segundo o autor do prólogo de tradução inglesa do ensaio, fora, quando menino, aluno tão meigo e devotado que “suas qualidades emasculadas lhe renderam o apelido de ‘Mademoiselle’ e muita chacota de seus colegas menos efeminados”<sup>417</sup>.

No ano seguinte, Émile Montégut publicava na revista ensaio cuja virulência motivou um mentor do anticolonialismo na Irlanda a postular que “todo irlandês que deseje ‘ver-se como outros o veem’ deveria ler”<sup>418</sup>. Porém, o texto é tão desconhecido entre estudiosos do celticismo que sou o primeiro a examiná-lo. Montégut se aparta de

---

<sup>413</sup> Valente sustenta que no século XIX “a feminização estereotipada do outro colonial **começou** a operar como um modo de autojustificação imperialista” (VALENTE, 1994, p. 191; ênfase adicionada).

<sup>414</sup> Young oferece um panorama dessa intersecção ao contextualizar que a teoria racial oitocentista, “substanciada e ‘provada’ por várias formas de ciência, tais como a filologia comparativa e histórica, a anatomia, a antropometria (incluindo-se a osteometria, a craniologia, a craniometria e a pelvimetria), a fisiologia, a fisionomia e a frenologia, tornava-se por sua vez endêmica não apenas a outras formas de ciência, tais como a biologia e a história natural, para não dizer a paleontologia, a psicologia, a zoologia e a sexologia, visto que também era usada como uma categoria geral de entendimento que se estendia às teorias da antropologia, arqueologia, clássicos, etnologia, geografia, geologia, folclore, história, língua, Direito, literatura e teologia, e assim se dispersava de quase toda disciplina acadêmica para permear definições de cultura e nação” (YOUNG, 1995, p. 93).

<sup>415</sup> Cf. STEPAN, 1986.

<sup>416</sup> RENAN, 1854, p. 478.

<sup>417</sup> HUTCHISON, 1896, p. xii.

<sup>418</sup> EGLITON, 1906, p. 40.

Renan ao acrescentar natureza patológica à feminilidade atribuída aos celtas. Para ressaltar a antítese entre a racionalidade masculina do inglês e o desvario feminino do irlandês, Montégut distingue o primeiro pela força, tenacidade e constância em contraposição ao segundo, balizado por “surto intermitentes de ardor febril seguidos de prostrações”<sup>419</sup>. Calcado no axioma da instabilidade feminina, o francês atribui aos irlandeses quadro clínico cuja alternância entre amor e ódio, doçura e acrimônia, furor extático e prostração depressiva não admitia outro diagnóstico: “Esse temperamento é [...] essencialmente feminino, isto é, um misto de doçura e violência”<sup>420</sup>. Potencializada em insurreições anticoloniais, a oscilação de humor explicaria seu fiasco: “A resistência irlandesa não tem paciência nem duração; entra em colapso e é logo substituída por estado de prostração que termina com despertar repentino de explosões de fúria selvagem”<sup>421</sup>. Ao desistoricizar o anticolonialismo, o ensaísta o patologizava à revelia de seu ajustamento às contingências: a contemporização dos irlandeses era feminizada como resignação masoquista; sua insurgência, como furor histérico; sua pacificação, como doçura; seus recuos estratégicos, como episódios de prostração. A exemplo das mulheres adoecidas pelo discurso médico, os colonizados seriam reféns da oscilação maníaco-depressiva entre episódios de excitabilidade emocional e desfalecimento, remetentes aos quadros clínicos de histeria e neurastenia, e por isso precisariam ser acastelados de sua própria inconstância. A feminilidade dos irlandeses seria visível num livro do líder revolucionário John Mitchel, possuidor de “alegria nervosa e histérica” e “coragem doentia”<sup>422</sup>, cujas páginas ecoariam “os males dos nervos do autor, suas explosões de cólera solitária, os tormentos de sua bÍlis, os furores de seu sangue”<sup>423</sup>. Incongruente com a benquerença entre Irlanda e França, a hostilidade do ensaísta pelos irlandeses dá mostras da dispersão dos estereótipos raciais, pois mesmo um letrado sem razão aparente para alterizá-los o faz com a virulência de um agente imperial.

Numa conjuntura de progressiva insurgência irlandesa, Mathew Arnold lembrava a capacidade de os anglo-saxões aniquilarem os celtas se assim desejassem, mas ressaltava que, para o bem de ambos os povos, melhor seria a cooperação recíproca. Em adaptação dos pressupostos de Renan aos desígnios imperialistas, o ensaísta proferiu uma cadeia de palestras nas quais representava a raça céltica como inapta ao autogoverno e

---

<sup>419</sup> MONTÉGUT, 1855, p. 894.

<sup>420</sup> *Idem, ibidem*, p. 896.

<sup>421</sup> *Idem, ibidem*, p. 897.

<sup>422</sup> *Idem, ibidem*, p. 929-930.

<sup>423</sup> *Idem, ibidem*, p. 899.

postulava que o celta, em contraste com o anglo-saxão, possuía qualidades femininas inconciliáveis com a esfera política. A seu ver, “a sensibilidade da natureza céltica, sua exaltação nervosa, tem algo feminino, e o celta é, portanto, particularmente propenso a sentir o feitiço da idiossincrasia feminina”<sup>424</sup>. Em binarismo que frisava a distância (pela hierarquia) e a proximidade (pela complementação) entre império e colônia, o fundador da crítica literária inglesa sugeria que os irlandeses deveriam se unir aos anglo-saxões – dotados de talentos masculinos – no lugar de confrontá-los. Além de minorar querelas anglo-irlandesas, essa noção de complementaridade tinha base utilitária: frente à suposta degeneração cultural de que a Inglaterra vitoriana se ressentia, o ensaísta, defensor da concepção de cultura como terreno de reconciliação, pressupunha que a hibridação cultural entre celtas e anglo-saxões favoreceria o país. Certo de que qualidades imaginativas contrapesariam a estupidez da aristocracia e o filistinismo da burguesia na metrópole, Arnold avaliava que os irlandeses, mesmo carentes da *ratio* anglo-saxã, possuíam sensibilidade poética, de maneira que o concerto dos condões de ambos os povos tonificaria a cultura britânica<sup>425</sup>. Se Arnold considerava a amarração cultural benfazeja para o império, Alfred Tennyson professava dissensão peremptória entre os povos. No poema patriótico *Hail Briton*, alarmava os compatriotas sobre a periculosidade do celta, cuja suposta instabilidade era sintetizada no pulso arritmico: “Teme, contudo, aquela paixão; pode ela convulsionar / Teu Julgamento: teme o arrabalde / Daquele sangue céltico inconstante / Que mantém jamais o pulso no lugar”<sup>426</sup>. Sua convicção sobre a patologia nervosa do celta seria iterada noutro poema, que creditava o arrebatamento libertário dos celtas antes à afecção histérica do que à volição máscula: “Um amor pela liberdade sentido raramente / Pela liberdade em poltrona triunfante / Pela Inglaterra; não o arroubo do estudante, / Os cegos históricos da céltica gente”<sup>427</sup>. A feminização dos irlandeses também seria operatória para caracterizar, como surto psicótico, o apogeu de seu anticolonialismo, que culminaria em batalhas sangrentas nas primeiras décadas do século XX. Por ocasião dos confrontos bélicos na Irlanda dos anos 1920, um comandante militar avaliava a mobilização pela Independência como “histeria em massa”, da qual tomavam parte homens de todas as castas, movidos por “nacionalismo histérico”<sup>428</sup>. Na analogia entre contaminação corporal e contaminação ideológica, tentava despolizar o

---

<sup>424</sup> ARNOLD, 1867, p. 108.

<sup>425</sup> Cf. ARNOLD, 1869.

<sup>426</sup> TENNYSON, 1987, p. 523.

<sup>427</sup> *Idem*, 1850, p. 167.

<sup>428</sup> POLLARD, 1922, p. 27, 103.

engajamento maciço dos irlandeses pela descolonização ao diagnosticá-lo como “psicose pandêmica” transmitida de mente em mente por “contágio mental dinâmico”<sup>429</sup>.

Mesmo quando não se mencionava textualmente a histeria como marcador de diferença racial, a noção de instabilidade emocional reforçava que os celtas irlandeses, inelutavelmente femininos, eram de todo inábeis à emancipação. Para o escritor James Froude, os irlandeses, assim como as mulheres, dependiam de suporte masculino para sobreviver, pois eram “suscetíveis a toda gama de sentimentos, do pathos mais profundo ao gracejo mais divertido”, e, “passionais em tudo”, não dispunham “da virilidade que daria força e solidez à parte sentimental de suas disposições”<sup>430</sup>. Essa tendência em vincular os celtas, sobretudo irlandeses, à feminilidade histérica como signo do desvario feminino se estendeu por todo o Oitocentos, devido, em larga medida, à inserção dos letrados numa mesma formação discursiva, cujas práticas de representação, mesmo formalizadas por diferentes agentes imperiais, eram informadas por mesma cadeia de significação e balizadas por protocolos enunciativos similares. Assim, já no *fin de siècle*, um ensaísta, certo de que o anticolonialismo irlandês não passava de subterfúgio para agitação anárquica, achincalhava o “histérico e afetado ‘patriota’ irlandês do século XIX”<sup>431</sup>. Nesse diapasão, Henry Constable, no provocativo *Equality, a Socialist Radical Fallacy*, impetrava que irlandeses e mulheres obedecessem a circunscrição que lhes fora designada pela natureza: “Ninguém nega que os celtas têm excelentes qualidades de determinados tipos. Tal como as mulheres. [...] Mas enquanto uma mulher deve ser uma mulher, um homem deve ser um homem”, bradava o ideólogo, para logo profetizar a extinção da raça céltica: “será que as qualidades femininas dos celtas os tornam aptos a sobreviver neste mundo, na luta pela existência contra as raças germânica e inglesa?”<sup>432</sup>.

Essa apologia à estratificação sexual e racial dá mostras do quanto acepções de gênero e embates com feministas orientavam noções de raça em confrontos com irlandeses, pois imperialismo e patriarquismo, mais do que sistemas de poder coetâneos, eram regimes tutelares de interesses consorciados que se alimentavam mutuamente; afinal, não eram ambos capitaneados por mesma linhagem de homens brancos, letrados, provenientes de classes dominantes, naturais de centros econômicos europeus e enformados em padrões de masculinidade hegemônicos? Por conseguinte, a comparação

---

<sup>429</sup> *Idem, ibidem*, p. 27, 103, 248.

<sup>430</sup> FROUDE, 1873, p. 21.

<sup>431</sup> MONTGOMERY, 1889, p. 185.

<sup>432</sup> CONSTABLE, 1886, p. 103-104.

entre colonizados e mulheres metropolitanas engendrava duas categorias de alteridade análogas, de cuja transversalidade Jessie Montgomery se serviu ao qualificar o irlandês pela “carência do cálculo sóbrio que frequentemente limita o poder da mulher mais inteligente”<sup>433</sup>. Porque a generização da raça e a racialização do gênero constituíam duas faces de uma episteme em que domínios do saber se informavam mutuamente, mesmo aqueles apologéticos à resistência irlandesa se valiam do estereótipos de feminilidade, vide a constatação do poeta Alfred Austin: “Há um poder feminino de resistência passiva na raça céltica que toda a nossa masculina imperiosidade saxã não suplantou”<sup>434</sup>.

---

<sup>433</sup> MONTGOMERY, 1889, p.181.

<sup>434</sup> AUSTIN, 1900, p. 24.

## **CAPÍTULO III**

**SEDE VIRIL TORNA A NAÇÃO SEDE VIRIL**

*Hegel bemerkte irgendwo, daß alle großen weltgeschichtlichen Tatsachen und Personen sich sozusagen zweimal ereignen. Er hat vergessen, hinzuzufügen: das eine Mal als Tragödie, das andere Mal als Farce. [...] Die Menschen machen ihre eigene Geschichte, aber sie machen sie nicht aus freien Stücken, nicht unter selbstgewählten, sondern unter unmittelbar vorgefundenen, gegebenen und überlieferten Umständen. Die Tradition aller toten Geschlechter lastet wie ein Alp auf dem Gehirne der Lebenden. Und wenn sie eben damit beschäftigt scheinen, sich und die Dinge umzuwälzen, noch nicht Dagewesenes zu schaffen, gerade in solchen Epochen revolutionärer Krise beschwören sie ängstlich die Geister der Vergangenheit zu ihrem Dienste herauf, entlehnen ihnen Namen, Schlachtparole, Kostüm, um in dieser altherwürdigen Verkleidung und mit dieser erborgten Sprache die neuen Weltgeschichtsszene aufzuführen.*

Karl Marx, *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*

## SEDE DE HOMENS

---

*El lenguaje popular refleja hasta qué punto nos defendemos del exterior: el ideal de la “hombría” consiste en no “rajarse” nunca. Los que se “abren” son cobardes. Para nosotros [mexicanos], contrariamente a lo que ocurre con otros pueblos, abrirse es una debilidad o una traición. El mexicano puede doblarse, humillarse, “agacharse”, pero no “rajarse”, esto es, permitir que el mundo exterior penetre en su intimidad. El “rajado” es de poco fiar, un traidor o un hombre de dudosa fidelidad, que cuenta los secretos y es incapaz de afrontar los peligros como se debe. Las mujeres son seres inferiores porque, al entregarse, se abren. Su inferioridad es constitucional y radica en su sexo, en su “rajada”, herida que jamás cicatriza. El hermetismo es un recurso de nuestro recelo y desconfianza. Muestra que instintivamente consideramos peligroso al medio que nos rodea. Esta reacción se justifica si se piensa en lo que ha sido nuestra historia y en el carácter de la sociedad que hemos creado. [...] Toda abertura de nuestro ser entraña una disminución de nuestra hombría. [...] El “macho” es un ser hermético, encerrado en sí mismo, capaz de guardarse y guardar lo que se le confía. La hombría se mide por la invulnerabilidad ante las armas enemigas o ante los impactos del mundo exterior.*

Octavio Paz, *El laberinto de la soledad*

**A** propósito da sociabilidade na horda primal, Charles Darwin explicou que o varão mais velho e mais forte subordinava os demais e bania da tribo os próprios filhos, tão logo atingiam adulez, para que não o desapoderassem<sup>435</sup>. Dessa glosa, Freud extrai matéria para digressão sobre o advento da sociedade civil ao hipotetizar que os irmãos, sequiosos pelo gozo interdido, regressam ao clã, executam o pai castrador e devoram seu corpo, em retaliação coletiva na qual realizam juntos o que isoladamente não conseguiriam. Porém, uma vez ciosos de poder, substituem o impulso parricida pela pulsão fatricida ao digladiarem entre si pela vacância do déspota. Às voltas com enfrentamentos internos e acometidos por identificação introjetiva, instauram interdições como o parricídio, legadas da antiga ingerência paterna, que acabam por elevar o pai morto a um patamar totêmico que lhe confere poder excedente ao desfrutado em vida, porque o inscreve como lei simbólica<sup>436</sup>. Assim, a fundação da horda primeva, a instituição da autocracia, o colapso do poder absolutista, a emergência da fraternidade horizontal e, finalmente, a disputa pelo governo são etapas de uma genealogia ocidental do poder fncada em relações masculinistas de hierarquia, cumplicidade e rivalidade. Esse mesmo esquema genealógico encapsula, *mutatis mutandis*, os processos de colonização e descolonização, em que homens são desalojados de sua terra e conspiram para –

---

<sup>435</sup> Cf. DARWIN, 1871.

<sup>436</sup> Cf. FREUD, 1913.

simbólica ou literalmente – matar o usurpador e resgatar o controle gestor, mas, lograda a reapropriação, travam combates internos pelo controle da nação, nos quais se valem de ardis legados pelo próprio tirano.

Se os impérios português e inglês encontraram na feminização de colônias e colonizados um dispositivo legitimador, estes travaram, de um lado, batalhas literais pela autonomia política e, de outro, batalhas simbólicas pela autoetnografia<sup>437</sup>. Contudo, por não ocuparem na dialética colonial as mesmas posições estatuárias que os colonizadores, fizeram-no sob limites discursivos circunscritos pelos últimos, numa dinâmica i(n)terativa na qual suas formas possíveis de autoinvenção se dariam em forçosa contraposição aos estereótipos coloniais. Nessa relação agonística, a consubstanciação de identidade nacional pretensamente genuína dependeria da ambivalente dinâmica de contrassignificação na qual estereótipos dados pelo discurso colonial deveriam ser desconstruídos. Se o nacionalismo moderno teve impacto peremptório na formação de códigos masculinos como honra e civismo<sup>438</sup>, estes foram hipertrofiados em países de experiência colonial, visto que o primado da masculinização, propalado por lideranças políticas, militaristas e literárias – todas monopolizadas por homens –, norteou seus projetos nacionais. Como demonstrarei neste capítulo, tais projetos priorizaram, conforme os métodos empregados na gestão do legado colonial, o escopo de *expressar* (no presente), *restaurar* (do passado) ou *produzir* (para o futuro) a virilidade nacional.



No projeto nacional brasileiro, a autonomização geopolítica, mesmo capitaneada por herdeiro do trono metropolitano, franqueou parte da *intelligentsia* a proparlar que o Brasil se mostrara definitivamente viril. Se para os países vizinhos essa insólita Independência inspirava suspeição, para a elite letrada a soltura das malhas coloniais, celebrada como certificado de hombridade, era eloquente resposta à ex-metrópole, pois

---

<sup>437</sup> Tomo o conceito de empréstimo a Pratt, que o desenvolve para designar “casos nos quais sujeitos colonizados procuram se representar de maneiras que se *engajam com* os próprios termos do colonizador. Se os textos etnográficos são um meio pelo qual os europeus representam para si mesmos os seus (geralmente) subjugados outros, os textos autoetnográficos são aqueles que os outros constroem em resposta ou em diálogo com essas representações metropolitanas. [...] Textos autoetnográficos não são, portanto, o que geralmente se considera como formas ‘autênticas’ ou autóctones de autorrepresentação [...]. Em vez disso, a autoetnografia implica, em relação ao léxico do conquistador, tanto colaboração parcial quanto apropriação”; por isso, “quando [...] textos autoetnográficos são lidos simplesmente como autoexpressão ‘autêntica’ ou como assimilação ‘não autêntica’, seu caráter transcultural é obliterado e seu engajamento dialógico com modos de representação ocidentais perdido” (PRATT, 1992, p. 7, 102).

<sup>438</sup> Cf. MOSSE, 1985.

“prova que tínhamos chegado à virilidade”<sup>439</sup>. Nesse processo de recobração da hombridade, a melancolia e a licenciosidade, dois indicadores de efeminação atribuídos aos brasílicos pelo discurso colonial, eram agora devolvidos a Portugal: “No Brasil, a melancolia seguiu a vida sexual intensa do colonizador, dirigido erroneamente a perversões eróticas e de um tipo marcadamente atávico”<sup>440</sup>. A bem dizer, o discurso anticolonialista podia se servir da condição de legatário para atribuir toda sorte de mazelas do país à herança colonial e, assim, reverter os estereótipos recebidos:

O mal foi o civilisarem esta terra. O brasileiro primitivo, que era o indio, vivia maravilhosamente bem na patria que lhe Deus dera. [...] Os Aymorés não tinham automoveis, mas em compensação não gastavam gasolina estrangeira nem viviam presos ao “contra-mão” do fiscal de vehiculos. Os Goytacazes eram excellentes cavalleiros e dispensavam perfeitamente o bonde da Ligth, sem o perigo [...] de ficarem á espera de energia. [...] Os civilisados não comem o adversario assado no espeto, mas devoram-n’o nos negocios, na reputação, na fortuna [...]. Em logar de hostilizarem o desafecto, de lança em punho, convidam-n’o para tomar chá na Colombo, e trahem-n’o miseravelmente com um sorriso nos labios [...] A unica differença que existe entre civilisados e selvagens é que estes fazem francamente e sem reбуços o que aquelles praticam com arte e fingimento. [...] O grande erro de Portugal foi, pois, colonisar o Brasil: sentindo-se nú como Adão depois do peccado, o Brasil enfardelou-se á estrangeira, grotescamente, pondo por cima da tanga rude a casaca mal talhada<sup>441</sup>.

Enquanto gerações contemporâneas da Independência arrogavam à emancipação estatuto comprobatório como “efeito do estado de virilidade” que o país atingira<sup>442</sup> e o *Hymno Nacional* dava aos brasileiros boa nova – “Já sois homens, já sois livres”<sup>443</sup> –, as subsequentes tinham por prova definitiva a expulsão do antigo colonizador pela derrocada da Monarquia e instauração da República. Que se note, a propósito, o ufanismo com que um poeta narrava a partida do ex-imperador quando desmontada a monarquia: “Marcharemos, seguindo unicamente as leis... / Pois, para dirigir-se, o mundo americano / Forte e altivo, dispensa a todo o soberano, / Não precisa de reis”<sup>444</sup>. A lusofobia era tal que, ainda no século XIX, o escritor Francisco Muniz Tavares chegou a apresentar projeto de lei segundo o qual “deveriam os portugueses ser expulsos do Brasil”<sup>445</sup> e um ensaísta assim se referia a Portugal: “Quem não dirá, que elle temia que a mais alto ponto o Brasil

---

<sup>439</sup> BRASIL, 1978, p. 98.

<sup>440</sup> PRADO, 1931, p. 11.

<sup>441</sup> NEVES, 1924, p. 6.

<sup>442</sup> CAMPOS, 1823, p. 311.

<sup>443</sup> VEIGA (?), 1822, s.p.

<sup>444</sup> OLIVEIRA, 1889, p. 3.

<sup>445</sup> SODRÉ, 1966, p. 190.

se erguesse, e a gloria lhe offuscasse? Assim é que um barbaro senhor algema seu escravo, receoso que elle escape, e so lhe desprende um braço ou outro quando delle algum trabalho requer”<sup>446</sup>. A lusofobia recrudesciu mesmo no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), fomentado por jacobinismo difundido por jornais militantes como *O Jacobino* e *A bomba*<sup>447</sup>, que coroavam um nativismo, de gestação morosa, que se avigorou em impulso autonomista mediante insurreições como a Guerra dos Emboabas (1708), a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817). Nesse revanchismo convicto de que “jamais pôde existir comércio de brandura e bem-querença entre conquistador e conquistado”<sup>448</sup>, forjaram-se perspectivas de identidade nacional contrapontísticas a tudo quanto lembrasse o “estrangeiro perverso e usurpador”<sup>449</sup>. Recorde-se, a propósito, o tom lusóforo dos manifestos modernistas, bem como a ausência de portugueses tanto no movimento quanto no seu paroxismo, a Semana de Arte Moderna, cujo coorganizador recomendava que, “em vez de tendermos para a unidade literária com Portugal, alarguemos a separação”<sup>450</sup>. Numa conjuntura pós-escravagista que favorecia analogia entre colonialismo e escravidão, um personagem bilauiano celebrava que “a República é a nossa carta de alforria”<sup>451</sup>, em indicação de que, entre a independência *de jure*, formalizada havia décadas, e a independência *de facto*, recém-adquirida, havia hiato impactante sobre o brio masculino. Prevalencia entre republicanos certa convicção de que a terra, quando não mais “governada por um senhor”<sup>452</sup>, finalmente propiciaria a fundação de uma família genuína. Gilberto Freyre comparava, em tom edípico, que “[o] império morria a olhos vistos sob as barbas branquíssimas [...] de Pedro II, com as quais contrastava então o preto ou o castanho das barbas de jovens líderes republicanos sequiosos de poder”<sup>453</sup>. Eis porque Lourenço assevera que o Brasil comete “parricídio permanente” ao se portar como se fosse “uma nação sem pai”<sup>454</sup>. A cisão peremptória com Portugal era evocada como liberação do pátrio poder em formulações que a significavam à maneira de conflito edípico dissolvido com derrocada da Lei do Pai. Não por acaso, Mário de Andrade, clarividente hermeneuta conjuntural,

---

<sup>446</sup> MAGALHÃES, 1836, p. 141.

<sup>447</sup> A respeito do antilusitanismo, conferir, dentre outros, HAHNER, 1976; QUEIROZ, 1986; RIBEIRO, 1989, 2002, 2017; MOSHER, 2000; FELDMAN-BIANCO, 2001.

<sup>448</sup> EDMUNDO, 1957, p. 993.

<sup>449</sup> BARBOSA, 1925, p. 10.

<sup>450</sup> ARANHA, 1925, p. 58.

<sup>451</sup> BILAC, COELHO NETTO, 1898, p. 66.

<sup>452</sup> *Idem, ibidem*, p. 66.

<sup>453</sup> FREYRE, 1959, p. 159.

<sup>454</sup> LOURENÇO, 1999, p. 146.

identificou no nacionalismo brasileiro processo análogo à “tradição traiçoeira e eterna com que os filhos [...] se libertam legislativamente dos pais”<sup>455</sup>.

O republicanismo, expressão triunfal da hombridade brasileira, era encarnado, sobretudo, na figura de seu grande expoente. Marechal Floriano Peixoto, dotado de “ máscula natureza”, sintetizava na sua pessoa “tudo o que o povo brasileiro podia ter de energia, de inteligência, de virilidade e de patriotismo”<sup>456</sup>. Se na alçada militar o marechal condensava, para republicanistas, o que de mais viril existia no homem brasileiro, na literária a figura metonímica deveria acrescentar a essa virilidade o vigor da cultura nacional. Como tal epítome não seria o homem branco, remissivo ao colonizador, e tampouco o negro, remetente à submissão, o ameríndio, remontante à origem, foi anteposto como paradigma da hombridade nativa. Que se recorde o poema encomiástico de Gonçalves Dias sobre o índio brasílico: “Alteião-se os tectos d’altiva nação; / São muitos seus filhos, nos animos fortes, / Temiveis na guerra, que em densas cohortes / Assombrão das matas a imensa extensão”<sup>457</sup>. Porém, a exaltação à virilidade indígena contradizia a materialidade das fricções interétnicas, já que os habitantes *ab origine* foram quase dizimados no processo de colonização. Acresce que o ameríndio, opostamente à sua nuclearidade simbólica, era arrastado para as margens da nação, em contrassenso recorrente nos mitos fundacionais latino-americanos<sup>458</sup>. Some-se a isso o enaltecimento do “selvagem” como significante da hombridade brasileira seguir na contramão de um projeto nacional ávido por modernidade. Tal impasse, contudo, foi contornado pelo indigenismo romântico, que, na dimensão da palavra, lapidava os modos do homem nativo e tudo o mais que nele lembrasse primitivismo. Por conceber o arquivo colonial como deturpação da imagem do autóctone, José de Alencar almejava despi-lo “da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas”<sup>459</sup> e propalava que estes fossem “lidos á luz de uma critica severa”<sup>460</sup>. Uma vez que o Brasil, nas décadas que se seguiram à Independência, manteve-se atado aos alinhavos da colonização pela presença da corte portuguesa, Alencar considerava periclitante uma colonização do imaginário e

---

<sup>455</sup> ANDRADE, ANDRADE, 2002, p. 302.

<sup>456</sup> SILVA, 1963, p. 254.

<sup>457</sup> DIAS, 1851, p. 12.

<sup>458</sup> Haja vista que o nacionalismo argentino investiu na figura do gaúcho como um viajante livre e independente quando ele próprio perdia liberdade porque reduzido à condição de proletário rural (cf. ARCHETTI, 1999).

<sup>459</sup> ALENCAR, 1893, p. 47.

<sup>460</sup> *Idem*, 1874, p. 159.

vislumbrava na literatura de feição nacional o ensejo de “fazer calar as pretensões [...] de nos recolonisarem pela alma e pelo coração, já que não o podiam pelo braço”<sup>461</sup>.

Porém, sua corrigenda dos estereótipos coloniais foi malvista por forjar contraimagem discrepante ao tropicalizar o cavaleiro medieval, cuja distância espaço-temporal o tornava tão inexecuível que a fineza atribuída ao ameríndio foi lida como efeminação. Ao escritor, disparava Franklin Tavora, tanto faltava “phraseologia masculina”<sup>462</sup> que a linguagem dos guerreiros na sua “effeminada Iracêma” era “debil, esmorecida e flaccida”<sup>463</sup>. A poesia do “selvagem”, argumentava o crítico, deveria primar pela “expressão de braveza”, mas a que Alencar lhe emprestava possuía “a feição e o requebro de uma poesia flaccida e feminil” e levaria qualquer leitor a indagar: “Pois aquelle pôde ser o selvagem brasileiro? Aquella a sua linguagem? Aquella a sua masculinidade?”<sup>464</sup>. A essa diatribe Joaquim Nabuco fez eco ao censurar o protagonista d’*O Guarany* por ser “um índio efeminado”, cujo aceite da servidão deturpava a temeridade vernácula<sup>465</sup>. Essa acomodação de protótipos estrangeiros não escaparia a contradições num contexto de exaltação dos indígenas como capazes de “inspirar virilidade á uma nação que começa”, em contraponto aos “heroes afeminados”<sup>466</sup> de literaturas como a francesa, por exemplo. À guisa de réplica, Alencar justificava que jamais escreveria “cousa que pareça vinda em conserva lá da outra banda”<sup>467</sup> e lançava indagação retórica: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jaboticaba, pôde fallar uma lingua com igual pronuncia e o mesmo espirito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nespera?”<sup>468</sup>. Ainda que, sabidamente, relativizasse as noções de fonte e cópia, o romancista não restou convincente porque seu próprio *modus operandi* o contradizia. A inflexão eurocêntrica de seu processo compositivo mantinha o indígena sob determinação de referente europeu, na medida em que a pretensão de masculinizar o nativo feminizado pelo discurso colonial o levou a aplicar ao ameríndio código de hombridade alheio ao que então se lhe imputava. Dado que essas querelas contrapunham intelectuais alinhados a perspectivas de gênero e nação inconciliáveis, seria de bom conselho que as controvérsias sobre a transfiguração literária do índio na estética

---

<sup>461</sup> ALENCAR, 1872, p. xv.

<sup>462</sup> SEMPRONIO [Franklin Tavora], 1871, p. 14-15.

<sup>463</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>464</sup> *Idem*, 1872, p. 70.

<sup>465</sup> ALENCAR, 1978, p. 90.

<sup>466</sup> MAGALHÃES, 1876, p. 184.

<sup>467</sup> ALENCAR, 1872, p. xviii.

<sup>468</sup> *Idem, ibidem*, p. xix.

alencariana fossem vistas hoje, no retrovisor da história, não apenas sob o prisma étnico, como se tem feito, mas também sob a ótica do gênero.

Fosse como fosse, a celebração da hombridade dos brasileiros indicava uma sede viril manifesta por diversos homens letrados. Num sistema de significação generizado, a intelectualidade brasileira tomava a hombridade como protótipo para aferição dos predicados de seus pares. Jorge Amado, em perfil biográfico de Castro Alves, destacou no poeta sua beleza “cheia de virilidade”<sup>469</sup>. Euclides da Cunha era elogiado por ser a “crystalização do espirito brasileiro” devido a sua “prosa mascula”, na qual o Brasil “se torna verbo e grita a sua força”<sup>470</sup>. Inseridos numa formação discursiva que circunscrevia seu repertório enunciativo, os letrados se socorriam de referências generizadas, inclusive, para tecer considerações avaliativas sobre si mesmos. Por vezes, relatavam a conquista da hombridade à maneira de um rito de passagem, como procedeu Murilo Mendes ao relacionar o leite e o vinho, respectivamente, ao feminino e ao masculino para celebrar que certo padre “servira-me o vinho forte, desmamando-me para sempre do leite de uma religião afeminada e frouxa”<sup>471</sup>. Exemplos como esses, que poderiam ser aqui multiplicados, dão mostras do quanto importava à elite intelectual brasileira o sentimento de *ser* viril, como se no seu horizonte de referências esse adjetivo, para além de rima fácil para o nome do país, sintetizasse mesmo o que se queria entender por brasileiro.



Se bem que a urdidura narrativa desta tese sugira processos históricos sequenciais, o anticolonialismo não sucedeu o colonialismo num encadeamento de ação e reação cronologicamente delimitado; afinal, desde a primeira hora, nativistas identificavam, em menções à ingerência metropolitana, que os irlandeses foram “corrompidos e amolecidos em efeminação” a fim de facilitar seu controle<sup>472</sup> pelos ingleses, que, por sua vez, almejavam a “emasculação da Irlanda”<sup>473</sup>. Embora, desde os primórdios da colonização, houvesse insurreições de irlandeses, a insurgência se sistematizou no nacionalismo moderno, desaguadouro ideológico de movimentos nativistas que confluíam para uma espécie de programa de remasculinização. Uma primeira reação, de cunho triunfalista, consistia no elogio superlativo da virilidade gaélica, sob a premissa de que os estereótipos

---

<sup>469</sup> AMADO, 1941, p. 233.

<sup>470</sup> NAVARRO, 1931, p. 11.

<sup>471</sup> MENDES, 1968, p. 45.

<sup>472</sup> KEATING, 1732[1634], p. 441.

<sup>473</sup> PLOWDEN, 1811, p. 129.

atribuídos aos irlandeses eram, na verdade, projeção de predicados que os ingleses negavam em si mesmos: “Eles [os colonizadores] tomaram como modelo o homem inglês do tipo mais ínfimo [...] e o apresentaram como típico nativo da Irlanda”, em face do qual o homem inglês hegemônico, “enquanto se dedicava ao estudo complacente de sua própria pessoa imaculada e irrepreensível, rezava consigo mesmo: ‘Oh, Deus, eu Vos dou graças porque não sou como o irlandês’”<sup>474</sup>. Um dos legados coloniais que mais incomodavam os irlandeses, o estereótipo de sentimentalismo feminino, era então explicado como estratégia discursiva de que o inglês se valia:

O sentimentalismo se lhe parecia um tipo amável de fraqueza, perdoável, e mesmo muito admirável, em esposas, filhas e pessoas de raças inferiores. Como não lhe era útil, ele o depositou em nós. [...] Ele é consciente de certa rigidez intelectual nele mesmo. Ele aceitou o homem forte e silencioso dos romances vitorianos posteriores como ideal nacional. Alegria imprudente é uma qualidade que não se coaduna com o silêncio forte; portanto, ele a transfere para nós. Ele admira a irresponsabilidade em crianças e mocinhas bonitas. Isso lhes dá uma atratividade coquete. Tendo decidido que somos irresponsáveis, ele está bem preparado para gostar de nós de maneira paternalista, tal como gosta de crianças e de meninas bonitas<sup>475</sup>.

Nessa técnica de gestão do legado colonial, o sentimentalismo era positivado como sensibilidade, a passividade como paciência, a teimosia como persistência, a irracionalidade como instinto criativo, a domesticidade como lealdade ao clã, o primitivismo como apreço pela tradição e a brutalidade como valentia. Ressignificado o estereótipo de efeminação, escritores como Standish O’Grady podiam ostentar que, nos áureos tempos dos irlandeses, “não nos faltava aquela modéstia máscula que muitos imaginam equivocadamente ser um atributo bastante feminino”<sup>476</sup>. Essa ferramenta de gestão se pautava na romantização de proezas logradas num pretérito indeterminado, cuja inacessibilidade ao horizonte contemporâneo inviabilizava qualquer dúvida quanto à sua veracidade. Em reformulação dos estereótipos coloniais, a efeminação se convertia na hipermasculinidade dos ancestrais, postos acima da condição humana como “uma raça de pequenos super-homens”<sup>477</sup>. Um desses seria Owen Roe O’Neill, que, em pôster de jornal, enfrenta sozinho, na Batalha de BenBurd, inúmeros inimigos (Imagem 13).

---

<sup>474</sup> HOGAN, 1899, p. 7.

<sup>475</sup> BIRMINGHAM, 1914, p. 4-5.

<sup>476</sup> O’GRADY, 1918, p. 315-316.

<sup>477</sup> HACKETT, 1918, p. 132.

A megalomania, fita isolante que abrigava o ego de ameaças ao senso de potência, parecia solapar velado sentimento de desvalia frente à colonização, numa espécie de formação reativa em que se enaltecia sua virilidade mediante delírios de grandeza que atuavam menos como expressão de certeza do que como terapia motivacional. Um



**Imagem 13. Owen Roe O'Neill**

anuário da *Gaelic Athletic Association* para os anos 1907-1908 distinguia o gael por seu “vigor varonil”, pois, não obstante as intempéries enfrentadas, “a estamina da raça sobreviveu em perfeição quase prístina”<sup>478</sup>. Um exaltado nacionalista se ufanava de pertencer a “um povo corajoso, marcial e musculoso como nunca existiu”, cuja nação “sabemos defender como ninguém”, pois “somos, mais do que a maioria das nações, robustos de constituição e estrutura, pacientes na fadiga, no frio e no calor, na fome e na sede”, além de “terríveis em batalha”<sup>479</sup>. Em face da tentativa

imperial de colonização do imaginário, a fanfarronice infundia numa gente insegura quanto à sua identidade o orgulho de pertencer a uma nação viril e então suscitava, via identificação introjetiva, o desejo de perpetuá-la. Donde a acuidade no resgate da reputação masculina de heróis nacionais como Wolfe Tone, lembrado por sua “alma intrépida” e seus “atributos másculos”<sup>480</sup>, e Daniel O’Connell, exaltado por sua constituição “forte e viril” ter atemorizado os franceses quando de sua estada na França: “Muitos dos janotas efeminados e pretensiosos que [...] viam-se no direito de aplicar suas

<sup>478</sup> *Apud* SUGDEN, BAIRNER, 1993, p. 29.

<sup>479</sup> SCULLY, 1803, p. 16.

<sup>480</sup> SAVAGE, 1882, p. 50.

piadas inexperientes ao estrangeiro irlandês sentiram o peso de seu punho resistente”, pois O’Connell, irlandês que era, lutava de modo diferente dos franceses, “que olhavam para uma mecha de cabelo arrancada da cabeça de seu adversário como troféu mais prestigioso do que um nariz sangrento ou um olho enegrecido”<sup>481</sup>. A agressividade (reação ao insultor), seu uso controlado (em defesa da honra) e a forma com que se dava



**Imagem 14. Charles Parnell**

(aos murros e não aos puxões de cabelo) seriam provas da hombridade dos irlandeses por exprimirem não apenas potência física, mas, sobretudo, capacidade de governá-la. Depositário da expectativa de Independência nacional, Charles Parnell, em fins do século XIX, era amiúde representado em jornais nacionalistas como defensor da nação em iconografias triunfalistas como *Victory!!!*, na qual empunha o lábaro *Home Rule*, em presságio da autonomização da Irlanda, enquanto detém uma hidra que simboliza obstáculos à liberdade da nação: “O campeão irlandês claramente derrota o monstro de três cabeças – FALSIDADE – TIRANIA – FRAUDE” (Imagem 14)<sup>482</sup>.

Anna Freud denominou *identificação com o agressor* (*Identifizierung mit dem Angreifer*) o mecanismo de preservação do ego pela conversão da angústia em segurança frente ao objeto temido, na medida em que, ao arremedar o agressor, o ameaçado converte sua passividade em atividade e se imagina, ele próprio, atemorizante<sup>483</sup>. À revelia das insurreições malogradas, irlandeses exaltavam que seus ancestrais enfrentavam os

<sup>481</sup> HUIISH, 1836, p. 25.

<sup>482</sup> WEEKLY FREEMAN, 1889, s.p.

<sup>483</sup> FREUD, 1936, p. 125 *et sequentia*.

colonizadores com tal bravura que “os soldados efeminados” se escondiam temerosos<sup>484</sup> do arrojo com que tropas irlandesas atacavam “as legiões imperiais efeminadas”<sup>485</sup>. O sistemático recrutamento de irlandeses pelo exército britânico<sup>486</sup>, como quando da Guerra dos Bôeres, seria prova da supremacia colonial sobre a metropolitana em gradiente de masculinidade, celebrada inclusive em poemeto que personificava a Inglaterra como uma mãe, descrente nos próprios filhos, que tentava persuadir irlandeses a socorrê-los por serem mais másculos: “Venham, homens de Erin, aos meus rogos, / Meu Império está em apuros, preciso de vocês todos / Meus soldados saxões podem selvagens caçar, / Mas para bater os bôeres devem vocês no *front* estar”<sup>487</sup>. Chegava-se a afirmar que, nessa guerra, o menor sinal de perigo bastava para deixar o exército britânico “em pânico incontável” e que a imprensa internacional achincalhava John Bull ao representá-lo como “pobre moribundo impotente, acamado, com todas as nações da Europa reunidas como médicos em solene consulta em torno de seu leito”<sup>488</sup>. Quer pela personalização da Inglaterra como mãe descrente nos filhos, quer por sua personificação como tirano em estado terminal, o desejo pela falência do império era sadismo balsâmico para a ferida narcísica dos gaels, que, em fantasia, vingavam-se dos agravos sofridos. O sofisma de que os colonizados sobrepujavam os colonizadores em virilidade reinscrevia a hierarquia sexo-racial pela sobreposição dos celtas aos anglo-saxões num horizonte de representação no qual tudo quanto proviesse da metrópole seria degenerado. Uma vez que todo atributo inglês tinha um correspondente irlandês antagônico, a nação era imaginada menos como Irlanda do que como não-Inglaterra, em agonismo que mantinha colônia e império atados pelo comparatismo, como procedia o artigo *Gaelic Manhood*:

Em quase todos os vestígios de nossa antiga literatura, anais, crônicas e textos legais, a suprema admiração do Gael pela perfeição física é indicada. É [...] a essa qualidade que devemos a sobrevivência [...] da saúde e da capacidade atlética soberba de nossa raça [...]. A incomparável virilidade do nosso povo é a expressão mais forte da precisão de promover uma característica que produz resultados tão valiosos. A raça celta é uma das poucas em que a conservação da força física é exibida. Nossos parentes no planalto, pelo vigor dos membros, contrastam com os milhões nas partes meridionais da Grã-Bretanha<sup>489</sup>.

---

<sup>484</sup> FALLOON, 1863, p. 392.

<sup>485</sup> O'BRIEN, 1893, p. 140.

<sup>486</sup> Cf. DOOLEY, 1995; BOWEN, J, BOWEN, D., 2005.

<sup>487</sup> CROTTY, 1900, p. 8.

<sup>488</sup> HERLIHY, 1904, p. 52, 53, 261.

<sup>489</sup> UNITED IRISHMAN, 1906, s.p.

Filhos das revoluções industriais, o *petit maitre* e o *dandy* eram tipos masculinos que os irlandeses tomavam como antitéticos à sua hombridade por terem os gaélicos ficado à parte da degradante modernização calhada nos centros europeus. Dessa especificidade, fabricavam sua masculinidade pela oposição entre urbanismo metropolitano e ruralismo nativo. Na esteira de Montaigne e Rousseau, cujo tropo do *noble savage* sinalizava a corruptibilidade societária europeia, o *Gaelic Revival* concebia o camponês como prova residual da hombridade gaélica. Numa conjuntura em que o “inchamento” das urbes inglesas impelia reformistas sociais, socialistas utópicos e artistas românticos ao pastoralismo como escape à degeneração citadina, esse quadro favorecia que a Irlanda, diversamente de regiões periféricas submetidas à urbanização, como o Brasil, fosse exaltada como Arcádia pré-moderna. A fetichização do oeste como *genius loci*, porque menos impactado pela colonização, permitia que revivalistas comparassem sua cultura antimaterialista à degradação ao preço da qual se teria dado o progresso material inglês. Se, para o discurso colonial, a efeminação dos irlandeses decorria da incivilidade que os submetia aos instintos, no contradiscurso anticolonial a efeminação dos ingleses se devia aos males da civilização que os dobravam à superfluidade. Numa contradição similar à do romantismo brasileiro em relação ao índio, enquanto o campesinato era relegado ao abandono, a figura do camponês viril era catapultada como talismã e comparada à do citadino efeminado, como procedia Douglas Hyde ao elogiar a perfeição física e moral dos irlandeses das zonas rurais, seguro de que ali renascia a “hombridade irlandesa” e jovens atléticos se vestiam “como homens” e não ao modo dos ingleses<sup>490</sup>. Nesse orientalismo interno, cuja edenização do oeste era incompatível com a precariedade material da região, o mesmo primitivismo atribuído aos camponeses para distinguir uma Irlanda bucólica e espiritualista de uma Inglaterra urbana e materialista cristalizava diferenças no interior da Irlanda. Afinal, o revivalismo gaélico emergiu *pari passu* com o franco declínio da Ascendência Protestante anglo-irlandesa, cuja hegemonia era abalada devido à crescente emancipação dos camponeses, que, beneficiados pelos *Land Acts*, agora tinham direito à aquisição de propriedades. Uma vez que essa mobilidade social implicava formação de burguesia católica desestabilizadora de regime praticamente feudal, pautado no dualismo entre aristocracia e campesinato, o fato de literatos advindos da ascendência protestante exaltarem o camponês pré-moderno – e, sobretudo, pré-burguês – pode ser entendido como empresa classizante: a idealização

---

<sup>490</sup> HYDE, 1894, p. 157.

do camponês economicamente modesto, porém culturalmente opulento, cristalizaria diferenças evanescentes na nova ordem social<sup>491</sup>. Em comentário ao relato de viagem empreendido por John Millington Synge no oeste da Irlanda, como faria Mário de Andrade no interior do Brasil, um crítico literário sintetizou com precisão o voyeurismo sádico implicado nessa idealização: “O charme peculiar de *Aran Islands* [...] não consiste na identificação do narrador com a vida das pessoas que ele descreve, mas, sim, na acentuação do contraste entre o filho sofisticado das cidades e o simples bárbaro”<sup>492</sup>. O escritor “resolve” tal impasse ao sugerir que seria exatamente na condição de pauperismo que o campesinato se aproximaria da aristocracia. Porque não contaminados pela avidez material, os camponeses se encontrariam muito mais próximos dos “tipos mais finos de nossas aristocracias [...] do que do trabalhador ou cidadão”<sup>493</sup>. Todavia, no mesmo texto em que avizinhava a classe camponesa da sua aristocracia, Synge grifava a diferença: “Subjacente à simpatia que sentimos ainda há um abismo entre nós”<sup>494</sup>. Há que se ter em conta que a cultura popular é, paradoxalmente, uma categoria erudita, porque criada para distinguir, *via negativa*, o que se convencionou denominar alta cultura<sup>495</sup>. Embora ambos os países presumissem ideia de nação como entidade orgânica, a ficção de um Nós hipostasiado obliterava contradições internas, uma vez que a agenda nacionalista se alimenta daquilo mesmo que expelle, haja vista que o índio e o camponês, significantes de brasilidade e irlandesidade, eram excluídos no plano material. Para se erguer a virilidade das nações brasileira e irlandesa foi preciso atirar nos porões da história a dizimação dos ameríndios e a exploração laboral do camponês pelas classes letradas que os idealizavam. Seria preciso, portanto, abrir tantos vidros de loção quanto necessários para, na expressão drummondiana, abafar “o insuportável mau cheiro da memória”<sup>496</sup>.

O triunfalismo, como método de gestão da herança colonial, consistiu em negar – ou, antes, denegar – propriedades doadas pelo império mediante conversão do estereótipo no seu oposto, e nesse ponto convergiam brasileiros e irlandeses. No entanto, distinguiam-se na localização da curva ascendente em que teriam atingido a virilidade. Como o Brasil não tivera, no período pré-cabralino, poderio bélico ou cultura letrada, ideólogos de extração ufanista calculavam que os brasileiros teriam alcançado o patamar

---

<sup>491</sup> Cf. MURPHY, 2003.

<sup>492</sup> SHERMAN, 1917, p. 202.

<sup>493</sup> SYNGE, 1907, p. 33

<sup>494</sup> *Idem, ibidem*, p. 122.

<sup>495</sup> Cf. CHARTIER, 1993.

<sup>496</sup> ANDRADE, 1948, p. 166.

viril quando superada a colonização formal ou, mesmo, quando suplantado o regime monárquico. Já os irlandeses, favorecidos pelo trunfo de uma civilização pré-colonial pujante<sup>497</sup>, ufanavam-se de ter sido másculos anteriormente à invasão normanda e como tal se mantido sem embargo da intervenção colonizadora.

## ONDE HÁ POLO VIRIL, APOLO

---

*Masculinity is not something given to you, [...] but something you gain.*

Norman Mailer, *Cannibals and Christians*

Idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, Pierre de Coubertin, nos *Essais de psychologie sportive*, propalava os benefícios do esporte para o desenvolvimento bélico de um povo: “Os esportes fazem florescer todas as qualidades úteis na guerra: a descontração, o bom-humor, o gosto pelo inesperado, a noção exata do esforço a ser gasto sem dispêndio de energia desnecessário”<sup>498</sup>. De fato, do lusco-fusco do século XIX à alvorada do XX, o esporte, *pari passu* com o militarismo, triunfou como principal arena difusora de códigos de masculinidade. O esporte, tal como idealizado pelas elites letradas, contém uma filosofia política aristocrática de que são exemplos a elitizada noção de amadorismo e a fiúza no papel da prática esportiva para a formação do caráter por ser “análoga à prática artística, mas ainda mais adequada do que a arte [...] por afirmar as virtudes masculinas de futuros líderes”; afinal, “o esporte é concebido como treinamento em coragem e hombridade, ‘formando o caráter’ e inculcando a ‘vontade de vencer’, que é a marca do verdadeiro líder, mas uma vontade de vencer dentro das regras”<sup>499</sup>. Concebido como domínio masculino por excluir as mulheres, como arena de diferenciação entre categorias de masculinidade por hierarquizar os homens e como formação de um exército de varões robustos para uso na guerra, o esporte teve papel crucial na gestão do legado colonial de Brasil e Irlanda, como veremos a seguir.



---

<sup>497</sup> Cf. CAHILL, 1995.

<sup>498</sup> COUBERTIN, 1913, p. 11.

<sup>499</sup> BOURDIEU, 1978, p. 824-825.

Como a masculinidade hegemônica tem no esporte uma de suas expressões inequívocas, a prática esportiva seria promissora para irlandeses comprovarem sua virilidade. O esporte coletivo, além de exibir corpos atléticos como metonímias da raça, fomentava analogia entre time e nação como grupo de homens unidos por ideal grupal. Daí Roger Casement lamentar a ausência dos conterrâneos nos Jogos Olímpicos de 1908, porquanto a Irlanda era capaz de competir com qualquer nação “pelo prêmio da perfeita hombridade”<sup>500</sup>. De fato, o projeto nacional irlandês apostava no esporte como expressão viril quando estabeleceu, em 1884, a *Gaelic Athletic Association*, movimento que se queria “fabricante de homens – homens disciplinados e autocontrolados – homens bem construídos e de ombros quadrados, atletas perfeitos – homens nos quais uma nação pode confiar em seu momento de necessidade”<sup>501</sup>. Em aposta no esporte como gestão do legado colonial, o patrono da entidade, Michael Davitt, vislumbrava a potência regenerativa da cultura física para ratificação da hombridade gaélica desacreditada pelo império:

Em qualquer esforço que possa ser feito para reviver um gosto nacional por jogos e passatempos como os que já desenvolveram a potência muscular e o comportamento masculino de nossos ancestrais gaélicos, ficarei muito feliz em dar uma mão [...]. Nisso, como em tantos outros assuntos, nós deveríamos nos manter à deriva das regras e patronagem inglesas e evitar a matança daqueles Desportos Celtas que foram ameaçados com o mesmo destino pela invasão do costume saxão, como esse que ameaça nossa Nacionalidade sob jugo alheio<sup>502</sup>.

O renascimento dos esportes gaélicos se tornou um meio para os líderes nacionalistas definirem autocraticamente quem poderia ser considerado gaélico e qual seria a imagem do irlandês ideal: “Um homem pode pensar, falar, vestir, lutar, cantar e viver ‘irlando-irlandezmente’ [*Irish-Irishly*]”, ponderava Arthur Clery, “mas se ele joga Rugbycamente [*Rugbically*], de nada lhe adianta”<sup>503</sup>. E, num misto de gracejo e repreensão, sintetizava a premissa basilar para pertencimento nacional, a recusa a elementos culturais ingleses: “Um homem que vive de cricket vive em pecado”<sup>504</sup>. A arena esportiva atuaria como fórum público onde doutrinas não raro conflitivas, associadas às noções simbióticas de masculinidade e irlandesidade, poderiam ser produzidas, contestadas e reconciliadas<sup>505</sup>. Seria por meio do esporte que, acreditava-se,

---

<sup>500</sup> Apud WARE, 2002, p. 42.

<sup>501</sup> Apud BEATTY, 2016, p. 63.

<sup>502</sup> Apud *idem, ibidem*, p. 61.

<sup>503</sup> CLERY, 1920, p. 67.

<sup>504</sup> *Idem, ibidem*, p. 67.

<sup>505</sup> Cf. MCDEVITT, 1997, 2004.

a Irlanda desmentiria o estigma de efeminação disseminado pelo discurso colonial. A GAA seria capaz de “demonstrar ao mundo que não somos, como nossos inimigos fazem outras nações acreditarem, uma nação de fracos. E quando formos uma nação de homens, seremos uma nação livre”<sup>506</sup>. Não a esmo, o revivalista Douglas Hyde, que viria a ser o primeiro Presidente da Irlanda, enaltecia em 1894 que o trabalho da instituição esportiva “tem feito mais pela Irlanda do que todos os discursos de políticos nos últimos cinco anos”<sup>507</sup>. Sequiosa de produzir um exército de Apolos, a entidade contribuía como provimento de homens robustos para atuarem nas guerras pela independência: “[Q]uando chegar a hora”, antevia um entusiasta, “os jogadores de hurling vão trocar o *camán* [taco] pelo aço brilhante e afiado que vai tirar o saxão da nossa terra”<sup>508</sup>.

Todavia, como a demonstração de virilidade no esporte moderno implica tensão entre autocontrole e agressividade<sup>509</sup>, os idealizadores do movimento precisavam modalizar um esporte sobremaneira violento para não iterar o estereótipo da efeminação, que, conforme vimos, incluía brutalidade. Frente a esse desafio, os dirigentes da GAA não se acanharam em piratear da própria Inglaterra, responsável pela padronização esportiva moderna, métodos gestionários, convenções protocolares e códigos normativos, além do *ethos* que balizava a disseminação esportiva nas escolas públicas britânicas. Ao tempo em que os colonizados procuravam se distinguir dos colonizadores pelo desprezo de seus repertórios culturais, seu programa de padronização esportiva consistia na transcodificação daquele em curso na metrópole. De igual modo, o atrelamento dessa padronização ao ideal de virilidade era ressignificação do *ethos* de hombridade inglesa calcado no aperfeiçoamento físico-moral, na medida em que a GAA se apropriou do princípio vitoriano de que cada cristão tem dever moral com causas cívicas e precisa de força física para exercê-lo, se necessário. O “Cristianismo Muscular” (*Muscular Christianity*), preceito protestante desenvolvido na Inglaterra para difusão de valores cristológico-nacionalistas mediante cultura física, foi ressemantizado numa filosofia católica que McDevitt denomina “Catolicismo Muscular” (*Muscular Catholicism*)<sup>510</sup>. Uma vez guarnecido de preceito físico-moral, expresso na simbiose *mens sana in corpore sanus*, esse braço do nacionalismo cultural irlandês se definiria pelo complemento entre

---

<sup>506</sup> SINN FÉIN, 1910, s.p.

<sup>507</sup> HYDE, 1894, p. 158.

<sup>508</sup> *Apud* MCDEVITT, 2004, p. 33.

<sup>509</sup> Cf. GRUNEAU, 1993.

<sup>510</sup> Cf. MCDEVITT, 1997, 2004.

perfeição física e rígido código disciplinar<sup>511</sup>. Apropriações dessa ordem reforçam que identidades nacionais se pautam menos na tradição do que na tradução: “Nada é mais internacional do que a formação das identidades nacionais”, pois, embora cada qual presuma singularidade absoluta, “são provenientes de um mesmo modelo, cujo desenvolvimento ocorreu sob intensas trocas internacionais”<sup>512</sup>. Os irlandeses, porém, não transplantaram um esporte metropolitano para o espaço da colônia *tout court*; antes, reconstituíram um entretenimento carente de regras mediante arcabouço técnico buscado na própria metrópole que lhes tentava impor, sem mediação, padrões culturais monolíticos. Uma vez que a GAA lidou com o influxo de regularização iniciado pela revolução esportiva moderna na Grã-Bretanha com finalidade imperialista e, como gestão do legado colonial, empregou-o para fins nacionalistas, sua própria fundação consistiu em “ato deliberado de heresia em face do imperialismo cultural”<sup>513</sup>.



Num projeto nacional brasileiro às voltas com o desafio de produzir uma nação cuja aparência coesa camuflasse sua heterogeneidade fundante, fiava-se no esporte como mecanismo de substituição da ideia de sociedade como luta hobbesiana de todos contra todos pela noção de comunidade indivisível, cujo inimigo estaria fora, não dentro, do enclave nacional. É sintomático que, nos anos 1940, Getúlio Vargas escolhesse precisamente um estádio de futebol para proferir discursos políticos e, inclusive, anunciar o estabelecimento do salário mínimo<sup>514</sup>. Para além de sugerir unitarismo, o esporte seria útil como ferramenta de gestão da herança colonial no sentido de mostrar às nações “civilizadas” que o país, longe de ser uma selva de brutos efeminados, corresponderia, na verdade, à versão tropical da Grécia Antiga: “A Grecia promoveu a esthetica da vida [...]. Vamos, pelo culto eugenico da belleza physica e pela pratica intensiva dos jogos athleticos, revivendo o encanto eurhythimico dos gregos maravilhosos”<sup>515</sup>. O presságio de que os Brasileiros estavam destinados a reviverem a Grécia Antiga tinha longa data. No início do XIX, José Bonifácio de Andrada e Silva já prenunciava: “Serão os Atenienses da América se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo”<sup>516</sup>. No Brasil,

---

<sup>511</sup> Cf. MANDLE, 1987; MCDEVITT, 1997, 2004; CRONIN, 1999.

<sup>512</sup> THIESSE, 1999, p. 11.

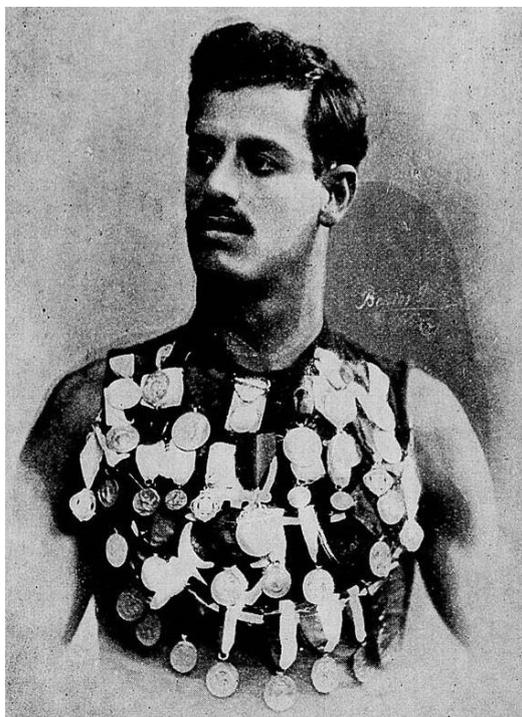
<sup>513</sup> MCDEVITT, 1997, p. 266.

<sup>514</sup> Cf. GORDON, HELAL, 2001.

<sup>515</sup> NAVARRO, 1932, s.p.

<sup>516</sup> BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, 1920, p. 174.

mais do que na Irlanda, o movimento esportivo buscou inspiração na Antiguidade grega, pois, à míngua de exemplos atléticos pré-coloniais, seus ideólogos remontavam ao ideal helênico de vigor masculino, na esteira da estética neoclássica. Como signo de hombridade, o esportista branco, preferencialmente de olhos e cabelos claros, era ovacionado como deidade. Haja vista o premiado Abrahão Saliture – atleta pioneiro, no



**Imagem 15. Um deus greco-brasileiro**

Brasil, de esportes náuticos e aquáticos elitizados, como natação e remo –, que defendeu o país nos Jogos Olímpicos de 1920, ser estampado em página de jornal ao modo de um herói greco-romano (Imagem 15).

Se os esportes aquáticos foram, *ab initio*, primazia das elites, foi outro o esporte de que a política de gestão da herança se valeria. Trazido da Inglaterra por um paulistano que visava promovê-lo no seu círculo social restrito, o futebol granjeou mais adeptos do que seu idealizador imaginara. Embora considerado por detratores entretenimento classista, peculiar à burguesia<sup>517</sup>, o esporte se medrou no país em

dois vieses distintos e sobressaiu exatamente o popular. Das duas vertentes, a primeira, norteada por preceitos higienistas, circunscreveu-se a uma elite cuja recreação em espaços de sociabilidade privados, como colégios e *clubs*, a isolava de outras camadas sociais. Em contrapartida, a segunda evidenciou que, desde logo, esse exclusivismo era desmantelado pela adesão dos setores populares, que praticavam futebol de forma improvisada e precária em terrenos baldios. Ademais, não tardaria até que clubes vinculados a empresas contratassem funcionários para representá-las e, dessa maneira, desafiassem o amadorismo – signo de *finesse* – pretendido pelas classes dominantes<sup>518</sup>.

Entre os apólogos de nacionalismo triunfalista, cuja gestão da herança colonial se dava, à semelhança do que ocorria na Irlanda, mediante celebração da virilidade nacional, o binômio nacionalidade/masculinidade dominou a *politique littéraire* entre homens de Letras também no futebol, esporte que avizinhou os universos estético e atlético tal que

<sup>517</sup> Cf. AQUINO, 2002.

<sup>518</sup> Cf. PEREIRA, 2000; SILVA, 2006; TUBINO, SOUZA, VALLADÃO, 2009.

constituiu matéria literária para escritores diversos<sup>519</sup>. Nesse prisma conciliatório entre duas categorias de masculinidade pouco afins, tal era a correlação entre o atleta e o esteta que um periódico esportivo definiu Coelho Netto como “intermediário entre as letras e o sport” e se valeu de antanáclese futebolesca para designar sua dupla vocação: “Cultiva as letras ao lado do sport e cultiva o sport dando letra”<sup>520</sup>. O escritor assumiu o ofício de intelectual, como o definira Émile Zola, ao se valer do prestígio nas Letras para defender uma causa que as excedia e se engajou numa cruzada pela masculinização dos brasileiros. Por conceber o esporte como espaço de formação de homens robustos e disciplinados, o literato chegou a fundar a revista *Athlética*, a fim de propalar os benefícios da atividade esportiva para o aprimoramento racial do país. Ao definir como deveria ser o homem brasileiro, pautou-se na concatenação de predicados físicos e morais analogamente aos irlandeses, quando também investiram no esporte como educandário da hombridade:

Não queremos apenas o atleta de possança monstruosa que ridiculamente se ufana da força bruta, á laia dos Hercules de feira, exibindo ao pasmo das multidões basbaques o bíceps ampolado e lançando vozes de desafio com engodo vil de apostas. Queremos, sim, o mancebo enérgico e sadio, rijo de corpo e de alma, que, assim como subjogue um antagonista arrogante, redima da humilhação e acolha à sua sombra generosa um fraco, ampare e guie um ancião, defenda uma criança, dê prestígio à virtude de uma mulher e, tendo sempre vivo, como uma fé acesa no coração, o amor da pátria, corra a um certame de idéias com o mesmo garbo com que surge na arena dos combatentes<sup>521</sup>.

Sua obsessão pela virilidade dos brasileiros era expressa já no primeiro *Hino do Fluminense*, de sua lavra, no qual exaltava o *foot-ball* por competir para o “ideal viril” de “avigorar a nova raça” que despontava no Brasil<sup>522</sup>. Ciente de que o país carecia de unidade para se tornar uma nação, o letrado defendia “que todos pensem com um só cérebro e sintam como um só coração”<sup>523</sup>. Não por acaso, tal apelo ao unitarismo se tornaria lugar-comum no esporte por invocar processos identificatórios introjetivos que instigam sentimento grupal. Por isso, na mesma ode ao clube, Coelho Netto sugeria afinidade analógica entre time e nação para indicar serem ambos movidos por um *esprit de corps* tal que o bem comum do grupo (clube/nação) se sobreporia à boa sorte do

---

<sup>519</sup> Cf. PEREIRA, 1998; WOOD, 2017.

<sup>520</sup> VIDA SPORTIVA, 1918, p. 3.

<sup>521</sup> COELHO NETTO, 1920, s.p.

<sup>522</sup> *Idem*, 2003, p. 186.

<sup>523</sup> *Idem*, 2002, p. 69.

indivíduo (jogador/cidadão): “Ninguém no clube se pertence / A glória aqui não é pessoal / Quem vence em campo é o Fluminense / Que é, como a Pátria, um ser ideal”<sup>524</sup>.

O elogio ao futebol não era, por evidente, uníssono entre os letrados brasileiros. Como veremos no próximo capítulo, diversos literatos, sob alegações várias, militavam contra esse e outros esportes. Aqui me interessa, para efeito de exposição, mencionar apenas um, cujos senões têm que ver com o procedimento gestor da transculturação. Graciliano Ramos compreendia o esporte bretão como “roupa de empréstimo, que não nos serve”<sup>525</sup>, por considerá-lo estrangeirismo incompatível com o propósito de nacionalizar a cultura brasileira e, convicto de que o esporte não se afinava com a cor local, fez prognóstico aziago: “O foot-ball não pega, tenham a certeza”<sup>526</sup>. Com peculiar acrimônia, o jovem cronista receitava que a mocidade praticasse “jogos nacionais” sem “mescla de estrangeirismo”, como “a corrida a pé, tão útil a um cidadão que se dedica ao arriscado officio de furtar galinhas”<sup>527</sup>. Decerto, o sarcasmo tinha em vista sublinhar que toda recreação seria legítima se coadunada com o que se entendia por caráter nacional. Em rara porção palatável de texto acérrimo, Graciliano elucidava sua objeção ao teorizar sobre acomodação cultural para sustentar que os brasileiros não careciam do futebol por já haver no repertório recreativo do país entretenimento análogo:

Para que um costume intruso possa estabelecer-se [...] em um paiz é necessario [...] que o lugar a occupar não esteja tomado por outro mais antigo, de cunho indigena. É preciso, pois, que vá preencher uma lacuna [...]. O foot-ball não preenche coisa nenhuma, pois já temos a muito conhecida bola de palha de milho, que nossos amadores mambembes jogam com uma pericia que deixaria o mais experimentado sportsman britannico de queixo cahido<sup>528</sup>.

Não lhe ocorria que o futebol vingado no Brasil, ao sofrer processo tradutório, já não era o mesmo que no seu centro difusor europeu, pois os repertórios locais excediam as circunscrições do esporte tal como originalmente formatado. De fato, o grande contributo da América Latina para a cultura ocidental consiste no desmantelamento das noções de unidade e pureza, que perdem estatuto de superioridade cultural à proporção que se consolida o exercício de contaminação empreendido pelos latino-americanos<sup>529</sup>. Foi justamente a adaptação popular que abasileirou o futebol, dado que as acrobacias da

---

<sup>524</sup> *Idem*, 2003, p. 186.

<sup>525</sup> CALISTO [Graciliano Ramos], 1921b, p. 2.

<sup>526</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>527</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>528</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>529</sup> Cf. MADUREIRA, 2005.

capoeira e os repertórios coletivos do operariado forneciam *savoir-faire* que notabilizaria o estilo de jogo, como definiu Gilberto Freyre ao afirmar que o futebol expressa como a formação social do país é insubmissa a padronizações inibidoras do engenho individual e descrevê-lo como outro esporte que não o europeu:

O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual em que se exprime o [...] mulatismo [...]. Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, [...] alguma coisa de dança e capoeiragem que marcam o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e às vezes adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo *flamboyant* e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil<sup>530</sup>.

Embora ignorassem o repertório lexical do esporte devido a barreiras linguísticas, os brasileiros adaptaram os termos técnicos conforme lhes soassem aos ouvidos, de sorte que a conversão de *goal* em *gol* não estorvou o entendimento das regras do jogo; antes, conferiu matizes locais a um artefato cultural tra(du)zido do estrangeiro. A reinvenção do futebol por grupos empurrados para as margens de um país que, por sua vez, também se alojava nas bordas do Ocidente metropolitano dá-se a ler como processo antropofágico, enquanto devoração crítica, por implicar os quatro princípios que o distinguem, na conceituação Campos: apropriação, expropriação, desierarquização e desconstrução<sup>531</sup>.

## DE GESTÃO E DIGESTÃO

---

*You taught me language, and my profit on't / Is, I know how to  
curse. The red plague rid you / For learning me your language!*

William Shakespeare, *The Tempest*

A ideia de nação ocupou diversos pensadores modernos a braços com tentativas de traduzir, para a dimensão da palavra, o substrato da nacionalidade. Assim procederam, dentre outros tantos, David Hume, no ensaio *Of National Characters* (1748); Voltaire, no *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1756); Johann Gottlieb Fichte, em *Reden an*

---

<sup>530</sup> FREYRE, 1945, p. 421-422.

<sup>531</sup> Cf. CAMPOS, 1981.

*die deutsche Nation* (1808); e Ernest Renan, na conferência *Qu'est-ce Qu'une nation?* (1882). Porém, foi num estudo seminal que Anderson sublinhou a instrumentalidade da imprensa na consolidação do nacionalismo moderno por facultar, mediante produção e circulação de textos em larga escala, a difusão de senso coesivo entre concidadãos que se imaginam pertencentes a uma comunidade una e indivisa. Seu conceito de nação é operacional por superar o reducionismo dos precedentes ao caracterizar a nação, para além de entidade geopolítica, como *comunidade imaginada* sob influxo da ascensão simultânea do nacionalismo e da cultura impressa<sup>532</sup>. Convertida a nacionalidade numa pedra de toque para a *poiēsis*, literatos cessaram o afã internacionalista por uma República das Letras em favor da expressão do caráter nacional pela palavra. Entendida a literatura como textualização do *Volksgeist*, os escritores tão mais se acercariam da perfeição quanto mais mergulhassem no caldo cultural do seu povo. William Yeats, em receituário de temas nacionais para ficcionistas irlandeses, condensou numa célula o siamismo entre literatura e nação: “Não existe uma grande literatura sem nacionalidade, nem uma grande nacionalidade sem literatura”<sup>533</sup>. O impacto do nacionalismo no horizonte de referências moderno era tal que Mário de Andrade aderiu à mais potente ideologia política moderna por uma espécie de cometimento humanitário: “Eu, repudiando os nacionalismos, pela minha exigência de humanidade no entanto me esforço em ser nacional, como Deus se constringe no ‘nacionalismo’ das religiões”<sup>534</sup>.

Para além de farto repertório teórico, havia, à disposição das repúblicas instituídas a partir do século XIX, uma planta de Estado-nação que fundia elementos estadunidenses e franceses. Desse derivatismo inevitável resulta que um projeto de nação se notabiliza menos pela originalidade do que pelo engenho de sua apropriação<sup>535</sup>. Contudo, forjar uma nação dotada de particularidades que a distinguisse das demais e, sobretudo, da metrópole colonizadora, seria condição forçosa para gestão eficaz do legado colonial. Se, por um lado, a presunção de originalidade resulta falaciosa devido à contaminação mútua que baliza as fricções coloniais, por outro, conceber o discurso colonial unilateralmente sugere que as estratégias imperialistas são sempre eficazes e que, portanto, o colonizado está fadado à perene condição de vítima<sup>536</sup>. Quando se incita o colonizado a “imitar” o colonizador, o resultado nunca é mera repetição, mas uma cópia

---

<sup>532</sup> Cf. ANDERSON, 1983.

<sup>533</sup> YEATS, 1934, p. 103-104.

<sup>534</sup> ANDRADE, 1977, p. 11.

<sup>535</sup> Cf. *Idem, Ibidem*.

<sup>536</sup> Cf. YOUNG, 1990.

borrada que pode ser transgressora, pois a mímica, porque não muito distante da zombaria, pode parodiar aquilo mesmo que simula<sup>537</sup>. Por isso, em refutação dos termos *aculturação* e *desculturação*, afinados com a ideologia colonialista, Fernando Ortiz propôs o conceito de *transculturação* para designar processo aquisitivo dinâmico, no qual, conquanto não seja possível controlar de todo o que se recebe da cultura dominante, pode-se ressignificar os legados culturais transmitidos<sup>538</sup>. A esse conceito podemos articular o de gestão porque dotado de potência desconstrucionista; afinal,

a desconstrução se vê como herdeira daquilo mesmo que desconstrói, na medida em que, ao receber da tradição o conjunto de conceitos com os quais trabalha (não só apontando as suas fissuras e contradições, mas também criando a partir deles, de sua crítica e desdobramento, os seus próprios conceitos) ela – a desconstrução – se debruça sobre eles como quem toma sobre si o encargo de cuidar de um espólio, [...] separando aquilo que deve ser conservado daquilo que deve perecer, mas sempre – e é aqui que a herança e a desconstrução se encontram – sempre se trata de receber e reelaborar o passado, de alguma maneira homenageando-o e distanciando-se dele<sup>539</sup>.

Na tensão entre continuidade e ruptura, a transculturação evidencia a aptidão criativa de nacionalismos culturais que se serviam das contradições do imperialismo, cuja ambivalência entre desejo e abjeção pela colônia favorecia a seleção de itens da herança colonial, conforme veremos nas práticas de gestão e digestão empreendidas por letrados brasileiros e irlandeses vinculados aos respectivos projetos nacionais.



O papel da textualidade na artesanaria da nação irlandesa, mesmo secundário em relação à oralidade, faz-se notar em receituários de narrativas de feitos heroicos logrados por grandes homens de tempos idos. Sem conhecimento do passado nacional, uma raça seria como a criança educada num internato: poderia aprender a “teoria do patriotismo”, porém “o verdadeiro patriotismo não é uma teoria, é o espírito, o impulso [...] dirigido, fortalecido e estimulado pelo instinto hereditário e amadurecido em ação pelo brilho da afeição paterna”<sup>540</sup>. Da tentativa de orquestrar as inflexões imanente e transcendente na definição do patriotismo à revelia da sua disjunção ontológica resulta inevitável

---

<sup>537</sup> Cf. ASHCROFT, GRIFFITHS, TIFFIN, 1998.

<sup>538</sup> Cf. ORTIZ, 1940.

<sup>539</sup> RIBEIRO, 2012, p. 15.

<sup>540</sup> DINNEEN, 1905, p. 11.

contradição na qual o amor pela pátria possui dupla dimensão *centrífuga*, enquanto potência endêmica ao sujeito, ainda que imaterial porque impalpável, e *centrípeta*, enquanto efeito de introjeção, ainda que substancial porque manipulável. Donde a aporia que ideólogos nacionalistas deviam resolver: como explicar a premência de estímulos extrínsecos para manutenção do que seria antes propriedade congênita do que competência adquirida? Os homens de Letras contornavam tal impasse ao definir o ardor patriótico como dádiva da nação, porém o alocavam no plano da inconsciência, tal que “os ideais que sentimos meio inconscientemente dentro de nós são nacionais”<sup>541</sup>. Disso decorriam iniciativas que miravam imprimi-lo em mentes e corações como se apenas despertassem pulsão latente ou guiassem impulso natural que de outra forma se desviaria de seu curso. O patriotismo deveria, pois, ser trazido à consciência sob inspiração de biografias de heróis nacionais como Wolfe Tone, sagas de heróis da mitologia céltica como Cuchulainn e hagiografias de santos nativos como Colmcille.

Um dos motes do nacionalismo cultural respeitava ao papel da leitura na formação do caráter nacional segundo o princípio da emulação, como defendia Charles Duffy ao argumentar que biografias de grandes ancestrais tornariam os irlandeses “homens viris e cidadãos patrióticos”<sup>542</sup>. Todavia, a carência de tradição literária infanto-juvenil adequada ao gosto contemporâneo constituía entrave, sobretudo, porque coetânea com a voga, na metrópole tardo-vitoriana, de romances dedicados à inculcação de valores nacional-imperialistas em garotos ingleses, com vistas à formação de futuros agentes imperiais<sup>543</sup>. Uma vez importadas e tendo caído nas graças da juventude gaélica, tais narrativas seriam ameaça ao propósito de “desanglicizar” a Irlanda, como proposto por Douglas Hyde<sup>544</sup>. Em libelo contra a importação da literatura infanto-juvenil inglesa, um nacionalista ressaltava que, por ser ela produto do império, os irlandeses se tornavam britanizados ao se identificarem com heróis da metrópole colonizadora. Como técnica de gestão do legado colonial, seria de bom alvitre criar gênero literário similar, mas com particularidades locais, a fim de “levar o menino irlandês a procurar em casa seus modelos”<sup>545</sup>.

A proposta adaptadora tentava dar conta de impasse num país de literatura periférica, qual seja, a dependência cultural pressuposta nas noções de modelo e cópia. Que essa visada unilateral perseverou no comparatismo literário exemplifica a definição

---

<sup>541</sup> LYSAGHT, 1916, p. 51.

<sup>542</sup> DUFFY, 1894, p. 17.

<sup>543</sup> Sobre essa literatura, conferir, entre outros, DUNAE, 1980; RICHARDS, 1989; BRISTOW, 1991.

<sup>544</sup> Cf. HYDE, 1894.

<sup>545</sup> SHEEHY, 1909, p. 32.

do nacionalismo irlandês por Seamus Deane como meramente “uma cópia” do inglês<sup>546</sup>. Leituras dessa ordem ignoram a flutuação do poder nas trocas culturais; afinal, como nos constituímos interativamente, nenhuma disseminação cultural ocorre de modo unilateral. Ocorre, ao revés, o que Ginzburg chamou de *circularidade* na cultura para designar o influxo recíproco de bens culturais entre grupos que, mesmo cindidos por forte assimetria, não se mantêm culturalmente apartados, ainda que assim o desejem<sup>547</sup>. Na gestão do espólio, intelectuais antecipavam estratégias de apropriação cultural como a *négritude* dos africanos francófonos pela remodelagem dos estereótipos coloniais. William Yeats, por exemplo, anotou em seu exemplar de *Poésie des Races Celtique* três comentários próximos à descrição de Renan sobre a feminilidade céltica – “Delicadeza”, “uma raça feminina” e “O Ideal de Mulher”<sup>548</sup> – para então ressignificar as proposições de Renan e Arnold mediante distinção entre “onde elas são úteis e onde são danosas”<sup>549</sup>. Exemplo lapidar de transculturação consistiu na acomodação da cultura física, instituída na Inglaterra com talante imperial, a fim de preparar irlandeses para resistência ao próprio império. Tão logo o inglês Robert Baden-Powel criou o *British Boy Scout* para formação de futuros agentes imperiais, o grupo paramilitar *Fianna na hÉireann* (Guerreiros da Irlanda) tratou de adaptá-lo para iniciar meninos na artilharia e, assim, aprontar novos guerrilheiros a partir não de treinos modernos, como faziam os ingleses, mas do método pelo qual “os campeões irlandeses eram disciplinados na era pré-cristã”<sup>550</sup>.

Se o exercício imaginativo de inventar a nação dependeu de gêneros como o jornal<sup>551</sup> e o romance<sup>552</sup>, os irlandeses, majoritariamente iletrados e despossuídos de tradição romanesca, dependeram de práticas orais como a dramatização para se imaginarem, de maneira que a nação seria mais ouvida e contemplada do que lida: “Uma nação deveria ser como uma plateia num grande teatro [...] a assistir ao drama de sua própria história”, idealizava William Yeats, para arrematar que “esse drama sagrado deve, para todos os olhos e ouvidos nativos, tornar-se a maior de todas as parábolas”<sup>553</sup>. Uma vez que a nação, longe de imaginada em definitivo, demanda contínua reinvenção, o teatro a significaria iterativamente pela produção e reprodução de peças com missão de

---

<sup>546</sup> DEANE, 1990, p. 8.

<sup>547</sup> Cf. GINZBURG, 1976.

<sup>548</sup> PITTOCK, 1999, p. 70.

<sup>549</sup> YEATS, 1903, p. 272.

<sup>550</sup> GIFFORD, 1916, p. 449.

<sup>551</sup> Cf. ANDERSON, 1983.

<sup>552</sup> Cf. SOMMER, 1991.

<sup>553</sup> *Apud* HETHMON JR, 1956, p. 17.

fabricar uma alma para a nação. Uma vez que, segundo Stephen Gwynn, “a Irlanda havia perdido [...] o desejo por toda forma de arte, salvo, quiçá, a do discurso eloquente”<sup>554</sup>, o *Abbey Theatre*<sup>555</sup> se serviu da eloquência dramática para instigar o desejo popular pela arte engajada. Yeats e colegas, a fim de conferirem ineditismo a seu teatro “nacional”, mesmo em face do longo histórico de atividade dramática no país, propalavam seu caráter genuinamente nacional e caracterizavam a atividade teatral precedente como alheia à cultura nativa<sup>556</sup>. Dado que, *pari passu* com a peleja anticolonial, travavam-se lutas intestinas entre grupos divergentes, o teatro, decantado como tribuna de expressão nacional por lideranças políticas como o partido *Sinn Féinn*, que o enalteceu como “a maior força nacionalizadora de que temos posse”<sup>557</sup>, conquistou hegemonia cultural ao propalar unidade na (a)d(i)versidade<sup>558</sup>. Com promessa de mostrar a um público “cansado de representações distorcidas” que a Irlanda era o templo “de um idealismo ancestral”, os idealizadores do movimento teatral prometiam desmentir estereótipos coloniais para um público ávido por exhibições espe(ta)culares das virtudes nativas<sup>559</sup>.

Tal expectativa se fundava numa concepção teatral emergente ainda na Antiguidade, se tivermos em conta que, desde a *Poética* de Aristóteles, identifica-se a tragédia à noção de sacrifício por tematizar a inelutabilidade do destino em face do qual a imolação do herói purga a audiência mediante identificação catártica cujo efeito terapêutico Freud comparou ao experienciado pela criança no “faz-de-conta”. Do mesmo modo que esta reage à angústia quando se imagina capaz de grandes proezas, o espectador, em identificação introjetiva com o herói, transporta-se de condição anódina para dimensão sobre-humana<sup>560</sup>. O teatro teria, por assim dizer, função terapêutica coletiva. “Do ponto de vista da psicologia analítica”, ponderava Carl Jung, “o teatro, para além de qualquer valor estético, pode ser considerado uma instituição para o tratamento do complexo de massa”<sup>561</sup>. A expectativa de cumprimento dessa função seria determinante no circuito de produção e recepção das peças, pois a *estética* sacrificial da

---

<sup>554</sup> GWYNN, 1904, p. xxiv.

<sup>555</sup> *Abbey Theatre* é o nome genérico para as diferentes denominações do movimento teatral liderado por Yeats: *Irish Literary Theatre* (1897-1901), *Irish National Dramatic Company* (1902), *Irish National Theatre Society* (1903-1906) e *National Theatre Society* (1906-).

<sup>556</sup> Cf. MORASH, 2002.

<sup>557</sup> *Apud* DEAN, 2010, p. 61.

<sup>558</sup> Cf. KIBERD, 1995; MURRAY, 1997; WATT, MORGAN, MUSTAFA, 2000; MORASH, 2002.

<sup>559</sup> GREGORY, 1913, p. 9.

<sup>560</sup> Cf. FREUD, 1969.

<sup>561</sup> JUNG, 1912, p. 37.

tragédia se orquestrava de tal sorte com a *ética* sacrificial do nacionalismo que a valoração do teatro teria como quesito primeiro a satisfação de uma plateia sequiosa por *kathársis*.



O estreitamento de laços entre os campos literário e político nos movimentos anticoloniais latino-americanos exerceu tal impacto no projetos de nação que vários dirigentes políticos, inclusive presidentes, eram também literatos. Cândido, em conhecida exposição, identifica afluência entre a história da literatura e a história da nação no Brasil pelos letrados haverem tomado para si a missão de elaborar, *pari passu*, uma literatura e uma nação, de sorte que sua *poiesis* se definiria pelo “compromisso com a vida nacional”, expresso na convicção “de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura”<sup>562</sup>. Dessa vocação missionária deriva a inflexão nacionalista do acervo literário brasileiro, que Machado de Assis já notara ao asseverar que a literatura produzida no país tinha como traço primeiro um “instinto de nacionalidade”, por meio do qual escritores davam “physiognomia própria ao pensamento nacional”<sup>563</sup>. Não se tratava, contudo, de empenho uníssono, pois a indecidibilidade entre nacionalismo e cosmopolitismo incitava alguns a olharem introspectivamente para o interior do Brasil e outros a não perderem de vista o horizonte global. Nessa contenda sobre com quantas demãos de cor local<sup>564</sup> se pinta uma literatura, o romancista, em juízo da convergência entre universalidade e nacionalidade, ressaltava que não se tomasse a abordagem do temário local como único oriente da criação literária, numa visada de gosto provinciano, sob pena de empobrecê-la porque obstaria a inventividade e porque a tipicidade da literatura brasileira residia menos na tópica versada do que na sua forma de elaboração<sup>565</sup>.

O ponto nevrálgico dessa dualidade local/global consistia na controvérsia em torno da masculinidade, código que, tenho insistido, norteou a composição da identidade cultural de nações pós-coloniais como o Brasil. Tanto isso é verdade que o número inaugural da *Revista Brasileira* apontava o livro como “substancial alimento das organizações viris e fortemente caracterizadas”<sup>566</sup>; e que José de Alencar adotou o gênero como categoria analítica ao distinguir, quanto à evolução literária, os povos viris (tradicionais), resistentes ao ímpeto imitativo, e os não viris (sem tradição), inclinados à

---

<sup>562</sup> CANDIDO, 1962, p. 18.

<sup>563</sup> MACHADO DE ASSIS, 1873, p. 107.

<sup>564</sup> Para uma discussão sobre a etimologia da “cor local”, conferir MALAKIS, 1945; RICHER, 1966.

<sup>565</sup> Cf. MACHADO DE ASSIS, 1873.

<sup>566</sup> REVISTA BRAZILEIRA, 1879, p. 6.

prática do “arremedo”<sup>567</sup>. Dado o concurso entre autonomia nacional e autonomia literária, os brasileiros se reconheceriam como homens caso conferissem caráter próprio à sua cultura, missão estorvada, segundo irônica explanação de Sérgio Buarque, porque “o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro é [...] o único que não tomamos de nenhuma outra nação”<sup>568</sup>. Pouco valeria a autonomização política se os brasileiros, ainda culturalmente subordinados, não se percebiam como povo e tanto importavam elementos estrangeiros, heteróclitos à sua realidade, que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”<sup>569</sup>. O Brasil não poderia continuar “uma cópia da antiga metrópole”, concordava Sylvio Romero: “É mais que tempo de firmarmos definitivamente nossa completa independência intelectual”<sup>570</sup>. A perdurabilidade desse juízo acometeria mesmo um crítico perspicaz como Santiago, que, mais tarde, conceberia a colonização unilateralmente ao avaliar que o índio se convertera em “mera cópia do europeu”<sup>571</sup>.

Como solução para a dicotomia entre fonte e cópia, eis a receita de José Veríssimo: “Não copiemos ninguém, mas estudemos tudo e todos, e principalmente estudemo-nos a nós mesmos”<sup>572</sup>. Assim, a técnica de composição do “Brasil brasileiro”<sup>573</sup>, na aparente hipérbole de Menotti del Picchia, consistiria, segundo a (est)ética modernista de que participava, na incorporação mesma do estrangeiro. Com efeito, foi por ocasião de viagens ao exterior que vários dos modernistas aclimataram à cultura tropical as *avant-gardes* europeias: Anita Malfatti, após estudos na Alemanha e nos Estados Unidos, trouxe na bagagem elementos plásticos cubistas e expressionistas; já Oswald de Andrade, que viajou pela Europa, travou contato com o futurismo ítalo-francês; por sua vez, Manuel Bandeira, em temporada na Suíça, manteve contato com a poesia simbolista e pós-simbolista em língua francesa. O Brasil da Primeira República havia-se notabilizado por mutações políticas e estéticas significativas e pelo revigoramento do afã de construção da nação, já esboçado no romantismo, de sorte que o projeto nacional se pautava na ideia de que o país estava em “atraso” frente às nações “civilizadas”. Por conseguinte, prevalecia uma acepção civilizacional atrelada à noção de “ordem e progresso”, que se enrobustecera na conjuntura da *Belle Époque*, cuja finalidade capital consistia em sobrepujar a condição de defasagem cultural em que o país supostamente se encontrava e alinhá-lo ao ritmo das

---

<sup>567</sup> ALENCAR, 1872, p. xv.

<sup>568</sup> HOLANDA, 1920, p. 85.

<sup>569</sup> *Idem*, 1936, p. 3.

<sup>570</sup> ROMERO, 1902a, p. 50.

<sup>571</sup> SANTIAGO, 1989b, p. 191.

<sup>572</sup> VERÍSSIMO, 1890, p. xxxv.

<sup>573</sup> HELIOS [Paulo Menotti del Picchia], 1923, p. 3.

civilizações europeias. Em contraposição, a irreverência dos modernistas substituía a deferência de escritores que, em relação aos clássicos europeus, comportavam-se, para usar a metáfora do filósofo Bernard de Chartres, como “anões sentados nos ombros de gigantes”, isto é, capazes de ver melhor e mais longe do que estes não por possuírem visão mais apurada, mas por serem erguidos por eles. Experimentalismo baseado numa poética da tradução que apresentou “alternativas para um colonialismo mental ainda persistente após 100 anos de Independência política”<sup>574</sup>, esse veio literário aspirava à originalidade – no duplo sentido de originário e singular – a ponto de Mário de Andrade decretar que “só seremos uma Nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura”<sup>575</sup>, mas não perdia de vista a cultura europeia. O modernismo estava a braços com a missão de orquestrar duas perspectivas aparentemente inconciliáveis: de um lado, a abertura para o cosmopolitismo e, de outro, o enfoque nas especificidades nacionais. Tratava-se de bilateralidade similar ao que Ricardo Piglia denomina “mirada estrábica” para designar a ambivalência em que culturas periféricas mantêm um olho voltado para a tradição ocidental e outro para seu próprio interior<sup>576</sup>. Tal ambivalência, bem o sabemos, ganhou expressão em metáforas gastronômicas responsivas ao estereótipo dos brasílicos como devoradores de gente.

Diz-se que “[o] homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário”<sup>577</sup>. Fosse possível definir, pela dieta, o caráter de alguém, a identidade dos modernistas brasileiros seria balizada pela gulodice de experimentar tudo, como se devorar o mundo fosse um modo de conhecer o interior de si mesmo. Se bem que, ainda no Oitocentos, Machado de Assis já se referisse à criação literária pela metáfora do “bucha ruminante” para discriminar mimetismo e transformação criativa<sup>578</sup>, os modernistas acrescentaram a essa voragem o impulso cleptomaníaco de roubar alimento para se fortificar. É sintomático que Mário de Andrade, cuja rapsódia *Macunaíma* bebe em fontes narrativas de procedências diversas, tenha confessado sem constrangimento que “meu copo é grande demais para mim, e ainda bebo no copo dos outros”<sup>579</sup>. Tratava-se do que Rama conceitua como *transculturação narrativa* para sublinhar a potência da literatura pós-colonial, capaz de incorporação criativa pela ressignificação de paradigmas

---

<sup>574</sup> VIEIRA, 1999, p. 95.

<sup>575</sup> ANDRADE, 1983, p. 18.

<sup>576</sup> PIGLIA, 1991, p. 61.

<sup>577</sup> FISCHLER, 1979, p. 1.

<sup>578</sup> Cf. CAMPOS, 1981.

<sup>579</sup> ANDRADE, 1922, p. 23.

literários provenientes tanto da tradição ocidental quanto de seu próprio repertório<sup>580</sup>. O Modernismo implicou viragem empreendida por letrados que, enfiados de requeijar a ceia literária europeia, alimentavam-se agora do que lhes apetecesse na dispensa universal; antes antropófagos do que canibais, praticavam a gestão da digestão ao metabolizar tão-somente o que se lhes parecesse vitamínico. Na literatura de extração modernista, a metáfora designava a recriação como processo digestivo em que a matéria original, uma vez deglutida, sofria triagem que vomitava o que não possuía valor nutritivo. Esse procedimento atendia ao desafio de orquestrar elementos locais e globais na definição da brasilidade para que o país se tornasse, a um só tempo, o mais particular e o mais universal possível. Se a noção de canibalismo, como herança colonial, forjava diferenças, sua gestão as desconstruía, pois, neste caso, a figura do canibal constitui perturbadora ficção de alteridade ao consumir a possibilidade mesma da diferença ontológica radical<sup>581</sup>. A originalidade na ressemantização desse signo de alteridade consistiu na opção modernista pela figura do *antropófago*, mais adequada que a do *canibal* por encerrar dimensão ritualística e não meramente alimentícia, pois aquele, à diferença deste, tragava apenas rivais robustos para lhes extrair energia revigoradora. Realizada a tarefa alimentícia, Mário de Andrade, em visada retrospectiva, orgulhava-se do que fizera: “Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional”<sup>582</sup>.

Todavia, considerar a transgressividade da antropofagia não implica visada celebratória que ovaciona a transculturação sob perspectiva unificadora. Afinal, o processo transcultural é empreendido, não raro, por mediadores culturais que sacam do baú de espólios coloniais tão-só o que interessa à sua noção de cultura. Recorde-se que Oswald de Andrade, no intento de ofertar gorda refeição literária a um país de dieta frugal, pressagiu solipsisticamente: “A massa ainda comerá do biscoito fino que fabrico”<sup>583</sup>. Contudo, seu solipsismo, ao presumir centro irradiador único, desconsiderava que o lampejo estético-filosófico modernista não teve lugar, bem o sabemos, exclusivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em diversos outros lugares, nos quais pululavam movimentos e revistas, como *Arco e Flexa*, em Salvador, e *Leite Crioulo*, em

---

<sup>580</sup> Cf. RAMA, 1982.

<sup>581</sup> Cf. KILGOUR, 2001.

<sup>582</sup> ANDRADE, 1943, p. 231.

<sup>583</sup> ANDRADE, 1924, s.p.

Belo Horizonte. O insulamento do núcleo sudestino se deve, em larga medida, ao próprio movimento modernista, que, além de patrocinado pela ultraconservadora elite cafeeira, contemplava somente uma confraria de letrados e artistas bem relacionados com os poderes instituídos, conforme reconheceu Mário de Andrade ao considerar seu círculo “nitidamente aristocrático” devido a predicados como “gratuidade antipopular” e “dogmatismo prepotente”<sup>584</sup>. Ao insulamento espacial se soma outro, de ordem temporal. No intervalo entre as últimas décadas do Dezenove e as primeiras do Vinte, alguns literatos, que Hardman denomina, com fina ironia, “antigos modernistas”, foram partícipes do processo de mutação dos princípios estéticos brasileiros antes mesmo dos que tomaram parte na Semana de Arte Moderna<sup>585</sup>. Escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto versavam sobre tópicos axiais para a cultura brasileira em conjuntura a que se denominaria, imprecisamente, pré-modernista, porque já às voltas com impasses e contradições atribuídas ao Modernismo<sup>586</sup>. À semelhança da noção de modernidade, mensurada a partir de projetos desenvolvimentistas do Estado pós-1930, a acepção de Modernismo é homogeneizada a partir de atributos dos participantes da Semana, tal que larga fração da crítica e da historiografia literária interpreta o passado cultural brasileiro à luz do movimento deflagrado em 1922<sup>587</sup>. Sobremaneira fixados à acepção de “vanguarda”, esses esquemas interpretativos passam ao largo de processos ocorridos ainda no século XIX, em omissão de que sucedem três implicações correlatas:

a) exclusão de amplo e multifacetado universo sociocultural, político, regional que não se enquadrava nos cânones de 1922, em se tratando, embora, de processos intrínsecos aos avatares da modernidade; b) redução das relações internacionais na cultura brasileira e eventuais contatos entre artistas brasileiros e movimentos estéticos europeus, quando, na verdade, o internacionalismo e o simultaneísmo espaciotemporal já se tinham configurado como experiências arraigadas na vida cotidiana do País; c) definição esteticista para o sentido próprio de modernismo, abandonando-se, com isso, outras dimensões políticas, sociais, filosóficas e culturais decisivas à percepção das temporalidades em choque que põem em movimento e fazem alterar os significados da oposição antigo/moderno muito antes de 1922<sup>588</sup>.

Uma vez que a modernidade não constitui valor absoluto, mas um construto discursivo, cada conjuntura histórica elabora sua própria acepção de moderno. Lembre-

---

<sup>584</sup> *Idem, ibidem*, p. 236.

<sup>585</sup> Cf. HARDMAN, 1992.

<sup>586</sup> Cf. PAES, 1985.

<sup>587</sup> Cf. HARDMAN, 1992.

<sup>588</sup> *Idem, ibidem*, p. 290.

se, à maneira de parênteses, que, na cultura medieval, *modernus*, *modernitas* e *novus* eram conceitos pejorativos, ao contrário de *antiquitas*, que possuía relação sinonímica com as acepções de *auctoritas* (autoridade), *gravitas* (dignidade) e *majestas* (grandeza). Visto que o prestígio se vinculava ao antigo, encarava-se com suspeição tudo quanto era novo, porque não consagrado pela tradição<sup>589</sup>. No Brasil, a modernidade se tornou um imperativo do projeto nacional e adquiriu particularidades específicas num país desenvolvido à distância do tempo e do espaço em que a ideia de moderno se constituía. Se a modernidade consiste numa obsessão pelo presente e a vanguarda presume consciência histórica do tempo vindouro e desejo de estar na dianteira do seu próprio tempo<sup>590</sup>, o ideário modernista brasileiro, diversamente das *avant-gardes* europeias, não implicou ruptura com o passado, mas, antes, perspectiva historicizante sobre a cultura nacional, de sorte que havia um discurso de resgate do passado no próprio modernismo<sup>591</sup>. O projeto nacional irlandês, por seu lado, notabilizou-se pela aceção de *Renascimento Literário*, em torno da qual movimentos de diversas frentes se empenhavam pela revivescência da cultura gaélica. Porque seus ancestrais haviam-se destacado mundialmente nas Letras e nas artes *a priori* da colonização, os letrados adotaram estratégia de gestão da herança colonial um tanto diversa dos brasileiros aos recusarem a modernidade a todo custo, embora com ela flertassem, sempre que oportuno, mediante transculturação de paradigmas metropolitanos.

## DELEITE DE LEITE

---

*It is a matter of very worthy consideration, to thinke this noble citie [Veneza] hath likea pureVirgin and incontaminated mayde [...] kept her virginity untouched these thousand two hundred and twelve years [...], though Emperos, Kings, Princes and mighty Potentates, being allured with her glorious beauty, have attempted to deflowre her, every one receiving the repulse: a thing most wonderfull and strange.*

Thomas Coryat, *Coryat's Crudities*

Numa episteme em que se concebia a devassa de regiões ultramarinas como defloração, uma terra intacta – como Veneza, na citação em epígrafe – era

---

<sup>589</sup> Cf. GUREVICH, 1985.

<sup>590</sup> Cf. COMPAGNON, 1990.

<sup>591</sup> Cf. SANTIAGO, 1989a.

antropomorfizada, em chave laudatória, como virtuosa donzela por ter-se mantido intocada por invasores estrangeiros. Essa recursividade metafórica era hipertrofiada nas relações coloniais porque, de um lado, na imaginação geográfica imperial, o espaço da colônia configurava, para o colonizador, um corpo virginal a ser possuído; de outro, na contraimaginação anticolonial, esse mesmo espaço constituía, para o homem nativo, a régua de sua hombridade porque este seria tão mais másculo quanto mais capaz de salvaguardar o corpo da nação contra a entrada de intrusos. Nos projetos nacionais em tela, o corpo da pátria era evocado por brasileiros e irlandeses, dentro das circunscrições desse regime de representação, quer como maternal, provedor de um *deleite de leite*, quer como prostituído, causador de *danação da nação*, segundo contingências históricas sob cuja base medravam suas simbologias nacionalistas.



Em exegese psicanalítica dos conflitos anglo-irlandeses, Ernest Jones propunha explanação edípica para a disparidade entre a afeição do escocês e do gaulês e a hostilidade do hibérnico em relação ao império. A pacificação do vínculo entre Escócia e Inglaterra, análogo àquele entre “dois homens fortes” que, após travarem combate, unem-se em benefício recíproco, derivaria de ambos os países possuírem mesma raça e cultura anglo-saxã. Por seu lado, o gaulês, mesmo sem elo parentético com colonizador, teria aprendido a conviver com este à maneira de dois irmãos com estatura díspar, mas bem adaptados à hierarquia. Em patente contraste com a identificação de ambas as colônias como masculinas e ligadas ao império por laços de irmandade, a concepção da Irlanda como feminina e maternal explicaria a anglofobia dos gaélicos mediante determinismo topográfico que creditava à geografia da ilha fechada sobre si mesma, como que isomórfica ao útero, sua suscetibilidade a investimentos simbólicos que a relacionavam a uma mãe virgem e o colonizador ao pai intruso que rompe o laço simbiótico materno-filial<sup>592</sup>. Uma vez que a sublimação se funda no simbolismo e a gênese da simbolização reside na angústia<sup>593</sup>, sua análise da resistência anticolonial na dimensão das pulsões ternas e hostis dirigidas à terra natal e ao invasores é instigante – e pioneira, vale dizer –, mas sua metáfora da triangulação edípica resulta sobremaneira redutora porque não situada historicamente. Nessa grade de leitura, Jones ignorava particularidades geopolíticas ao tomar a psicanálise como determinante sobre a história e, desta feita,

---

<sup>592</sup> Cf. JONES, 1923.

<sup>593</sup> Cf. KLEIN, 1948.

reduzia a hermenêutica da dialética colonial ao paradigma da constelação familiar. Alheia a vetores históricos como o nexos causal entre a anglofobia dos irlandeses e a crueza de sua colonização exceder a dos vizinhos, sua análise ainda presumia que os homens – naturalmente – amam a terra-mãe e odeiam o invasor. Sua perquirição, portanto, passava ao largo de coeficientes circunstanciais mobilizadores de tais fantasias.

Apesar dessas ressalvas, o procedimento exegético de Jones evidencia que a metáfora, longe de mera figura de linguagem, é um mecanismo psíquico-cognitivo impactante sobre a experiência da realidade e, mais ainda, constituinte da própria realidade enquanto ferramenta de que os sistemas de representação se valem. No nacionalismo cultural irlandês, procurou-se reverter a metáfora matrimonial por que o império naturalizava a colonização e, para tanto, deu-se rearranjo no legado mitológico nativo tal que a seleção dos heróis míticos nacionais descartou figuras femininas cuja agência subverteria um discurso colonial que codificava a colônia como jovem indefesa. No folclore gaélico, era notório, desde o século VIII, um mito referente à sucessão no qual todo ascendente ao trono se submetia a um rito de iniciação cujo ápice consistia na cópula com Cailleach Beare, deusa-rainha tão velha quanto a Irlanda que metaforizava. Quando reidratada pelo sêmen do varão que heroicamente a possuísse, a velha decrépita rejuvenesceria e, uma vez desvelada sua beleza oculta, transformar-se-ia numa jovem formosa que o recompensaria com o régio poder. Cailleach, além de sexualmente ativa, a ponto de alertar um dos sucessivos maridos que “nunca tive um homem sem outro aguardando à sua sombra”<sup>594</sup>, possuía agência como guardiã do falo a ser repassado a seus eleitos, embora sua metamorfose dependesse da coragem destes em lhe introduzir o pênis. A deusa-rainha teria várias vidas, cada qual com um consorte, cujo envelhecimento a faria também definhar; donde a necessidade de outro marido, pois sua juventude e fecundidade seriam restituídas tão-somente pela reposição marital – assim como a continuidade da nação dependeria da sucessão monárquica na Irlanda pré-colonial<sup>595</sup>.

O nacionalismo cultural substituiu Cailleach Beare por Shan van Vocht (Pobre Velhinha), metáfora de uma Irlanda senil, frágil e dependente dos filhos varões. Assim, a *Irlanda-como-esposa* do império era convertida em *Irlanda-como-mãe* de filhos másculos que a defendiam do usurpador num agonismo análogo ao que Freud denominou *romance familiar (Familienroman)*<sup>596</sup>. Se, na teoria freudiana, a decepção com ambas as

---

<sup>594</sup> RUTHERFORD, 1987, p. 110.

<sup>595</sup> Cf. CROSS, SLOVER, 1936.

<sup>596</sup> FREUD, 1909, p. 65 *et sequentia*.

figuras parentais induz o filho à fantasia de pertencimento a outra família, aqui a rejeição se restringe à instância paterna, de cuja impostura decorreria a violação da mãe, que, ao clamar por socorro, ensejaria aos rebentos a ratificação de sua hombridade<sup>597</sup>. Doravante o herói que socorresse a Irlanda deitaria em solo frio, não mais sobre carne ardente, e derramaria sangue em vez de sêmen, pois agora aquele, não mais este, teria poder revigorante se derramado em sacrifício masculino<sup>598</sup>. A nova personificação da Irlanda nutriria o narcisismo masculino em novas simbologias afinadas com nova conjuntura propulsora de conflitos também novos, sobretudo a angústia pela castração simbólica representada pela colonização. Uma vez que a positividade da mãe como recusa da castração residiria na nova demanda aos filhos, o heteroerotismo como dispositivo de coesão social, identificado por Sommer em romances fundacionais latino-americanos<sup>599</sup>, não teve recursividade análoga no nacionalismo cultural irlandês. Afinal, suas peculiaridades conjunturais motivaram agenda diversa da exaltação à conjugalidade heterossexual projetora da estrutura familiar patriarcal para a macroestrutura da nação. O movimento romântico, triplamente balizado pela oralidade nos sentidos de declamação, uso de coloquialismo e devoramento do objeto desejado<sup>600</sup>, atendia às especificidades de uma colônia, majoritariamente ágrafa, que dependia do canto ou recitação como expressão retórica; da oralidade para atingir pleno entendimento; e da fantasia de posse da terra-mãe numa conexão fusional que escamoteasse a desapropriação colonial. Na condição de expropriados de sua terra, os irlandeses encontravam na metáfora materno-filial um senso de unidade mediante conduta bovarista, nos termos de Gautier<sup>601</sup>, pela qual se evadiam de sua condição anódina em idealizações escapistas.

Graças à fantasia, controle simbólico do que escapava ao controle, a ansiedade sobre a posse por outrem (o colonizador) de um objeto (a Irlanda) que eu (o colonizado) desejo era atenuada por literatos que exprimiam, em relação à terra-mãe, infantilizado impulso sádico-oral de devoramento do seio, como sugeria o poeta Thomas Moore ao professar à nação que seus filhos “[b]ebem amor em cada gota de vida que de teu seio flui”<sup>602</sup>. A imaginação da Irlanda como mãe nutriz mitigava o senso de expropriação em

---

<sup>597</sup> A propósito da ressemantização do conceito freudiano como metáfora para revolução política, ver HUNT, 1992.

<sup>598</sup> Para mais detalhes sobre o mito e sua ressignificação, ver, dentre outros, HULL, 1927; MACCANA, 1980; KEARNEY, 1985; RUTHERFORD, 1987; CULLINGFORD, 1990; VALENTE, 1994.

<sup>599</sup> Cf. SOMMER, 1991.

<sup>600</sup> Cf. SANT’ANNA, 1985.

<sup>601</sup> Cf. GAUTHIER, 1892.

<sup>602</sup> MOORE, 1829, p. 308.

gesto nefelibata no qual, pelo aferro ao seio lactante, fantasiava-se, de um lado, a vinculação com a terra natal, e, de outro, a expulsão do intruso, pois o mesmo leite engordava a empresa insurrecional, tal que os irlandeses “embebem o ódio pelos invasores ingleses com o leite de sua mãe”<sup>603</sup>. Para além de conforto psíquico, representar a gaelfilia e a anglofobia como nutrientes providos pela mãe camuflava o autoritarismo da interpelação nacionalista ao inscrevê-la como néctar golfado do seio materno. Dos usos políticos da metáfora materna, incluía-se a figuração de agentes imperiais como usurpadores sedentos por abocanhar o seio e devorar seu leite. Assim, em reação às injúrias do Duque de Wellington à Irlanda, os autores de *The Chaunt of the Cholera* denunciavam que o inimigo se nutria do leite de sua mãe a fim de se fortalecer para ultrajá-la: “E por que o soro do teu seio lactante / Deu vigor e saúde às suas veias? / Não era ele mais que erva repugnante / Aqui crescida para envenenar nossas ideias?”<sup>604</sup>.

Como fantasia compensatória, o estereótipo colonial da Irlanda “possuída” pelo inglês era contraposto pelo significante de uma mãe resistente à violação: “Imaginaram a alma de Erin em morto estado – / Os saxões ardis que a cortejavam com penhor? / Julgaram que o coração pelos anos sangrado / Ora a penderia ao ufano invasor? / Pensaram que o ferimento ainda avermelhado, / Secaria com o beijo de um Tudor?”<sup>605</sup>. Recursiva expressão sublimada de afetos hostis pelo colonizador respeitava à representação da Irlanda como mãe apreensiva por se ver livre do tirano John Bull, figura paterna interposta entre mãe e progênie. O desejo anticolonial de expulsão do pai intruso era projetado como desejo da própria Irlanda, metaforizada como mãe ávida pela retirada do (inter)ditador que romperia sua simbiose com a prole: “Lá está ela, [...] com a velha vassoura na mão, preparando-se para uma última varredura que deixará a casa agradável e adequada para seus próprios filhos”, fabulava Roger Casement: “E John Bull, [...] crente que a casa é sua, pensa [...] que tudo o que ela quer é um xelim extra. A Irlanda quer [...] o estranho fora da casa”<sup>606</sup>. Se os irlandeses haviam sofrido a colonização e desejavam a Irlanda livre para com ela ficarem, por que a metaforização invertia posições entre sujeito desejante e objeto de desejo? Essa inversão mitigava a fragilidade dos colonizados ao projetá-la na figura materna, representada como a vítima da violência, além de provocar incitação cívica na medida em que os irlandeses, como filhos, deveriam socorrê-la, e

---

<sup>603</sup> TYNAN, 1896, p. 134.

<sup>604</sup> BRANIM, J., BRANIM, M., 1831, p. 32.

<sup>605</sup> MILLEN, 1920, p. 21.

<sup>606</sup> CASEMENT, 1914, p. 57-58.

ainda prometer consagração heroica aos quantos cumprissem o desejo da nação. Daí o proveito dessa anástrofe pelos líderes do Levante de 1916, cujo documento de Proclamação da República conclamava: “A Irlanda, por meio de nós, convoca seus filhos à sua bandeira e à luta por sua liberdade”<sup>607</sup>. Assim, a *intelligentsia* naturalizava sua aceção particular de nacionalismo como desígnio da Mãe Irlanda e obtinha apelo moral na medida em que, esperava-se, nenhum filho ignoraria um apelo materno. Se, em face do legado colonial de estupro da mãe e castração dos filhos, somente a reparação dos agravos aprumaria a masculinidade destes últimos, valorados conforme sua devoção filial, dar de ombros diante das agruras maternas significaria negar a própria hombridade.

Herança colonial das mais atroz, o senso de desamparo era solapado pela miragem de fusão com a terra natal, imaginada como mãe pré-edípica, anterior à instância da Lei que Lacan assinala pelo binômio *Nom-du-Père/Non-du-Père* em referência ao dúplice ofício de interdição ao incesto e inscrição na ordem simbólica<sup>608</sup>. A percepção da terra como ventre donde tudo vem e para onde tudo vai tem longa tradição no imaginário ocidental, haja a inscrição “Mater genuit mater receipt” (*A Mãe me gerou, a Mãe me recebeu de volta*) que os romanos faziam nas pedras funerárias de seus mortos<sup>609</sup>. No nacionalismo irlandês, enquanto a condição colonial era representada como excomunhão do paraíso intrauterino e experimentada como traumatismo, no sentido de Otto Rank<sup>610</sup>, a morte pela pátria simbolizava retorno à simbiose mãe-filho e configurava, pois, uma forma de alento. Assim, em tributo aos mártires do Levante de 1798, o bardo John Ingram figurava o solo natal como mãe sequiosa pelo regresso dos filhos varões: “O pó de alguns é a terra de Eriu; / Descansam eles entre o povo seu; / E a terra mesma que os pariu / Junto ao seio os prendeu”<sup>611</sup>. A figuração do solo pátrio à semelhança de mãe psicótica, que faz do filho seu falo e se quer uma com ele, não passava de um *duplo* (*Doppelgänger*), ainda nos termos de Rank<sup>612</sup>, do narcisismo masculino que projetava no solo natalício a ânsia por completude mediante retorno simbólico à Irlanda pré-colonial – metaforizado em fantasias de regresso ao patamar de bonança anterior à imposição do princípio da realidade e à interposição paterna. Igualmente, a noção de fecho cíclico sugere que a

---

<sup>607</sup> PEARSE *et alli*, *apud* COLUM *et alli*, 1916, p. 81-82.

<sup>608</sup> Cf. LACAN, 1981.

<sup>609</sup> SANT’ANNA, 1985, p. 197.

<sup>610</sup> Cf. RANK, 1924.

<sup>611</sup> INGRAM, 1843, p. 49.

<sup>612</sup> Cf. RANK, 1925.

nação, início e fim de um homem, detém titularidade sobre seu destino: reconhecer que a Irlanda concedia a vida aos homens implicava delegar-lhe o direito de requerê-la de volta.

Entretanto, a imagem alucinatória da mãe imaculada ou, no menor dos males, resistente à violação, longe estava de unívoca. A mesma metáfora materna que atenuava a angústia de castração ao indicar fidelidade aos filhos servia como escapismo para atenuar a culpa destes pela inépcia de resguardarem o corpo da pátria contra o invasor. Num regime de significação que, via de regra, metaforizava como virgens espaços não colonizados e como amantes lugares devassados, diversos letrados faziam uso dessa convenção sígnica para censurar a Irlanda pelo consentimento à violação e, ao fazê-lo, eximiam os homens de imputabilidade pelo fiasco na sua proteção. Na ficção epistolar *The Story of the Injured Lady*, Jonathan Swift contestava o modo de ingerência imperial na Irlanda ao personificá-la como uma jovem que, abandonada pelo amado, relatava seus infortúnios em missiva a um amigo. Na carta, a faculdade sintética da metáfora de gênero (*gender*) e o tom confessional do gênero (*genre*) permitem a Swift narrar em poucas linhas um episódio da história colonial em que censura o império, ao metaforizá-lo como marido tirano, e vitimiza a colônia, ao personificá-la como moça ingênua:

Alguns anos atrás, esse cavalheiro, interessado não sei se na minha pessoa ou na minha fortuna, fez acôrte a mim, que, então jovem e tola, aceitei muito prontamente. Assim que tomou posse, assumiu o papel usual de um amante muito afortunado, aproveitando todas as ocasiões para mostrar sua autoridade [...]. Primeiramente, apontou defeitos no governo de minha família [...]. Em conformidade com ele, [...] consenti que seu administrador governasse minha casa [...]. Meu amado foi mais longe: mandou embora vários servos e inquilinos antigos e me forneceu outros de sua própria casa [...]. Vencida pelo amor, e para evitar escândalo e discórdia, eu cedía a todas as suas usurpações [...]; eu os alimentei da minha própria mesa com o melhor que tinha, coloquei meus novos inquilinos nas partes escolhidas da minha terra e os tratei com tanta bondade [...]. No decorrer do tempo, todos os meus velhos servos tinham desaparecido, e eu não tinha uma criatura junto a mim<sup>613</sup>.

O fato de metaforizar a Irlanda como amante do império, opostamente aos quantos a imaginavam como hostil ao violador, permitia a Swift culpá-la por assentir às suas imposturas e por preterir sua gente pela dele. Não obstante sua crítica à gestão imperial, o escritor anglo-irlandês, cuja identidade hifenizada dividia sua lealdade entre colônia e império, atenua o dolo imperial ao romantizar a conexão entre os países e, assim, compreender a colonização como conquista antes amorosa do que militar. Se unionistas

---

<sup>613</sup> SWIFT, 1746, p. 296-298.

como Swift lastimavam o aborto da união entre império e colônia, separatistas deploravam o incidente mesmo desse consórcio. A ideia de nação se assenta em marcos divisórios que, nas instâncias material e simbólica, engendram clivagens como dentro/fora e nós/eles. Por isso, a concepção moderna de fronteira como zona limítrofe emerge conjuntamente com a de nação, na medida em que o Estado-nação depende da delimitação de fronteiras do espaço sobre o qual exerce a soberania, que, por sua vez, mantém-se pela seguridade dos enclaves territoriais, sobretudo em zonas de tensão. Não a esmo, poetas amiúde tracejavam a corporeidade da nação mediante terminologia sexualizada na qual pontos geofísicos liminares, como a orla marítima, assinalavam, na literalidade, a zona limítrofe entre terra e mar, delimitadora do território pátrio e, na simbologia, a silhueta de um corpo feminino cuja borda deveria ser protegida. A representação da Irlanda como mulher implicava, por extensão, que a penetração de estranhos fosse metaforizada como estupro – danação da nação – maculador dos homens responsáveis por sua guarda. Daí recursivas menções à impassibilidade dos irlandeses ante a violação da pátria-mãe pelos intrusos, quando deviam matá-los em sua “margem ultrajada”<sup>614</sup>, e referências saudosistas à nação pré-colonial, significada ao modo da mãe pré-edípica: “Meu ouvido meninil ficava ainda cauto para ouvir / Sobre o orgulho de Erin por outrora, / Antes que o pé normando ousara poluir / Sua independente orla”<sup>615</sup>.

A corpocartografia, de que tanto se valera o discurso colonial, convinha também ao anticolonialismo, que reciclava esse legado conforme sua posicionalidade na dialética. Daí outros letrados lançarem mão desse sistema imagético para condenar a Irlanda como mãe desmazelada, como fez Aubrey de Vere, na elegia que lastimava o desastre ambiental da Grande Fome, ao imaginar a Irlanda como mulher que deixava os filhos morrerem à míngua: “Mãe severa d’uma raça desgraçada. / Em promessa, amável; em atitude, gelada. / Deixa, oh, terra, ao teu seio retornar, / Os filhos que não vais alimentar”<sup>616</sup>. A Irlanda também era culpada pela violação em iteradas menções à sua deslealdade por não resistir à entrada do invasor. É sintomático o tom elegíaco de um bardo ao rememorar o tempo em que “o interesse do Estado forjava aflição geral; / O estrangeiro – um amigo, e o nativo – um rival; / Enquanto a mãe se aprazia ao ver o filho desgraçado, / E o invasor, junto ao peito, ela abraçava apertado”<sup>617</sup>. A imagem da mãe que se regozija com a desventura dos

---

<sup>614</sup> MACDONNELL, 1885, p. 152.

<sup>615</sup> CUILINN, 1888, p. 123.

<sup>616</sup> DE VERE, 1894, p. 221.

<sup>617</sup> DRENNAN, 1815, p. 3.

filhos e acolhe ternamente o invasor dá mostras do quanto a colonização trazia à baila experiências psíquicas como a cena primária e do quanto o insucesso dos irlandeses em se defenderem era projetado como atitudes de uma mãe desleal, cujo seio gratificava o inimigo em detrimento da prole. Projetar na figura da mãe o fracasso na custódia das fronteiras nacionais atenuava o sentimento de impotência masculina e, *ipso facto*, preservava o ego viril, de sorte que deficiências estruturais como a carência de exército organizado eram eclipsadas no gesto terapêutico da simbolização. John Keating podia então depositar todo o fardo da herança colonial sobre a Irlanda ao condená-la como “puta sem respeito nem honra” por ter permitido seu estupro<sup>618</sup>. Não menos colérico, Pádraic Pearse também censurava: “A Irlanda perdeu o senso de vergonha”; afinal, “seu corpo não está sendo dado agora para o prazer de outro?”<sup>619</sup>.



No nacionalismo cultural brasileiro, o temário da terra violada também era abordado por homens de Letras, porém com diferenças atinentes à sua agenda. Se no projeto nacional irlandês havia uma “civilização” apriorística como trunfo contra o discurso colonial, no brasileiro os letrados cobiçavam a modernidade europeia porque equidistantes do “centro civilizador” em ambas as dimensões espacial e epistêmica. A defloração da terra pelo invasor era tratada com ambivalência, pois o estupro simbólico teria sido, de um lado, *roubo*, porque invasivo, e, de outro, *donativo*, porque civilizatório. Por isso, não poucos reproduziam *topoi* do discurso colonial ao iterarem que ela própria clamava pela penetração dos colonizadores. Não raras vezes, nacionalistas se referiam sem ressentimento – e mesmo com orgulho – ao enlace amoroso entre o europeu e a *Terra Brasilis*. Afrânio Peixoto, em divagações sobre *Iracema*, de José de Alencar, avaliou o romance como “simbólico do amor que as filhas do país tinham ao aventureiro branco”, e acrescentou palpite: “descobri que é anagrama de ‘América’: seria sua intenção de descrever as núpcias da terra virgem e do colono civilizador?”<sup>620</sup>. Em comentário que se reportava ao discurso colonial, o próprio Alencar esclarecia que romances da fase histórica de sua literatura, como *O Guarany*, representavam “o consorcio do povo invasor com a terra americana”, num mutualismo em que aquele a inseminava de cultura e esta

---

<sup>618</sup> KEATING, 1918[1644], p. 49.

<sup>619</sup> PEARSE, 1916, p. 154.

<sup>620</sup> PEIXOTO, 1938, p. 135.

lhe retribuía com sua natureza virginal<sup>621</sup>. A respeito do cetro cruciforme, cuja instalação anunciou, desde logo, o *modus operandi* da colonização do imaginário, Euclides da Cunha oferecia explicação – incogitável para um irlandês – de que, fincada no solo brasílico pelos portugueses, a cruz, de “braços para a Europa”, jazeu ali “como um apelo ansioso” dirigido à civilização pela “terra ainda virgem”<sup>622</sup>.

Contudo, os brasileiros, assim como os irlandeses, metaforizavam a terra-mãe de modos tão menos uniformes quanto mais contraditórios fossem os afetos dirigidos à terra natal e ao colonizador. Parte dos letrados manifestava juízo diverso ao rechaçar a violação do território pelos invasores, como fez José Veríssimo ao comentar que “a terra virgem do Brasil” fora “deflorada pela cupidez grosseira e desalmada do colonizador”<sup>623</sup>. O recurso à semântica do estupro dimensionava a revolta pela devastação perpetrada contra a América brasílica, como procedeu um romancista ao narrar que, sob a posse dos colonizadores, a “jovem terra” fora “rompida de lado a lado, desvirginada, dilacerada, rasgada em todos os seus meandros”<sup>624</sup>. Em ressentimento flagrante, Olavo Bilac, à diferença de Alencar, inscrevia a colonização como violência sexual dolorosa para a terra-mãe. A propósito da rapinagem dos bandeirantes, o parnasiano delatava, em famosa elegia, que a pátria fora desperta do “virginal pudor” pelos vis conquistadores e, à proporção que estes a beiravam, “seus olhos, ó Pátria, enchiam-se de pranto: / Era como se, erguendo a ponta do teu manto, / Vissem, à beira d’água, abrir-se o Paraíso!”<sup>625</sup> e o invasivo bandeirante fosse “de passo em passo penetrando” seu “verde arcano”<sup>626</sup>.

Também no nacionalismo brasileiro a idealização da pátria assumia, por vezes, feição incestuosa de que era exemplo a projeção do amor pela pátria no amor pela mulher. Proclamada a República, Euclides da Cunha participou de celebração na residência de expoente do golpe militar e se encantou pela filha do anfitrião – com a qual mais tarde se casaria – e, ao se retirar, depositou nas mãos da jovem um bilhete no qual se lia: “Entre aqui com a imagem da República e parto com a tua imagem”<sup>627</sup>. Ao hipertrofiarem o elo entre homem e pátria, alguns o inscreviam à maneira de ligação edípica mais explícita do que faziam seus correlatos irlandeses. Graça Aranha, para quem a terra “ofendida para ser fecundada” era “a eterna desejada do homem”, reconhecia haver “amor físico” entre

---

<sup>621</sup> ALENCAR, 1872, p. xiii.

<sup>622</sup> CUNHA, 1994, p. 169.

<sup>623</sup> VERÍSSIMO, 1895, p. 190.

<sup>624</sup> SETÚBAL, 1950, p. 25.

<sup>625</sup> BILAC, 1996, p. 228.

<sup>626</sup> *Idem, ibidem*, p. 229.

<sup>627</sup> RABELLO, 1966, p. 46.

o brasileiro e a terra natal e hipotetizava que nesse sentimento residia “a raiz inconsciente do seu patriotismo”<sup>628</sup>. Não é demais lembrar que essa vinculação incestuosa ganharia apelo popular, no contexto da Tropicália, por meio da canção *Soy loco por ti America*. Se o Brasil fora metaforizado pelo discurso colonial como mulher desejante para naturalizar a colonização como conquista amorosa, os brasileiros empreenderam contrassignificação desse legado colonial ao antropomorfizar a nação, à maneira de romance familiar, como uma mãe que se queria uma com o filho numa simbiose em que não cabia presença do invasor. Assim, tal como os irlandeses, os brasileiros, não raras vezes, acenavam como força motriz do complexo edípico a fatalidade na qual a mesma terra-mãe que nutria seus filhos os faz refluírem para seu ventre, como no romance *América*, de Coelho Netto, no qual se ensina que a terra natal “é o seio que alimenta, é o ventre que devora”<sup>629</sup>.

Derrubada a Monarquia, novos símbolos deveriam preencher o vácuo sógnico na simbologia da nação, entidade cuja legitimação, dada sua amorfa como abstração política, dependia da concretude de elementos iconográficos. A partir da última quadra do século XVIII, os Estados nacionais, não mais definidos por dinastia, deviam lançar mão de símbolos em face dos quais os patrícios reconhecessem sua identidade nacional<sup>630</sup>. Se no regime dinástico a monarquia se confundia com a figura do rei, a República, desde a Revolução Francesa, era personificada, em imagética de inspiração clássica, como mulher vestida com barrete frigio. No imaginário republicano francês, a relação associativa entre a nação e a figura feminina era reforçada pela atuação efetiva de mulheres nas revoluções, de modo que havia reciprocidade entre significante e significado<sup>631</sup>. No imaginário coletivo brasileiro, por sua vez, tal associação era débil, já que, mesmo no Partido Republicano, carimbado por radicalismo, não havia participação de mulheres. Na República brasileira, cujo apoio capital provinha do Exército, a liberdade, como valor feminizado, não seria anteposta a valores militares como ordem e disciplina. Porque não havia solo simbólico fértil para essa imagética ser plantada/implantada, a alegoria feminina não vingou como instrumento de legitimação da nova ordem instituída<sup>632</sup>. Ademais, o préstimo simbólico da mulher fora monopolizado pelo catolicismo na figura de Maria, em apropriação cujo paroxismo consistiu na manobra política subjacente à consagração, num Brasil que se queria República, da Virgem

---

<sup>628</sup> ARANHA, 1922, p. 9.

<sup>629</sup> COELHO NETTO, 1897, p. 4.

<sup>630</sup> Cf. THIESSE, 1999.

<sup>631</sup> Cf. CARVALHO, 1990.

<sup>632</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

Aparecida como “rainha” padroeira do país<sup>633</sup>. A alegoria feminina da República, em versão secular, era explorada, sobretudo, na imprensa, que representava a nação



**Imagem 16. A República no trono**

republicana em imagens simplórias ou de precário acabamento. Das escassas iconografias mais sofisticadas, *Alegoria da República*, do pintor Manoel Lopes Rodrigues (Imagem 16), representa a nação como uma moça, de feições ameríndias, em trono adornado com uma serpente, símbolo dos Bragança, sobre cuja cabeça mantém a mão pousada, em sinal de que a República tomou o lugar do antigo trono português – triunfo reforçado pela folha de palmeira, emblema da vitória, deitada ao chão juntamente com ramos de café. Essa gestão estratégica do legado colonial convertia a ameríndia desnuda, sobejamente erotizada pelo império, na figura de mulher cujo corpo, dotado de belas formas, porém coberto, era repositório da honra nacional. O traje branco inscreve a República como portadora da concórdia, porém a espada, em posição de descanso, dá-se a ler como estado de alerta em face de possíveis ameaças. Por sua vez, o barrete frígio,

envolvido por coroa de folhas de café, sugere afinamento entre as tradições francesa e brasileira por uma República cujo instituto harmoniza plagiato e originalidade.

Uma vez que as promessas republicanas de igualdade, liberdade e democracia não se cumpriram de todo, a imprensa manifestava dissabor pelo novo regime ao representar a República, não raras vezes, como mulher precocemente envelhecida. Numa charge d’*O Gato*, a nação é uma mãe velha e desnutrida, cujo filho, corado e balofo, que suga seu seio murcho como que disposto a sorver até a última gota (Imagem 17), simboliza o

<sup>633</sup> Sobre a apropriação do mito da Virgem Aparecida, conferir CARVALHO, 1990; SOUZA, 1996, 2004.

brasileiro que trata a *res publica* como bem particular<sup>634</sup>. Como personagem de ficção, a pátria mudava de idade conforme o curso dos eventos, de modo que envelhecia em



**Imagem 17. Mamãe, eu quero mamar**

contextos desalentadores e remoçava em estados de otimismo. Crítica similar ocorre na charge *Isso não é República é... ama de leite* (Imagem 18), na qual o artista que esculpira a alegoria da República explica a Marechal Hermes o porquê dos seios hipertrofiados: “Acha-a com os seios muito desenvolvidos? [...] É a nudez crúa da verdade...A República dá de mamar a tanta gente...!”<sup>635</sup>. Essas figuras, decerto, reportavam-se à tradição francesa de representar a República como mulher de fartos seios, expostos em oferecimento a todos os cidadãos, como a indicar igualdade de acesso às

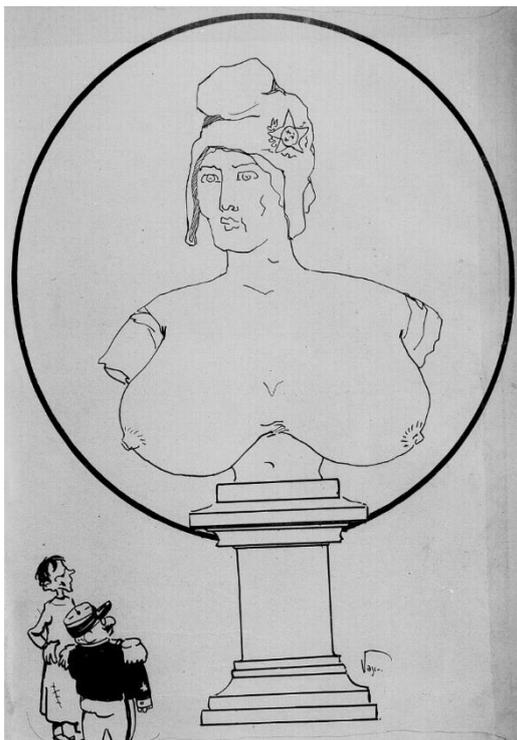
benesses da pátria. Contudo, no projeto nacional brasileiro, diferentemente do irlandês e tanto mais da concepção republicana francesa, a metáfora da mãe nutriz servia menos como expressão patriótica do que como crítica à falta de patriotismo, na medida em que o deleite de leite se dava a expensas da própria terra-mãe. Nesse prisma, no famoso discurso proferido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, o médico Miguel Pereira apelou à metaforização do Brasil como mãe ao afirmar ter sido preciso o aceno de um poeta (Olavo Bilac) para que os jovens brasileiros “vissem aterrados a imagem sagrada da Pátria [...] miserável e maltrapilha” como “a mãe augusta e fecunda que na hora tenebrosa do perigo não encontrará para defendel-a senão exactamente aquelles que não engordaram á custa da sua desgraça”<sup>636</sup>. A crítica ao uso patrimonialista da coisa pública se materializava, também, na representação imagética da República como mulher libertina. A alternância de poder peculiar ao republicanismo era, vez por outra, simbolizada como conduta sexual licenciosa, como numa charge em que uma

<sup>634</sup> LIMA, 1912a, s.p.

<sup>635</sup> *Idem*, 1913, s.p.

<sup>636</sup> PEREIRA, 1922, p. 5.

mulher comenta com outra, em tom maledicente, que a Republica “de quatro em quatro anos muda de homem!”<sup>637</sup>. Noutra efigie, atinente à intromissão da Igreja no Estado, um



**Imagem 18. De peito aberto**

padre persegue avidamente uma jovem de aspecto lascivo, metáfora de uma Nova República prostituída, e a antecipa: “É escusado tentar escapar, pois serás minha, como a ‘velha’ o foi”<sup>638</sup>. A verve retórica dessa imagem ainda se faria ver muito depois; já no final do século, quando ideais republicanos ainda se mantinham irrealizados, uma canção de 1997 indagava e respondia: “Quem foi a Pátria que me pariu!? / Uma prostituta, chamada Brasil”. Recentemente, a tradicional escola de samba Unidos da Beija-Flor teve como samba-enredo de 2018 *Os filhos abandonados da pátria que os pariu*, em denúncia das desigualdades sociais persistentes no país.

No contrafluxo da psicanálise, que parte do indivíduo para interpretar a cultura, Deleuze e Guattari consideram a fantasia fenômeno antes coletivo que individual<sup>639</sup>. Em ambos os projetos de nação, signos verbais e/ou icônicos, em modos semióticos modais e/ou multimodais, contestam as corpocartografias imperialistas e ratificam a dimensão social da fantasia como assimilação individual de experiências compartilhadas e simbolizadas conforme protocolos de significação delimitados pela formação discursiva. Porque o quadro de afetos dirigidos aos progenitores reverbera nas relações sociais que se lhe seguem, as afecções hostis à interposição paterna na simbiose materno-filial pré-edípica informavam o sistema de significação de brasileiros e, sobretudo, de irlandeses. Nessas contrarrepresentações, investimentos de afeição pela terra-mãe e hostilidade pelo invasor catalisavam reações incestuosas e parricidas que lançam fochos de luz sobre como afetos psíquicos despertados pela colonização informavam a gestão de espólios coloniais.

---

<sup>637</sup> LIMA, 1912b, s.p.

<sup>638</sup> L. M., 1933, p. 4.

<sup>639</sup> Cf. DELEUZE, GUATTARI, 1972.

A despeito de diferenças pontuais nos regimes de representação de irlandeses e brasileiros, defluentes das minudências de seus respectivos legados, as corpocartografias que metaforizavam os países como mãe tinham valências múltiplas. Ao emprestar concretude à abstrata noção de nação, a metáfora incitava a identificação dos homens com o território, por significar o amor pela pátria como ligação filial, e com seus pares, por denotar a fraternidade cívica como nó fraternal. Também ao presumir que a danação da nação – o legado colonial – era elemento exógeno, a ideia de pátria como família distraía a atenção para abusos internos. Mais: já que a mãe, em princípio, ama todos os filhos indistintamente, a metáfora materna simulava coesão nacional por sugerir isonomia entre concidadãos. Mais, ainda: porque a estrutura familiar se ergue sobre o andaime da união, a metáfora também intimidava dissensões em favor do sentimento de pertença a uma comunidade sem fragmentos. Some-se a isso que, sob o álbi da disjunção conjuntiva dos papéis de gênero, a figuração da terra como mulher chancelava o falocentrismo dos projetos nacionais ao presumir que agenciamentos simbólicos e materiais cumpriam aditivamente aos respectivos domínios feminino e masculino. No solo fértil da representação, a mulher, enquanto projeção de fantasmas, constituía, pois, um *sintoma*, fosse do horror da castração, entremostrado na sua desidealização como mãe desleal, fosse do conforto da completude fálica, divisado na sua idealização como mãe benfazeja.

## **CAPÍTULO IV**

### **DANAÇÃO DE DANADOS**

*Celui qui vous maîtrise tant n'a que deux yeux, n'a que deux mains, n'a qu'un corps, et n'a autre chose que ce qu'a le moindre homme du grand et infini nombre de nos villes, sinon que l'avantage que vous lui faites pour vous détruire. D'où a-t-il pris tant d'yeux, dont il vous épie, si vous ne les lui baillez? Comment a-t-il tant de mains pour vous frapper, s'il ne les prend de vous? Les pieds dont il foule vos cités, d'où les a-t-il, s'ils ne sont des vôtres? Comment a-t-il aucun pouvoir sur vous, que par vous? Comment vous oserait-il courir sus, s'il n'avait intelligence avec vous? Que vous pourrait-il faire, si vous n'étiez recéleur du larron qui vous pille, complices du meurtrier qui vous tue et traîtres à vous-mêmes? Vous semez vos fruits, afin qu'il en fasse le dégât; vous meublez et remplissez vos maisons, afin de fournir à ses pilleries; vous nourrissez vos filles, afin qu'il ait de quoi souler sa luxure; vous nourrissez vos enfants, afin que, pour le mieux qu'il leur saurait faire, il les mène en ses guerres, qu'il les conduise à la boucherie, qu'il les fasse les ministres de ses convoitises, et les exécuteurs de ses vengeances; vous rompez à la peine vos personnes, afin qu'il se puisse mignarder en ses délices et se vautrer dans les sales et vilains plaisirs; vous vous affaiblissez, afin de le rendre plus fort et roide à vous tenir plus courte la bride...*

Étienne de La Boétie, *Discours de la servitude volontaire*

## O GÊNERO DEGENERADO

---

*Andrea: Unglücklich das Land, das keine Helden hat!*  
*Galilei: Nein. Unglücklich das Land, das Helden nötig hat.*

Bertold Brecht, *Leben des Galilei*

**T**homas Hobbes, em glosa que iluminaria a acepção estatal moderna, concebe o poder do Estado como ligadura dos micropoderes de seus membros. Para efeito de ilustração, antropomorfiza o Estado como “grande Leviatã [...], que nada mais é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o natural, para cuja proteção e defesa foi projetado”<sup>640</sup>. Na metáfora somática, o desempenho do corpo biológico individualizado equivaleria ao do corpo político associativo:

No Estado, a soberania é uma alma artificial, pois confere vida e movimento a todo o corpo; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos são juntas artificiais; a recompensa e o castigo [...] são os nervos, que desempenham a mesma função no corpo natural; a riqueza e a prosperidade de todos os membros individuais são a força; *Salus populi* (a segurança da população) é seu objetivo; os conselheiros, mediante os quais tudo quanto se necessita saber é mostrado, são a memória; a justiça e as leis são uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde; a sedição é a doença; a guerra civil é a morte<sup>641</sup>.

Se o corpo do Leviatã metaforiza o conjunto de instâncias que compõem o Estado absolutista, um rearranjo nos termos dessa condensação sígnica a transfiguraria do plano metafórico para o metonímico, no qual os corpos, contíguos entre si, corresponderiam à entidade geopolítica enquanto partes conjuntivas cuja somatória a comporia. A operacionalidade biológica do corpo equivaleria, pois, à operacionalidade política do Estado. À vista dessa dúplici dimensão metafórica e metonímica, a manutenção estatal não prescinde da gestão sobre a vida humana e, *ipso facto*, a governança moderna se assenta no que Foucault denomina biopolítica para designar o *modus operandi* do regime de poder emergente na Modernidade como sucedâneo da tanatopolítica<sup>642</sup>. Fundamentada no ordenamento jurídico romano, em que cabia ao *pater familiae*, auspiciado pela *patria potestas* (poder do pai), a jurisdição de decretar a morte dos dependentes, a tanatopolítica constituía um paradigma societário em que o poder, exercido subtrativamente, franqueava

---

<sup>640</sup> HOBBS, 1651, p. 1.

<sup>641</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>642</sup> Cf. FOUCAULT, 1976.

ao soberano apoderação dos bens, da força de trabalho e, no limite, da vida de seus súditos. Todavia, deu-se na Modernidade uma remodelagem gestonária identificada pelo pensador como passagem da deliberação jurídica entre “*fazer* morrer ou *deixar* viver”<sup>643</sup> para a decisão biopolítica entre “*fazer* viver ou *rejeitar* para a morte”<sup>644</sup> – daí a sobreposição da potência de morte, signo do poder soberano, pela gestão calculista da vida, ícone do regime biopolítico. Porque o Estado seria tanto mais eficiente quanto mais capaz de gerir os cidadãos, a biopolítica aclimatou a seus imperativos de governabilidade o método regulatório da pastoral cristã, que gerenciava a conduta dos crentes a fim de guiá-los à salvação. Assim, sua gestão da *bíos* opera, de um lado, pela anátomo-política do corpo, com vistas à potencialização de faculdades produtivas/reprodutivas mediante técnicas que “asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”<sup>645</sup>; e, de outro, pela ingerência da população por meio de políticas demográficas diversas, sob a premissa de que os corpos formariam um coletivo de cuja organicidade dependeria o aparelhamento estatal. Numa de suas formulações seminais, Foucault afirma que “poder e saber se implicam diretamente um no outro”, de sorte que “não há relação de poder sem a correlativa constituição de um campo de conhecimento, nem qualquer conhecimento que não pressuponha e constitua ao mesmo tempo relações de poder”<sup>646</sup>. De fato, com a aparição vertiginosa de campos científicos a partir do século XVIII, a biopolítica se beneficiou do concurso saber/poder na medida em que, sob o alibi de cuidar da vida, manteve o biológico a reboque das determinações do saber e das intervenções do poder.

Medrada na Modernidade metropolitana europeia, a biopolítica, por evidente, adquiriu especificidades quando traduzida para modernidades em maior ou menor grau disjuntivas, como a brasileira e a irlandesa, nas quais emergiu sob o signo da pós-colonialidade, que implica estatuto espacial (Brasil) e simbólico (Irlanda) periférico. Dadas suas particularidades de condições materiais de existência (salubridade precária de corpos e populações), processos de formação do conhecimento (constituição “tardia” de campos epistemológicos) e propósitos institucionais (descolonização política, econômica e/ou cultural), a pós-colonialidade encerraria dispositivos biopolíticos potencialmente mais austeros do que aqueles das metrópoles colonizadoras, *a fortiori* porque atrelados

---

<sup>643</sup> *Idem, ibidem*, p. 178.

<sup>644</sup> *Idem, ibidem*, p. 181.

<sup>645</sup> *Idem*, 1975, p. 139.

<sup>646</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

ao escopo da remasculinização. Numa episteme que associava o colonizado ao feminino, tal era a primazia da hombridade no nacionalismo anticolonialista que Frantz Fanon, em *Peau noire, masques blancs*, ousou declarar: “Ainda que me exponha ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem”<sup>647</sup>. Noutro texto, o ensaísta definiu a descolonização como “substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” e orientou a classe revolucionária a “estabelecer um novo homem” em substituição àquele formatado pelo sistema colonial<sup>648</sup>. Embora a descolonização formal de Brasil e Irlanda tenha antecedido a dos países africanos a que o martiniquense se refere, tal cometimento orientou a vertente mais crítica dos projetos nacionais brasileiro e irlandês, nos quais, veremos adiante, tecnologias biopolíticas foram instrumentais.



Às voltas com o nacionalismo cultural, Pádraic Pearse, aos dezessete anos, proferia conferência literária na qual contrapesava com louvação de valores alternativos o que entendia como precário pendor dos irlandeses para o trabalho e para a infantaria: “O Gael [irlandês] não é como os outros homens; a pá, o tear e a espada não foram feitos para ele”, pois sua missão é tornar-se “o regenerador [...] da literatura mundial”<sup>649</sup>. Porém, alguns anos passados, alteraria seu ajuizamento, resoluto de que trabalho e, sobretudo, militarismo seriam imperiosos para o soerguimento da nação, e contradiria a declaração pregressa de que os irlandeses não tinham vocação laboral e militar para assegurar que teriam sido homens laboriosos e bravos guerreiros no passado, mas, por se deixarem desarmar pelo império, decaíram em humilhante emasculação:

Homens que deixaram de ser homens não podem reivindicar os direitos dos homens; e homens que aceitaram ser privados de sua masculinidade sofreram a maior de todas as indignidades e merecem a mais vergonhosa de todas as penas. Tem-se cantado [...] sobre um feroz clã ocidental cujos homens se deixaram privar de sua visão por um inimigo triunfante no lugar de permitirem abrir mão de sua hombridade [...]. Mas os irlandeses modernos [...] consentiram em ser despojados de sua masculinidade e vários alcançaram a terrível baixa de degradação na qual um homem se envaidece de sua falta de hombridade. Porque ao sofrermos o processo de desarmamento, [...] ao negligenciarmos todas as chances de armamento, ao desdenharmos [...] aqueles que pegam em armas, nós, na verdade, renunciamos à nossa masculinidade<sup>650</sup>.

---

<sup>647</sup> FANON, 1952, p. 6.

<sup>648</sup> *Idem*, 1961, p. 35, 242.

<sup>649</sup> PEARSE, 1898, p. 59.

<sup>650</sup> *Idem*, 1916, p. 194-195.

Essa transmutação prismática sobre o homem gaélico i) ilustra a arbitrariedade cultural do gênero como construto balizado por contingências históricas e, assim, passível de diferentes critérios valorativos; ii) elucida a variabilidade das concepções gestionárias na lida com a herança colonial no que tocava à tentativa de feminização dos ibéricos – uma primeira, triunfalista, exaltava sua hombridade, e uma segunda, derrotista, acusava sua emasculação; e iii) evidencia que, a partir da cadeia de significação que equacionava a regeneração da irlandesidade à regenerização da hombridade, o nacionalismo assumia agenda de tal modo androcentrada que a história da colonização e da descolonização dos irlandeses equivaleria exatamente à história da sua emasculação e remasculinização. Desses pontos sucedeu o programa de regener(iz)ação adotado no projeto de nação.

A dominação imperial, conforme vimos nos dois capítulos iniciais, assentou-se em tecnologias de mutilação tanto física quanto moral, porém o choque destas últimas resulta mais longo, porque mais impactante no nível do imaginário. A advertência de Pearse evidencia o impacto do imperialismo sobre os homens colonizados, na medida em que as técnicas de assujeitamento os privavam daquilo mesmo que se lhes figurava medular para o estatuto masculino: autonomia, autoridade, armamento. Despojados dessas três primazias, não lhes restava senão reconhecer sua condição de homens danados – e aqui prescindo de trocadilho – e, coextensivamente, a danação da nação e gerir esse amargo legado a fim de salvarem sua honra, de que dependia a salvação da nação danada. “Uma nação saudável é tão inconsciente de sua nacionalidade quanto um homem saudável de seus ossos”, explicava Bernard Shaw: “Mas se você romper a nacionalidade de uma nação, ela não pensará em nada além de estabelecê-la novamente”<sup>651</sup>. Em face do discurso colonial, a reação celebratória, observada no capítulo anterior, coexistia com a derrotista, cuja hermenêutica do legado colonial como danação se acentuava em conjunturas de extenuação da resistência anticolonial. Literatos houve que destoaram dos protocolos de representação do macho gaélico na medida em que expuseram críticas ao próprio nacionalismo a que em tese se alinhavam. O próprio Bernard Shaw, em peça elaborada para o nacionalismo literário, ousou apresentar percepção crítica acerca do país ao criticar, pela dicção de um personagem, o escapismo bovarista dos irlandeses que imaginavam a ilha sob um significativo feminino como compensação psíquica para sua castração política: “Isso poupa pensamento. Poupa trabalho. Poupa tudo, exceto imaginação [...]; e imaginação é uma tortura que não se pode suportar sem uísque”<sup>652</sup>.

---

<sup>651</sup> SHAW, 1907b, p. xxxvi.

<sup>652</sup> *Idem*, 1907a, p. 19.

Ao condenar a emasculação dos irlandeses, esse mecanismo de gestão da herança colonial mirava que assumissem compromisso moral de recobrar sua condição viril. Enquanto o vetor triunfalista os incitava à hipertrofia imaginária de miúdas façanhas logradas no passado ou no presente, o catastrofista, sob aparente lamento ao modo de *Missa pro defunctis* pela masculinidade finda, impelia os homens à conquista efetiva dessas proezas. Não é por outra razão que David Patrick Moran, em artigo de título sintomático da ideia de danação da nação – *Is the Irish Nation Dying?* –, tentava incitar o brio dos compatriotas ao pôr em xeque o valor que mais deveriam prezar: “Não há nada masculino no caráter [dos irlandeses], e quando os homens caem em fila com as bandeiras verdes em cima, e gritam com aspereza, não é, na verdade, um berro feminino [...]?”<sup>653</sup>. Numa cultura falicista que privilegia o masculino, mas lhe impõe a obrigatoriedade do desempenho, não há maior ofensa contra um homem do que pôr em dúvida sua



**Imagem 19. O pranto da nação danada**

hombriedade. Cientes disso, os apólogos do nacionalismo, ao equipará-la à nacionalidade, inscreviam esta última como questão de honra. Não à toa, pouco mais tarde, o comentarista político provocava os compatriotas novamente: “Se eu fosse autocrata da Irlanda amanhã e alguém viesse até mim e perguntasse o que eu mais queria, eu não teria hesitação em responder – Homens”<sup>654</sup>. Tal desejo não se realizaria sob o jugo colonial, pois, como que em eco, Pádraic Pearse declarava dezesseis anos mais tarde: “O que quer que suceda com a Irlanda, ela precisa é de homens”<sup>655</sup>. Homens que pareciam se extinguir um a um, na medida em que aos heróis do passado não sucediam homens de vocação heroica, como indica uma

<sup>653</sup> MORAN, 1898, p. 212.

<sup>654</sup> *Idem*, 1900, p. 335.

<sup>655</sup> PEARSE, 1916, p. 97.

iconografia na qual a representação prosopopeica da Irlanda pranteia a perda de dois de seus filhos másculos, Henry Grattan e Charles Parnell, cujas almas a observam lamentar: “É uma pena que não haja nenhum herdeiro para tais homens” (Imagem 19)<sup>656</sup>. Ao atribuírem estatuto de gênero à colonização, líderes nacionalistas aspiravam à adesão dos homens sob a premissa de que tão-só a comunhão no projeto nacional viabilizaria a descolonização e, por conseguinte, o que um comentarista chamou de “sufrágio de hombridade”<sup>657</sup>. Momentos críticos como esse não configuram, diversamente do que se tem afirmado, uma “crise da masculinidade”<sup>658</sup>, visto que a própria masculinidade, como construção cultural, constitui uma crise *tout court* porque sempre sujeita a contínuas ressignificações. Tanto isso é verdade que, em face de um mesmo legado colonial, no interior de um mesmo projeto de nação, diferentes perspectivas recebiam o espólio de formas tão distintas que, como projeções imaginárias, o irlandês másculo e o eunuco dividiam o mesmo espaço simbólico da nação. Os padrões de masculinidade eram ali estabelecidos segundo o que Connell denominou *masculinidade hegemônica* para indicar que as masculinidades são construídas socialmente, situadas historicamente e ordenadas hierarquicamente. Ao considerar a masculinidade um construto portador de sentidos heterogêneos, o então sociólogo – hoje socióloga – estabeleceu tal conceito, na senda de Gramsci, para descrever o ponto de referência de uma matriz de gênero a partir do qual um grupo masculino conquista e mantém autoridade tanto sobre as mulheres quanto sobre homens inscritos em masculinidades subalternas<sup>659</sup>. Como resta evidente, a hegemonia, longe de definitiva, decorre de constante tensão entre grupos que a almejam.

Seguro de que o mais infame legado colonial teria sido uma raça castrada de sua hombridade, um desses grupos recorria a uma pletera de medidas interventivas para que os irlandeses reaprendessem a ser homens. Imaginada como um dom que se possui, se perde e se recupera, a hombridade seria recobrada se observado um *script* de condutas previamente determinadas e cujos protocolos apenas lideranças nacionalistas conheciam. A hombridade era investida de aura transcendente que circunscrevia seu acesso e, assim, engendrava assimetrias não só entre homens e mulheres, mas também entre grupos masculinos verticalizados conforme seu gradiente de hombridade. Em suposto consenso que universalizava talantes deste ou daquele grupo como se partilhados globalmente, a

---

<sup>656</sup> REIGH, 1894, s.p. (suplemento).

<sup>657</sup> PELLEW, 1889, p. 76.

<sup>658</sup> Cf. PAYNE, 1985; DORAIS, 1988.

<sup>659</sup> Cf. CONNELL, 1995.

*intelligentsia* propalava que homens másculos se arregimentavam ao projeto nacional e, desta feita, incitava a adesão dos quantos assim se julgassem ou se quisessem. Por conceber a emancipação política como emancipação de gênero, Pádraic Pearse avisava aos compatriotas que, “antes de podermos realizar [...] qualquer trabalho de homem, devemos primeiro nos perceber como homens”<sup>660</sup>. Porém, a defesa da hombridade hibernica frente à castração econômica, política e cultural defluente de experiência colonial mutiladora implicava outra forma de mutilação, fincada na imposição de rigorosos padrões de gênero que recrudesciam o patriarquismo local. Se os homens queriam provar sua virilidade ao estrangeiro, precisavam, antes, prová-la no interior de sua casa macrocósmica, a nação, e de sua casa microcósmica, o clã doméstico. Entretanto, “o homem nem sempre é o senhor da casa. Ele é, muitas vezes, se não no mais das vezes, seu escravo”, pois “temos um falso código de boas maneiras no qual a mulher é [...] adulada e tratada geralmente como o ser inútil que ela frequentemente é, enquanto o homem se torna uma criatura efeminada”<sup>661</sup>. Nessa apologia ao enrijecimento das balizas de gênero, os homens haveriam de manter suas mulheres sob rédea curta para que, pelo menos no interior da nação, sua hombridade não fosse ridicularizada como era além-mar: “Porém, permitimos que ganhasse reconhecimento um padrão igualmente perigoso para a dignidade de nossa feminilidade e para a virilidade de nossa masculinidade”<sup>662</sup>. Queria-se, assim, acentuar a polaridade de gênero de tal modo que conferisse relevo à masculinidade hegemônica, matriz de significação a partir da qual se constituiriam, por antonímia, tanto a feminilidade, seu oposto *ontológico* na hierarquia intergênero, quanto masculinidades subalternas, seu oposto *deontológico* na hierarquia intragênero.

Um quesito para redenção da nação consistia em reverter a colonização do imaginário mediante ruptura com um sistema educacional anglicizante. Em visada unilateral das fricções culturais, tinha-se por certo que a deterioração da hombridade decorria, não raro, da introjeção dos ditames do pai tirano: “Foi com John Bull [metáfora do colonizador inglês] que nós, irlandeses católicos, aprendemos a falar e a pensar”, pregava um líder católico, de sorte que “todo patriotismo másculo” é aniquilado por sua influência: “Um irlandês católico que John Bull amansou por completo despreza a Irlanda e a masculinidade irlandesa ainda mais virulentamente do que o próprio John Bull”<sup>663</sup>.

---

<sup>660</sup> PEARSE, 1916, p. 97.

<sup>661</sup> MACSINEY, 1921, p. 116-117.

<sup>662</sup> *Idem, ibidem*, p. 117.

<sup>663</sup> FORDE, 1911, p. 4.

Na configuração edípica do embate anglo-irlandês, a imposição cultural nos remete à introjeção do superego paterno, em percepção do império como agente castrador sob cuja batuta os irlandeses se deixavam domesticar como eunucoídes ao preço de perderem sua autorreferência nacional, equivalente à hombridade. Essa metáfora seria expressa incisivamente por Pádraic Pearse ao comparar a violência perpetrada pelo sistema educacional inglês à “castração geral dos homens irlandeses”, tornados “eunucos”<sup>664</sup>.

“A nação”, definia Pearse, “não é [...] mera aglomeração de indivíduos, mas uma coisa orgânica viva, com um corpo e uma alma, de natureza dupla, porém una, tal qual o homem”<sup>665</sup>. Porque essa concepção fascistóide de nação como organismo vivo que transcendia a soma de seus órgãos implicava subordinação das partes ao todo, a danação da nação só se reverteria com equilíbrio coesivo entre os cidadãos. Esse veio intervencionista do projeto nacional iterava a metáfora hobbesiana ao supor que o corpo do cidadão não é mais do que uma partícula indissociável de outro maior, o da nação, que, não à toa, era recorrentemente pintado como um corpo feminino doente:

Sua lassidão é a lassidão da anemia; ela foi drenada por tanto tempo que está [...] *saignée à blanc*; e não sangrou no bolso, mas nas próprias veias. Sua vida intelectual foi posta à míngua por um ensino que a fez desprezar e negligenciar o passado do qual o presente deve sempre se alimentar. Sua vida física foi destruída. A emigração tem sido pregada como panaceia, de modo digno dos médicos medievais com suas sangrias<sup>666</sup>.

Se bem que aversivo ao contágio cultural, o *establishment* intelectual aclimava a difundida proposta eugenista desenvolvida na Inglaterra por Francis Galton. A acepção de saúde como um bem antes coletivo do que particular chancelava a intervenção biopolítica, conforme propunha o reformista rural George Russell: “Só podemos justificar nossa existência como nação tentando produzir na Irlanda seres humanos quase tão perfeitos quanto todas as agências que controlamos possam fazê-los”<sup>667</sup>. Numa relação contraditória entre ab-rogação e apropriação, a gestão da corporeidade dos irlandeses poderia aclimatar premissas inglesas, mas valer-se tão-somente de recursos disponíveis no país e dispensar, acima de tudo, aparatos de intervenção biopolítica provenientes da Inglaterra, como a vacina, cujo fabrico era detalhado com horror por um articulista:

O fluido é inserido num recipiente “purificado”; pele, pelos, crostas etc. removidos e, após vários processos, a glicerina é adicionada, e a “pura

---

<sup>664</sup> PEARSE, 1916, p. 7, 9.

<sup>665</sup> *Idem, ibidem*, p. 305.

<sup>666</sup> GWYNN, 1903, p. xviii.

<sup>667</sup> RUSSELL, 1912, p. 63.

linfa de bezerro” está pronta para distribuição aos médicos do dispensário, que vão engravidar o sangue de nossos filhos – as crianças para as quais estamos reconstruindo uma nação [...]. Jamais poderemos esperar por uma raça saudável e viril quando o fluxo da vida é tão cedo poluído com uma excrescência animal<sup>668</sup>.

Numa Irlanda cuja recobração da hombridade era nuclear para a salvação nacional, a inflexão eugenista do projeto de nação mirava, particularmente, os homens,



**Imagem 20. O “atleta” irlandês**

atleta irlandês lanceia a própria cabeça, encolerizado por revezes contra estrangeiros, satirizava a ineficácia de entidades esportivas, inclusive a GAA, cujas siglas estão impressas no seu corpo roliço e desajeitado (Imagem 20).

Se caberia ao *corpo político* de homens letrados intervir no *corpo físico* de homens comuns mediante dispositivos disciplinares com vistas ao resgate da corporeidade férrea que um dia os teria caracterizado, o oeste irlandês, a que me referi no capítulo anterior, tinha uso político mesmo no veio mais descrente em relação à virilidade dos irlandeses.

<sup>668</sup> O HUIATHNE, 1907, p. 3.

<sup>669</sup> RUSSEL, 1912, p. 71.

Alegadamente povoada por machos de pétrea robustez, a *Gaeltacht* (plaga irlandófona do país) constituiria um acervo da virilidade nativa que deveria ser resguardado por biopolítica centrada no isolamento dos órgãos do corpo da nação não afetados pelo carcinoma do anglicismo. “É de especial importância para nosso bem-estar nacional”, orientava Patrick Dinneen, “que as partes do país ainda não arruinadas por uma civilização degenerada adoleçam até a plena masculinidade da vida civilizada moderna alimentadas pela refeição de sua própria literatura, história e tradições”<sup>670</sup>. Não à toa, já em 1943, Éamon de Valera, então *Taoiseach* (Chefe de Governo) da Irlanda, proferia discurso radiofônico em que iterava a concepção isolacionista de Irlanda como uma arcádia autossuficiente em cujos campos se poderia contemplar “a disputa de jovens atléticos e o riso de donzelas felizes”<sup>671</sup>. Essa miragem encerraria, por óbvio, enrijecimento do controle biopolítico operacionalizado, conforme testemunho do escritor John Banville, por “um estado totalitário desmilitarizado no qual a vida dos cidadãos seria controlada não por um sistema de força coercitiva e policiamento secreto, mas por uma espécie de aplicada paralisia espiritual”, a ser “mantida por uma federação não oficial entre o clero católico, o judiciário, o serviço civil e os políticos”<sup>672</sup>. O prognóstico de que uma nação edênica sucederia à guerra se cumpria ao revés e aqueles que haviam lutado juntos pela descolonização agora se digladiavam em batalhas internas pela hegemonia política. Nessa arena de lutas fratricidas, o legado colonial se mantinha entesourado na perpetuação de tecnologias de controle imperialistas, recicladas por autocracias locais.



“Difícilmente se encontrarão no universo duas raças que tão cordialmente se detestem”<sup>673</sup>. Essa fina ironia sumariava a falsa aparência de vínculo amical luso-brasileiro. Desde logo, as relações entre Brasil e Portugal foram balizadas por malquerenças externadas de modo insidioso na tão falada amizade entre os povos. Essa discórdia amistosa tanto mais se agravava quanto mais se apercebia do escopo feminizador subjacente às pretensas benfeitorias do processo civilizatório. Ante a colonização do imaginário pretendida pela cristianização, brasílicos ponderavam que interposições evangelizadoras os emasculavam e, em tribos arredias à catequese, os

---

<sup>670</sup> DINNEEN, 1904, p. 10.

<sup>671</sup> *Apud* EPINOUX, 2007, p. 114.

<sup>672</sup> BANVILLE, 1995, 147.

<sup>673</sup> TORRES, 1925, p. 11.

quantos aderissem à “mansuetude cristã” eram estigmatizados pelos pares como “fracos e efeminados” por se deixarem amansar<sup>674</sup>. A acepção de virilidade como *métron* universal que, temos visto, dimensionava o gradiente civilizatório dos povos também informaria o projeto de nação no Brasil, quando já estabelecida uma elite letrada. Se parte dessa *intelligentsia* celebrava com ufanismo a virilidade dos brasileiros, conforme vimos no último capítulo, outra parte admitia que estes se encontravam emasculados em decorrência de uma colonização que fizera do país uma “nação escrava” e anestesiada: “Um lethargo sem fim entorpecia o povo, / Cruel desolação reinava em torno a nós, / Degenerando, sempre, á luz do Mundo Novo / Esse sangue viril de intrepidos avós”<sup>675</sup>.

A teleologia do progresso, fundante do projeto de nação e inscrita na própria bandeira nacional, era ameaçada pela feminização. À guisa de alerta, Rui Barbosa trouxe à baila o caso da Bélgica, país que, “ao perder a virilidade, mudou [...] de sexo”, porque aos povos emasculados resta somente a tutela, “como a mulher ou o eunuco”<sup>676</sup>. Sob esse prisma analítico, a gente brasileira, carente de “ânimo viril”, dava mostras de também ser “uma raça emasculada”<sup>677</sup>. Conquanto atribuíssem feminilidade aos brasileiros, os ideólogos nacionalistas iteravam o discurso colonial apenas parcialmente, pois tomavam suas proposições menos como conclusão do que como ponto de partida e, desta feita, consideravam o quadro reversível porque não determinado biologicamente. Assim, os debates sobre a formação da nacionalidade tinham na linha de frente o imperativo de virilização da raça, como expunha um jornalista: “É preciso que cada brasileiro seja um homem completo”<sup>678</sup>, pois “temos aparência de homens, mas não o somos”<sup>679</sup>.

Dadas as assimetrias entre o regime feudal, de cujo colapso despontou o Estado Absolutista na Europa, e o sistema colonial, de cujo desmonte aflorou o Estado nacional na América latina, o legado colonial de espoliação econômica e mutilação cultural era tomado como motor da emasculação brasileira. Segundo o articulista Julio Verim, em artigo cujo título – *Tristes legados* – itera minha defesa da abordagem pós-colonial devido ao impacto do legado colonialista sobre o imaginário intelectual brasileiro, o Brasil herdara “vícios organicos” que obstavam sua independência efetiva: “Em verdade, os horrores dos tempos coloniaes, as atrocidades da escravidão e o machiavelismo do

---

<sup>674</sup> ALMEIDA PRADO, 1940, p. 113.

<sup>675</sup> ANDRADE, 1890, p. 2.

<sup>676</sup> BARBOSA, 1914, p. 396.

<sup>677</sup> *Idem*, 1931, p. 7.

<sup>678</sup> SERVA, 1922, p. 6.

<sup>679</sup> *Idem*, 1923, p. 8.

imperio, não podiam lavrar [...] a face ridente do nosso paiz sem a deixar eivada dos maiores malefícios”<sup>680</sup>. Graça Aranha, na sua *magnum opus*, questionou a celebrada noção de Independência nacional na ponderação de um personagem: “O Brasil é e tem sido sempre colonia”, argumentava, para enfileirar uma plêiade de argumentos remetentes à herança colonial e ao neocolonialismo empreendido pelo capitalismo mercantil: “É ou não o regimen colonial com o nome disfarçado de nação livre?”<sup>681</sup>. As escaras da colonização estariam incrustadas na personalidade dos brasileiros sob a forma de predicados ditos femininos, como apatia e timidez: “Em nosso sangue circulam moleculas do despotismo colonial, do servilismo escravista e da corrupção imperial”, de que são marcas “essa apathia atrophiante e essa timidez ingenua”<sup>682</sup>. Donde o prognóstico desalentador de que “teremos de passar ainda um bom lapso de tempo, antes da regeneração total do nosso character, que quatro seculos de vida vegetativa tornaram acanhado e tímido”<sup>683</sup>. Exponente desse prisma hermenêutico, Manoel Bomfim contestava a explicação biológica para a colonização ao argumentar, de encontro com o axioma da assimetria natural entre colonizadores e colonizados, que os ameríndios não foram vencidos por serem homens fracos, como julgava o discurso colonial, mas porque os portugueses tinham mais poderio bélico, tal que os livros de história elucidariam mais a supremacia ocidental do que os tratados de biologia<sup>684</sup>. Em inversão da lógica imperialista, que estereotipava os brasileiros como efeminados, o médico e historiador creditava a emasculação ao próprio legado colonial. Uma vez que a herança constitui antes imposição do que escolha<sup>685</sup>, ao receber, “em fatalidade de herança”, elementos culturais portugueses, o país “teve que herdar” mecanismos gestionários que arruinariam a vida nacional brasileira: “Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo em sua vida o próprio Estado que de lá emigrara, na plenitude da ignomínia bragantina”<sup>686</sup>. Se empregarmos o que um crítico denomina “colonialidade do poder” para designar a operacionalidade do legado colonial como forma totalitária de modernidade<sup>687</sup>, veremos que, no Brasil, a colonialidade do poder foi acentuada pela especificidade de uma independência que manteve o país

---

<sup>680</sup> VERIM, 1890, p. 2.

<sup>681</sup> ARANHA, 1902, p. 214.

<sup>682</sup> VERIM, 1890, p. 2.

<sup>683</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>684</sup> Cf. BOMFIM, 1905.

<sup>685</sup> Cf. DERRIDA, ROUDINESCO, 2001.

<sup>686</sup> BOMFIM, 1996[1931], p. 52.

<sup>687</sup> Cf. QUIJANO, 1992, 2000.

vinculado formalmente à antiga metrópole até, pelo menos, a proclamação da República. Corolário da presença bragantina, a rapinagem imperial se tornou estruturante da sociedade brasileira, pois à espoliação colonial se sucedeu a exploração patronal exercida por classes dirigentes locais “incapazes de vencer o peso dessa herança”<sup>688</sup>. Essa técnica de gestão do legado colonial ilustra o que Chatterjee denomina *discurso derivativo* para sustentar que a indecidibilidade do colonizado entre a ab-rogação e a introjeção de métodos imperialistas resulta em grupos hegemônicos que reproduzem relações de poder herdadas do regime colonial enquanto sucedâneos de sua congênere metropolitana<sup>689</sup>. Que grupos dirigentes constituem metástase da gestão colonial porque (in)formados pela sua episteme Paulo Freire observaria ao ponderar que oprimidos idealizam “ser homens”; porém, devido às contradições em que vivem, “ser homens [...] é ser opressores”<sup>690</sup>.

“Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude”, sentencia Tancredi em *Il Gattopardo*<sup>691</sup>. A célebre passagem lembra o modo de gestão do legado colonial pelas classes dirigentes brasileiras, cuja alteração do regime de governança preservou antigos expedientes como se visasse, a rigor, manter tudo como dantes. Na Irlanda e no Brasil sucedeu o que Frazegnies chamou, noutra contexto, de “modernização tradicionalista” para designar um projeto nacional pretensamente modernizador, mas fincado em paradigmas passadistas cuja continuidade obsta o acesso a direitos civis. Cativo dessa contradição fundante, tal projeto propala melhorias sociais, políticas e culturais, porém se sustenta sobre o andaime de estruturas autoritárias, patrimonialistas e excludentes<sup>692</sup>. A acomodação de certos paradigmas intelectuais europeus resulta no que Schwarz denomina ideias “fora de lugar” porque deslocadas no Brasil, já que originalmente fincadas em princípios universalistas de democracia e transplantadas para uma organização social assentada em princípios particularistas de plutocracia. Embora o liberalismo não se afinasse com o arranjo socioeconômico brasileiro, a oligarquia escravagista o adotou como signo da modernidade a que aspirava porque essa ideologia política moderna lhe fornecia o senso de correção tão característico dos autoritários<sup>693</sup>. Por isso, *nihil novi sub sole* quando se constata o peso da herança colonial sobre a organização sócio-político-cultural brasileira, erigida sobre alicerce ideológico herdado

---

<sup>688</sup> BOMFIM, 1905, p. 396.

<sup>689</sup> Cf. CHATTERJEE, 1986.

<sup>690</sup> FREIRE, 1987, p. 35.

<sup>691</sup> LAMPEDUSA, 1958, p. 21.

<sup>692</sup> Cf. TRAZEGNIES, 1980.

<sup>693</sup> Cf. SCHWARZ, 1977.

de tradição ibérica hierárquica e autoritária, monopolizada por homens letrados distribuídos em três domínios: na formulação do poder, no exercício do poder e no usufruto de benesses do poder<sup>694</sup>. Uma vez que os oprimidos, há muito habituados com o opressor, acabam por hospedá-lo dentro de si próprios<sup>695</sup>, quando egresso o colonizador suas heranças, como o patrimonialismo, mantiveram vivas as nervuras da colonização. Como sabemos, Max Weber, ao discriminar o Estado moderno, corolário de processos gradativos de racionalização societária, em relação a formatos gestionários precedentes, chamou os últimos de patrimonialistas porque balizados pela indistinção entre o público e o privado e, no limite, pela supressão do primeiro pelo segundo<sup>696</sup>. Na esteira do sociólogo alemão, Sérgio Buarque de Holanda considerava que a herança ibérica tinha como conceito-síntese o “homem cordial”, que, bem compreendido, lançaria um facho de luz sobre o funcionamento do poder na sociedade brasileira, cuja chave interpretativa consistia, a seu ver, no legado colonial. Ao caráter aventureiro do português, instilado pela ânsia por lucro imediato e sem esforço, bastou a monocultura latifundiária, assentada na exploração predatória dos recursos naturais em regime escravagista. Como as classes sociais se limitavam ao binarismo senhor/escravo, a estrutura familiar patriarcal, calcada em mandonismo e servilismo, alicerçou a *vita societatis* brasileira na qual imperaria o homem cordial, que, ao transcender os limites do *oikos* e se impor na *pólis*, encarnaria a colonização do público pelo privado. Essa equivocidade entre esferas resultaria no uso privado de recursos da ordem pública e, em contrapartida, na atuação pública conforme valores do foro privado; donde a prevalência de escopos particulares ao preço do bem comum. Corolário da indissociação entre as esferas, o mecanismo do favorecimento engendraria dependências que escamoteavam a negação de direitos, já que o favor possui cunho pessoal e o direito caráter universal. Em face de arranjo sociopolítico assentado em modelos personalistas típicos do patriarcado rural no lugar de sociedade civil organizada em torno da impessoalidade estatal, Sergio Buarque considerava a desagregação da herança colonial passo mandatório para a consolidação do republicanismo no país<sup>697</sup>. Veja-se que a feminização, como legado colonial, é aqui pressuposta mesmo que não referida textualmente. Não é preciso digressão lexical para depreender o substrato feminizante desse paradigma de homem que, regido antes por *pathos* do que por *logos*,

---

<sup>694</sup> Cf. CHAÚÍ, 2006.

<sup>695</sup> Cf. FREIRE, 1987.

<sup>696</sup> Cf. WEBER, 1922.

<sup>697</sup> Cf. HOLANDA, 1936, 1965.

pensa com o coração e, para o bem e para o mal, é passional no amor e no ódio, na piedade e na crueza, e pode oscilar *ex nihilo* de um estado anímico a outro. “O brasileiro [...] substitue, nos seus julgamentos, a razão pelo sentimento”, explanava um crítico, para sentenciar: “Julgamos com o coração”<sup>698</sup>.

Se Portugal deveria ser proscrito na artesanaria da identidade brasileira, o mesmo não se aplicava a países cujos padrões de masculinidade se coadunavam com os propósitos da agenda nacionalista. Em pleno vigor da proposição ciceriana de história como *Magistra Vitæ*, o *establishment* intelectual brasileiro vasculhava as gavetas do passado no encaço de exemplos inspiradores para tornarem másculos seus homens eunucoides. Enquanto na Irlanda os modelos deveriam ser buscados apenas na própria cultura, no Brasil a incorporação do elemento estrangeiro parecia forçosa para a virilização. Como o país era alegadamente jovem e, por isso, pouco sortido em acervo de heróis, tais exemplos deveriam ser emulados, conforme prescrevia Sylvio Romero, dos atributos das “nações viris”<sup>699</sup>. Na vitrine dos povos, os europeus, envelhecidos, lembravam um pretérito esclerosado, ao passo que os Estados Unidos despontavam como paradigma de nação que divisava um horizonte de futuro. Não é por outro motivo que lideranças políticas brasileiras vislumbravam na cultura estadunidense alternativa de ruptura com o legado colonial e alinhamento ao concerto das nações másculas. Porque o Brasil deveria se espelhar nesse “masculino espírito de invenção e progresso”<sup>700</sup>, os artífices do republicanismo tomaram de empréstimo sua moldura identitária para formar/enformar a nação brasileira, que seria inicialmente denominada Estados Unidos do Brasil, teria sua primeira Constituição republicana inspirada na estadunidense e ganharia como bandeira provisória variante auriverde do *Stars and Stripes*, com 20 estrelas sobre quadrado azul<sup>701</sup>. Se os Estados Unidos constituíam uma nação digna de ser emulada, seus homens, por extensão analógica, também o seriam. Um *métron* de aferição da virilidade brasileira seria o cinema e, com ele, os padrões estadunidenses de estética masculina: “O cinema tem servido de ‘test’ para a avaliação da beleza masculina do nosso tempo”, constatava um cronista ao arrazoar que, após a curta voga de atores “românticos e efeminados”, como Rodolfo Valentino, “veiu a reação moderna da virilidade”, na qual os artistas mais populares, como Clark Gable, “si não eram bonitos, eram fortes e masculinos”<sup>702</sup>. Sob

---

<sup>698</sup> PEREGRINO, 1936, p. 31.

<sup>699</sup> ROMERO, 1902b, p. 25.

<sup>700</sup> BASTOS, 1863, p. 426.

<sup>701</sup> Cf. BANDEIRA, 1973.

<sup>702</sup> CARETA, 1938, s.p.

influxo da cultura estadunidense, o contato com paradigmas de hombridade hollywoodianos tornava mais ostensiva a suposta efeminação do brasileiro. As salas de cinema descortinavam uma tela de masculinidades hiperbólicas que acentuavam, por contraste, a aparente emasculação dos homens locais. Monteiro Lobato exemplificava essa invirilidade com a desilusão de mocinhas que, nas sessões de cinema, namoram heróis belos e fortes, porém “suspiram de decepção piedosa quando, fóra da tela, os Chiquinhos, Lulus e Pedrocas cômicos, sem peito, sem ombros, sem músculos, sem masculinidade, aproximam-se para um corte de namoro”<sup>703</sup>.

O intervalo de meados do Oitocentos até a vigência dos regimes fascistas e estadonovistas foi balizado pela floração dos projetos nacionais modernos. Não à toa, nesse mesmo espaço de tempo, o discurso racial se consolidou nos centros europeus e se espalhou para zonas periféricas do globo, onde nacionalismos anticoloniais imaginavam a nação como ficção étnica, porque inscrita pelo mesmo quadro de referências que as identidades raciais. Numa formação discursiva em que nação e raça se (con)fundiam porque esta dimensionava o patamar evolutivo daquela, a questão racial se tornou eixo identitário tanto para a consolidação das nações imperiais quanto para a formação das pós-coloniais. Não por acaso, nos idos de 1844, um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com vistas a criar uma narrativa para a nação, foi vencido por uma teoria racial. O vitorioso, Karl Friedrich Philipp von Martius, um naturalista alemão, inaugurou o mito de que o Brasil seria constituído por três raças – cor de cobre (ameríndia), branca (caucasiana) e preta (etíope) – numa tese cuja originalidade consistia na defesa de que a mestiçagem brasileira, longe de danosa, teria competido para a formação do país, uma vez que as raças “inferiores” seriam assimiladas pela branca, possante rio que absorveria os pequenos afluentes indígena e negro<sup>704</sup>. A simbiose raça/nação se fazia ver na transversalidade entre diversos campos discursivos – do científico ao literário – convergentes na produção de uma nacionalidade viril. Essa virilidade, por evidente, prescindia do elemento negro. No interior de um projeto nacional que propalava autonomia e emancipação, teorias deterministas raciais fomentavam a estratificação pela diferença<sup>705</sup>. Num mesmo Brasil onde, de um lado, propalava-se a democracia e, de outro, beirava-se as raias do *apartheid* social, o influente médico baiano Raimundo Nina Rodrigues, em proposição lombrosiana de que a mestiçagem

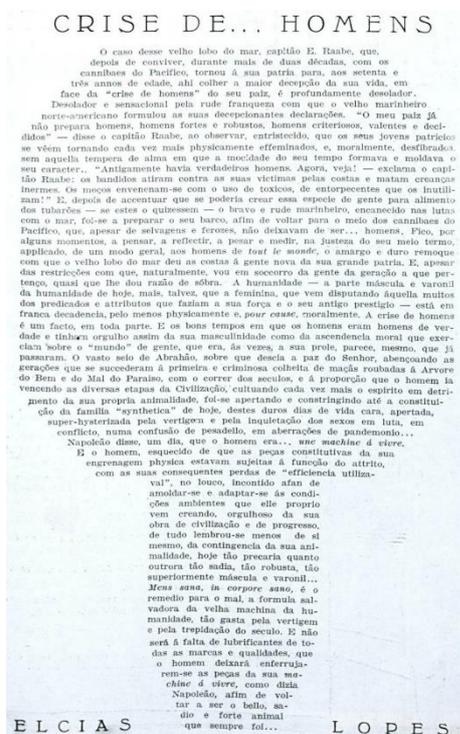
---

<sup>703</sup> LOBATO, 1922, p. 44.

<sup>704</sup> Cf. MARTIUS, 1845.

<sup>705</sup> Cf. SPITZER, 1989.

desencadeava predisposição à criminalidade, defendia, em tom segregacionista, que as assimetrias civilizacionais entre as raças no Brasil eram de tal ordem que afrodescendentes não poderiam ser julgados pelo sistema jurídico ordinário e recomendava diferentes códigos penais para diferentes grupos raciais<sup>706</sup>. Se não alvitava exterminio de grupos alegadamente degenerados<sup>707</sup>, a eugenia brasileira, pautada no cromatismo epidérmico, confiava que o sangue branco depuraria, dissolveria e finalmente eliminaria o negro, como esperava o cientista João Batista Lacerda, difusor dessa tese no *Premier Congrès universel des races*, em 1911<sup>708</sup>. Entre os idealizadores do branqueamento havia expectativa de que, em três gerações, para os mais otimistas, ou três séculos, para os mais realistas, a população seria plenamente branca<sup>709</sup>. Sob influxo do preceito nacionalista do *Risorgimento* italiano, que descortinara um horizonte para povos sob jugo estrangeiro, projetava-se uma raça máscula num futuro hipotético, como se



**Imagem 21. Um pênis cabisbaixo**

que engatinhava. Berilo Neves, pioneiro desse gênero no Brasil, explorou a angústia da feminização em sugestivo conto, *O ex-homem*, no qual um cientista procede ao experimento de introduzir no próprio corpo “extracto de ovario fresco” e, assim,

iniciada *ex nihilo*. Surgiria “no porvir, cujo arcano descêro, / Exhibindo, gloriosa, ao seculo vindouro, / uma raça viril de intelligencias de ouro, / de caracteres de aço e musculos de ferro!”<sup>710</sup>.

No mais das vezes, contudo, os literatos teciam comentários desalentadores. É sintomático um texto sobre a crise de homens viris, ao modo concretista, no formato de um pênis vertido para baixo. O significante do pênis impotente, como indicação de declínio do falo, era imagem contundente o bastante para denunciar a invirilidade dos homens brasileiros (Imagem 21). O pavor da emasculação encontrava expressão na ficção científica, em que aporias projetadas num futuro distante refletiam anseios de uma República

<sup>706</sup> NINA RODRIGUES, 1894, 1899.

<sup>707</sup> Cf. STEPAN, 1990, 1991.

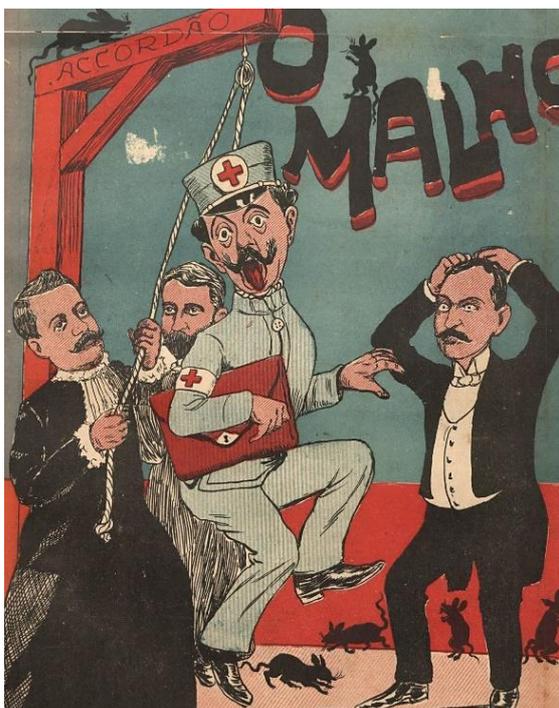
<sup>708</sup> Cf. LACERDA, 1911.

<sup>709</sup> Cf. AZEVEDO, 1987; SCHWARCZ, 1993; DÁVILA, 2003.

<sup>710</sup> LIMA, [s.d.], p. 324.

feminiza-se a olhos vistos, até que a aplicação de hormônio masculino reverte o quadro degenerativo e sua hombridade é recobrada<sup>711</sup>. Naquela formação discursiva, a noção de ex-homem seria mesmo ficção, pois, para boa parte dos letrados de extração catastrofista, o brasileiro ainda inexistia como homem. A julgar pelo propositivo *A virilização da raça*, de Mário Pinto Serva, a missão de formar homens seria tão penosa quanto urgente, pois, sentenciava o autor, “o Brasil está feito, é preciso agora fazer o brasileiro”<sup>712</sup>. A esperança de salvação da nação repousava prospectivamente sobre os ombros de homens ainda por serem formados. “Não temos homens”, diagnosticava um comentador: “Havendo homens, pensavamos nós, tudo se transformará no Brasil”<sup>713</sup>. Diante da vã expectativa, urgia formar verdadeiros homens para salvar a nação.

O nexó entre mestiçagem e feminização se abrandou na medida em que, nas primeiras décadas do XX, a atenção da biopolítica se alargou da questão racial para a sanitária<sup>714</sup>. A essa altura, sobressaía no país medicina menos curativa do que preventiva,



**Imagem 22. A cruz de Oswaldo Cruz**

calcada no enfrentamento pasteuriano de micróbios e bactérias por meio de profilaxia com enfoque higiênico<sup>715</sup>. As campanhas sanitaristas capitaneadas por Oswaldo Cruz, no princípio do século, e por Belisário Penna, em 1918, visavam fortificar uma gente degenerada para responder aos ditames do discurso nacionalista<sup>716</sup>, pois a população saudável seria condição basilar para a vitória da nação: “Com a maior parte de seus habitantes imbecilizados pelo sofrimento, brutalizada pela dôr, embrutecida pela necessidade e desvairada pela doença – nunca uma nação será rica, nem bella, nem

forte”<sup>717</sup>. Por isso, a biopolítica intervinha no corpo de cada indivíduo, mas, mesmo ela,

<sup>711</sup> NEVES, 1930, p. 28.

<sup>712</sup> SERVA, 1923, p. 8.

<sup>713</sup> REVISTA ILLUSTRADA, 1911, p. 3.

<sup>714</sup> Cf. HOCHMAN, 1998.

<sup>715</sup> Cf. DE LUCA, 1999.

<sup>716</sup> Cf. LIMA, HOCHMAN, 1996.

<sup>717</sup> BARATA, 1918, s. p.

era alvo de escárnio, vide a ilustração de capa do periódico *O Malho*, na qual Oswaldo Cruz é representado com trejeitos e feições efeminados (Imagem 22).

## CIVILIZAÇÃO E SIBILIZAÇÃO

---

*Die Entarteten sind nicht immer Verbrecher, Prostituierte, Anarchisten und erklärte Wahnsinnige. Sie sind manchmal Schriftsteller und Künstler. Aber diese weisen dieselben geistigen – und meist auch leiblichen – Züge auf wie diejenigen Mitglieder der nämlichen anthropologischen Familie, die ihre ungesunden Triebe mit dem Messer des Meuchelmörder oder der Patrone des Dynamitgesellen statt mit der Feder oder mit dem Pinsel befriedigen.*

Max Nordau, *Entartung*

Tanto projetamos no tempo histórico nossas ansiedades culturais que associamos períodos liminares, como os crepúsculos dos séculos, às noções de queda ou finitude humana<sup>718</sup>, como nas viragens do XX e do XXI, acaloradas pelos respectivos desvarios de que a humanidade se tornava feminina e chegava ao ocaso. Em conjunturas de mutação histórica irrompe, não raro, percepção de anomia nos papéis de gênero e ameaça de colapso social, como nos nacionalismos brasileiro e irlandês entre as últimas décadas do século XIX e o início do XX, intervalo assentado na paranoia de que destrutivo surto de feminização estaria em curso no Ocidente<sup>719</sup>. Entre os difusores do apocalipsismo no *fin-de-siècle*, Max Nordau, na citação epigrafada, alargava a ideia de degeneração do campo racial para o cultural ao sustentar que o rol de degenerados não se limitava a criminosos, prostitutas, anarquistas e lunáticos, pois incluía, não raro, literatos e artistas acometidos de desajustes mentais similares. Estes se distinguiriam tão-somente na forma de expressão degenerativa: enquanto degenerados prosaicos satisfariam impulsos destrutivos com armas convencionais, ilustrados decadentistas utilizariam a pena e o pincel para expelir o veneno de sua mente doentia<sup>720</sup>. Enquanto Nordau incriminava a degeneração das artes pela estética infectada pelo sensualismo, Friedrich Nietzsche frisava a degradação dos códigos de gênero em repreensões à gente de “alma efeminada e servi”<sup>721</sup> e Otto Weininger, vítima fatal de sua própria teoria apocalíptica, tanto repelia a civilização

---

<sup>718</sup> Cf. KERMODE, 1967.

<sup>719</sup> Cf. SHOWALTER, 1990; LE RIDER, 1990.

<sup>720</sup> Cf. NORDAU, 1892.

<sup>721</sup> NIETZSCHE, 1884, p. 62.

ocidental – a seu ver em franco declínio, porque então regida pelo elemento feminino<sup>722</sup> – que se suicidou aos 23 anos. Se bem que as teses fatalistas não concebessem a feminização como corolário do sistema colonial, o alarme sobre a crise de gênero impactou o debate em torno da identidade nacional nos dois países aqui em apreço. Não é demais lembrar que letrados como Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, William Butler Yeats e James Joyce leram e citaram membros da confraria de catastrofistas, como Schopenhauer, Nietzsche, Spencer, Lombroso e Nordau.



Se o extremo oeste da Irlanda, mantido ao abrigo dos vícios da modernidade, seria um santuário da hombridade pré-colonial, a parte urbana do país não poderia se curvar ao assédio dos bens materiais e simbólicos ingleses, cuja aceitação seria emasculadora deferência à cultura metropolitana. Nessa perspectiva mais crítica em relação ao legado colonial, o elogio à virilidade nativa dava lugar à condenação da voga de esportes britânicos na Irlanda em prejuízo dos vernáculos. Em carta divulgada na imprensa, o arcebispo Thomas William Croke, patrono da *Gaelic Athletic Association*, admoestava seus compatriotas por importarem da Inglaterra toda sorte de modismos em substituição a passatempos nativos, referidos com escárnio “pelos dandies degenerados de hoje”<sup>723</sup>. Em repúdio à figura do praticante de tênis, vestido de forma aparatosa, o sermoneiro, tomado de assalto pelo saudosismo, evocava “os jovens atletas que eu costumava ver nos meus dias de outrora [...], sem sapatos e sem casaco”<sup>724</sup>. Numa gestão do legado colonial em que, agora, os ingleses ameaçariam a virilidade irlandesa por contágio cultural, Croke alertava seus patrícios que se continuassem a substituir elementos culturais autóctones por “hábitos janotas e outras tolices efeminadas” provenientes da Inglaterra, seria preferível “adjurarmos nossa nacionalidade”<sup>725</sup>. Nessa era pós-Revolução Industrial em que se colavam à modernidade signos como luxo, superfluidade e ostentação – numa palavra, efeminação –, a importação da figura do *dandy* competiria para mais empobrecimento da masculinidade irlandesa. Por isso, os gaélicos, em vez de imitarem os ingleses, ornados com excessivo mimo e adictos de esportes delicados, deveriam exibir corpo musculoso em esportes que desvelassem sua masculinidade. Sob parâmetro no qual

---

<sup>722</sup> Cf. WEININGER, 1903.

<sup>723</sup> CROKE, 1884, s.p.

<sup>724</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

<sup>725</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

a virilidade do esporte era aquilatada pelo gradiente de violência e pelo tipo de indumentária, recreações inglesas como o tênis seriam efeminadas devido à ausência de confronto físico e ao uso de vestuário pomposo, em contraste com o *hurling*, esporte pré-colonial caracterizado pela agressividade e pela vestimenta rudimentar.

Tampouco a esfera da arte escaparia ao juízo condenatório. No *debüt* oficial do *Abbey Theatre*, a encenação de *The Countess Cathleen*, em 1899, foi tumultuada por um grupo de universitários católicos que protagonizaram, eles próprios, a cena primária de um Teatro Nacional recebido com ambivalência por uma plateia sequiosa por confirmação de sua autoimagem. Todavia, quem mais contribuiu para a difamação da peça foi o parlamentar Frank Hugh O'Donnell, que, em campanha na imprensa e nos círculos literários, conquistou aliados contra a peça que acusou de representar os irlandeses como “inviris” (*unmanly*) e afeitos a superstições “tal qual uma sórdida tribo de pretos, do Congo ou da Nigéria, que cultuam diabos e fetiches”<sup>726</sup>. Sua denúncia, informada pela etnologia comparativa, sintetiza um conjunto de ansiedades identitárias que balizou a recepção da peça. Em face de um discurso colonial que ridicularizava os irlandeses como efeminados e seu catolicismo como ritualístico, esperava-se que o teatro, afinado com o esforço nacionalista, sublinhasse sua hombridade e espiritualidade em vez de sua efeminação e superstição. Yeats, ao alegar ter-se esquecido, em sua experimentação estética, de que na Irlanda os símbolos “não são símbolos, mas realidades”<sup>727</sup>, ignorou que, como a nação já era imaginada *a priori* do movimento teatral, alguns símbolos, como os camponeses, tinham significado cristalizado e, portanto, hermenêutica restritiva. Daí O'Donnell, noutro texto, rotular suas peças como “paródias da Irlanda”, pressupondo haver uma representação original que estas deturpavam<sup>728</sup>.

Como a vertigem da modernidade impunha desafios ao projeto de reavivar um passado pré-colonial, elegeu-se o sexo como mote para o controle biopolítico e grupos de nomes combativos, como *League of Decency* e *Knights of Columbanos*, desfraldavam a bandeira dos bons costumes e prometiam guerrear contra tudo quanto ameaçasse a moralidade sexual instituída. Assim, o revivalista Charles Duffy confiava que uma “autodisciplina extenuante”, ao desviar os jovens da “autoindulgência” e dos “vícios sensuais”, “aquece suas almas com a divina flama do patriotismo”<sup>729</sup>. Nesse prisma, se a

---

<sup>726</sup> O'DONNELL, 1899, p. 6.

<sup>727</sup> YEATS, 1936a, p. 36.

<sup>728</sup> O'DONNELL, 1904, p. 30.

<sup>729</sup> DUFFY, 1894, p. 42.

estética de William Yeats, George Moore e John Synge seria infectada pela “leprosidade continental”<sup>730</sup>, até mesmo Pádraic Pearse, a que tenho me reportado ostensivamente como inflamado defensor da hombridade gaélica, foi acusado por censores como Richard Henebry, que denunciou presença de “Helenismo”, epíteto de homoerotismo estetizado, em sua coletânea de contos. Haveria na obra elementos alusivos à figura do *dandy* metropolitano, com os quais os machos gaélicos deveriam antagonizar: “se a literatura irlandesa é a conversa de homens grandes e de peito largo”, afirmava o reverendo, a obra é exemplar da “petulância frívola dos rabiscos do gênero inglês dos últimos dias” e a linguagem empregada lembra “a afetação do fiscal assistente numa loja de chapelaria”<sup>731</sup>. Se oposições inarredáveis escamoteiam a heterogeneidade constitutiva das categorias, a noção de masculinidade se consumia autofagicamente por suas próprias contradições internas. Afinal, patente contradição evidencia impossibilidade de pureza cultural: a denúncia de efeminação dirigida ao febril ideólogo da hombridade gaélica e a renúncia de anglicismo àquele que empunhava o facho da resistência à dominação britânica.

Curiosamente, os intelectuais irlandeses que rechaçavam a afetação como medida da decadência da virilidade imperial defendiam o maior expoente do dandismo, seu compatriota Oscar Wilde, e interpretavam sua conduta, inclusive sexual, como decorrência da anglicização. James Joyce tomou o homoerotismo como hábito estrutural do sistema educacional inglês para inverter a lógica do discurso colonial, que considerava o esteta um elemento degenerativo infiltrado na Inglaterra, e, assim, defendê-lo como vítima de “costume infeliz” adquirido na metrópole<sup>732</sup>. Bem a propósito, essa “aquisição” de Oscar Wilde tanto se cristalizara no imaginário social que acarretou episódio inusitado. Entre os casos de homoerotismo relatados pela polícia em Dublin, chama atenção certo episódio, ocorrido três anos após sua morte, no qual um homem foi acusado de propor sodomia (*buggery*) a um jovem soldado, que, em depoimento, cunhou verbo com o nome do esteta: “Esse é o homem que tentou me Oscar Wildizar [*to Oscar Wilde me*]”<sup>733</sup>.



Sublinhar o contributo da literatura na invenção da nacionalidade implica situar homens de Letras no epicentro do ideário nacionalista, pois se a nação constitui, no limite,

---

<sup>730</sup> O'DONOGHUE, 1919, p. 30.

<sup>731</sup> *Apud* HAYES, [1919], p. 51.

<sup>732</sup> Cf. JOYCE, 1909.

<sup>733</sup> *Apud* FERRITER, 2009, p. 68.

um exercício textual, a construção da identidade nacional depende da solidificação de uma elite letrada. Dada a autoridade discricionária assumida por intelectuais nesse exercício inventivo, é preciso superar as limitações da abstrata noção de esfera pública que Anderson identifica como comunidade imaginada<sup>734</sup>, problematizar a universalização de valores dominantes, desconsiderada em sua formulação, e indagar qual ideia de nação é imaginada a expensas de qual e quem a imagina em detrimento de quem<sup>735</sup>. Ao observar a sedimentação de uma tradição intelectual principiada por burocratas imperialistas e continuada por literatos engajados nos movimentos de descolonização e, posteriormente, de modernização nacional, Rama cunhou a expressão *cidade letrada* para se referir à estrutura de poder monopolizada por afiliações de escritores que se valem da literatura como arena de legitimação de seus paradigmas culturais particulares<sup>736</sup>. No nacionalismo brasileiro, essa disputa se dava, como tenho insistido, entre concepções de nacionalidade/masculinidade.

Nos primeiros fôlegos da República, o *homo athleticus* e o *homo æstheticus* disputavam hegemonia na gestão do legado colonial. A visada contrapontística entre atletismo e esteticismo, extremada no *fin de siècle*, municiaava argumentos tanto de defensores quanto de detratores do esporte a partir da premissa de que as artes, em geral, e a literatura, em particular, estariam atreladas ao feminino. Se, de um lado, podia-se entoar hosanas à arte porque pela cultura estética se alcançaria uma sensibilidade “ultrafeminina”, transformadora do homem mais bruto num “ser doce, polido, delicado”<sup>737</sup>, de outro era possível considerá-la degenerada, porque despojada de virilidade, como fizeram os críticos ao decadentismo. Partidários do *homo athleticus* creditavam ao esporte o caminho criação de gerações “sadias e viris” em substituição a uma “raça enfezada dos pigmeus”<sup>738</sup> e tomavam como inspiração potências imperialistas cujos intelectuais preconizavam a atividade esportiva: “Na Inglaterra, cujo povo é, incontestavelmente, [...] o mais viril dos d’este fim de século”, argumentava José Veríssimo, “os exercicios phisicos são [...] uma instituição nacional”<sup>739</sup>. No alvorecer do século XX brasileiro, quando o *sportsman* emergia como paradigma de masculinidade, comumente se comparava a gradação viril do atleta e do esteta, com o pêndulo inclinado

---

<sup>734</sup> Cf. ANDERSON, 1983.

<sup>735</sup> Cf. CHATTERJEE, 1993.

<sup>736</sup> Cf. RAMA, 1984.

<sup>737</sup> ALMEIDA, 1903, p. 24.

<sup>738</sup> CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS, 1918, p. 6.

<sup>739</sup> VERÍSSIMO, 1890, p. 80.

para o primeiro: “Essas cohortes de homens moços, que preparam os corpos são para a habilitação de são espíritos”, constatava um cronista, “estão fazendo mais pelo Brasil do que as legiões de tristes e pallidos poetas lyricos que gastam em inextinguíveis suspiros amorosos a seiva creadora da adolescencia”<sup>740</sup>. Dependesse da classe letrada, a cultura física seria malsucedida no Brasil em razão do “ênfatuamento de se fingir de homem” que distinguia o acadêmico no país, para quem a atividade corporal desonraria sua dignidade<sup>741</sup>. Assim, o argumento de Nordau sobre a degeneração de literatos era reproduzido em críticas à figura do letrado. O “débil degenerado” e o “degenerado superior”, explicava um agente biopolítico, estariam no mesmo nível porque “unidos pelo traço comum – a perversão do caráter”, de sorte que se tem “um poeta, orador notável – onanista, outro, não menos notável – pederasta; outro, genial e arrebatador – bêbado e desordeiro”<sup>742</sup>.

Convém retomar, aqui, a contenda em torno do futebol, agora com enfoque nos argumentos de seus opositores. Ao conduzir o praticante à exaustão, o esporte acentuaria a “agonia física da nacionalidade”<sup>743</sup>, na medida em que prejudicaria o intelecto por esgotar do organismo toda a energia aplicável noutras atividades e tal era a disjunção entre corpo e mente que “onde se via repontar um bíceps mais saliente, a inteligência logo se encolhia, envergonhadinha”<sup>744</sup>. Passadas algumas décadas de efervescência esportiva, os magros resultados em avigoreamento da raça fomentavam o discurso oposicional: “A promettida virilisação, o sonhado gigantismo das nossas raças variadas e mais variadas sub-raças, não foram ainda atingidos”, constatava um opositor, para afrontar o ideal helênico: “E, provavelmente, dos campos de foot-ball e dos studios não surgirão spartanos de que tanto falam alguns desoccupados intellectuaes”<sup>745</sup>. Se, como vimos no capítulo anterior, havia adeptos do helenismo, também havia anti-helenistas como Lima Barreto, crítico de apologistas do futebol que invocava a “defunta e vagabundissima Grecia”<sup>746</sup>. Numa formação discursiva em que os membros inferiores, inclusive o pé, estavam relacionados ao primitivismo e os superiores, inclusive a mão, ao progresso civilizatório, o cronista entendia que esse jogo “zoologicamente executado com

---

<sup>740</sup> P. N, 1914, s.p.

<sup>741</sup> VERÍSSIMO, 1890, p. 78.

<sup>742</sup> ROCHA, 1901, s.p.

<sup>743</sup> MENDONÇA, 1921, p. 21.

<sup>744</sup> *Idem, ibidem*, p. 136.

<sup>745</sup> D. R. F, 1928, p. 1.

<sup>746</sup> BARRETO, 1922a, p. 10.

os pés”<sup>747</sup> não tinha beleza estética e tampouco contribuía para a civilização do país por promover “espectaculo de brutalidade” e ter caráter absorvente, pois era inaceitável que “a actividade mental de toda uma população de uma grande cidade fosse absorvida para assumpto tão futil”<sup>748</sup>. Lima Barreto ironizava a tentativa pedantesca de fazer do Brasil um arremedo da Grécia Antiga, liderado por Coelho Netto, idealizador de uma Hélade “fabricada para o gasto caseiro”<sup>749</sup>, e identificava aí uma obra de ficção na qual se pretendia, por meio do esporte, talhar “um povo esculptural, sadio e alegre, como eram os taes gregos que o Sr. Coelho Netto inventou”<sup>750</sup>. Impelido por fascínio às avessas, Lima Barreto tanto se dedicou ao esporte que arregimentou pequeno grupo de homens para criar, em 1919, a *Liga Contra o Foot-ball* por julgar sua prática incongruente com o desígnio de regeneração nacional, uma vez que concorreria, antes, “para a animosidade e a malquerença entre os filhos de uma mesma nação”<sup>751</sup>. Sua objeção foi esposada por letrados como Carlos Sussekind de Mendonça, que dedicou ao escritor seu livro *O sport está deseducando a mocidade brasileira*<sup>752</sup> e exprimiu, em missiva ao colega, desejo de que “êsse micróbio de corrupção e de imbecilidade recebesse, em plena chaga, o ferro em brasa da tua cólera divina”<sup>753</sup>. Outra objeção ao futebol se devia à reticência em reconhecer como manifestação cultural um jogo tão agressivo. Enquanto os entusiastas o concebiam como regenerador da masculinidade, letrados mais receosos o entendiam como meio de desviar os jovens da verdadeira – leia-se, alta – cultura, como sugeria Manoel Bastos Tigre, sob o *non de plume* D. Xiquote, no jocoso poema *O futiból*, que condensa diversos preconceitos em relação a esse esporte:

O sol a pino. O ambiente é um forno, / Não ha, siquer, ligeira briza. / A gente súa; e é um banho morno / Que alaga as cuécas e a camisa. / [...] Nessa hora torrida, africana, / De horreo calor de ôrco dantesco, / Da city á zona suburbana, / Campeia o sport futibolesco. / Centos de jovens desportivos / Loucos, ao sol, treinando o jogo, / Bufam, mais mortos do que vivos, / Guincham, pisando o solo em fogo. / [...] Ambos os grupos adversarios / Linguagem tal já não constrange. / Fazem-se agora commentarios / Num vil *jargon* de inglez cassange. / E sujos, rotos, estropiados, / A pelle em sangue, a suar em bica, / Vão-se os sportmen, confiados, / Em que “isso” o corpo fortifica. / Musculatura herculea! Exibe-a / Como num circo a mocidade: / Rijo é o peroneo, é grossa a tibia, / E os pés são pés de qualidade! / E olhando pés, tibia e peroneo,

---

<sup>747</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>748</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>749</sup> *Idem*, 1923, p. 72.

<sup>750</sup> *Idem, ibidem*, p. 73.

<sup>751</sup> *Idem*, 1961, p. 206.

<sup>752</sup> Cf. MENDONÇA, 1921.

<sup>753</sup> BARRETO, 1956, p. 179.

/ Rotula de aço e o femur duro, / Tem-se o rapaz por justo, idoneo, / Modelo do homem do futuro! / *Sport!* Delirio, insânia e febre! / Golpes, torções, topadas, talhos, / Que importa! E um braço que se quebre. / E um rim e fígado em frangalhos, / Que importa? O *goal*, o ponto, é tudo! / Vale a victoria uma existencia. / Vão para o diabo o livro, o estudo! / Bolas para a arte e para a sciencia! / *Off-side* fique o ser pensante! / Cerebro? É um “rambles” preconceito! / O que se quer é o pé possante / Que *shoote* a *goal*, firme, a preceito! / “É conquistar na arena a taça / – Quem tal nos diz é Coelho Netto – / Que se ha de ter gloriosa raça!” / (Sem as massadas do alfabeto...) / Jovens patricios! ó Spartanos / Que ora levas a raça á gloria, / Envelheceis...passam-se os annos... / Adeus ó taças da victoria! / E, então, vereis quanta beleza / Vos reservava a mocidade, / Na Arte que é a propria natureza, / Com as vibrações da divindade! / Na Sciencia, nobre e bella, em luta, / A realizar conquitas calmas; / E na Poesia que é a impolluta / Sciencia que ensina a fazer almas. / Pensar, Sentir, Amar – são estes / Os dons que a vida fazem bella! / Vereis um dia o que perdestes, / Aos pontapés tocando a péla! / Vereis quanta hora foi perdida / No futibolico exagero, / que apenas deu á vossa vida / Desequilibrio e destempero!<sup>754</sup>.

Outra disputa entre letrados que reclamavam para si a regeneração de um gênero degenerado ocorria no âmbito da geografia. Devido ao segregacionismo geográfico, ligamentos identitários regionais se sobrepunham aos nacionais, como notou José Veríssimo: “Desenvolveu-se n’elles [os brasileiros] antes o sentimento local que o patrio. Ha bahianos, ha paraenses, ha paulistas, ha riograndenses. Raro existe o brasileiro”<sup>755</sup>. A dicotomia sertão/litoral sugeria coexistência não só de espaços disjuntivos, mas também de mundividências distintas. As assimetrias espaciais entre o sertão e o litoral eram tão acentuadas que, segundo Euclides da Cunha, “talhavam uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente”<sup>756</sup>. Qual não era o isolamento das regiões periféricas em relação ao ideário nacionalista medrado no sudeste que “a unica bandeira que conhecem é a do divino”<sup>757</sup>. A ideia de danação da nação era manifesta mesmo em textos jocosos que sublinhavam o alheamento da gente interiorana em relação a um projeto nacional excludente, como na seguinte anedota:

O Engenheiro chamou os empregados que construíram uma estrada de rodagem nos sertões do Norte e animou-os: – Os senhores estão ganhando muito pouco. Eu vou telegraphar ao chefe da *Nação* pedindo melhorar a situação dos senhores. – A quem é que o senhor vae pedir, seu Dotô? –; interroga Zé Bótoca com olhar de significativo desanimo: – Ao chefe da *Nação*. – Ih, seu Dotô, si o sinhô não arranjà isso, muito menos elle. [...] – O senhor conhece o chefe da *Nação*? – Ué pois não é

<sup>754</sup> DOM XIQUOTE [Manoel Bastos Tigre], 1923, s.p.

<sup>755</sup> VERÍSSIMO, 1890, p. xviii.

<sup>756</sup> CUNHA, 1967, p. 206.

<sup>757</sup> NEIVA, PENNA, 1916, p. 191.

o Chico Beição o chefe da turma? Tem dia que elle amanhece [...] tão *damnado* qui a gente só chama elle o “Chefe Damnação”<sup>758</sup>.

No Brasil, tal qual na Irlanda, estabelecia-se contraposição entre os homens rural e urbano, pois, à semelhança desta, aquele, à altura da Primeira República, era um país agropastoril no qual, de médicos sanitaristas a escritores regionalistas, parte da elite letrada se aferrava à ideia de virilidade rural. Num país tão extenso quanto heterogêneo, a ideia de masculinidade nacional esbarrava no predomínio de localismos particularistas sobre integralismos generalistas. Escritores regionalistas miravam o provincialismo interiorano como rejeição ao frenesi citadino. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, sentenciou Euclides da Cunha: “Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”<sup>759</sup>. Uma vez que as mutações que sucederam a abolição do escravagismo e o advento do regime republicano resultavam na obliteração de preceitos rurais tidos como viris, a civilização excessiva enervaria a mente e desfibraria o corpo: “O habitante da campanha do Sul”, afirmou José de Alencar, “honra-se de ser gaúcho, de pertencer a uma casta independente, distinta e mais viril do que a dos filhos das cidades, enervados pela civilização”<sup>760</sup>. Veja-se, a propósito, um poemeto passadista sobre masculinidade e liberdade: “Quizera ter vivido noutras éras... / No tempo varonil dos farroupilhas... / Ser monarcha temido nas cochilhas / E ser livre e valente como as fêras”<sup>761</sup>. Para ser másculo não era forçoso ostentar saber livresco: “E só ter por governo o meu facão. / Ser um rude gaúcho, livre e inculto / Vagando ao deus dará... Só tendo um culto; / As morenas, meu potro... e o ‘chimarrão’”<sup>762</sup>.

Distante estava de genérica essa dicotomia sertão/virilidade e litoral/efeminação. No calor das disputas entre letrados sobre qual região seria núcleo simbólico da nação, medravam-se estereótipos de masculinidade regionais de que resultariam o carioca boêmio e malandro, o paulista disciplinado e industrioso, o mineiro comedido e cauteloso, o gaúcho rústico e severo e o nordestino ignorante e preguiçoso. Sobre São Paulo, vigamestra do capitalismo urbano-industrial, pesava esperança de suplantação do alegado atraso brasileiro, posição corroborada pela sua inscrição, no Modernismo, como epicentro dos debates sobre a nação. Enquanto a cidade acercava o Brasil do padrão cosmopolita pretendido para acertar seu passo ao ritmo da civilização, o campo indicava anacronismo,

---

<sup>758</sup> CALAZANS, 1921, p. 131.

<sup>759</sup> CUNHA, 1901, p. 47-48.

<sup>760</sup> ALENCAR, [n. d.], p. 233-234.

<sup>761</sup> PEREIRA FORTES, 1922, p. 5.

<sup>762</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

embora, ironicamente, a produção agropecuária fosse esteio econômico de um país ainda agrário. A “excessiva erudição livresca”, no inteiro desabrigo de objetividade, levava a classe letrada à convicção de que o interior do país era habitado “por caboclos vigorosos, cuja musculatura de aço derrubava palmeiras e estrangulava jaguares”<sup>763</sup>. Monteiro Lobato investia contra os próprios literatos que ovacionavam o matuto e sublinhava o paradoxo dessa idealização levada a termo por letrados que desconheciam a realidade rural, visto que “nossa literatura é fabricada por sujeitos que não penetram nos campos por medo dos carrapatos”<sup>764</sup>. A dedicação dos homens de Letras ao invento de um passado para a nação os distrairia dos perigos que ameaçavam seu futuro. Na conjuntura de eclosão da Primeira Guerra, o oponente mais temível residia nas entranhas do país, cujas endemias, não fossem sanadas, levariam à “extinção gradual dos brasileiros”<sup>765</sup>. Não escapou ao juízo cáustico de Graciliano Ramos a contradição entre a voga de canções belicosas no Brasil e a debilidade física dos homens que as entoavam: “Gente de espinhaço molle, pernas bambas, cachaço envergado, cantando hymnos guerreiros!”<sup>766</sup>. Já Monteiro Lobato contestava a própria condição masculina do caboclo, esse “lamentável naufrago de fisiologia, a que chamamos homem por escassez de sinonimia”<sup>767</sup>. Olavo Bilac foi além: “Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens”<sup>768</sup>. Enquanto, nos centros urbanos, passavam-se apressadas demãos de verniz cultural importado da Europa, no interior do país imperava toda sorte de doenças. Por isso, o médico Miguel Pereira, em discurso proferido em 1916, lançou a metáfora do hospital, que se tornaria recorrente para indicar o mundaréu de doentes espalhados pelo país. Ciente de que, antes de triunfalismos apressados, era preciso lambar as feridas de uma nação que já nascera doente, ironizava a discrepância entre a idealização do homem campestre e sua precariedade física ao aconselhar

que se não esquecessem nesse paroxismo de entusiasmo que [...] o Brasil é ainda um imenso hospital. Num impressionante arroubo de oratória já perorou na Camara illustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. [...] Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ankylostomiase e pela malária; estropiados e arrazados pela moléstia de Chagas; corroídos pela syphilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome,

---

<sup>763</sup> CORREIO DA MANHÃ, 1916, p. 1.

<sup>764</sup> LOBATO, 1959, p. 364.

<sup>765</sup> CORREIO DA MANHÃ, 1916, p. 1.

<sup>766</sup> CALISTO [Graciliano Ramos], 1921a, p. 2.

<sup>767</sup> LOBATO, 1946, p. 234.

<sup>768</sup> BILAC, 1917, p. 6.

ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao appello tonitroante de triombeta guerreira, resoando de quebrada em quebrada ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender porque a Pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redemptor, a arma defensiva<sup>769</sup>.

No contrafluxo de uma desejada *modernização tradicionalista* que subscrevesse preceitos conservadores, a degeneração de gênero deitava raízes, para muitos, no *Zeitgeist* refletido na moda, condenada por fomentar hábitos inviris. Ao ensinar que era *chic* ser *smart*, suscitava temor quanto à indiferenciação de gênero por sua lógica da sazonalidade se contrapor à estabilidade que deveria reger uma nação ciosa pela ordem. Se a cultura física não obteve a voga pretendida, caberia ao serviço militar compulsório, última trincheira da masculinidade, eliminar “o feitio effeminado dos nossos homens”, muitos dos quais caracterizados por “cintura apertada, rosto pallido de crêmes e pós, labios vermelhos de carmim, olheiras e passos languidos”<sup>770</sup>. Embora, naquela episteme, civilização fosse requisito para virilização, seu excesso reforçaria a própria efeminação. Por isso, mais másculo seria o caboclo que se equilibrava sobre o cavalo arredio do que aquele acomodado no automóvel, invento que, ao demandar pouco esforço físico, tornava os homens sedentários e preguiçosos. A civilização, se ingerida em superdosagem, convertia-se em sibilização, ou seja, emprestaria aos homens dicção afetada e trejeitos femininos. Vítimas do deslizamento gradacional da *civilização* para a *sibilização* seriam figuras como certo Traviata, afamado no Rio de Janeiro finissecular por ser “effeminado até ao extremo” e possuir voz “duçurosa” e “sibilante” e linguagem “ameigada”<sup>771</sup>; ou, na literatura, o jornalista Gusmão, de romance barretiano, que segura “na colherzinha com



Imagem 23. Limpo de excessos

dois dedos” e possui “voz fanhosa, sem accento de sexo”<sup>772</sup>. Um homem viril não deveria, sequer, usar sabonete perfumado, como indicava uma propaganda de sabonete (Imagem 23).

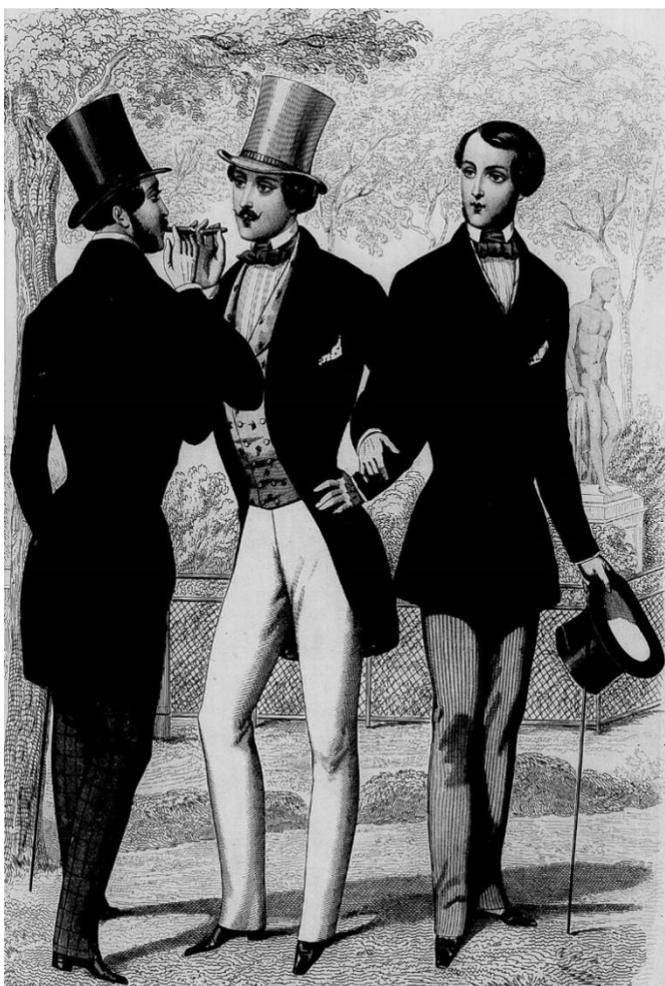
<sup>769</sup> PEREIRA, 1922, p. 6.

<sup>770</sup> FON-FON, 1915, p. 30.

<sup>771</sup> ALMEIDA, 1906, p. 79.

<sup>772</sup> BARRETO, 1909, p. 33.

Ao acentuar clivagens de classe, raça, gênero e geração, a moda por vezes concorre, como nas *Sumptuariæ Leges*, para manutenção de balizas sociais. Na formação do nacionalismo no Brasil, serviu aos homens de elite como um marcador social de superioridade que, contudo, era tratado com reservas; afinal, se, de um lado, elevava-os na *aparência*, de outro os apequenava na *essência*, pois se a aceção moderna de masculinidade se baseava em ideais burgueses como a temperança<sup>773</sup>, a rendição aos ditames da estética minoraria qualidades que deveriam distinguir os homens de camadas superiores pelo padrão de hombridade centrado no governo de si. A efeminação proviria



**Imagem 24. Homens sibilizados**

do exterior por meio de artifícios como a moda. Segundo um historiador da época, o brasileiro cidadão perdera o diletantismo pelo nacional e “ainda hoje caboclo haja, requintado em civilização e brunido de snobismo que convencidamente affirme, effeminado pelo uso do espartilho, janota pela alvura das polainas, pelintra pelo monóculo desgraduado, só prestar o que não é nosso”<sup>774</sup>. Ainda em meados do século XIX, o catálogo semestral carioca *O Novo Correio das Modas* divulgava itens de vestuário em estampas nas quais garbo masculino rimava com efeminação, vide a prancha (Imagem 24) em que dois

moçoilos com compleições femininas posam de braço dado, com poses delicadas e olhares insinuantes, um deles ascende o charuto de um terceiro com o seu, em gesto veladamente erótico, e ao fundo a estátua de musculoso homem nu é um monumento à beleza masculina. Ainda que a moda tivesse potência regenerativa por possuir, como

<sup>773</sup> Cf. MOSSE, 1985, 1996.

<sup>774</sup> FREITAS, 1924, p. 22.

reconhecia o eugenista Renato Kehl, elementos “do culto grego da beleza e robustez dos tempos heroicos”<sup>775</sup>, encerrava perigosa armadilha. Se a moda era dispositivo tão prestadio quanto pernicioso, devia-se encontrar a exata medida: não prescindir da elegância porque a indumentária acentuava hierarquia de classe, mas sem incorrer na “affectação” característica de “gente adamada”<sup>776</sup>. Cavalheiros excessivamente afeitos à moda, ponderava-se, não eram de todo homens, pois quanto mais se alinhavam aos modismos mais se apartavam de hombridade que não prescindia de certa rudeza. Não é por outra razão que José de Alencar, em *Diva*, descreve o garboso Sr. Barbosinha como “ridículo arremedo de homem”<sup>777</sup>. Mais o país se urbanizava, mais a moda se enroupava com variegados cabides identitários. Saldo da modernidade, o inchaço citadino levou à explosão de novos tipos sociais, cuja aparência sumarizava, à guisa de metonímia, a grandiloquência morfológica da urbe. Se no Oitocentos a moda ainda sublinhava, pelo vestuário, a distinção de papéis generizados, no início do Novecentos, sob influxo da relativa emancipação feminina, as roupas perderam parte expressiva de seus sinais distintivos<sup>778</sup>. Por essa época, coabitavam as grandes cidades antigos e novos estereótipos masculinos estilizados: ao *flâneur*, voyeurista, interessava *observar* e por isso trajava com comodidade; ao *dandy*, exibicionista, *ser observado* e por isso trajava com elegância; ao *sportsman*, narcisista, *ser observado fazendo* e por isso trajava com praticidade; ao *almofadinha*, sequioso por (e)vidência, *observar e ser observado*, e por isso trajava com extravagância.

Desses perfis de masculinidade estilizados, dois me interessam pela relação de sequencialidade que tiveram no país. O primeiro, em voga até o início do século XX, foi o *dandy*, encarnado por diversos brasileiros letrados, dentre os quais dois merecem relevo. Exemplo da *bildung* do homem político no Brasil finissecular, Joaquim Nabuco, na mocidade, aderiu ao dandismo. Se entre as mulheres seu janotismo fazia sucesso, entre os homens era motivo de escárnio. Nabuco recebeu de desafetos políticos gracejos que punham em dúvida sua masculinidade, com ênfase na sua pulseirinha dourada, “coisa de senhora”, que lhe rendia insultos como “cortezão de pulseira”<sup>779</sup>. Quando de sua candidatura a deputado, foi achincalhado por jornais pernambucanos oposicionistas: “Quem é mais orogotango / Ou cochichinico frango / De ciência problemática / Que

---

<sup>775</sup> KEHL, 1926, s.p.

<sup>776</sup> COSTA, 1928, p. 22.

<sup>777</sup> ALENCAR, 1921, p. 49.

<sup>778</sup> Cf. BESSE, 1996.

<sup>779</sup> FERNANDES, 1949, p. 95.

entrou na diplomática / Com pulseiras de senhora / Para mostrar o que fora / Na heróica Paulicéia? / Onde defendeu a idéia!”<sup>780</sup>. O uso do gênero como arma de ataque indica como a generização da política e a politização do gênero eram intrínsecas às disputas entre letrados brasileiros vinculados a projetos de nação. Outro *dandy*, Alberto Santos Dumont também teria hábitos ditos efeminados, como cabelo partido ao meio, uso ostensivo de anéis e curioso passatempo: o mesmo Pégaso que rasgava os céus de Paris se entretinha em bordar e tricotar. O aeronauta, “dândi efeminado”<sup>781</sup>, imprimiria suas qualidades femininas em seus construtos, haja vista que seu aeroplano parecia tão delicadamente feminino que as pessoas de Paris lhe deram o nome de ‘Demoiselle’<sup>782</sup>.



**Imagem 25. O almofadinha**

Porém, à proporção que o século XX alvorecia, o dandismo perdia espaço para outra categoria de masculinidade estetizada. Embora o *dandy* não houvesse desaparecido quando da aparição do almofadinha, este último atraiu para si os holofotes da imprensa. Em voga nos anos 1920, o almofadismo constituía, a rigor, versão hiperbólica do dandismo, de que se distinguia por descambar do elegante para o risível, como se vê na charge em que um almofadinha é ridicularizado por mulheres devido à sua falta de hombridade (Imagem 25). A origem batismal de seu apelido é elucidativa por remeter ao hábito de alguns passageiros levarem consigo almofada para acomodar as nádegas durante jornada nos antigos bondes

devido à falta de estofamento nos assentos desse sacolejante transporte público.

<sup>780</sup> O CLARIM, 1878, s.p.

<sup>781</sup> HEPPENHEIMER, 2001, p. 57.

<sup>782</sup> VILLARES, 1957, *passim*.

Impróprio para homens, de quem se esperava resistência, tal acessório deu nome àqueles que, como signo de efeminação, aderissem a tal modismo. O almofadinha, simulacro de mulher, teria silhueta feminina, com ancas opulentas e coxas grossas, além de boca diminuta e lábios salientes. A esses traços físicos se somava esforço por mais feminilidade: a poder de emplastro e brilhantina, trazia os cabelos alisados e reluzentes, em orquestração com o rosto androgínio, à míngua de barba, e com o vestuário, composto de calça aderente ao corpo, paletozinho cintado e sapato de bico fino.

Em desalinho com a ética do trabalho, componente precípuo da hombridade numa nação por construir, passava a tarde toda na Avenida. Indiferente às mazelas sociais do país, essa figura zanzava pelos centros comerciais da cidade, templos de feticização da mercadoria, e, perdulário que era, gastava parte da gorda fortuna familiar. Se, de um lado, essa prerrogativa o tornava epítome do urbanismo, enquanto consumidor da cidade, de outro o colocava na sua contramão, por não atuar como seu produtor, já que, no lugar de trabalhar, “bordava almofadas durante o dia em casa, e à tarde vinha para a Alvear ou a Renaissance, para o Odeon ou o Palais”, onde desfilava trajado com “calças muito estreitas, uns paletosinhos cintados, uma fitinha estreitíssima fingindo gravata e uns enormes sapatos de bico fino”<sup>783</sup>. Essas figuras marginais eram ambiguidades que ameaçavam constantemente ficções de estabilidade identitária. Um sistema de classificação é abalado quando se torna inexequível classificar algo ou alguém. Se abjeto não é o que, em si, figura como maligno ou impuro, mas o que abala fronteiras, a ambiguidade de gênero seria abjeta porque ameaça identidades estáveis<sup>784</sup>. Se, por um lado, esses “pseudo-homens” eram necessários como definidores, *via negativa*, da hombridade que se desejava para o brasileiro, por outro, arcontes da tradição retratavam causticamente a figura do almofadinha porque nele projetavam ansiedades de gênero que seriam óbices ao progresso nacional. Incompatíveis com ambos os gêneros, os almofadinhas seriam “mixto de mulher e de homem”<sup>785</sup>, hibridação que os tornava complicadores para o regime de significação binário. Os mesmos poetas que se divertiam na descrição dessa figura demonstravam seu deslizamento categorial: “Inoffensivo ser imbelle / Que a vida lava na maré... / Pergunta alguém: Quem é aquelle? / Diz outro:

---

<sup>783</sup> PEREGRINO, 1937, p. 21.

<sup>784</sup> Cf. KRISTEVA, 1980.

<sup>785</sup> SODRÉ, 1920, p. 19.

Aquella alli quem é? / E não se sabe como o tomem. / Nem Eva nem Adão sequer. / Si elle possui defeitos de homem, / Tem qualidades de mulher”<sup>786</sup>.

Contudo, o almofadinha era tolerado por sua dissidência ser mais estética do que erótica, ao passo que figuras transgressivas mais acentuadas, como o “fresco” (sujeito homoerótico), eram malvistas num projeto de nação que aspirava à virilidade. Uma vez que as cidades, como miniaturas da nação, deveriam espelhar o progresso desejado para o país, reformas urbanas cuidavam de varrer para suas margens párias sociais como indigentes, prostitutas e sujeitos homoeróticos. Afinal, em conjunturas de insegurança cultural, nas quais o afrouxamento de barreiras indica colapso iminente, avoluma-se o reforço das definições de raça, classe e gênero. Fronteiras são tão mais perigosas quanto mais movediças. Pudessem as diferentes raças serem confinadas em seus devidos lugares, as várias classes segmentadas em seus próprios distritos e homens e mulheres apartados em esferas disjuntas, o apocalipse, acreditava-se, seria evitado e se preservaria o sentimento de estabilidade identitária<sup>787</sup>. Bem sabemos que o discurso nacionalista hegemônico, para legitimar sua concepção unificadora de identidade, depende do eclipsamento de dissidências capazes de descortinar suas contradições. Essa segregação urbana indica que cisões como próprio/alheio e nós/eles no interior de uma comunidade política nasceram da mesma placenta que próprio nacionalismo, como já indicava o filósofo Johan Fichte na proposição do conceito de “fronteiras internas” (*inneren Grenzen*): “As fronteiras primeiras, originais e verdadeiramente *naturais* dos Estados são, sem dúvida, suas fronteiras internas”<sup>788</sup>. Desde as últimas quadras do Dezenove, medrou-se em espaços urbanos do país uma sociabilidade homoerótica que, no Rio de Janeiro, tomava a Praça Tiradentes, então denominada Largo do Rossio, que se prestava não apenas para *rendez vous* entre homens, mas também para prostituição masculina: “Um destes *frescos* [...] chegou a adquirir alguma fortuna por meio de sua torpe indústria e era tão grande o numero de seus freqüentadores, pessoas de posição social, que era necessário pedir com antecedência a entrevista”<sup>789</sup>. Esse *demi-monde*, por evidente, era alvo de intervenções higienistas com o reformismo urbano de Pereira Passos, tratado numa charge em cuja legenda um “fresco” protesta contra a perda de seu posto de trabalho (Imagem 26): “Ante a cruel derrocada / Do Rocio dos meus sonhos, / A musa desocupada,

---

<sup>786</sup> JOÃO DA AVENIDA, 1921, p. 16.

<sup>787</sup> Cf. SHOWALTER, 1990.

<sup>788</sup> FICHTE, 1824, p. 320.

<sup>789</sup> CASTRO, 1934, p. 222.

/ Embora em versos tristonhos, / Vai jogar uma cartada”<sup>790</sup>. E desvela sua “fresca” teoria:



**Imagem 26. O fresco**

homens de Letras, conforme veremos a seguir.



## EVA UMA OVA

*Et Evam te esse nescis? Vivit sententia dei super sexum istum, in hoc seculo; vivat et reatus necesse est. Tu es diaboli ianua, tu es arboris illius resignatrix, tu es divinae legis prima desertrix, tu es quae eum suasisti, quem diabolus aggredi non valuit; tu imaginem dei, hominem, tam facile elisisti; propter tuum meritum, id est mortem, etiam filius dei mori habuit.*

Quintus Septimus Florens Tertullianus, *De cultu feminarum*

Na citação em epígrafe, extraída do manual *De cultu feminarum* (*Da toaleta das mulheres*), escrito entre 196 e 197 d.C.<sup>792</sup>, o prolífico escritor Tertullianus de Cartago,

<sup>790</sup> O MALHO, 1904, p. 31.

<sup>791</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>792</sup> Cf. TERTULIANUS, 1839b[197 d.C.].

exponente do cristianismo primitivo, enuncia eloquente reprimenda dirigida à mulher. Essa admoestação tem lugar entre os paroxismos do discurso misógino que condena as filhas de Eva por desacertos cometidos, inclusive, por homens, dada sua corruptibilidade ser inerente e, portanto, indelével. No Medievo, peritos em demonologia como Henricum Institoris (Henrich Krämer) e Jacobum Sprengerum (Jakob Sprenger), no influente *Malleus Maleficarum* (*O Martelo das Feitiçeras*), creditavam ao desvio na formação originária o pendor da mulher para o mal: “Uma vez formada a partir duma costela curva”, ensinavam, “ela é um animal imperfeito [...] e por essa razão é sempre enganosa”<sup>793</sup>. Não há que traçar uma arqueologia do saber para identificar ressonâncias dessa visada sobre a mulher, de Eva a Pandora, no imaginário ocidental. À luz freudiana, a conexão entre aniquilamento e feminilidade é patente na representação da mulher castradora, cujos significantes mais sintomáticos são a *vagina dentata*<sup>794</sup> e a Medusa<sup>795</sup>. De fato, a psicanálise, notabilizada por respostas universalistas, tentou dar conta do que denominou ambivalência em relação à mulher. Dotado de formação psíquica ainda incipiente, o bebê, em mecanismo primitivo de preservação egoica, abranda a angústia da oscilação entre presença e ausência da mãe por meio de clivagem (*splitting*) na qual distingue, como objetos distintos, a “mãe má”, em cuja crueza projeta o sadismo do estágio oral, e a “mãe boa”, em cujo seio gratificador projeta a volição por completude<sup>796</sup>. Essa ambivalência reverbera, mais tarde, no plano da economia libidinal, quando cindida a mulher em significantes antinômicos como rainha/bruxa, virgem/puta e esposa/amante. Nesse dimorfismo *chiaroscuro*, o falocentrismo idealiza o vértice solar como mecanismo defensivo contra o pavor da castração, mediante ideação fantasmal da mulher como simétrica ao narcisismo masculino enquanto sua imagem especular<sup>797</sup>. A ambivalente figuração da mulher no imaginário patriarcal ilustra com propriedade a economia lacaniana do desejo masculino na ordem simbólica. Nessa economia, a identidade do homem se sustenta pela alteridade da mulher numa dicotomia sujeito/objeto em que a sexualidade feminina é interpretada, de modo paradoxal, ora como escassa, ora como excessiva, em dois vértices opostos, porém confluentes para sua alterização<sup>798</sup>. No feminino há algo suplementar que, seja excedente, seja heteróclito, não pode ser

---

<sup>793</sup> INSTITORIS, SPRENGERUM, 1507, s.p.

<sup>794</sup> Cf. FREUD, 1905; ABRAHAM, 1916.

<sup>795</sup> Cf. FREUD, 1940.

<sup>796</sup> Cf. KLEIN, 1946, 1957; SEGAL, 1992.

<sup>797</sup> Cf. BRANDÃO, 1993.

<sup>798</sup> Cf. LACAN, 1975.

circunscrito ou deslindado e por isso provoca permanente estado de ansiedade, porque inapreensível por sistemas de significação patriarcais; donde a máxima lacaniana: “A mulher não existe” (*Il n’y a pas La femme*)<sup>799</sup>.

Essa mesma ambivalência em relação à mulher se manifesta em projetos nacionais, em que metaforiza a nação e os valores pátrios (posição que a coloca simbolicamente acima dos homens), mas não lhe é dado acesso a direitos civis basilares (posição que a coloca materialmente abaixo dos mesmos homens)<sup>800</sup>. Em face dessa contradição, o postulado habermasiano a propósito da emergência de uma esfera pública no século XVIII<sup>801</sup> abriu caminho para investigações em torno do tráfego de mulheres entre as esferas privada e pública e dos repertórios agênticos mobilizados por elas em contextos diversos/adversos. Essa agência se avolumou nas metrópoles europeias entre o final do século XIX e início do XX de tal maneira que, bem sabemos, criou-se na Inglaterra dos anos 1890 a nomenclatura *New Woman*. Uma vez que tal ascensão se deu em concomitância com fase crucial dos nacionalismos brasileiro e irlandês, tal coincidência teve implicações tanto na restrição à agência das mulheres quanto nas figurações caricaturais daquelas insurgentes. Como se verá no que se segue, o primado da remasculinização, que informou ambos os projetos de nação, implicou restrições a mulheres que cobiçavam agência no espaço público, como as militantes feministas, que antepunham sua agenda à do nacionalismo, e as nacionalistas, que pretendiam defender a pátria antes com o rifle do que com o rosário.



No projeto nacional irlandês, o embolorado axioma segundo o qual mulheres e homens possuíam faculdades avessas, porém complementares, emprestava à falocracia uma insidiosa romantização na qual aquelas, eivadas de idealismo, compeliriam estes a cometimentos patrióticos, tal que mais valeriam à nação por influência espiritual do que por “ações mais adequadas para mãos viris”<sup>802</sup>. Reduzidas à função inspiracional, as mulheres eram valoradas conforme mobilizassem os homens ao sacrifício. Não fossem elas hiperfemininas, não seriam estes hipermasculinos, pois, como os padrões de gênero se constituem disjuntivamente, não houvesse vítimas dependentes de sua defesa, os

---

<sup>799</sup> *Idem, ibidem*, p. 68.

<sup>800</sup> Cf. YUVAL-DAVIS, ANTHIAS, 1989; BOEHMER, 2005.

<sup>801</sup> Cf. HABERMAS, 1962.

<sup>802</sup> CASSIDY, 1922, p. 5.

homens não poderiam exibir heroísmo que ratificasse sua hombridade. A masculinidade se definia, pois, em *disjunção conjuntiva* com a feminilidade e qualquer alteração nas configurações desta última desestabilizaria os referenciais da primeira.

Para convencer as mulheres de sua coadjuvação no projeto nacional, a Virgem Maria foi (re)alçada como paradigma de feminilidade. A mariolatria, há muito tratada com reservas pelo magistério da Igreja devido ao risco de eclipsar sua trindade masculina, vicejou no século XIX, em cujo meado se proclamou o dogma da *Conceptio Immaculata*. Na Irlanda, país que àquela altura experienciava revolução devocional particular sob os auspícios do catolicismo ultramontano<sup>803</sup>, a *Mater Dei* fornecia molde identitário que bastaria ser ajeitado à silhueta das irlandesas como se lhes fosse próprio. Enquanto o discurso colonial representava as hibernicas como licenciosas, ideólogos anticolonialistas, em resposta, enalteciam sua castidade e as constrangiam, pela lisonja, a introjetá-la. Donde encômios superlativos à irlandesa como “o tipo mais excelso do mundo em feminilidade e virgindade”<sup>804</sup>, capaz de ganhar “o primeiro prêmio do mundo em modéstia e pureza virginal”<sup>805</sup>. Como dispositivo biopolítico, o projeto nacional enquadrava diadicamente a mulher como virtuosa ou destrutiva: “O mundo sabe que répteis repugnantes e horrendos as mulheres podem se tornar quando perdem seu senso de vergonha e sua fidelidade ao ideal mais alto da inocência da donzela ou da mãe”<sup>806</sup>. Se apenas a Virgem foi poupada do pecado original, concebê-la como protótipo de feminilidade implicava impor à irlandesa padrão de conduta inexecuível, já que não lhe era dado cumprir conjuntamente os inconciliáveis predicados da virgindade e da maternidade<sup>807</sup> – por isso a legião de moças encasteladas nos *Magdalene Laundries*. De fato, comentários jubilatórios escamoteavam, em supostas descrições das gaélicas, prescrições de como deveriam agir. Celebrava-se que as hibernicas, despossuídas de pendor político, desejavam “uma vida mais feminina”<sup>808</sup> do que a mirada pelas *suffragettes* inglesas: “A vida doméstica é o seu único desejo”<sup>809</sup>. Presumia-se que as irlandesas eram apolíticas como que para interpelá-las a corresponderem a tais predicados sob fiança de que, se assim agissem, obteriam aquiescência social: “Elas não têm

---

<sup>803</sup> Cf. LARKIN, 1972; INGLIS, 1998b.

<sup>804</sup> SPARLING, 1913, p. 45.

<sup>805</sup> CASSIDY, 1922, p. 206.

<sup>806</sup> KANE, 1910, p. 43.

<sup>807</sup> Cf. WARNER, 1976.

<sup>808</sup> RUSSELL, 1912, p. 67.

<sup>809</sup> SPARLING, 1913, p. 46.

passatempos masculinos, tão profunda que é sua natureza feminina”<sup>810</sup>. Naturalizar o tradicionalismo como sua marca distintiva implicava condenar as que não o exibissem, de forma que reivindicações civis seriam tomadas como deslealdade à nação e manifestações eróticas como negação da natureza. Igualmente, o elogio do foro privado como moralmente superior ao público não passava de engodo por inverter hierarquias ao passo que as acentuava. Se o horizonte ideológico do nacionalismo fosse condensado na metáfora da dupla face de Jano, na qual um rosto se volta para o porvir (progresso) e outro para o passado (tradição)<sup>811</sup>, homens e mulheres deveriam ser, respectivamente, empreendedores enquanto artífices da teleologia nacional e conservadoras enquanto guardiãs de valores prístinos. Daí repetitivos elogios às hibernicas como dotadas de “conservadorismo instintivo” que configurava “forte barreira contra todas as tentações para abandonar o lar por atividades mais ‘atualizadas’ fora dele”<sup>812</sup>.

Todavia, o insulamento cultural não imunizou a Irlanda contra o sufragismo, que, numa lógica de incompatibilidade entre nacionalismo e feminismo, constituía o nó górdio do projeto de remasculinização por distraí-las de sua função no projeto nacional: “Com [...] os marcos da nossa nacionalidade desaparecendo um a um à nossa volta”, bradava um moralista, “tem a mulher irlandesa dinheiro, tempo, energia e esperança no seu coração para lutar por uma classe [...] quando a existência de uma nação está em jogo!”<sup>813</sup>. Como, na Irlanda, sufragismo rimava com anglicismo, das sufragistas se diziam ser desleais à nação e impassíveis ante a evanescência da cultura nativa porque asseclas das feministas metropolitanas quando deveriam se opor a tudo quanto proviesse da Inglaterra: “O movimento de sufrágio está anglicizando o pensamento da mulher irlandesa média. Esse é o maior perigo no estado atual deste país”<sup>814</sup>. Eis um dos pontos que tornam imperiosa a abordagem pós-colonial do nacionalismo irlandês, pois, quando da peleja pelo sufrágio feminino, a Irlanda tinha mais que ver com outros países colonizados, nos quais mulheres deviam conciliar feminismo e nacionalismo, do que com outros países europeus. Conforme Gibbons, na Irlanda colonial, “a população nativa inteira, tanto a masculina quanto a feminina, partilhava da condição das mulheres no centro metropolitano”<sup>815</sup>. Tal ponderação me parece imprecisa porque a condição colonial

---

<sup>810</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>811</sup> Cf. NAIRN, 1997.

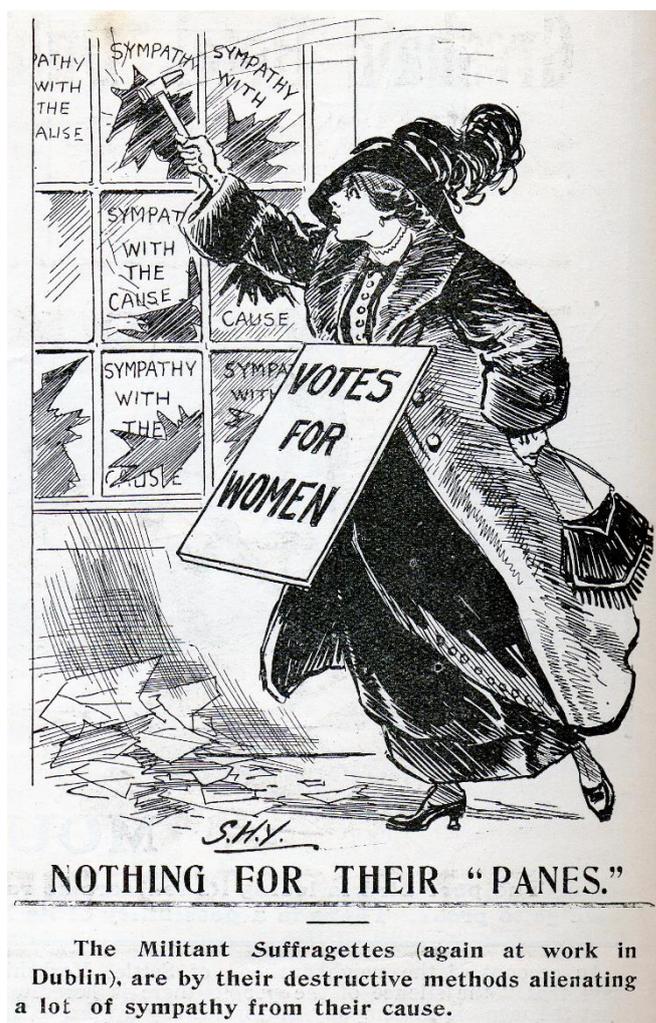
<sup>812</sup> CASSIDY, 1922, p. 201.

<sup>813</sup> LAEGH, 1912, p. 791.

<sup>814</sup> *Idem, ibidem*, p. 791.

<sup>815</sup> GIBBONS, 1996, p. 20.

impunha desafios adicionais ao feminismo num país cuja primazia do nacionalismo sobre outras formas de coalizão obstava a agência das mulheres mais incisivamente do que na metrópole. Se as metropolitanas estavam sob o jugo patriarcal, na colônia eram duplamente colonizadas pelo imperialismo estrangeiro e pelo patriarquismo local. Por isso o líder socialista James Connolly assim resumiu a condição da irlandesa operária: “O trabalhador é o escravo da sociedade capitalista; a trabalhadora, a escrava desse escravo”<sup>816</sup>. Acresce que as *suffragettes* inglesas podiam se dedicar à luta por acesso à instrução universitária, ao instituto do divórcio e às profissões liberais, enquanto as irlandesas, em vista da experiência colonial, deveriam conciliar talentos distintos, como



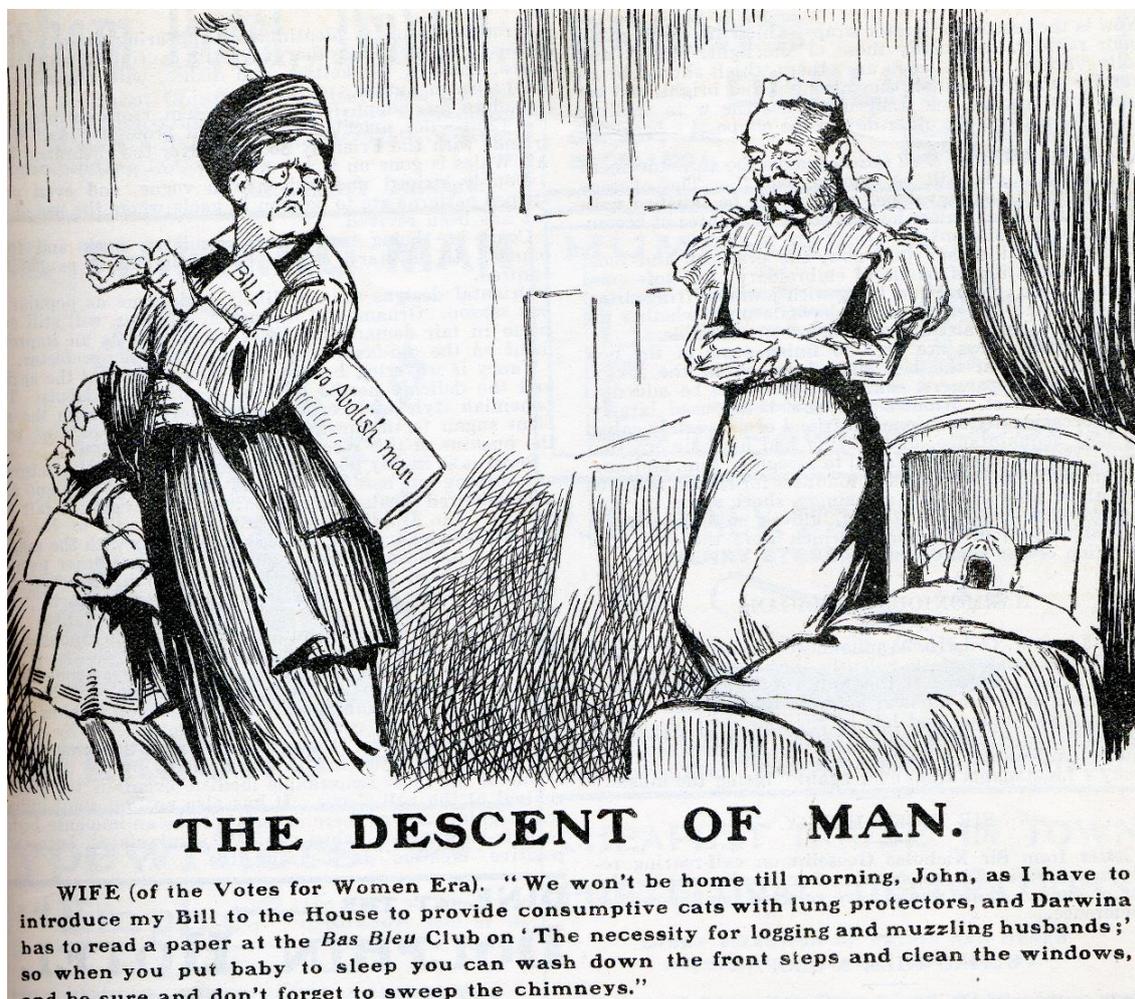
**Imagem 27. A sufragista**

as emancipações grupal e nacional. Em posição aporística quanto à priorização do sufragismo ou do nacionalismo – de sua identidade de gênero ou de sua identidade nacional –, a mulher deveria antepor o segundo, beneficiário de toda a nação, ao primeiro, favorecedor de seu grupo restrito.

A fim de ridicularizar a agência das mulheres, charges de jornais retratavam sufragistas armadas com martelos e promovendo destruição (Imagem 27). Mas não eram apenas vidraças que as feministas destruiriam a golpes de marteladas. Nessas fantasias persecutórias, as sufragistas, sob império da androfobia, tinham em vista eliminar os homens da face da Terra, como se vê numa charge de revista satírica em que a mulher, de saída para reunião feminista, leva junto de si a filha, sua cópia miniatural, enquanto o marido, emasculado

<sup>816</sup> CONNOLLI, 1922, p. 292.

pela vestimenta de criada, permanece em casa na lida com afazeres domésticos, na companhia do filho desamparado pela mãe. Mais do que inversão de papéis, a charge sugere o perigo das feministas para a própria existência masculina, visto que a mulher leva sob o braço sua proposta de abolição do homem (Imagem 28).



**Imagem 28. A dominação feminina**

Em tempos de refiguração de papéis, como na viragem de século, agrava-se a ansiedade cultural em torno da feminilidade porque se instala crise epistemológica em face da demasia de significantes cuja interpretação peremptória é constantemente malograda. Alienada de seus valores natos, a feminista seria uma aberração de gênero, situada em posição intervalar entre a mulher, da qual se distanciava, e o homem, do qual aspirava a se aproximar. Essa figura intersticial nem se distinguia completamente da primeira nem se igualava ao segundo. Para literatos, ponto nuclear para a censura à sufragista respeitava à ideia de cognoscibilidade. Se o mérito da mulher consistia em representar enigma para o homem e, assim, instigar suas faculdades imaginativas, ela não

teria existência própria senão em virtude do aprimoramento masculino. Não mais identificável à natureza, tornara-se um artifício e, agora rival do homem, deixara de instruí-lo a um cavalheirismo que coroasse sua hombridade: “O homem comum [...] sempre desprezou as artes de agradar, até que uma mulher encantadora o tomou na mão”, afirmava John Butler Yeats, “mas a mulher moderna deixou de instruí-lo, e tornou-se sua imitadora, de modo que suas maneiras são quase tão intimidadoras quanto as do homem de negócios bem-sucedido”<sup>817</sup>. A abdicação dessa aparente prerrogativa era interpretada como insensatez da mulher moderna, que, de tanto querer ir adiante, retrocedera ao nível masculino. Nessa falsa hierarquia axiológica na qual o que está acima tem menos poder do que o que está abaixo, a mulher, ao descer à condição anódina do homem, desestabilizava exatamente a posição masculina: “Ao se tornar egoísta, ela desceu ao nosso nível. Ela é um de nós”<sup>818</sup>. Sob a premissa de que as mulheres, condicionadas à doação, entregam-se de todo a uma causa, em exagerado investimento afetivo, seu filho, William Butler Yeats argumentava que a dedicação a posições políticas as enrijeceria:

As mulheres [...] dão tudo de si a uma opinião [...]. Os homens tomam uma opinião levemente e facilmente são infiéis a ela e, quando fiéis, mantêm o hábito de muitos interesses [paralelos]. Nós [homens] ainda vemos o mundo [...] com olhos atenciosos, mas para as mulheres as opiniões se tornam como seus filhos ou seus namorados, e quanto maior sua capacidade emocional, mais elas se esquecem de tudo o mais. Elas se tornam cruéis, como se em defesa de um amante ou de um filho, e tudo isso é feito para algo outro que não a vida humana. Por fim, a opinião é tão identificada com a sua natureza que parece que uma parte de sua carne torna-se pedra e perde a vida<sup>819</sup>.

Uma forma de deslegitimar o ativismo das republicanistas consistia em despolitizar sua agenda sob o signo da insanidade. Apenas a desordem mental explicaria o envolvimento da mulher em empresas contrárias ao seu gênero. Um relato oficial do Estado Livre informava que “moças neuróticas” desfiguravam muros dublinenses com propagandas e transportavam documentos, armas e munições<sup>820</sup>. Um bispo condenou integrantes da organização paramilitar *Cumann na mBan (Liga das Mulheres)* como “mulheres meio amalucadas, histéricas, que não sabem o que querem”<sup>821</sup>. Num comício político na véspera da primeira eleição geral pós-guerra civil, William Thomas Cosgrave

---

<sup>817</sup> YEATS, 1918, p. 71

<sup>818</sup> *Idem, ibidem*, p. 71.

<sup>819</sup> YEATS, 1936a, p. 341.

<sup>820</sup> IRISH INDEPENDENT, 1923, p. 12.

<sup>821</sup> *Apud* MURRAY, 2000, p. 68.

aconselhou um grupo de manifestantes republicanas a ter nas mãos rosários e agulhas de tricô em vez de armas e associou a solteirice das ativistas à ojerizas contra os homens: “A maioria dessas mulheres não é casada por um bom motivo. Elas têm algum ressentimento contra a humanidade, e são inúteis para qualquer coisa, exceto para esbravejar”<sup>822</sup>. O mesmo Cosgrave lamentou a participação de mulheres no nacionalismo militar: “Na Inglaterra [...], os ‘Duros-de-matar’ são homens [...]; mas infelizmente na Irlanda [...] são mulheres, cujos êxtases, no seu extremo, não podem encontrar saída tão satisfatória como a [...] completa destruição”<sup>823</sup>. À cata de significante que encapsulasse a abjeção da mulher que empunhava o rifle em vez do rosário, opositores remontavam à mitologia greco-romana. Aderir às forças armadas implicava despojar-se da aquiescência social como esposa e se converter em fúrias, metamorfose por que se alienaria não apenas da feminilidade, mas também da própria condição humana: “Mulheres que andam por aí a levar despachos e armas de um lugar a outro são fúrias”<sup>824</sup>. A menção a essas entidades demoníacas, dotadas de cabeleira em forma de serpentes, constituía sintoma do terror suscitado por mulheres castradoras que aterrorizavam homens sob cuja pose varonil se abrigava o temor de que a atenuação de polaridades de gênero desestabilizasse a própria masculinidade, dependente de exterioridade constitutiva para adquirir significado.

Mulheres como Constance Markievicz incitavam indignação de comentadores que interpretavam como empolgação irrefletida sua adesão a agendas em princípio incompatíveis, como o socialismo, o feminismo e o nacionalismo. William Butler Yeats, nas linhas que lhe dedicou no seu poema sobre o *Easter Rising*, valeu-se do desgastado axioma de que a mulher politicamente ativa era subtraída de feminilidade: “Essa mulher passou seus dias / Num voluntarismo incognoscente, / Suas noites em homilias / Onde a dicção estridente. / Que voz era mais doce que a dela / Quando, jovem e bela, / Rumo à matilha cavalgou?”<sup>825</sup>. Que se considere a forma caricatural com que sua rendição foi noticiada por jornais: “A condessa, que tinha 120 homens, saiu do prédio à frente deles [...] toda de verde, inclusive os sapatos. Caminhou até o oficial e [...] sacou o revólver, o qual beijou afetuosamente e depois entregou”<sup>826</sup>. Ao representar a entrega do revólver como um erotizado gesto de despedida, a imprensa procurava deslegitimar a inserção da mulher no militarismo como motivada pela avidez por *juissance* e espetáculo.

---

<sup>822</sup> COSGRAVE, 1923, s.p.

<sup>823</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

<sup>824</sup> DOORLEY, 1925, p. 10.

<sup>825</sup> YEATS, 2000, p. 152.

<sup>826</sup> IRISH TIMES, 1916, s.p.

Precisamente por comprometer a vinculação entre armamento e masculinidade, o revólver portado por uma mulher punha em questão a fantasia de revirilização nacional.

O ideário nacionalista, de ideologia unificadora, atraía grupos subalternos com a promessa de que, após a implantação do Estado Livre, adquiririam automaticamente os direitos civis que pleiteavam. Essa promessa, por evidente, seria lançada *ad kalendas græcas* tão logo atingida a Independência política. Se a luta emancipatória nacionalista as havia trazido à arena pública, a instauração da República as reconduziria aos antigos papéis. Em medidas que aspiravam à hiperfeminização das mulheres para mais se contrastarem com os homens, engrossou-se a clivagem entre os espaços da casa (reprodução) e do trabalho (produção), que alijou a mulher da economia formal por não produzir mais-valia. Frente ao risco de esgarçamento das fronteiras de gênero, o ressentimento pelo feminismo catalisava um concerto de medidas que restringiam a agência de mulheres no projeto de nação. A hierarquia de gênero as encurralava sob diferentes tecnologias biopolíticas, como uma cadeia de Atos que asseguravam monopólio masculino na esfera pública e sujeição das mulheres às funções reprodutivas, deslocando-as do trabalho fabril para o trabalho de parto: o *Civil Service Amendment Act* (1925) restringia seu acesso ao mercado de trabalho, o *Matrimonial Act* (1925) vetava o divórcio, o *Juries Act* (1927) as excluía do serviço jurídico, o *Censorship of Publications Act* (1929) lhes negava acesso a informações sobre controle da natalidade e o *Civil Service Act* (1933) proibia mulheres de trabalharem depois de casadas.



No Brasil, como na Irlanda, a mulher recebia aferição valorativa cuja régua a inscrevia nos domínios da superfície corporal e da superficialidade intelectual. Se nas classes populares o pauperismo não prescindia da sua força de trabalho, nas mais abastadas cabia a uma dama, peça de adorno, saber tão-só o quanto lhe bastasse para não constranger publicamente o marido. Todavia, se mal servida de beleza, envergonharia o cavalheiro, que, neste caso, haveria de seguir prudente recomendação:

Aos que têm a desgraça de possuir mulheres [...] muito gordas ou muito magras, cabelludas, desgrenhadas, sem dentes, de mau halito, de pernas em fôrma de arco, de braços que lembram chouriços, de ante-braços que semelham presuntos, a todos os infelizes a quem tocou de sorte uma megera, um monstrengo ou um fio de linha – recommendo nunca

sahirem, de dia, com sua consorte. Em casa, todos os defeitos se annullam ou attenuam, á falta de ponto de referencia<sup>827</sup>.

Para tais mulheres, havia soluções – no duplo sentido do termo – que reparavam imperfeições das filhas bastardas de Eva. Nascidas do ventre da Revolução Industrial, a moda e sua irmã, a cosmetologia, enformavam o corpo de mulheres que não faziam justiça à alcunha de “bello sexo” ao fornecerem um cardápio de produtos que as assemelhassem às europeias, fossem comprimidas em espartilhos, fossem besuntadas de pó-de-arroz. Essa *hybris* reparadora seria tal que José de Alencar protestaria contra ardis de moças casadoiras cujo recurso a aparências fraudulentas visaria vantagens no mercado matrimonial: “imagine-se a posição desgraçada de um homem que [...] leva para casa uma mulher toda falsificada”, argumentava o escritor, “e [...] em vez de um corpinho elegante e mimoso, e de um rostinho encantador apresenta-lhe o desagradavel aspecto de um cabide de vestidos, onde toda a casta de falsificadores pendurou um producto de sua industria”<sup>828</sup>. Mas a acepção burguesa de feminilidade, assentada no confinamento doméstico, enfraquecia-se, mais e mais, em face das crescentes atrações da rua, cujo acesso, pavimentado pelo recrutamento de homens para a Primeira Guerra, levaria críticas feministas a salientarem o empoderamento de mulheres por ocasião da quebra temporária do patriarquismo na Primeira Guerra<sup>829</sup>. Nesse cenário, a descoberta do corpo pela moda culminaria na figura da melindrosa, que, à altura dos anos 1920, deslocava balizas culturais entre homens e mulheres por fumar cigarro, manobrar automóvel, frequentar *clubs* e manter os cabelos *à lá garçonne*. Encarnação do surto urbanístico e do consequente redesenho das divisas de gênero<sup>830</sup>, essa personagem, mal comportada no vestido diminuto, tinha afinidade eletiva com a *femme fatale*, significante no qual pintores e literatos europeus projetavam a ambivalência masculina de temor e desejo pela mulher. Tal ambivalência se dá a ler num sem-número de tentativas, em prosa e verso, de capturar a melindrosa na dimensão da palavra, como num poema de Berilo Neves: “Por não ter coração, faz um de ‘rouge’ / Na pequenina bocca perfumada / Que não pode beijar sem que não suje... / É um mysterio grandissimo, profundo: / Sendo a ‘graça’ em pessoa, se casada / É a metade mais ‘cara’ deste mundo!”<sup>831</sup>. Os mais eloquentes testemunhos da sua vida breve, porém intensa, eram mesmo os periódicos, que temperavam com dose de

---

<sup>827</sup> NEVES, 1922, s.p.

<sup>828</sup> ALENCAR, 1854, p. 1.

<sup>829</sup> Cf. GILBERT, 1983.

<sup>830</sup> Sobre os rearranjos nas relações de gênero nos anos 1920, ver, dentre outros, SCHPUN, 1997.

<sup>831</sup> NEVES, 1925, p. 14.

comicidade a angústia suscitada por mutações sem precedentes nas relações de gênero<sup>832</sup>. Numa cultura mais e mais atrelada à visualidade, o apelo semiótico das imagens em cores chapadas, conforme tendência do movimento *Art déco*, conferia atratividade ao periodismo nos *Années Folles* à brasileira. Porém, nenhuma revista representou a ambivalência em relação à melindrosa como o semanário carioca *A Maçã*, cujas imagens



**Imagem 29. O grelo da melindrosa**

de capa, seguidas de legendas com duplo sentido, emprestavam-lhe um misto de inocência e malícia – haja uma iconografia na qual a personagem rega um vaso de arbusto ressequido, cujas flores têm a forma de rostos masculinos, e diz a si mesma, em jogo semântico que remete o leitor malicioso à glândula clitoridiana: “– Vou molhar todos; um, d’elles, ‘grellará’” (Imagem 29)<sup>833</sup>. Se, por um lado, a melindrosa cruzava fronteiras entre províncias identitárias no campo dos costumes, por outro não representava perigo na seara dos direitos e, portanto, distinguia-se da *New Woman* a que me referi no introito desta seção. Entretida com

as seduções da modernidade, essa fisionomista da urbe, cujo repertório de atividades consistia, à feição da *flâneuse*, em explorar os quatro pontos cardeais da cidade, não tinha agenda política que ombreasse a hegemonia masculina, ainda que subvertesse a segregação urbana e os modos e modas impostos à mulher.

Dessa figura transgressora, mas não politizada, distinguia-se a sufragista, versão parafrástica da *New Woman* inglesa. A melindrosa, dada à *coquetterie*, procurava o homem e, desse modo, confirmava o fundamento psíquico do desejo como desejo de ser

<sup>832</sup> Cf. LUSTOSA, 2011.

<sup>833</sup> A MAÇÃ, 1923, (capa).

o desejo do Outro; por sua vez, a sufragista era de todo autônoma em relação ao homem e, portanto, representava intimidação castradora. Por isso a comparação de um escritor: “É muito mais grato ouvir as frivolidades de uma melindrosa banal que me reverenciar diante das ponderações sensatas de uma feminista ‘enragée’”<sup>834</sup>. Enquanto a melindrosa recebia brejeira condescendência, a feminista era alvo dos maus virulentos labéus. Entre os críticos, havia quem encarasse com bom humor o medo suscitado por tal figura. Que se recorde a peça cômica *As Doutoradas*, de Joaquim José de França Junior, que em 1889 reagia, por meio da ridicularização, ao ingresso de mulheres na profissão médica<sup>835</sup>. Mas o recurso ao humor escamoteava o temor em relação ao feminino que escapava às delimitações patriarcais. Berilo Neves, no conto *A inimiga dos homens*, trata de uma inexorável feminista de “apparencias fortemente masculas”<sup>836</sup> que, ao apresentar seu plano faraônico de eliminar todo os homens do planeta por terem-se tornado dispensáveis devido a progressos científicos como a reprodução artificial, causa perplexidade na plateia de solteironas que abandonam o entusiasmo com que assistiam à sua mentora para entrarem em desespero com a possibilidade de não terem mais homens<sup>837</sup>.

Antifeministas propunham que a mulher desejosa por masculinização assumisse o ônus de ser homem: se pleiteava igualdade de direitos, deveria, por extensão lógica, assumir equidade de deveres: “Se as damas querem manter o pouco de prestígio que lhes resta tratem de ser, antes de tudo, mulheres”, ultimava um cronista: “Senão, que vos disponham a soffrer as privações e os rigores de vida como os homens”<sup>838</sup>. Os argumentos de propósito intimidador presumiam que as mulheres desejavam ser literalmente iguais aos homens, quando, de fato, reclamavam direito à igualdade na esfera civil, sem embargo de sua diferença biológica. A representação da sufragista como *simulacrum* inscrevia sua agenda como ganância de mimetizar os homens e não como busca de *isonomia* e *isegoria*. Implantada a conscrição obrigatória para homens no país, Lima Barreto, por levar a noção de igualdade ao pé da letra, chegou a defender obrigatoriedade do serviço militar para mulheres, pois discordava que tivessem apenas “as vantagens dos homens”; deveriam ter “os onus da vida masculina”<sup>839</sup>. A demanda por igualdade levava outros críticos a proporem que, dada a fealdade das mulheres intrometidas na política, “conduzi-las ao

---

<sup>834</sup> PORTELLA, 1925, s.p.

<sup>835</sup> FRANÇA JUNIOR, 1932.

<sup>836</sup> NEVES, 1928, p. 34.

<sup>837</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>838</sup> NEVES, 1927, p. 36.

<sup>839</sup> BARRETO, 1922b, p. 33.

serviço militar obrigatório seria dotar o Exército [...] de vastas baterias de artilharia pesada”, visto ser “impossível fazer a guerra moderna sem canhões”<sup>840</sup>.

Forma de deslegitimar a labuta pelo sufrágio feminino consistia em apontá-la como estrangeirismo. Tal como os ideólogos irlandeses, os brasileiros consideravam o movimento feminista um modismo importado da Inglaterra para deturpar a natureza das mulheres locais. Por isso a hostilidade contra a célebre feminista Emmeline Pankhurst, que viria ao Brasil “arrastada pelo desejo de transformar em feios homens as nossas lindas mulheres”<sup>841</sup>. Mas, para a maior parte dos críticos, a feminista já nascia feia: entre acrimônia e ranger de dentes, os arcontes do falocracismo, à míngua de argumentos consistentes, desqualificavam-na pela falta da beleza que caracterizaria a mulher. As *suffragettes* que Oswald de Andrade vira em Londres, “mulheres secas e machas”<sup>842</sup>, não eram diferentes das brasileiras, tais como pintadas com as tintas do ressentimento antifeminista. Despeitada por ser horrorosa, a sufragista converteria sua frustração em revolta contra os homens, de maneira que “[a] doutrina feminista [se] assenta na fealdade das mulheres”, pois aquela sem atrativos “não pode deixar de sentir o coração revoltado ante o homem que se curva aos pés de uma mulher bonita”<sup>843</sup>. Veja-se a ilustração de J. Carlos, estampada numa capa da *Careta*, de 1914, na qual uma mixórdia de sufragistas aterrorizantes avança em carreira contra o Cupido, responsável por aproximar os sexos (Imagem 30). Dada a antinomia corpo/mente, o bônus do intelecto superior ao da mulher média teria como contrapartida o ônus da fealdade. As mulheres de inteligência superior “são raras, e – o que é pior – em geral são feias” porque antipáticas à ordem natural do seu sexo: “De tal modo a formosura é própria da mulher que, quando a Natureza lhe dá muito talento, põe-lhe um olho vesgo, ou entorta-lhe uma perna”<sup>844</sup>.

Num período a cuja guerra entre nações se somava uma guerra entre sexos na qual as mulheres pareciam sobressair, o discurso bélico servia de força expressiva para argumentos de que as mulheres, como um exército em marcha, assenhoravam-se de todos os setores da sociedade. Um crescente batalhão de solteironas largadas no varejo do mercado matrimonial marchava a passos largos para se apoderar do mundo. A sensação de falência da ordem patriarcal, que aparentemente se dissolvia ao sopro dos ventos de mudança, provocava angústia convertida em vitimização frente às feministas, integrantes

---

<sup>840</sup> PEREGRINO, 1933, p. 21.

<sup>841</sup> CARETA, 1914, p. 22.

<sup>842</sup> ANDRADE, 1954, p. 69.

<sup>843</sup> CARETA, 1914, p. 22.

<sup>844</sup> NEVES, 1926, p. 11.

“da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das solteironas”<sup>845</sup>. O homem, mais e mais acuado, restava “alarmado e tímido” em face dessa “tyrannia das mulheres”.



**Imagem 30. Pela eliminação dos homens**

Recorrente objeção falicista respeitava à derrocada do patriarcado pela alteração disposicional nas relações de poder, visto não caber na mesma casa “duas autoridades

<sup>845</sup> BARROSO, 1931, p. 3.

masculas, ambas com pretensões a domínio paterno”<sup>846</sup>. Se, como tenho sublinhado, o projeto nacional se constituiu em relação a(nta)gonística com o discurso colonial, seu legado – o horror da feminização –, fundante do próprio nacionalismo, era majorado pela ideia de que o mulherio subjugassem os homens, pois o movimento conduzia à “extinção intransigente do homem”. O arroubo da Nova Mulher contrastaria com a atonia de homens desfibrados em face da entidade possuidora do vigor que lhes faltava. A atratividade da mulher masculinizada residiria no fato de possuir o falo usurpado do homem, que, então, o contemplaria de longe, qual um fetiche, como demonstrou Julio Dantas a propósito do estranho fascínio provocado por certa mulher que usava bengala:

[O] que n’ella havia de perturbador e de excitante para nós homens era exactamente o seu feitio masculino, [...] aquillo mesmo que ella viera buscar ao nosso sexo, que ella assimilara dos nossos habitos, que era mais nosso do que d’ella, que – n’uma palavra – a afastava dos seus encantos naturaes e a approximava de nós. [...] Aquella bengala [...] tinha mil vezes mais encantos do que todos os léques d’este mundo. [...] Na sua furia de masculinisação, a mulher começou a nos excitar, – e (estejamos certos) ha-de acabar por nos bater. A bengala de Madame Z não é senão o symbolo precursor d’uma edade nova. E a contraprova está em que, ao passo que a mulher se virilisa o homem effemina-se<sup>847</sup>.

No saudosismo por outrora, ao modo de réquiem, subjazia temor pelo futuro de homens cuja emasculação seria tal que, longe de peitarem o esquadrão de usurpadoras, rendiam-lhes alvíssaras: “Confusão de destinos e deveres / Opéra o feminismo formidavel / Que homens applaudem, tolos animaes / Preferivel seria que as mulheres / Fossem da Terra o adorno indispensavel / Sendo mulheres só e nada mais”<sup>848</sup>. Como a sufragista seria “mulher-homem”, essa imitação caricatural miraria destruir o varão para tomar-lhe o lugar. A constatação de que os homens se compraziam em ser dominados pelas mulheres era um modo de instigá-los a provarem o contrário. Por isso os insistentes comentários sobre a postura intimidadora de viragos determinadas a humilharem “homens já sem virilidade e sem coragem de levar esta degradação social [o feminismo] ao fôrno crematorio”<sup>849</sup>. Em face do risco imposto à hombridade dos brasileiros, um escritor não escondeu seu desejo de “acabar para sempre com as feministas”<sup>850</sup>. Se nesse caso se tratava de mero arroubo colérico, noutros o desejo de frear a carreira da mulher

---

<sup>846</sup> FLÁVIO, 1913, p. 24.

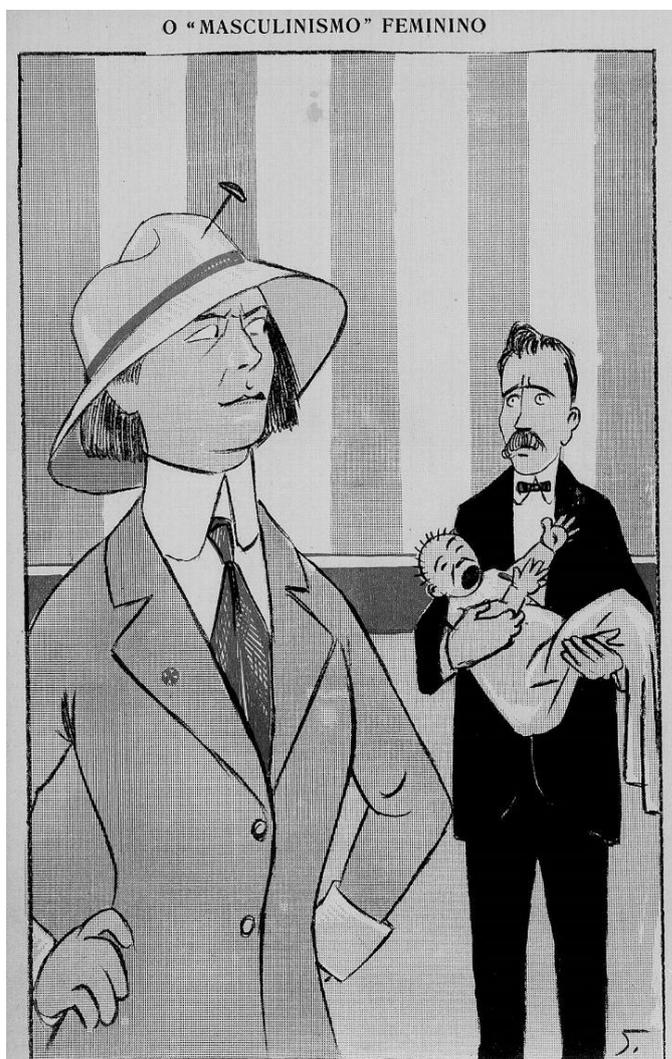
<sup>847</sup> DANTAS, 1919, p. 4.

<sup>848</sup> RIALTO, 1922, p. 11.

<sup>849</sup> D. R. F., 1928, p. 1.

<sup>850</sup> BARROSO, 1931, p. 3.

tinha resultados trágicos. No Brasil, as décadas auroras do século XX se fizeram notar por crescimento exponencial de crimes contra mulheres, desde estupros a feminicídios<sup>851</sup>, *pari passu* com a ascensão do feminismo no país. Em jurisprudência sobre crimes dessa estirpe, Viveiros de Castro culpou a própria mulher, que, sob o império da sanha emancipatória, “faz tudo que de si depende para perder o respeito, a estima e a consideração dos homens”<sup>852</sup>.



**Imagem 31. A salvadora da pátria**

enquanto vai à reunião para salvar a pátria: “Vou ao *meeting*. Não vês que a pátria está em perigo?”<sup>854</sup>. Se o protetorado da nação caberia a varões militarizados, o sequestro dessa primazia pelas mulheres significaria o ápice da castração simbólica de homens às voltas com o estigma da emasculação.

<sup>851</sup> Cf. BESSE, 1989; CAULFIELD, 2000.

<sup>852</sup> CASTRO, 1932, p. 21.

<sup>853</sup> LOPES, 1932, p. 19.

<sup>854</sup> O GATO, 1913, p. 5.

Argumentos tautológicos que insistiam na diferença essencial da mulher eram recorrentes porque a periclitante zona opaca de indiferenciação desestabilizaria a própria masculinidade. Porque a diferença é sempre uma construção provisória discursivamente fabricada, havia urgência em restabelecê-la porque dela dependia a manutenção da hierarquia de gênero. De fato, impõe-se uma crise de classificação quando determinados objetos ou indivíduos ameaçam o sistema classificatório hegemônico pelo não enquadramento em categorias fixas – a exemplo do mercúrio (metal que também é líquido) e dos mestiços (que não são negros nem brancos) – e, assim, por sua flutuação numa instável zona de indeterminação. Como a estabilidade cultural requer confinamentos em categorias clivadas por limites físicos e simbólicos, essa liminaridade os faz ser tomados como *poluentes* pela potencial transgressão de fronteiras que colapsava o sistema de classificação binária dos sexos<sup>855</sup>. Disso decorre que a identidade masculina é ameaçada pelo próprio sistema que a constitui e a sustenta, por ser ele falho na manutenção da verticalidade generizada em que a diferença é convertida em hierarquia. Heteróclitas aos códigos femininos de que abdicaram, porém distantes do masculino a que aspiravam, as feministas constituiriam, por assim dizer, um gênero intervalar: além do feminino, aquém do masculino. Conforme teorizava certo Homem da Silva, na crônica *Mulheres-homens*, esse sexo intermediário entre a feminilidade perdida e a masculinidade não alcançada se tornava anômalo: “Mistura de duas coisas que não se definem, não se afirmam, não se entendem”<sup>856</sup>. Enquanto a melindrosa era versão hiperbólica do feminino, a sufragista estaria acometida pelo que um escritor chamou de “mania da masculinização”, espécie de desvio que distorceria o necessário equilíbrio entre os sexos, uma vez que “a verdadeira mulher detesta o homem efeminado, assim como o homem de juízo foge, às leguas, da mulher masculinizada”<sup>857</sup>. O grande mal do início do século consistia, pois, no que um cronista denominou “confusionismo sexual” para designar o abalo sísmico nas fronteiras de gênero, uma vez que se dissipava a “linha diferencial dos sexos”<sup>858</sup>, tal que “um homem se transforma em mulher, e vice-versa”<sup>859</sup>. Contudo, havia quem tirasse proveito da suposta inversão de gênero para fazer experimentos poéticos: “Ella fuma cigarro, elle toma morfina. / Ella ama os cães, elle ama os *Angorás*. / Elle...é menina. / Ella...é rapaz”, rimava um poeta, “Ella é elle, elle é ella...Isto é...sem

---

<sup>855</sup> DOUGLAS, 1966; STALLYBRASS, WHITE, 1986.

<sup>856</sup> SILVA, 1923, p. 14.

<sup>857</sup> NEVES, 1927, p. 36.

<sup>858</sup> LOPES, 1934, p. 18.

<sup>859</sup> *Idem*, 1921, p. 12.

nexo. / Franga, sem roda, garnizé sem crista. / Pois isso é...isso mesmo. É o novo sexo. / Sexo...futurista”<sup>860</sup>. Essa noção alarmista de “mudança de sexo” teve como paroxismo intrigante caso ocorrido em Belo Horizonte. Em 1917, uma manchete de jornal dava notícia: “Emília é homem!”<sup>861</sup>. Tratava-se de moça cujos traços psicofísicos masculinos a faziam sentir-se desconfortável dentro de vestidos: “Fui crescendo homem dentro das saias em que me pregaram”, relatava em entrevista, e possuía “louca vontade de arrancar aquelas saias e trocal-as por um terno elegante como o dos rapazes”, movida pelo desejo de “reintegrar-me no meu sexo, abandonando aquelas malditas saias”<sup>862</sup>. Numa consulta médica com o cirurgião David Corrêa Rabello, a moça recebeu diagnóstico de que era, na verdade, rapaz e, em posse do atestado de masculinidade assinado pelo médico, começou vida nova, agora como homem. Esse episódio, amplamente divulgado pela imprensa, serviu de matéria para a peça teatral *O patinho torto*, de Coelho Netto, editada em 1924<sup>863</sup>. Embora realize pálida tentativa de abordar um tema complexo para seu metro ao resvalar para a comédia caricaturesca, o escritor elabora feliz metáfora pela qual a personagem Eufêmia deslinda seu deslocamento identitário em referência à sua roupa como envelope de cartas trocadas: “Se houvesse escripto duas cartas, uma para um homem, outra para uma mulher e, distrahidamente, trocasse os enveloppes, não seria um horror?”, indagava a personagem, para arrematar: “Pois foi o que se deu commigo. (*Sacudindo o vestido*) Este envelope não é o meu”<sup>864</sup>.

Uma vez que a concepção de mulher se pautava na superficialidade e, logo, tinha-se por certo que seu interesse incidia antes pela aparência do que pela essência dos objetos do mundo, sua inserção no campo intelectual era recebida com perplexidade. Em face da melancolia atribuída ao modernismo, tornava-se preocupante, no campo da criação literária, o eclipsamento dos homens de Letras, cuja “meiguice” não era páreo para mulheres “virilizadas”, que escreviam versos repletos de “vigor”<sup>865</sup>. Aparente exemplo dessa inversão ocorreu nos idos de 1922, quando certa Regina de Alencar convulsionou a cena literária do país com *Sensações*, florilégio que, além de brindar leitores com retrato da bela signatária, reunia poemas cujo apelo erótico colidia com o que Jauss denominou

---

<sup>860</sup> LÉO-FABIO, 1925, p. 10.

<sup>861</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, 1917, p. 1.

<sup>862</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>863</sup> Devo essa informação a MORANDO, 2012.

<sup>864</sup> COELHO NETTO, 1924, p. 36.

<sup>865</sup> O IMPARCIAL, 1922, p. 4.

“horizonte de expectativas” (*Erwartungshorizont*)<sup>866</sup> em torno da escrita feminina<sup>867</sup>. Em divulgação da obra, um jornal carioca publicava serialmente sonetos da escritora, lavrados numa voz poética que, logo no primeiro exemplar, lastima sua tediosa vida sexual numa noite insone enquanto inveja os felinos vicejantes que acasalam sobre seu teto: “Ouvindo perto este miado agudo, / Eu sinto inveja do casal ditoso... / E, se pudesse, dispensava tudo / Por este instante venturoso e grato / E gritava a todos o meu goso / Como faz no telhado um simples gato”<sup>868</sup>. O furor erótico, síntese do afã por soltura dos grilhões da moralidade, era ainda mais veemente noutro soneto: “Quero aplacar toda esta furia insana / Do meu desejo, atroz, que me domina, / Pois sou feita da mesma carne humana / De que foi feita a louca Messalina”<sup>869</sup>. Desnudada de embaraços, essa carnal mulher de papel faz planos de gratificação erótica proporcionada pelo varão que a excita: “À sua voz todo o meu corpo vibra, / Elle é meu sonho tanta vez sonhado, / Quero sentir vibrar fibra por fibra. / Cantar, sorrir, chorar, oh! goso ao ver-vos! / Pois só não ama o goso do peccado / Quem nasceu infeliz sem ter meus nervos”<sup>870</sup>. A avidez dos leitores por conhecer a autora desses versos, cuja grandiloquência fizera o livro se esgotar prontamente, cresceu quando um colunista do jornal relatou ter conhecido pessoalmente Regina de Alencar e se surpreendido porque a autora de linhas tão arrojadas tinha “temperamento tímido”, “sorriso ingenuo” e “esquiva modestia”<sup>871</sup>. Em que pese sua discrição, a poeta, dizia o articulista, compensava, com o vigor de suas linhas, uma geração de literatos impotentes. Se os modernistas padeciam de “morbida moleza” e “anemia sentimental”, novos nomes, como Regina de Alencar, emprestariam “um pouco de vibração ao systema nervoso, tão relaxado nesta época de atonia e de ‘spleen’”<sup>872</sup>. Corridos longos meses de expectativa por informes substanciais a propósito da misteriosa escritora, finalmente uma nota divulgou minudências a seu respeito. Após comentar o sucesso das *Sensações*, calorosamente recebidas por críticos e leitores, eis que, em inaudita reviravolta, a nota revela que o livro “não era, porem, da autoria de u’a mulher, mas de talentoso jornalista que entendera de se divertir á custa dos criticos e dos leitores”<sup>873</sup>. Regina de Alencar não passava, pois, de um disfarce de Eduardo de Faria.

---

<sup>866</sup> JAUSS, 1970, p. 144 *et sequentia*.

<sup>867</sup> Devo essa informação a uma conferência proferida, na Academia Brasileira de Letras, em 2014, pelo Prof. Dr. Gilberto Araújo de Vasconcelos Júnior, a quem agradeço.

<sup>868</sup> ALENCAR [Eduardo de Faria], 1922a, p. 4.

<sup>869</sup> *Idem*, 1922b, p. 4.

<sup>870</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>871</sup> MORENO [Humberto de Campos], 1922, p. 4.

<sup>872</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>873</sup> BRITTO, 1923, p. 2.

Seria tal farsa simples gracejo? Estratégia editorial? Projeção de fantasias masculinas na figura da mulher? Protesto contra a constrição da sexualidade feminina? Ou afronta à suposta emasculação da poética modernista? Mais do que especular sobre as razões desse disfarce, interessa, para efeitos das discussões de que me ocupo, timbrar seu caráter contraditório em relação às noções de autor(idade) e masculinidade relacionadas ao projeto de nação. Ora, no célebre manifesto contra o biografismo, Barthes propugnou uma hermenêutica centrada na intratextualidade ao sublinhar a falência da instância autoral enquanto circunscrição da leitura ao anunciar retoricamente a “morte do autor”<sup>874</sup>. Seu argumento de que o autor morre tão logo nasce o texto desagradou à crítica feminista porque, ironicamente, no instante mesmo em que mulheres começavam a conquistar espaço autoral, teóricos como Barthes minimizavam o valor da autoria. No contrafluxo dessa subtração estatutária do autor, o projeto intelectual feminista reivindicava agência para escritoras eclipsadas por um cânone androcêntrico, de modo que o deslocamento da figura autoral para a margem da cena literária colidia com uma agenda pautada exatamente na legitimação institucional e afirmação política da autoria. Essa disjunção epistemológica ocorreu porque, ao universalizar uma acepção autoral que, a rigor, era masculina, o ensaísta francês não observou que a desigualdade de condições enunciativas entre homens e mulheres tinha como corolário um panorama cujo desgaste operacional do *autor* para a crítica masculinista contrastava frontalmente com a incipiência da *autora* para sua congênera feminista. Por passar ao largo das assimetrias de gênero na criação literária ao propalar a exaustão da categoria autor, o manifesto barthesiano ignorou que a crise da autoria na crítica literária não poderia ser estendida à mulher escritora, dada sua posição embrionária como figura autoral<sup>875</sup>. Portanto, a ocorrência de um hipotético “autorricídio” teria, politicamente, implicações mais mutiladoras para as mulheres do que para os homens, pois se para estes poderia redundar na obliteração de uma entidade ancestral, para aquelas implicaria a morte prematura da autora ainda em estágio fetal como figura institucionalizada. Noutra formulação seminal para a teoria literária, Lejeune, ao caracterizar a autobiografia como modelo de escritura e modo de leitura, encapsulou essa bidimensionalidade do gênero literário na acepção de *pacto autobiográfico*, vinculação contratual autor-leitor que estabeleceria a natureza autobiográfica de um texto e, por conseguinte, o modo como este se daria a ler. O pacto se firmaria quando da verificação de coincidência onomástica entre autor, narrador e

---

<sup>874</sup> Cf. BARTHES, 1968.

<sup>875</sup> Cf. MILLER, 1988.

personagem, que remeteria, em última instância, ao nome do signatário na capa do livro. Para tanto, o autor cumpriria as cláusulas contratuais referentes às convenções do gênero e o leitor, investido de autoridade policialesca, testaria a autenticidade da autobiografia na conferência da observância às cláusulas<sup>876</sup>. Todavia, ao sustentar que a legitimação taxonômica da autobiografia e, portanto, sua legibilidade como tal, dependem da efetivação do pacto, o teórico francês exclui do gênero parte expressiva do legado autoescritural das mulheres, pois desconsidera a precariedade enunciativa de autoras despossuídas de legitimidade discursiva para estabelecerem o pacto devido a restrições sociais que as obrigavam à ocultação da autoria mediante uso de pseudônimos – inclusive masculinos – ou total omissão da assinatura autoral em publicações anônimas<sup>877</sup>. Por isso, até o início do século XX, era praxe a adoção de *noms de plume* masculinos por mulheres em busca de aceitação num mercado editorial androcêntrico, como no caso paradigmático das irmãs Brontë na Inglaterra vitoriana<sup>878</sup>. Mesmo quando presente, a assinatura indicaria ausência por epitomizar a não-identidade da mulher num ordenamento sociojurídico patrilinear que a submetia ao homem pelo patronímico. Portanto, a ênfase de Lejeune na assinatura autoral ignora que, historicamente, a autoria tem acepções distintas para homens e mulheres: para os primeiros, vincula-se a noções axiais como tradição, genealogia e afiliação; para as últimas, constitui o signo de sua heteronomia numa esfera literária historicamente balizada pelo monopólio masculino. Dada a precariedade da instância autoral feminina, um homem se passar por mulher seria contraproducente porque a travestilidade autoral não agregava prestígio num campo literário masculinista. O caso Regina de Alencar se tratava, portanto, de mais um exemplo do caráter contraditório de um projeto nacional que ansiava por virilidade.

---

<sup>876</sup> Cf. LEJEUNE, 1975.

<sup>877</sup> Cf. GILMORE, 1994.

<sup>878</sup> Cf. JUDD, 1995.

## **CAPÍTULO V**

### **A FARDA E O FARDO**

*Selbst der Krieg, wenn er mit Ordnung und Heiligachtung der bürgerlichen Rechte geführt wird, hat etwas Erhabenes an sich, und macht zugleich die Denkungsart des Volks, welches ihn auf diese Art führt, nur um desto erhabener, je mehreren Gefahren es ausgesetzt war, und sich mutig darunter hat behaupten können: da hingegen ein langer Frieden den bloßen Handelsgeist, mit ihm aber den niedrigen Eigennutz, Feigheit und Weichlichkeit herrschend zu machen, und die Denkungsart des Volks zu erniedrigen pflegt.*

Emmanuel Kant, *Kritik der Urteilskraft*

## DE LEMAS E DILEMAS

---

*Dulce et decorum est pro patria mori.*

Quintus Horatius Flaccus, *Odes III*

A citação que serve de epígrafe a este capítulo causa perplexidade menos pelo teor beligerante do que pela assinatura autoral de Emmanuel Kant, um dos artífices do ideal emancipatório iluminista. O filósofo, ao inserir tal passagem em *Kritik der Urteils-kraft*, datado de apenas cinco anos após publicação de seu tratado pacifista *Zum ewigen Frieden*, entremostra na aparente perda do horizonte utópico da concórdia internacional a causalidade entre essa deflação e a assimetria dos investimentos generizados sobre a guerra e a paz a partir da diagnose de que a primeira sobrelevava virtudes masculinas e a segunda vícios femininos. Se a guerra, acreditava-se, potencializaria a virilidade dos que a promovessem, brasileiros e, sobretudo, irlandeses, sequiosos por remasculinização, teriam na recuperação da integridade de gênero justificção para emprestar caráter militarista ao projeto de nação. De fato, a concepção moderna de fronteira como zona limítrofe emerge conjuntamente com a de nação, na medida em que o Estado-nação depende da delimitação de fronteiras do espaço sobre o qual exerce a soberania, que, por sua vez, mantém-se pela salvaguarda dos enclaves territoriais. Portanto, a acepção unificadora de nação encontra suporte na geografia, sob cuja base estabelece imaginação espacial fincada no atrelamento entre nação e território e, por extensão, na clivagem entre o nacional e o estrangeiro.

Para tanto, a confluência entre religião e nacionalismo, campos ideológicos em princípio desarticulados, investiu o catolicismo de capital simbólico na formatação do nacionalismo no Brasil e na Irlanda. Além de apelar à transcendência em detrimento da imanência e, assim, atenuar o desalento em face da danação da nação pela expectativa de salvação vindoura, a inflexão católica provia ao nacionalismo dois arquétipos de gênero – Jesus e Maria – afinados com a expectativa de atuação de homens e mulheres no projeto nacional. A apropriação dos paradigmas cristológico e marial favoreceria a naturalização de economia de gênero pautada na concatenação entre o sacrifício másculo e o sofrimento feminino. Um dos atributos que tornavam a hombridade cristã instrumental consistia no compromisso de entregar a vida pela salvação de outrem. Esse código de masculinidade inscrevia a morte como “o teste supremo” da coragem masculina, de forma que não se

deveria temer a subtração da vida terrena, porque a morte física, longe de implicar finitude, decretaria a condição imorredoura de homens catapultados à condição de heróis<sup>879</sup>. Em contextos beligerantes, a masculinidade hegemônica tende a se reforçar porque os atributos que a caracterizam são hipertrofiados em dualismos como combatente/não-combatente e apto/não apto<sup>880</sup>. Este capítulo especifica o primado da remasculinização à luz de sua diretriz nuclear, o *ethos* sacrificial, que delimitou posições-de-sujeito para homens e mulheres na agenda nacionalista.

## DE HOMEM PARA HOMEM E VICE-VERSA

---

*Abraham begat Isaac, and Isaac begat Jacob, and Jacob begat Judah, [...] and they kept on begetting one another all the way down this page and halfway into the next.*

Um velho pastor escocês, em leitura da Bíblia durante homilia<sup>881</sup>

Se somente as mulheres podem gerar *seres humanos*, apenas os homens podem gerar *homens*, constatou Margaret Mead a propósito das dinâmicas de gênero em tribos do Pacífico Sul, nas quais os meninos, atingida certa idade, eram apartados da jurisdição feminina e submetidos a uma espécie de renascimento simbólico. O rito iniciático supunha que as mulheres, devido à faculdade geradora, teriam monopólio sobre os arcanos da vida, enquanto o papel reprodutivo dos homens, naquela cosmovisão, seria incógnito e quiçá prescindível. Em face de sua inferioridade constitutiva, a corporação masculina desenvolvia método compensatório no qual subtraía os meninos das mulheres, determinava serem eles incompletos e os *fazia* homens. Todavia, esses rituais de iniciação à masculinidade se pautavam, eles próprios, em imitações grosseiras dos processos de gestação e parturição que distinguem a especificidade fisiológica feminina<sup>882</sup>. Essa contradição perpassa a cultura ocidental desde seu mito criacionista, no qual a mulher é gerada a partir do homem, numa inversão que atribui estatuto derivativo – e, portanto, inferior – ao feminino. De fato, a ginofobia e a androfilia no Ocidente são repastadas pela fantasia que algumas psicanalistas, em contraponto à centralidade de Freud na *inveja do pênis* (*Penisneid*) como fenômeno constitutivo da gênese da sexualidade feminina<sup>883</sup>,

---

<sup>879</sup> Cf. HUGUES, 1880.

<sup>880</sup> Cf. PENISTON-BIRD, 2003.

<sup>881</sup> *Apud* STEDMAN, 1978, p. 47.

<sup>882</sup> MEAD, 1949, p. 103.

<sup>883</sup> Cf. FREUD, 1905.

identificam como *inveja do útero*<sup>884</sup>. Por esse termo, designam a maneira pela qual a primazia da mulher na esfera da *reprodução/procriação* (de filhos) é eclipsada, em moção de desagravo, pela hegemonia do homem no âmbito da *produção/criação* (de bens culturais). Que a criação intelectual é frequentemente comparada à progenitura indica o termo *maiêutica* (parturição), utilizado por Sócrates, filho de parteira, para designar o “parto” das ideias. Se, conforme o feminismo marxista, a tarefa da reprodução/procriação segrega a mulher da esfera da produção/criação, tomar metaforicamente este último domínio, monopólio masculino, pelo primeiro sugere falsa conciliação entre dois epicentros cindidos pela cultura:

O paradoxo da metáfora do parto é que sua ressonância contextual está fundamentalmente em desacordo com a própria comparação que faz. Enquanto a metáfora une mente e corpo, palavra e útero, também evoca a divisão sexual do trabalho sobre a qual se funda o patriarcado ocidental. [...] Um homem concebe uma ideia em seu cérebro, enquanto uma mulher concebe um bebê em seu ventre, uma diferença sublinhada pela designação pós-industrial da esfera pública como domínio do homem e da privada como lugar da mulher<sup>885</sup>.

Essa “compensação” da incapacidade geratriz masculina ocorre, ainda em nossos dias, por meio de convenções institucionalizadas como o instituto jurídico do patronímico para ratificação da paternidade e o exclusivismo masculino nas linhas de descendência da ordem eclesiástica católica<sup>886</sup>. Esse furto metafórico tem utilidade mesmo numa esfera ultramasculina, como a geopolítica. Que se recorde o fato de Karl Marx, em capítulo a respeito da acumulação primitiva do capital, ter sentenciado: “A violência é a parteira de toda velha sociedade em dores de parto. Ela própria é uma potência econômica”<sup>887</sup>. Esse uso, veremos, seria largamente aproveitado nos dois projetos de nação em apreço.



Em estudo sobre o *modus vivendi* dos irlandeses ancestrais, Sophie Bryant detectou elementos reveladores desse artifício na sociabilidade masculina ao defini-la como “parentesco voluntário, aplicável a todos os laços entre homem e homem fora do ligame da família natural”<sup>888</sup>. Contudo, o arranjo que a tratadista localizou no passado remoto atingia seu ápice na formatação de um nacionalismo irlandês que delegava ao

---

<sup>884</sup> Cf. HORNEY, 1923; KLEIN, 1928.

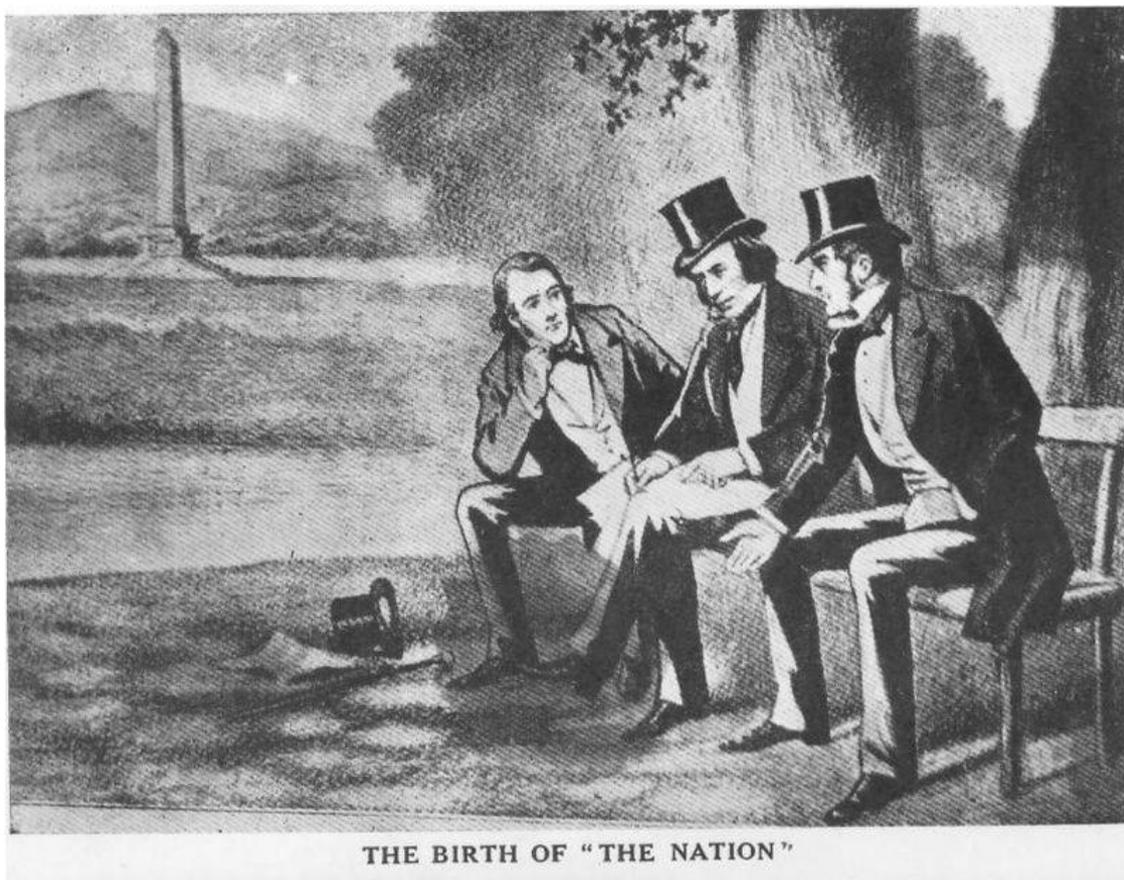
<sup>885</sup> Cf. FRIEDMAN, 1987, p. 51.

<sup>886</sup> Cf. JAY, 1992.

<sup>887</sup> MARX, 1867, p. 734.

<sup>888</sup> BRYANT, 1913, p. 167.

homem monopólio não apenas da produção mas também, notavelmente, da reprodução. Não obstante o frontispício do primeiro de dois volumes do trabalho historiográfico de Charles Duffy<sup>889</sup> consistisse numa tela intitulada *The Birth of The Nation*, o parto da nação não era aí alegorizado como uma mulher com seios à mostra e pernas abertas, ainda que o projeto nacional irlandês seguisse a esteira da Revolução Francesa (Imagem 32):



**Imagem 32. Homens em trabalho de parto**

Desenhado por Henry MacManus em 1842, o retrato em preto ao “nascimento” do periódico *The Nation* anunciava, por analogia, o “parto” da própria nação, já que o semanário aspirava precisamente à geração de uma nova Irlanda. O nascimento da pátria, sugere a iconografia, deu-se como fruto da confabulação homossocial entre os letrados Thomas Davis, Charles Duffy e John Dillon. Vestidos similarmente, como que contíguos entre si enquanto elementos metonímicos da horda masculina, os genitores da nação a concebem em cenário de nome sugestivo, o Phoenix Park, cuja imponente torre em formato peniano parece constituir um monumento fálico à potência criadora masculina. *The Birth of The Nation* entremostra como a remasculinização dos irlandeses se pautou

---

<sup>889</sup> Cf. DUFFY, 1896a.

na homossociabilidade não apenas enquanto ligame socioafetivo entre homens, mas, sobretudo, enquanto aparato de reprodutibilidade. Essa interpretação é corroborada pelo frontispício do segundo volume<sup>890</sup>, uma reprodução de pintura a óleo, do mesmo artista, denominada *Reading the Nation* (Imagem 33):



**Imagem 33. O país e seus pais**

Opostamente a Quinn, para quem *Reading the Nation* exhibe “um homem lendo para uma audiência de sete pessoas, duas das quais mulheres”<sup>891</sup>, observo na pintura bem mais do que uma leitura dirigida a um grupo de ouvintes tão passivos quanto uniformes. Trata-se, a meu ver, de reunião homossocial que o ancião, por ser decano da linhagem masculina, tem a primazia de mediar. Com olhares pensativos e mãos apoiadas sobre a boca e o queixo, os dois primeiros homens da esquerda para a direita remetem ao princípio racionalista *cogito ergo sum*, tal como os três últimos, que exprimem, respectivamente no olhar reflexivo e na mão cerrada, ponderação e contestação. Mais do que simplesmente *lendo* a nação, esses homens de Letras a estão *cuidando* – não por coincidência um dos “parturientes” do jornal, Charles Duffy, escreveu os dois volumes supracitados. Em posição disjuntiva, as mulheres, banidas do ritual reprodutivo exibido na primeira tela, são lembradas na segunda apenas como coadjuvantes alocadas na periferia de ato solene

---

<sup>890</sup> Cf. DUFFY, 1896b.

<sup>891</sup> QUINN, 2002, p. 896; nota 6.

que não ousam importunar. A justaposição das estampas revela a apropriação de constelação semântica concernente às funções biológicas da maternidade como iteração da fantasia de fecundidade masculina, em que a nação é concebida, gestada, parida e cuidada por homens. Ambas as imagens, reveladoras de como os papéis de gênero eram já formatados disjuntivamente nos anos 1840, põem em questão juízos apressados como o de Lloyd, para quem a masculinidade era então definida em contraponto não à feminilidade, mas à escravidão<sup>892</sup>. Mesmo anteriormente ao *Gaelic Revival*, que o crítico literário situa como início da distribuição oposicional de espaços e práticas generizados, o nacionalismo se valia dessa clivagem porque o propósito de remasculinização nacional dependia da inscrição da mulher como exterioridade constitutiva do homem.

Em exemplo desse plágio fisiológico, o líder revolucionário MacDara, protagonista da peça *The Singer*, de Pádraic Pearse, declara ter amamentado “com o leite de minha bondade” um menino que lhe era tão leal que a mãe ficara enciumada<sup>893</sup>. Como que para autenticar sua paternidade simbólica sobre o menino que educara, o pai lactante descreve sua relação com o pupilo à maneira do que Corradini, noutro contexto, denomina “sequestro semântico”<sup>894</sup>: masculiniza signos que emprestam sentido à maternidade e, ao fazê-lo, esvazia de significado a figura da mãe, caracterizada como invejosa. Delinquências lexicais dessa ordem configuravam pequenos furtos se comparadas ao plágio do campo semântico da parturição a fim de significar o sacrifício dos homens como forma de vivificar a pátria. A fantasia da reprodução masculina gerou uma descendência simbólica, pautada na anteposição da reprodução ideológica à reprodução biológica e da afiliação à filiação e cuja acessibilidade podia ser controlada porque as vinculações parentéticas se davam ao largo das determinações hereditárias. Se a matrilinearidade pressuposta na figuração da pátria como mãe implicava que os irlandeses eram todos irmãos, a patrilinearidade permitia distinguir os homens das mulheres e mesmo discriminar, entre os primeiros, quem pertencia à descendência.

Antes de Bataille, em contraponto à lei da biogênese, sustentar que apenas a morte é capaz de gerar vida<sup>895</sup>, os nacionalistas irlandeses mantinham que só o homem, a partir da morte em sacrifício, daria vida à nação. Essa fantasia era canalizada num contexto

---

<sup>892</sup> Cf. LLOYD, 2000.

<sup>893</sup> PEARSE, 1917d, p. 31.

<sup>894</sup> CORRADINI, 1983, p. 674.

<sup>895</sup> Bataille (1957) parte de evidências biológicas relativas aos processos de reprodução assexuada, no qual a divisão celular em dois núcleos implica a morte da célula original, e sexuada, no qual a conjugação entre o espermatozoide e o óvulo implica a extinção de ambos, para definir a vida como produto da decomposição da própria vida.

paramilitar que potencializava a máxima tertuliana *semen est sanguis christianorum* (o sangue dos cristãos é semente)<sup>896</sup>, fetichizava o sangue masculino como dotado de fecundidade e investia as rebeliões – partos de heróis – como mantenedoras da genealogia de homens, pois, conforme definiu John Mitchel em apologia à guerra, “a morte é nascimento”<sup>897</sup>. Na iminência do Levante de 1916, Pádraic Pearse, seguro de que a vida “brota da morte”, declarava que “o velho coração da terra precisava ser aquecido com o vinho tinto dos campos de batalha” e consagrava a perpetuação do ideal nacionalista como processo reprodutivo calcado na maturação de “sementes” lançadas “nos corações dos rapazes pelos moços de geração precedente”<sup>898</sup>. Na temporalidade transcendental do nacionalismo, em que os jorros de sangue expelidos pelos mártires de uma geração engravidariam de patriotismo os homens da seguinte, forjava-se um *continuum* entre heróis na medida em que os filhos de cada geração se tornariam pais da imediatamente posterior. Em estudo seminal sobre o papel do gênero na lógica sacrificial, Jay sintetiza com precisão essa ligadura entre sacrifício, patrilinearidade e imortalidade:

A ascendência constituída sacrificialmente, incorporando os filhos mortais das mulheres num grupo de parentesco “eterno” [...], em que a condição de membro é reconhecida pela participação no rito sacrificial, não meramente pelo nascimento, permite a um grupo patrilinear transcender a mortalidade no mesmo processo em que transcende o nascimento. Nesse sentido, o sacrifício é duplamente um remédio para o fato de ter nascido de uma mulher<sup>899</sup>.

O imaginário cristológico investia o sangue masculino de poder revigorador porque associável àquele vertido por Cristo pela remissão do pecado original, conforme explicava Pearse ao asseverar que “o derramamento de sangue é algo purificador e santificador, e a nação que o concebe como o horror final perdeu sua masculinidade”<sup>900</sup>. Thomas MacDonagh, outro mártir de 1916, confiava em sua faculdade reprodutiva quando pediu, imediatamente após receber sentença de morte, que “deixem meu sangue borrifar o solo sagrado da Irlanda. Eu morro com a certeza de que uma vez mais a semente frutificará”<sup>901</sup>. Também condenado à morte, Seán MacDiarmada fazia coro ao declarar, em carta de despedida na véspera de sua execução: “Nós morremos para que a nação

---

<sup>896</sup> TERTULLIANUS, 1839a[197d.C], p. 128.

<sup>897</sup> MITCHEL, 1854, p. 110.

<sup>898</sup> PEARSE, 1916, p. 136.

<sup>899</sup> JAY, 1992, p. 40.

<sup>900</sup> PEARSE, 1916, p. 99.

<sup>901</sup> *Apud* COLUM, 1916, p. 340.

irlandesa possa viver. Nosso sangue irá rebatizar e revigorar a velha terra”<sup>902</sup>. Se bem que desfavorável ao nacionalismo militar, William Butler Yeats relatou a Lady Gregory, após o Levante, sobre a composição daqueles que seriam seus versos mais célebres: “Estou tentando escrever um poema sobre os homens executados – ‘a beleza terrível nasceu novamente’”<sup>903</sup>. Essa *discordia concors* sintetizava a crença de que a violência, embora execranda, provava-se majestosa como expressão do poder revitalizador que o sacrifício em massa possuía. Mesmo indisposto a derramar seu sangue para revivificar a Irlanda, o mesmo Yeats iterava essa fantasia fecundativa ao mencionar, no discurso de aceitação do Prêmio Nobel de literatura, a “longa gestação” da revolução irlandesa<sup>904</sup> e, duas décadas antes, ao condicionar, na emblemática peça *Cathleen ni Houlihan*, o renascimento da nação ao sacrifício de um jovem voluntarioso<sup>905</sup>.

Uma vez que a sustentação retórica da linhagem não prescindia da criação de nexos entre gerações diversas, é preciso alinhar breves considerações sobre a manipulação política da memória na criação de mitos como o *ethos* sacrificial. O *insight* de Renan, para quem a unidade nacional requer duplo empenho coletivo pautado no esquecimento das guerras fratricidas travadas em sua fundação e na lembrança das conquistas logradas no passado, mostra-nos que a memória nacional é engendrada numa tensão dilemática entre o que se decide lembrar e o que se elege esquecer<sup>906</sup>. Nesse mesmo diapasão, Halbwachs credits à memória coletiva o sentimento de pertença ao que denomina, acriticamente, “comunidade afetiva”. Ao ressaltar que os indivíduos, não raro inaptos a se lembrarem por si mesmos, socorrem-se da memória sedimentada na cultura, o sociólogo não se apercebe da violência simbólica implicada na memória coletiva e, portanto, não problematiza o caráter seletivo e excludente desse estoque mnemônico supostamente unívoco. Por isso, considera a nação a forma mais apurada de um grupo e a memória nacional a versão mais completa de memória coletiva<sup>907</sup>. Em que pese ao mérito de constatarem a inflexão coletiva da memória e o esquecimento como sua contraface, ambos os teóricos se atêm à coesão social como função mnemônica e, assim, passam ao largo dos jogos de poder sob cuja base a memória se constitui. No contrafluxo dessa acepção coletivizante e conciliatória, Benjamin concebe a escrita da história como

---

<sup>902</sup> *Apud* MACDONNCHA, 2004, s.p.

<sup>903</sup> YEATS, 1954, p. 613.

<sup>904</sup> *Idem*, 1936a, p. 186.

<sup>905</sup> Cf. *Idem*, 1908.

<sup>906</sup> Cf. RENAN, 1882.

<sup>907</sup> Cf. HALBWACHS, 1950.

corolário de imperativos do horizonte de referências do presente e a memória como recurso político suscetível às contingências da manipulação<sup>908</sup>.

De fato, sob o álibi de conceberem o passado como andaime para erguer o presente, os propulsores do nacionalismo militar moldavam aquele conforme imperativos deste, mediante evocação de insurreições precedentes para patentear que havia, sim, uma tradição de resistência cuja manutenção caberia à geração contemporânea, receptora de missão irrenunciável. Em conversão da mais recente experiência na mais longa duração, Pádraic Pearse insistia “que a demanda nacional da Irlanda é fixa e determinada; que essa demanda foi feita por cada geração; que nós, desta geração, a recebemos como confiança de nossos pais; que estamos ligados por ela; que não temos o direito de alterá-la ou diminuí-la”<sup>909</sup>. Essa predestinação constituía, na verdade, tradição naturalizada por mito sacrificial resultante de manipulações políticas e legitimado por insistente repetição com vistas à fixação de determinada interpretação histórica. Uma vez mitificado, o cometimento sacrificial adquiria foros transistóricos ao forjar noção evolutiva e unitarista de projeto iniciado no mais remoto passado e continuado por sucessivas gerações.

Na Irlanda, a porosidade da fronteira entre o sagrado e o secular era tal que o catolicismo e o nacionalismo mal se distinguiam e a Igreja atuava como catalisadora da luta armada ao instigar os irlandeses a guerrearem pela descolonização como se atendessem a um desígnio divino. A invenção da tradição sacrificial descortinava um horizonte de imortalidade que alimentava nos rebeldes a convicção de que, ao se entregarem pela nação, seriam erguidos à condição de santidade. Os mártires de 1916 não só almejavam santificação, mas também pareciam seguros de que a lograriam, tanto que na noite de Sábado Santo vários teriam ido à missa e recebido a eucaristia como rito preparatório para o compromisso sacrificial a ser iniciado no dia seguinte, propositalmente um Domingo da Páscoa. A opção por deflagrar o Levante nessa data foi capciosa porque, ao descartar a alternativa de protelá-lo para ocasião mais oportuna, Pearse, além de temeroso do *periculum in mora*, identificou na simbologia da Páscoa um ensejo para investir a sublevação de caráter sagrado; afinal, a concomitância com essa celebração litúrgica que evoca renascimento iteraria o mito da ciclicidade, na história colonial irlandesa, de derrotas sucedidas de ressurreições. Ademais, a ideia de que a nação era direito legado por Deus impelia os irlandeses a crerem que, na luta entre colonizadores e colonizados, Cristo defenderia os últimos, porque expropriados de um direito divino.

---

<sup>908</sup> Cf. BENJAMIN, 1974.

<sup>909</sup> PEARSE, 1916, p. 230.

Essa premissa, ao convencê-los de sua superioridade moral, alterava simbolicamente as assimetrias de poder no embate colonial por figurar o chamamento para a luta como (con)vocação divina e a resistência anticolonial como guerra entre a *Militia Christi* e a potestade do Mal. Movido por tal certeza, o líder Thomas MacDonagh estava seguro de sua santificação quando, logo após sua sentença de morte, declarou que morreria orgulhoso por se arregimentar a um exército de mártires “cujo capitão é o Cristo que morreu no Calvário”<sup>910</sup>. Se os voluntários engajados no nacionalismo militar visavam a morte porque seguros de que se tornariam santos, Pearse era mais presunçoso ao se imaginar como o próprio Cristo, haja vista seu empenho em se monumentalizar como mártir que se sacrificava por seu povo. Comandante geral do Levante da Páscoa, foi um dos assinantes do manifesto de Proclamação da República, lido por ele mesmo, e um dos líderes que receberiam pena de morte por capitanearem a insurreição. Em exemplo desse messianismo, inscreveu a mãe como Eu-lírico e se comparou ao próprio Cristo no poema que lhe escreveu enquanto aguardava sua execução: “Querida Maria, que viste teu filho primogênito / Morrer em meio ao desprezo dos homens / Por quem ele morreu / Recebe em teus braços meu primogênito / Que também morreu pelos homens / E o mantém junto de ti enquanto não vou até ele”<sup>911</sup>. Böss, ao sustentar que no poema Pearse “silencia sua própria voz”<sup>912</sup>, deixa-se trapacear pela urdidura textual em que o autor aparentemente se anula ao se posicionar como objeto do discurso e centralizar a mãe como sujeito enunciativo quando, de fato, é o poeta que, ao falar *por* ela, a inscreve como porta-voz de seu desejo e a anula enquanto seu *duplo* (*Doppelgänger*)<sup>913</sup>. A mãe configura uma correia de transmissão pela qual a virtude do filho é enaltecida, pois seu sofrimento constitui uma medida do valor daquele do qual teve de abrir mão.

O líder nacionalista, sob aparente autoconfiança, mirava o autossacrifício como redenção frente ao sentimento de fracasso pessoal<sup>914</sup>. Com grandiloquência retórica proporcional ao sentimento de inadequação como homem, atraía para uma espécie de suicídio coletivo outros homens também convencidos de que haviam perdido sua hombridade, como na fotografia em que prega no campo a um grupo de séquitos (Imagem 34). Pearse, ao convocar os irlandeses a “renovarmos nossa adesão à fé de [Wolfe]

---

<sup>910</sup> *Apud* COLUM, 1916, p. 339.

<sup>911</sup> PEARSE, 1980, p. 383.

<sup>912</sup> BÖSS, 2000, p. 283.

<sup>913</sup> Cf. RANK, 1925.

<sup>914</sup> Cf. EDWARDS, 1977; MORAN, 1989.

Tone<sup>915</sup>, iterava a premissa, formulada por Ernest Renan, de que a nação é um princípio espiritual mantido por um “plebiscito diário”<sup>916</sup>. Na genealogia urdida pelos irlandeses,



#### 34. O Cristo irlandês

tal plebiscito encerrava profissão de fé cuja origem se perdia na primavera dos tempos e na qual o pretérito, ao emprestar sentido ao presente, legitimava o sacrifício como despertar do dormente espírito da nação, de sorte que cumpria aos mortos, em paradoxo *prima facie*, o papel de acordar os vivos. Para tanto, sua glória imorredoura, relacionada ao *Christus triumphans*, que triunfara sobre a morte, deveria ser evocada como lembrança da vida eterna que aguardaria os que para a morte vivessem. Numa genealogia de

timbre teleológico, em que cada geração atualizaria o pacto sacrificial, medrava-se uma tradição assentada no autossacrifício masculino, na transmissão de herança simbólica de homem para homem, na patrilinearidade independente da reprodução e, por conseguinte, da participação de mulheres, não raras vezes representadas como obstáculos à imortalidade. Porque centrado na estrutura patrilinear, o rito sacrificial implicava um sistema de linhagem no qual os homens detinham primazia não apenas do sacrifício, mas também de sua narrativa – donde o cerceamento à participação de mulheres no nacionalismo militar.



No intervalo de três quartos de século, o Brasil passou de colônia a reino, de reino a império e de império a república, numa sucessão vertiginosa de sistemas políticos cujo principal corolário consistia na definição errática – porque provisória – de identidade nacional. Os brasileiros, ajuizava Euclides da Cunha, representavam “o único caso

---

<sup>915</sup> PEARSE, 1916, p. 54.

<sup>916</sup> RENAN, 1882 p. 26.

histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política”, visto que, lançados abruptamente de um estatuto a outro, estabeleceram-se improvisadamente com “equilíbrio dinâmico entre as aspirações populares e as tradições dinásticas”<sup>917</sup>. Em conjunturas de crise, mutação ou ruptura, como aquela por que passava o país, não raro se exacerba a revista aos baús da memória por elementos fundantes que corroborem ou simulem uma identidade nacional estável. Visto que a República brasileira fora instituída por republicanos de última hora, à revelia da sociedade civil, sua legitimação dependia da captura de adesão popular. Para tanto, o republicanismo não rompeu taxativamente com o regime monárquico, cuja simbologia, impressa no imaginário social, seria reciclada para chancelar, como suporte discursivo, um projeto de nação contraposto exatamente à monarquia. Portanto, a *intelligentsia* nacionalista, a braços com o desafio de imaginar a nação, dispunha de um acervo sógnico utilizável com alterações aqui e ali, de sorte que o Brasil se tornou uma república cujos símbolos nacionais de maior relevo, inclusive a bandeira e o hino nacionais, foram emprestados do repertório monárquico. Não à toa se dizia que “a republica plagiou a monarchia”<sup>918</sup>. Dos raros ícones republicanos auspiciosos, o mais bem-sucedido teve de ser resgatado dos porões da História...

Se o nacionalismo moderno configura uma espécie de religião<sup>919</sup> e se toda religião cultua algum ídolo, o herói é elemento constitutivo de qualquer projeto nacional. Entretanto, a genealogia sacrificial, distintamente daquela fabricada pelo nacionalismo irlandês, não foi elaborada sem dificuldade no republicanismo brasileiro em razão das particularidades históricas dos processos de colonização e descolonização do Brasil. Ainda que não houvesse no país europeu uma tradição de autossacrifício como se fazia crer, os anais da História testemunhavam uma sequência de guerras coloniais esparsas que, alinhavadas com artesanias narrativas, favoreciam a tessitura de uma tradição de autossacrifício coletivo. No caso brasileiro, à exceção de rebeliões catalisadas por agendas específicas, inexistia um quadro de referências insurrecionais de envergadura nacional que, emendadas umas nas outras, permitissem entretecer uma mitografia de resistência. Assim, perante a urgência de estabelecer tradição anticolonial, acrescida de um mártir que a encarnasse, a agenda republicana encontrou na Inconfidência Mineira e num de seus personagens coadjuvantes os elementos apropriados, conforme demonstrou

---

<sup>917</sup> CUNHA, 1967, p. 187.

<sup>918</sup> ROLANDO, 1876, p. 7.

<sup>919</sup> Cf. HAYES, 1960; HARRISON, 2003.

Carvalho em estudo pioneiro<sup>920</sup>. Dado que a nação, enquanto abstração, depende do suporte mitográfico para adquirir forma, a premência de um discurso fundador conduziu ao invento de tradição de resistência na qual o afínco pela implantação republicana deitava raízes ainda na Inconfidência Mineira. Embora, em certa medida, a conjuração fosse oligárquica por almejar basicamente a autonomização das Minas Gerais e antidemocrática por não incorporar os setores populares na sua agenda, as narrativas *a posteriori* contavam uma versão que a inscrevia como arauto do movimento republicano.

Além de urdir uma tradição de resistência, essa vinculação aprovisionava o republicanismo com o ícone masculino de que carecia: Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, que em fins do século XVIII fora enforcado e esquartejado por conspirar contra a Coroa. A defesa de um ideal libertário à custa da própria vida, a traição de um amigo desleal, a acedência pacífica da pena de morte e a *via crucis* que culminou na execução pública eram coincidências bastantes para a fabulação de narrativa que o inscrevesse em termos cristológicos. A inexistência de registros imagéticos ou escriturais sobre a fisicalidade do alferes tornou possível imaginá-lo, à semelhança de Cristo, como homem de semblante resignado, com barba e cabeleira longas e trajado com vestes brancas. O bom êxito dessa analogia se fez ver na atribuição, ao inconfidente, da alcunha póstuma de “Cristo das massas”; no aniversário de sua morte, 21 de abril, ter-se tornado feriado nacional; e, sobretudo, na sua adoção como exemplar de hombridade a ser emulado pelos jovens, como sugeria um republicano em convocação tardia à desforra de sua morte: “Mocidade, columna viril da patria, imitae-o e vingae-o!”<sup>921</sup>.

As iconografias iteravam a pretensa similitude do alferes com a imagética de Cristo, cuja larga popularidade num país de confissão católica facilitava a identificação entre ambos. Numa das pinturas mais notórias, *O martírio de Tiradentes* (Imagem 35), Aurelio de Figueiredo retrata com tragicidade teatral o instante que precede a execução, como que para incitar compaixão em quem a vê. O patamar da forca exerce função de palco para encenação dos personagens numa tragédia em que o espectador se situaria abaixo do cadafalso, cujo desenho, perspectivado de baixo para cima, produz efeito visual que o faz lembrar um tablado<sup>922</sup>. A disposição dos atores na cena faz convergir o olhar da audiência para o protagonista, cuja presença se agiganta em face dos personagens laterais. Essa disposição cênica ainda realça a grandeza moral do condenado ao representá-lo em

---

<sup>920</sup> Cf. CARVALHO, 1990.

<sup>921</sup> CAMARGO, 1881, p. 5-6.

<sup>922</sup> Cf. MILLIET, 2001.

posição ereta e com aspecto sereno, em contraste com a curvatura e o semblante inquieto do confessor, que brada aos Céus como que ciente da inocência do réu, e do carrasco, que



**Imagem 35. Cena de uma peça teatral**

tapa os olhos em remorso prévio pela injustiça de que será instrumento. No meio do plano inferior, o revoar de um pombo branco, em simetria disposicional com o crucifixo acima, sugere que o sacrifício não seria vão, porque sofrido em nome da liberdade, tal como fora o de Cristo. Porém, a convenção pictórica adotada na *imagerie* tiradentina resta inverossímil porque o mártir não teria barba e cabelos compridos nem quando alferes, visto que os integrantes da soldadesca deveriam evitar pelugem no rosto; nem quando presidiário, dado que os pelos dos detentos eram aparados

como prevenção contra piolhos; nem quando executado, já que os condenados à força tinham cabelo e barba raspados a fim de que seu rosto ficasse bem exposto à audiência. A posição de Tiradentes como protagonista do teatro da nação seria depois ocupada por outros personagens. Em tributo a Marechal Deodoro, Tobias Barreto o enaltecia: “Entre os actores do drama, / Do vasto drama da historia, / Sobre o palco das batalhas / que illumina o sol da gloria, / É bello o papel d’aquelles, / Dos poucos que são felizes / Em mostrar nos peitos nobres / o braço das cicatrizes”<sup>923</sup>.

“Na origem de cada nação”, alguém observou, “encontramos uma história sobre a origem da nação”<sup>924</sup>. Desse *non sequitur* se conclui que, embora procuremos a essência nacional, é inexequível encontrá-la mesmo no contexto emergencial da própria história nacional. A nação é engendrada não a partir de momento originário ou de singularidade cultural distinta, mas mediante repetição de atos performativos cuja origem, projetada no passado mais longínquo, sugere um *élan* nativista de gênese imemorial. A nacionalidade

<sup>923</sup> JUNIOR, 1899, p. 2.

<sup>924</sup> BENNINGTON, 1990, p. 121.

constitui, pois, um corolário de processos ritualísticos na medida em que cada repetição performativa itera uma identidade que, a rigor, é forjada no momento mesmo de sua rememoração<sup>925</sup>. Ernest Renan, já no século XIX, considerava a dimensão performativa do vínculo nacional enquanto adesão iterativa dos cidadãos a um contrato de pertencimento<sup>926</sup>. Uma vez que os patrícios preexistem à pátria de que aparentemente se originam, esta constitui, portanto, menos uma instituição geopolítica do que uma função de relações intersubjetivas pautadas na reciprocidade do reconhecimento<sup>927</sup>.

Se a tessitura da nação implica identidade prospectiva, remetente à ideia de futuro, também demanda visada retrospectiva cuja contínua revisão do passado permite elaborar uma narrativa que o articula à experiência do presente. Forjadas nessa face passadista, as genealogias fundantes da nação sugerem ser o patriotismo um desiderato natural, transmitido de homem para homem no curso das gerações, como sugeria Bilac, à semelhança de Pearse, ao sentenciar a meninos que, para a construção do país, “os homens da vossa geração vão receber um honrosíssimo, porém onerosíssimo legado”<sup>928</sup>. O nacionalismo brasileiro, a exemplo do irlandês, engendrou linhagem parentética mediante genealogia (filiação) assentada na inserção do homem num vínculo social (afiliação). Em vista disso, tomou de empréstimo a noção católica de apostolado por sugerir pacto confrádico em benefício de missão sacrossanta – a libertação da pátria – anunciada pelas trombetas dos poetas nacionais, que “foram sempre os apóstolos do nacionalismo”<sup>929</sup>.

O nacionalismo, observa Anderson, aproxima-se do cristianismo na medida em que ambos se ocupam com a composição de narrativas teleológicas capazes de estabelecer liame simbólico entre os que há muito faleceram e os que ainda demorarão a nascer<sup>930</sup>. No cristianismo, a noção grega de temporalidade cíclica, avessa a qualquer eterno absoluto, foi sobrepujada pela acepção judaico-cristã de temporalidade linear, que pressupõe início e fim. Forma secular de religião, o nacionalismo moderno adotou a linearidade dessa concepção temporal, que Benjamin identifica como tempo homogêneo e vazio no qual o presente corresponde tanto à visibilidade global e permanente do passado quanto a uma miragem do futuro<sup>931</sup>. Nesse prisma, a nação, investida de caráter

---

<sup>925</sup> Essa concepção pós-estruturalista de identidade nacional se avizinha da definição da identidade de gênero, por Butler, como efeito de performatividade porque o gênero, longe de medrado por um ato fundador, constitui-se em observância a um padrão de repetições estilizadas (cf. BUTLER, 1990).

<sup>926</sup> Cf. RENAN, 1882.

<sup>927</sup> Cf. GELLNER, 1983.

<sup>928</sup> BILAC, 1996, p. 687.

<sup>929</sup> ANTONIUS [Antonio da Fontoura Barreto], 1915, p. 25.

<sup>930</sup> Cf. ANDERSON, 1983.

<sup>931</sup> Cf. BENJAMIN, 1974.

transistórico, é narrada como comunidade una e indivisa que se reproduz naturalmente e cuja origem se perde na aurora dos tempos. Uma vez que essa concepção de tempo foi adotada pelo republicanismo para estabelecer sua genealogia de heróis, encabeçada por Tiradentes, a confluência entre nacionalismo e religião, dois campos ideológicos em princípio desarticulados, acentuou-se na formatação do mito sacrificial também no Brasil, país que, tal como a Irlanda, tinha no cristianismo, em sua vertente católica apostólica romana, uma grossa pilastra ideológica.

Na cultura ocidental, a patologização do sangue menstrual pela medicina como expurgo de impurezas orgânicas e causa de vulnerabilidade psicofísica se orquestrou com sua demonização pela Igreja como materialização do castigo decorrente da Queda<sup>932</sup> e signo de inobediência ao projeto demográfico cristão fincado no imperativo “Crescei e multiplicai-vos”. Sob vértice oposto, o derramamento de sangue masculino, porque desatrelado das funções orgânicas atinentes à reprodução e, mais ainda, porque associável àquele vertido por Cristo pela remissão do pecado original, é usualmente investido, na retórica cristológica, de potencial redentor singular. Ao se assenhorar do léxico cristão para engendrar sua mitografia sacrificial, o nacionalismo brasileiro de corte republicano concebia o legado colonial como danação da nação e o autossacrifício como sua redenção. Por conseguinte, a pátria deveria ser a própria *raison d'être* do homem que se prezasse. Daí a convicção de um militar republicanista ao defender que “não existe, com honra, patria alguma cujo sólo não deva ser humedecido, [...] si tanto for preciso, pelo sangue de todos os seus filhos varões, vertido até á última gotta pela salvação commum”<sup>933</sup>. Tiradentes teria parido simbolicamente gerações de homens e, na altura da sua imortalidade, ficado contente em ver “o sangue quente do civismo animar o seu povo”, pois dera aos homens da nação “o baptismo de sangue de um sacrificio a que, reverentemente, a nação sempre se curvou”; tudo fizera por seu povo porque “sabia o valôr de sua prole”<sup>934</sup>. O *ethos* sacrificial, por apelar antes à transcendência do que à imanência, atenuava o impacto de fracassos terrenos graças ao presságio de salvação vindoura, como vimos no nacionalismo irlandês, de forma que o sangue vertido por Tiradentes e – esperava-se – pelos tantos que o sucedessem repararia a danação ao reanimar o ímpeto salvacionista: “Esse sangue generoso / Sobre o solo venenoso / Em

---

<sup>932</sup> É expressivo o fato de, no idioma inglês, a menstruação ter sido denominada “the curse” em referência à punição imposta a Eva – e, por extensão, a todas as mulheres – quando de sua expulsão do Paraíso.

<sup>933</sup> ANTONIUS [Antonio da Fontoura Barreto], 1915, p. 25.

<sup>934</sup> GAVIAL, 1931, p. 21.

tempos de escravidão! / Caiu no chão às golfadas, / Foram bemditas sementes! / Do sangue de Tiradentes / Brotou-nos a salvação”<sup>935</sup>. Mesmo de forma menos enfática do que no projeto nacional irlandês, também aqui se atribuía ao homem poder gerativo. Por isso o incentivo à construção de monumentos a soldados como estímulo patriótico e por isso a relevância de “transformar as estatuas em ventres fecundos de heroísmos”<sup>936</sup>.

A humilhação de que Tiradentes fora vítima não impedia que propulsores da República o tomassem como epítome de hombridade nacional; ao contrário, animava-os por referendar o discurso apologético ao sacrifício, de sorte que mesmo a derrota seria celebrável: “Cada um republicano que cae coem a cabeça cortada pelo rei, equivale a uma grande victoria”, explicava um ideólogo, pois se trata de “eloquente protesto firmado com o sangue popular contra a existencia dos monarchas”<sup>937</sup>. Declarações desse cunho remetiam, por certo, ao suplício daquele que, em exemplo lapidar de tradição inventada, fora convertido de bode expiatório da Inconfidência Mineira a herói de uma campanha republicana em princípio desconectada com aquela conjuração. Hobsbawm, ao notar que tradições aparentemente longevas são, por vezes, invenções recentes que, em observância a imperativos também recentes, naturalizam práticas ritualísticas cuja origem é localizada num passado remoto de forma a ocultar o real momento de sua concepção, evidencia que a invenção de tradições confere estatuto de perenidade ao contingencial. Ao legitimar determinada concepção identitária, a “memória nacional”, amnésica por excelência, não raro perpetua determinados significados em detrimento de outros na tensão entre lembranças e recalques seletivos<sup>938</sup>. O uso político de Tiradentes solapava discontinuidades históricas pela invenção de continuidade ininterrupta na qual os mortos, porque não mais suscetíveis a imperfeições, eram convertidos em homens de conduta cara ao projeto nacional, como sugeriam versos desta natureza: “E quando perguntarem os povos com espanto: / Que fez o cidadão que o povo assim guardou?! / Dirão: – ‘morreu aqui – Calvário sacro-santo – / O sangue desse Christo a pátria baptizou”<sup>939</sup>. No republicanismo brasileiro, o cometimento sacrificial transmitido de homem para homem implicou intrincado efeito de presentismo do passado e passadismo do presente para interpelar os contemporâneos a se agremiarem a uma tradição que assumia caráter transcendente enquanto atualização de passado forjado no ato mesmo de sua evocação.

---

<sup>935</sup> LUIZ, 1881, p. 8.

<sup>936</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>937</sup> B. G., 1881, p. 1.

<sup>938</sup> Cf. HOBSBAWM, 1984.

<sup>939</sup> LUIZ, 1881, p. 7-8.

No projeto nacional brasileiro, a exemplo do irlandês, a nação foi “parida” por “pais fundadores”, como se denominavam os idealizadores da proclamação da República.



**Imagem 36. Filhotes mamando na...filha**

A nação republicana fora gestada e trazida à luz por pais que, à diferença dos irlandeses, aparentemente mais uníssonos, propugnavam ideologias divergentes: Deodoro da Fonseca defendia a República militar; Benjamin Constant, a República “sociocrática”; Quintino Bocaiuva, a República liberal. Essa discordância entre pais de mesmo rebento, somada, sem muito tardar, à manutenção do autoritarismo por meio de expedientes oligárquicos, à heteronomia de parte expressiva da população e ao oligopólio econômico de alguns estados colocaria em descrédito um regime que não cumpria suas promessas de liberdade, igualdade e democracia<sup>940</sup>. Por isso a recursividade da expressão “não era essa a República dos meus sonhos”, cunhada pelo senador Saldanha Marinho e repetida pelas primeiras gerações que se seguiram à Proclamação<sup>941</sup>, e o contundente desabafo de Alberto Torres: “Este Estado não é uma nacionalidade; este paiz não é uma sociedade; esta gente não é um povo”<sup>942</sup>. Acrescente-se a esse quadro adverso a corrupção, que, mais e mais, tornava-se estruturante nos cargos públicos brasileiros e se tem anomalia geracional em que a República brasileira não é cuidada, mas, antes, sugada por seus pais. Que a nação padecia com os interesses mesquinhos de seus genitores denunciavam charges como *Um phenomeno curioso* (Imagem 36), publicada n’*O Gato*, com a legenda “Os paes da patria a mamarem na propria filha!”<sup>943</sup>. Nesse presságio da expressão “mamar nas tetas do Estado”, usada em nossos dias para designar a sucção parasitária de benesses estatais, líderes políticos sorvem o leite daquela que eles próprios,

<sup>940</sup> Cf. CARVALHO, 1987.

<sup>941</sup> BARROS, 1986, p. 177.

<sup>942</sup> TORRES, 1914, p. 198.

<sup>943</sup> LEAL [Vasco Lima], 1912, s.p.

como pais, deveriam alimentar, enquanto a passagem de uma serpente sugere que a confiança dos cidadãos fora traída pelos grupos dirigentes.

## MILÍCIA CONTRA MALÍCIA

---

*Ich sing' es hell und ruf' es laut: / Mein Vaterland ist meine Braut!*

Hoffmann von Fallersleben, *Mein Lieben*

Posta numa lente diacrônica, a virilidade, hoje sinônimo de potência sexual, tinha acepção diversa até o início do século XX, quando atrelada ao controle libidinal propugnado em argumentos de ordem fisiológica e moral fundamentados, respectivamente, no princípio economicista de que o homem seria tão mais viril quanto mais houvesse preservado seu jorro vital e na premissa de que o homem aspirante à gestão da esfera micropolítica da família ou da esfera macropolítica da nação precisava, antes, governar a si mesmo. Na conjuntura emergencial dos nacionalismos modernos, quando a revivescência de valores cristológicos atuava como matriz na formatação de códigos de masculinidade que delimitariam a agenda de projetos nacionais, a ligadura entre virilidade e castidade era corolário da produção de saberes constituídos na e pela intersecção entre discursos e tecnologias disciplinares implementados sob a égide da biopolítica. Para tanto, foram providenciais, a meu ver, a conjunção temporal e a confluência ideológica de práticas reguladoras em princípio desarticuladas, como a perseguição eclesiástica ao sexo recreativo (corpo = pecado), a ética do trabalho pelo modo de produção capitalista (corpo = máquina) e a criação de taxonomias sexuais e raciais, respectivamente, pelos discursos médico (corpo = *corpus*) e racialista (corpo = signo de diferença racial). Informado por tais práticas, o nacionalismo moderno se assentou no equacionamento entre virilidade e castidade pelo elogio do autocontrole e canalização do desejo para outro curso que não o sexual, mediante práticas sublimatórias investidas de valor cívico.

Em referência ao Brasil da Primeira República, Sant'Anna afirma que se tinha por viril o homem “fogos”<sup>944</sup>, visto que “[a] atividade sexual com mulheres comprovava a masculinidade, fossem elas esposas ou meretrizes”<sup>945</sup>. Simplificações dessa ordem passam ao largo de contradições do amplo espectro que os ideais de masculinidade

---

<sup>944</sup> SANT'ANNA, 2014, p. 70.

<sup>945</sup> *Idem*, 2013, p. 255.

hegemônicos abrangiam. Embora houvesse, para homens, o que Goulemot chama de *livres qu'on ne lit que d'une main*<sup>946</sup>, além de tratamentos farmacológicos para “fraqueza genital”, como certo “Sôro Masculino”<sup>947</sup>, a relação entre virilidade e desempenho sexual era mais sinuosa do que supõe a historiadora. Numa episteme em que diferentes “regimes de masculinidade” coexistiam sob mesma base terminológica<sup>948</sup>, havia, com efeito, duas acepções de virilidade paralelas que a certa altura se reconciliavam: uma primeira, de base teológica, associava virilidade e virtude, conexão evidente no solo etimológico comum, já que *vir* (homem) é o sujeito dotado de *virtus* (virtude)<sup>949</sup>; uma segunda, de base fisiológica, remetia a virilidade ao vigor físico e, por extensão, à potência sexual. Visto que a paixão, como força motriz do homem, deveria ser sublimada em favor de imperativos civilizatórios, era preciso harmonia entre virilidade moral e virilidade física, conforme lecionava a tradição filosófica ocidental, assentada no equilíbrio entre as paixões. Nesse estoico ideal de autocontrole, um homem deveria, sim, ter desejos carnis, mas, igualmente, saber dominá-los, pois tão relevante quanto exibir potência sexual era contê-la, e precisamente nesse *tour de force* emergiria a virilidade. Assim, um dos sintomas de efeminação seria o desejo masculino excessivo, sem embargo da escolha objetual: se passivo em face das tentações sensoriais a ponto de se abandonar à luxúria, o homem seria efeminado, conquanto tivesse desempenho atlético na relação sexual heteroerótica. A perpetuação de masculinidade hegemônica requer sujeitos que a respeitem como tal, a exemplo do que sucedeu com o soldado, protótipo masculino dos mais longevos desde a Grécia Antiga. Se é certo que as formatações da guerra se alteraram substancialmente sob efeito da revolução tecnológica, as representações do soldado pouco se modificaram no curso da história, baseadas que são em predicados masculinistas universais, como força, coragem e bravura. Se um dos apanágios que distinguem uma nação consiste na soberania territorial, o soldado se mantém como ideal

---

<sup>946</sup> Cf. GOULEMOT, 1991.

<sup>947</sup> VEIGA LIMA, 1923, p. 44.

<sup>948</sup> SOHN, 2009, p. 11.

<sup>949</sup> Isidorus Hispalensis (Isidoro de Sevilha), arcebispo espanhol que viveu entre os séculos VI e VII, dedicou a esse termo, na sua *Etymologiae*, primeira enciclopédia ocidental, uma explicação que seria paradigmática até o início da Era Moderna: “Um homem (*vir*) é assim chamado porque nele reside mais força (*vis*) do que numa mulher – donde também ‘força’ (*virtus*) ter recebido seu nome – ou, de outro modo, porque ele lida com uma mulher pela força (*vis*). Mas a palavra mulher (*mulier*) deriva de suavidade (*mollities*), donde *mollior* (vide *mollior*, mais suave), que, depois de uma letra cortada e outra modificada, agora é chamada *mulier*. Esses dois se distinguem pelos respectivos pontos fortes e fracos de seu corpo. Mas a força é maior no homem e menor na mulher, de sorte que ela irá submeter ao poder do homem” (ISIDORUS, 1801, s.p.).

de masculinidade cívica pela vigília das fronteiras nacionais em tempo de paz e defesa em tempo de guerra. Para a nação deveria ser canalizada, portanto, a energia libidinal.



O Levante de 1916, estrategicamente levado a termo quando da deflagração da Primeira Guerra, para a qual o império dirigia sua atenção, foi animado pela migração conceitual da hombridade cristã segundo imperativos da agenda anticolonial. Se a queda de Charles Parnell nos anos 1890 desfalcara os irlandeses do herói depositário da expectativa de Independência nacional, a popularização do militarismo, que culminaria no Levante, ascendia a figura de Cristo como padrão de masculinidade a ser emulado pelos rebeldes. Ainda que não passasse de ressemantização da hombridade cristã já em curso na Europa, o nacionalismo cristianoide irlandês adquiria foros de originalidade. No cerne de batalha na qual protestantismo e catolicismo eram contrapostos como cosmologias antagônicas entre materialismo e espiritualidade, a militarização da figura de Cristo se afinava com as especificidades de sua variante católica. Enquanto o protestantismo, afeito à imanência, preconizava a prosperidade terrena, o catolicismo, inclinado à transcendência, concebia o sofrimento como provação compensável em vida ulterior e, portanto, concatenava-se com a desvalia dos irlandeses. Essa distinção, levada em conta na apropriação de Cristo como protótipo de hombridade, poupava o ego dos colonizados mesmo em face de sucessivos fracassos nos combates contra o exército britânico ao permitir evocá-lo como emblema de soldado que, mesmo humilhado, ascendeu aos Céus como redentor de seu povo.

Precisamente porque caracterizado de forma polissêmica nos Evangelhos, Cristo podia ser rotulado tanto como pacifista quanto como guerreiro. Assim, em exegese que passava ao largo do contexto enunciativo sem o qual citações bíblicas atribuídas a Cristo – como “a minha paz vos dou” e “não vim trazer a paz, mas a espada” – soariam contraditórias, Pearse propunha a guerra como via única de acesso à paz: “Porque a paz é uma dádiva tão preciosa, a guerra é um dever tão sagrado. A Irlanda não encontrará a paz de Cristo até que pegue a espada de Cristo”<sup>950</sup>. Sob o beneplácito da religião, o recurso à violência era legitimado como *imitatio Christi*, pois, segundo um padre, a força e a bravura dos soldados irlandeses se deviam ao fato de possuírem “a perfeição da hombridade prometida por Cristo”<sup>951</sup>. Com efeito, os irlandeses, em face de sua castração

---

<sup>950</sup> PEARSE, 1916, p. 218.

<sup>951</sup> LOCKINGTON, 1920, p. 101.

simbólica pela ingerência colonial mutiladora, fetichizavam a arma como signo de verve insurrecional, atribuindo-lhe função fática patente em poemas como *Ode to the Rifle*, de Seamus O hEaluig: “Um rifle! Essa palavra / Faz meu sangue ferver, / E cada veia dentro de mim se excita / Quando o cano estou a ver”<sup>952</sup>. Porém, esse culto às armas guardava contradição de difícil inteligibilidade para o leitor de hoje. Conforme Foucault, as táticas de batalha se baseiam no princípio de que se deve ser capaz de matar para continuar a viver<sup>953</sup>. Contudo, em contraposição a esse axioma pautado na noção de que não se trava uma batalha a fim de perder, os rebeldes irlandeses da geração de 1916 não tinham qualquer expectativa de vitória e, cientes de que não derrotariam o exército britânico, racionalizavam sua fragilidade evocando proveitos simbólicos de insurreições abortivas. É elucidativa a resposta de Edward Daly, um dos partícipes do Levante, quando visitado na prisão pelas irmãs e indagado por que não matara os soldados britânicos quando tivera ensejo de fazê-lo: “Por que você não os fuzilou enquanto eles atiravam em você?” “Ah não, Laura,” ele respondeu. “Isso não seria jogar o jogo”<sup>954</sup>. A indagação sugere que as mulheres concebiam a guerra sob ponto de vista mais “masculino” do que os próprios homens, pois não tinham dúvida quanto à preferência por matar a morrer. Mas se esses homens, a fim de provarem sua virilidade, preferiam morrer a matar, de algum modo o empenho pela derrota, não pelo triunfo, conferia-lhes ganhos simbólicos.

Valente, ao tomar tal atitude como passividade resultante da introjeção do estereótipo colonial de efeminação<sup>955</sup>, não observa que se tratava menos de renúncia à hombridade em fascínio masoquista pelo fracasso e mais de uma forma oblíqua de conquistá-la. Os milicianos, certos de que dificilmente venceriam o exército britânico, não tinham expectativa de vitória, mas insistiam em lutar por vislumbrarem nas insurreições abortivas ganhos simbólicos, como exibição de *reitgeist* revolucionário e furor patriótico. Essa crença permitia ao líder revolucionário Terence MacSiney considerar “persistência e sacrifício” como “mais inspiradores do que uma grande vitória”<sup>956</sup>. Também permitia ao poeta William Butler Yeats, que identificava na história irlandesa sucessão de fracassos heróicos, prefigurar o imperativo benjaminiano de trazer à lume a história dos vencidos ao ponderar que “a história espiritual do mundo tem sido a história das raças conquistadas”; afinal, “nosso cristianismo não adveio da Judeia

---

<sup>952</sup> O HEALUIGH, 1914, s.p.

<sup>953</sup> Cf. FOUCAULT, 1976.

<sup>954</sup> *Apud* MAC LOCHLAINN, 1990, p. 71.

<sup>955</sup> Cf. VALENTE, 1995.

<sup>956</sup> MACSINEY, 1921, p. 61.

derrotada e cativa?”<sup>957</sup>. A inspiração católica, ao tanger o nacionalismo para a transcendência, atenuava as derrotas em sua dimensão objetiva e valorizava seu significado subjetivo a partir de sua similitude com o martírio de Cristo. Afinal, se em termos práticos as insurreições foram pouco efetivas, em termos simbólicos tinham valor comprobatório da indestrutibilidade do sentimento de nação. Assim, Roger Casement justificava os sucessivos fracassos pela analogia entre a busca dos irlandeses por reterritorialização e a errância da tribo de Israel, com a diferença de serem desterrados na própria terra: “Não é vergonha para a Irlanda ou seus filhos que até os dias de hoje tenham fracassado em cada tentativa”, argumentava: “Essas tentativas são [...] faróis de luz no deserto do Pecado, onde a Israel irlandesa ainda vaga em busca da terra prometida”<sup>958</sup>.

A transmutação de *topoi* católicos para sistema de representação secular investia o projeto nacional de estatuto divino ao vincular nacionalismo e catolicismo. Pádraic Pearse propalava o “evangelho do nacionalismo irlandês”<sup>959</sup> e assim definia o ideal de nação: “Como uma religião divina, a liberdade nacional traz as marcas da unidade, da santidade, da catolicidade, da sucessão apostólica”<sup>960</sup>. A fantasia de reprodutibilidade masculina pautada na reprodução antes ideológica do que biológica idealizava um sistema de linhagem simultaneamente mais flexível, porque independente de laços consanguíneos, e mais restrito, porque administrável por regras de admissão específicas. Ao emular a patrilinearidade católica na concepção de apostolado e idealizar uma linha de descendência na qual os mártires de determinada geração seriam filhos daqueles da geração precedente e pais daqueles da geração seguinte, a hombridade cristã não apenas forjava tradição patriótica, mas também justificava a exclusão das mulheres, já que Cristo não as tinha entre seus apóstolos. Se bem que essa configuração de gênero fosse opressiva por presumir que a ratificação da virilidade não prescindia, em nome de códigos civis, da exposição ao risco de morte, a idealização do autossacrifício pelos rebeldes irlandeses me obriga a discordar de Paz ao afirmar, a propósito da inseparabilidade entre vida e morte, que “cada vez que a primeira perde o significado a segunda se torna intranscendente”<sup>961</sup>. Ora, o ideário sacrificial defendia o contrário ao sugerir que, quando se esvai o sentido da vida, a morte configura redenção; afinal, para homens impotentes em face da condição

---

<sup>957</sup> YEATS, 1970, p. 55.

<sup>958</sup> CASEMENT, 1914, p. 59.

<sup>959</sup> PEARSE, 1916, p. 55.

<sup>960</sup> *Idem, ibidem*, p. 226.

<sup>961</sup> PAZ, 1950, p. 55.

colonial e constrangidos pela suposta perda de hombridade, a autoimolação, na forma de sacrifício cristianóide, salvaria da desonra uma vida mutilada.



Em caso sintomático do pavor da feminização no entresséculos, o jurista alemão Daniel Paul Schreber relatava em 1903, nas suas *Denkwürdigkeiten eines Nervenkranken*, alucinações neuropatas em que potentados sobrenaturais o emasculavam. Todavia, a racionalização, como defesa egoica, converte o pavor de ser transfigurado em mulher num delírio de grandeza: a mutação não teria outro propósito que fecundá-lo para gerar nova raça humana<sup>962</sup>. Em apreciação dessas memórias, Freud concebeu a paranoia como neurose defensiva que resguarda a integridade do ego ao projetar no mundo externo emoções ansiógenas para cosmizar o caos da realidade subjetiva<sup>963</sup>. Embora os paranoicos clínico e político sejam ambos desconfiados, temerosos, catastrofistas e megalomaníacos, o primeiro identifica que o mundo conspirador em que acredita viver se dirige contra ele, enquanto o segundo o imagina dirigido contra uma nação inteira<sup>964</sup>. Essa distinção se faz evidente no modo como a paranoia, quadro hipertrofiado em contexturas de fricções geopolíticas<sup>965</sup>, traduzia o terror da feminização no projeto nacional brasileiro. Malgrado o Brasil não estivesse a braços com guerras coloniais como a Irlanda, ansiedades atinentes ao legado colonial eram projetadas para fora e regressavam como potentados estrangeiros decididos a se apoderar da nação. Quando, por trás das cortinas do palco onde se encenava o espetáculo da *Belle Époque*, travavam-se lutas por quinhões da Terra entre nações imperialistas, tais disputas atemorizavam um país que sofrera colonização e testemunhava o fatiamento da África por potências bélicas europeias. A vidência alarmista era posta em circulação por letrados como Olavo Bilac, que, mesmo na pacata atmosfera *avant le déluge* da Primeira Guerra, indagava em crônica de 1904: “Em que fria e esperta chancellaria da America ou da Europa, estará a esta hora sendo encubado, em segredo, o plano terrível?”<sup>966</sup>. Nessa fantasia persecutória de que o país, a qualquer tempo, seria invadido por impérios ciosos por expansionismo, tal plano seria urdido numa, noutra ou mesmo em todas as potências imperiais, aqui metaforizadas como chancelarias: “Todas ellas teem boa dentadura e bom estomago; todas ellas estendem para nós os olhos

---

<sup>962</sup> Cf. SCHREBER, 1903.

<sup>963</sup> Cf. FREUD, 1911.

<sup>964</sup> Cf. HOFSTADTER, 1967.

<sup>965</sup> Cf. ROBINS, POST, 1997.

<sup>966</sup> BILAC, 1904, p. 107.

famintos”<sup>967</sup>. A certeza do ataque e a equivocidade sobre quem o perpetraria redundavam numa fixação obsessivo-paranoide na ideia de perseguição, como se olhos sem rosto espreitassem a nação para iminente ofensiva. Em tal conjuntura, as noções de *danação* e *redenção* corriam como fastio de pólvora numa cadeia perceptiva que desembocava na terminalidade do país. Que os brasileiros, perdidos, careciam de salvação indicava precisa analogia barretiana: “Nós, os Brasileiros, somos como Robinsons [Crusoés]: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou”<sup>968</sup>. O prospecto apocalíptico de que o Brasil, mal saído do jugo colonial, estaria próximo do fim se exacerbava à proporção que se faziam ouvir os canhões da Primeira Guerra. Na contramão dos ideólogos de escrúpulo triunfalista, os fatalistas anunciavam divinatoriamente o ocaso de uma nação que já nascera fadada à danação. Um artigo de título crepuscular, *A eliminação do brasileiro*, arrolava uma miríada de ameaças endógenas e exógenas ao país, dentre as quais “a chegada dos guerreiros fortes das nações disciplinadas e robustas, que encaram este colosso desarmado e desunido como uma presa fácil e tentadora”<sup>969</sup>. Nessa atmosfera de tensão, catalisada pela Primeira Guerra, o inimigo do Brasil não tinha rosto, mas não lhe faltavam armas e munições. Nada mais paranoico do que a vigília permanente contra o ataque de um inimigo oculto.

Visto que a nação em apuros deveria ser escoltada por homens cujo elmo seria a própria vida, a axiomática previsão de ataque chancelava medidas de positivação do Exército brasileiro. Contudo, no país sul-americano, recrutamento rimava com pesadelo para homens que, desde a era colonial aos primórdios da República, amiúde se refugiavam nos matagais, temerosos da aparição de recrutadores<sup>970</sup>. Ao passo que irlandeses investiam o autossacrifício como redenção, brasileiros relutavam em trilhar a *via crucis* que os destinaria ao abraço – atraente e repugnante – da morte. Nada mais emblemático dessa ambivalência do que uma charge na qual a figuração prosopopeica dos Estados Unidos acede ao flerte da guerra, personificada como *femme fatale* cujo olhar sedutor desvia sua atenção da morte que traz a tiracolo (Imagem 37).

O belicismo não vingaria antes dos anos 1910, quando posta em obra campanha de ressignificação do serviço militar como “dever cívico varonil em substituição à concepções punitivas que haviam prevalecido até então”<sup>971</sup>. Entre os apólogos da

---

<sup>967</sup> *Idem, ibidem*, p. 107.

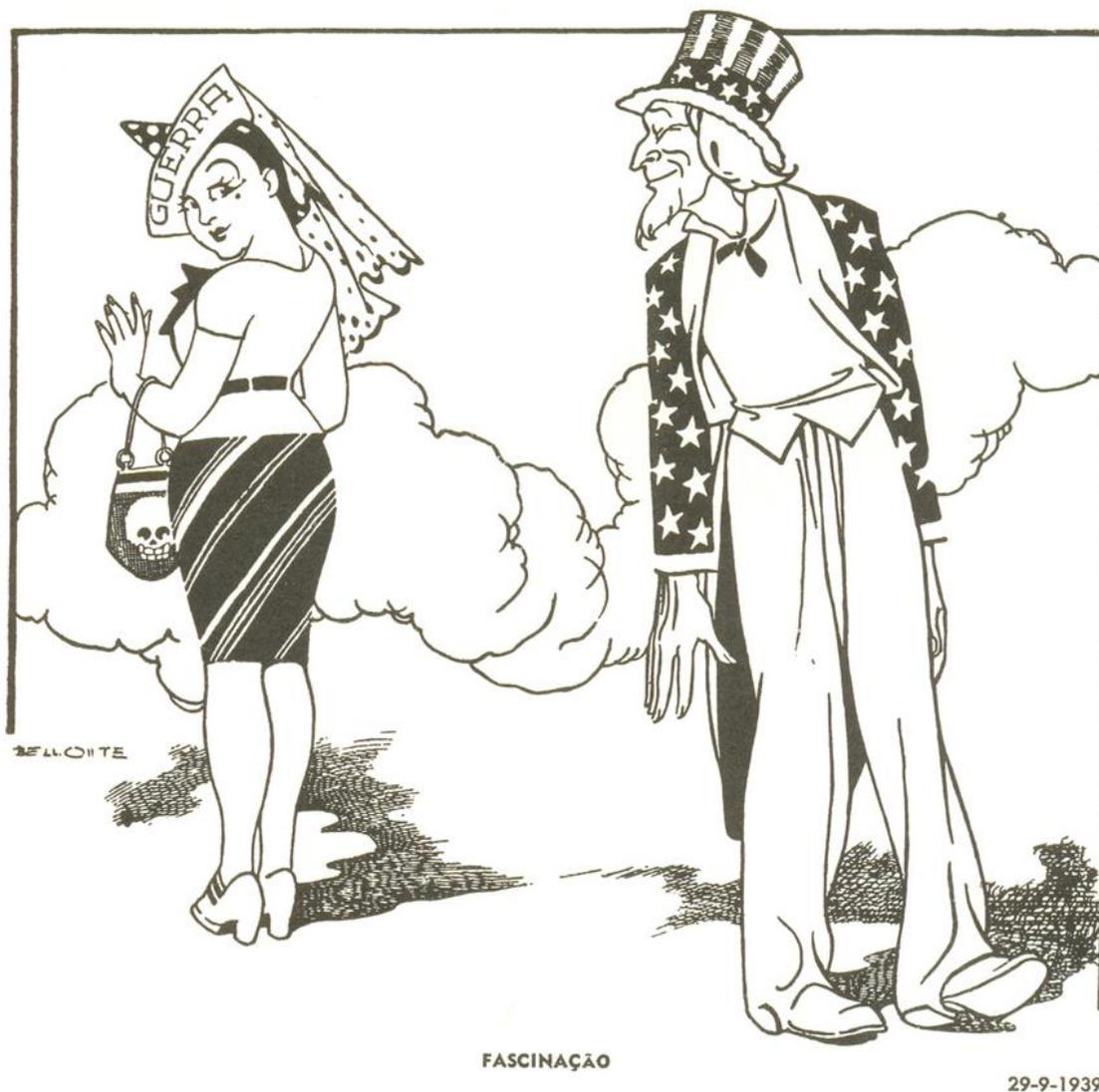
<sup>968</sup> BARRETO, 1822c, p. 42.

<sup>969</sup> CORREIO DA MANHÃ, 1916, p. 1.

<sup>970</sup> Cf. IZECKSOHN, 2013.

<sup>971</sup> IZECKSOHN, 2013, p. 294.

masculinidade cívica, que confiavam à figura do soldado a guarnição do país frente à invasão estrangeira que se lhes afigurava iminente, Olavo Bilac se valia do lugar



**Imagem 37. A morte a tiracolo**

enunciativo como “Príncipe dos Poetas Brasileiros” para levar “seu verbo apostolar”<sup>972</sup> a várias cidades, entre 1915 e 1916, sobre males que danavam a nação e alternativas para sua salvação<sup>973</sup>. À semelhança de Pádraic Pearse, atuava como líder messiânico que “tomou a cruz” de uma “campanha de fé e de regeneração”<sup>974</sup> e seu discurso de chamamento à masculinidade cívica era referido como “oração ardente do apóstolo”<sup>975</sup>, ante cujo bramido os moços brasileiros aderiam ao “ideal redemptor consubstanciado

<sup>972</sup> CARETA, 1915, p. 7.

<sup>973</sup> Cf. MCCANN, 2004.

<sup>974</sup> ANTONIUS [Antonio da Fontoura Barreto], 1915, p. 25.

<sup>975</sup> CARETA, 1915, p. 7.

na nação em armas”<sup>976</sup>. Sua “sacra missão apostalar”<sup>977</sup> culminaria na Liga de Defesa Nacional, criada em 1916 para difundir, em reação a um emasculado pacifismo, o serviço militar como educandário cívico: “A pátria que nos ensinaram a amar é uma pátria inerme, que não quer lutar, que não quer vencer, que aspira apenas á beatitude de uma paz paradisiaca e que estará prompta a implorar-a do seu inimigo [...] no momento de cruzar com elle as armas!”<sup>978</sup>. Defensor contumaz do serviço militar, Bilac lhe creditava a verve de propiciar, entre outras benesses, a “regeneração muscular e psíquica”<sup>979</sup> do brasileiro e por isso propunha a “militarização de todos os civis” para que cada homem se tornasse um “cidadão-soldado”<sup>980</sup>. Ao militarismo bilaquiano interessava não apenas o homem adulto, mas também o menino, cuja infância coincidia com a incipiência do país republicano e aludia à ideia de futuro, em contraponto ao passadismo da Monarquia. Nos idos de 1908, o poeta relatava que os adultos tanto intimidavam os meninos de sua geração com o imperativo “É preciso ser homem!” que “ficamos homens antes do tempo”, com sequelas psíquicas dessa masculinidade prematura<sup>981</sup>. Dez anos passados, o mesmo Bilac dizia a uma plateia de meninos: “Falando-vos, meus amigos, não falo já a crianças, mas aos homens que já deveis ser”, pois, ante o desafio de erguer uma nação, “é preciso que [...] na inocência do menino já se afirme a energia do cidadão”<sup>982</sup>. Aquele que lamentara o encurtamento de sua infância agora ecoava os antepassados: “Crianças, sede homens desde já!”<sup>983</sup>.

A militarização da infância, sob influxo do escoteirismo recém-criado pelo general inglês Robert Baden-Powell, emprestava legitimidade à adultificação por fornecer parâmetro internacional para fabricação do homem brasileiro. “É na infância que se prepara o homem”, lecionava Coelho Netto, ao lembrar que os ancestrais tanto zelavam pelo homem, “medula das pátrias”, que o submetiam, desde tenra idade, a uma educação austera na qual “tiravam dele o cidadão perfeito”<sup>984</sup>. Nesse construcionismo *avant la lettre*, a hombridade era concebida como efeito de aprendizado cultural, com a distinção de se presumi-la pedra bruta que bastava ser talhada e lapidada. Eis porque a precisão de instituições paramilitares como as escolas de escoteiros, donde “saem os infantes que

---

<sup>976</sup> *Idem*, 1916a, p. 11.

<sup>977</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>978</sup> ANTONIUS [Antonio da Fontoura Barreto], 1915, p. 25.

<sup>979</sup> BILAC, 1917, p. 7.

<sup>980</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>981</sup> *Apud* PONTES, 1944, p. 23.

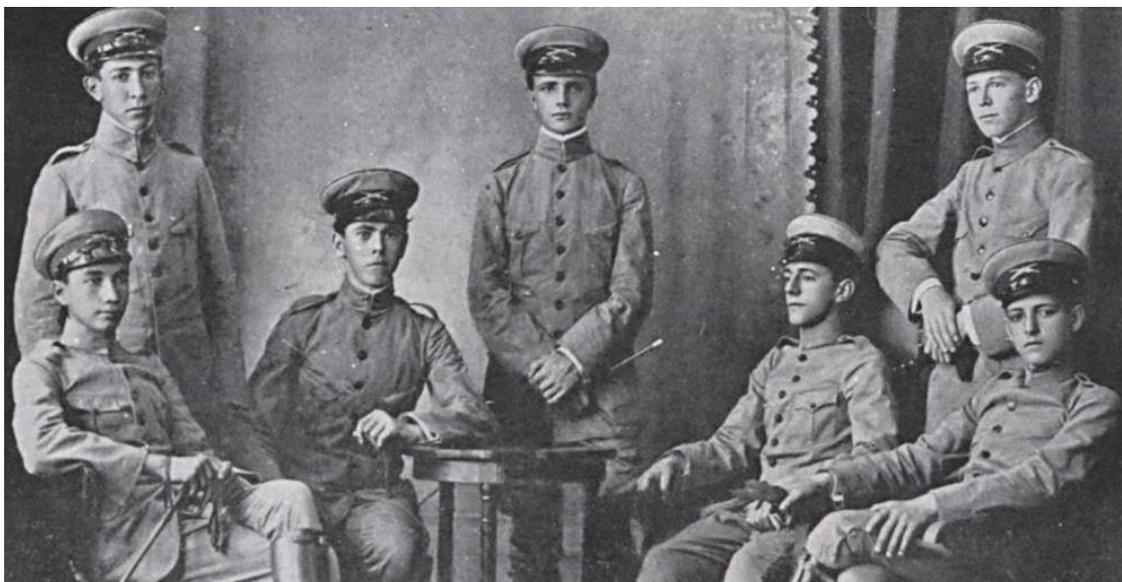
<sup>982</sup> BILAC, 1996, p. 908.

<sup>983</sup> *Idem, ibidem*, p. 908.

<sup>984</sup> COELHO NETTO, 1922, p. 3.

serão os homens de amanhã: seres de têmpera viril, tão úteis na paz [...] como serão bravos na guerra”<sup>985</sup>. Líder dessa campanha de militarização dos jovens, Olavo Bilac definia sua atuação, em termos cristológicos, como “apostolado de civismo e patriotismo” na medida em que se valia do prestígio intelectual para discursar a estudantes de várias instituições do país. Seu papel no êxito da conscrição foi reconhecido com a outorga, ainda em 1916, do título de Patrono do Serviço Militar<sup>986</sup>. O sucesso da sua propaganda pela militarização dos jovens foi tão imediato que, ainda em 1916, a revista *Careta* exibia fotografias de integrantes do “batalhão escolar” da Universidade Federal do Paraná (Imagem 38)<sup>987</sup>.

No Brasil, o *ethos* sacrificial têm inscrevia o autossacrifício como emulação do *Christus patiens* e incitava a crença na capacidade de o sangue masculino revivificar o país. Todavia, os brasileiros aspiravam   compensação pós-morte com menos



**Imagem 38. Meninos-homens**

veemência do que os irlandeses. Se no projeto nacional irlandês o recurso   *Imago Christi* era favorecido pela ressemantização da *Hombridade Cristã*, no brasileiro o vínculo entre nacionalismo e catolicismo era mais t nue, ainda que têm impusesse compromisso cristian ide. No país sul-americano, a falta mesma da transcendência agregaria valor a um sacrifício não animado por prospectos de santificação e imortalidade:

No espirito de sacrifício está, inteiro, o Evangelho do homem de armas. O Exercito [...]   uma vocação para as armas. [...] O que assombra, nessa especie de sacerdocio, é a falta, muitas vezes, da certeza desoladora da immortalidade. Não nos custa sacrificar a vida quando a

---

<sup>985</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>986</sup> Cf. MCCANN, 2004.

<sup>987</sup> CARETA, 1916b, s.p.

trocamos pela esperança, risonha, de um Paraíso. [...] Os martyres do Christianismo morriam felizes porque morriam para viver. [...] O soldado, não. Muita vez não crê na outra vida. [...] Sua bravura tem assim um sentido alto de humanidade. Para o incredulo, a vida deveria ser o maior dos bens – senão o único... Mas o incredulo que veste uma farda passa a ser um mystico da nacionalidade e um devoto da Patria<sup>988</sup>.

No Brasil, país formalmente livre desde 1822, a resistência anticolonial não contou com ampla adesão popular, já que o responsável pelo *élan* autonomista fora um príncipe metropolitano e a manutenção lusitana no comando do país estimulava simpatia pela coroa, vide Dom Pedro II ter logrado benquerença como imperador. Em larga fatia do século XIX, a noção de *independência* não encerrava, univocamente, ruptura plena com a metrópole, mas, sim, autonomização administrativa. A dilatação semântica do termo independência ocorreu tão-só em razão de práticas gestionárias lusófilas recepcionadas como risco de recolonização. Exceção feita a grupos minoritários radicais, interessava aos brasileiros, até a última hora, uma monarquia dual<sup>989</sup>. Já na Irlanda, país que seria colônia até cem anos mais tarde, o anticolonialismo foi mais encorpado e, proporcionalmente, granjeou mais partidários. Se no Brasil a (est)ética sacrificial não adquiriu tanta musculatura, no país europeu se procurou converter a sucessão de derrotas em tradição sacrificial e incitar a crença tanto na capacidade do sangue masculino revivificar o país quanto na aquisição da santidade por meio do autossacrifício.

## AMARO AMAR: AMAR OU AMAR

---

*Tell me not, (sweet) I am unkinde, / That from the nunnerie / Of thy chaste breast and quiet minde / To warre and armes I flie. [...] / True: a new Mistresse now I chase, / The first foe in the field; / And with a stronger faith imbrace / A sword, a horse, a shield. [...] / Yet this inconstancy is such, / As you too shall adore / I could not love thee, dear, so much, / Lov'd I not Honour more.*

Richard Lovelace, *To Lucasta, Going to the Warres*

Richard Lovelace, em despedida à sua amada, justifica seu abandono como prova de amor, pois, na ética cavaleiresca, somente a ratificação da hombridade na guerra dignificaria o caval(h)eiro à sua dama. Uma vez que no acervo dos códigos de masculinidade se impõe, em conjuntura de guerra, o paradigma do soldado, o poeta e cavaleiro inglês estabelece uma contraposição entre engajamento marcial e amor

---

<sup>988</sup> NEVES, 1934, p. 1.

<sup>989</sup> Cf. COSTA, 1977.

romântico que deita raízes nos estágios primevos do militarismo, quando soldados romanos eram proibidos de contraírem matrimônio<sup>990</sup>. Comprometidos com a pátria, deveriam renunciar à mulher, objeto de desejo concorrente que poderia distraí-los do compromisso cívico, tal como sugere a iconografia, mencionada por Delumeau, na qual soldados colhem frutos de uma macieira cujo tronco é o rosto de uma mulher e adormecem em vez de ir ao combate<sup>991</sup>. De fato, o tropo da mulher cuja sensualidade desafia a continência de guerreiros tem lugar no imaginário ocidental desde a mitologia grega, em que Helena de Troia, ao exhibir seu corpo nu, literalmente desarma Menelau, que atira a lança ao chão. Bem a propósito, é sintomático o episódio mítico em que o herói celta Cuchulainn, após exterminar três rivais, dirige-se à capital de Ulster, levando como troféu as cabeças dos vencidos. Ante a iminência de sua chegada para aniquilar os guerreiros locais, o rei Conchobar, em vez de prepará-los para surpreendê-lo, ordena que uma multidão de mulheres nuas, todas lascivas, postem-se diante do rapaz e lhe exibam sua pudenda. Cuchulainn tapa o rosto para não vê-las, mas é sobrepujado pelo desejo e sente tal calor que são precisos três tanques de água fria para abrandar sua febre erótica<sup>992</sup>. Noutra versão, a rainha que capitanea o grupo de mulheres nuas o desafia com os seios: “Aqui [...] estão os guerreiros que querem lutar contra você”<sup>993</sup>. Em vã reação, Cuchulainn cobre o rosto para não sucumbir à tentação e os homens então o rendem<sup>994</sup>.

Com efeito, um dos pontos axiais da história das masculinidades consiste na intrincada conjunção disjuntiva entre códigos civis e militares. No paradigma de masculinidade instituído pelo Estado-nação moderno, o homem – soldado ou reservista – deve carregar dentro de si tanto virtudes militares acionáveis a qualquer tempo que necessário quanto virtudes civis de que será cobrado em tempo ordinário. Sujeito a interpelações bifrontais, há de estar pronto para assumir uma ou outra identidade conforme exijam as circunstâncias de paz ou de guerra<sup>995</sup>. Assim, o Estado-nação moderno impôs ao homem oscilação esquizofrênica entre as virtudes do provedor (bastião da família como microcosmo da nação) e do guerreiro (bastião da nação como macrocosmo da família). O varão se via a braços com o dilema, de gosto amaro, entre amar a pátria ou amar a noiva e, como o militarismo constituía uma arena de diplomação

---

<sup>990</sup> Cf. CAMPBELL, 1978.

<sup>991</sup> Cf. DELUMEAU, 1978.

<sup>992</sup> Cf. DUMÉZIL, 1969.

<sup>993</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 122.

<sup>994</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>995</sup> Cf. NYE, 2007.

da hombridade, a escolha deveria pender para a pátria. A colocação desse dilema tinha motivo retórico: como o herói precisa ser colocado à prova para exibir sua virtude, mensurada tanto por conquistas quanto por renúncias, abandonar a amada em favor da nação seria a prova mais cabal de patriotismo. Por isso, esse código de gênero dependia da mulher, paradoxalmente, como obstáculo e acesso à virtude; afinal, sobrepujar a tentação feminina implicava ratificação tanto da heterossexualidade (base biológica) pelo registro do desejo quanto da hombridade (base moral) pela suplantação desse mesmo desejo. Como testemunhou a escritora inglesa Vera Brittain, a guerra colocou “uma barreira de experiência indescritível entre os homens e as mulheres que eles amavam”<sup>996</sup>. De fato, o nacionalismo militarista se revelou dispositivo antiamoroso ao desnaturalizar o amor romântico, que fora naturalizado pelo culto burguês à família nuclear e que seria renaturalizado no período pós-Segunda Guerra, consagrado como “a era de ouro do casamento no Ocidente”<sup>997</sup>. Se tomada superficialmente, essa oscilação supõe que se ama menos em determinadas épocas do que noutras, como se de tempos em tempos os corações se lacrassem ou se abrissem. Sob uma lente culturalista, o amor romântico, construção cultural contingente, é ora centralizado, ora minimizado por dispositivos biopolíticos que informam as relações sociais e os modos de subjetividade. Como artefato cultural, o amor romântico há de ser entendido sob o ponto de vista de suas significações históricas, mediante investigação do liame entre as formas de padronização dessas relações e os imperativos subjacentes à (re)(in)stauração de determinados arranjos sociais e das motivações para suas alterações semânticas, para seu (des)(re)investimento de função social reguladora e para os modos como as matrizes culturais legislam o curso das relações amorosas. Dito isso, argumentarei, no que se segue, que os nacionalismos irlandês e brasileiro “interditaram” o heteroerotismo ao suspender provisoriamente a *masculinidade civil*, fundada na heterossociabilidade explicitamente vertical e na autocracia doméstica do *pater familiae*, e ascender a *masculinidade cívica*, fundada na homossociabilidade aparentemente horizontal e na democracia pública dos *brothers-in-arms*. A suspensão provisória do código de masculinidade civil e ascensão do código cívico resultaria no fenômeno que denomino *interdição heteroerótica*, *ethos* que se coadunava com a hierarquia axiológica entre o celibato e a conjugalidade, notabilizada por Paulo de Tarso. Numa lógica do bem maior e do mal menor, o apóstolo preconizava a castidade como preferível à sexualidade conjugal, por sua vez preferível à

---

<sup>996</sup> BRITAIN, 1968, p. 374.

<sup>997</sup> COONTZ, 2005, p. 226.

incontinência, e distinguia o celibatário, dedicado em “agradar ao Senhor”, e o homem casado, empenhado em “agradar à esposa”. Assim, a Igreja, a partir da clivagem entre amor fraterno (*caritas*) e amor erótico (*cupidias*), considerava a castidade expressão mais sublime do amor. Na articulação entre catolicismo e nacionalismo, a formulação paulina se aclimatava à retórica que distinguia o homem disposto a abdicar da mulher amada em prol da nação e o relutante em fazê-lo. Se no catolicismo a castidade figurava como observância à convocação do Pai (Deus), no nacionalismo se ressemantizava como atendimento ao clamor da Mãe (nação), de sorte que, em projetos nacionais formatados por homens que, narcisicamente feridos, insurgiam contra o Pai castrador (império), atender ao chamado materno seria mais compensatório (enquanto revivescência da plenitude pré-edípica) do que ao paterno (enquanto revivescência da Lei do Pai).



A interdição heteroerótica devido ao primado da masculinidade cívica foi expressa, de forma sintomática, por Adolf Hitler, que se sentia, após seus discursos belicistas, “como se eu houvesse tido uma emissão sexual”<sup>998</sup>, e certa vez, indagado por que não se casara, respondeu taxativamente: “Casamento não é para mim e nunca será. Minha única noiva é minha Pátria-Mãe”<sup>999</sup>. O fato de outros estadistas, como António Salazar, em Portugal, também serem nacionalistas radicais, atuarem como líderes, recusarem-se a contrair matrimônio e significarem sua nação como noiva evidencia o potencial sublimatório da canalização do impulso erótico para o nacionalismo. Vale, bem a propósito, a observação de Adorno: “É um dos princípios básicos da liderança fascista manter a energia libidinal primária num nível inconsciente, de modo a desviar suas manifestações de maneira adequada aos fins políticos”<sup>1000</sup>. Se bem que tais personalidades sejam exemplos-limite da injunção militarista que antepõe a masculinidade cívica à civil, a sobreposição do desejo pela mulher-símbolo ao desejo pela mulher-carne não é primazia de líderes extremistas. Na lírica irlandesa, comparações do laço de camaradagem com o matrimônio deixam entrever um compromisso de lealdade patriótica superior ao firmado no casamento heterossexual e, desse modo, sugerem ser o compromisso cívico expressão mais genuína da união nacional. Vide a elegia em que

---

<sup>998</sup> *Apud* VICTOR, 1998, p. 105.

<sup>999</sup> *Apud* CONRADI, 2004, p. 285. Embora tenha-se casado, o líder nazista só o fez quando da iminência de sua morte e com a condição de que sua companheira, Eva Braun, cometesse suicídio junto com ele.

<sup>1000</sup> ADORNO, 1972, p. 415.

Samuel Ferguson declara a seus pares: “Deus, que nos fez irmãos, / Não há de fazer nossas mãos / Unidas em ritos mais sagrados / Do que o matrimonial / Em lados separados / Desembrenharem o punhal”<sup>1001</sup>. O paradigma segundo o qual a posse de atributos antitéticos revela a complementaridade entre homens e mulheres cede lugar a uma economia homossocial em que a posse de predicados idênticos evidencia a complementaridade entre homens tal que estes compõem um todo indiferenciado. A homossociabilidade masculina metaforiza uma nação igualitária por sugerir coesão nacional não favorecida por laços heterossociais balizados pela desigualdade radical.

William Butler Yeats observou que, na Irlanda, todo jovem considerava a nação “sua namorada, sua mulher, o amor de sua vida, aquela por quem enfrentaria a morte triunfantemente”<sup>1002</sup>. E explorou esse mote em sua célebre peça nacionalista *Cathleen ni Houlihan*, cuja localização temporal (1798) e topográfica (Kilalla) remete a audiência ao primeiro esforço coletivo dos irlandeses pela autogestão, já que naquela vila milhares de franceses haviam aportado para se irmanarem com os *United Irishmen* na peleja contra tropas inglesas. Como protagonista, uma velhinha desapossada de sua casa por intrusos aborda uma família campesina e pede socorro ao primogênito Michael, que, mesmo em véspera de se casar, abandona família e noiva para entregar sua vida em defesa da indigente. Ao relatar que há “estranhos demais na casa” e que estes lhe tomaram seus “quatro belos verdes campos”<sup>1003</sup>, a visitante metaforiza a condição colonial, pois era cristalina a identificação dos “estranhos na casa” com os ingleses que tomaram as quatro províncias em que o território irlandês se distribuía<sup>1004</sup>. A casa (estrutura física) e o lar (cosmo afetivo) oferecem refúgio e proteção desde que resguardados de perigos externos. Como as definições de casa e nação se assentam na dicotomia dentro/fora, a defesa daquela contra estranhos se traduz em fechaduras, grades e sistemas de segurança e a defesa desta contra estrangeiros se traduz em guarnição de fronteiras mediante formação de exércitos e restrições à imigração. Num nacionalismo no qual a casa evocava antonímias de ordem geográfica (dentro/fora), étnica (nós/eles), ética (leal/desleal) e sexual (masculino/feminino), a violação perpetrada por hóspedes malquistos nos remete à expropriação da nação pelos colonizadores; daí a força retórica da procura de Cathleen por voluntários que a ajudem a colocar os estranhos “para fora da minha casa”<sup>1005</sup>.

---

<sup>1001</sup> FERGUSON, 1918[1847], p. xxvii.

<sup>1002</sup> *Apud* DOGGETT, 2006, p. 37.

<sup>1003</sup> YEATS, 1908, p. 153.

<sup>1004</sup> Leinster (a leste), Connacht (a oeste), Ulster (ao norte) e Munster (ao sul).

<sup>1005</sup> YEATS, 1908, p. 159.

Contudo, a mesma personagem que lamenta a tomada de seu lar por intrusos exerce função invasora, pois a sobrevivência da nação imaginada como família depende da desestruturação familiar pela (con)vocação de homens de família ao sacrifício.

A disparidade entre a aflição da indigente e o júbilo da família sugere alheamento em relação às agruras da nação. A mãe, de quem se esperaria zelo por valores pátrios, conclama Michael às injunções da masculinidade civil ao lembrar que o filho deve dar boas-vindas não aos amigos da senhora, mas à noiva que trazia o dote. Seu argumento economicista inscreve o casamento na *junção* capitalista de bens materiais e na *disjunção* patriarquista de papéis generizados que delega ao homem função produtiva (provisão material) e à mulher função reprodutiva (continuidade biológica). O prospecto inicial do casamento é operatório para grifar a disjunção entre o unitarismo do projeto nacional e o particularismo de interesses grupais. Em face da mobilização pela chegada dos franceses, o alheamento da família entretida com os preparativos para o casório instaura ironia crucial para o desígnio admonitório da peça: a simultaneidade entre as bodas e a insurreição confere tom deontológico ao texto, que preconiza a anteposição do comunitarismo a aspirações individuais e da peleja coletiva pelo bem comum ao desalinhado empenho por conquista restrita a poucos. Entretanto, o rapaz interpelado por duas frentes antagônicas e inconciliáveis, a masculinidade civil (homem = guardião da família) e a masculinidade cívica (homem = guardião da nação), opta por aquela investida de mais capital simbólico num contexto de comoção pela Independência nacional. Se, na posição aporística entre as masculinidades civil e cívica, que ali representava escolha entre morte e vida, Michael se decide pela segunda, são as mulheres, como marcadores da virtude masculina, que o conduzem para um ou outro polo. Se nessa disjunção entre as demandas da mulher-símbolo e da mulher-carne apenas os anseios da primeira são considerados, e se tão-somente o homem pode atender ao desejo de uma ou de outra, ao fazê-lo este não realiza senão seu próprio desejo. Portanto, o narcisismo masculino, como recusa da castração, satisfaz-se por qualquer via que tome, já que, na definição paradigmática de desejo, não se deseja propriamente o outro, mas ser por ele desejado.

Quando Cathleen, em rejeição a esmolas, declara que aquele que desejar ajudá-la “deve, ele mesmo, dar-se a mim”<sup>1006</sup>, decreta a morte de outrem como condição para sua sobrevivência e, assim, estabelece a masculinidade cívica, culminante no sacrifício, como quesito para reverter a danação da nação. De igual maneira, quando ouve que o rapaz está

---

<sup>1006</sup> *Idem, ibidem*, p. 158.

prestes a se casar, retruca que “[n]ão é um homem de casamento marcado que eu procuro para me ajudar”<sup>1007</sup> e estabelece incompatibilidade entre amor romântico e sacrifício e, em última análise, impossibilidade de servir a Irlanda e permanecer entre os vivos. No nível do subtexto, a peça editada em 1902 remonta a um estereótipo de feminilidade então explorado à larga nas Letras e Artes. Em estudo seminal, Praz notou que na literatura da primeira metade do século XIX predominou a mulher inócua (a virgem) ou vitimada (a prostituta), ao passo que na segunda metade emergiu a mulher poderosa e destrutiva para o homem<sup>1008</sup>. Essa transição se devia à imaginação decadentista finissecular, de cuja fonte bebera Freud em sua teoria da sexualidade feminina, na qual a mulher, castrada e castradora, precisaria manter o homem como sua presa para fazer dele seu próprio falo<sup>1009</sup>. Na peça, a fêmea sedutora e seu duplo, a *Sean-Bhean bhocht*, iteram a ambivalência masculina em relação à mulher no entresséculos. De um lado, agrega elementos anagógicos nativos, já que a velha decrépita que seduz um jovem para rejuvenescer nos remete a Cailleach Bheare, à diferença de não desejar o pênis, mero órgão anatômico, mas o falo, insígnia de poder; de outro, ao hipnotizar Michael e enredá-lo para a morte, também reúne elementos de figura feminina mais cosmopolita, a *femme fatale*. Por arruinar os planos de duas famílias, separar um casal apaixonado, seduzir um homem comprometido, desencaminhá-lo do casamento e induzi-lo à morte, Cathleen poderia se arregimentar à confraria das castradoras finisseculares, como Salomé, Judites, Dalilas, Salammbôs e outras *femmes fatales* que espelhavam ansiedades masculinas<sup>1010</sup>. A personagem que depende do sangue de outrem para rejuvenescer lembra um protótipo de feminilidade destrutiva conhecido por William Yeats e Lady Gregory, que o assistiu anonimamente na elaboração da peça. A protagonista da peça escrita quatro anos após a publicação de *Dracula* pelo irlandês Bram Stoker guarda semelhanças com a vampira, como captou a mecenas Annie Horniman quando, perante a recusa de Yeats em abandonar a Irlanda para acompanhá-la na fundação de um teatro em Manchester, desabafou: “Mas o que são minhas palavras contra o cortejamento da vampira Kathleen ni Houlihan[?]”<sup>1011</sup>. Vários são os indícios dessa relação que me parece resultar menos do intento de construir uma figura vampiresca do que da apropriação de sistemas de representações vigentes. A personagem assedia Michael ao chamá-lo para “mais perto de

---

<sup>1007</sup> *Idem, ibidem*, p. 161.

<sup>1008</sup> Cf. PRAZ, 1930.

<sup>1009</sup> Cf. BERNHEIMER, 2002.

<sup>1010</sup> Cf. GAY, 1984; DIJKSTRA, 1989; SHOWALTER, 1990.

<sup>1011</sup> *Apud* JEFFARES, 2001, p. 125.

mim”<sup>1012</sup>, conta que alguns de seus amantes morreram “centenas de anos atrás”<sup>1013</sup> e que outros tantos morrerão no futuro, e tem o poder de extrair o sangue dos homens ao converter suas “faces rubras” em “faces pálidas”<sup>1014</sup>, sob promessa de que, como recompensa, “viverão eternamente”<sup>1015</sup>. Mesmerizado por seu (en)canto sirênico, Michael entra em transe, adquire “aspecto de um homem enfeitiçado”<sup>1016</sup>, esquece a noiva, a quem olha “como uma estranha”<sup>1017</sup>, e leva o pai a declarar que o rapaz “não ouve uma palavra do que dizemos”<sup>1018</sup>. Na passagem final, em que o caçula é indagado se encontrara a velhinha pelo caminho e responde que vira apenas uma jovem que “tinha o caminhar de uma rainha”<sup>1019</sup>, a transformação da velha decrepita numa moça atraente remete ao revigoração da vampira após a infusão de sangue, embora o escopo da cena fosse evidenciar que o sacrifício masculino revivifica a nação.

Contudo, se na mitologia ocidental as mulheres, a exemplo de Eva e Pandora, obstam o acesso dos homens à imortalidade, Cathleen é determinante para a vida (espiritual) eterna dos seus heróis. Noutro ponto de divergência, embora afirme que “vários homens morreram de amor por mim”<sup>1020</sup>, distingue-se do estereótipo destrutivo da *femme castratrice*. “De todos os homens que me trouxeram seu amor, eu nunca ajeitei a cama para nenhum”<sup>1021</sup>, sublinha a personagem, cuja condição de metáfora da nação, um bem comum, impede sua posse por um só homem. Seu apelo sedutor reside, pois, na sua desvalia, que faz dela irresistível convite à afirmação viril de quem a socorre. O apelo dessa dominatrix assexuada tem como clímax, portanto, não a consumação sexual, mas a morte. A apropriação de ritos da *ars erotica* para fins antieróticos não implica, contudo, completo paradoxo, pois o flerte que conduz ao óbito não é estranho àquele que culmina no coito – tanto que no francês o orgasmo é apelidado de *petit mort*, designação alusiva ao contraste entre o pênis enérgico durante o coito e mortificado após o orgasmo.

Enquanto Cathleen constitui via de acesso à hombridade, a mãe e a noiva de Michael cumprem função dramática de antagonismo como obstáculos que o herói deve sobrepujar. A recursividade da mulher como provação/comprovação da virtude

---

<sup>1012</sup> YEATS, 1908, p. 156.

<sup>1013</sup> *Idem, ibidem*, p. 156.

<sup>1014</sup> *Idem, ibidem*, p. 163.

<sup>1015</sup> *Idem, ibidem*, p. 164.

<sup>1016</sup> *Idem, ibidem*, p. 166.

<sup>1017</sup> *Idem, ibidem*, p. 166.

<sup>1018</sup> *Idem, ibidem*, p. 166.

<sup>1019</sup> *Idem, ibidem*, p. 167.

<sup>1020</sup> *Idem, ibidem*, p. 155.

<sup>1021</sup> *Idem, ibidem*, p. 159.

masculina denota particularidade do projeto nacional irlandês que o distingue, por exemplo, de latino-americanos oitocentistas, em cujas ficções fundacionais o romance oferecia solução para conflitos diversos ao interpelar o leitor a se identificar com o par romântico, de forma que a suplantação dos obstáculos à concretização do romance estimularia um análogo enfrentamento dos percalços à consolidação da nação<sup>1022</sup>. Enquanto, na análise de Sommer, o objetivo erótico opera como expressão microscópica do sentimento de nação, resultando que “as frustrações eróticas são desafios ao desenvolvimento nacional”<sup>1023</sup>, nas ficções de fundação irlandesas o desmantelamento do romance é crucial para a arquitetura da nação, pois impele o público a exaltar o malogro do par romântico como sacrifício patriótico. Assim, quanto mais dolorido o desenlace amoroso, maior seu efeito retórico, como ensinou Maud Gonne a Yeats ao sugerir epílogo mais trágico para a peça, no qual Michael “deveria sair de imediato pela porta afora em vez de ficar HESITANTE” em deixar a noiva, pois, se assim o fizer, esta “pode se lançar aos prantos no ombro de Bridget, o que daria um final bem melhor”<sup>1024</sup>.

Por endossar perspectiva mitográfica da história irlandesa, *Cathleen ni Houlihan* foi recepcionada como texto sagrado por republicanos como P. S. O’Hegarty e Constance Markievicz, que a identificaram, respectivamente, como “um tipo de sacramento”<sup>1025</sup> e “uma espécie de evangelho”<sup>1026</sup>. Já Pádraic Pearse considerou que a peça não era simples alegoria, na medida em que representava “algo que poderia acontecer em qualquer dia e em qualquer casa”<sup>1027</sup>. E abraçou com tal veemência o chamamento de Cathleen que se fez o maior propulsor do autossacrifício. Sua apologia à masculinidade cívica reverbera em textos literários nos quais à sua ética sacrificial se somava uma estética sacrificial e ambas confluíam para a idealização do autossacrifício como valor moral estetizado. Essa convergência se faz ver em *The Singer*, de 1915, que pressagia o Levante da Páscoa do ano seguinte. Nessa peça alegórica, de enredo singelo, o regresso do cancionista MacDara, que estava exilado, coincide com a preparação dos Gaels (irlandeses) para medirem forças com os Galls (ingleses). Movido pelo desejo de glória, Colm, seu irmão caçula, persuade alguns homens a segui-lo rumo ao combate, sem aguardar a voz de comando, e é derrotado. Nesse ínterim, MacDara é designado líder e, mesmo recém-

---

<sup>1022</sup> Cf. SOMMER, 1991.

<sup>1023</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.

<sup>1024</sup> YEATS, GONNE, 1994, p. 150.

<sup>1025</sup> *Apud* KIBERD, 1995, p. 200.

<sup>1026</sup> *Apud* WATSON, 1998, p. 297.

<sup>1027</sup> PEARSE, 1916, p. 300-301.

chegado, não hesita em partir novamente para cumprir sua missão e deixa para trás a namorada que há muito desejava reencontrar. À semelhança de *Cathleen ni Houlihan*, as mulheres também figuram como *métron* da virtude masculina ao enaltecerem, desafiar ou diferenciarem os homens. Ciente de que seria inviável representar a colônia, despossuída de governança própria, como família gerida pelo pátrio poder, Pearse não menciona a figura do pai nem explica sua ausência. Em triangulação de substrato edípico, cabe aos filhos defenderem a mãe contra o colonizador: assim como o sacrifício periódico dos patriotas confere sobrevida à nação, a morte dos filhos prolonga a vida da mãe que a metaforiza. Daí Maire, revigorada com o regresso de MacDara, não hesitar em despachar o filho para outro exílio, agora definitivo, a morte. O filho que sorvera o leite materno e agora, na plenitude da hombridade, deve alimentar a mãe com seu sangue sugere retorno simbólico à relação pré-edípica que se dá, contudo, às avessas: é a mãe que depende do filho e não o inverso, e essa posicionalidade alimenta a ilusão de completude e potência masculina que anima os irlandeses na luta anticolonial. O sangue do mártir “que reavivou os anos mortos”<sup>1028</sup> tem poder fertilizante e revivificador como tivera o sêmen no mito da soberania. Já que na ressemantização do mito a nação-como-mulher é despida de sensualidade e, como mãe, resguardada pelo tabu do incesto, o herói tem como recompensa tão-somente a honra *post mortem* assegurada pela transcendentalidade. Esse liame materno-filial tem inspiração no catolicismo, pois Maire (Maria, em gaélico) remete à Virgem Maria, enquanto MacDara, *alter ego* de Pearse, é identificado, em termos messiânicos, como “o próprio Filho de Maria que desceu à Terra”<sup>1029</sup>.

Uma vez que o código de masculinidade cristológica dependia do domínio sobre as paixões, a resistência ao desejo carnal seria imprescindível como metro da virtude do herói. A tentação é representada pela jovem Sighle, a cujo amor MacDara não pode aceder senão com discreto flerte sob as convenções protocolares do que Gaston Paris denominou *amour courtois*<sup>1030</sup>. O amor cortês, segundo Lacan, é paradigmático do mecanismo sublimatório, na medida em que a relação desejo/interdição alcança sua expressão máxima pela impossibilidade do intercuro sexual<sup>1031</sup>. Entretanto, se na tradição do amor cortês são os valores da mulher que determinam os códigos que vão reger os ritos e trocas entre os sujeitos envolvidos, e somente ela pode oferecer, ou não, o benefício da

---

<sup>1028</sup> PEARSE, 1917e, p. 42.

<sup>1029</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>1030</sup> PARIS, 1883, p. 488 *et passim*.

<sup>1031</sup> Cf. LACAN, 1986.

recompensa, na peça ocorre o inverso: é o homem inacessível que decreta a impossibilidade do enlace amoroso: “Houve um tempo em que eu desejava a vida. Você e eu ficarmos juntos [...]. Mas agora [...] eu preciso fazer algo dificultoso e belo, e tenho que fazer isso sozinho”<sup>1032</sup>. A peça encerra economia libidinal de desejo e interdição que culmina em veto categórico à realização amorosa, porém a renúncia aí deflui não da ausência de desejo, mas do contato com este e constatação de sua inexecutabilidade: “Eu queria ter o seu beijo em meus lábios, Sighle [...]. Mas vou me negar isso”<sup>1033</sup>. MacDara, há muito desejoso de beijar a namorada, desiste quando finalmente tem a chance de fazê-lo. Entre Eros e Tanatos, decide-se pelo segundo. O personagem, ao se apresentar indefeso ao inimigo, inscreve-se como mártir no sentido rigorosamente teológico, já que não apenas renuncia às armas ao enfrentar os ingleses, mas também vai ao seu encontro totalmente nu, estetizando sua própria morte, à maneira de Cristo: “Irei à batalha de mãos vazias. Postar-me-ei perante os Galls como o Cristo nu, pendurado no tronco diante dos homens!”<sup>1034</sup>. Nesse instante apoteótico, o sacrifício solipsístico de MacDara, que segue sozinho ao encontro dos Galls, “desnudando-se enquanto caminha”<sup>1035</sup>, itera a estetização católica do martírio masculino – vide o próprio *Christus crucifixus* ser comumente representado seminú e com poses e expressões lânguidas. Se a exposição da nudez feminina era inconcebível porque inscrita no cristianismo como símbolo do pecado carnal e no nacionalismo como metáfora da invasão colonial, tal não ocorria com a masculina, que ambas as ideologias vinculavam ao sacrifício cristológico.

Dá-se, na peça, dupla interdição heteroerótica: Sighle declina o assédio de Colm em fidelidade a MacDara, que, de sua parte, renuncia ao amor da jovem em nome do dever patriótico. Reduzida como marcador de diferenças, a personagem desempenha função dramática secundária como objeto de disputa para realçar distinções entre gradientes de hombridade. Obstada a união entre Sighle e MacDara, Pearse poderia conferir à história desenlace romântico entre a moça e o irmão do herói, mas isso mitigaria o efeito deontológico da peça. O amor por MacDara é forçoso para o leitor/espectador identificar como gesto edificante a renúncia do canceiro à mulher amada e considerar o protagonista como homem superior ao irmão.

---

<sup>1032</sup> PEARSE, 1917e, p. 39.

<sup>1033</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>1034</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>1035</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.



Se a hombridade era um diploma cuja revalidação periódica demandava risco de morte em nome de códigos civis, quem se quisesse homem no projeto nacional brasileiro não deveria hesitar ante a missão que ratificaria sua hombridade: “Vão como homens. A flama que os alenta / É o ideal esplêndido da pátria”<sup>1036</sup>. A masculinidade cívica assegurava reconhecimento ao sujeito não obstante seu desempenho: vitorioso, seria exaltado por seu triunfo; martirizado, seria ovacionado por seu sacrifício. Nesse regime de significação, mais valia morrer como herói do que viver como escravo: “E a victoria da Pátria assim constrói... / Eia á luta, eia á morte! E não te rendas: / Morre o que vive como vil escravo, / Sobrevive o que morre como herói!”<sup>1037</sup>. Num projeto de nação em que a morte sacrificial consistia em “prolongar, além do tumulto, o direito de ser homem”<sup>1038</sup>, a hombridade só seria alcançada no além-túmulo; donde a entrega da vida pela pátria ser metaforizada, à sombra do eufemismo, como oferenda levada ao altar: “Teu alento imortal, tua pujança / Nos arcanos da crença se concerta; / No altar da Pátria, denodado, lança / Do teu civismo a valorosa oferta”<sup>1039</sup>.

Porque, também no Brasil, do engajamento militar dependia a revirilização, a agenda nacionalista transfigurou seus códigos de masculinidade tal que o homem deveria-se exonerar do ofício de guardião da família como microcosmo da nação e assumir o posto de guardião da nação como macrocosmo da família. Como consequência desse *ethos* sacrificial, deu-se suspensão provisória da *masculinidade civil* em benefício da *masculinidade cívica* e, por conseguinte, o embargo interino do romance heteroerótico. Vetada a inscrição em dois códigos inconciliáveis, o patriota se despiria da masculinidade civil e vestiria a masculinidade cívica, num rearranjo em que o homem-cidadão era sobreposto pelo homem-soldado. E deveria seguir o exemplo de Benjamin Constant, assim elogiado na *Revista Illustrada*: “que cada um de nós saiba, trilhando-lhe os passos e tomando-o por exemplo, estremecer a noiva que elle tanto amou – a republica, beijar as mãos sagradas da nossa mãe commum por quem elle morreu – a Patria”<sup>1040</sup>. Uma canção de tributo à memória de Deodoro da Fonseca, intitulada *O Marechal de Ferro*, iterava o atrelamento entre a morte sacrificial dos homens e a vivificação da pátria personificada

---

<sup>1036</sup> MACHADO DE ASSIS, 1957, p. 51.

<sup>1037</sup> *Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>1038</sup> NEVES, 1934, p. 1.

<sup>1039</sup> BELEZA, 1942, p. 20.

<sup>1040</sup> REVISTA ILLUSTRADA, 1891, p. 2.

como mãe: “E avante Brasileiros! Em prol da pátria co’ardor, / A bem de vosso direito, aniquilar o traidor! / Vamos! A Pátria, reclama... Quem seu peito não inflama / Para dar à mãe vigor?”<sup>1041</sup>. A afiliação ao apostolado exigia abandono, transitório ou definitivo, da mulher amada, tal que, no lugar de sucumbir ao desejo amatório, o homem deveria seguir orientação de Machado de Assis e cumprir missão bélica para depois, vivo ou morto, ser por ela recebido: “Tu, brioso mancebo, às aras foges, / Onde himeneu te espera; a noiva aguarda / Cingir mais tarde na virgínea fronte / Rosas de esposa ou crepe de viúva”<sup>1042</sup>. Dado o caráter subtrativo da masculinidade cívica para as mulheres, o padrão de feminilidade marial deveria inspirar resignação quando o câmbio do código de masculinidade civil para o cívico demandasse sacrifício de maridos, filhos e irmãos. Era necessária a figura da mulher *off-stage* como figurante ou, melhor direi, espectadora, para validação testemunhal da *performance* masculina. Forma de salientar o valor do combatente consistia na espera da amada, que morreria impoluta caso ele não voltasse. Na literatura inscrita nessa chave trágica, longe estava de *sui generis* a mórbida surpresa do herói que, em retorno da guerra, encontrava a noiva morta, como no poema *Triste regresso*, de Augusto dos Anjos: “Dos canhões ao ribombo, e das metralhas, / Altivo lutador, venceu batalhas, / Juncou-lhe a fronte aurifulgente estrela. / E voltou, mas a fronte aureolada, / Ao chegar, pendeu triste e desmaiada, / No sepulcro da loura virgem bela”<sup>1043</sup>.

A incompatibilidade entre civismo e heteroerotismo é patente nos versos que acompanham a imagem de uma mulher seminua: “E, na morna languidez / Em que postada ella está, / Tal qual, leitor tu a vês / Que *coisas* não pensará?... / Pensa talvez, creio, sim, / No que pensas, maganão... / Mas ‘stou certo que, por fim / Perde um soldado a Nação!...”<sup>1044</sup>. Tal como na Irlanda, a renúncia à mulher constituía necessário subtraendo de um projeto nacional balizado pela inconciliabilidade entre desejo amoroso e dever cívico: “Por ti deixa-se a noiva e pega-se a espingarda, / O poeta quebra a lyra e vae buscar a espada!”<sup>1045</sup>. Dos quantos entoavam hosanas a um civismo existente mais como ideia do que como práxis, um estudante universitário de nome Olavo Bilac, em intempestivo arroubo juvenil, fazia comovente voto de autossacrifício patriótico: “Por ti eu perderei não só a noiva qu’rida, / Mas o meu proprio sangue e a minha propria

---

<sup>1041</sup> *Apud* ABREU, 2010, p. 102.

<sup>1042</sup> MACHADO DE ASSIS, 1957, p. 51.

<sup>1043</sup> ANJOS, 1977, p. 206.

<sup>1044</sup> O RIO NÚ, 1908, p. 1.

<sup>1045</sup> VIANNA, 1883, p. 1.

vida!”<sup>1046</sup>. Mais se enfatizava o amor do patriota pela noiva, mais se reforçava o valor de sua renúncia pela pátria quando a convocação ao dever cívico interrompesse seu romance: “Apaixonou-se d’uma virgem bela; / Vivia alegre o vate apaixonado, / Louco vivia, enamorado dela. / Mas a Pátria chamou-o. Era soldado. / E tinha que deixar pra sempre aquela / Meiga visão, olímpica e singela?! / E partiu, coração amargurado”<sup>1047</sup>. A ênfase nos compromissos de noivado ou matrimônio enfatizava que todo enlace amoroso seria redutível em importância frente ao compromisso de amor com a nação. Enquanto as amadas se dissolviam em lágrimas – vide o poema *Lamento da noiva do soldado*, de Cecília Meireles<sup>1048</sup> –, os defensores da pátria deveriam seguir sorridentes para sua honrosa missão. Haja vista certa modinha popular nas Minas Gerais, em que o soldado prenuncia sua morte antes mesmo de ir à luta e deixa para seus entes a escolha entre lamento e orgulho: “Deixo pai, deixo mãe e deixo noiva, / Que podem lastimar a minha sorte; / Também podem dizer cheios de glória / Que foi em prol da Pátria a minha morte”<sup>1049</sup>. Tinha-se por certo que o homem, mais racional do que a mulher, teria aptidão para sublimar pulsões heteroeróticas em prejuízo da vida amorosa. Seu dispêndio libidinal em tarefas da cultura o privaria “das mulheres e da vida sexual”, glosava Freud, pois os liames de sociabilidade e dependência mútua com outros homens o alienariam da esfera familiar: “Assim, a mulher vê-se empurrada para segundo plano pelas exigências da cultura e adota uma postura hostil para com ela”<sup>1050</sup>. Nessa formação discursiva falicista, acreditava-se que o homem largaria tudo em favor da nação, enquanto a mulher não hesitaria em fazer o contrário: “Uma deputada, mesmo de bigode, em lhe aparecendo um colega cheiroso e bem penteadinho, esquece a Pátria e namora o homem”, apostava o ficcionista Berilo Neves: “No dia em que os Presidentes de Republica forem mulheres, um simples beijo poderá mudar o destino de um povo ou de um continente. O ciúme, em casa, quebra pratos: no governo, declara guerras”<sup>1051</sup>.

---

<sup>1046</sup> BILAC, 1883, p. 3.

<sup>1047</sup> ANJOS, 1977, p. 206.

<sup>1048</sup> Cf. MEIRELES, 1945.

<sup>1049</sup> CALMON, 1943, p. 228.

<sup>1050</sup> FREUD, 1930, p. 69.

<sup>1051</sup> NEVES, 1932, p. 2.

## **CAPÍTULO VI**

### **HOMENS ENTRADOS EM ANOS**

*o sperm, testes, paradidymus! o scrotum, septum, and rectum! o penis! o prepuce, urethra! o prostate gland! o Dartos muscle! o spermatid and spermatocyte! inguinal canals! seminal vesicles! seminiferous tubules! prostatic utricles! efferent ductules! testicular lobules! o male germinal epithelium! o symphysis pubis! tunica albuginea! vasa efferentia! corpus cavernosum et spongiosum! o ampulla of vas! o meatus and bulb! o cutaneous dorsal vein! o lobulous membranous convoluted pouch! o glans penis, slightly bulging structure at the distal end of the penis! o Cowper's glands, secreting a slimy substance which functions as a lubricant! o seminal fluids, functioning to suspend and protect the delicate spermatozoa during their stay within the male body! o epididymus, a tube-like structure commonly attaining a length of up to twenty feet! Boy, at the lovely tip of your external urethral orifice, all my poetries terminate.*

James Mitchell, *Gay Epiphany*

## SEXO COM FOUCAULT

---

*Ces “manières de faire” constituent les mille et une pratiques par lesquelles des utilisateurs se réapproprient l’espace organisé par les techniques de la production socioculturelle. Elles posent des questions analogues et contraires à celles que traitait le livre de Foucault [Surveiller et Punir]: analogues, puisqu’il s’agit de distinguer les opérations quasi microbiennes qui prolifèrent à l’intérieur des structures technocratiques et en détournent le fonctionnement par une multitude de “tactiques” articulées sur les “détails” du quotidien; contraires, puisqu’il ne s’agit plus de préciser comment la violence de l’ordre se mue en technologie disciplinaire, mais d’exhumer les formes subreptices que prend la créativité dispersée, tactique et bricoleuse des groupes ou des individus pris désormais dans les filets de la “surveillance”. Ces procédures et ruses de consommateurs composent, à la limite, le réseau d’une anti-discipline.*

Michel de Certeau, *L’invention du quotidien, I*

O sexo, tomado por Foucault como “chave-mestra”<sup>1052</sup> para compreendermos como nos tornamos os sujeitos que somos, constitui a coluna vertebral da ingerência biopolítica; pela gestão da sexualidade tanto se disciplina o corpo, em nível particular, quanto se regula a população, em nível genérico. Se bem que o sujeito foucaultiano, cerceado por mecanismos reguladores, consista num efeito de assujeitamento, o poder deixa brechas para a resistência operar como sua contraface constitutiva; afinal, poder e resistência são campos de força dependentes entre si, pois a tensão entre ambos confere sentido a um e outro<sup>1053</sup>. Se o sexo constitui o epicentro da biopolítica, não é senão pelo próprio sexo que se há de empreender resistência a seus dispositivos de assujeitamento: “Será na instância do sexo que devemos nos liberar se, por uma inversão tática dos vários mecanismos da sexualidade”, argumenta o filósofo, “quisermos opor os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e possibilidade de resistência, às captações do poder”<sup>1054</sup>. Malgrado sua interligação axiomática entre poder e resistência, Foucault se detém menos nos mecanismos da segunda do que nos dispositivos do primeiro<sup>1055</sup>. Por não explorar os processos pelos quais determinadas posições-de-sujeito (e não outras) são assumidas por determinados indivíduos (e não por

---

<sup>1052</sup> FOUCAULT, 1976, p. 103.

<sup>1053</sup> “Onde há poder há resistência e, contudo, ou, melhor, por isso mesmo, ela jamais se encontra em posição exterior ao poder”, argumenta Foucault, pois as relações de poder “não podem existir senão em acordo com uma multiplicidade de pontos de resistência” que “representam [...] o papel de adversário, de alvo, de suporte, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder” (FOUCAULT, 1976, p. 125-126).

<sup>1054</sup> *Idem, ibidem*, p. 208.

<sup>1055</sup> Cf. *Idem*, 1975, 1976.

outros), seu prisma abstrato reinscreve antinomia entre as posições-de-sujeito e os indivíduos que as ocupam, pois resulta numa análise unidimensional em que posições discursivas figuram como “categorias apriorísticas que os indivíduos parecem ocupar de forma não problemática”<sup>1056</sup>. Apesar da legitimação de certos padrões identitários pela universalização de talantes monocentrais, a hegemonia, longe de definitiva, dá-se no agonismo indissolúvel entre norma e agência, tal que, mesmo em práticas sociais prosaicas, formas de apropriação por atores podem tanto reproduzi-la quanto desafiá-la. Alheio ao patamar das chamadas narrativas-mestras<sup>1057</sup>, o cotidiano é associado, no mais das vezes, a uma ciclicidade de práticas repetitivas. Porém, longe de restrito a uma rotina que se autoemula *ad infinitum*, o mesmo cotidiano constitui campo aberto para a ruptura, que pode operar nas dobras das tecnologias de assujeitamento por meio de formas sub-reptícias de transgressão que jogam com mecanismos disciplinares<sup>1058</sup>.

A ressalva ao *modus operandi* foucaultiano, de que me tenho valido nesta tese, orienta este último capítulo para captações da “experiência vivida”, conceito fenomenológico caro ao projeto inicial dos estudos culturais, a fim de perscrutar, ainda que sob circunscrições da textualidade, possíveis fissuras na ordem instituída. Como as políticas de gênero nos nacionalismos em apreço se atrelavam às especificidades dos legados coloniais, interessou-me mapear os discursos que informavam tais políticas e constituíam as balizas ideológicas sobre as quais a nação se fundaria. Esse panorama macrosociológico, ao priorizar aparatos disciplinares, favorece a radiografia dos discursos dominantes, mas, em contraposição, não apreende os meandros das relações de gênero se tomado isoladamente, já que estas se dão na dialética entre o nível macroestrutural (da regulação) e o nível microestrutural (da experiência). Conforme bem conhecida tese de Bhabha, o foco na relação tensional entre narrativas de ordem *pedagógica* e *performática* descortina possibilidades de significação diversas na medida em que a intervenção disjuntiva da segunda expõe as cisuras do tempo cumulativo que anima a primeira ao atravessá-la em lógica suplementar<sup>1059</sup>. Assim, evidencia “um menos na origem, estruturante de uma identidade diferencial que não se soma à positividade de uma presença, mas antes estabelece uma lógica da suplementaridade e do descentramento”<sup>1060</sup>. A heterogeneidade constitutiva do nacionalismo só pode ser

---

<sup>1056</sup> HALL, 1996, p. 10.

<sup>1057</sup> Cf. LYOTARD, 1979.

<sup>1058</sup> Cf. CERTEAU, 1980.

<sup>1059</sup> Cf. BHABHA, 1994.

<sup>1060</sup> MIRANDA, 2010, p. 78.

apreendida, portanto, pela ênfase em seus impasses e contradições. Nos estudos de gênero, vertentes há que contestam o pós-estruturalismo de extração foucaultiana por reduzir sujeitos individuais a categorias discursivas. Tal abordagem incorreria num vácuo teórico-analítico que, no lugar de compreender como os conflitos de gênero sucedem no aqui-e-agora das relações sociais, restringem-se a significações textuais desprendidas de sua base material, num prisma meramente ensaístico e abstrato que perde de vista o horizonte interventivo<sup>1061</sup>. Ciente tanto da validade teórica pós-estruturalista para o exame da constituição cultural do gênero quanto do risco de obliteração das relações materiais sob cuja base se instauram práticas de significação, examino como sujeitos participam de sua formação identitária. Como a identidade, sempre processual, é plasmada no agonismo entre regulação e agência, este capítulo, em lógica suplementar, desloca o foco da normatividade para agenciamentos que reagem, de maneiras várias, a ditames da biopolítica.

A dialética entre poder e resistência, travada, sobretudo, no âmbito da sexualidade, pode ser apreendida no exame da *áskesis*, isto é, do modo de subjetivação pelo qual sujeitos se constituem em observância ou resistência aos ditames biopolíticos. Já que um dos dispositivos biopolíticos consiste na patologização das sexualidades dissidentes, incompatíveis com o imperativo da reprodutibilidade, as transgressões aos paradigmas heteronormativos são formas de resistência potencialmente significativas. No entanto, como auscultar o processo de *áskesis* e suas tensões constitutivas na literatura, campo no qual este trabalho se inscreve? Ora, dado que a escrita não apenas estetiza, mas também politiza o corpo enquanto inscrição – ou, no dizer de Nancy, excreção<sup>1062</sup> – do Eu, uma aposta analítica consiste no cômputo de como o indivíduo se converte em sujeito por meio do que se convencionou denominar “escrita de si”, prática escritural em que o corpo é escrito/inscrito/excrito biograficamente. Aqui, parece-me oportuna uma digressão teórica sobre a analogia entre a *performance* corporal e a *performance* textual. Em formulação arrojada para sua época, Riviere, inspirada no caso de uma conferencista cuja exibição hiperbólica de estereótipos “femininos” contrapesava suas transgressões de gênero, declarou que a feminilidade “poderia ser assumida e usada como uma máscara” enquanto forma de negociação de papéis na injunção patriarcal. E concluiu: “O leitor pode então indagar [...] onde eu traço a linha divisória entre a feminilidade genuína e a ‘mascarada’.

---

<sup>1061</sup> Cf. DOWNS, 1993; CANNING, 1994; NAMASTE, 1996.

<sup>1062</sup> Cf. NANCY, 1992.

Minha sugestão não é, contudo, que haja qualquer diferença [...]. São a mesma coisa”<sup>1063</sup>. Essa sinonímia antecipou o desconstrucionismo ao sugerir que a feminilidade aparentemente arremedada constitui, ela própria, uma simulação. Em desdobramento desse *insight*, Butler argumenta que o gênero, longe de seguir fluxo natural, constitui-se pela iteratividade de atos performativos que engendram ilusão de naturalidade, se obedientes às interpelações disciplinares, ou descortinam sua contingência como construto social, se insubmissos o bastante para evidenciar como a identidade é criada nas e pelas próprias “expressões” que supostamente a desvelam. Se não há identidade de gênero pré-discursiva, a mesma cadeia de repetição que naturaliza códigos de gênero instituídos pode, inversamente, contraditar a ilusão de estabilidade identitária<sup>1064</sup>.

Nessa senda, Smith pondera, em contraponto a grades de leitura substancialistas, que na autoescritura a interioridade do “eu”, supostamente apriorística à expressão autobiográfica, constitui um *efeito* da própria urdidura narrativa. Tal conceituação reforça a tendência pós-*virada* linguística de ruptura com a acepção documental da autonarrativa como registro de fatos referenciais em favor de mirada construcionista atenta à ficcionalidade implicada no ato composicional. A noção de performatividade rompe com a presunção de equivalência entre representação e referente ao assinalar o caráter ficcional da autonarrativa para além da oposição binária entre realidade e ficção. Afinal, pontua de forma inequívoca que o texto autoescritural, longe de ser transposição direta entre o vivido e o narrado, consiste, antes, em produção de significados na e pela linguagem. Sob essa ótica, a *performance* narrativa toma o referente como mote, mas, como ato de criação, *produz* a história de vida que supostamente *reproduz*<sup>1065</sup>. Entretanto, Smith não explora devidamente o conceito de performatividade no que concerne à analogia entre *performance* corporal e *performance* textual. Se, conforme Butler, o gênero é constituído mediante atos performativos, a autoescritura, na qualidade de ato performativo, também produz efeito de gênero. Noutros termos, possui performatividade enquanto construção textual de um sujeito sexualizado, por ser uma das formas pelas quais este assume identidades de gênero; afinal, o gênero (*genre*) possui gênero (*gender*). A meu ver, também as *performances* textuais, sobretudo as bioescrituras<sup>1066</sup>, produzem efeito de

---

<sup>1063</sup> RIVIERE, 1929, p. 306.

<sup>1064</sup> Cf. BUTLER, 1990.

<sup>1065</sup> Cf. SMITH, 1998.

<sup>1066</sup> Por bioescrituras me refiro a práticas textuais (notadamente autobiografias, memórias, diários, cartas e ensaios) notabilizadas por operarem na tênue fronteira entre a factualidade e a ficção, converterem possíveis fatos em artefatos e construir uma autorrepresentação do autor-personagem, que, inscrito simultaneamente como sujeito e objeto do discurso, forja uma imagem-de-si mediante convenções

gênero na medida em que este, enquanto marcador identitário, opera como elemento estruturante do exercício de construção textual da identidade pela bioficcionalização. Uma vez que definir-se implica, em última instância, narrar-se, as bioescrituras, ao conferirem concretude à abstrata noção de identidade, permitem verificar como o autor-personagem se constrói como sujeito que negocia com códigos instituídos.

Ainda à guisa de prelúdio teórico, importa ressaltar que no prisma de Bataille, a que me alinho, erotismo não constitui mero (desejo de) gozo sexual, mas, antes, impulso de ligação fusional com o Outro, como se tal completude saciasse o anseio pelo absoluto, e pode ser expresso por meio tanto da ternura quanto da hostilidade, uma vez que ambos os afetos, se bem que antitéticos, têm como força motriz a função unificadora de Eros<sup>1067</sup>. Cumpre também discriminar homoerotismo, impulso de união erótica intragênero, e homossexualidade, categoria identitária engendrada pelo discurso médico vitoriano. Dessa distinção conceitual decorre que o desejo homoerótico não necessariamente enquadra o desejante como homossexual ou o faz identificar-se como tal, uma vez que esse desejo pode exprimir-se no ato mesmo da ratificação da heteronormatividade. Se bem que o emprego do termo “homoerotismo” em vez de “homossexualidade” encerre subtração política pela proscrição do segundo, positivado como afirmação identitária, no domínio da crítica literária a amplitude semântica do primeiro favorece a exploração de sinuosidades e contradições que uma abordagem categorizadora impediria. Por não estar preso a uma localização histórica precisa, o conceito de homoerotismo permite explorar formas diversas de intimidade entre iguais num arco temporal que compreende desde a *pæderastia* grega até as práticas homoeróticas hodiernas. Mais: por não aplicar a personagens históricos ou ficcionais padrões identitários definitivos, a noção de homoerotismo escapa à categórica ideia de orientação sexual, que presume fixidez identitária, quando, assim sabemos, a sexualidade é polimorfa; e escapa à equivocada conversão de um adjetivo (homossexual) num substantivo (o homossexual), como se práticas sexuais definissem categoria identitária, sem embargo das condições em que se dão. Mais, ainda: como *Eros* é conceptualmente mais amplo do que *sexo*, essa opção terminológica favorece análise mais complexa das dinâmicas de desejo e exame de espectro diversificado de experiências, bem como de suas nuances e contradições<sup>1068</sup>.

---

enunciativas como a escrita em primeira pessoa. Prefiro o termo a outros já consagrados na crítica biográfica, como autoficção, por colocar nominalmente em questão a vida, alvo da biopolítica.

<sup>1067</sup> Cf. BATAILLE, 1957.

<sup>1068</sup> Cf. BARCELLOS, 1998.

## TRIÂNGULOS INVERTIDOS

---

*To be trying to kill a man who is at the same time trying to kill you is an experience quite unique, and no doubt produces crowded hours of very intense life. Probably there are deep-seated animal instincts in us all which cannot find complete satisfaction in anything else.*

Arthur Herbert Gray, *The Only Alternative to War*

Segundo a mitologia céltica, o jovem guerreiro Cuchulain, dotado de formosura tal que, em certo episódio, os adversários não ousaram feri-lo graças à sua beleza “converter o ódio de um inimigo em amor”<sup>1069</sup>, lutou contra seu companheiro Ferdiad. Em duelo que se estendeu por dias, “[t]ão rente era a luta [...] que suas cabeças se encontravam em cima, seus pés embaixo e suas mãos no meio”<sup>1070</sup>. Sob os ritos protocolares do duelo, repetiam, ao final de cada combate, o mesmo gesto: “Cada qual veio junto ao outro, colocou suas mãos em volta do pescoço do outro e lhe deu três beijos”<sup>1071</sup>. A liturgia de práticas como a agressão corporal envolve intimidade comparável à do ato sexual, marcada que é pelo mútuo contato com recessos mais íntimos do corpo alheio, como suores e odores. O que distingue a violência corporal de outras formas de intimidade é a barreira de separação entre os indivíduos ligados tão intimamente pelo ato. Aí reside o paradoxo no qual os envolvidos na corpo-a-corpo são tão mais unidos quanto mais intensa a rivalidade que os separa<sup>1072</sup>. A violência física, signo de hombridade, tem potencial homoerótico singular, pois a fricção corporal pode satisfazer o impulso de união em que se pauta o erotismo. Em código de masculinidade que interdita a ternura entre homens, porém investe a rivalidade como índice de virilidade, a violência é elemento estruturante do desejo homoerótico sublimado. Afinal, a luta possui dinâmica contraditória, que implica intenso contato íntimo num desapressado agarra-agarra mesmo em/entre órgãos genitais, mas, ao mesmo tempo, dá-se sob regulações heteronormativas. Essa contradição é minorada por regras explícitas (em esportes) e implícitas (em brigas) que vetam o ultrapassamento da violência para o desejo. A constante ameaça de desvio é contida pela regulação dos limites da conexão corporal, de forma que contatos potencialmente eróticos não impliquem fuga à masculinidade hegemônica para a qual a luta serve como teste. Controlado o afeto entre homens por

---

<sup>1069</sup> CASSIDY, 1922, p. 32.

<sup>1070</sup> GREGORY, 1903, p. 238.

<sup>1071</sup> *Idem, ibidem*, p. 232.

<sup>1072</sup> Cf. COLE, 2005.

tecnologias disciplinares, a expressão homoerótica é escamoteada pela violência, que constitui, por vezes, camuflagem para desejo de proximidade, como na violência em regimes de confinamento, que pode chegar às vias do abuso sexual, e, mais sutilmente, nas brincadeiras agressivas, peculiares à sociabilidade masculina, que franqueiam aos homens contato corporal entre si sem infração de estatutos heteronormativos.

De fato, a rivalidade pode ser a mais vigorosa forma de intimidade<sup>1073</sup>. Em 2008, a imprensa brasileira noticiou crime no qual um marido traído assassinara o amante da esposa, tatuara em seu próprio braço um ataúde com o nome do inimigo e, indagado sobre o porquê do inusitado ato confessional, denunciara que “quando eu for para a cadeia, ele vai comigo; quando eu morrer, ele vai morrer comigo”<sup>1074</sup>. Ao interpretar como gesto de vanglória a impressão do rival no corpo do homicida, a polícia não se apercebeu do substrato homoerótico do triângulo amoroso dissolvido com expulsão da mulher e afirmação de enlace imorredouro entre os oponentes. Também ao enquadrar o crime como “passional”, o poder judiciário não atentou para a ambiguidade do adjetivo, pois se o ciúme (análogo à inveja) advém da posse, por outro, do objeto de desejo, este último – em tese, a mulher – não passa de mediador da vinculação entre dois homens, sacramentado por homenagem com foro de confissão amorosa. O caso em tela i) ilustra como laços homosociais, mesmo balizados pela hostilidade, dão-se na tênue fronteira com o homoerotismo, ii) deixa entrever a coadjuvação feminina em triangulações nas quais aparentemente ocupa posição central e iii) evidencia a instrumentalidade da mulher para coalizões entre homens e, conseqüente, para perpetuação do falicismo.

Da literatura cavalheiresca ao cinema hollywoodiano, inscreve-se a mulher como troféu em duelos entre homens para, no final das contas, ser possuída pelo vencedor. Nessa contenda, ambos os rivais são superiores à da amada porque agentes mesmo se em posição adversa na contenda, ao passo que a mulher, destituída de agência enquanto espectadora, é inferiorizada não obstante sua posição estatutária, em tese, favorável. Esse paradoxo, no qual o elemento aparentemente central ocupa posição periférica tem instigado tanto antropólogos quanto críticos literários. Ao tratar das estruturas elementares de parentesco, Lévi-Strauss observa que, em sociedades patriarcais tradicionais, o matrimônio estabelece aliança não exatamente entre homem e mulher, mas, antes, entre grupos de homens sob mediação desta por meio da exogamia. Porque a dinâmica societária depende do casamento e da descendência, a mulher, investida de valor

---

<sup>1073</sup> Cf. GIRARD, 1961.

<sup>1074</sup> *Apud* NORONHA, 2008, s.p.

de troca, não é um dos parceiros no enlace, mas um bem negociado entre homens de ambas as famílias, estes sim parceiros entre si<sup>1075</sup>. Enquanto o antropólogo considera a coadjuvação da mulher, mas não discute sua subalternização, Rubin identifica que o patriarcado se mantém pelo “tráfico de mulheres” cuja permutabilidade solidifica coalizões entre homens e, assim, favorece sua supremacia. Se no regime patriarcal a heteronomia das mulheres é assegurada pela sua comodificação e mercantilização, as dinâmicas de poder se estabelecem entre homens que, ao trocá-las entre si, alijam-nas da economia política e da política econômica e, portanto, do direito à agência<sup>1076</sup>. Daí Wittig afirmar, em célebre aforismo, que “as lésbicas não são mulheres”, já que nesse regime a mulher, como categoria social, só tem significação como objeto de troca entre homens<sup>1077</sup>.

No criticismo literário, Girard, a propósito das triangulações amorosas em enredos romanescos, nota duas geometrizações distintas: se na estruturação mais simples uma linha reta conecta diretamente o sujeito desejante ao objeto de desejo, na esquematização triangular um terceiro elemento intercepta esse canal e desempenha função mediadora. Da premissa de que o desejo é tomado de empréstimo numa espécie de contágio no qual o sujeito escolhe mimeticamente seu objeto por este ser desejado por outro, o crítico literário sustenta que o impulso rumo ao objeto também se dá em direção ao mediador, pois mimetizar o desejo deste último pode redundar na cobiça por ele próprio; afinal, o objeto que o mediador deseja pode também desejá-lo e, neste caso, segue-se reposicionamento no qual o próprio objeto se institui como mediador e este como alvo<sup>1078</sup>. À semelhança de Girard, Sedgwick sustenta que, no triângulo heteroerótico, o laço que ata os rivais entre si é no mínimo tão vigoroso quanto aquele que une cada um deles ao objeto desejado. Todavia, enquanto seu precursor sugere que o gênero de cada ator pouco importa, pois pode ser mudado sem que se altere a esquematização triangular, a precursora dos *queer studies* discorda que a rivalidade entre duas mulheres por objeto masculino implique o mesmo jogo de identificação e que o desejo pela mulher decorra tão-só da admiração pelo mediador e da conseqüente emulação de seu desejo. Ao apreciar dinâmicas de poder e desejo em triangulações amorosas literárias, pondera, a partir de Rubin, que o desejo homosocial masculino se dá no interior de estruturas que mantêm e transmitem poder patriarcal devido à “congruência estrutural potencial” e à “relação

---

<sup>1075</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, 1949.

<sup>1076</sup> Cf. RUBIN, 1975.

<sup>1077</sup> WITTIG, 1980, p. 53.

<sup>1078</sup> Cf. GIRARD, 1961.

(móvel) de significado” entre homossociabilidade e patriarcado<sup>1079</sup>. Porque sobre o ligame homossocial paira inevitável suspeição homofóbica, mas dele depende a engrenagem patriarcal, este é mediado pela mulher, empregada como artéria de transmissão do poder patriarcal e aqueduto da homoeroticidade escamoteada pela competição. A contravenção homoerótica tem lugar, pois, no interior da própria matriz de gênero, dada a instabilidade da zona intersticial entre identificação/rivalidade e desejo, como veremos na literatura de dois autores inseridos obliquamente nos projetos nacionais.



No conto machadiano *Pylades e Orestes*, dois amigos dividiam o mesmo teto numa relação de cumplicidade análoga à marital: “A vida que viviam os dous, era a mais unida d’este mundo”, relata um ardiloso narrador extradiegético-heterodiegético<sup>1080</sup>, que prossegue: “Quintanilha accordava, pensava no outro, almoçava e ia ter com elle. Jantavam juntos, faziam alguma visita, passeavam ou acabavam a noite no teatro”<sup>1081</sup>. O inusitado vínculo despertava a atenção de terceiros, que tentavam emprestar sentido àquilo que excedia seu horizonte referencial, fosse em analogia com o matrimônio, ao chamá-los de “casadinhos de fresco”, fosse em alusão ao homoerotismo grego, ao denomina-los “Pylades e Orestes”<sup>1082</sup>. Com efeito, a referência helênica é uma chave de leitura dos discretos indícios homoeróticos no conto reportado ao mito sobre a fortuna (no duplo sentido de destino e erário) de Orestes. Quando o rei Agamêmnon é assassinado pelo amante da rainha, o jovem, herdeiro do trono, é o próximo alvo do assassino; por isso, a irmã, Electra, leva-o para outro reino, onde Orestes encontra em Pílates um amigo dedicado a ampará-lo na sua jornada de vingança. A esse ligamento protetivo se assemelha o estabelecido entre Quintanilha (Pylates) e Gonçalves (Orestes), cuja relação faz lembrar o instituto da *paederastia* grega, pois o primeiro tanto se dedica ao segundo que “um pae não se desfaria mais em carinhos, cautellas e pensamentos”<sup>1083</sup>.

---

<sup>1079</sup> SEDGWICK, 1985, p. 20.

<sup>1080</sup> Valho-me da terminologia narratológica de Genette (1972), que discrimina, no nível narrativo, o extradiegético (*extradiégétique*), heteróclito à diegese, e o intradiegético (*inradiégétique*), intrínseco à diegese. Também distingue, na dimensão da história, o heterodiegético (*hétérodiégétique*), narrador ausente, e o homodiegético (*homodiégétique*), narrador-personagem. No conto em apreço, observados o nível narrativo (extra- ou intradiegético) e a posicionalidade em relação à história (hetero- ou homoediético), o narrador tem estatuto extradiegético-homodiegético (*extradiégétique-hétero-diégétique*), na medida em que conduz uma narrativa, em primeiro grau, de que não toma parte como personagem.

<sup>1081</sup> MACHADO DE ASSIS, 1906, p. 113.

<sup>1082</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>1083</sup> *Idem, ibidem*, p. 111.

Todavia, em identificação projetiva, os parentes de Quintanilha, sequiosos por seus bens, teciam comentários maledicentes sobre seu devotamento ao amigo, supostamente ávido pela sua herança. Eis a ambiguidade machadiana, que induz o leitor à indecidibilidade quanto ao intento de Gonçalves: estaria interessado na fortuna do amigo, como sugeria a família, ou esta tomava a amizade por cobiça que ela própria tinha? Para manter essa dubiedade, o narrador, embora omnicompreensivo, atém-se ao zelo do rico herdeiro pelo amigo e fornece o mínimo de pistas sobre o caráter deste último. Mesmo quando Quintanilha pergunta a Gonçalves por que este não se casa, a resposta do órfão, permeada de riso – “Agora só me resta você”<sup>1084</sup> –, menos contribui para dissolução da dúvida do que intriga o leitor atento ao *tongue-in-cheek* machadiano. A ambiguidade se acentua com a formação triangular quando o argentário, decidido a se casar com uma prima, participa ao amigo sua intenção e este reage com enigmática frieza, que cabe ao leitor interpretar se motivada pelo risco de perder o amado ou a herança. Ao procedimento interpretativo pouco acrescenta Quintanilha, que, em plano de entendimento aquém do leitor, não entende a reação negativa senão a partir dos indícios oníricos de um pesadelo no qual, ao atravessar uma ponte, é interceptado por Gonçalves, que o acusa:

“Infame, [...] porque me vens tirar [...] a mulher que eu amo e é minha? Toma, toma logo o meu coração, é mais completo.” E com um gesto rapido abriu o peito, arrancou o coração e mettu-lh’o na bocca. Quintanilha tentou pegar da viscera amiga e repol-a no peito de Gonçalves; foi impossivel. Os queixos acabaram por fechal-a. Quiz cuspil-a, e foi peor; os dentes cravaram-se no coração. [...] Quintanilha accordou suffocado. [...] A illusão do pesadelo era tal que elle ainda levou as mãos á bocca, para arrancar de lá o coração do amigo. Achou a lingua sómente, esfregou os olhos e sentou-se<sup>1085</sup>.

Em termos freudianos<sup>1086</sup>, no *conteúdo manifesto* (*manifester Inhalt*) do sonho, Gonçalves nutre amor oculto por Camila e, portanto, apenas um deles pode ter a mulher adorada. A mágoa residiria, pois, no fato de o amigo desejar Camila *à revelia do seu amor por ela*. Nessa primeira leitura, o fato de dois homens terem um ao outro como referência em sua escolha amorosa iteraria a tese girardiana de que o desejo masculino pela mulher se dá mimeticamente em resposta à investidura de outro homem e se subordina, portanto, ao vínculo homossocial. Se, na tragédia grega, Orestes comete matricídio, qual crime Gonçalves, remetente ao personagem grego, cometerá, já que que é órfão? Roubar a noiva

---

<sup>1084</sup> *Idem, ibidem*, p. 116.

<sup>1085</sup> *Idem, ibidem*, p. 121.

<sup>1086</sup> Cf. FREUD, 1899.

seria um parricídio simbólico contra aquele que o tratara como filho.... Porém, no *pensamento onírico latente (latentem Traumgedanken)*, Camila representa o esfacelamento do vínculo dual enquanto elemento intrusivo que instaura a relação triangular. Nesse caso, a mágoa residiria no fato de o amigo desposar Camila *à revelia do seu amor por ele*. Nessa possibilidade leitural, a moça seria tão-só canal para expressão verbal do amor interdito. Enquanto os homens, como que atados um ao outro, negociam entre si, a mulher fica à margem dessa dialética: conquanto seja alvo da disputa, nem sequer aparece no sonho protagonizado pelos homens. O sonhante, ao engolir o coração de Gonçalves, guarda dentro de si, para todo o sempre, a parte visceral do amigo em suas próprias entranhas. Se o coração, bem o sabemos, metaforiza o amor, Quintanilha, ante a impossibilidade de realização amorosa com outro homem, entesoura no seu cerne o amor deste último. Compete para essa interpretação a atitude inusitada do herdeiro, que, em desalinho com a tradicional dissolução de romances triangulares, não apenas desiste da disputa pela mulher amada, mas também, curiosamente, lega sua herança ao rival com a condição de que este a despose. Delimitado o estatuto da mulher no circuito do desejo como meio, não como fim, pouco importa quem efetivamente se casa com aquela que representa, no vértice do triângulo invertido, apenas um elo entre as duas pontas.



O interesse de James Joyce por expoentes da sexologia vitoriana, como Richard von Krafft-Ebing, Sigmund Freud e Havelock Ellis, repercute na forma como o escritor traz à baila discussões controvertidas em torno da sexualidade<sup>1087</sup>. O homoerotismo, presente de forma esparsa em *Dubliners*, *A Portrait of the Artist as a Young Man* e *Ulysses*, tem papel medular no enredo de *Exiles*, embora subliminarmente. Se bem que a única peça joyceana ofereça largo espectro de triangulações amorosas<sup>1088</sup>, a tríade nuclear envolve os protagonistas Richard Rowan, escritor dublinense recém-retornado do exílio na Itália, Bertha, sua companheira, e o jornalista Robert Hand, que tenta seduzi-la. Na geometria do triângulo amoroso, a mulher ocupa, à primeira vista, posição elevada em relação aos homens que a disputam, mas, no transcorrer da trama, a hierarquia assume outra configuração. Num ordenamento jurídico em que do cônjuge dependia o *status* civil da mulher, o fato de Bertha não ter o patronímico do companheiro e ser a única protagonista cujo sobrenome não é mencionado constitui um primeiro indício de não

---

<sup>1087</sup> Cf. TEAL, 1995.

<sup>1088</sup> Cf. BAUERLE, 1996.

pertencimento. Desde a mesma inicial *R* do prenome à carreira nas Letras, Richard e Robert têm mais em comum um com o outro do que com Bertha, que, como suposto alvo de desejo em comum, medeia a reaproximação dos amigos de longa data, cujo laço é rememorado com saudosismo por Robert: “Meu Deus, quando penso em nossas noites desenfreadas de tempos atrás – conversas toda hora, planos, esbórnias, farras...”<sup>1089</sup>. As reticências, ou os silêncios do texto, operam como atos de fala que extrapolam a materialidade textual, como se na falta se presentificasse algo inominável. Por seu lado, Richard resgata de seu baú mnemônico a memória afetiva do chalé “para o qual tínhamos duas chaves, ele e eu. [...] Onde costumávamos passar nossas noites desenfreadas, conversando, bebendo, planejando [...]. Noites desenfreadas; sim. Ele e eu juntos”<sup>1090</sup>.

Numa contenda em que os adversários desejam mais um ao outro do que o prêmio, chama atenção como o desejo homoerótico é incorporado *na* mulher. Em alucinação pigmaliónica, Richard se refere à companheira como sua criação e se gaba de tê-la criado na Itália, onde tentou “dar a ela uma nova vida”<sup>1091</sup>. Essa fantasia é flagrante, nos rascunhos da peça, quando Richard afirma sentir-se “como se a tivesse carregado [...] no meu ventre”<sup>1092</sup>. É o estatuto de obra-prima forjada pelo artista que torna Bertha atraente para Robert, que confessa ao rival: “Ela é [...] sua obra. [...] E é por isso que eu também me atraí por ela. Você é tão forte que me atrai, ainda que por meio dela”<sup>1093</sup>. À semelhança dos enredos romanescos nos quais Girard e Sedgwick observam a determinação da escolha da amada menos por seus predicados do que por pertencer ao rival<sup>1094</sup>, o fascínio de Robert pela criação não é senão o deslocamento do desejo pelo criador.

Em nota paratextual, Joyce define a peça como “confronto entre Marquês de Sade e Freiherr v. Sacher Masoch”<sup>1095</sup> e orienta o leitor a interpretá-la como sadomasoquista. Em recusa a aconselhar a companheira sobre como reagir ao assédio de Robert, Richard adota postura crucial para instauração do triângulo amoroso. Ao lhe confiar direito de escolha em vez de interditar a probabilidade da traição, o personagem, como Quintanilha em *Pylades e Orestes*, deseja que ela seja possuída pelo rival, ao qual confessa que “eu ansiava por ser traído por você e por ela”<sup>1096</sup>. A infidelidade lhe proporciona gratificação

---

<sup>1089</sup> JOYCE, 1921, p. 42.

<sup>1090</sup> *Idem, ibidem*, p. 57.

<sup>1091</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>1092</sup> *Apud* HENKE, 1990, p. 96.

<sup>1093</sup> JOYCE, 1921, p. 76-77.

<sup>1094</sup> Cf. GIRARD, 1961; SEDGWICK, 1985.

<sup>1095</sup> JOYCE, 1991, p. 172.

<sup>1096</sup> *Idem*, 1921, p. 76-77.

erótica na medida em que a experiência amorosa com a mesma mulher permite enlace simbólico com o rival; donde sua confissão a Bertha: “Eu não consigo odiá-lo, já que os braços dele te envolveram. Você nos uniu um ao outro”<sup>1097</sup>. No duelo entre dois homens pela mesma mulher, a incongruência entre a centralidade simbólica do objeto em litígio e sua varredura para a margem das dinâmicas de desejo entremostra que, numa cultura heterocêntrica, a instauração e manutenção de laços homoeróticos entre homens não prescinde da mediação da mulher, cuja posição soberana no esquema triádico constitui engodo que escamoteia sua subalternidade.

Escrita numa conjuntura na qual o homoerotismo era demonizado pela Igreja, patologizado pela medicina e criminalizado pelo sistema judiciário, *Exiles* evidencia que a mediação da mulher como aparente escopo amoroso franqueava aos homens expressão homoerótica mesmo sob os protocolos heteronormativos. É reveladora a nota na qual Joyce deslinda que “[a] posse corporal de Bertha [...] certamente colocaria em contato quase carnal os dois homens”, unidos “por meio” dela, já que, enquanto homens, não poderiam “unir-se carnalmente” um com o outro<sup>1098</sup>. Portanto, os rivais cobiçam não propriamente a amada, mas o que esta representa no campo do desejo, isto é, o desejo do Outro, pois seu corpo constitui menos uma arena de disputa do que um ponto de encontro.

## FAZENDO ARTE COM O *PUTTO*

---

*It would appear that the Lover was called Inspirer, at Sparta, while the youth he loved was named Hearer. [...] The lover taught, the hearer learned; and so from man to man was handed down the tradition of heroism, the peculiar tone and temper of the state [...]; and when we consider the customs of the state, by which boys were separated early from their homes [...], it is not difficult to understand the importance of the paiderastic institution.*

John Addington Symonds, *A Problem in Greek Ethics*

Nenhum arquétipo epitomizava tão cabalmente o culto helênico à beleza como o *menino bonito*, mais pujante das *personæ sexuais* lavradas nas expressões artísticas, já que contemplado – no duplo sentido do termo – em apogeu culturais como a arte egípcia, a estética helenística, a arte bizantina, a Renascença italiana, o romantismo europeu e a cultura popular de nosso tempo<sup>1099</sup>. Esse ideal apolíneo ganha forma quer esculpido,

---

<sup>1097</sup> *Idem, ibidem*, p. 97.

<sup>1098</sup> *Idem*, 1991, p. 172.

<sup>1099</sup> Cf. PAGLIA, 1990.

como nas estátuas helênicas de rapazes com fisicalidade hercúlea, em desalinho com a face delicada e a genitália infantil; quer pintado, como nas imagens renascentistas do êxtase de São Sebastião, ao ter o corpo seminu penetrado por setas; quer escrito, como na literatura decadentista simbolizada pelo narcísico Dorian Gray<sup>1100</sup>. Os nacionalismos culturais brasileiro e irlandês, em sua oscilação pendular de elogio ao atleta e ao esteta, não foram indiferentes à sedução dessa figura cujo culto facultava expressões homoeróticas em dois projetos de nação que acoplavam idealismo e jovialidade. Em exploração desse tropo, esta seção tenta dar conta da ambivalência de letrados brasileiros e irlandeses em relação ao que hoje se denomina pedofilia. Veremos que literatos homoeróticos se favoreciam do enlevo helenista pelo menino bonito e o tratavam ora como *putto*, ora como *puto*, e com ambos faziam *arte* na dupla acepção terminológica.



Num nacionalismo que diluía cujas balizas entre facticidade e ficção, o *Easter Rising*, testemunhou Michael Collins, tinha “ares de tragédia grega”<sup>1101</sup>. Ainda bem moço



**Imagem 39. Menino bonito**

quando do levante, o líder revolucionário representou o menino bonito no teatro – aqui entendido como *performance* estetizada – que caracterizou a insurreição. Na fotografia ao lado (Imagem 39), que bem passaria por *objet d’art*, chama atenção o efeito *chiaroscuro* entre a rudeza da indumentária militar e a suavidade dos traços de um rosto translúcido, como se moldado em porcelana; entre a tonalidade escura da vestimenta e a alvura marmórea do rosto; e entre o talhe do uniforme em linhas retas e a sinuosidade dos traços faciais. Encarnação da *discordia concors*, esse personagem intrigava seus contemporâneos, como John Lavery, que, ao descrevê-lo como “jovem Hércules” dotado de “rosto pálido”, justapunha vigor e morbidade, qualificativos

<sup>1100</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>1101</sup> *Apud* COOGAN, 1996, p. 54.

não raro vinculados, respectivamente, ao masculino e ao feminino<sup>1102</sup>. Essa dualidade era reforçada pelo próprio Collins, cujo excessivo zelo pelo rosto barbeado, entendido por biógrafos como vaidade<sup>1103</sup>, constitui sintoma de um projeto nacional que vinculava idealismo e mocidade, conforme veremos em alguns casos paradigmáticos.

Edward Martyn é geralmente lembrado como cofundador do *Irish Literary Theatre* e patrocinador de outros veios do nacionalismo cultural, como teatros, igrejas, periódicos e corais<sup>1104</sup>. Afora esses dados pontuais, o leitor médio pouco sabe de seus conflitos de gênero e consequentes efeitos no seu modo de atuação no projeto nacional. Ponto-chave da sua biografia consiste no impacto da revivescência helenista na cultura letrada vitoriana, cuja homocultura, emergente nas Letras e Artes, reportava-se à antiguidade grega pelo instituto da *pæderastia* referendar historicamente o homoerotismo<sup>1105</sup>. A cultura helênica, afamada por costumes como o vínculo entre *pæderastes* e *eromenos*<sup>1106</sup>, emprestava precedente histórico a literatos homoeróticos como o poeta e crítico literário inglês John Addington Symonds, cuja defesa do homoerotismo deita raízes na Grécia Antiga em escritos como o ensaio *A Problem in Greek Ethics*<sup>1107</sup>. Quando, nos anos 1870, estudou em Oxford, reduto da homocultura letrada vitoriana, Martyn conviveu com sujeitos homoeróticos extravagantes e se encantou pelo estetismo de Walter Pater. Mesmerizado pela cultura helênica difundida pelos oxonianos, viajou à Grécia, colecionou réplicas de estátuas gregas e considerou insuperável a beleza do idioma de Platão. Entretanto, a colisão entre a grecofilia e sua formação católica ortodoxa suscitava dilema existencial que o levaria a cancelar assinatura de revistas contrárias à moralidade religiosa, a pedir permissão ao bispo para ler determinados livros e a queimar sua coleção de poemas helênicos<sup>1108</sup>. Porém, o mesmo catolicismo que o impelia à autopunição o obrigava a reconhecer: “Não fosse pela Igreja, eu não sei o que teria sido de mim”<sup>1109</sup>. Para compreender esse débito, investigarei a natureza de seus conflitos de gênero e as “soluções” por ele encontradas na religião.

Uma vez que os escritos pessoais de Martyn, confiados a uma Ordem Carmelita, foram perdidos ou destruídos<sup>1110</sup>, quem procede a um perfil biográfico do escritor deve

---

<sup>1102</sup> LAVERY, 1940, p. 222.

<sup>1103</sup> Cf. OSBORNE, 2003.

<sup>1104</sup> Cf. NOLAN, 2004.

<sup>1105</sup> Cf. DOWLING, 1994.

<sup>1106</sup> Cf. WOHL, 2002; VERSTRAETE, PROVENCAL, 2005.

<sup>1107</sup> SYMONDS, 1883[1873].

<sup>1108</sup> Cf. FRAZIER, 1997.

<sup>1109</sup> *Apud* MOORE, 1914, p. 266.

<sup>1110</sup> Cf. GWYNN, 1930.

socorrer-se, com cautela, das meias-verdades que George Moore conta a seu respeito. Opostamente ao primo, o romancista lidava tão à solta com o homoerotismo que o teria definido como “simplesmente uma modernização da prática grega que aprazia e excitava o homem e, ademais, dava abrigo à inocência das mulheres gregas”<sup>1111</sup>. Também não tinha amarras em exprimir fascínio identificatório com o feminino: “só posso imaginar que, antes do meu nascimento, houvesse alguma hesitação quanto ao meu sexo”<sup>1112</sup>. Na sua novela *Hugh Monfert*, o personagem homônimo se apaixona por Percy e, aconselhado a reprimir seus desejos, pondera “como alguém pode [...] abominar o que é parte de si mesmo”<sup>1113</sup>. Esse desembaraço o autorizava a expor Martyn sem constrangimento, como procedeu ao associar, à maneira de *psicanálise selvagem*<sup>1114</sup>, o gênio efeminado do primo ao jugo da mãe castradora: “Se o menino é normal, com amor saudável pelo sexo em seu corpo, a esposa ou a amante o redimirão de sua mãe; porém, se não tiver tanto amor dentro de si, estará em grande perigo”; afinal: “Quem evita a esposa cai nos braços da amante e quem evita a esposa e a amante se torna escravo da mãe”<sup>1115</sup>. Depositário da esperança de continuidade da família, Martyn, único filho remanescente, era pressionado ao casamento pela mãe, mas nenhuma moça o interessava; ao contrário, conforme testemunhavam, respectivamente, George Moore, William Yeats e Denis Gwynn, “[o] sexo de uma mulher é odioso para ele”<sup>1116</sup>, “um odiador de mulheres desde o dia do seu nascimento”<sup>1117</sup> e que “odeia todas as mulheres com antipatia instintiva, quase perversa”<sup>1118</sup>. Essa ginofobia, insuflada em seu estágio numa Universidade de Oxford tomada pelo helenismo<sup>1119</sup>, afinava-se com a corrente rejeição cultural à mulher. Num *fin de siècle* balizado pelo desprestígio do matrimônio pelos homens, enquanto a solteirona representava problema social, tal não ocorria com o solteirão, para quem o casamento era opção desfavorável frente à possibilidade de fruição da sociabilidade unissexual<sup>1120</sup>. Assim, a opção de Martyn pelo celibato não lhe causava inadequação social, sobretudo porque também referendada pela religião, balizada pelo elogio da castidade.

---

<sup>1111</sup> DORAN, 1935, p. 270.

<sup>1112</sup> MOORE, 1889, p. 248.

<sup>1113</sup> *Idem*, 1922, p. 185.

<sup>1114</sup> Cf. FREUD, 1910.

<sup>1115</sup> MOORE, 1911, p. 240.

<sup>1116</sup> *Idem*, 1914, p. 265.

<sup>1117</sup> YEATS, 1936a, p. 269.

<sup>1118</sup> Cf. GWYNN, 1930, p. 18.

<sup>1119</sup> Cf. HUMPHRIES, 2007.

<sup>1120</sup> Cf. NORDAU, 1883; GAY, 1984; SHOWALTER, 1990.

Impedido de exprimir de outro modo seu desejo homoerótico, Martyn encontrou no catolicismo e no nacionalismo duas afiliações favoráveis à sublimação pelo repertório de simbolizações e laços homosociais característicos de ambas. Em Paris, conheceu o maestro Charles Bordes e associou a qualidade de seu coral à ausência de mulheres e à bela voz dos meninos. Todavia, essa interpretação encerrava equívoco revelador da confluência entre impulsos misóginos e homoeróticos em sua avaliação musical: Moore, ao ter-se com o maestro, teria descoberto que não havia nenhum menino no coral e que *Adeste Fideles*, que deixara o primo apaixonado, era cantado por uma mulher de cinquenta anos<sup>1121</sup>. Martyn lançou, nos idos de 1900, campanha na imprensa para expulsar todas as mulheres dos corais litúrgicos em Dublin, sob alegação de que somente a dicção de meninos proporcionava “fervor cerebral” ao ouvinte<sup>1122</sup>. Um ano depois, doou dez mil libras a um coral, com ressalva de que “em nenhuma ocasião mulheres serão admitidas”<sup>1123</sup>. O catolicismo oferecia a sujeitos homoeróticos como Martyn um cardápio de sublimações; afinal, trata-se de religião misógina e homosocial, cujas autoridades máximas são homens que não se casam, usam vestidos, trazem na cabeça acessórios extravagantes, protagonizam afetadas *performances* ritualísticas e estendem a mão para outros homens beijarem. Se a ginofobia, peculiar ao catolicismo e ao nacionalismo, dava caução à repulsa de Martyn pelas mulheres, a androfilia, comum a ambos, franqueava sua adoração por meninos com os quais, sob o manto da filantropia, mantinha proximidade insuspeitada. Como mecenas, sublimava a volição homoerótica quer pelo sadismo com que censurava os meninos do coral, quer pelo voyeurismo com que arrebatado os assistia.

Na literatura, seu único romance tem como cenário “um país sem mulheres”<sup>1124</sup>, enquanto sua poesia revela paixão homoerótica travestida de lirismo piegas, como no poema a um coroinha: “Ele passa, alvo, qual uma aparição, / E sem pegadas, pelo recinto da abadia, / Como se de esferas mais sublimes proviesse. Tal galhardia / De forma e movimento assombra esse menino sacristão. / [...] Filho da Terra ou do Céu, misterioso *putto*<sup>1125</sup>, / Ah, pudesse tu viver impoluto!”<sup>1126</sup>. A contemplação do Eu-lírico em face da beleza etérea do menino bonito retoma, em versão homoerótica, o *ethos* romântico de poemas como *She Walks in Beauty*, de Lord Byron. Na posição dilemática entre duas

---

<sup>1121</sup> Cf. MOORE, 1914.

<sup>1122</sup> *Apud* FRAZIER, 1997, p. 27.

<sup>1123</sup> *Apud idem, ibidem*, p. 27.

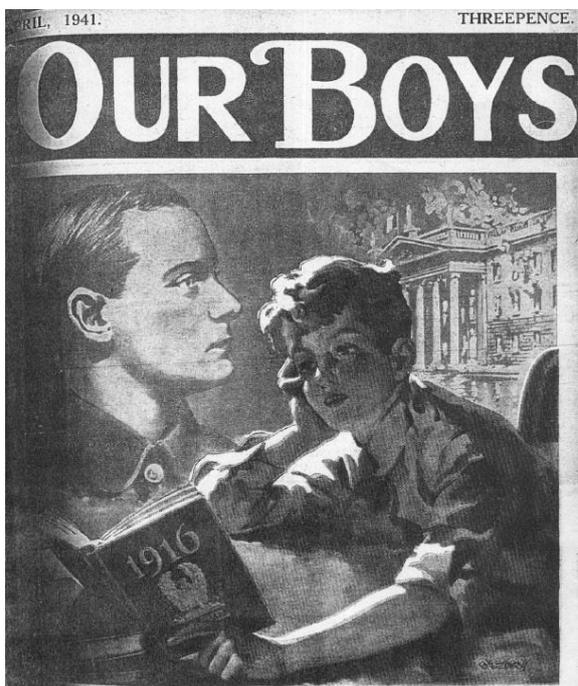
<sup>1124</sup> SIRIUS [Edward Martyn], 1890, p. 270.

<sup>1125</sup> Como o menino é referido como angelical, julguei lícito, para efeito rimático, traduzir *child* como *putto*.

<sup>1126</sup> *Apud* GWYNN, 1930, p. 323.

idealizações do menino – como resquício da pureza evanescente (*putto*) e como objeto de gratificação libidinal (*puto*) –, Martyn faz arte com o *putto* na liminaridade entre a moralidade e a degeneração, o pietismo e o decadentismo, a cristandade e o paganismo. Ao erotizar a fisicalidade do menino como provedora de deleite sensorial, mas lamentar o esvaecimento de sua candura, investe o desejo de dimensão etérea, tal que a chancela cristã legitima o que de outro modo poderia ser identificado como poema decadentista.

Em militância pela descolonização do conhecimento, Pádraic Pearse prefigurou expoentes da pedagogia moderna, como Bertrand Russell e Paulo Freire<sup>1127</sup>. A atuação pedagógica lhe dava tal respeitabilidade que sua adoração por garotos o distinguia pelo



**Imagem 40. Um herói nacional**

“grande amor por meninos que tem significado tanto para a educação irlandesa”<sup>1128</sup> e fazia com que, muito depois de sua morte, fosse exaltado como exemplo para meninos (Imagem 40). Essa deferência não o isentava, contudo, de fortes conflitos identitários. Desde a infância, Pearse destoava dos códigos de masculinidade hegemônicos e seus trejeitos “efeminados” implicariam tal senso de inadequação de gênero que ele se tornaria o mais ardoroso difusor da remasculinização irlandesa. Embora interpelasse os homens a padrões de

masculinidade intangíveis, o nacionalismo fornecia soluções para dilemas por ele mesmo suscitados e, no caso de Pearse, convertia em virtude, pela sublimação, impulsos que de outra sorte seriam tidos como sociopatas, como sua *puttolatria*.

Numa episteme em que a idealização da infância, principiada com a emergência da família nuclear burguesa e difundida pela estética romântica, era exacerbada em resposta à angústia quanto aos efeitos colaterais do “progresso”, o culto ao menino bonito constitui eixo temático que pontilha a literatura infanto-juvenil pearseana, dedicada a difundir o diletantismo pelo sacrifício entre os meninos e, assim, formar novos mártires. Peças como *The King*, que alegorizam a dualidade infância *versus* adultez, inscrevem a

<sup>1127</sup> Cf. SISSON, 2004.

<sup>1128</sup> DESMOND, 1918, p. 8.

criança como epíteto do idealismo gaélico não corrompido<sup>1129</sup>. Tais peças idealizavam um universo homosocial à maneira de monastérios medievais habitados exclusivamente por homens e eram encenadas pelos próprios alunos de sua escola bilíngue, como Frank



**Imagem 41. O favorito**

Dowling (Imagem 41), um de seus *protégés*, protagonista da peça *The Boy Deeds of Cuchulainn*, que Pearse produziu em 1909. Na era vitoriana, quando a desilusão com o materialismo e o cientificismo motivou reformistas sociais à louvação da Grécia Antiga como organização social modelar e à evocação de filósofos como Platão – afeito à *pæderastia* – na defesa de valores transcendentais, estetas oxonianos, a que já me referi, garimpavam no revivalismo helênico justificção para o homoerotismo<sup>1130</sup>.

Ainda que Pearse fosse anglofóbico demais para aderir a um modismo inglês, alguns de seus textos remetem ao “amor grego”. Sob o manto do pedagogismo, as lisonjas dirigidas aos meninos pelos homens adultos encerram franco desejo libidinal, haja vista a forma como, na peça *The Master*, um deles se refere ao menino Iollann: “Nós não temos mulher aqui e por isso fazemos amor com nosso pequeno Iollann”<sup>1131</sup>. A ausência de mulheres, longe de sentida nesse paraíso homosocial, constitui indício da fantasia de autossuficiência masculina no projeto de nação.

Embora deitasse raízes na pujante cultura grega, o helenismo era condenado na Irlanda não apenas porque a reconstrução nacional requeria modelos estéticos autóctones, mas, primordialmente, porque o nacionalismo era sobremaneira homosocial e, bem o sabemos, os espaços de vínculo homosocial mais intenso são mais policialescos em relação ao homoerotismo e, por isso, mais homofóbicos<sup>1132</sup>. Daí amigos tentarem

---

<sup>1129</sup> Cf. PEARSE, 1917b.

<sup>1130</sup> Cf. DOWLING, 1994.

<sup>1131</sup> PEARSE, 1917c, p. 72.

<sup>1132</sup> Cf. SEDGWICK, 1985.

dissuadir Pearse de publicar *Little Lad of the Tricks*, temerosos de que os leitores o considerassem “um poema decadente, inadequado para um diretor solteiro de uma escola para meninos”<sup>1133</sup>. Mas a diferença entre Pearse e o que hoje se denomina “pedófilo” consiste no cisma entre o desejo e o ato, pois “foi a sublimação da sexualidade de Pearse que produziu um notável entrelaçamento de discursos sobre estética, martírio, masculinidade e nacionalidade”<sup>1134</sup>. No poema, centrado no vínculo intergeracional entre mestre e pupilo, o primeiro desempenha função professoral análoga à do *pæderastes* na Grécia Antiga: “Mocinho travesso, / Bem sei eu / Que estiveste a fazer arte: / Confessa tua culpa de verdade. / Eu te perdoo, criança / De boquinha vermelha e macia”, declara a voz poética, que continua: “Levanta tua cabeça graciosa / Para que eu beije tua boca: / [...] Há uma fragrância em teu beijo / Que ainda não encontrei / Nos beijos das mulheres / Ou no mel dos seus corpos”<sup>1135</sup>. A advertência não passa de pretexto para, à guisa de perdão, o mestre beijar o menino cuja beleza, inequívoca por uma mulher, segue a esteira de revivalismo helênico, pautado na supremacia estética masculina.

Ainda hoje, o desconforto da crítica em relação ao homoerotismo de Pearse tem levado a interpretações que o negam mediante refutação, patologização ou infantilização. No primeiro prisma, Kiberd argumenta que, apesar de biógrafos procurarem “subtema homossexual” em sua obra, o escritor deve ser lido, de forma “muito mais útil”, como “um Arnold irlandês”<sup>1136</sup>. A sacralização de Pearse como pai simbólico da nação talvez explique por que o crítico literário subestime uma corrente desconstrucionista que, ao apreender sentidos lançados à margem da superfície textual, amplia o escopo da crítica literária e suas matrizes interpretativas. No segundo prisma, Moran caracteriza Pearse como acometido de desordens psicosssexuais porque à míngua de “identidade sexual claramente definida”<sup>1137</sup> e às voltas com “aberrações comportamentais”<sup>1138</sup>. Informado pelo paradigma psicanalítico, o historiador associa seu homoerotismo a um conflito edípico invertido, calcado na identificação com a mãe e alheamento do pai, que seria “o modelo normal” para sua formação masculina<sup>1139</sup>. Num terceiro prisma, Edwards identifica Pearse como homem ingênuo, cujo desejo por meninos era “inteiramente

---

<sup>1133</sup> BÖSS, 2000, p. 285.

<sup>1134</sup> SISSON, 2004, p. 152.

<sup>1135</sup> PEARSE, 1917a, p. 316.

<sup>1136</sup> KIBERD, 2000, p. 418.

<sup>1137</sup> MORAN, 1989, p. 629.

<sup>1138</sup> *Idem, ibidem*, p. 640.

<sup>1139</sup> *Idem, ibidem*, p. 640.

inocente”<sup>1140</sup>, enquanto Ferriter aposta que o líder republicano era “provavelmente assexuado”<sup>1141</sup>. Ora, Pearse tanto tinha ciência de seu desejo e da impossibilidade de realizá-lo que o tematizou em poemas de forte apelo emocional, como *Renunciation* e *Why do Ye Torture me*. Ao sublimar, à semelhança de Martyn, seu desejo homoerótico em desejo pela nação, escapou ao labéu degeneracionista, pois, como educador, sua adoração por meninos assumia dimensão pedagógica; como líder nacionalista, dimensão cívica; e, como católico, dimensão cristã.

A serviço da Coroa britânica, Roger Casement adquiriu notoriedade por missões consulares em África (1895-1904) e América do Sul (1906-1913). Designado para investigar o neoescravismo empreendido no Congo por Léopold II, elaborou relatório crucial para que o belga deixasse o comando do território. Já na América, denunciou a escravização perpetrada por corporação extrativista em seringais da região de Putumayo nos áureos tempos de extração da borracha. Elencadas numa genealogia humanitária que culminaria na Declaração Universal dos Direitos Humanos, suas investigações lhe conferiram prestígio internacional e o fizeram volver os olhos para seu próprio país. Convertido ao nacionalismo, tentou recrutar prisioneiros na Alemanha para lutarem pela Independência, mas foi capturado, julgado e enforcado por crime de Alta Traição. Seu plano abortado, seguido da fatalidade de martírio, deu-lhe heroicização ao engrossar a narrativa sobre fracassos gloriosos que marcariam o histórico anticolonial dos irlandeses.

Em prática habitual entre viajantes de seu tempo, o cônsul redigia dois diários de viagem; um de cunho profissional, à guisa de efeméride, e outro, paralelo, ao modo de *adversaria scripta*, com registros de foro íntimo: o primeiro consagrado a delações contra a opressão de nativos e o segundo a peripécias homoeróticas com meninos púberes; haja vista estas entradas de 1910: “8 de fevereiro: *Mario* no Rio [...] 40\$.000 [...]. Adorável, Jovem – 8 & glorioso. O maior desde Lisboa, 4 de julho & tão grande quanto. Perfeitamente enorme”<sup>1142</sup>; ou “2 de março: São Paolo. Antonio. 10\$000 [...] Escuro & Duro... Calado & rápido *enorme estocada*. Amei *fortemente*. Para *Cravar Fundo*”<sup>1143</sup>. O mesmo agente humanitário que acusava a objetificação do humano e posava com discrição entre ameríndios (Imagem 42) comodificava seus meninos bonitos sob o parâmetro da relação custo-benefício entre as medidas penianas e o preço investido no consumo. Contudo, o

---

<sup>1140</sup> EDWARDS, 1977, p. 52.

<sup>1141</sup> FERRITER, 2009, p. 65.

<sup>1142</sup> CASEMENT, 1997, p. 43.

<sup>1143</sup> *Idem, ibidem*, p. 43

fato de há muito registrar compulsivamente os gastos de suas viagens além-mar explicaria por que também minutava o pagamento feito a cada parceiro sexual <sup>1144</sup>. Seu



**Imagem 42. Meninos bonitos**

envolvimento casual com meninos implicava jogo de poder bilateral em que dominação e subordinação constituíam posições móveis, conforme o ponto de vista analítico. A assunção de papel sexual passivo, por exemplo, destoava-o da posição ativa como investigador e corroborava sua crucificação: “Nos últimos anos, ele parece ter completado o ciclo completo da degeneração sexual, e de pervertido se tornou invertido”, explicou Ernley Blackwell, “uma ‘mulher’ ou passivo [*pathic*] que deriva sua satisfação do fato de atrair homens, induzindo-os a usá-lo”<sup>1145</sup>. No ato sexual, a hierarquia de gênero se reafirma na medida em que a antinomia penetrar/ser penetrado reinscreve graficamente posições de dominação e submissão. A assimetria parece hipertrofiada no homoerotismo masculino, em que sobre o sujeito passivo pesa mais homofobia porque, ao prostrar-se de quatro para ser dominado por outro homem, abdica da posição dominadora

---

<sup>1144</sup> Cf. VARGO, 2003.

<sup>1145</sup> *Apud* GIRODIAS, SINGLETON-GATES, 1959, p. 27.

historicamente definida e “regride” ao patamar da mulher. Conforme Deleuze e Guattari, o ânus foi o primeiro órgão privatizado, isto é, retirado da esfera social e, por isso, presta-se como paradigma para a privatização<sup>1146</sup>. Se inscrever o ânus no *debate público* implicaria demitificação, expô-lo à *curiosidade pública*, como na divulgação de exame do cadáver de Casement pelo médico legista, encerraria patente intuito de impor humilhação aos irlandeses: “O ânus parecia dilatado e, ao fazer um exame digital [...], descobri que a parte inferior do intestino estava dilatada até onde o dedo podia alcançar”<sup>1147</sup>.

Numa conjuntura de patente homofobia, ainda sob influxo do *Criminal Amendment Act*, que condenava o homoerotismo como “grave indecência” (*gross indecency*)<sup>1148</sup>, e do escândalo em torno de Oscar Wilde, Casement não se intimidou com a perseguição biopolítica aos prazeres insubmissos. Em turismo sexual de escala planetária, tanto se deliciou que surpreende haver deixado no Brasil a lembrança de cavalheiro respeitável<sup>1149</sup>. A lógica que equacionava homoerotismo e *mimesis* do feminino conduzia à perseguição a homens tidos como efeminados, porém liberava de radares biopolíticos sujeitos homoeróticos supostamente alinhados com a heteronormatividade. Quiçá pelo cumprimento de missão moralmente edificante, pelo porte físico avantajado, pela fisionomia sisuda e pelo uso da barba, Casement tenha escapado à vigília dos censores, já que distante da figura estereotípica do “invertido”.



Na literatura brasileira, o tropo do menino bonito remonta, pelo menos, à estética romântica. Se não surpreende seu tratamento mais atrevido que na irlandesa, chama atenção a mesmidade dos predicados físicos do *putto/puto*: pele branca, cabelos alourados e olhos azuis caracterizavam essa entidade fantasmática, epíteto da contradição de um país mestiço que se imaginava caucasiano. Em meados do XIX, o poeta baiano Junqueira Freire manifestou, em poema de edição póstuma, seu amor por certo “louro moçolo”. De um lado, o poema se afinava com o romantismo, porque carregado de transbordamento sentimental; de outro, remontava ao conceptismo barroco por vacilar, num circuito epistêmico, entre adoração etérea e desejo telúrico. Embora o autor fosse monge beneditino, a equivocidade se devia menos ao *Timor Dei* do que à estatura aurática do

---

<sup>1146</sup> Cf. DELEUZE, GUATTARI, 1972.

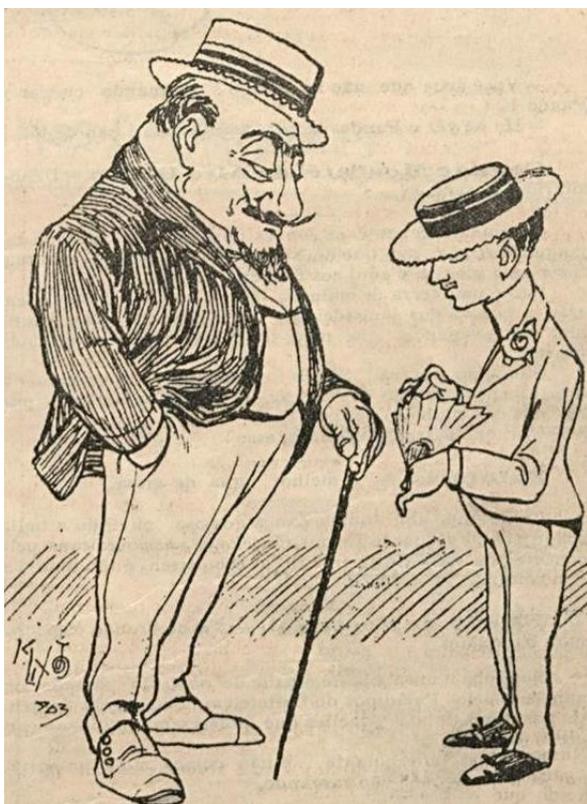
<sup>1147</sup> *Apud* Ó SIÓCHÁIN, 2008, p. 493.

<sup>1148</sup> GREAT BRITAIN, 1885, p. 68.

<sup>1149</sup> Haja vista ser elogiado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala e Ingleses no Brasil* (cf. FREYRE, 1933, 1948).

*putto* como ente inatingível: “E tu me xingaste tolo. / Meu môço, anjinho feliz! / Só porque amar-te deveras / Meu Deus, minha sina quis. / Só porque certo bem maus / Dois versos te dei que fiz”<sup>1150</sup>. Repetido à exaustão, o elemento anafórico “tolo” é entremeado de silogismos que o submetem a desmonte tal que o termo, desconstruído, prova, ele próprio, a razoabilidade do desvelo amoroso: “Mas se tolo é admirá-lo, / A todo o mundo antepô-lo. / Querer lá vê-lo num trono. / Num leito dourado pô-lo, / Alfim beijá-lo e gozá-lo. / Então, sim, quero ser tolo!”<sup>1151</sup>.

Mais se enfatizava o fosso intergeracional entre o menino bonito e seu admirador, mais se acentuava o fascínio pelo *putto* – fascínio residente na antítese entre primor e decadência. À semelhança da *pæderastia* grega, a *puttolatria* de homens já entrados em



**Imagem 43. Puttolatria**

anos repousava também na diferença física e na distinção de papéis sexuais, como se nota numa charge de 1903 (Imagem 43). No diálogo que a acompanha, o efebo, de feição efeminada (indicadora de passividade), procura “algum lugar em que possa haver fresco”, e o mais velho, de aparência masculinizada (indicativa de atividade), sugere o Largo do Rossio, notório ponto de encontro homoerótico no Rio de Janeiro finissecular – referência que convida o leitor à captação da ambiguidade da charge<sup>1152</sup>. Embora fosse alvo de contumélias, a dupla velho/menino não era censurada pelo que

ora se entende por pedofilia, mas somente pelo desvio da heteronormatividade. Por isso a condenação a um desses caçadores de anjos: “Em paz deixa os *gurys*, libidinoso... / N’uns labios femininos tens amor, / Caricias ideaes, tens o calor / Que o seu corpo transmite perfumoso!”<sup>1153</sup>.

<sup>1150</sup> FREIRE, 1970, p. 167.

<sup>1151</sup> *Idem, ibidem*, p. 167.

<sup>1152</sup> KLIXTO, 1903, p. 14.

<sup>1153</sup> JUCA DO RIO, 1907, p. 5.

Além de acerrar a problemática do desejo em elos intergeracionais, o tropo do menino bonito se prestava como mote para tematização de dilemas homoeróticos em ambientes homosociais como corporações e colégios. No internato d’ *O Atheneu*, de Raul Pompéia, imperava tensão sexual vinculada às noções – vizinhas – de desejo e rivalidade entre garotos<sup>1154</sup>. Esse claustro homosocial representava perigo para meninos bonitos, presas certas nas caçadas eróticas de marmanjos. Daí o diretor advertir o pai de um dos pequenos a lhe podar os “cachinhos”, pois “meninos bonitos não provam bem no meu collegio”<sup>1155</sup>. Mais mundana é a *puttolatria* de Adolfo Caminha, em *Bom Crioulo*, romance no qual o grumete Aleixo, que seria sodomizado pelo negro Amaro, é descrito como “um belo marinheirito de olhos azuis”<sup>1156</sup>. A ambivalência entre pureza e sensualidade, inerente a essa *persona* sexual, implica dilema ético em face do qual Amaro, mesmo hesitante em “sacrificar [...] uma criança” para saciar sua “necessidade”, não resiste ao impulso: “seu desejo era abraçar o pequeno, ali na presença da guarnição, devorá-lo de beijos, esmagá-lo de carícias debaixo do seu corpo”<sup>1157</sup>. Mário de Andrade, como sabemos, também explorou o tropo do menino bonito em contexto colegial no conto *Frederico Paciência*, escrito e reescrito obsessivamente entre 1924 e 1942. Os sucessivos reparos textuais dão mostras de certa ansiedade em torno da fatura de um conto cuja feição memorialística, quase bioescritural, é reforçada pela autodiegese, que confere matiz personalista ao *coming-of-age* balizado pelo desabrochar do homoerotismo entre garotos. Uma vez que a porosidade da fronteira entre os vínculos homosociais e homoeróticos não raro implica um *continuum* entre ambas as formas de afeto<sup>1158</sup>, da admiração de Juca pela “perfeição moral e física de Frederico Paciência”<sup>1159</sup> decorre amalgamação entre os desejos mimético e erótico pelo rapaz: “Tive ânsias de imitar Frederico Paciência. Quis ser êle, ser dele, me confundir naquele esplendor, e ficamos amigos”<sup>1160</sup>. A tensão se

---

<sup>1154</sup> Veja-se o erotismo sádico-fóbico na descrição de um banho coletivo: “Uma festa n’agua, [...] turbulento debate de corpos nus, estreitamente cingidos no calção de malha rajado a côres, enleando-se [os meninos] como lampreias, uns immedindo, reaparecendo outros, olhos injectados e cabellos a escorrer pela cara, vergões na pelle de involuntarias unhas dos companheiros; gritos de alegria, gritos de susto, gritos de terror; os menores agrupados no raso, dando-se as mãos em cacho, espavoridos, se algum mais forte chegava” (POMPÉIA, 1888, p. 60).

<sup>1155</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>1156</sup> CAMINHA, 1895, p. 16.

<sup>1157</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

<sup>1158</sup> Cf. SEDGWICK, 1985.

<sup>1159</sup> ANDRADE, 1947, p. 121.

<sup>1160</sup> *Idem, ibidem*, p. 106.

instaura na narrativa pelo ultrapassamento do limite entre *mimesis* e *Eros*, que nos remete a uma contradição da heteronormatividade, exposta, com certo excesso retórico, por Fry:

Dizer que homens héteros são heterossexuais é apenas dizer que se envolvem em sexo exclusivamente com (ou sobre ou para) o outro sexo, ou seja, mulheres. Tudo ou quase tudo que pertence ao amor, a maioria dos homens héteros reserva exclusivamente para outros homens. As pessoas que eles admiram, respeitam, adoram, reverenciam, honram, a quem imitam, idolatram e com quem formam apegos profundos, a quem estão dispostos a ensinar e de quem estão dispostos a aprender, e cujo respeito, admiração, reconhecimento, honra, reverência e amor eles desejam ... esses são, esmagadoramente, outros homens. [...] A cultura heterossexual masculina é homoerótica; é o amor pelo homem<sup>1161</sup>.

A contradição heteronormativa reside na instância que aliena identificação e desejo, na medida em que “o homem é obrigado a se identificar com outros homens, mas não lhe é permitido desejá-los”, pois a “*identificação com*” obsta o “*desejo por*”; em contraposição, é obrigado a desejar as mulheres, porém impedido de se identificar com elas sob pena de incorrer em efeminação, de modo que, neste caso, o “*desejo por*” veta a “*identificação com*”<sup>1162</sup>. Noutros termos, o homem deve admirar seus pares ao ponto de imitá-los, porém não deve desejá-los, e não deve admirar as mulheres ao ponto de imitá-las, mas deve desejá-las. O código de masculinidade o constrange, pois, à lógica esquizofrênica na qual o objeto que deve ser cultuado no nível da *economia introjetiva* por representar a perfeição do humano não pode ser desejado no nível da *economia libidinal*, enquanto o objeto que deve ser rejeitado no nível da economia introjetiva por representar rebaixamento estatutário deve ser desejado no nível da economia libidinal. No conto em revista, o colapso da barreira entre introjeção e libido impõe crise em face da qual os rapazes estabelecem limites para que não ultrapassem a fronteira do afeto amical: “ele avançou, me abraçou com ansiedade, me beijou com amargura”, relata o narrador, para ressaltar: “Mas logo nos assustou a sensação de condenados” e “nos separamos conscientes”<sup>1163</sup>. Tanto que eram vigiados, os meninos se tornaram sentinelas de si próprios no policiamento superegoico de seus impulsos e decidiram que, em “nosso amor de amigo”, não cabia “nenhuma realização condenada pelo mundo”<sup>1164</sup>. A pálida solução para o desejo homoerótico consiste no afastamento entre os rapazes, em epílogo que sugere ser mais acertado reprimir o homoerotismo que aceder a desejos não normativos.

---

<sup>1161</sup> FRYE, 1983, p. 134-135.

<sup>1162</sup> DOLLIMORE, 1991, p. 305.

<sup>1163</sup> ANDRADE, 1947, p. 117.

<sup>1164</sup> *Idem, ibidem*, p. 117.

Na ficção brasileira da Primeira República, em nenhum outro lugar o paralelismo *putto/puto* se faz mais saliente do que no conto *O menino do Gouveia*, que circulou em 1914, na forma de livreto assinado pelo *nom de plume* Capadócio Maluco. O conteúdo homoerótico da narrativa se dá a ver já no título, visto que, na linguagem coloquial, “Gouveia” designava o homem mais velho que paquerava rapazes e “Bembem” o moço atraído por outros homens<sup>1165</sup>. O protagonista, Bembem, é definido como “puto”<sup>1166</sup>, termo aplicado no entresséculos a sujeitos homoeróticos, sobretudo passivos, em analogia entre homoerotismo e prostituição<sup>1167</sup>. Nas franjas de um regime biopolítico que patologizava sexualidades estranhas à matriz heteronormativa, o conto se distancia do cariz condenatório das narrativas naturalistas, pois aqui a gênese do homoerotismo não reside na patologia, mas na predestinação: “Parece que quando me estavam fazendo, minha mãe, no momento da estocada final, peidou-se, de modo que teve todos os gostos no cu e eu herdei também o fato de sentir todos os meus prazeres na bunda”<sup>1168</sup>. No voyeurismo em que contempla os tios praticarem sexo, o menino é pego de assalto por “uma sensação exquisita no cú”<sup>1169</sup> e toma providência burlesca: “Corri para o meu quarto [...] e, tendo arrancado a vela do castiçal, tentei mette-la pelo cú acima a ver si me acalmava”<sup>1170</sup>. A dualidade *putto/puto* atinge seu paroxismo quando o garoto, entre pueril e libertino, suplica ao anfitrião: “Titio, você faz commigo o que fez esta noite com titia! Faz, sim?”<sup>1171</sup>. Banido da casa, perambula pela Capital Federal à procura de macho que satisfaça sua ansiedade anal. No Largo do Rossio, dá-se com Gouveia e o faz saber que “ainda tem as preguinhas todas”<sup>1172</sup>. Embora dê passos à frente do naturalismo, o conto itera o corrente estereótipo do passivo como *anima muliebris virili corpore inclusa*. A delimitação de papéis sexuais na relação em que o homem maduro rompe o canal virgíneo do garoto, que, ao adentrar o quarto em que seria deflorado, tem “a sensação de uma noiva ao entrar na camara nupcial”<sup>1173</sup>, obedece ao binarismo posicional em curso na primavera do século XX, quando sujeitos homoeróticos eram classificados, a partir do paradigma heterossexual binário, como agentes ou pacientes. Ainda assim, o texto de aparente pobreza intelectual divisa, na sua estética da analidade, potência de ruptura

---

<sup>1165</sup> Cf. GREEN, POLITO, 2006.

<sup>1166</sup> MALUCO [Pseudônimo], [1914], p. 3.

<sup>1167</sup> Cf. GREEN, 1999.

<sup>1168</sup> MALUCO [Pseudônimo], [1914], p. 4.

<sup>1169</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>1170</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>1171</sup> *Idem, ibidem*, p. 7.

<sup>1172</sup> *Idem, ibidem*, p. 8.

<sup>1173</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

epistemológica: se a tradição filosófica confere primazia aos membros superiores, (sobretudo a cabeça) em detrimento dos inferiores (sobretudo o baixo-ventre)<sup>1174</sup>, a narrativa subverte essa geografização ao grifar a *desejabilidade* do ânus, que atua quase qual uma personagem. Portal de expulsão de matérias rejeitadas pelo organismo, o ânus é obsceno – do latim *ob* (fora) + *scenus* (cena) – isto é, deve ser mantido ao abrigo da cena pública. Ora, o sujeito, a fim de se conformar à ordem dominante, precisa livrar-se de tudo quanto esta considera impuro, como os excrementos corporais. Dito de outro modo, sua inscrição na ordem simbólica depende de duplo movimento de interiorização da Lei do Pai e expulsão do que o remete à indissociação pré-edípica com a mãe, notadamente a corporeidade. Componentes indissociáveis do *self*, tais elementos, em vez de expurgados de todo, figuram como fronteira constitutiva, um limite interno que, por impor ameaça à integridade do superego, é tratado como abjeção e configura, a um só tempo, aquilo que o sujeito tenta expulsar para se adequar socialmente e sintoma da falha dessa expulsão<sup>1175</sup>. Cloaca de depósito dessas matérias, o ânus constitui, por excelência, o *locus* da abjeção. A essa leitura se soma uma outra, com a qual converge: como nos primeiros estágios da formação libidinal o ânus desempenha papel erótico, os tabus atinentes às suas funções excretoras se ligam às repressões associadas ao seu potencial sexual, mas, justamente porque as interdições à região anal são mais extremas do que a qualquer zona corporal, em nenhuma parte do corpo a transgressão é tão potente quanto no tubo anorretal<sup>1176</sup>. Aqui reside a potência transgressiva que o conto tangencia, mas não realiza porque ainda balizado pela matriz binária: possuído por todos os humanos e situado para além das demarcações anatômicas que caracterizam a diferença sexual, o ânus, esse centro erógeno universal, é capaz de colapsar cisões entre sexos e gêneros, *a fortiori* porque seu uso não tem finalidade reprodutiva e tampouco está relacionado à romantização do coito<sup>1177</sup>. Afinal, vincula-se mais à sintomática expressão “sexo selvagem” do que ao higienizado sexo burguês, a que, noutra terminologia sintomática, dá-se o nome “papai-e-mamãe”.

A figura do menino bonito não era de todo bem-vinda num projeto de nação que aspirava à falicização. Carlos Drummond de Andrade, numa entrevista, confessou sentir “repugnância” e “mal-estar” em relação ao homoerotismo: “Nunca me senti à vontade diante de um homossexual”<sup>1178</sup>. Porém, num Rio de Janeiro onde, desde quadras finais

---

<sup>1174</sup> Cf. SÁEZ, CARRASCOSA, 2011.

<sup>1175</sup> Cf. KRISTEVA, 1980.

<sup>1176</sup> Cf. PARKER, 1992, 2009.

<sup>1177</sup> Cf. PRECIADO, 2002, 2009.

<sup>1178</sup> *Apud* BORTOLOTTI, 2012, s.p.

do XIX, sujeitos homoeróticos circulavam “de frente erguida à luz do sol e ao sombrio da noite”<sup>1179</sup>, restava-lhe apenas contrariada complacência, expressa em poema dedicado a um dos meninos bonitos que nos proveu a *poiesis* grega. Sob pseudônimo, publicou em 1951 *Ganimedes*, no qual retomou o mito do rapto de efebo tão lindo que Júpiter, em forma de águia, rapta-o, sodomiza-o em pleno voo e o leva para o Olimpo. Na intertextualidade com o mito, aqui a ave metaforiza o sujeito homoerótico, que “recusa o pasto natural aberto aos homens” para se saciar por “via sinuosa e hermética”<sup>1180</sup>. Porque raptos “terríveis” como o de Ganimedes têm lugar em casas noturnas e se manifestam no “beijo estéril” que ali se dá, cabe antes desviar o olhar que torcer o nariz frente aos meandros da natureza: “baixemos nossos olhos ao espetáculo / da natureza dúbia e reticente: / ela tece, dobrando-lhe o amargor, / outra forma de amor no acerbo amor”<sup>1181</sup>.

## HETEROSSEXUAIS ASSUMIDOS

---

*“Well, maybe I’m a latent homosexual.” He considered that for a moment. “Or maybe I’m a latent heterosexual. Anyway I’m pretty latent.”*

Margaret Atwood, *The Edible Woman*

Sob o signo da pseudoliberação sexual, nossa época tem o liame entre performatividades de gênero (*genre*) e de gênero (*gender*) evidenciado na profusão de bioescrituras assinadas por sujeitos LBGTTTIQ. Atenta à rentabilidade mercadológica, a indústria cultural desloca sujeitos homoeróticos do *closet* para as prateleiras, onde, encadernados em autobiografias, são inscritos como sucedâneos de santos medievais numa cultura desreferencializada e, portanto, carente de heróis para consumo<sup>1182</sup>. Se na hagiografia a coragem do asceta em assumir sua orientação religiosa o alçava como *exemplum* a ser emulado pelos cristãos, em sua congênere secular a galhardia do sujeito LBGTTTIQ em assumir sua orientação sexual o edifica como modelo para identificação introjetiva por aqueles ainda “no armário”. Paralelamente a esse fenômeno, pesquisadores foucaultianos revisitam o último quartel do século XIX, quando da invenção do homossexual como categoria taxonômica, a fim de traçar perfis biográficos dos “pais”

---

<sup>1179</sup> ALMEIDA, 1906, p. 77.

<sup>1180</sup> SABOIA [Carlos Drummond de Andrade], 1951, p. 4.

<sup>1181</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>1182</sup> É significativo que Oscar Wilde e Michel Foucault, dois ícones adotados pela cultura *queer*, sejam referenciados como santos em publicações como *Saint Oscar* e *Saint Foucault* (cf. EAGLETON, 1989; HALPERIN, 1995).

simbólicos da homossexualidade, como Oscar Wilde, e investigam como o biografado se “assume” em negociação com códigos heterocêntricos.

Sem valorar o agenciamento do ato performático de “sair do armário”, interessa-me sublinhar que, dentre outras possibilidades semânticas, o verbo *assumir* comporta três significações distintas – quais sejam, “apropriar-se (de)” (e.g. assumir um cargo), “exibir” (e.g. assumir uma pose) e “revelar(-se)” (e.g. assumir uma orientação sexual) –, das quais a última tem sido investida politicamente nas agendas LGBTTTIQ como quesito para heroicização. Porque tal verbo se cristalizou numa acepção confessional cristianizada, em princípio não teria por que inquirir como um heterossexual se assume – sua orientação sexual jamais precisou ser mantida em segredo. Todavia, após a ruptura epistemológica implicada no deslocamento conceitual do gênero, ressemantizado de atributo biológico para construto cultural, não problematizar a heterossexualidade implica concebê-la como fluxo natural, distinto da homossexualidade, que, como exceção, seguiria curso mais problemático. Dada a inscrição daquela como normalidade devido a preceitos biopolíticos, o assumir-se heterossexual não tem sentido na acepção de revelação (de subjetividades recalçadas), mas, se tomado como apropriação e exibição (de paradigmas naturalizados), propicia exercício desconstrucionista. Afinal, expõe que a identidade de gênero não é mais do que a tomada de posições-de-sujeito delimitadas pela biopolítica e evidencia que não há orientação sexual pré-discursiva. Uma vez que somos interpelados continuamente a exibirmos *performances* iterativas de nossa posicionalidade identitária e, assim, constituímos-nos imitativamente, toda identidade configura, a rigor, uma modalidade de *camp* – daí o aforismo de RuPaul: “você nasce nu; tudo o mais é drag”<sup>1183</sup>.

Uma forma de problematizar a heterossexualidade como efeito performativo no qual a estrutura imitativa e contingente do gênero se revela consiste no escrutínio do seu processo de (con)formação mediante reciclagem conceitual do verbo “assumir” para evidenciar como também a heterossexualidade resulta de identificação sempre processual, inconclusa e suscetível às contradições constitutivas dos processos biopolíticos de subjetivação. Nesse deslocamento conceitual, procederei ao exame de registros bioescriturais de escritores brasileiros e irlandeses do entresséculos, com vistas a analisar, na dinâmica tensional entre assujeitamento e resistência, paradoxos vivenciados na tentativa de “assumir” a heterossexualidade e o modo como os conflitos ocorrentes nesse processo informaram sua criação literária. O fato de terem vivido numa

---

<sup>1183</sup> RUPAUL, 1995, p. iii.

conjuntura em que a biopolítica se notabilizava pela patologização dos prazeres insubmissos os torna objetos de estudo instigantes para o cômputo do quanto a bioescritura pode revelar sobre os processos de *áskesis* e das contradições aí implicadas.



Na *Falò delle Vanità* em que chamejavam egos modernistas, querelas intergrupais, como fluminenses *versus* paulistas, desdobravam-se em contendias entre categorias de masculinidade. É ilustrativo o relato epistolar de Manuel Bandeira a Mário de Andrade sobre discórdia suscitada pela reprovação de Sérgio Buarque de Holanda a uma conferência proferida por um escritor campinense: “O Guilherme [de Almeida] estava com tanta raiva dele [Sérgio] que [...] aludiu ao outro como um desses rapazinhos dúbios, efeminados, tomadores de cocaína”, relatou o missivista, para completar: “Depois da conferência eu disse ao Guilherme que ele tinha feito mal. Ao que ele respondeu [...] dizendo [...] ‘que estes safadinhos iriam lambar o cu dele pois ele estava no Estado de São Paulo’”<sup>1184</sup>. A premissa de que estar em território alheio deveria constranger os “efeminados” estrangeiros a respeitarem seu estatuto na dicotomia autoridade/alteridade, sob pena de deverem “lambar o cu” dos titulares de direito territorial, é sintomática de uma economia em que categorias de espaço e de gênero se articulavam na disputa entre letrados pertencentes a projetos de nação em litígio.

Pouco antes, num *fin de siècle* timbrado por malquerenças políticas entre literatos, travavam-se lutas ideológicas pela paternidade simbólica da nação gestada no contexto de instauração do regime republicano. Uma vez que na transição do Império para a República essas altercações eram travadas entre grupos homossociais masculinos, tensões políticas de que tomaram parte literatos com função redatorial em jornais atrelavam nacionalidade e masculinidade. Nesse campo de batalhas onde golpes eram desferidos não com gládio, mas com afiado verbo, triunfava como homem não quem erguesse a cabeça do inimigo decepada, mas quem a colocasse na guilhotina da opinião pública. Quando o naturalismo fez emergir “uma prosa homotextual” na literatura brasileira<sup>1185</sup>, um desses embates gravitou em torno de *Bom-Crioulo*, romance naturalista que envelopava dois tabus, o homoerotismo e o sexo inter-racial, numa das instituições que se pretendiam formadoras da hombridade brasileira, a marinha. Ao trazer à baila uma constelação de questões candentes, como raça, gênero, sexo e nacionalidade, o romance

---

<sup>1184</sup> ANDRADE, BANDEIRA, 2000, p. 318.

<sup>1185</sup> LOPES, 2002, p. 126.

provocou celeuma no meio literário. O detalhamento da rotina na marinha e do homoerotismo ali praticado animou resenhistas de primeira hora, pautados em biografismo, a insinuarem que o enredo possuía nuances de transposição literária da biografia do autor. Uma crítica sem signatário, mas cuja autoria Caminha atribuiria a José Veríssimo, colocava em questão a honradez de um homem “inútil”, que se ocupava em estudar “a psicologia improvável de nauseantes crimes contra a natureza” para “despertar em nós o arrepio da curiosidade impura e mórbida”<sup>1186</sup>. Mais contundente, Valentim Magalhães criticou *Bom-Crioulo* como “livro ascoroso” por explorar “um ramo da pornographia até hoje inedito por inabordable, por ante-natural, por ignobil”<sup>1187</sup>. E teceu conjecturas sobre a masculinidade do autor daquilo que denominou “romance-vomito” e “romance-pus”<sup>1188</sup>. Se as excreções são abjetas porque se deslocam de dentro para fora do corpo e, assim, perturbam qualquer senso de fronteiras segura<sup>1189</sup>, é sintomática a referência ao romance por meio de qualificativos escatológicos. “Não ha duvida que é um romance verdadeiro, *vivido*”, pois seu autor “conhece admiravelmente a vida promiscua e nauseabunda da maruja” e possivelmente fora “grumete como o seu louro Aleixo”<sup>1190</sup>.

Em resposta à saraivada de maledicências, Caminha evocou a *sciencia sexualis* e definiu seu romance como minucioso estudo sobre “inversão sexual” fundamentado em obras de sexologia e medicina legal<sup>1191</sup>. No cerne de um projeto de nação que aspirava à virilidade, querelas literárias interligavam aspectos estéticos e políticos numa disputa não apenas entre vetores estéticos de um cânone literário em construção, mas também entre grupos masculinos em luta por hegemonia nas Letras. Mais do que a lisura da obra, interessava ao naturalista defender sua heterossexualidade. Por isso, alegava que a pujança de detalhes sobre o homoerotismo naval se devia, de um lado, ao fato de escrever “de accôrdo com as observações da sciencia” e, de outro, ao fato de ter visto, enquanto oficial de marinha, “episodios acidentais” como o retratado no livro<sup>1192</sup>. Além do argumento científico, evocou a tradição canônica ao arrolar em sua defesa uma lista de escritores condenados por imoralidade, como Balzac, Flaubert, Zola e Eça de Queiroz, para se alinhar a essa hoste de incompreendidos. Não bastasse, apresentou inventário de registros científicos e literários de tratamento do homoerotismo para justificar que sua

---

<sup>1186</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, 1895, p. 2.

<sup>1187</sup> V. M. [Valentim Magalhães], 1895, p. 1.

<sup>1188</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>1189</sup> Cf. KRISTEVA, 1980.

<sup>1190</sup> V. M. [Valentim Magalhães], 1895, p. 1.

<sup>1191</sup> Cf. CAMINHA, 1896.

<sup>1192</sup> *Idem, ibidem*, p. 41.

obra não era a primeira a abordar o tema. Esse desfile de argumentos defendia a validade literária do romance, mas, sobretudo, a honra masculina do autor, posta em dúvida pela crítica literária. O mesmo Caminha que criticava o reducionismo biografista incorria em biografismo ao desdenhar, em alusão a Veríssimo, críticos que “se reconhecem na obra do artista e se julgam denunciados publicamente; d’ahi o odio contra que teve a inaudita coragem de os estudar”<sup>1193</sup>. Embora a heterossexualidade, como categoria social, ainda não houvesse sido inventada, já que só teria sentido quando contraposta à homossexualidade, o que estava em jogo, a rigor, era a condição heterossexual. Por isso, desacreditar a masculinidade era a maior ofensa e defendê-la era uma questão de honra.

Nesse campo de luta, Olavo Bilac e Raul Pompéia protagonizaram enfrentamento sintomático da relação entre nacionalidade e masculinidade a que me tenho referido. Amigos quando do combate à monarquia, apartaram-se por divergências sobre o governo de Floriano Peixoto, que assumira a Presidência da República após renúncia de Deodoro da Fonseca. Bilac, n’*O Combate*, desferia duras críticas a Floriano, enquanto Pompéia, no *Jornal do Commercio*, dava mostras de florianismo. Não tardaria até o primeiro, na coluna que matinha sob o criptônimo “Pierrot”, acusar o segundo de bajular o Marechal em troca de cargo público. Numa época em que a crítica literária, ainda bastante impressionista, costumeiramente interpretava a obra como transfiguração do autor para a personagem e, assim, identificava no narrador d’*O Atheneu* o próprio Raul Pompéia, Bilac, às rusgas com o romancista, teceu insinuações sobre sua sexualidade ao afirmar que seu florianismo decorria de “amolecimento cerebral” causado pelo sexo solitário: “Raul Pompéia masturba-se e gosta de, a altas horas da noite n’uma cama fresca, à meia-luz de *veilleuse* mortiça, recordar, amoroso e sensual, todas as lealdades que viu durante o seu dia”<sup>1194</sup>. Embora se alegasse que a publicação não erada lavra de Bilac, mas de um colega que o teria substituído naquela edição do jornal e mantido o mesmo pseudônimo<sup>1195</sup>, tratava-se de grave acusação num contexto em que se condenava o “sexo solitário” – sádica antonomásia – como egocentrismo por não contribuir para a

---

<sup>1193</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>1194</sup> PIERROT [Olavo Bilac?], 1892, p. 1.

<sup>1195</sup> PONTES, 1935; MAGALHÃES JÚNIOR, 1974; OCTÁVIO, 1978.

perpetuação humana<sup>1196</sup> e como porta de passagem para a homossexualidade<sup>1197</sup>. Em represália, Pompéia acusou Bilac de outra perversão ao comentar que quem o atacara era marcado “pelo stygma preliminar do Incesto”<sup>1198</sup>. Após essa réplica, os contendores se encontraram casualmente numa confeitaria, onde trocaram petelecos e safanões<sup>1199</sup> e, segundo um amigo que escoltou Pompéia na volta à sua casa, o escritor, convicto de que “só a sangue isso pode acabar”, decidiu enfrentar Bilac num duelo público<sup>1200</sup>. Em tratativas entre representantes das duas partes, definiram-se data e local da peleja, cuja audiência incluía padrinhos, mediadores e até um médico, numa encenação demonstrativa do quanto os literatos eram atores protagonistas da tragicomédia da nação:

Escolheram a espada, embora não soubessem manejá-la. Afiados os floretes, em vez de lavarem a honra com sangue, conforme o prometido, [...] os escritores consentem em se dar um constrangido aperto de mãos, sob o olhar de várias testemunhas – privadas de ver dois espadachins medíocres em ação. E diga-se que, na véspera do encontro, Pompéia treinara alguns rudimentos da esgrima, interrompendo os floreios a toda hora em que lhe caía o pincenê do nariz<sup>1201</sup>.

Se o duelo, àquela altura, ainda servia como reparação da honra masculina<sup>1202</sup>, o “empate” manteve tudo como dantes. O acordo de paz não foi suficiente para redimir Pompéia, que se prostrou em depressão e, antes de desferir um tiro no peito, em pleno Natal, redigiu um bilhete para defender sua masculinidade: “À Notícia e ao Brasil, declaro que sou um homem de honra”<sup>1203</sup>. O ficcionista teria investido a honra como objeto libidinal que, perdido pela afronta, seria reavido com o suicídio<sup>1204</sup>, estetizado por memorialistas e biógrafos como Fernando Jorge, segundo o qual o suicida, após escrever e subscrever o bilhete, fez o seguinte ritual: “Sentou-se numa espreguiçadeira, pegou um revólver e varou o coração com uma bala. De modo tão direto, tão preciso, que o sangue espirrou do orifício aberto no peito e salpicou a parede, como se fosse o rubro e calculado

---

<sup>1196</sup> Décadas mais tarde, quando o tema já era menos envolto em tabus, Murilo Mendes, em autobiografia de título sugestivo, *A idade do serrote*, pôde fazer troça desse aspecto: “Masturbo-me, sinistro diálogo da mão com o pênis, o sêmen da vida é lançado no esgoto, destrói-se em um fragmento da eternidade, anulo um trilionésimo da posteridade de Adão, disparo retrospectivamente contra os meus avós, a soma de terror supera a de prazer” (MENDES, 1968, p. 69).

<sup>1197</sup> Em tratado que introduziu a designação “homossexual” no âmbito da medicina, Richard von Krafft-Ebing afirmava que, dentre vários outros males, a prática da masturbação minimizava o interesse pelo sexo oposto, induzindo à homossexualidade (cf. KRAFFT-EBING, 1886).

<sup>1198</sup> POMPÉIA, 1892, p. 1.

<sup>1199</sup> PONTES, 1935, p. 243.

<sup>1200</sup> OCTÁVIO, 1978, p. 214.

<sup>1201</sup> CAPAZ, 2001, p. 11.

<sup>1202</sup> Cf. FREVERT, 1995.

<sup>1203</sup> *Apud* MISKOLCI, BALIEIRO, 2011, p. 73.

<sup>1204</sup> Cf. RAMOS, 1957.

esguicho de um tubo de tinta”<sup>1205</sup>. A trágica morte, em nome da honra masculina, revelou-se contraproducente ao suscitar mais suspeitas sobre sua sexualidade. Desde o século XVIII, o discurso médico identificava o onanismo como causa e sintoma de vários distúrbios mentais <sup>1206</sup>. Médicos brasileiros, como o eminente neurologista Antônio Austregésilo, endossavam essa tendência ao considerar tal hábito como causador de graves repercussões na mentalidade masculina <sup>1207</sup>. À cata de explicações para sua morte, chegou-se exatamente ao desequilíbrio mental, associado à sexualidade, em afirmações de que Pompéia era “doente dos nervos”<sup>1208</sup>, possuía “personalidade neurótica” e vivia às voltas com “sucessivos problemas íntimos”<sup>1209</sup>.

Por essa ocasião, Bilac também não estava ileso ao juízo público. Por nunca ter-se casado, instigava biógrafos a hipotetizarem sobre as razões de sua solteirice, como a frustração amorosa que tivera, ainda em verdes anos, quando seu noivado com a irmã do poeta Alberto de Oliveira não vingou e desde então teria-se tornado solteirão empedernido. O fato de Bilac ser, no seu tempo, uma “celebridade” poderia facilitar casos amorosos com quantas mulheres desejasse, mas aparentemente não se interessava pelas filhas de Eva senão como motivo literário, conforme testemunhou Medeiros e Albuquerque: “O seu comportamento com mulheres deixou uma grande dúvida sobre sua capacidade masculina” <sup>1210</sup>. Outro letrado revelou intrigação por que Bilac, mesmo assediado, passara “toda a existência afastado da sedução feminina”<sup>1211</sup>.

Na mocidade, Bilac publicou em jornais, à sombra de pseudônimos, estâncias cujo léxico picaresco destoa de seus preciosismos linguísticos amoldados aos mármores parnasianos. No poemeto *Castigo*, uma mulher lamenta o casório de sua amiga com Gregório, amigo de certo “Bonifacio Ferrão” – sobrenome alusivo ao pênis: “Realmente, que destino, / Com franqueza, não atino, / Este mundo tem enganos! / Mas casa mesmo, não creio, / Que o Gregório, além de feio, / É um sujeito entrado em annos”<sup>1212</sup>. Salta aos olhos a *idée fixe* de literatos da Primeira República pela analidade. O infortúnio, sugere o duplo sentido fonético de “anos”, seria casar-se com um velho e/ou sodomita. Noutro poemeto, a alusão homoerótica decorre da ambiguidade entre os sentidos *literal* e *lateral*

---

<sup>1205</sup> JORGE, 1985, p. 185.

<sup>1206</sup> Cf. TISSOT, 1764.

<sup>1207</sup> Cf. AUSTREGÉSILO, 1919.

<sup>1208</sup> JORGE, 1985, p. 185.

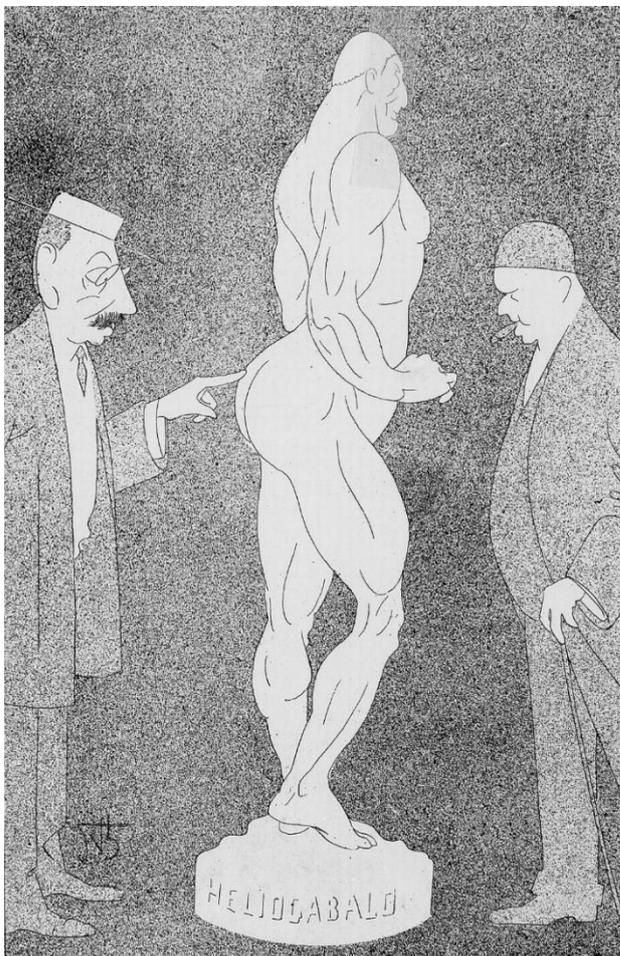
<sup>1209</sup> GOLVEIA, 1966, p. 66.

<sup>1210</sup> MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1981, p. 313.

<sup>1211</sup> PRADO, 1956, p. 51.

<sup>1212</sup> BOB [Olavo Bilac], 1897b, p. 1.

do termo “rosca” na reclamação do freguês de padaria quanto ao comprimento do pão: “Vejam-me só este pão: / Não chega n’em p’ra uma mosca! / Não ha remédio senao / Trocar o pao pela rosca!”<sup>1213</sup>. O mesmo Bilac que brincava com o tema do homerotismo era alvo de pilhérias sobre sua sexualidade. Numa charge (Imagem 44) de Álvaro Martins,



**Imagem 44. Perfeição em frente e verso**

sob o pseudônimo Seth, para o almanaque satírico *O Gato*, Olavo Bilac e João do Rio contemplam estátua que representa o imperador romano Heliogabalus como robusto homem nu. Aquele elogia, “– Soberbo, heim!”, e este completa: “– Que delicioso seria se todos os homens fossem assim!”<sup>1214</sup>. Ambos fascinados, cada qual examina a parte anatômica que mais o apraz: o primeiro toca o músculo glúteo da estátua, ao passo que o segundo examina a região pubiana, como se àquele interessassem as nádegas e a este o membro viril. A imagem reproduzia os respectivos estereótipos dos dois letrados, pois, na terminologia de seu tempo, João do

Rio, considerado mestre “na arte de seduzir pelas costas”<sup>1215</sup>, era “homossexual de fama”, no dizer de seu *protégé* Di Cavalcanti<sup>1216</sup>, e tido como pederasta passivo, enquanto Bilac era afamado como ativo<sup>1217</sup>. Tal seria a delícia do poeta pelo sexo anal que Emílio de Meneses o homenagearia com os seguintes versos, à guisa de epitáfio: “Ao ver o Bilac inerme / na cova, tão jururu, / Foi logo gritando um verme: / – Defuntos, tapai o cu!”<sup>1218</sup>.

<sup>1213</sup> *Idem*, 1897a, p. 1.

<sup>1214</sup> SETH [Álvaro Martins], 1911, p. 13.

<sup>1215</sup> JOÃO DAS MOÇAS, 1929, p. 4.

<sup>1216</sup> DI CAVALCANTI, 1964, p. 31.

<sup>1217</sup> Cf. GREEN, 1999.

<sup>1218</sup> MAGALHÃES JUNIOR, 1978, p. 171.

Há um terceiro exemplo de conjunção entre disputa literária e disputa masculina. Oscar Wilde tanto impactou a juventude literária do Brasil que o “Wildismo”, rememorava um articulista, “assolou o paiz como uma epidemia” e se tornou “a sarna literaria” de gerações de escritores, tal que mesmo modernistas convictos tiveram “sua phrase wildeana” e a morte do esteta foi sentida por jovens literatos que chegaram a “mandar celebrar missas” por sua alma<sup>1219</sup>. A imprensa, de sua parte, revolveu os anais da História à cata de vinculação entre o esteta irlandês e o Brasil, haja vista a curiosa nota “Oscar Wilde amou uma brasileira” patentear que o escritor tivera “forte paixão” por certa Izabel Sneed de Andrade e Mello, notabilizada nos círculos literários europeus por seu invulgar refinamento<sup>1220</sup>. A própria glosa evidenciava sua equivocidade ao adicionar que Wilde dedicara *De Profundis* à sua amada, quando, bem o sabemos, a epístola fora escrita para o poeta Alfred Douglas<sup>1221</sup>. Se o esteta não amou alguém do Brasil, o contrário não é verdadeiro: João do Rio assinou, em 1905, o primeiro ensaio de um brasileiro sobre o escritor, cuja obra conhecera casualmente numa biblioteca. Num misto de *frisson* e moralismo pelo esteta adepto do “crime que sudarisou de lava ardente a ardente Sodoma” e “tem acimado os altos espíritos desde Platão até Jean Lorrain”<sup>1222</sup>, o jornalista se rendeu ao desejo pelo proibido: “Abri, nervoso, o livro, na ancia de encontrar a ode da perdição”<sup>1223</sup>. Doravante enamorado por Wilde, traduziu algumas de suas *magna opera*, inclusive *The Picture of Dorian Gray*, e chegou mesmo a ser comparado ao irlandês por também haver decidido viver “sob a fôrma da beleza”<sup>1224</sup>. Devido à voga de Wilde no Brasil, tal analogia legitimava, em certa medida, a afetação estética de João do Rio por levar à conclusão de que o jornalista seria sofisticado demais para um povo incapaz de compreender seu modo de vida informado pelas “fontes sagradas do conhecimento hellenístico”<sup>1225</sup>. Profundo *connoisseur* da sofisticação europeia, o jornalista, que se vestia com janotismo e usava chapéu, monóculo e bengala, atuava como tradutor cultural de modas e modos europeus para a elite brasileira<sup>1226</sup>. A *mise-en-scène* como *dandy*, ainda que racializado, permitia-lhe frequentar a fina flor da elite cultural do Rio de Janeiro sem grandes empecilhos, e tal era sua voga que cerca de cem mil pessoas teriam comparecido

---

<sup>1219</sup> PEREGRINO, 1929, p. 38.

<sup>1220</sup> M. L., 1940, p. 18.

<sup>1221</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>1222</sup> JOÃO DO RIO, 1905, p. 137.

<sup>1223</sup> *Idem, ibidem*, p. 137.

<sup>1224</sup> LIMA, 1921, p. 2.

<sup>1225</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>1226</sup> Cf. GREEN, 1999.

ao seu funeral<sup>1227</sup>. Seu diletantismo pela *flânerie* o tornava testemunha da vertigem da modernidade: “Para compreender a psicologia da rua”, explicava, há que possuir “espírito vagabundo”, isto é, “praticar o mais interessantes dos esportes – a arte de flunar”<sup>1228</sup>. Num contexto de redesenho arquitetônico da cidade à maneira do que Haussmann fizera na Paris do 19, sua atração pelos subúrbios contrastava com a sofisticação de seus trajes, mais apropriados para o *footing* pelos arredores do centro, como em fotografia enviada por ele a uma revista (Imagem 45).

O escritor que concorreu para a profissionalização do jornalismo no país, aperfeiçoamento formal e estético do texto jornalístico e ampliação de seu escopo com a



**Imagem 45. João do Wilde**

popularização do gênero entrevista só optou pelo jornalismo após Barão do Rio Branco, à época Ministro das Relações Exteriores, tê-lo dissuadido de tentar carreira na diplomacia por ser mulato e efeminado<sup>1229</sup>. Inscrito em dois marcadores de diferença, o jornalista era alvejado por ofensas contra sua liminaridade racial (entre

o branco e o negro) e sexual (entre o masculino e o feminino) num contexto de obsessão por estabilidade categorial. Seus adversários encontravam no trocadilho João do Rossio – referente ao Largo do Rossio, famoso ponto de *rendez-vous* entre homens – uma forma de atacar sua sexualidade pela vinculação com o espaço de sociabilidade homoerótica, conforme disparou um crítico: “João do Rocio fundou aí um jornal que ele chama *Pátria*, mas que deve ser chamado *Mátria*, pois em se tratando de Paulo, tudo é feminino”<sup>1230</sup>. Com outro trocadilho, o escritor Emílio de Meneses explicou o ingresso do jornalista na Academia Brasileira de Letras pelo fato de ser “fresco” e, assim, refrescar a instituição durante o solstício: “Na previsão de próximo calores / A Academia, que idolatra o frio, / Não podendo comprar ventiladores / Abriu as portas para o João do Rio”<sup>1231</sup>. Uma vez que Machado de Assis, em conluio com Barão do Rio Branco, esforçou-se para embargar

<sup>1227</sup> Cf. RODRIGUES, 1996.

<sup>1228</sup> JOÃO DO RIO, 1910, p. 11.

<sup>1229</sup> Cf. RODRIGUES, 1996.

<sup>1230</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, 1978, p. 368.

<sup>1231</sup> *Idem, ibidem*, p. 126.

seu ingresso na Academia em razão de sua sexualidade, João do Rio só foi aceito quando Machado já havia morrido<sup>1232</sup>. Sua suposta conjuração degenerativa entre anomalias de raça e gênero chamaria atenção da biopolítica tal que, segundo um psiquiatra, o escritor padecia de “paradoxia sexual”<sup>1233</sup>. Essa anamnese o inscrevia no feminizado espectro da histeria como possuidor de “todas as complicações que acarreta o Síndrome de Charcot”<sup>1234</sup>. Num projeto de nação balizado por negrofobia e ginofobia, o esteta encarnava a conjunção entre dois marcadores de diferença, raça e gênero, evidente nas suas caracterizações como símio e efeminado.

A reputação de efeminado foi fomentada pelo jornalista, que, ainda no frescor da juventude, publicara um conto, com o sugestivo título *Impotencia*, sobre reminiscências de um velho homoerótico num palacete cor-de-rosa<sup>1235</sup>. Em belo ensaio sobre os jardins públicos, João do Rio ensinava que se deve estudá-los conforme os diversos usos a que se prestam ao longo do dia: pela manhã, pertencem a crianças, mendigos e caminhantes; ao cair da tarde, a casais apaixonados; à noite, a amantes clandestinos; e “a última hora, quando os sinos tigem para fechar as portas, [...] os retardatarios aproveitam a relativa solidão, e o jardim convulsiona-se num supremo espasmo”<sup>1236</sup>. O jardim é então tomado por “sujeitos de vícios secretos”, relata o escritor, em deliciada condescendência:

Não fosse o jardim a revivescência da floresta antiga e não precisasse de bacchantes e de satyros! E haveis de ver sujeitos nervosos, que entram desconfiados, torcendo o bigode, aproximam-se de um, de outro, rodam como milhafres, ciciam propostas de arripiar, mettem-se na sombra com creaturas que a tudo se prestam. As maiores devassidões, lembrando as orgias de Tiberio, ao ar livre, a policia tem encontrado nos jardins...<sup>1237</sup>.

Sua *flânerie* pelos hortos e becos da cidade em horas mortas pode ter facilitado encontros furtivos com outros homens. Assim entendeu Lima Barreto, melindrado porque seu desafeto, ao entrar para a Academia Brasileira de Letras, lograra o que ele próprio não conseguira. Nas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, João do Rio é retratado como Raul Gusmão, jornalista de que se diz ter entrado numa hospedaria com um fuzileiro naval, a quem, “mediante uma gorgeta”, teria obrigado “a prestar-se ao

---

<sup>1232</sup> RODRIGUES, 1996, p. 59.

<sup>1233</sup> NEVES-MANTA, 1934, s.p.

<sup>1234</sup> *Idem, ibidem*, s.p.

<sup>1235</sup> BARRETO [João do Rio], 1899, s.p.

<sup>1236</sup> JOÃO DO RIO, 1907, p. 2.

<sup>1237</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

papel”<sup>1238</sup>. Além de sexualizado, o jornalista também é racializado, pois seus olhos diminutos, encravados no rosto redondo, emprestam-lhe aspecto animalesco. João do Rio,



João do Rio

Imagem 46. João do Rossio

dono de “opulentas banhas litterarias”<sup>1239</sup>, era representado na imprensa com traços zoomórficos, como numa de suas caricaturas (Imagem 46)<sup>1240</sup>, e ao romance barretiano não escapou esse detalhe: “Nos confins da minha aldeia natal, eu não podia adivinhar que o Rio contivesse exemplar tão curioso do genero humano, uma desencontrada mistura de porco e de simio adiantado”<sup>1241</sup>. Encastelado em manicômio por duas vezes, Lima Barreto era marginal em relação à masculinidade hegemônica por ser pobre, mulato e alcóolatra, mas o fato de possuir outros marcadores de subalternidade que não a efeminação lhe proporcionava um “dividendo patriarcal”<sup>1242</sup>: mesmo não amplamente beneficiado pelo patriarquismo por não cumprir todos os quesitos da masculinidade hegemônica, o romancista não

possuía a principal mácula naquele contexto de primado da revirilização, e assim podia se identificar, mesmo à margem, com essa masculinidade.

Outro *dandy*, Mário de Andrade, literalmente incorporava, no artifício de sua *persona* estilizada, a aspiração disruptiva da vanguarda modernista. Segundo um jornalista de seu tempo, costumava usar “meias de losangos coloridos”, gravata “amarelo-canário” e “pijama roxo”, além de trazer no bolso “uma folha de papel de seda com pó de arroz”, com que besuntava a face “para atenuar o tom ocre da pele”<sup>1243</sup>. Em princípio, o concurso numa *avant-garde* que se pretendia transgressiva referendaria seu gosto pela estética *camp* sem prejuízo da conformação protocolar ao código de masculinidade

<sup>1238</sup> BARRETO, 1909, p. 127.

<sup>1239</sup> J. CARLOS [José Carlos de Brito e Cunha], 1907, p. 1.

<sup>1240</sup> Desenho de J. CARLOS [José Carlos de Brito e Cunha], intitulado “João do Rio”, para artigo de VOLTARE, 1910, p. 1.

<sup>1241</sup> BARRETO, 1909, p. 36.

<sup>1242</sup> CONNELL, 1995, p. 79.

<sup>1243</sup> CASTRO, 1989, p. 25.

heteronormativo. Dessa fiança decorria, talvez, a liberdade para flertar com trajés femininos, vide certo episódio no qual, ao avistar Maria Amélia Buarque de Hollanda “estreado um chapéu de veuzinho e fitas”, compraz-se de tal modo que lhe faz um apelo: “Quando você não quiser mais, me dá esse chapéu lindo!”<sup>1244</sup>. Outro álibi para a *performance camp* consista na experiência da observação participante quando de suas pesquisas etnográficas. O modernismo brasileiro, no dizer de Wilson Martins, “foi uma escola ambulante e perambulante, fascinado pela descoberta geográfica e medusado pela descoberta cronológica”<sup>1245</sup>. Como sabemos, duas modalidades de périplo constituíram suas linhas de força: a viagem *para fora*, de vocação cosmopolita; e a viagem *para dentro*, de inflexão nativista. Diferentemente de outros literatos, que se deslocaram do Brasil para



**Imagem 47. Flânerie camp(estre)**

a Europa, Mário se deslocou do sudeste europeizado em direção ao norte e nordeste, à procura de elementos da cultura popular. Temeroso – ou desejoso – de encontrar “tribos selvagens, jacarés e formigões”, cogitou sobre o que levar para se proteger: “minha alminha santa imaginou: canhão, revólver, bengala, canivete. E opinou pela bengala”<sup>1246</sup>. Além desse acessório tipicamente dandesco, o viajante não se esqueceu do delicado leque e do chapéu e óculos extravagantes, como em fotografia, tirada por ocasião da viagem ao nordeste, cuja legenda “Aposta de ridículo” indicava como a descontração permitida a um viajante curioso, a que tudo de exótico apetece, favorecia performatividades de gênero transgressivas sem comprometer a inscrição na heteronormatividade (Imagem 47). No entanto, suas veleidades estéticas não

<sup>1244</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>1245</sup> MARTINS, 1965, p. 369.

<sup>1246</sup> ANDRADE, 1976, p. 51.

com a homoeroticidade. Carlos Drummond de Andrade, homofóbico confesso, preferia tê-lo à distância, em *amicorum colloquia absentium* – como Marcus Tullius Cicero definiu o gênero epistolar<sup>1247</sup> –, porque lhe enfastiavam seus hábitos de toalete, como os perfumes, os pós-de-arroz e as gravadas extravagantes<sup>1248</sup>.

Porém, Mário era uma figura eminentemente ambígua. Nos escritos sobre a música, iterativamente lançava mão do léxico de gênero, como ao enaltecer o regente Heitor Villa-Lobos pelo seu “temperamento viril”<sup>1249</sup>, ao celebrar que os brasileiros, distintamente dos cantores de tango argentinos, não possuíam atributos vocais “desagradavelmente afeminados”<sup>1250</sup> e ao clamar pela renúncia dos artistas a idiosincrasias estéticas em favor da nacionalização da música: “É masculino a gente se sacrificar por uma coisa [...] de que beneficiarão os que vierem depois”<sup>1251</sup>. A virilidade tanto imperava como mantra no seu imaginário intelectual que aplicava o léxico de gênero, inclusive, em considerações do literato sobre si mesmo. À maneira de *mea culpa*, tais considerações exprimiam impressão de fracasso pela inadequação a códigos de masculinidade perspectivados, de sorte que toda nódoa ao ideal masculino incitava angústia. Em tom contrito, reconhecia que sua produção literária escapista não conseguira exprimir uma “dor mais viril da vida”<sup>1252</sup>. Essa monomania, que beirava as raias do desespero, é sintomática do quanto o nacionalismo brasileiro, nas primeiras décadas da República, foi balizado pela ética viril. Dos mais obcecados pela virilidade, Mário a festejou como conquista individual quando participou a Manuel Bandeira, entre eufórico e aliviado: “Que ordem viril eu botei na minha sensibilidade inquieta!”<sup>1253</sup>.

A dubiedade marioandradina a propósito do nacionalismo incide sobre sua imaginação do soldado conforme a *persona* do menino bonito. Por ter no herocultismo um de seus pilares, o nacionalismo permitia que homens tecessem, de forma insuspeitada, lisonjas a símbolos de hombridade nacional, como o soldado, e por isso não soaria estranho o soldado marioandradino ser um “moço bem bonito”<sup>1254</sup>. Porém, na contramão do nacionalismo de inflexão militarista, que tinha na masculinidade cívica a esperança de redenção da nação, Mário apresentou, no poema *Cabo Machado*, um soldado

---

<sup>1247</sup> CICERO, 1853, p. 334.

<sup>1248</sup> Cf. CANÇADO, 1993.

<sup>1249</sup> ANDRADE, 1963, p. 145.

<sup>1250</sup> *Idem*, 1938, p. 195.

<sup>1251</sup> *Idem*, 1963, p. 43; nota 1.

<sup>1252</sup> *Idem*, 1943, p. 252.

<sup>1253</sup> *Idem*, 1958, p. 113.

<sup>1254</sup> *Idem*, 1966, p. 91.

desconstruído, que não marcha, mas baila; não é aguerrido, mas “pouco marcial”; não é austero, mas “delicado”; não porta arma, mas joias; não traz nas mãos escaras de guerra, mas “unhas bem tratadas”<sup>1255</sup>. A escritura de poema sensual, mesmo sob o álibi do nacionalismo, não convenceu Oswald de Andrade, incontinente *blagueur*, que assinou artigo com o pseudônimo Cabo Machado, em referência ao poema, e descreveu Mário como “nosso Miss São Paulo traduzido em masculino”<sup>1256</sup>. Nova publicação provocativa consistiu numa entrevista fictícia com “Miss Macunaíma”, uma índia, também alusiva a Mário, descrita como “a mais genuína representante da antropofagia feminina no Brasil”<sup>1257</sup>. Numa terceira afronta, Oswald descreveu Mário como “muito parecido pelas costas com Oscar Wilde”<sup>1258</sup>. O estopim para o fim da amizade teria sido nova blague em relação à dupla alteridade de gênero e raça do escritor, no artigo *Boneca de Pixe*<sup>1259</sup>. Mário, que há muito sofria escárnios de Oswald, rompeu como o amigo. Em carta a Tarsila do Amaral, reiterou ter pedido a amigos “que não me falassem em certos assuntos”, uma vez que “as acusações, insultos, caçoadas feitos a mim não podem me interessar”<sup>1260</sup>. Nem o tempo superou a mágoa, pois em carta de 1944 Mário se referia a Oswald como “um indivíduo que se chafurdou nas maiores baixezas do insulto e da infâmia pessoal”<sup>1261</sup>. Embora tentasse se reaproximar do amigo, Oswald não se furtava ao ímpeto de afrontá-lo e, porque alinhado ao padrão de masculinidade hegemônico, pôde caçoar que sua desavença com o amigo não passara de “uma feliz briga de namorados”<sup>1262</sup>. O autor do *Manifesto da Poesia Pau-brasil* faria escola, pois um comentarista anônimo, em crítica ao esteticismo de Mário de Andrade, chamou-lhe de “sub-Wilde mestiço”<sup>1263</sup> e estendeu sua crítica a todo o modernismo de que Mário fazia parte ao destacar que “o modernismo foi um movimento ‘feminino’, se preocupando apenas com a roupa”, ao passo que “o movimento de ensaios e romances post-modernistas foi um movimento ‘macho’, preocupado com o conteúdo”<sup>1264</sup>.

A abordagem dos conflitos de gênero do modernista não tem razão meramente especulatória, visto que estes reverberam nas suas produções literárias e críticas. Se não

---

<sup>1255</sup> *Idem, ibidem*, p. 91.

<sup>1256</sup> CABO MACHADO [Oswald de Andrade], 1929, p. 6.

<sup>1257</sup> ALECRYM [Oswald de Andrade], 1929, p. 12.

<sup>1258</sup> *Apud* FONSECA, 2007, p. 273.

<sup>1259</sup> *Idem, ibidem*, p. 273.

<sup>1260</sup> ANDRADE, AMARAL, 2001, p. 106.

<sup>1261</sup> ANDRADE, 1981, p. 167.

<sup>1262</sup> *Apud* FONSECA, 2007, p. 273

<sup>1263</sup> DOM CASMURRO, 1939, p. 2.

<sup>1264</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

podia acusar Oswald de efeminado, Mário, como que em mecanismo compensatório, transferia a homofobia para outros letrados. No ensaio *Amor e medo*, pesou a mão no biografismo freudista ao concluir que Álvares de Azevedo tinha “verdadeira fobia do amor sexual”<sup>1265</sup> por haver crescido “entre sáias”, educação que teria prejudicado seu “desenvolvimento masculino”<sup>1266</sup>. Tal pavor se evidenciaria no fato de sua poética sempre retratar mulheres “intangíveis ou desprezíveis”<sup>1267</sup>, como virgens ou prostitutas. Para confirmar sua tese, Mário apresentou dados biográficos do poeta, como seu interesse por “crivos e bordados” e por “tualétes femininas”, além do “profundo desfervor sexual com que [...] insultou de bêstas chucras as moças piratininganas”<sup>1268</sup>. A lacônica biografia de Azevedo deixava o modernista à vontade para tecer especulações, já que, do pouco que se sabia do bardo, boa parte tangenciava sua sexualidade. Era sabido, por exemplo, que tivera amizade romântica com certo Luiz, de quem se despediu, em 1850, numa triste carta: “Luiz, ha ahi não sei que no meu coração que me diz que talvez tudo esteja findo entre nós. [...] Adeus, meu Luiz. [...] Assim como eu te amo, ama-me”<sup>1269</sup>. Outra especulação dizia respeito a episódio curioso: corria o ano de 1851 quando, por ocasião de baile carnavalesco, Álvares de Azevedo se apresentou travestido de mulher e tal foi o êxito do *passing* que certo diplomata europeu ter-se-ia enamorado pelo simulacro e o convidado para um jantar, “á espera de maiores favores”<sup>1270</sup>. O disfarce de senhorita teria empolgado o poeta byroniano, que “continua representando seu papel feminino até que alta madrugada, os dois a sós... desvenda o mistério”<sup>1271</sup>. O escritor criticava também, entre seus pares, aqueles que exploravam diafanamente o homoerotismo. Em avaliação farisaica de *O Atheneu*, criticou Raul Pompéia porque as amizades entre rapazes no internato “se reduzem a casos grosseiros de homossexualidade”<sup>1272</sup>.

É no epistolário que encontramos frestas no armário em que o escritor jazia aprisionado. A postura esfíngica de Mário com relação à sexualidade se desconcerta numa carta de 1928, cuja versão integral só foi publicizada em 2015, na qual confessa a Manoel Bandeira sobre sua dissidente identidade de gênero. Mário reclama dos “socialisadores da minha vida particular”, que lhe atribuem “todos os vícios que por ignorancia ou por

---

<sup>1265</sup> ANDRADE, 1935, p. 93.

<sup>1266</sup> *Idem, ibidem*, p. 108.

<sup>1267</sup> *Idem, ibidem*, p. 80.

<sup>1268</sup> *Idem, ibidem*, p. 109.

<sup>1269</sup> ALVARES DE AZEVEDO, 1853, p. xlvii.

<sup>1270</sup> SOUTO, 1931, p. 25.

<sup>1271</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>1272</sup> ANDRADE, 1972, p. 179.

interesse de intriga, são por êles considerados ridículos”<sup>1273</sup>. E, depois de alguma circunlocução indicativa de constrangimento, o escritor então confidencia:

Mas em que poderia ajuntar em grandeza ou melhoria pra nós ambos, pra você, ou pra mim, comentarmos e eu elucidar você sobre a minha tão falada (pelos outros) homossexualidade? [...] Mas si agora toco neste assunto em que me porto com absoluta e elegante discreção social, tão absoluta que sou incapaz de convidar um companheiro daqui, a sair sozinho comigo na rua (veja com eu tenho a minha vida mais regulada que maquina de precisão) e si saio com alguém é porquê esse alguém me convida, si toco no assunto é porquê se poderia tirar dele um argumento pra explicar minhas amizades platonicas, só minhas<sup>1274</sup>.

Ciente da gravidade do que lera, Manuel Bandeira, em resposta à missiva, avisou que a carta chegara segura aos seus cuidados: “Fique tranquilo: sua carta perigosa chegou”<sup>1275</sup>. A confissão de Mário, palmilhada por queixumes, indica o quanto se importava com o resguardo de sua intimidade no sentido de permanecer no armário. Mais do que uma rima, a equação Mário/armário é sugestiva do quanto o primado da revirilização nacional impactou o escritor: “O armário [*closetedness*] é uma performance iniciada como tal pelo ato de fala de um silêncio [...] que aos solavancos faz aumentar a particularidade em relação ao discurso que o circunda e o constitui pela diferença”<sup>1276</sup>.



Com identidade cultural hifenizada, o escritor anglo-irlandês William Butler Yeats era duplamente interpelado por paradigmas de hombridade duais, simbolizados pelo agente imperial e pelo rebelde anticolonial. Mais do que a indecidibilidade entre códigos de gênero distintos, a inaptidão para um e outro o atribulou desde a infância, quando seu prospecto de se tornar combatente foi comprometido por sua fragilidade física, pois era “delicado” e tinha “péssima reputação como lutador”<sup>1277</sup>. Em face do pai, instância superegoica que o “aterrorizava” e o “humilhava” por não responder às suas expectativas de gênero<sup>1278</sup>, a literatura lhe permitiria sobrepor a paternidade ideológica (ou o vínculo identificatório da afiliação) à paternidade biológica (ou o vínculo consanguíneo da filiação) e se insurgir contra o pátrio poder ao adotar Rossetti, Shelley e

---

<sup>1273</sup> ANDRADE, [s.d.], p. 3-4.

<sup>1274</sup> *Idem, ibidem*, p. 3-4.

<sup>1275</sup> ANDRADE, BANDEIRA, 2000, p. 387.

<sup>1276</sup> SEDGWICK, 1990, p. 3.

<sup>1277</sup> YEATS, 1915, p. 34, 40.

<sup>1278</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

Blake como pais simbólicos. Liberto do autoritarismo fascistoide do pai, que planejava transformá-lo num másculo homem de ciência, Yeats trocava a racionalidade científica pela sensibilidade tardo-romântica, que o permitiria definir-se como “[u]m romântico quando o romantismo estava em sua extravagância final”<sup>1279</sup> e celebrar, em triunfalismo edípico, que “consegui romper com a influência de meu pai”<sup>1280</sup>.

Ainda na meninice, admirava certo professor de grego enamorado por um garotinho “com rosto de menina”<sup>1281</sup>; em sua mocidade, conheceu os arcanos do sexo com um sujeito homoerótico passivo; adulto, seu círculo de convivência incluía desde homoeróticos discretos, como Edward Martyn, a extravagantes, como Oscar Wilde. Quando, mais tarde, discutia-se a sexualidade de um compatriota, foi assertivo ao ponderar que “[s]e Casement fosse um homo-sexual, o que importaria?”<sup>1282</sup>. Um de seus mentores foi Walter Pater, cujo esteticismo inspirou a homocultura finissecular e cujo romance *Marius the Epicurean* Yeats considerou a grande prosa do inglês moderno<sup>1283</sup>. Numa de suas primeiras criações literárias, o romance inacabado *The Speckled Bird*, dois homens mantêm grau de intimidade “possível apenas a amantes e místicos”<sup>1284</sup>. Todavia, esses indicadores de resistência ao paradigma heteronormativo não bastaram para mitigar seus conflitos de gênero devido, sobretudo, ao efeito da biopolítica sobre sua subjetividade. Graças à voga científica, sua homofilia era contraposta pelo temor da degeneração, fomentado pela leitura de expoentes tanto da biologia humana (como Darwin, Huxley e Haeckel) quanto da sexologia (como Nordal, Ellis e Forel). Sob influxo dos discursos biopolíticos, Yeats, em tom lamarckista, presumia diátese à exaustão nervosa devido à transmissão hereditária dos caracteres da mãe depressiva: “Começo a me perguntar se tenho e se sempre tive alguma debilitação nervosa herdada de minha mãe”, escrevia em 1909, após notar sua “própria forma de excitabilidade” na irmã Lolly, às voltas com “acessos de prolongada melancolia”<sup>1285</sup>. Informado pela eugenia, identificava no cruzamento disgênico de seus progenitores, com predominância dos genes da mãe, inelutável propensão a uma progênie degenerada. Na teoria eugênica encontrou, ainda, explicação para seu contraste com o pai ao arrazoar que “duas tradições se

---

<sup>1279</sup> *Idem*, 1936a, p. 52.

<sup>1280</sup> *Idem*, 1915, p. 102.

<sup>1281</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

<sup>1282</sup> *Idem*, 1940, p. 128.

<sup>1283</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>1284</sup> *Idem*, 1976, p. 60.

<sup>1285</sup> *Idem*, 1972, p. 156-157.

encontraram e destruíram uma à outra em seu sangue, criando a esterilidade da mula”, pois o pai descendia de família respeitável e a mãe do campesinato<sup>1286</sup>.

A crença na disposição degenerativa hereditária avolumou sua insegurança quanto à identidade de gênero, sobretudo, após a descoberta da sexualidade. Em meados do Oitocentos, a Igreja católica estabeleceu na Irlanda uma espécie de *revolução devocional*<sup>1287</sup> balizada por austera moralidade sob cujo impacto o escritor Sean O’Faolain confessou ter chegado aos vinte anos sem saber de onde vinham os bebês<sup>1288</sup>. Yeats teria igual sorte não fosse um garoto ter-lhe explicado “todo o mecanismo do sexo”<sup>1289</sup> e lhe causado tamanho desconcerto que teve de consultar uma enciclopédia para crer no que ouvira. A perplexidade pelo aprendizado que, nos seus termos, “deixou-me mal durante semanas”<sup>1290</sup>, deveu-se menos ao conhecimento sexual do que à sua conotação homoerótica, pois o jovem que o esclareceu “havia aprendido tudo sobre ele [o sexo] com um garoto mais velho, de quem era passivo”<sup>1291</sup>. A cadeia estabelecida entre o rapaz instruído por outro, que, por sua vez, o fora por um terceiro engendra um *continuum* sintomático de como os meninos por vezes se (re)conhecem na intersubjetividade e intercorporeidade com seus pares mediante ritos homosociais (quando não homoeróticos) de transmissão de conteúdo cognitivo (quando não seminal).

Envolto em rede biopolítica que condenava a sexualidade recreativa, Yeats “sofreu” seu primeiro orgasmo de forma traumática, porque heteróclita às diretrizes biopolíticas. No primeiro volume autobiográfico, o escritor despersonaliza sua descoberta do autoerotismo ao mencioná-la em terceira pessoa: “O grande evento da vida de um menino é o despertar do sexo”, reconheceu o escritor: “Ele tomará banho diversas vezes ao dia [...] e, tendo-se despido, pulará de um lado para outro [...] e mal saberá, e nunca admitirá, que começara a sentir prazer em sua própria nudez”<sup>1292</sup>. A significação do prazer autoerótico como lazer solitário, desprendido de culpa, contrasta com os primeiros rascunhos do mesmo texto, publicados postumamente, nos quais Yeats assume tom confessional tipicamente rousseauiano em depoimento mais revelador sobre a natureza

---

<sup>1286</sup> *Idem*, 1936a, p. 6.

<sup>1287</sup> Cf. LARKIN, 1972.

<sup>1288</sup> Cf. O’FAOLAIN, 1965.

<sup>1289</sup> YEATS, 1915, p. 26.

<sup>1290</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>1291</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>1292</sup> *Idem, ibidem*, p. 70.

e implicações da autogratificação genital. Após revelar que vinha sendo “torturado pelo desejo sexual” há muitos anos, relata como sucumbiu ao autoerotismo:

Eu havia me banhado, me deitado ao sol [...] e coberto meu corpo com areia. Logo o peso da areia começou a afetar o órgão sexual, embora, a princípio, eu não soubesse o que era aquela sensação estranha e crescente. Fui descobrir somente com o orgasmo [...]. Dali em diante foi uma luta contínua contra uma experiência que quase invariavelmente me deixava com os nervos exaustos. O sexo normal não me afeta mais do que aos outros homens, mas esse [...] era uma completa ruína. Deixava-me com repulsa por mim mesmo<sup>1293</sup>.

Nessa primeira versão, o autor lembra um confitente contrito que revela os pormenores de sua ilicitude; porém não à maneira agostiniana: embora na Irlanda a ciência, na contramão da ordem global, não ameaçasse a pastoral pedagógica monopolizada pela Igreja, Yeats, como cristão dissidente, referia-se à masturbação não como pecado, mas como patologia, de modo que seu temor era a degradação antes orgânica que anímica. Sua autoabjeção evidencia a eficácia dos dispositivos de controle quando internalizados pelo sujeito, que se torna censor de si mesmo ao introjetar concepção biopolítica de sexualidade fincada na dicotomia normal/patológico. Ao encontrar nexos causais entre masturbação e extenuação nervosa, o memorialista itera os preceitos biopolíticos de que o sêmen, fluido vital, deveria ser destinado à reprodução humana e seu desperdício seria danoso a todo o organismo. Por demandar intenso trabalho mental, o “sexo solitário” não só arruinaria o sistema nervoso, mas também causaria esgotamento generalizado e o onanista poderia se tornar homossexual – já que a medicina pressupunha relação cumulativa na qual um vício desencadeava outro<sup>1294</sup>.

Sob impacto do discurso médico, o escritor, ao rememorar sua crise nervosa ocorrida no verão de 1897, mencionava brevemente, no terceiro volume autobiográfico, que sua frustração amorosa era tal que seus nervos “tinham sido destruídos”<sup>1295</sup>. Novamente, a narrativa suplementar dos rascunhos traz à luz rasuras da versão oficial, pois aqui sua crise nervosa é atribuída à prolongada abstinência sexual e à masturbação como malsucedida tentativa de dar vazão a pulsões represadas: “Foi uma época de grande tensão pessoal e tristeza. Desde que minha amante me deixara, nenhuma outra mulher havia entrado em minha vida e, por quase sete anos, nenhuma entrou”, confessava, para arrematar: “Eu era torturado por desejo sexual e desapontamento amoroso. [...] Quando

---

<sup>1293</sup> YEATS, 1972, p. 71-72.

<sup>1294</sup> Cf. MOSSE, 1985.

<sup>1295</sup> YEATS, 1936a, p. 19.

o desejo se tornava uma tortura insuportável eu me masturbava, e isso, não importa quão moderado eu era, fazia-me mal”<sup>1296</sup>. O abandono por Olivia Shakespear, que iniciara sexualmente o escritor quando este já contava trinta anos, e a revivescência de sua obsessão por Maude Gonne catalisavam um círculo vicioso no qual a ansiedade sexual o conduzia à masturbação, que, por sua vez, produzia mais ansiedade. Embora reconhecesse o onanismo como corolário de sua solidão amorosa, não como vício, Yeats incorria em autopunição por identificar sua autoindulgência como debilidade num projeto de nação que valorava a masculinidade em termos de vigor físico e correção moral.

Se bem que o foro de escritor canônico o situasse no epicentro do projeto de nação, o onanismo podia varrê-lo para as margens. A pecha de masturbador inveterado o tornava mira de escárnio porque o estereótipo do onanista solitário e incontinente contradizia um regime biopolítico que atrelava a hombridade a coletivismo e autocontrole. Em 1905, por exemplo, Oliver Gogarty o difamou, numa epigrama, como imaturo e impotente por haver declinado investidura amorosa de uma admiradora em favor do vício onanista: “Que pena, Srta. Horniman, não? / Quando queres apanhar um varão / Vais escolher Willie Yeats, o poeta / Logo ele, que ainda bate punheta / E nada tem de ganhão”<sup>1297</sup>. O patriarcado, de que se diz favorável aos homens<sup>1298</sup>, pune aqueles heteróclitos à masculinidade hegemônica. Yeats padecia sob um tribunal biopolítico que interpretava como efeminação sua recusa a mulheres casadoiras como Horniman e sua castidade quase permanente até os 51 anos, quando finalmente se casou. Mal compreendida, sua rejeição a mulheres de fácil conquista tem que ver com seu ideal estético, no qual o feminino deveria representar enigma para o homem e, assim, instigar suas faculdades imaginativas. Essa crença o impeliria à busca mais incisiva pela heteronormatividade...

Ambivalente quanto à masturbação, Jean-Jacques Rousseau a concebeu como “perigoso suplemento” que “protege os jovens [...] de desordens várias, à custa de sua saúde, de seu vigor e, por vezes, de sua vida”<sup>1299</sup>. Ao apontá-la, ainda, como “grande atrativo para imaginações vivazes”<sup>1300</sup>, impele-nos à analogia entre masturbação e criação literária, já que uma e outra dependem da faculdade imaginativa; e entre o onanista e o

---

<sup>1296</sup> *Idem*, 1972, p. 125.

<sup>1297</sup> *Apud* FOSTER, 1998, p. 330.

<sup>1298</sup> Concepção baseada em definição de patriarcado um tanto reducionista por passar ao largo das relações de poder entre homens: “Podemos definir o patriarcado como um conjunto de relações sociais entre homens, que têm uma base material e que, embora hierárquicas, estabelecem ou criam interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permitem dominar as mulheres” (HARTMANN, 1979, p. 11).

<sup>1299</sup> ROUSSEAU, 1782, p. 249.

<sup>1300</sup> *Idem, ibidem*, p. 249.

escritor, pois ambos, em labor solitário, criam personagens e enredos. Preso às malhas da biopolítica, Yeats vincula o onanismo ao tolhimento do condão criativo por supostamente agravar sua disfunção nervosa ao ponto de impedi-lo de escrever e considera que sua habilidade intelectual não prescinde da orientação heteroerótica: “Eu acreditava”, lembra o escritor, “que uma vez conquistado [...] a inclinação da minha mente para as mulheres e o amor eu viveria [...] em busca do saber”<sup>1301</sup>. A dupla mirada por orientação estética e sexual seria, portanto, mola propulsora de sua carreira, como se quanto maior seus ajustamento à heteronormatividade, tanto maior sua mestria literária.

Entretanto, num projeto de nação que mirava a ereção de homens rebaixados pela colonização, seus predicados mais notórios, como introspecção, emotividade, preciosismo linguístico e uso de eu-lírico feminino eram tomados como índices de efeminação e utilizados como trunfo por seus desafetos políticos e intelectuais. Dentre vários outros, Frank Fay o criticou por trazer à Irlanda uma “arte efeminada”, quando o país carecia de “pensamento masculino”<sup>1302</sup>. Essa reputação como efeminado motivaria alterações contundentes no seu estilo literário ao final do século XIX, quando em voga a tese apocalíptica, propalada, sobretudo, por Max Nordau, de que a cultura finissecular perdia sua virilidade num processo de franca degeneração<sup>1303</sup>. Como vimos no capítulo anterior, o médico húngaro, ao dilatar o conceito de degeneração, arrolava como degenerados não só párias sociais, mas também letrados como pré-rafaelitas, simbolistas e místicos – e Yeats se vinculava aos três – por tomar suas criações literárias como sintomas de mentes adoecidas por pulsões eróticas degeneradas. Porém, Edwards sustenta que a homofilia do literato foi “brevemente perturbada” em meados dos anos 1890 sob efeito do escândalo Oscar Wilde e da teoria de Nordau, mas que ao final do século, restabelecido desse impacto, o literato começou a “desafiar” tal teoria<sup>1304</sup>. Contudo, o crítico literário não observa que, ao invés de contestar Nordau, Yeats ratificou sua diagnose da decadência cultural instilada pela efeminação. No período em que supostamente se recompunha do impacto das teorias degeneracionistas, o escritor acentuava sua monomania por balizas de gênero em franca revelação de insegurança. Numa conjuntura de instabilidade das fronteiras de gênero e tentativa de se recobrar o binarismo entre masculinidade e feminilidade se sexualizava quase tudo, inclusive as

---

<sup>1301</sup> YEATS, 1915, p. 81.

<sup>1302</sup> *Apud* SCHUCHARD, 2008, p. 241.

<sup>1303</sup> Cf. NORDAU, 1892.

<sup>1304</sup> EDWARDS, 2000, p. 44.

artes. Inserido nesse sistema de representação diádico e adepto do *findesieclisme* não apenas por afinidade estética, mas, sobremaneira, por ansiedade de gênero, valia-se de estereótipos sexuais para denunciar a degeneração da literatura no *fin de siècle*, sobretudo a poesia, que considerou “efeminada” em vista do seu “desgastado lirismo”<sup>1305</sup>, e enaltecer John Synge como aquele que “trouxe de volta a hombridade ao verso irlandês”<sup>1306</sup> – embora o próprio Synge, descrente pelo nacionalismo cuchulanóide, propusesse que a arte privilegiasse “variações dos tipos de masculinidade ordinários”<sup>1307</sup>.

Impactado pela biopolítica, que patologizava a figura do esteta como efeminada, Yeats vivenciava crise pessoal que o levaria a reavaliar sua estética no sentido de almejar valores másculos, em identificação com “os escritores masculinos”<sup>1308</sup> e abandono de seus pais simbólicos. Se nos anos 1880 enaltecia os pré-rafaelitas, agora os renega em prol do poeta William Blake, que considera o mais enérgico dos românticos. Se, também naquela década, cultuava o esteticismo de Walter Pater, agora refuta o crítico literário porque seu ideal de cultura “só é capaz de formar almas femininas”<sup>1309</sup> e, em contraposição, encanta-se por Nietzsche e almeja seu ideal de virilidade sintetizado na noção de Super-Homem (*Übermensch*). Ainda que a poesia fosse o *crème de la crème* de sua literatura, volta-se transitoriamente para o drama por considerá-lo “a busca por energia mais masculina”<sup>1310</sup> e, no afã de expurgar de sua escrita tudo quanto fosse índice de efeminação, reescreve algumas peças com vistas à “adição do elemento masculino”<sup>1311</sup>. No entanto, sua diatribe à literatura contemporânea era uma forma projetiva de autocrítica, como evidencia seu *mea culpa* por não expressar devidamente seu ódio pela experiência colonial: “Eu me acuso de efeminação por não tê-lo dado expressão adequada”<sup>1312</sup>. A autopunição também é perceptível na carta de 1904 a George Russell, na qual renega sua produção poética inicial como “inviril” e condena sua “subjetividade”, “decadência”, “fraqueza”, “exagero de sentimento” e “introspecção mulheril”<sup>1313</sup>. Estranhamente, em radiografia da vida intelectual de Yeats, Mutran conclui que até 1901 o escritor tivera uma vida “maravilhosamente plena”<sup>1314</sup>. Tal conclusão só

---

<sup>1305</sup> YEATS, 1962, p. 220.

<sup>1306</sup> *Idem*, 1936b, p. xiii.

<sup>1307</sup> SYNGE, 1912, p. 12.

<sup>1308</sup> YEATS, 1962, p. 221.

<sup>1309</sup> *Idem*, 1972, p. 159.

<sup>1310</sup> *Idem*, 1906, p. xii.

<sup>1311</sup> *Idem*, 1962, p. 220.

<sup>1312</sup> *Idem*, 1968, p. 519.

<sup>1313</sup> *Idem*, 1954, p. 434.

<sup>1314</sup> MUTRAN, 2002, p. 214.

é possível quando se passa ao largo dos conflitos de gênero que o atribuíram àquela época. Ao sustentar, ainda, que o convívio com decadentistas não afetou seu “temperamento”, pois Yeats “ia descartando aquelas [ideias] que não lhe pertenciam”<sup>1315</sup>, a pesquisadora pressupõe que o poeta estava “pronto” e, *ipso facto*, rejeitava ideias exógenas ao seu gênio, quando, ao contrário, tentava exorcizar de si tudo quanto havia assimilado e comprometia sua orientação heterossexual. Ora, suas rupturas de estilo e afiliação estética não se devem à mera alteração de gosto pessoal, pois os conflitos de gênero subjacentes constituem a chave-mestra para a hermenêutica de sua literatura.

O empenho de Yeats pela adequação à heteronormatividade não se deu, contudo, sem contradições que de algum modo indicam resistência às injunções da biopolítica. É revelador que, na mesma correspondência a Russell, o poeta confesse relutância em se desvencilhar da feminilidade que o atrai e o domina: “Como sempre acontece com algo por que se tem sido tentado e por que ainda o é um pouco, estou despertado por ela a uma espécie de ódio frenético completamente fora do meu controle”<sup>1316</sup>. Também elucidativos são o poema *Coole Park*, no qual o bardo se autorreferencia como “aquele que se desconcertava numa pose viril / Por todo o seu tímido coração”<sup>1317</sup> e, principalmente, a carta de 1936 à escritora lésbica Dorothy Wellesley, em que o remetente reconhece sua faceta feminina ao declarar que “quando você atravessou a sala com aquele movimento de garoto não era um homem que olhava para você, era a mulher em mim”<sup>1318</sup>. Noutro indício de resistência, seu sentimentalismo romântico e sua adesão ao ocultismo, doutrina impregnada de valores “femininos”, contradiziam sua busca por virilidade tal que mesmo seus laços heterossexuais fugiam à heteronormatividade. Embora seu ideal estético dependesse da passividade feminina como inspiração artística, o poeta admirava mulheres fálicas, possuidoras do *animus* de que ressentia como contrapeso de sua *anima*. Sua passividade em relação às mulheres, notadamente as “musas” Laura Armstrong e Maud Gonne, contradiziam o ideal biopolítico de um *self* masculino soberano. Embora o conceito de musa desagencie o feminino, ambas não eram de modo algum passivas, pois ora o impeliam a agir e ora agiam junto com ou por ele. Enquanto no enredo esquemático dos contos de fadas o príncipe desperta a princesa em gesto que simboliza a passagem feminina do estado de latência sexual para a aptidão procriativa, Yeats reconhecia que a

---

<sup>1315</sup> *Idem, ibidem*, p. 197.

<sup>1316</sup> YEATS, 1954, p. 434.

<sup>1317</sup> *Idem*, 1956, p. 96.

<sup>1318</sup> *Idem*, 1940, p. 108.

primeira “despertou-me do sono metálico da ciência e me pôs a escrever minha primeira peça”<sup>1319</sup>, isto é, facultou-lhe a passagem da improdutividade para a fertilidade criativa. Ainda mais emblemática é sua relação com a segunda, na qual se invertem binarismos de gênero. Estranho ao perfil de masculinidade soldadesca preferido por Gonne, Yeats teve de se contentar com um “casamento místico” no qual, segundo ela, “[n]ossos filhos eram seus poemas, dos quais eu era o pai semeando a inquietude & a tempestade que os tornaram possíveis & você a mãe que os pariu em sofrimento”<sup>1320</sup>. Nos mesmos termos, Gonne se referia à companhia teatral criada por Yeats e Augusta Gregory como um filho de ambos: “Lady Gregory é o Pai que te mantém no teu dever de maternidade num verdadeiro estilo de casamento”<sup>1321</sup>. Contudo, essa inversão de gênero em nível simbólico escamoteia a manutenção de assimetrias em nível material, pois, mesmo ciente de sua atuação ativa no processo criativo e do papel passivo de Yeats como receptáculo da inseminação, Gonne lhe atribui toda a autoria dos poemas e instaura paradoxo cujas raízes se fundam no androcentrismo ocidental. Segundo Gilbert e Gubar, a hegemonia masculina nas Letras se sedimentou em metáforas de paternidade literária, tal que “o autor do texto é um pai, um progenitor [...] cuja pena é um instrumento de potência geradora como seu pênis”<sup>1322</sup>. Conforme sustentei em capítulo anterior, essa hegemonia é codificada, antes, em metáforas maternas, já que no imaginário ocidental a noção de parto como sofrimento, que remonta ao castigo imposto à mulher primordial, coaduna-se com a aceção de escrita como esforço penoso e fruto de desgastante processo de gestação. Essa fantasia uterina, que atribui ao homem o poder de dar à luz, foi iterada pelo próprio Yeats quando equacionou o trabalho criativo ao trabalho de parto: “O homem é uma mulher para seu trabalho, e ele [o trabalho] pare seu pensamento”<sup>1323</sup>.

A ansiedade de gênero que atormentou o escritor por toda a vida culminaria, já na velhice, numa última faceta que também teria implicações em sua literatura. À sua época, a masturbação era alvo da biopolítica porque, para além dos males já mencionados aqui, constituía ameaça demográfica por redundar em impotência e esterilidade. Enquanto na metrópole especialistas apontavam como seu corolário o “encolhimento do pênis” ao sustentarem que, por muito se praticar o “vício solitário”, o membro “fica murcho” e os

---

<sup>1319</sup> *Idem*, 1953, p. 90.

<sup>1320</sup> YEATS, GONNE, 1994, p. 37.

<sup>1321</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>1322</sup> GILBERT, GUBAR, 1979, p. 6.

<sup>1323</sup> YEATS, 1972, p. 232.

testículos “pendem muito mais para baixo do que o natural”<sup>1324</sup>, também os médicos irlandeses a relacionavam à impotência e mesmo à castração – como fez um cirurgião dublinense que, ao discorrer sobre certa patologia infecciosa que atingia os testículos e levava à amputação, destacava o onanismo em sua etiologia<sup>1325</sup>. Insuflado pelo espectro da masturbação, o horror pela impotência sexual acompanhou Yeats, de modo tácito ou manifesto, por quase toda a vida. No campo da criação literária, é sugestivo que a torre, seu principal símbolo fálico, seja evocada para metaforizar exatamente a impotência em poemas como *Blood and the Moon*, que estabelece analogia entre seu *design* e o pênis mortificado ao indagar se “toda nação moderna [é] como a torre, / Meio morta no topo”<sup>1326</sup>. Já em produções ensaístas, o literato evoca o pênis aleijado ou impotente como tropo para a esterilidade intelectual, como ao condenar a improdutividade dos críticos moralistas como “o equivalente intelectual da remoção dos genitais” e desdenhar que estes “contemplam toda potência criativa como os eunucos contemplam Don Juan”<sup>1327</sup>.

Sua analogia entre potência sexual e potência criativa não se restringia, contudo, aos domínios da poética e da retórica, pois Yeats compreendia a libido como *élan* criador e tinha por certo que “[t]odas as artes brotavam do amor sexual”<sup>1328</sup>. A aptidão para o coito seria tão preponderante em sua carreira literária que, como afirmaria um de seus biógrafos, sexo e poesia se concatenavam em sua mente de modo que “[n]ão ser incapaz de fazer um significava não ser capaz de fazer o outro”<sup>1329</sup>. Nessa transversalidade entre *genre* e *gender* reside o ponto nevrálgico também da última fase de sua carreira. Em coroamento de um cortejo de ironias para um homem inseguro quanto à sua hombridade, Yeats se casaria, já quinquagenário, com “George”<sup>1330</sup>. O casamento, que parecia aliviar suas ansiedades de gênero ao levá-lo a admitir que a esposa tornara sua vida “serena e repleta de ordem”<sup>1331</sup>, suscitaria outro conflito, já que, por ter-se casado com mulher 26 anos mais jovem, o escritor era agora atormentado pela insegurança quanto ao desempenho sexual. É revelador que, quando em voga o método pioneiro do endocrinologista vienense Eugen Steinach, notabilizado por desenvolver a vasectomia para conter o envelhecimento e restaurar a potência sexual, Yeats tenha procurado o

---

<sup>1324</sup> PERRY, R., PERRY, L., 1847, p. 68.

<sup>1325</sup> GUNN, 1906.

<sup>1326</sup> YEATS, 1929, p. 11.

<sup>1327</sup> *Idem*, 1936a, p. 112.

<sup>1328</sup> *Idem*, 1976, p. 106.

<sup>1329</sup> ELLMANN, 1986, p. 40.

<sup>1330</sup> Codinome adotado por Georgie Hyde-Lees, com quem Yeats contraiu matrimônio em 1917.

<sup>1331</sup> YEATS, 1954, p. 634.

conhecido cirurgião Norman Haire, relatando-lhe que havia perdido toda a inspiração e que desejava reaver sua potência e, por conseguinte, sua criatividade<sup>1332</sup>. Em 1934, quando contava 68 anos, submeteu-se à cirurgia e, embora seu efeito clínico fosse contestável, sentiu que o duplo revigoramento de sua energia sexual e criativa foi de tal ordem que se referiu a seus últimos anos como “segunda puberdade”<sup>1333</sup>. Embevecido, o poeta que precisou se tornar literalmente estéril para se manter literariamente fértil tratou de participar aos amigos seu rejuvenescimento e, poucos meses após a operação, escrevia a Virginia Woolf que “finalmente recuperei minha potência”<sup>1334</sup>; já em 1936, revelava a Olivia Shakespear: “Estou a escrever mais e melhor do que vinha fazendo há anos”<sup>1335</sup>.

Ainda assim, Yeats não obedeceu a contento as injunções biopolíticas e se tornou, uma vez mais, alvo de gracejos nos círculos sociais dublinenses. Porque se dizia que Steinach implantava glândulas de macacos em seus pacientes, o literato, após a cirurgia, passou a ser conhecido pelo trocadilho “Glande Velho”, corruptela de “Grande Velho”<sup>1336</sup>, e acusado de hiperestesia sexual. O mesmo Oliver Gogarty que o rotulara como impotente desta vez o ridicularizava pela incontinência ao afirmar que, após a operação, “[o] pobre tolo e velhota [...] anda agora enredado e envolvido pelo sexo”<sup>1337</sup>. Por mais que tentasse escapar, Yeats era enredado pelos paradoxos da biopolítica: se *a priori* da intervenção cirúrgica a impotência punha em xeque sua hombridade, agora a concupiscência, prova de fraqueza moral e, portanto, de efeminação, distanciava-o do autocontrole, outro quesito preponderante para a hombridade.

Na dialética de assujeitamento e resistência às injunções da biopolítica, o escritor procurava seguir os ditames da heterossexualidade, porém a braços com contradições que obstavam sua adequação aos paradigmas heteronormativos: interpelado por padrões de hombridade calcados na racionalidade, mas afeito ao sentimentalismo; adepto de filosofias ginófilas como o ocultismo e admirador de mulheres transgressivas, porém herdeiro de tradição romântica androcêntrica e simpático à estratificação de gênero; identificava-se mais com as mulheres do que com outros homens, adotava eu-lírico feminino e se considerava *mãe* de seus poemas, mas se incomodava com seu caráter “efeminado” e aspirava à falicização; cultuava a passividade feminina como

---

<sup>1332</sup> Cf. ELLMANN, 1986.

<sup>1333</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>1334</sup> Cf. WOOLF, 1979, p. 341.

<sup>1335</sup> YEATS, 1954, p. 860.

<sup>1336</sup> SQUIER, 2004, p. 300.

<sup>1337</sup> *Apud* FOSTER, 2005, p. 499.

complementar à atividade masculina, porém sofria ação de mulheres em seu fazer poético e fora iniciado sexualmente por uma delas; aderiu à psiquiatrização da sexualidade não reprodutiva, mas praticava masturbação e simpatizava com sujeitos homoeróticos. Essas contradições, que, à primeira vista, sugerem um *self* desorientado, são índices da instabilidade interna das próprias categorias identitárias. Ainda que a biopolítica legitime determinados padrões normativos, a subjetivação ocorre numa dialética entre regulação e experiência, na qual formas de apropriação podem tanto iterá-los quanto transgredi-los. Por isso, tenho reservas quanto ao pessimismo de Agamben, que, em contraponto a Foucault, identifica na Modernidade radicalização e generalização da lógica da soberania e argumenta que o estado de exceção da “vida nua” se consolidou como regra e que, portanto, a política opera mediante exercício unilateral da violência<sup>1338</sup>. Se, no lugar de indagarmos o que as injunções biopolíticas fazem dos sujeitos, reformularmos a questão para o que estes fazem com o que tais injunções procuram fazer deles, encontraremos indícios de resistência nas franjas das próprias normas. Se a desconstrução, estendida de sua conceituação derridiana, consiste na desmontagem da lógica interna de categorias para exposição de suas contradições constitutivas, Yeats desconstrói a heteronormatividade no próprio esforço de cumpri-la, pois subverte a norma no ato mesmo de sua suposta iteração ao dismantelar oposições binárias entre masculinidade e feminilidade, hetero e homossexualidade pelo trânsito entre polos tidos como ontologicamente opostos. Não obstante seu esforço em se assumir heterossexual, o escritor desorienta a orientação sexual ao flutuar numa zona de indeterminação que expõe os limites de uma biopolítica calcada em categorias taxonômicas estanques.

---

<sup>1338</sup> Cf. AGAMBEN, 1995.

**ARREIMATE**

*Die Vergangenheit führt einen heimlichen Index mit, durch den sie auf die Erlösung verwiesen wird. Streift denn nicht uns selber ein Hauch der Luft, die um die Früheren gewesen ist? ist nicht in Stimmen, denen wir unser Ohr schenken, ein Echo von nun verstummten? haben die Frauen, die wir umwerben, nicht Schwestern, die sie nicht mehr gekannt haben? Ist dem so, dann besteht eine geheime Verabredung zwischen den gewesenen Geschlechtern und unserem. Dann sind wir auf der Erde erwartet worden. Dann ist uns wie jedem Geschlecht, das vor uns war, eine schwache messianische Kraft mitgegeben, an welche die Vergangenheit Anspruch hat. Billig ist dieser Anspruch nicht abzufertigen.*

Walter Benjamin, *Über den Begriff der Geschichte*

## MASCULINO, FEMININO E COISAS DO GÊNERO

---

*We shall not cease from exploration / And the end of all our exploring /  
Will be to arrive where we started / And know the place for the first time.*

T. S. Eliot, *Four Quartets*

**E**mbora não se refira à investigação acadêmica *tout court*, o excerto em epígrafe lembra que uma exploração deve seguir itinerário antes esférico do que linear, tal que seu arremate consista menos no ufanismo pela consecução dos objetivos do que no desconcerto em face de nova mirada sobre a matéria em apreço. Assim, nesta visada retrospectiva sobre a pesquisa, passadas algumas luas de sua execução, os versos de Eliot ressoam no ímpeto de reescritura do texto, sob ótica diversa, logo interposto pela constatação de que, todavia, hei que concluí-lo para seguir explorando outras lavras. Por isso, ao recolher, nesta seção, os *disjecta membra* de que se urdiu a tese, reconheço desde logo que o trabalho, lacunar em sua pretensiosa abrangência, oferece tão-somente alinhavos provisórios, porque suscetíveis a reparos e desdobramentos futuros.

Se esta tese, no dizer de uma arguente, consiste num grande romance familiar, tal feitio se deve à escolha, algo inusitada, de abarcar, em longa duração, os discursos colonial e anticolonial nos embates luso-brasileiros e anglo-irlandeses. Para além do ineditismo de cotejar duas relações coloniais negligenciadas pela crítica literária, a abordagem comparatista evidenciou algumas diferenças e, curiosamente, várias semelhanças entre dois países com pouca conexão aparente. Tais similaridades se refletiram na ossadura do trabalho, timbrado, em cada seção, por paralelismo entre as duas dialéticas coloniais. Dialéticas que, segundo outro arguente, poderiam ser lidas em separado, sem prejuízo interpretativo. Porém, a meu ver, o cotejamento ilumina o procedimento analítico de uma e de outra. A mesma dupla possibilidade vale para cada seção em relação ao capítulo pertinente e para cada capítulo em relação ao texto integral.

Nesta tese se leu que o imperialismo moderno, inscrito numa episteme calcada em binarismos de gênero, adotou regime de significação dual que reduzia ao binarismo masculino/feminino complexas disparidades geográficas, históricas e culturais entre povos. Empregada como aparato discursivo para legitimar o expansionismo imperial, a generização inscrevia os impérios no vértice masculino (pela masculinização) e a colônia no feminino (pela feminização). Esse dispositivo de alterização foi recursivo na

colonização de Brasil e Irlanda, possessões cujas particularidades demandavam engenho na justificação moral da ingerência metropolitana. Demonstrei que em ambos os casos a feminização foi instrumental no transcurso de toda a colonização, com variações decorrentes de contingências geopolíticas, mudanças gestionárias estratégicas, rupturas epistêmicas e consequentes mutações nos repertórios de significação. A feminização se dava, basicamente, nos níveis topológico e antropológico: o primeiro era calcado num regime de espacialização, que denominei corpocartografia, no qual espaços cobiçados ou já devassados eram representados como corpos femininos ciosos por ocupação, em mecanismo que projetava o desejo expansionista imperial; já o segundo era assentado na atribuição de caracteres alegadamente femininos a grupos colonizados, haja vista as respectivas imputações, a brasileiros e irlandeses, de achaques como melancolia e histeria, com vistas a assinalar que esses povos seriam inaptos à autogestão, porque não apenas femininos, mas também acometidos de achaques mentais feminizados.

Uma vez que relações coloniais são antes dialéticas do que dicotômicas, colonizador e colonizado não ocupavam posições fixas como opressor e oprimido, mas, sim, definiam-se em ligação a(nta)gonística que, em maior ou menor grau, implicava certa flutuação nas assimetrias de poder. Nos dois países, a resistência anticolonial se sistematizou quando integrada ao nacionalismo moderno, cuja biopolítica instaurou uma plethora de organizações militares, paramilitares e civis que concorreram, cada qual à sua maneira, para a difusão de um ideário de nacionalidade que mirava a descolonização. Numa dinâmica em que império e colônia se constituíam sob o signo da diferença, brasileiros e irlandeses se reinventavam numa autoetnografia cujos códigos eram ditados pelo discurso colonial, mas, embora refêns de regime de representação que circunscrevia sua autorreferencialidade, ressignificavam estereótipos coloniais mais ou menos transgressivamente. De todo modo, o anticolonialismo constituiu, a rigor, corolário ideológico do próprio colonialismo por reagir, nos mesmos termos, à economia maniqueísta que distinguia a virilidade imperial e a feminilidade colonial ao intensificar clivagens de gênero nos planos material e simbólico para efeitos de ostentação de virilidade. Assim, em reação à estratégia imperial de caracterizar os homens como efeminados e as mulheres como licenciosas, o nacionalismo asseverou a virilidade daqueles e a subordinação destas em rígidos padrões identitários *interna corporis*.

É bem verdade que os projetos nacionais em tela se distinguiam na explicitude com que admitiam a devoração de paradigmas culturais de “nações viris” e mesmo das próprias metrópoles colonizadoras. Na Irlanda predominou nacionalismo de gosto

provinciano em razão do legado cultural que o país ostentava *a priori* da colonização. No Brasil, por sua vez, a assunção de que a cultura local fora, desde sempre, acomodadora conferiu ao nacionalismo apetite antropofágico no sentido de deglutição do banquete cultural europeu. Essa discrepância entre os espólios pré-coloniais incidiu sobre as formas de gestão da herança colonial, pois, enquanto os irlandeses se insurgiam contra a *existência* mesma da herança, os brasileiros criticavam a *qualidade* dos bens transmitidos. Se para os irlandeses a colonização era, *per se*, uma danação, para os brasileiros o mal não residia propriamente na colonização, vista como etapa civilizatória, mas, sim, no *modus operandi* ibérico e no impacto de seu legado na estruturação da sociedade.

A premissa de que os homens haviam perdido hombridade porque colonizados e só a recobriam mediante adesão anticolonialista convertia a regeneração da nacionalidade em regeneração da masculinidade. Na Irlanda, essa empreitada tinha como entrave a supremacia militar imperial, que, ao impor sucessivos fracassos às milícias coloniais, ratificaria a impotência de seus homens. Contudo, a apropriação da figura de Cristo como paradigma de hombridade permitiu aos irlandeses racionalizarem suas derrotas ao ressemantizá-las como tradição sacrificial. A decorrente noção de que a reconquista da hombridade dependia do sacrifício masculino também era propalada no nacionalismo brasileiro, embora o país já fosse tecnicamente descolonizado, e neste caso a figura de Cristo se transfigurava na do alferes Tiradentes. Em duas genealogias androcêntricas, filhos de uma geração seriam pais daqueles da geração seguinte, numa linha sucessória supostamente iniciada em passado imemorial e perpetuada no curso de sucessivas gerações. Em ambos os países se inventou tradição calcada na atualização de pacto sacrificial engendrado no ato mesmo de sua evocação, e desse cometimento dependia a nação, imaginada como concebida, gestada, parida e cuidada por homens. Ao contrapor as reproduções ideológica e biológica e os vínculos da afiliação e da filiação, essa patrilinearidade constituía linhagem de descendência desprendida da determinação hereditária e com acessibilidade restrita, já que os laços intra e intergeracionais se davam ao largo de contingências biológicas. Se, por um lado, essa forma de descendência minava a agência de mulheres nos projetos nacionais em favor dos homens, por outro os constrangia a retribuir tal prerrogativa com a própria vida, em observância a códigos civis que supostamente conferiam, *post mortem*, a hombridade perdida ou jamais havida.

Uma vez que a masculinidade patriarcal tem como paradigma o *pater familiae*, regulador do microcosmo familiar, a instituição do *ethos* sacrificial dependeu de suspensão provisória da *masculinidade civil*, calcada na heterossociabilidade (privada)

explicitamente vertical, e ascensão da *masculinidade cívica*, fincada na homossociabilidade (pública) aparentemente horizontal. Como se viu nesta investigação, um corolário desse rearranjo consistiu na interdição ao heteroerotismo, imaginada a mulher, de forma ambivalente, como barreira à virtude por tentar desviar o homem de sua missão, mas também como via de acesso porque o triunfo sobre sua sedução referendaria o mérito deste. Em dois nacionalismos balizados pela assimetria entre o devotamento à mulher-símbolo, alçada acima dos homens enquanto significante da nação, e o desprestígio da mulher-carne, lançada abaixo deles enquanto sujeito de segunda ordem, valorizava-se aquela como chamariz para o patriotismo, ao tempo em que se destituía esta de isonomia por reduzi-la à mera condição de régua da virtude masculina.

Outra implicação consistiu na erotização do compromisso cívico, não raro sobreposto ao casamento e investido de mais densa carga afetiva. O amor entre homens figurava como expressão suprema da união nacional, já que a homossociabilidade masculina supostamente horizontal servia como tropo para uma ideia de nação homogênea e igualitária. Embora impusesse rigoroso código de masculinidade, o nacionalismo oferecia vias de escape ao converter em virtude impulsos que de outro modo seriam inaceitáveis, tais como a *puttolatria* pelo “menino bonito”. Em contradições fundantes da própria masculinidade como construção cultural, projetos de nação assentados na matriz heteronormativa culminavam em indícios ou evidências homoeróticas de seus maiores expoentes. Com efeito, o receituário da masculinidade idealizada pelos projetos nacionais em tela se dava na tênue fronteira entre homossociabilidade e homoerotismo, pois seu próprio ideário, pautado na renúncia ao heteroerotismo em favor do amor entre homens como emblema da unidade nacional, constituía campo favorável à sublimação homoerótica. Uma vez que a solteirice masculina sempre foi mais consentida do que a feminina, Brasil e Irlanda, nos primeiros decênios do século XX, eram nações literárias de homens que já haviam entrado em anos, mas nunca se casaram. A aquiescência social de que se serviam, em menor ou maior grau, letrados homoeróticos como João do Rio, Mario de Andrade, Olavo Bilac e Alberto Santos-Dumont, no Brasil; e George Moore, Edward Martyn, Pádraic Pearse e Roger Casement, na Irlanda, tinha que ver com sua inserção em afiliações estético-políticas nas quais seu prestígio obnubilava a vista para sua sexualidade. De todo modo, os mesmos literatos que conduziam projetos de nação como difusores da hombridade atuavam, em patente contradição, como subtraendos dos códigos de masculinidade instituídos. Mas tal a voga lograda por alguns desses homens que sua homoeroticidade jaz encoberta sob as

brumas do esquecimento ou suprimidas em mitografias nacionalistas que os salvaguardam como pais fundadores da nação. Por isso, embora haja esboços de uma história da homoeroticidade no Brasil<sup>1339</sup> e na Irlanda<sup>1340</sup>, o terreno carece de investigações que revelem masculinidades dissidentes no interior dos projetos de nação.

O título da tese, *Danação da nação*, bem como de alguns capítulos e seções, encerra trocadilho de talante não meramente estilístico, mas, sobretudo, exegético, em tentativa de apreender, na dimensão sógnica, ambiguidades e paradoxos dos projetos de nação. Por danação, conceito emprestado da teologia, tentei apreender o que se tomava como o legado colonial mais abjeto, a feminização. Embora os nacionalismos culturais de Brasil e Irlanda já tenham sido sobejamente explorados pela crítica literária e pela historiografia, salta aos olhos o fato de raríssimos estudos de maior fôlego se aperceberem da paranoia em torno das noções antinômicas de efeminação e virilidade que animaram batalhas simbólicas entre afiliações de homens letrados. No Brasil, dos escassos trabalhos que tangenciam ou adentram a temática da ansiedade por fronteiras manifesta em fobias relativas a raça e gênero entre meados do século XIX e meados do XX, maior parte relaciona o pavor da feminização à conjuntura de modernização periférica e decorrente falência de valores patriarcais proscritos no processo de urbanização<sup>1341</sup>; ao excesso de civilização e conseqüente amolecimento do caráter<sup>1342</sup>; e à degeneração decorrente da amalgamação racial, combatida mediante imposição biopolítica de masculinidade heterossexual, caucasiana e reprodutiva<sup>1343</sup>. Esta tese se distinguiu desses trabalhos pela aposta analítica no legado colonial como fulcro irradiador das preocupações do *establishment* intelectual empenhado na construção de uma nação viril. Quanto ao nacionalismo irlandês, este é um dos poucos trabalhos de maior fôlego dedicados à construção social da masculinidade no *Irish Revival*. Destes, a tese tem mais abrangência em temática e volume de fontes do que trabalhos precedentes. Esse detalhe permitiu abrir divergência em relação a resultados de pesquisas anteriores, haja vista que, ao empreender estudo mais detalhado sobre a feminização como dispositivo alterizador, numa visada de longa duração, identifiquei que tal expediente tinha emprego bem anterior ao século XIX, período a que alguns críticos limitam sua recursividade e que, por conseguinte, o anticolonialismo reagiu a um repertório de estereótipos coloniais que deitava raízes em

---

<sup>1339</sup> Cf. TREVISAN, 1986; FIGARI, 2007; GREEN, 1999; GREEN, POLITO, 2006.

<sup>1340</sup> Cf. WALSH, 1997; INGLIS, 1998a; FERRITER, 2009.

<sup>1341</sup> Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003.

<sup>1342</sup> Cf. FLORES, 2007.

<sup>1343</sup> Cf. MISKOLCI, 2012.

períodos mais remotos. De fato, numa episteme em que a virilidade era critério de mensuração da escala evolutiva das nações, não surpreende a obsessão comum entre literatos brasileiros e irlandeses pela masculinidade. Se bem que na Irlanda, mais do que no Brasil, as convulsões da identidade masculina constituíssem, em larga medida, sintomas de trauma pós-colonial, mesmo neste último as contradições das masculinidades não podem ser aquilatadas ao largo das heranças coloniais e de suas formas de gestão.

Quanto às limitações do trabalho que concluo, o mérito precípua da pesquisa arquivística repousa, por vezes, no encontro desse ou daquele arquivo, pois, não raro, o dispêndio temporal no garimpo de fontes priva o investigador padecente do mal de arquivo – essa obsessão genealógica e arqueológica em torno da origem<sup>1344</sup> – do prazo razoável para exegese consistente. Porque não lhe sobra ocasião ou fôlego para exame mais detido daquilo que logrou encontrar, compete a outra empresa investigativa, dele próprio ou de outrem, explorar sua lavra subaproveitada. A vocação lacunar desta tese se dá a ver na abundância de citações – algumas lapidares – cuja pujança não explorei devidamente. Se, a bem dizer, toda história que narramos constitui censura por impedir que no seu lugar contemos outras tantas<sup>1345</sup>, censurei confessamente narrativas possíveis para o tema, pois, constrangido a fazer seleções, passei ao largo de materiais e métodos nos quais outro pesquisador talvez investiria e a investigação tomaria rumo diverso. Contudo, é precisamente essa pluralidade ótica que faz vicejar um campo de estudos a partir da constante suscetibilidade de um trabalho à revisão, seja pelo autor, seja por seus pares. Por isso, a expressão *cætera desiderantur*, com a qual romanos encerravam seus textos, calha bem a este trabalho, que cumprirá seu desígnio se instigar pesquisas posteriores ao reparo de suas lacunas. A propósito, minha faina em cobrir espaços lacunares, ao tempo mesmo em que sulcava outros mais, emprestou à monografia indecidibilidade tal que se a grande adivinha da pesquisa consistiu no desafio de garimpar uma gama de fontes e cotejá-las em narrativa de coerência interna, tudo isso decerto não foi mais penoso do que dar termo a um texto relutante em terminar com um ponto final.

---

<sup>1344</sup> Cf. DERRIDA, 1995.

<sup>1345</sup> Cf. RUSHDIE, 1983.

## **FONTES, REFERÊNCIAS E CRÉDITOS**

## FONTES

---

A CITIZEN OF THE ISLE OF MEN. **Keep up your Spirits, or Huzza for the Empire!!** Being a Fair, Argumentative Defense of an Union, Addressed to the People of Ireland. Dublin: J. Moore, 1799.

AGASSIZ, Louis. **A Journey in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

ALECRYM, Octacilio [Oswald de Andrade]. Miss Macunaima. Revista de Antropofagia. **Diário de São Paulo**, 26 jun. 1929, p. 12.

ALENCAR, José de. Notas. In: **O Gaúcho**: Romance Brasileiro. Tomo I. Rio de Janeiro, Paris: Livraria Garnier, [n. d.], p. 233-240.

ALENCAR, José de. Ao correr da pena. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 318, 19 nov. 1854, p. 1-2.

ALENCAR, José de. Benção paterna. In: **Sonhos d'oiro**: romance brasileiro. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872, p. v-xix.

ALENCAR, José de. **Ubirajara**: lenda tupy. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ALENCAR, José de. **Diva**: perfil de mulher. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1921.

ALENCAR, José de. **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: UNB, 1978.

ALENCAR, Regina de [Eduardo de Faria]. Os gatos. Senhoras & Senhores. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 1262, 7 abr. 1922a, p. 4.

ALENCAR, Regina de [Eduardo de Faria]. Ansias. Senhoras & Senhores, **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 1357, 10 ago. 1922b, p. 4.

ALMEIDA, Fialho de. **Lisboa Galante**: Episodios e Aspectos da Cidade. Porto: Livraria Chardron, 1903.

ALMEIDA, Fialho de. **Estancias d'Arte e de Saudade**. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1921.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)**: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

ALMEIDA PRADO, Yan F. O problema da Catequese. **Estudos Brasileiros**, v. 5, n. 13-14, p. 112-116, 1940.

ALVARES DE AZEVEDO, Manoel Antonio. Fragmentos de cartas do autor ao Sr. Luiz Antonio da Silva Nunes. In: **Poesias de Manoel Antonio Alvares de Azevedo**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1853, p. xxix-xlvi.

A MAÇÃ. Contra a cultura secca. **A Maçã**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 58, 17 mar. 1923, (capa).

AMADO, Jorge. **Abc de Castro Alves**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

ANCHIETA, José de. Informações do Brasil. In: FIGUEIREDO, Carlos Arthur Concorvo de. (Ed.). **Os seis primeiros documentos da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1874[1584], p. 1-81.

ANCHIETA, José de. **A Província do Brasil – 1585**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde, 1946[1585].

ANCHIETA, José de. Informação da Provincia do Brasil para nosso Padre – 1585. In: **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988[1585].

ANCHIETA, José de. **Cartas**: correspondência ativa e passiva. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia até agora**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

ANDRADE, Luiz de. O pavilhão constellado. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1890, p. 2.

ANDRADE, Mário de. **S. Paulo, 7-IV-28**. Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, 07/04/1928. Transcrição e notas: Jorge Vergara. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, [s.d.].

ANDRADE, Mário de. **Paulicéia Desvairada**. São Paulo: Casa Mayença Editora, 1922.

ANDRADE, Mário de. Amor e medo. In: **O Aleijadinho e Alvares de Azevedo**. Rio de Janeiro: R. A. Editora, 1935, p. 67-134.

ANDRADE, Mário de. A pronúncia cantada e o problema do nasal brasileiro através dos discos. **Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada**. Vol. 1. São Paulo: Departamento de cultura, 1938.

ANDRADE, Mário de. Música popular. **O Estado de São Paulo**, 15 jan. 1939, s.p.

ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. In: **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p. 231-255.

- ANDRADE, Mário de. **Contos Novos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1947.
- ANDRADE, Mário de. **Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- ANDRADE, Mário de. **Música, Doce Música**. São Paulo: Martins Fontes, 1963.
- ANDRADE, Mário de. Cabo Machado. In: **Poesias Completas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1966, p. 91.
- ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.
- ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. Org. Telê Ancona Porto Lopez. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1976.
- ANDRADE, Mário de. **O banquete**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- ANDRADE, Mário de. **Cartas a Murilo Miranda (1934-1945)**. Ed. Raúl Antelo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ANDRADE, Mário de. **Entrevistas e Depoimentos**. Ed. Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- ANDRADE, Mário de; BANDEIRA, Manuel. **Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira**. Organização, introdução e notas: Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: EdUSP/IEB, 2000.
- ANDRADE, Mário de; AMARAL, Tarsila do. **Correspondência: Mário de Andrade & Tarsila do Amaral**. Organização, introdução e notas de Aracy Amaral. São Paulo: EdUSP/IEB, 2001.
- ANDRADE, Mário de.; ANDRADE, Carlos Drummond de. **Carlos & Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade**. Ed. Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-brasil. **Correio da Manhã**, 18 mar. 1924, s.p.
- ANDRADE, Oswald de. **Um homem sem profissão: memórias e confissões**. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- AN ENGLISHMAN [Douglas Goldring]. **Dublin Explorations and Reflections**. Dublin, London: Maunsel & Co., 1917.
- ANJOS, Augusto dos. Triste regresso. In: **Augusto dos Anjos: poesia e prosa**. Ed. Zenir Campos Reis. São Paulo: Editora Ática, 1977, p. 206.

AN OXONIAN [Samuel R. Hole]. **A Little Tour in Ireland**: Being a Visit to Dublin, Galway, Connamara, Athlone, Limerick, Killarney, Glengarriff, Cork, etc., etc. London: Bradbury & Evans, 1859.

ANTONIUS [Antonio da Fontoura Barreto]. Regeneração. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 42, 16 out. 1915, p. 25.

ARANHA, [José Pereira da] Graça. **Chanaan**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902.

ARANHA, [José Pereira da] Graça. Raizes do idealismo. **America Brasileira**, ano 1, n. 9-12, ago.-set.-out. 1922.

ARANHA, [José Pereira da] Graça. **Espírito moderno**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1925.

ARNOLD, Mathew. **On The Study of Celtic Literature**. London: Smith, Elder, & Co., 1867.

ARNOLD, Mathew. **Culture and Anarchy**: An Essay in Political and Social Criticism. London: Smith, Elder & Co., 1869.

AUGUSTINUS. **De Civitate Dei**. Venetiis: N. Jensen, 1475[5 d.C].

AUSTIN, Alfred. **Spring and Autumn in Ireland**. Edinburgh, London: William Blackwood & Sons, 1900.

AUSTREGÉSILO, Antonio. **Psiconeuroses e sexualidade**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo Editores, 1919.

BACON, Francis. **Instauratio Magna (Novum Organum)**. London: Joannes Billius, 1620.

BACON, Francis. Temporis Partus Masculus. In: **The Works of Francis Bacon**. Vol. VII. Ed. James Spedding, Robert Leslie Ellis, Douglas Denon Heath. New York: Hurd & Houghton, 1869, p.7-32.

BARATA, Hamilton. Querer, agir, realizar II: gigantesca obra necessaria. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 9, 6 abr. 1918, s.p.

BARBOSA, Orestes. **O Portuguez no Brasil**. Rio de Janeiro: [n.e.], 1925.

BARBOSA, Rui. O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira. **Revista do Supremo Tribunal**, v. 2, 2ª pt., p. 393-414, ago.-dez. 1914.

BARBOSA, Rui. **Ruínas de um governo**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1931.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Lisboa: A.M. Teixeira & Cta., 1909.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste Fim de Polycarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Typographia “Revista dos Tribunaes”, 1915.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Como resposta. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 720, 8 abr. 1922a, p. 10.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O Feminismo em acção. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 720, 8 abr. 1922b, p. 33.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Transatlantismo. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 733, Rio de Janeiro, 8 jul. 1922c, p. 42.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Um officio da A. P. S. A. In: **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923, p. 71-76.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Correspondência Ativa e Passiva**. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário íntimo**: memórias. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BARRETO, Paulo [João do Rio]. Impotencia. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 195, 16 ago. 1899, p. 2-3.

BARROS, João de. **Adeus ao Brasil**. Lisboa: Livros do Brasil, 1962.

BARROSO, Gustavo. Leilão de moças. **A Tarde**, Salvador, 11 abr. 1931, p. 3.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do solitario**: estudos sobre reforma administrativa, ensino religioso, africanos livres, trafico de escravos, liberdade da cabotagem, abertura do Amazonas, communicações com os Estados Unidos, etc. Rio de Janeiro: Livraria Popular de A. A. da Cruz Coutinho, 1863.

BATTERSBY, William Joseph. **The Repealer’s Manual, or Absenteism**: The Union Re-Considered. Part I. Dublin: T. O’Flanagan, 1833.

BAUDELAIRE, Charles. **Les Fleurs du Mal**. Paris: Poulet-Malassis et de Broise, 1857.

BAUDELAIRE, Charles. **Le Spleen de Paris**: ou les Cinquante petits poèmes en prose de Chartes Baudelaire. Paris: Emile-Paul frères, 1917[1869].

BELEZA, Otoniel. Exortação ao soldado brasileiro. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 36, n. 47, 21 nov. 1942, p. 20.

BELMONTE [Benedito Carneiro Bastos Barreto]. **Caricatura dos tempos**: as mais interessantes “charges” de belmonte sobre os acontecimentos internacionais de 1936 a 1946, principalmente sobre os motivos da ultima guerra mundial. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

BEVERIDGE, Albert. **The Meaning of the Times and other Speeches**. Indianapolis: The Bobbs-Merril Company Publishers, 1908.

B. G. Elle! **Atirador Franco**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 15, 21 abr. 1881, p. 1-2.  
BIRMINGHAM, George A. **The lighter side of Irish life**. London, Edinburgh: T. N. Foulis, 1914.

BILAC, Olavo. O amor da patria – II (A Anastacio Vianna). **Gazeta Academica**: Periodico dos alumnos da Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, 15 jul. 1883, p. 3.

BILAC, Olavo; COELHO NETTO, Henrique. **A terra fluminense**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BILAC, Olavo. Salamina. In: **Crítica e fantasia**. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, p. 103-108.

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional**: Discursos. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.

BILAC, Olavo. **Obra Reunida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1996.

BISHOP, Elizabeth. **Brazil**. New York: Time Incorporated, 1962.

BISMARCK, Otto von. Männliche und Weibliche Völker. **Der Champagne-Kamerade**, n. 104, 9 dez. 1917, p. 9.

BOB [Olavo Bilac]. A carestia. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 75, 16 mar. 1897a, p. 1.

BOB [Olavo Bilac]. Castigo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 75, 16 mar. 1897b, p. 1.

BOCAGE, Manuel Maria B. du. Canção, Em aplauso ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Vasconcellos e Sousa, Vice-Rei do Estado do Brazil. In: **Verdadeiras Inéditas Obras Poéticas de Manuel Maria de Barbosa du Bocage**. Tomo IV. Lisboa: Impressão Régia, 1813, p. 170-175.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: Males de Origem. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação**: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996[1931].

BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, José. **José Bonifácio**: (O velho e o moço). Ed. Afrânio Peixoto e Constâncio Alves. Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand; Porto: Livraria Chardron; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

BRAGA, Theophilo. **Historia do Theatro Portuguez**. Vol. IV. Garrett e os dramas românticos. Porto: Imprensa Portugueza, 1871.

BRANIM, John; BRANIM, Michael. **The Chant of the Cholera**: Songs for Ireland. London: James Cochrane, 1831.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Carta de Borges de Barros a Carvalho e Mello – Paris, 18 de outubro de 1824. **Arquivo Diplomático da Independência**, v. 3, 1922.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anais do Senado do Império do Brasil**. Tomo I. Brasília: Subsecretaria de Anais, 1978.

BRITTAIN, Vera. War service in perspective. In: PANICHAS, George A. (Ed.). **Promise of Greatness: The War of 1914-1918**. London: Macmillan Press, 1968, p. 363-376.

BRITTO, Lemos. Alguns livros. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 1482, 10 jan. 1923, p. 2.

BROWNE, James. **A History of the Highlands and of the Highland Clans**. Vol. I, Parte I. Glasgow: A. Fullarton & Co., 1834.

BURTON, Richard Francis. **The highlands of the Brazil**. Vol. I. London: Tinsley Brothers, 1869.

BURTON, Robert. **The Anatomy of Melancholy**: What it is. With all the Kinds, Causes, Symptomes, Prognostickes, and Several Cures of it. In Three Maine Partitions with their several Sections, Members, and Subsections. Philosophically, Medicinally, Historically, Opened and Cut Up. London: Crips & Lloyd, 1624.

CABO MACHADO [Oswald de Andrade]. Os três sargentos. *Revista de Antropofagia*. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 1929, p. 6.

CALAZANS, J. S. O chefe da nação. In: **Do sertão**: Versos – canções – toadas – emboladas e anedotas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928, p. 131.

CALISTO, J. [Graciliano Ramos]. Traços a Esmo. **O Índio**: Jornal independente, literario e noticioso, Palmeira dos Indios, ano 1, n. 4, 20 fev. 1921a, p. 2.

CALISTO, J. [Graciliano Ramos]. Traços a Esmo. **O Índio**: Jornal independente, literario e noticioso, Palmeira dos Indios, ano1, n. 11, 10 abr. 1921b, p. 2.

CALMON, Pedro. **Historia do Brasil na poesia do povo**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1943.

CAMARGO, Antonio. Quis te tacitum relinquat? **Atirador Franco**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 15, 21 abr. 1881, p. 5-6.

CAMBRENSIS, Giraldus. **Topographia Hibernica, et Expurgatio Hibernica**. Ed. James F. Dimock. London: Longmans, Green, Reader & Dyer, 1867[1187].

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1895.

- CAMINHA, Adolfo. Um Livro Condemnado. **A nova revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 40-42, fev. 1896.
- CAMÕES, Luis de. **Os Lvsiadadas**. Lisboa: Antonio Gõçalvez Impressor, 1572.
- CAMPION, Edmund. **A Historie of Ireland**. Dublin: Hibernia Press, 1809[1571].
- CAMPOS, José Joaquim Carneiro de. **O padre Amaro, ou Sovéla Política, histórica e literaria**, v. 7, n. 35, p. 310-314, 1823.
- CAPAZ, Camil. **Raul Pompéia**: biografia. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.
- CARDIM, Fernão. **Do principio e origem dos indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2009.
- CARETA. Figuras e cousas de outras terras. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 292, 3 jan. 1914, p. 22.
- CARETA. Esperança e entusiasmo. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 383, 23 out. 1915, p. 7.
- CARETA. Olavo Bilac e a sua obra. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 435, 21 out. 1916a, p. 11.
- CARETA. O entusiasmo militar no Paraná. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 401, 26 de fev. 1916b, s.p.
- CARETA. Belesa. **Careta**, Rio de Janeiro, n. 1543, 1938, s.p.
- CARVAJAL, Gaspar de. **Descubrimiento del rio de las Amazonas**: según la relación hasta ahora inédita de Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes a Francisco de Orellana y sus compañeros. Sevilla: Imprensa de E. Rasco, 1894.
- CASAL, Manoel Ayres de. **Corografia Brazilica, ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brazil**: Composta e dedicada a sua Magestade Fidelíssima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.
- CASEMENT, Roger. **The Crime Against Ireland and how the War may Right it**. New York: [s.n.], 1914.
- CASEMENT, Roger. **Roger Casement's Diaries: 1910: The Black and the White**. Ed. Roger Sawyer. London: Pimlico, 1997.
- CASSIDY, James F. **The Women of the Gael**. Boston: The Stratford Company Publishers, 1922.

CASTELLO BRANCO, Camillo. **Curso de Litteratura Portugueza**. Lisboa: Mattos Moreira & Cia., 1876.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Os Delictos Contra a Honra da Mulher**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1932.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Atentados ao pudor**: Estudos sobre as aberrações do instinto sexual. 3ª edição (muito augmentada de accôrdo com os manuscritos deixados pelo autor). Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934.

CASTRO, Moacir Werneck de. **Mário de Andrade**: Exílio no Rio. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. **A Virgem Guaraciaba**. Lisboa: Afra & Cia., 1866.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. **A Conspiração de Pernambuco**. Lisboa: Afra & Cia, 1870.

CHAPMAN, George; JOHNSON, Ben; MARSTON, John. Eastward Hue. In: DODSLEY, J. (Ed.). **A Selected Collection of Old Plays**. London: J. Nichols, 1780[1605], p. 198-302.

CICERO, Marcus Tullius. Cicero M. Tullii Ciceronis in M. Antonium Oratio Philippica Secunda. In: **Selected Orations of Cicero**. Ed. George B. Wheeler. London: William Tegg and Co., 1853, p. 330-382.

CLERY, Arthur. Rugby football and the “condumnium”. In: **Dublin Essays**. New York: Brentano’s, 1920, p. 66-70.

COELHO NETTO, Henrique. **América**: Educação moral e cívica. Rio de Janeiro: Bevilacqua, 1897.

COELHO NETTO, Henrique. **Athletica**, 06 fev. 1920, s.p.

COELHO NETTO, Henrique. O escotismo. In: GUINLE, Arnaldo; POLLO, Mario. **O livro do escoteiro**: Manual do escoteiro brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 3-5.

COELHO NETTO, Henrique. O patinho torto: comedia em 3 actos. In: **O patinho torto**. Porto: Livraria Chardron, de Lélo & Irmão, 1924, p. 5-147.

COELHO NETTO, Henrique. **História do Fluminense**: 1902-2002. [Atualizado por Rodrigo Nascimento]. Rio de Janeiro: Pluri, 2002.

COELHO NETTO, Henrique. O primeiro hino. In: NAPOLEÃO, Antônio Carlos. **Fluminense Football Club**: história, conquistas e glórias no futebol. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2003, p. 186.

COLÓN, Cristóbal. **Relaciones y Cartas de Cristóbal Colón**. Madrid: Libreria de la Viuda de Hernando Y c.<sup>a</sup>, 1892[1498].

COLUM, Padraic *et alli*. **The Irish Rebellion of 1916 and Its Martyrs: Erin's Tragic Easter**. Ed. Maurice Joy. New York: The Devin-Adair Company, 1916.

COLUM, Padraic. Thomas MacDonagh. In: COLUM, Padraic *et alli*. **The Irish Rebellion of 1916 and Its Martyrs: Erin's Tragic Easter**. Ed. Maurice Joy. New York: The Devin-Adair Company, 1916, p. 323-340.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS. **Relatório da Diretoria**. 1918. Rio de Janeiro: Papelaria Confiança, 1918.

CONNOLLI, James. **Labour in Ireland: Labour in Irish history, The re-conquest of Ireland**. Dublin, London: Maunsel & Roberts LTD., 1922.

CONSTABLE, Henry Steickland. **Letters to Country Newspapers on Radicalism and Socialism**. London: Hatchards, 1886.

CONSTANT, Benjamin. **Principes de politiques applicables à tous les gouvernements représentatifs et particulièrement à la constitution actuelle de la France, par M. Benjamin Constant**. Paris: A. Eymery, 1815.

CORDEIRO, Luciano. **Estros e Palcos**. Lisboa: Typographia Universal, 1874.

CORREIO DA MANHÃ. A eliminação do brasileiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 6.451, 23 out. 1916, p. 1.

CORTESÃO, Jaime. **A colonização do Brasil**. Lisboa: Portugália, 1969.

COSGRAVE, W. Mr. Cosgrave's Review. **Irish Times**, 1 jan. 1923, s.p.

COSTA, Antonio Macedo. **Compêndio de civilidade cristã**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

COUBERTIN, Pierre de. **Essais de psychologie sportive**. Lausanne, Paris: Payot, 1913.

CROKE, Thomas W. The Gaelic Athletic Association. **The Nation**, 27 nov. 1884, s.p.

CROSS, Tom P.; SLOVER, Clark H. The Adventures of the Sons of Eochaid Mugmedon. In: CROSS, Tom P.; SLOVER, Clark H. (Eds.). **Ancient Irish Tales**. New York: Henry Holt & Co., 1936, p. 508-513.

CROTTY, M. Under Which Queen? **United Irishman**, 31 mar. 1900, p. 8.

CUILINN, Sliabh. Dear Land. In: SPARLING, Henry H. (Ed.). **Irish Minstrelsy: Being a Selection of Irish Songs, Lyrics, and Ballads**. London: Walter Scott, 1888, p. 122-123.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1901.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Editora Lello Brasileira S. A., 1967.

CUNHA, Euclides da. **Canudos e outros temas**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1994.

CUNHA, Luís da. **Testamento político**: ou, Carta escrita pelo grande d. Luiz da Cunha ao senhor rei d. José I antes do seu governo, o qual foi do conselho dos senhores d. Pedro II., e d. João V., e seu embaixador ás côrtes de Vienna, Haya, e de Paris; onde morreo em 1749. Lisboa: Impressão Regia, 1820.

DANTAS, Julio. A bengala de Mme. Z. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 95, n. 340, 14 dez. 1919, p. 4.

DARWIN, Charles. **The Descent of Man and Selection in Relation to Sex**. Vol. II. New York: D. Appleton and Company, 1871.

DAVIES, John. **A Discoverie of the True Causes why Ireland was Neuer Entirely Subdued, Nor Brough Vnder Obedience of the Crowne of England, Vntill the Beginning of His Maiesties Happie Raigne**. London: A. Millar, 1612.

D'EICHTHAL, Gustave; URBAIN, Thomas Ismayl. **Lettres sur la race noire et las race blanche**. Paris: Paulin, 1839.

DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária do Brasil**. Tradução e notas de Guilhermino César. Porto Alegre: Lima, 1968.

DERRICKE, John. **The Image of Irelande, with a discoverie of Wodkarne**. Ed. John Small. Edinburgh: Adam and Charles Black, 1883[1581].

DESCARTES, René. **Discours de la Méthode**: Pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences, plus la dioptrique, les météores et la géométrie qui sont des essais de cette méthode. Leiden: Imprimerie de Lan Maire, 1637.

DESMOND, Humphrey J. **Why God Loves the Irish**. New York: The Devin-Adair Company, 1918.

DE VERE, Aubrey. The Year of the Sorrow; Ireland 1849. In: **Selections from the Poems of Aubrey de Vere**. Ed. George Edward Woodbery. London: Macmillan, 1894, p. 219-227.

DIAS, Antônio Gonçalves. Y-Juca-Pyrama. In: **Ultimos Cantos**: Poesias de A. Gonçalves Dias. Rio de Janeiro: Typographia de F. De Paula Brito, 1851, p. 12-13.

DI CAVALCANTI, Emiliano. **Reminiscências líricas de um perfeito carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

DINNEEN, Patrick Stephen. **Lectures on the Irish Language Movement**: Delivered Under the Auspices of Various Branches of the Gaelic League, with an Introductory Chapter. Dublin: M. H. Gill & Son, 1904.

DINNEEN, Patrick Stephen. **Native History in National Schools**: A Lecture Delivered before tCumann Gaedhralach na Muinteotri Naisiunta at Their Rooms, 24 Upper O'Connell Street Dublin, February 4th, 1905. Dublin: M.H Gill & Son, 1905.

DOM CASMURRO. A solidão é triste. **Dom Casmurro**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 116, 2 set. 1939, p. 2.

DOM XIQUOTE [Manoel Bastos Tigre]. Futiból. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 783, 23 jun. 1923, s.p.

DONNE, John. To His Mistress Going to Bed. In: **The Poetical Works of Dr. John Donne**. Boston: Little, Brown & Co., 1855[1654], p. 369-371.

DOORLEY. Women Who are Furies. **Cork Examiner**, 18 maio 1925, p. 10.

DORAN, George Henry. **Chronicles of Barabbas**: 1884-1934. New York: Harcourt Brace & Company, 1935.

DRENNAN, William. **Fugitive Pieces, in Verse and Prose**. Belfast: Finlay, 1815.

D. R. F. Por dizer; por escrever. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 1061, 20 out. 1928, p. 1.

DUFFY, Charles Gavan. The Revival of Irish Literature: Two Addresses Delivered Before the Irish Literary Society, London, in July 1892, and June 1893. In: DUFFY, Charles Gavan; SIGERSON, George; HYDE, Douglas. **The Revival of Irish Literature**. London: T. Fisher Unwin, 1894, p. 9-60.

DUFFY, Charles Gavan. **Young Ireland**: A Fragment of Irish History, 1840-45. Vol. I. London: T. Fisher Unwin, 1896a.

DUFFY, Charles Gavan. **Young Ireland**: A Fragment of Irish History, 1840-45. Vol. II. London: T. Fisher Unwin, 1896b.

DURÃO, José de Santa Rita. **Caramurú**: poema epico do descobrimento da Bahia. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1781.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.

EGLITON, John. **Bards and Saints**. Dublin: Maunsel & Co., 1906.

FALLOON, Daniel. **History of Ireland, Civil and Ecclesiastical, from the Ancient Times till the Death of Henry II**. Montreal: John Lovell, 1863.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: Gallimard, 1961.

FERNANDES, Annibal. **Nabuco, Cidadão do Recife**. Recife: Diário da Manhã, 1949.

FERGUSON, Samuel. **Poems of Sir Samuel Ferguson**. Ed. Alfred Perceval Graves. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Company, 1918[1847].

FICHTE, Johann Gottlieb. **Reden an die deutsche Nation**. Leipzig: Friedrich Ludwig Herbig, 1824.

FLÁVIO. Bilhetes & Córa. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 8, 22 fev. 1913, p. 24.

FON-FON. Um possível bem...**Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 44, 30 out. 1915, p. 30.

FORDE, Patrick. Catholic Literature. **Catholic Bulletin and Book Review**, v. 1, p. 3-5, jan. 1911.

FRANÇA JUNIOR, Joaquim José de. **As Doutoradas**: Comedia em 4 Actos. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Autores Theatraes, 1932.

FRANCIS, Paulo. “Comércio”, “coleguismo” e “amizade” prejudicando o teatro brasileiro: Entrevista séria (e serena) de João Augusto, crítico de teatro da “Tribuna da Imprensa” – Um crítico que se recusa a mentir, que luta para não aderir aos “slogans” da maioria. O teatro brasileiro. **Revista da Semana**, ano 57, n. 22, Rio de Janeiro, 1 jun. 1957, p. 49-51.

FREIRE, José Joaquim Junqueira. **Obra poética de Junqueira Freire**. Vol. I. Contradições Poéticas e inéditos. Inéditos recolhidos nos arquivos da Academia Brasileira de Letras pela Profª. Janaina Amado Mayer. Salvador: Editora Janaina, 1970.

FREITAS, Affonso Antônio de. Folganças Populares do Velho São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 21, p. 7-31, 1924.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sociologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**: Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FREYRE, Gilberto. **Tempo Morto e Outros Tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FROUDE, James Anthony. **The English in Ireland in the Eighteenth Century**. Vol. I. New York: Scribner, Armstrong & Co., 1873.

GAINSFORD, Thomas. **The Glory of England**: Or a True Description of Many Excellent Prerogatives and Remarkable Blessings, Whereby Shee Triumpheth over All the Nations in the World. With a Iustificable Comparison betweene Her Selfe, and the Eminent Kingdomes of the Earth, Plainely Manifesting the Defects of Them All in Regard of Her Sufficiencie, and Fulnesse of Happinesse. London: Griffin, 1620.

GANDAVO, Pero Magalhães. **Historia da provincia Sancta Cruz a qui vulgarmente chamamos Brasil**. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576.

GAVIAL, Paulo. O sonho posthumo de Tiradentes. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 31, n. 19, 25 abr. 1931, p. 21.

GAZETA DE NOTÍCIAS. As surpresas da vida. Emília é homem! Era normalista em Belo Horizonte. Hoje é rapaz e chama-se David. Entrevista com o novo Fregoli. O seu passado e as suas esperanças. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 42, n. 288, 16 out. 1917, p. 1.

GERNON, Luke. A discourse of Ireland. In: FALKINER, C. Litton (Ed.). **Illustrations of Irish History and Topography, Mainly of the Seventeenth Century**. London, New York, Bombay: Longmans, Green & Co., 1904[1620], p. 348-362.

GIFFORD, Sidney. Countess de Markievicz. In: COLUM, Padraic *et alli*. **The Irish Rebellion of 1916 and Its Martyrs: Erin's Tragic Easter**. Ed. Maurice Joy. New York: The Devin-Adair Company, 1916, p. 341-380.

GIRODIAS, Maurice; SINGLETON-GATES, Peter. **The Black Diaries of Roger Casement**. New York: Grove Press, 1959.

GOBINEAU, Arthur de. **Essaisur l'inégalité des races humaines**. Vol. I. Paris: Didot Frères, 1853.

GOLVEIA, [Raymundo Nonato de] Almeida. **Olavo Bilac**: cavaleiro do amor insatisfeito. Salvador: Escola de Aprendizagem Luís Tarquinio, 1966.

GREAT BRITAIN. **The Criminal Law Amendment Act, 1885**: An Act to Make Further Provision for the Protection of Women and Girls, the Suppression of Brothels, and Other Purposes. London: National Vigilance Association, 1885.

GREGORY, Lady Augusta. **Cuchulain of Muirthemne**: The Story of the Men of the Red Branch of Ulster Arranged and Put into English by Lady Gregory. London: John Murray, 1903.

GREGORY, Lady Augusta. **Our Irish Theatre**: A Chapter of Autobiography. New York: G. P. Putnam's Sons, 1913.

GUERRA, Gregório de Mattos. Reprovações. In: **Obras Poéticas de Gregório de Mattos Guerra**. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 48-52.

GUNN, Leveson-Gower. Tubercular Disease of the Seminal Tract. **Transactions of the Royal Academy of Medicine in Ireland**, v. 24, p. 162-174, 1906.

- GWYNN, Denis. **Edward Martyn and the Irish Revival**. London: Jonathan Cape, 1930.
- GWYNN, Stephen. **Today and Tomorrow in Ireland**: Essays on Irish Subjects. Dublin: Hodges, Figgis, 1903.
- GWYNN, Stephen. The Irish Drama. In: MCCARTHY, Justin (Ed.). **Irish Literature**. Vol. X. Philadelphia: John D. Morris & Company, 1904, p. xiii-xxv.
- HACKETT, Francis. **Ireland**: A Study in Nationalism. New York: B. W. Huebsch, 1918.
- HAYES, James. **Patrick H. Pearse**: Storyteller. Dublin: The Talbot Press, [1919].
- HAZLITT, William. Why distant objects please. In: **Table Talk**. Vol. II. London: Henry Colburn & Co., 1822, p. 219-238.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **System der Wissenschaft**: Erster Theil, die Phänomenologie des Geistes. Bamberg, Würzburg: Joseph Anton Goebhardt, 1807.
- HELIOS [Paulo Menotti del Picchia]. Pelo Brasil brasileiro. **Correio Paulistano**, 6 maio 1923, p. 3.
- HERCULANO, Alexandre. Cartas sobre a História de Portugal. **Revista Universal Lisbonense**, 1843, p. 43.
- HERLIHY, Cornelius Joseph. **Celt above the Saxon**: A Comparative Sketch of the Irish and English People in War, in Peace and in Character. Boston: Angel Guardian Press, 1904.
- HIPPOCRATES. **Hippocrates**. Vol. I. Trad. W. H. S. Jones. London: William Heinemann; Cambridge: Harvard University Press, 1907[5 a.C].
- HOBBS, Thomas. **Leviathan; Or, The Matter, Forme, and Power of a Common Wealth, Ecclesiasticall and Civil**. London: Andrew Crooke, 1651.
- HOGAN, F. Edmund. **The Irish People**: Their Height, Form, and Strength. Dublin: Sealy, Bryers & walker; M. H. Gill & Son, 1899.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. Ariel. **Revista do Brasil**, v. 14, n. 53, p. 85, maio 1920.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História Geral da Civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1965. Tomo II, Volume 1: O Brasil monárquico: o processo de emancipação, p. 9-39.

HOLINSLED, Raphael. **The chronicles of England**: from William the Conquerour (who began his reign over this land, in the year after Christes nativite 1066.) vntill the year 1577. [s.l.]: [s.n.], 1585.

HUGUES, Thomas. **The Manliness of Christ**. Boston: Houghton, Mifflin & Co., 1880.

HUGO, Victor. **Correspondance, 1836-1882**. Paris: Calmann Lévy, 1898.

HUISS, Robert. **The memoirs, private and political, of Daniel O'Connell**. London: W. Johnson, 1836.

HUTCHISON, William G. Introduction. In: RENAN, Ernest. **Poetry of Celtic races, and Other Essays by Ernest Renan**. London, Felling-on-Tyne: The Walter Scott Publishing Co., LTD, 1896, p. ix-xxxviii.

HYDE, Douglas. The Necessity for De-Anglicising Ireland. In: DUFFY, Charles Gavan; SIGERSON, George; HYDE, Douglas. **The Revival of Irish Literature**. London: T. Fisher Unwin, 1894, p. 115-161.

INGRAM, John Kells. The Memory of the Dead. In: THE WRITERS OF THE NATION NEWSPAPER (Eds.). **The Spirit of the Nation**. Dublin: James Duffy, 1843, p. 48-50.

INSTITUTORIS, Henricum [Henrich Krämer]; SPRENGERUM, Jacobus [Jakob Sprenger]. **Malleus maleficarum maleficas et earum heresim ut phranea potentissima conterens**. Paris: Jehan Petit, 1507.

IRISH INDEPENDENT. Neurotic Girls. **Irish Independent**, 1 jan. 1923, s.p.

IRISH TIMES. Surrender of Countess Markievicz. **Irish Times**, 2 maio 1916, s.p.

ISIDORUS. De homine et portentis. In: **S. Isidori hispalensis episcopi opera omnia**. Tomus IV. Etymologiarum libri X. Posteriores. Denuo correcta et aucta recensente faustino arevalo. Romae: [n.e.], 1801.

JELLINEK, Adolf. Die Weiblichkeit des jüdischen Stammes. In: **Der jüdische Stamm**: Ethnographische Studien. Wien: Herzfeld und Bauer, 1869, p. 89-97.

JOÃO DA AVENIDA. Almofadinha. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 657, 22 jan. 1921, p. 16.

JOÃO DAS MOÇAS. Pagina que ninguem não lê... **A maçã**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 366, 9 fev. 1929, p. 4.

JOÃO DO RIO. O Breviário do Artificialismo. **Renascença**: Revista Mensal de Letras, Ciencias e Artes, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, abr. 1905, p. 137-141.

JOÃO DO RIO. A fisionomia dos jardins. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 33, n. 801, 20 jul. 1907, p. 2.

JOÃO DO RIO. **A Alma Encantadora das Ruas**. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1910.

JORDANES. **De Getarum Sive Gothorum Origine et Rebus Gestis**. Leiden: Ex Officina Plantiniana, apud F. Raphelengium, 1597[551].

JORGE, Fernando. **Getúlio Vargas e o seu tempo**: Um retrato com luz e sombra. Vol. I. (1883-1900). São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.

JOYCE, James. Oscar Wilde: Il Poeta di Salome. **Il Piccolo della Sera**, Trieste, 24 mar. 1909, p. 233-236.

JOYCE, James. **Exiles**: A Play in Three Acts. London: The Egoist Press, 1921.

JOYCE, James. **Exiles**: A Play in Three Acts. London: Paladin, 1991.

JUCA DO RIO. Á um doente. **O Rio Nú**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 898, 13 fev. 1907, p. 5.

JUNIOR, Dominó. Deodoro. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 571, 1889, p. 2-3.

KANE, Robert. **Socialism**. Dublin: Catholic Truth Society of Ireland, 1910.

KANT, Immanuel. Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? **Berlinische Monatsschrift**, v. 4, n. 12, p. 481-494, 1784.

KANT, Immanuel. **Kritik der Urteilskraft**. Frankfurt, Leipzig: [s.n.], 1792.

KEATING, Geoffrey. **The General History of Ireland**. London: B. Creak, 1732[1634].

KEATING, Geoffrey. **Keating's General History of Ireland**. Dublin: James Duffy, Wellington Quay, 1861[1634].

KEATING, Geoffrey. My Pity How Ireland Standeth. In: PEARSE, Pádraic (Col.). **Collected Works of Pádraic Pearse**: Songs of the Irish Rebels and Specimens from an Irish Anthology. Some Aspects of Irish Literature. Three Lectures on Gaelic Topics. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Co., 1918[1644], p. 43-49.

KEHL, Renato. Venus vestida e Venus despida. **Revista da Semana**, n. 21, 18 set. 1926, s.p.

KINGSLEY, Charles. **Charles Kingsley**: His Letters and Memories of His Life. Ed. Frances Eliza Grenfell Kingsley. New York: Scribner, Armstrong & Co., 1877.

KINGSLEY, Charles. **Charles Kingsley**: His Letters and Memories of His Life. Vol. I. Ed. Frances Eliza Grenfell Kingsley. London: Macmillan & Co., 1894[1851].

KLEMM, Gustav. **Allgemeine Cultur-Geschichte der Menschheit**. Leipzig: G. S. Teubner, 1843.

KLIXTO [Calixto Cordeiro]. Escabroso. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 28, 28 fev. 1903, p. 14.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psychopathia sexualis**: Mit besonderer Berücksichtigung der conträren Sexualempfindung – Eine klinisch-forensische Studie. Stuttgart: Verlag von Ferdinand Enke, 1886.

LACERDA, João Batista. Sur les métis au Brésil. In: **Premier Congrès universel des races**. Paris: Imprimerie Devouge, 1911, p. 18-19.

LAEGH. Matters of the Moment. **The Catholic Bulletin and Book Review**, v. 2, p. 791, 1912.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **Il Gattopardo**. Milan: Feltrinelli, 1958.

LANGIO, Joanne. **Medicalivm Epistolarvm Miscelanea, ac rara cum eruditione, tum rerum scitu dignissimarum explicacione referta**: ut earum lectio non solum Medicinae, sed omnis etiam Naturalis historie studiosis plurimum sit emolumenti allatura. Basileae: [s.n.], 1554.

LAVERY, John. **The Life of a Painter**. London: Cassell & Co., 1940.

LEAL, Hugo [Vasco Lima]. Um phenomeno curioso. **O Gato**: Album de caricaturas, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 20 abr. 1912, s.p.

LEÃO, João Sousa Pacheco. **O Brasil, e a Constituição de Portugal, ou Ensaio para a Resolução do Problema da Reunião dos Portuguezes de ambos os Hemisferios**. Rio de Janeiro: Typografia Silva Porto, 1822.

LE BON, Gustave. **La Psychologie des Foules**. Paris: Alcan, 1895.

LEITE, Antonio Bressane. **União venturosa**: drama como musica para se representar no Real Teatro do Rio de Janeiro no faustosissimo dia de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1811.

LÉO-FABIO. Sexos futuristas. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 895, 15 set. 1925, p. 10.

LIMA, C. da Veiga. Paulo Barreto – impressionista: argumento. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 28, 9 jul. 1921, p. 2.

LIMA, Mario de. Renascimento. **Revista do Brasil**, v. 15, p. 324, [s.d].

LIMA, Vasco. Ellas têm razão... **O Gato**: Album de caricaturas, Rio de Janeiro, ano 2, n. 58, 18 nov. 1912a, s.p.

LIMA, Vasco. Ainda o escandalo. **O Gato**: Album de caricaturas, Rio de Janeiro, ano 2, n. 63, 21 dez. 1912b, s.p.

LIMA, Vasco. Isso não é república é...ama de leite. **O Gato**: Album de caricaturas, Rio de Janeiro, ano 3, 22 mar. 1913, s.p.

LITHGOW, William. **The Totall Discourse of the Rare Adventures, and Painefull Peregrinations of long Nineteene Yeares Travayles, from Scotland, to the most famous Kingdomes in Europe, Asia and Affrica.** London: Nicholas Okes, 1632.

L. M. “Eles” e a República Nova. **A Lanterna**, São Paulo, ano 10, n. 355, 20 jul. 1933, p. 4.

LOBATO, José Bento Monteiro. **A onda verde.** São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1922.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1946.

LOBATO, José Bento Monteiro. **A Barca de Gleyre.** São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Críticas e Outras Notas.** São Paulo: Brasiliense, 1961.

LOCKINGTON, William J. **The Soul of Ireland.** New York: The Macmillan Company, 1920.

LOPES, Elcias. Sexo forte... **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 35, 27 ago. 1932, p. 19.

LUIZ, Pedro. Homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. **Atirador Franco**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 15, 21 abr. 1881, p. 7-8.

LYSAGHT, Edward. **Sir Horace Plunkett and his Place in the Irish Nation.** Dublin, London: Maunsel & Co., 1916.

MACDONNELL, John. Old Erin in the Sea. In: COLLINS, Charles MacCarthy (Org.). **Celtic Irish Songs and Song-Writers.** London: James Cornish & Sons; Dublin: Combridge & Co., 1885, p.150-154.

MACHADO DE ASSIS, José Maria. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. **O Novo Mundo**, New York, 24 mar. 1873, p. 107-108.

MACHADO DE ASSIS, José Maria. Pylades e Orestes. In: **Relíquias da Casa Velha.** Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, 1906, p. 109-123.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Poesia e prosa.** Organização e notas de José Galante Sousa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.

MACSINEY, Terence. **Principles of Freedom.** Dublin: The Talbot Press, 1921.

MAGALHÃES, Couto de. **Trabalho preparatorio para aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brazil:** O selvagem I. Curso da lingua geral segundo Ollendorf, comprehendendo o texto original de lendas tupis. II. Origens, costumes, região selvagem, methodo e empregar para amansal-os por intermedio das colonias militares e do interprete militar. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. **Nitheroy**: Revista Brasiliense, Tomo I, n. 1, p. 132-159, 1836.

MAGALHÃES, Figueiredo. **Camões e os Portuguezes no Brasil**: Reparos Críticos. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1880.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1974.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **A vida vertiginosa de João do Rio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Indice Chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil, desde o seu descobrimento em 1500 até 1849**. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1850.

MALTHUS, Thomas. **An Essay on the Principle of Population, as it Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers**. London: Joseph Johnson, 1798.

MALUCO, Capadócio [Pseudónimo]. **O menino do Gouveia**. Rio de Janeiro: Casa Editora Cupido & Companhia, [1914]. (Contos Rápidos n. 6.).

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista Trimestral de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Greographico Brasileiro**, n. 24, p. 389-411, jan. 1845.

MCCARTHY, Michael J. F. **Priests and People in Ireland**. Dublin: Hodges, Figgis & Co, LTD; London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., LTD, 1904.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim da Costa de. **Quando eu era vivo**: Memórias de 1867 a 1934. Rio de Janeiro: Record, 1981.

MEIRELES, Cecília. **Mar absoluto e outros poemas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

MEMÓRIA, Assis. Pelo Ceará flagellado. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 854, 1 nov. 1924, p. 38-39.

MENDES, Murilo. **A idade do serrote**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **O sport está deseducando a mocidade brasileira**: carta aberta a Lima Barreto. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, 1921.

MILLEN, William A. **Songs of the Irish Revolution and Songs of the Newer Ireland**. Boston: The Stratford Co., 1920.

MIRANDA, Alvito Buela Pereira de. A grande Questão Portuguesa sobre a Sucessão ao Throno. **Defeza de Portugal**: Semanario Periodico, Politico e Moral, n. 29, p. 1-12. Lisboa: Impressão Régia, 1832.

MITCHEL, John. **Jail Journal; or, Five Years in British Prisons**: Commenced on board the Shearwater steamer, in Dublin bay, continued at Spike island – on board the Scourge war steamer – on board the “Dromedary” hulk, Bermuda – on board the Neptune convict ship – at Pernambuco – at the cape of Good Hope (during the anti-convict rebellion) – at Van Diemen’s land – at Sydney – at Tahiti – at San Francisco – at Greytown – and concluded at no. 3. pier, North river, New York. New York: The “Citizen”, 1854.

M. L. Oscar Wilde amou uma brasileira. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 32, n. 1681, 14 set. 1940, p. 18.

MONTAIGNE, Michel de. Des Cannibales. In: **Les Essais de Michel Seigneur de Montaigne**. Paris: chez Michel Sonnius, 1595[1580], p. 117-126.

MONTÉGUT, Emile. L’Exil de la Jeune-Irlande. **Revue des Deux Mondes**, Tomo 10, p. 889-930, 1 jun. 1855.

MONTGOMERY, Jessie Douglas. MacBeth, Considered as a Celt. **The National Review**, v. 13, p. 181-190, 1889.

MOORE, George. **Confessions d’un Jeune Anglais**. Paris: Nouvelle Librairie Parisienne, 1889.

MOORE, George. **Hail and Farewell**. Vol. I: Ave. London: William Heinemann, 1911.

MOORE, George. **Hail and Farewell**. Vol. III: Vale. London: William Heinemann, 1914.

MOORE, George. Hugh Monfert. In: **In Single Strictness**. London: William Heinemann, 1922, p. 47-200.

MOORE, Thomas. **The Poetical Works of Thomas Moore**. Ed. J. M. Lake. Paris: A. & W. Galignani, 1829.

MORAN, David Patrick. Is the Irish Nation Dying? **The New Ireland Review**, v. 10, p. 208-214, dez. 1898.

MORAN, David Patrick. The Battle of Two Civilizations. **The New Ireland Review**, v. 13, p. 323-336, ago. 1900.

MOREIRA, João M.; CORRÊA, João M. **Nova selecta portugueza**: colligida, anotada e acompanhada d’um tratado de composição a derivação para uso das aulas de portuguez e litteratura. Braga: Deposito Livraria Academica de J.A. Moreira de Castro, 1902.

MORENO, Paulo [Humberto de Campos]. “Sensações”. **Senhoras & Senhores, O Imparcial**, Rio de Janeiro, Ano 10, 06 ago. 1922, p. 4.

MORYSON, Fynes. **Unpublished Chapters of Fynes Moryson’s Itinerary**: Being a Survey on the Condition of Europe at the end of the 16<sup>th</sup> Century. London: Sherratt & Hughes, 1903[1617].

MORYSON, Fynes. The Commonwealth of Ireland. In: FALKINER, C. Litton (Ed.). **Illustrations of Irish History and Topography, Mainly of the Seventeenth Century**. London, New York, Bombay: Longmans, Green & Co., 1904[1617], p. 233-309.

MORYSON, Fynes. **An Itinerary**: Containing His Ten Yeeres Travell through the Twelve Dominions of Germany, Bohmerland, Sweitzerland, Netherland, Denmarke, Poland, Italy, Turkey, France, England, Scotland & Ireland. Vol. IV. Glasgow: James MacLehose and Sons, 1908[1617].

NAVARRO, Saul. Euclides da Cunha, o genio de nossa brasilidade. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 32, 15 ago. 1931, p. 11.

NAVARRO, Saul de. O rythmo plastico do movimento. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 33, n. 5, 16 jan. 1932, s.p.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 8, n. 3, p. 74-224, 1916.

NEVES, Berilo. Descobrimento do Brasil. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 879, 25 abr. 1924, p. 6.

NEVES, Berilo. A melindrosa. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 882, 16 maio 1925, p. 14.

NEVES, Berilo. Physiologia e Psychologia. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 931, 24 abr. 1926, p. 11.

NEVES, Berilo. Eva belicosa. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 987, 21 maio 1927, p. 36.

NEVES, Berilo. A inimiga dos homens. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 1058, 29 set. 1928, p. 34-35.

NEVES, Berilo. O ex-homem. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1171, 29 nov. 1930, p. 28-29.

NEVES, Berilo. O marido e a pátria. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 7289, 12 mar. 1932, p. 2.

NEVES, Berilo. Aspirante Vasconcellos. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 35, n. 20, 28 abr. 1934, p. 1.

NEVES, José Accursio das. **Considerações politicas e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos portuguezes na Africa e na Asia**. Lisboa: Impressão Regia, 1830.

NEVES-MANTA, Inaldo de Lira. **A arte e a neurose de João do Rio**: a individualidade e a obra mental de João do Rio em face da psiquiatria. Rio de Janeiro: Marisa, 1934.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Also sprach Zarathustra**: ein Buch für Alle und Keinen. Band III. Chemnitz: Schmeitzner, 1884.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Imprensa Popular, 1894.

NINA RODRIGUES, Raimundo. Métissage, dégénérescence et crime. **Archives d'Anthropologie Criminelle**, v. 14, n. 83, p. 477-516, 1899.

NÓBREGA, Manuel da. **Diálogo sobre a conversão do gentio**. Liaboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1954.

NÓBREGA, Manuel. Ao Doutor Martín de Azpilcueta Navarro, Coimbra (Salvador, 10 de agosto de. 1549). In: **Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega**. Coimbra: Por ordem da universidade, 1955a[1549], p. 433-443.

NÓBREGA, Manuel. Ao P. Miguel de Torres, Lisboa – Baía 8 de Maio de 1558. **Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega**. Coimbra: Por ordem da universidade, 1955b[1558], p. 277-292.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas Jesuíticas I**: Cartas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988[1549].

NORDAU, Max. **Die Conventiellen Lügen der Kulturmenschheit**. Leipzig: B. Elischer Nachfolger, 1883.

NORDAU, Max. **Entartung**. Berlin: Verlag von Carl Dunder, 1892.

O'BRIEN, William. **Irish Ideas**. London: Longmans, Green & Co., 1893.

O CLARIM. Galeria dos Tartufos. **O Clarim**, 26 out. 1878, s.p.

OCTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MEC, 1978.

O'DONNELL, Frank Hugh. Celtic Drama in Dublin. **Freeman's Journal**, I, 1899, p. 6.

O'DONNELL, Frank Hugh. **The Stage Irishman of the Pseudo-Celtic Drama**. London: John Long, 1904.

O'DONOGHUE, M. J. **Men and Movements**. Winona: St. Mary's Training School, 1919.

O'FAOLAIN, Sean. **Vive Moi!**: An Autobiography. London: Hart-Davis, 1965.

O'FLAHERTY, Roderic. **A Choreographical Description of West or H-Iar Connaught**. Dublin: Irish Archaeological Society, 1846[1684].

O GATO. O "masculinismo" feminino. **O Gato**: Album de caricaturas, Rio de Janeiro, ano 3, n. 94, 26 jul. 1913, p. 5.

- O'GRADY, Standish. **Selected Essays and Passages**. Dublin: The Talbot Press; London: T. Fisher Unwin, 1918.
- O HEALUIGH, Seamus. Ode to the Rifle. **Irish Volunteer**, 18 jul. 1914, s.p.
- O HUIATHNE, F. Health, Nationality, and Vaccinations. **Sinn Fein**, 12 jan. 1907, p. 3.
- O IMPARCIAL. Senhoras & Senhores. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 1262, 7 abr. 1922, p. 4.
- O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA. Congresso de Vienna. **O Investigador Portuguez em Inglaterra, Ou Jornal Literario, Politico, & C.**, jan. 1818, p. 310-320.
- OLIVEIRA, Alberto de. O ex-soberano. **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 572, 1889, p. 3.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. **O Brazil e as Colônias Portuguezas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.
- O MALHO. Fresca Theoria (Requerimento). **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 93, 23 jun. 1904, p. 31.
- O MALHO. OS Fenianos. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 148, 1952, p. 15.
- O PADRE AMARO. **O padre amaro, ou Sovéla, politica, historica, e literária**. Tomo 2. Londres: L. Thompson, 1820.
- ORBIGNY, Alcide d'. **L'homme américain (de l'Amérique Méridionale)**: considéré sous ses rapports physiologiques et moraux. Tome Premier. Paris: Pitois-Levrault et C.e, 1839.
- O RIO NÚ. Fazendo de conta... **O Rio Nú**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 1074, 24 out. 1908, p. 1.
- ORTIGÃO, Ramalho. **As farpas**: aspectos vários da sociedade, da política, da administração. Tomo X. Porto: Livraria Clássica Editora, A. M. Teixeira, 1947[1874].
- PARKER, John. A Dialogue between John Bull, an Englishman, and Patrick Kelly, and Irishman, on the Subject of Repeal. **The Economist**, 2 set. 1848, p. 1005.
- PEARSE, Pádraic. The intellectual future of the Gael. In: **Three lectures in Gaelic topics**. Dublin: M. H. Gill & Son, 1898, p. 46-59.
- PEARSE, Pádraic. **Collected Works of Pádraic H. Pearse**: Political writings and speeches. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Co., LTD, 1916.
- PEARSE, Pádraic. Little Lad of the Tricks. In: **Collected Works of Pádraic H. Pearse**: Plays, stories, poems. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Co., LTD, 1917a, p. 316-317.

PEARSE, Pádraic. The King: a morality. In: **Collected Works of Pádraic H. Pearse**: plays, stories, poems. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Co., LTD, 1917b, p. 45-67.

PEARSE, Pádraic. The Master. In: **Collected Works of Pádraic H. Pearse**: Plays, stories, poems. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Co., LTD, 1917c, p. 69-100.

PEARSE, Pádraic. The Singer. In: **Collected Works of Pádraic H. Pearse**: plays, stories, poems. Dublin, Cork, Belfast: The Phoenix Publishing Co., LTD, 1917d, p. 1-44.

PEARSE, Pádraic. **The Letters of P. H. Pearse**. Ed. Seamas O’Buachalla. Gerrards Cross: Colin Smythe, 1980.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. **Clima e saúde**: introdução biogeográfica à civilização brasileira. São Paulo: Civilização Brasileira, 1938.

PELLEW, George. **In Castle and Cabin or Talks in Ireland in 1887**. New York, London: G. P. Putnam’s Sons, 1889.

PEREGRINO. Um sorriso para todas...**Careta**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 1092, 25 maio 1929, p. 38-39.

PEREGRINO. Block-notes. As mulheres, a politica e a defeza nacional. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 1282, 14 jan. 1933, p. 20-21.

PEREGRINO. Block-notes. Os inimigos pessoaes de Nassau. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1471, 29 jun. 1936, p. 31.

PEREGRINO. Um sorriso para todas... **Careta**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 1529, 9 out. 1937, p. 21.

PEREIRA FORTES, M. Alma gaúcha. *Literatura Regional*. **A Vida Moderna**, São Paulo, ano 18, n. 425, 23 fev. 1922, p. 5.

PEREIRA, Miguel. “O Brasil é ainda um immenso hospital”. **Revista de Medicina**, v. 7, n. 21, p. 3-7, 1922.

PERRAUD, Adolphe Louis Albert. **Études sur L’Irlande Contemporaine**. Tomo II. Paris: Charles Douniol, 1862.

PERRY, R.; PERRY, L. **The Silent friend**: a medical work, treating on the anatomy and physiology of the organs of generation, and their diseases, with observations on onanism and its baneful results, including mental and sexual incapacity and impotence, and on the venereal and syphilitic maladies, with plain and clear directions for the removal of secondary symptoms, gonorrhoea or clap, gleet, stricture, whites, and all diseases of the urinary organs, concluding with general observations on marriage and its impediments, from the evil consequences arising from early abuse and syphilitic infection, with the means for their removal. London: [s.n.], 1847.

PIERROT [Olavo Bilac?]. Vida Fluminense. **O Combate**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 50, 08 mar. 1892, p. 1.

PINKERTON, William. Unpublished Poems Relating to Ulster in 1642-43. **Ulster Journal of Archaeology**, v. 8, p. 153-171, 1860.

PLOWDEN, Francis. **The History of Ireland, from its Union with Great Britain, in January 1801, to October 1810**. Vol. I. Dublin: John Boyce, 1811.

P. N. Chronica. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 25, ago. 1914, s.p.

POLLARD, H. B. C. **The Secret Societies of Ireland: Their Rise and Progress**. London: Philip Allan & Co., 1922.

POMPÉIA, Raul. **O Atheneu (chronica de saudades)**. Rio de Janeiro: Typographia da "Gazeta de Noticias", 1888.

POMPÉIA, Raul. Lembranças da Semana – 15 de Março de 1892. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 70, n. 75, 15 mar. 1892, p. 1.

PONTES, Elói. **A vida inquieta de Raul Pompeia**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

PONTES, Elói. 1944. **A vida exuberante de Olavo Bilac**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

PONTES, Manoel José Pires da Silva. Descrição dos festejos de Villa Nova da Rainha de Caeté na Acclamação do Senhor D. Pedro I. Imperador Constitucional do Brasil. **Gazeta do Rio**, Rio de Janeiro, n. 145, 3 dez. 1822, p. 729-732.

PORTELLA, Bastos. Melindrosas. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 24, 13 jun. 1925, s.p.

PRADO, Antônio de Almeida. O poema que Bilac não escreveu. In: **Páginas avulsas: coletânea de conferências, discursos e escritos vários**. São Paulo: Ed. Anhembi, 1956, p. 49-58.

PRADO, Francisco Rodrigues. História dos índios cavalleiros ou da nação Guaycurú. **Revista do Instituto Historico e geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, Tomo I, n. 1, 1839, p. 25-57.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1931.

PRINCIPE REGENTE (José Bonifácio de Andrada e Silva). Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos, e Nações Amigas (de 6 de agosto de 1822). **Correio do Rio de Janeiro**, n. 103, 17 ago. 1822, p. 457-464.

PUNCH, OR THE LONDON CHARIVARI. Parsons in Petticoats. **Punch, or the London Charivari**, 10 jun. 1865, p. 239.

QUEIROZ, Eça de. O nativismo americano. In: **Eça de Queiroz**: Selecta para leitura na Família e na Escola. Org. Agostinho de Campos. Paris, Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand; Porto: Livraria Chardron; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922, p. 172-187.

QUINTILIANUS, Marcus Fabius. **M. Fabi Quintiliani Institutionis oratoriae**. Libri duodecim. Lipsiae: Sumptibus Fr. Chr. kGuil. Vogelii, 1831.

RABELLO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RALEIGH, Walter. **The Discovery of the Large, Rich, and Beautiful Empire of Guiana**. London: Hakluyt Society, 1848[1596].

REIGH, John Dooley. "It is a pity there is no heir to such men." **United Ireland**, 17 mar. 1894, s.p. (suplemento).

RENAN, Ernest. La Poésie des Races Celtiques. **Revue des Deux Mondes**, Tomo 5, p. 473-506, 1 fev. 1854.

REVISTA BRAZILEIRA. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, Tomo I, n. 01, p. 05-07, 1879.

REVISTA ILLUSTRADA. Benjamin Constant. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 613, Rio de Janeiro, 1891, p. 2.

REVISTA ILLUSTRADA. Grandes homens? **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, 1911, p. 3.

RIALTO, João. Ellas. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 754, 2 dez. 1922, p. 11.

ROCHA, Francisco Franco. Causas da Loucura. In: **Estatísticas e Apontamentos**: Hospício de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 8º folheto, 1901, s.p.

ROLANDO. Ao rodar do bond. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 28, 22 jul. 1876, p. 7.

ROMERO, Sylvio. **Historia da litteratura brasileira**. Vol. I. 1500-1830. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

ROMERO, Sylvio. **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo I: 1500-1830. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902a.

ROMERO, Sylvio. **O elemento portuguez no Brasil**: Conferencia. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902b.

RONCARD, Pierre de. Complainte contre Fortune. In: **Les Poemes de Ronsard**. Tome troisieme. Paris: Gabriel Buon, 1560, p. 82-90.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Les Confessions de J. J. Rousseau**. Vol. I. Londres: [s.n.], 1782.

RUSSELL, George W. **Co-operation and Nationality**: A Guide for Rural Reformers from This to the Next Generation. Dublin: Maunsel and Company, 1912.

SABOIA, Leandro [Carlos Drummond de Andrade]. Ganimedes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 6.980, 1 mar. 1951, p. 4.

SAVAGE, John. **'98 and '48**: The Modern Revolutionary History and Literature of Ireland. New York: P. J. Kennedy, 1882.

SCHREBER, Daniel Paul. **Denkwürdigkeiten eines Nervenkranken**: Nebst Nachträgen und einem Anhang über die Frage: "Unter welchen Voraussetzungen darf eine für geisteskrank erachtete Person gegen ihren Willen in einer Heilanstalt festgehalten werden?". Leipzig: Verlag Oswald Mutze 1903.

SCULLY, Denys. **An Irish Catholic's Advice to his Brethren, How to Estimate their Present Situation, and Repel French Invasion, Civil Wars, and Slavery**. London: G. Gordon, 1803.

SETH [Álvaro Martins]. Heliogabalo. **O Gato**: Album de caricaturas, Rio de Janeiro, n. 1, 1911, p. 13.

SERVA, Mário Pinto. Iniciativa histórica. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, mar. 1922, p. 6.

SERVA, Mário Pinto. **A virilização da raça**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

SETÚBAL, Paulo. **O Romance do Prata** (Episódio Histórico). São Paulo: Saraiva, 1950.

SHAKESPEARE, William. The Comedy of Errors. In: **The Plays of William Shakespeare**. Vol. II. London: Printed for C. Bathurst *et alli*, 1733a[1594], p. 145-221.

SHAKESPEARE, William. The Life of Henry V. In: **The Plays of William Shakespeare**. Vol. VI. London: Printed for C. Bathurst *et alli*, 1733b [1599], p. 1-147.

SHAKESPEARE, William. Hamlet, Prince of Denmark. In: **The Plays of William Shakespeare**. Vol. X. London: Printed for C. Bathurst *et alli*, 1733c[1599-1601], p. 143-353.

SHAW, George Bernard. **Captain Brassbound's Conversion**: an adventure. London: Archibald Constable, 1906.

SHAW, George Bernard. John Bull's Other Ireland. In: **John Bull's Other Ireland and Major Barbara**. New York: Brentano's, 1907a, p. 1-126.

SHAW, George Bernard. Preface for Politicians. In: **John Bull's Other Ireland and Major Barbara**. New York: Brentano's, 1907b, p. v-lxii.

SHEEHY, J. S. The Need of an Irish 'Boys' Paper. **The College Chronicle**, Castleknock 2, n. 24, p. 32, 1909.

SHERMAN, Stuart P. The exoticism of John Synge. In: **On contemporary literature**. New York: Henry Holt & Company, 1917, p. 190-210.

SILVA, António de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo II. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Cyro. **Floriano Peixoto**: o consolidador da República. São Paulo: Edagert, 1963.

SILVA, Joaquim Carneiro da. **Ad monvmentvm aeternvm divi Iosepho I.** Lisboa: Regia Officina, 1775.

SILVA, Homem da. Mulheres-homens. **A Pihéria**, Recife, ano 3, n. 95, 21 jul. 1923, p. 14.

SINN FÉIN. Oisin's Address to his Clann. **Sinn Féin**, 14 maio 1910, s.p.

SIRIUS [Edward Martyn]. **Morgante the Lesser**: His Notorious Life and Wonderful Deeds. London: Swan Sonnenschein, 1890.

SODRÉ, Alvaro. As modernas Salomé...**Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 5, 31 jan. 1920, p. 19.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879[1587].

SOUTO, Luiz Felipe Vieira Souto: Dois românticos brasileiros. **Boletim da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

SPARLING, Christopher J. **The Irish-Canuck-Yankee**. Chicago: M. A. Donohue, 1913.

SPENCER, Edmund. **A View of the State of Ireland**. Dublin: Hibernia Press, 1809[1596].

STRABO. **The Geography of Strabo**. Vol. I. London: Henry G. Bohn, 1854.

SWIFT, Jonathan. The Story of the Injured Lady, Written by Herself. In: **The works of Jonathan Swift**. Vol. VIII. Dublin: George Falknen, 1746, p. 294-303.

SYMONDS, John Addington. **A Problem in Greek Ethics**: Being an Inquiry into the Phenomenon of Sexual Inversion Addressed Especially to Medical Psychologists and Jurists. London: n.d., 1883[1873].

SYNGE, John M. **The Aran Islands**. Dublin: Maunsel & Co., 1907.

SYNGE, John Millington. **In Wicklow, West Kerry, The Congested Districts, Under Ether**. Boston: John W. Luce, 1912.

SEMPRONIO [Franklin Tavora]. Obras de J. de Alencar – A Iracêma. In: CINCINATO, Lucio (Coord.). **Questões do dia**: observações políticas e litterárias. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Imparcial, 1871, p. 68-71.

SEMPRONIO [Franklin Tavora]. **Cartas a Cincinnato**: Estudos críticos de Semprônio sobre O Gaúcho e Iracema. Recife: J. W. de Medeiros, 1872.

TENNYSON, Alfred. **In Memoriam**. London: Edward Moxon, 1850.

TENNYSON, Alfred. **The Poems of Tennyson**. Berkeley: University of California Press, 1987.

TENNYSON, Hallam. **Alfred Tennyson**: A memoir by his Son. Vol. II. London: Macmillan, 1897.

TERTULIANUS. Apologeticus. In: **Opera** (Pars I, Libri Apologetici). Ed. E. F. Leopold. Lipsiae [Leipzig]: Tauchnitz, 1839a[197 d.C.], p. 53-128.

TERTULIANUS. De Cultu Feminarum (Lib. I). In: **Opera** (Pars I, Libri Apologetici). Ed. E. F. Leopold. Lipsiae [Leipzig]: Tauchnitz, 1839b[197 d.C.], p. 78-85.

THEVET, André. **Les Singularitez de la France Antarctique**: Nouvelle edition, avec notes et commentaires par Paul Gaffarel. Paris: Maisonneuve et Cie, 1878.

TISSOT, Samuel Auguste André David. **L'Onanisme**: dissertation sur les maladies produites par la masturbation. Lausanne: Chez Marc Chapuis, et Compagnie, 1764.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**: Primeira Parte – a Constituição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1914.

TORRES, Antônio. **As Razoens da Inconfyendencia**. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1925.

TULLIO, A. da Sylva. Um imperio que Deos nos deu a crear. **Revista Universal Lisbonense**, n. 29, 21 abr. 1842, p. 341.

TYNAN, Patrick J. P. **The Irish National Invincibles and their Times**. London: Chatham & Co., 1896.

UNITED IRISHMAN. Gaelic Manhood. **United Irishman**, 3 fev. 1906, s.p.

VASCONCELLOS, A. A. Teixeira de. O Barão de Mauá. **Revista Contemporanea de Portugal e Brazil**, ano 3, p. 113-123, 1861.

VASCONCELLOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil**: e do que obrarão seus filhos nesta parte do Nouo Mundo. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil. E dos fundamentos que nellas lançarão, & continuarão seus religiosos em quanto alli trabalhou o padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial dessa Provincia, com sua vida, e morte digna de memoria: e alguas noticias antecedentes curiosas, & necessarias das cousas daquelle estado. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1663.

- VAUGHAN, Henry. Vanity of Spirit. In: **The Sacred Poems and Private Ejaculations of Henry Vaughan**. London: Pickering, 1847[1650], p. 32-33.
- VEGA, Lope de. El Brasil Restituído. In: **Obras de Lope de Vega**. Tomo XIII. Madrid: Establecimiento Tipográfico “Sucesores de Rivadeneyra”, 1902[1625], p. 75-106.
- VEIGA, Evaristo da (?). Hymno Nacional Brasiliense. **Correio do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 154, 16 out. 1822, s.p.
- VEIGA LIMA. Consultorio Medico. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 42, 13 out. 1923, p. 44.
- VERIM, Julio. Tristes legados. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 595, jul. 1890, p. 2.
- VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Pará: Editora Tavares Cardoso & Cia, 1890.
- VERÍSSIMO, José. Sonhos Funestos: drama de assumpto colonial em tres actos e quatro quadros de Rodrigo Octavio [sessão Bibliographia]. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, tomo III, 15º fascículo, 1 ago. 1895, p. 189-190.
- VESPUCCI, Amerigo. **Albericus Vespuccius Laurentio Petri Francisci de Medicis salutem plurimam dicit** [Mundus novus]. Paris: F. Baligault & J. Lambert, 1503.
- VESPUCCI, Amerigo. **Quatuor Navigationes**. [s.l.]: [n.e.], 1532.
- VIANNA, Anastacio. O amor da patria – I (A Olavo Bilac). **Gazeta Academica**: Periodico dos alumnos da Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, 15 jul. 1883, p. 3.
- VICENTE, Gil. Auto da Barca do Purgatório. In: **Obras de Gil Vicente**. Tomo I. Ed. José V. Barreto Feio; José Gomes Monteiro. Hamburgo: Officina Typographica de Langhoff, 1834a, p. 246-273.
- VICENTE, Gil. Faça chamada “Auto da Fama”. In: **Obras de Gil Vicente**. Tomo III. Ed. José V. Barreto Feio; José Gomes Monteiro. Hamburgo: Officina Typographica de Langhoff, 1834b, p. 44-62.
- VIDA SPORTIVA. Coelho Netto. **Vida Sportiva**, ano 2, n. 31, Rio de Janeiro, 23 mar. 1918, p. 3.
- VIEIRA, Afonso Lopes. **Afonso Lopes Vieira (verso e prosa)**. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1925.
- VIEIRA, António. Sermao do Espirito Santo. In: **Sermoes do P. Antonio Vieira, da Compahia de IESU, Prégador de Sua Magestade**. Parte III. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1683, p. 392-429.

VIEIRA, António. Sermão da Sexagesima: Prégado na capella real, no ano de 1655. In: **Sermões do Padre Antonio Vieira**. Tomo I. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1854[1655], p. 249-279.

VIEIRA, António. **Obras completas do Padre António Vieira**: Sermões. Porto: Lello & Irmão, 15 tomos, 5 vols. (pref. e revisto pelo Padre Gonçalo Alves). Vol. V, 1959.

VILLARES, Henrique Dumont. **Quem Deu Asas ao Homem**: Alberto Santos Dumont – Sua vida e sua glória. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

V. M. [Valentim Magalhães]. Semana litteraria. **A Noticia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 293, 20-21 nov. 1895, p. 1.

VOGT, Carl. **Lectures on man**: his place in creation, and in the history of the earth. Trad. James Hunt. London: Anthropological Society, 1864.

VOL-TAIRE. Almanach das Glorias VI: João do Rio. **Careta**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 103, 21 maio 1910, p. 1.

WALDSEEMÜLLER, Martin. **Universalis Cosmographia Secundum Ptholomaei Traditionem et Americi Vespucii Alioru[m]que Lustrationes**. Strasbourg: Vrbs Deodate [St. Dié]: [Walter et Nikolaus Lud], 1507.

WALSH, John Edward. **Ireland Sixty Years Ago**. Dublin: James M'Glashan, 1851.

WALSH, Robert. **Notices of Brazil**: in 1828 and 1829. London: Frederick Westley & A. H. Davis, 1830.

WEEKLY FREEMAN. Victory!!!. **Weekly Freeman**, 9 mar. 1889, s.p. (suplemento).

WEININGER, Otto. **Geschlecht und Charakter**: Eine Prinzipielle Untersuchung. Vienna: Braumüller, 1903.

WOOLF, Virginia. **The letters of Virginia Woolf**. Ed. Nigel Nicolson, Joanne Trautmann. London: Hogarth Press, 1979. v. 5.

YEATS, John Butler. The Modern Woman: Reflections on a New and Interesting Type. **Essays in Irish and American**. Dublin: The Talbot Press Ltd.; London: T. Fisher Unwin Ltd., 1918, p. 63-73.

YEATS, John Butler. **J. B. Yeats**: Letters to His Son W. B. Yeats and Others, 1869-1922. Ed. Joseph Hone. London: Faber and Faber, 1944.

YEATS, William Butler. The Celtic Element in Literature. In: **Ideas of Good and Evil**. London: A. H. Bullen, 1903, p. 270-295.

YEATS, William Butler. Preface. In: **Poems**: 1899-1905. London: A. H. Bullen; Dublin: Maunsel & Co., 1906, p. xi-xv.

YEATS, William Butler. Cathleen ni Houlihan. In: YEATS, William Butler; GREGORY, Lady Augusta. **The Unicorn from the Stars and Other Plays**. New York: The Macmillan Company, 1908, p. 135-167.

YEATS, William Butler. **Reveries over Childhood and Youth**. Churchtown: The Cuala Press, 1915.

YEATS, William Butler. **The Winding Stair**: Manuscript materials. Ed. David. B. Clark. Ithaca: Cornell University Press, 1929.

YEATS, William Butler. **Letters to the New Island**. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

YEATS, William Butler. **Dramatis personae, 1896-1902**: Estrangement, The Death of Synge, The Bounty of Sweden. London: The Macmillan Company, 1936a.

YEATS, William Butler. Introduction. In: YEATS, William Butler (Ed.). **The Oxford book of modern verse: 1892-1935**. Oxford: Clarendon Press, 1936b, p. xxi-xxii.

YEATS, William Butler. **Letters on Poetry from W. B. Yeats to Dorothy Wellesley**. Ed. Dorothy Wellesley. London: Oxford University Press, 1940.

YEATS, William Butler. **Letters to Katharine Tynan**. Ed. Roger Joseph McHugh. Dublin: Clonmore and Reynolds, 1953.

YEATS, William Butler. **The Letters of W. B. Yeats**. Ed. Alan Wade. London: Rupert Hart-Davis, 1954.

YEATS, William Butler. Coole Park and Ballylee. In: **The Collected Poems of William Butler Yeats**. New York: Macmillan, 1956, p. 96-98.

YEATS, William Butler. **Explorations**. New York: Collier Books, 1962.

YEATS, William Butler. **Essays and introductions**. New York: Collier Books, 1968.

YEATS, William Butler. **Uncollected Prose of W. B. Yeats**: First Reviews and Articles 1886-1896. Ed. John P. Frayne. London: Macmillan, 1970.

YEATS, William Butler. **Memoirs**. Ed. Denis Donoghue. London: Macmillan, 1972.

YEATS, William Butler. **The Speckled Bird**. Ed. William H. O'Donnell. Toronto: McClelland and Stewart, 1976.

YEATS, William Butler. Easter 1916. In: **The Collected Poems of W. B. Yeats**. Ware: Wordsworth Editions, 2000, p. 152-154.

YEATS, William Butler; GONNE, Maude. **The Donne-Yeats Letters: 1893-1938**. Ed. Ana MacBride White e A. Norman Jeffares. New York: Norton, 1994.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

## REFERÊNCIAS

---

- ABRAHAM, Karl. Untersuchungen über die früheste prägenitale Entwicklungsstufe der Libido. **Internationale Zeitschrift für Ärztliche Psychoanalyse**, v. 4, p. 71-97, 1916.
- ABREU, João Capistrano de. O descobrimento do Brasil. In: **Livro do Centenário (1500-1900)**. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 1-55.
- ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **Topoi**, v. 11, n. 20, p. 92-113, 2010.
- ADELMAN, Jeremy. Introduction: The Problem of Persistence in Latin American History. In: ADELMAN, Jeremy (Ed.). **Colonial Legacies: The Problem of Persistence in Latin American History**. New York: Routledge, 1999, p. 1-13.
- ADORNO, Theodor. Freudian theory and pattern of fascist propaganda. In: **Soziologische Schriften I**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972, p. 408-439.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: Il potere sovrano e la nuda vita**. Torino: Einaud, 1995.
- ALBERT, Sidney P. Evangelizing the Garden City? In: LARSON, Gale K. (Ed.). **Shaw and History**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999, p. 41-77.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Stéréotypes et clichés: langue, discours, société**. Paris: Éditions Nathan, 1997.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1983.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Futebol: uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 7-66.
- ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinities: Football, Polo and the Tango in Argentina**. Oxford, New York: Berg Publishers, 1999.
- ARENS, William. **The Man-Eating Myth: Anthropology and Anthropophagy**. New York: Oxford University Press, 1979.
- ARIÈS, Philippe. **L’Enfant et la vie familiale sous l’ancien régime**. Paris: Plon, 1960.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Antônio C. Amaral e Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARMON, Shifra. **Masculine Virtue in Early Modern Spain**. London, New York: Routledge, 2016.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Key Concepts in in Post-Colonial Studies**. London, New York: Routledge, 1998.

ATTRIDGE, Derek; HOWES, Marjorie (Eds.). **Semicolonial Joyce**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BANDEIRA. Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BANVILLE, John. The Ireland of de Valera and O’Faolain. **The Irish Review**, n. 17-18, p. 142-152, 1995.

BARCELLOS, José Carlos. Identidades problemáticas: configurações do homoerotismo em narrativas brasileiras e portuguesas (1881-1959). **Boletim de Estudos Portugueses**, Belo Horizonte, v. 18, n. 23, p. 7-41, jul./dez. 1998.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Convívio, EdUSP, 1986.

BARROSO, Gustavo. **O Brasil na lenda e na cartografia antiga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

BARTHES, Roland. **Mythologies**. Paris: Seuil, 1963.

BARTHES, Roland. La mort de l’auteur. **Manteia**, n. 5, p. 12-17, 1968.

BARTHES, Roland. **Roland Barthes par Roland Barthes**. Paris: Seuil, 1980.

BARTRA, Roger. **El salvaje en el espejo**. México, DF: Ediciones Era, 1992.

BASTO, Fernando L. B. **Ex-Combatentes Irlandeses em Taperoa**. Rio de Janeiro: Editorial Vozes, 1971.

BATAILLE, Georges. **L’erotisme**. Paris: Minuit, 1957.

BAUERLE, Ruth. Dancing a Pas de Deux in *Exile’s Ménage Quatre*; or, How Many Triangles Can You Make Out of Four Characters If You Take Them Two at a Time? In:

- BEJA, Morris; NORRIS, David (Eds.). **Joyce in the Hibernian metropolis**: essays. Columbus: Ohio State University Press, 1996, p. 150-163.
- BEATTIE, Peter. **The Tribute of Blood**: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil (1864-1945). Durham: Duke University Press, 2001.
- BEATTY, Aidan. **Masculinity and Power in Irish Nationalism**: 1884-1938. New York: Palgrave MacMillan, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Ursprung des deutschen Trauerspiels**. Berlin: Ernst Rowohlt, 1928.
- BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: **Gesammelte Werke**. Vol. 1. Frankfurt: Suhrkamp, 1974, p. 691-704.
- BENNINGTON, Geoffrey. Postal Politics and the Institution of the Nation. In: BHABHA, Homi (Ed.). **Nation and Narration**. London, New York: Routledge, 1990, p. 121-137.
- BENNINGTON, Geoffrey. **Interrupting Derrida**. London, New York: Routledge, 2000.
- BERNHEIMER, Charles. **Decadent Subjects**: The Idea of Decadents in Art, Literature, Philosophy, and Culture of the Fin de Siècle in Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.
- BESSE, Susan K. Crimes of passion: the campaign against wife killing in Brazil, 1910-1940. **Journal of Social History**, v. 22, n. 4, p. 653-666, 1989.
- BESSE, Susan K. **Restructuring Patriarchy**: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- BHABHA, Homi K. Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority Under a Tree Outside Delhi, May 1817. **Critical Inquiry**, v. 12, n. 1, p. 144-165, 1985.
- BHABHA, Homi K. Sly civility. **October**, v. 34, p. 71-80, 1985.
- BHABHA, Homi K. DissemiNation: Time, Narrative, and the Margins of the Modern Nation. In: **The Location of Culture**. London, New York: Routledge, 1994, p. 139-170.
- BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio. **Música em questão**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- BOEHMER, Elleke. **Stories of Women**: Gender and narrative in the postcolonial nation. Manchester, New York: Manchester University Press, 2005.
- BONNICI, Thomas. A literatura brasileira é pós-colonial? In: **O pós-colonialismo e a literatura**: estratégias de leitura. Maringá: EdUEM, 2000, p. 319-334.

BORTOLOTTI, Marcelo. Erotismo, poesia e psicanálise em entrevista inédita de Drummond. **Folha de São Paulo**. Ilustríssima, domingo, 8 jul. 2012, s.p. Disponível em: < <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/07/1116430-erotismo-poesia-e-psicanalise-em-entrevista-inedita-de-drummond.shtml>> Acesso: 25 mar. 2018.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1978.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. A Parábola das Vanguardas Latino-Americanas. In: SCHWARTZ, Jorge (Org.). **Vanguardas Latino-Americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos**. São Paulo: EdUSP/Iluminuras/FAPESP, 1995, p. 19-28.

BÖSS, Michael. Country of Light: The Personal Nation of Patrick Pearse. **Irish University Review**, v. 30, n. 2, p. 272-288, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Sport and social class. **Social Science Information**, v. 17, n. 6, p. 819-840, 1978.

BOWEN, Jean; BOWEN, Desmond. **Heroic Option: The Irish in the British Army**. London: Pen & Sword Books, 2005.

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. **Sorting Things Out: Classification and its Consequences**. Cambridge: MIT Press, 1999.

BRADSHAW, Brendan; HADFIELD, Andrew; MALLEY, Willy (Eds.). **Representing Ireland: Literature and the Origins of Conflict – 1534-1660**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Teorias do espaço literário**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRANDÃO, Ruth Silviano. **Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Editora UFMG, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II**. Paris: Colin, 1949.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: La longue durée. In: **Écrits sur l'histoire**. Paris: Flammarion, 1969, p. 41-83.

BRESSON, Robert. **Notes sur le cinématographe**. Paris: Gallimard, 1975.

BRISTOW, Joseph. **Empire Boys: Adventures in a Man's World**. London: Harper Collins, 1991.

BRODSKY, Joseph. Nobel Lecture, December 8, 1987. In: FRANGSMYR, Tore; ALLÉN, Sture (Eds.). **Nobel Lectures: Literature (1981-1990)**. Singapore: World Scientific, 1993, p. 106-116.

BRYANT, Sophie. **The Genius of the Gael: A Study in Celtic Psychology and its Manifestations.** London, Leipsic: T. Fisher Unwin, 1913.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel, Haiti and Universal History.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity.** New York: Routledge, 1990.

CAHILL, Thomas. **How the Irish Saved Civilization.** New York: Doubleday, 1995.

CAIRNS, David; RICHARDS, Shaun. **Writing Ireland: Colonialism, Nationalism and Culture.** Manchester: Manchester University Press, 1988, p. 42-57.

CAMPBELL, Brian. The Marriage of Soldiers under the Empire. **The Journal of Roman Studies**, v. 68, p. 153-166, 1978.

CAMPOS, Haroldo de. Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração. **Revista Colóquio/Letras**, n. 62, p. 10-25, jul. 1981.

CANÇADO, José Maria. **Os Sapatos de Orfeu: Biografia de Carlos Drummond de Andrade.** São Paulo: Editora Globo, 1993.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira.** Vol. II. Momentos Decisivos. São Paulo: Martins, 1962.

CANNING, Kathleen. Feminist history after the linguistic turn: historicizing discourse and experience. **Signs**, v. 19, n. 2, p. 368-404, 1994.

CANTARINO, Geraldo. **Uma ilha chamada Brasil: o paraíso irlandês no passado brasileiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARROLL, Clare; KING, Patricia (Eds.). **Ireland and Postcolonial Theory.** Cork: Cork University Press, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Brazil: sueños y frustraciones. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (Comp.). **Crear la nación: Los nombres de los países de América Latina.** Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 17-40.

CASTLE, Gregory (Ed.). **Postcolonial Discourses: An Anthology.** Malden: Blackwell Publisher, 2001.

CAULFIELD, Sueann. **In Defense of Honor: Sexual Morality, Modernity and Nation in Early-Twentieth-Century Brazil.** Durham: Duke University Press, 2000.

- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien**: I. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1980.
- CERTEAU, Michel de. **Heterologies**: Discourses on the Other. Trad. Brain Massumi. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- CESARINO, Leticia M. C. N. Brazilian postcoloniality and South-South cooperation: a view from anthropology. **Portuguese Cultural Studies**, n. 4, p. 85-113, 2012.
- CHARTIER, Roger. Popular Culture: A Concept Revisited. **Intellectual History Newsletter**, v. 15, p. 3-13, 1993.
- CHATTERJEE, Partha. **Nationalist Thought and the Colonial World**: A Derivative Discourse? Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.
- CHATTERJEE, Partha. Whose Imagined Community? In: **The Nation and its Fragments**: Colonial and Post-Colonial Histories. Delhi: Oxford University Press, 1993, p. 3-13.
- CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19-43.
- CIXOUS, Helene. Sorties: Out and Out: Attacks/Ways Out/Forays. In: CIXOUS, Helene; CLEMENT, Catherine. **The Newly Born Woman**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986, p. 63-132.
- COLE, Joshua. Intimate Acts and Unspeakable Relations. Remembering Torture and the War for Algerian Independence. In: HARGREAVES, Alex (Ed.). **Memory, Empire and Postcolonialism**: Legacies of French Colonialism. Lanham: Lexington Books, 2005, p. 125-141.
- COLI, Jorge. A pintura e a história. **Clio**, v. 15, p. 53-68, 2006.
- COMPAGNON, Antoine. **Les cinq paradoxes de la modernité**. Paris: Seuil, 1990.
- CONNELL, Robert W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- CONRADI, Peter. **Hitler's Piano Player**: The Rise and Fall of Ernst Hanfstaengl, Confidant of Hitler, Ally of FDR. New York: Carroll & Graf, 2004.
- COOGAN, Tim Pat. **Michael Collins**: The Man Who Made Ireland. Boulder: Robert Rinehart Publishers, 1996.
- COONTZ, Stephanie. **Marriage, a History**: From Obedience to Intimacy, or How Love Conquered Marriage. New York: Viking, 2005.
- CORRADINI, Luciano. Comunità scolastica: Bandiera ideologica o prospettiva pedagogica? **Orientamenti pedagogici**, v. 30, n. 4, p. 670-674, 1983.

COSGROVE, Art. (Ed.). **A New History of Ireland**. Vol. II. Medieval Ireland, 1169-1534. Oxford: Clarendon Press, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CRAWFORD, Katherine. **European Sexualities: 1400-1800**. New York: Cambridge University Press, 2007.

CROCE, Benedetto. **History as the Story of Liberty**. New York: Norton, 1941.

CRONIN, Michael. **Sport and Nationalism in Ireland**: Gaelic Games, Soccer and Irish Identity since 1884. Dublin: Four Courts Press, 1999.

CULLINGFORD, Elizabeth B. Thinking of Her...as...Ireland: Yeats, Pearse and Heaney. **Textual Practice**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 1990.

CULLINGFORD, Elizabeth B. Virgins and Mothers: Sinead O'Connor, Neil Jordan, and The Butcher Boy. **Yale Journal of Criticism**, v. 15, n. 1, p. 185-210, 2002.

CUNHA, Eneida Leal. **Estampas do imaginário**: literatura, cultura, história e identidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CYPESS, Sandra Messinger. **La Malinche in Mexican Literature**: From History to Myth. Austin: University of Texas Press, 1991.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness**: race and social policy in Brazil, 1917-1945. Durham: Duke University Press, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **Society and Culture in Early Modern France**: Eight Essays. Stanford: Stanford University Press, 1975.

D'AZEVEDO, Adelino José da Silva. **Este Nome**: Brazil: estudo e ensaio sôbre uma restituição etimológica. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1967.

DEAN, Joan F. **Riot and Great Anger**: Stage Censorship in Twentieth Century Ireland. Madison: University of Wisconsin Press, 2010.

DEANE, Seamus. **Civilians and Barbarians**: Field Day Pamphlet 3. Derry: Field Day Theatre Company, 1983.

DEANE, Seamus. Introduction. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward. **Nationalism, Colonialism, and Literature**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1990, p. 3-19.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **L'Anti-Œdipe**: capitalisme et schizophrénie. Vol. 1. Paris: Minuit, 1972.

LAYIWOLA, Dele (Ed.). **Understanding Post-Colonial Identities**: Ireland, Africa and the Pacific. Ibadan: Sefer Books, 2001.

- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **La Peur en Occident: XIV-XVIII siècles.** Paris: Fayard, 1978.
- DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie.** Paris: Editions de Minuit, 1967.
- DERRIDA, Jacques. La pharmacie de Platon. **Tel Quel**, n. 32/33, p. 3-48, 1968.
- DERRIDA, Jacques. Donner la mort. In: RABATÉ, Jean-Michel; WETZEL, Michael (Orgs.). **L'Éthique du don: Jacques Derrida et la pensée du don.** Paris: Métailié, 1992, p. 11-118.
- DERRIDA, Jacques. **Mal d'archive: une impression freudienne.** Paris: Editions Galilee, 1995.
- DERRIDA, Jacques. **Le monolinguisme de l'autre, ou, La prothèse d'origine.** Paris: Editions Galilée, 1996.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De quoi demain.... Dialogue.** Paris: Fayard/Galilée, 2001.
- DIJKSTRA, Bram. **Idols of perversity: Fantasies of feminine evil in fin-de-siècle culture.** Oxford: Oxford University Press, 1989.
- DOGGETT, Rob. **Deep-rooted things: empire and nation in the poetry and drama of William Butler Yeats.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2006.
- DOLLIMORE, Jonathan. **Sexual Dissidence: Augustine to Wilde, Freud to Foucault.** Oxford: Clarendon Press, 1991.
- DOOLEY, Thomas P. **Irishmen or English Soldiers? The Times and World of a Southern Catholic Irish Man (1876-1916) Enlisting in the British Army During the First World War.** Liverpool: Liverpool University Press, 1995.
- DORAIS, Michel. **L'homme désemparé – Les crises masculines: les comprendre pour s'en dépendre.** Montreal: VLB Éditeur, 1988.
- DOUGHERTY, Jane Elizabeth. The Last of the Milesians: The 1801 Anglo-Irish Marriage Contract and The Wild Irish Girl. **Journal for Eighteenth-Century Studies**, v. 35, n. 3, p. 391-405, 2012.
- DOUGLAS, Mary. **Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo.** London: Routledge & Kegan Paul, 1966.
- DOWLING, Linda. **Hellenism and Homosexuality in Victorian Oxford.** Ithaca: Cornell University Press, 1994.

DOWNS, Laura. If “woman” is just an empty category, then why am I afraid to walk alone at night? Identity politics meets the postmodern subject. **Comparative Studies in Society and History**, v. 35, n. 2, p. 414-437, 1993.

DUMÉZIL, Georges. **Heur et malheur du guerrier**: Aspects mythiques de la fonction guerrière Chez Les Indo-Europeens. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

DUNAE, Patrick A. Boys literature and the idea of empire, 1870-1914. **Victorian Studies**, v. 24, n. 1, p. 105-121, 1980.

EAGLETON, Terry. **Saint Oscar**. Derry: Field Day, 1989.

EAGLETON, Terry. Postcolonialism: The case of Ireland. In: BENNETT, David (Ed.). **Multicultural States**: Rethinking Difference and Identity. London: Routledge, 1998, p. 128-134.

EASLEA, Brian. **Science and Sexual Oppression**: Patriarchy’s Confrontation with Women and Nature. London: Weidenfeld & Nicolson, 1981.

EATON, Marcia Muelde. Aesthetics: The Mother of Ethics? **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, v. 55, n. 4, p. 355-364, 1997.

EDWARDS, Jason. The generation of the green carnation: sexual degeneration, the representation of male homosexuality, and the limits of Yeats’s sympathy. In: STEVENS, H.; STEPHENS, C. (Eds.). **Modernist Sexualities**. Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 41-55.

EDWARDS, Ruth D. **Patrick Pearse**: The Triumph of Failure. London: Victor Gollancz, 1977.

ELLMANN, Richard. W. B. Yeats’s second puberty. In: **Four Dubliners**: Wilde, Yeats, Joyce and Beckett. New York: George Braziller, 1986, p. 27-51.

ENDERS, Armelle. Un processus insolite d’émancipation. In: **Histoire du Brésil contemporain**: XIXe- XXe siècles. Bruxelles: Complexe, 1997, p. 14-31.

EPINOUX, Estelle. **Introduction to Irish History and Civilization**: Texts and Documents on Ireland. Limoges: Presses Universitaires de Limoges, 2007.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. **Identities Global Studies in Culture and Power**, v. 8, n. 4. p. 607-650, 2001.

FERGUSON, Margaret W. **Dido’s Daughters**: Literacy, Gender, and Empire in Early Modern Europe and France. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FERRITER, Diarmaid. **Occasions of Sin**: Sex and Society in Modern Ireland. London: Profile Books, 2009.

FIGARI, Carlos. **@s Outr@s Cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro (Séculos XVII ao XX). Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUERJ, 2007.

FISCHLER, Claude. Présentation. **Communications**, v. 31, n. 1, p. 1-3, 1979.

FLANNERY, Eóin. **Ireland and Postcolonial Studies**: Theory, Discourse, Utopia. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: Ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FONSECA, Maria Augusta. **Oswald de Andrade**: biografia. São Paulo: Globo, 2007.

FOSTER, Roy F. **W. B. Yeats**: A life. Vol. I: The Apprentice Mage, 1865-1914. Oxford: Oxford University Press, 1998.

FOSTER, Roy F. **W. B. Yeats**: A life. Vol. II: The Arch-Poet, 1915-1939. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses**: une archeologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, Michel. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**: La volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.

FRAZIER, Adrian. Queering the Irish Renaissance: The Masculinities of Moore, Martyn, and Yeats. In: BRADLEY, Anthony; VALIULIS, Maryann G. (Eds.). **Gender and Sexuality in Modern Ireland**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1997, p. 8-38.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Barbara. **Hy Brasil**: The Metamorphosis of an Island from Cartographic Error to Celtic Elysium. Amsterdam: Rodopi, 2013.

FREVERT, Ute. **Men of honour**: a social and cultural history of the duel. Cambridge: Polity Press, 1995.

FREUD, Anna. Die Identifizierung mit dem Angreifer. In: **Das Ich und die Abwehrmechanismen**. Wien: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1936, p. 125-139.

- FREUD, Sigmund. **Die Traumdeutung**. Leipzig, Wien: Franz Deuticke, 1899.
- FREUD, Sigmund. **Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie**. Leipzig, Wien: Franz Deuticke, 1905.
- FREUD, Sigmund. Der Familienroman der Neurotiker. In: RANK, Otto. **Der Mythos von der Geburt des Helden**. Leipzig, Wien: Franz Deuticke, 1909, p. 64-68.
- FREUD, Sigmund. Über "wilde" Psychoanalyse. **Zentralblatt für Psychoanalyse**, v. 1, n. 3, p. 91-95, 1910.
- FREUD, Sigmund. Psychoanalytische Bemerkungen über einen autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia (Dementia paranoides). **Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen**, v. 3, n. 1, p. 9-68, 1911.
- FREUD, Sigmund. **Totem und Tabu**: Einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker. Vienna: Hugo Heller, 1913.
- FREUD, Sigmund. Trauer und Melancholie. **Internationale Zeitschrift für Ärztliche Psychoanalyse**, v. 4, n. 6, p. 288-301, 1917.
- FREUD, Sigmund. **Die Frage der Laienanalyse**. Leipzig, Vienna, Zurich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1926.
- FREUD, Sigmund. **Das Unbehagen in der Kultur**. Wien: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1930.
- FREUD, Sigmund. Das Medusenhaupt. **Imago**: Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse, v. 25, p. 105-106, 1940.
- FREUD, Sigmund. Psychopathische Personen auf der Bühne. In: **Studienausgabe**. Bd. 10: Bildende Kunst und Literatur. Frankfurt am Main: Fischer, 1969, p. 163-168.
- FRIEDMAN, Susan Stanford. Creativity and the Childbirth Metaphor: Gender Difference in Literary Discourse. **Feminist Studies**, v. 13, n. 1, p. 49-82, 1987.
- FRYE, Marilyn. **The Politics of Reality**: Essays in Feminist Theory. Freedom: Crossing Press, 1983.
- GAUTHIER, Jules. **Le bovarysme**: la psychologie dans l'oeuvre de Flaubert. Paris: L. Cerf, 1892.
- GAY, Peter. **The Bourgeois Experience**: The cultivation of hatred. New York, Oxford: Oxford University Press, 1984.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- GENETTE, Gérard. **Figures III**. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

GIBBONS, Luke. **Transformations in Irish Culture**. Notre Dame: University of Notre dame Press, 1996.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. **The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination**. London: Yale University Press, 1979.

GILBERT, Sandra. Soldier's Heart: Literary Men, Literary Women, and the Great War. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 8, n. 3, p. 422-450, 1983.

GILMAN, Sander. **Difference and Pathology: Stereotypes of Sexuality, Race and Madness**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

GILMAN, Sander *et alli*. **Hysteria beyond Freud**. Berkeley: University of California Press, 1993.

GILMORE, Leigh. **Autobiographics: A Feminist Theory of Women's Self-Representation**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del '500**. Torino: Einaudi, 1976.

GIRARD, René. **Mensonge romantique et vérité romanesque**. Paris: Grasset, 1961.

GOMES, Heloísa Toller. The uniqueness of the Brazilian case: a challenge for Postcolonial Studies. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 4, p. 405-413, 2011.

GORDON, Cesar; HELAL, Ronaldo. The Crisis of Brazilian Football: Perspectives for the Twenty-First Century. **International Journal of the History of Sport**, v. 18, n. 3, p. 139-158, 2001.

GOULEMOT, Jean-Marie. **Ces livres qu'on ne lit que d'une main: Lecture et lecteurs de livres pornographiques au XVIIIe siècle**. Aix-en-Provence: Alinéa, 1991.

GREEN, James. **Beyond Carnival: Male Homosexuality in Twentieth-Century Brazil**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREENBLATT, Stephen. **Marvelous Possessions: The Wonder of the New World**. Oxford: Clarendon, 1992.

GRUNEAU, Richard. The Critique of Sport in Modernity: Theorising Power, Culture, and the Politics of the Body. In: DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph A.; PEARTON, Robert E. (Eds.). **The Sport Process: A comparative and developmental approach**. Champaign: Human Kinetics Publishers, 1993, p. 85-110.

GRUZINSKI, Serge. **La colonización del imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español (siglos XVI-XVII)**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

- GUREVICH, Aron. **Categories of Medieval Culture**. London: Routledge, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand Verlag, 1962.
- HAHNER, June. Jacobinos versus galegos: Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 18, n. 2, p. 125-153, 1976.
- HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- HALL, Stuart. The West and the rest: Discourse and power. In: HALL, Stuart; GIEBEN, Bram (Eds.). **Formations of Modernity**. Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992, p. 275-320.
- HALL, Stuart. Introduction: Who Needs Identity? In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (Eds.). **Questions of Cultural Identity**. London: Sage Publications, 1996, p. 1-17.
- HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Ed.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications, 1997, p. 13-74.
- HALPERIN, David. **Saint Foucault**: Towards a gay hagiography. New York: Oxford University Press, 1995.
- HANSEN, João Adolfo. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: Hedra/Editora Unicamp, 2006.
- HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.
- HARDMAN, Francisco. Antigos modernistas. In: NOVAES, Aduato (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 289-305.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HARPER-BILL, Christopher; VAN HOUTS, Elisabeth (Eds.). **A Companion to the Anglo-Norman World**. Woodbridge: Boydell, 2003.
- HARRIS, Daniel R. Effeminacy. **Michigan Quarterly Review**, v. 30, p. 72-81, 1991.
- HARRISON, Robert Pogue. **The Dominion of the Dead**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2003.
- HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. **Capital and Class**, n. 8, p. 1-33, 1979.

HARTOG, François. **Le miroir d'Hérodote**: Essai sur la représentation de l'autre. Paris: Gallimard, 1980.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (Orgs.). **Les Usages Politiques du Passé**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HAYES, Carlton J. H. **Nationalism**: A Religion. New York: Macmillan, 1960.

HENKE, Suzette. **James Joyce and the Politics of Desire**. New York: Routledge, 1990.

HEPPENHEIMER, Thomas A. **A Brief History of Flight**: From Balloons to Mach 3 and Beyond. New York: John Wiley & Sons, 2001.

HETHMON JR, Robert Henry. **The theatre's anti-self**: a study of the symbolism of Yeats' unpopular plays. 1956. Tese (Doutorado em Letras). Dept. of Speech and Drama, Stanford University, Stanford, 1956.

HOBBSAWM, Eric. Introduction: Inventing Traditions. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Eds.). **The Invention of Tradition**. Cambridge, London, New York: Cambridge University Press, 1984, p. 1-14.

HOBBSAWM, Eric. **The Age of Empire**: 1875-1914. New York: Pantheon, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. Vol. I. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

HOCKE, Gustave René. **Die Welt als Labyrinth**: Manierismus in der europäischen Kunst und Literatur. Hamburg: Rohwolt, 1957.

HOFSTADTER, Richard. The paranoid style in American politics. In: **The Paranoid Style in American Politics and Other Essays**. New York: Vintage Books, 1967, p. 3-40.

HOOPER, Glenn; GRAHAM, Colin (Eds.). **Irish and Postcolonial Writing**: History, Theory, Practice. New York: Palgrave, 2002.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialektik der Aufklärung**: Philosophische Fragmente. Amsterdam: Querido, 1947.

HORNEY, Karen. Zur Genese des Weiblichen Kastrationskomplexes. **Internationale Zeitschrift Fur Psychoanalyse**, v. 9, p. 2-26, 1923.

HOWE, Stephen. **Ireland and Empire**: Colonial Legacies in Irish History and Culture. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HULL, Eleanor. Legends and Traditions of the Cailleach Bheara or Old Woman (Hag) of Beare. **Folklore**, v. 38, n. 3, p. 225-254, 1927.

HULME, Peter. Polytopic Man: Tropes of Sexuality and Mobility in Early Colonial Discourse. In: BARKER, Francis; HULME, Peter; IVERSEN, Margaret; LOXLEY,

Diana (Eds.). **Europe and Its Others**. Vol. II. Colchester: University of Essex, 1985, p. 17-32.

HULME, Peter. **Colonial Encounters: Europe and the Native Caribbean**. London: Methuen, 1986.

HUMPHRIES, Madeleine. **The Life and Times of Edward Martyn: An Aristocratic Bohemian**. Dublin: Irish Academic Press, 2007.

HUNT, Alan. The Governance of Consumption: Sumptuary Laws and Shifting Forms of Regulation. **Economy and Society**, v. 25, n. 3, p. 410-427, 1996.

HUNT, Lynn. **The Family Romance of the French Revolution**. London: Routledge, 1992.

HUYSSSEN, Andreas. **Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

INGLIS, Tom. **Lessons in Irish Sexuality**. Dublin: University College Dublin Press, 1998a.

INGLIS, Tom. **Moral Monopoly: The Rise and Fall of the Catholic Church in Modern Ireland**. Dublin: University College Dublin Press, 1998b.

INNES, Catherine L. **The Cambridge Introduction to Postcolonial Literatures in English**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ISLAM, Gazi. Can the subaltern eat? Anthropophagic culture as a Brazilian lens on post-colonial theory. **Organization**, v. 19, n. 2, p. 159-180, 2011.

IZECKSOHN, Vitor. Quando era perigoso ser homem: Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 267-297.

JACQUES, Paola Bernstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EdUFBA, 2012.

JANMOHAMED, Abdul R. The Economy of Manichean Allegory: The Function of Racial Difference in Colonialist Literature. **Critical Inquiry**, v. 12, n. 1, p. 59-87, 1985.

JAUSS, Hans Robert. Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft. In: **Literaturgeschichte als Provokation**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970, p. 144-207.

JAY, Nancy. **Throughout Your Generations Forever: Sacrifice, Religion, and Paternity**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

JEFFARES, Alexander Norman. **W. B. Yeats: A New Biography**. London: Continuum, 2001.

JOHNSON, Barbara. **The Critical Difference**: Essays in the Contemporary Rhetoric of Reading. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

JOHNSON, Samuel. Cowley. In: **The lives of the most eminent English poets**: with critical observations on their works. In four volumes. A new edition, corrected. The first volume. London: Printed for C. Bathurst, J. Buckland, W. Strahan *et alli*, 1783, p. 1-100.

JONES, Ernest. The Island of Ireland: A Psycho-Analytical Contribution to Political Psychology. In: **Essays in Applied Psychoanalysis**. London, Vienna: The International Psycho-Analytical Press, 1923, p. 398-411.

JORDANOVA, Ludmilla. Natural Facts: A Historical Perspective on Science and Sexuality. In: MACCORMACK, Carol P.; STRATHERN, Marilyn (Eds.). **Nature, Culture and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 42-69.

JUDD, Catherine A. Male Pseudonyms and Female Authority in Victorian England. In: JORDAN, John. O.; PATTEN, Robert L. (Eds.). **Literature in the marketplace**: Nineteenth-century British publishing and reading practices. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 250-268.

JUNG, Carl Gustav. **Wandlungen und Symbole der Libido**: Beiträge zur Entwicklungsgeschichte des Denkens. Leipzig, Vienna: Franz Deuticke, 1912.

KAPPLER, Claude. **Monstres, démons et merveilles à la fin du Moyen Age**. Paris: Payot, 1980.

KEARNEY, Richard. Myth and Motherland. In: DEANE, Seamus *et alli* (Eds.). **Ireland's Field Day**. Derry: Field Day Theatre Company, 1985, p. 61-80.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on Gender & Science**. New Haven, London: Yale University Press, 1985.

KENNY, Kevin. The Irish in the Empire. In: KENNY, Kevin (Ed.). **Ireland and the British Empire**. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 90-122.

KERMODE, Frank. **The Sense of an Ending**: Studies in the Theory of Fiction. London: Oxford University Press, 1967.

KIBERD, Declan. **Inventing Ireland**: The Literature of the Modern Nation. London: Jonathan Cape, 1995.

KIBERD, Declan. Augusta Gregory's Cuchulain: The Birth of the Hero. In: **Irish Classics**. London: Granta, 2000, p. 399-419.

KILGOUR, Maggie. Foreword. In: GUEST, Kristen (Ed.). **Eating their Words**: Cannibalism and the Boundaries of Cultural Identity. Albany: State University of New York Press, 2001, p. vii-viii.

KING, Elen. **The Disease of Virgins**: Green-Sickness, Chlorosis and the Problems of Puberty. London: Routledge, 2003.

KING, Thomas. **The Gendering of Men: 1600-1750 – The English Phallus**. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

KLEIN, Melanie. Early Stages of Oedipus Conflict. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 9, p. 169-180, 1928.

KLEIN, Melanie. Notes on Some Schizoid Mechanisms. **International Journal of Psych-Analysis**, v. 27, p. 99-110, 1946.

KLEIN, Melanie. **Contributions to Psycho-Analysis: 1921-1945**. London: Hogarth, 1948.

KLEIN, Melanie. **Envy and Gratitude**. London: Tavistock, 1957.

KLIBANSKY, Raymond; SAXL, Fritz; PANOFSKY, Erwin. **Saturne et la Mélancolie**. Paris: Éditions Gallimard, 1989.

KOJÈVE, Alexandre. **Introduction à la lecture de Hegel: Leçons sur la phénoménologie de l'esprit, professées de 1933 à 1939 à l'École des Hautes-Études**. Ed. Raymond Queneau. Paris: Gallimard, 1947.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l'horreur: essai sur l'abjection**. Paris: Seuil, 1980.

LACAN, Jacques. L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud. **La Psychanalyse**, n. 3, p. 47-82, 1957.

LACAN, Jacques. Fonction et champ de la parole et du langage. In: **Écrits**. Paris: Seuil, 1966, p. 237-322.

LACAN, Jacques. **Le séminaire, Livre XI: les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse**. Paris: Seuil, 1973.

LACAN, Jacques. **Le Séminaire, Livre XX: Encore**. Paris: Seuil, 1975.

LACAN, Jacques. **Le Séminaire, Livre III: Les psychoses (1955-1956)**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

LACAN, Jacques. **Le Séminaire, Livre VII: L'éthique de la psychanalyse (1959-1960)**. Paris: Editions du Seuil, 1986.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAQUEUR, Thomas. **Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LARKIN, Emmet. The Devotional Revolution in Ireland, 1850-75. **American Historical Review**, v. 77, n. 3, p. 625-652, 1972.

LECOUTEUX, Claude. **Les monstres dans la pensée médiévale européenne**. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFORT, Claude. **L'Invention Démocratique**: Les limites de la domination totalitaire. Paris: Fayard, 1981.

LEITE, Joaquim da Costa. A viagem. In: PORTUGAL. Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses. **Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal**. Lisboa: CNCDP, 2000, p. 27-39.

LEJEUNE, Philippe. **Le Pacte Autobiographique**. Paris: Editions du Seuil, 1975.

LE RIDER, Jacques. **Modernité viennoise et crises de l'identité**. Paris: PUF, 1990.

LEVCOVITZ, Sergio. **Kandire**: O Paraíso Terreal – O Suicídio entre Índios Guaranis do Brasil. Rio de Janeiro: Espaço Tempo/Te Corá Editora, 1998.

LEVINSON, Jarrod. Introduction: aesthetics and ethics. In: LEVINSON, Jarrod (Ed.). **Aesthetics and Ethics**: Essays at the Intersection. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 1-25.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Les Structures Élémentaires de la Parenté**. Paris, Haia: Mouton, 1949.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Race et histoire**. Paris: Unesco, 1952.

LEWES, Darby. **Nudes from Nowhere**: Utopian Sexual Landscapes. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996, p. 23-40.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Harcourt and Brace, 1922.

LLOYD, David. **Anomalous States**: Irish Writing and the Post-Colonial Moment. Dublin: Lilliput, 1993.

LLOYD, David. Counterparts: 'Dubliners', Masculinity, and Temperance Nationalism. In: ATTRIDGE, Derek; HOWES, Marjorie (Eds.). **Semicolonial Joyce**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p.128-149.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/Postcolonialism**. London, New York: Routledge, 1998.

LOPES, Denilson. Uma história brasileira. In: **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002, p. 121-164.

LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da Saudade**: psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.

LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme**: Grundriß einer allgemeinen Theorie. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, humor e caricatura**: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **La Condition postmoderne**: Rapport sur le savoir. Paris: Minuit, 1979.

MACCANA, Proinsias. Women in Irish Mythology. **The Crane Bag**, v. 4, n. 1, p. 520-524, 1980.

MACDONNCHA, Mícheál. Determined Revolutionary. **An Phoblacht**, 14 out. 2004, s.p.

MAC LOCHLAINN, Piaras. **Last words**: letters and statements of the leaders executed after the rising at Easter 1916. Dublin: Stationary Office, 1990.

MADUREIRA, Luís. **Cannibal Modernities**: Postcoloniality and the Avant-garde in Caribbean and Brazilian Literature. Charlottesville, London: University of Virginia Press, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux méthodes de l'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1976.

MALAKIS, Emile. The first use of couleur locale in French literary criticism. **Modern Language Notes**, v. 60, n. 2, p. 98-99, 1945.

MALINOWSKI, Bronislaw. **The Sexual Life of Savages in North-Western Melanesia**: An ethnographic account of courtship, marriage and family life among the natives of the Trobriand Islands, British New Guinea. New York: Eugenics Publishing Company, 1929.

MANDLE, William Frederick. **The Gaelic Athletic Association and Irish Nationalist Politics**: 1884-1924. London: Croom Helm, 1987.

MAGALHÃES, Célia Maria. **Os monstros e a questão racial na narrativa pós-colonial brasileira**. 1997. 331f. Tese (Doutorado em Letras/Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

MARCUSE, Herbert. **Eros und Kultur**: Ein philosophischer Beitrag zu Sigmund Freud. Stuttgart: Klett, 1957.

MARTINS, Wilson. **O Modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1965.

MARX, Karl. **Das Kapital**: Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals. Hamburg: Verlag von Otto Meissner, 1867.

MCCANN, Frank D. **Soldiers of the Pátria**: A History of the Brazilian Army, 1889-1937. Stanford: Stanford University Press, 2004.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather**: race, gender and sexuality in the colonial contest. London: Routledge, 1995.

MCDEVITT, Patrick F. Muscular Catholicism: Nationalism, Masculinity and Gaelic Team Sports, 1884-1916. **Gender and History**, v. 9, n. 2, p. 262-284, 1997.

MCDEVITT, Patrick F. **May The Best Man Win**: Sport, Masculinity, and Nationalism in Great Britain and the Empire, 1880-1935. New York: Palgrave MacMillan, 2004.

MCLEOD, John. Introduction. In: MCLEOD, John (Ed.). **The Routledge Companion to Postcolonial Studies**. London, New York: Routledge, 2007a, p. 1-18.

MCLEOD, John (Ed.). **The Routledge Companion to Postcolonial Studies**. London, New York: Routledge, 2007b.

MCVEIGH, Robbie; ROLSTON, Bill. Civilising the Irish. **Race & Class**, v. 51, n. 1, p. 2-28, 2009.

MEAD, Margaret. **Male and Female**: A Study of the Sexes in a Changing World. New York: William Morrow, 1949.

MEIGS, Charles D. **Female and their diseases**: A series of letters to his class. Philadelphia: Lea & Blanchard, 1848.

MEMMI, Albert. **Portrait du colonisé, précédé par portrait du colonisateur**. Paris: Gallimard, 1957.

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature**: Women, Ecology, and the Scientific Revolution. New York: Harper & Row, 1980.

MICALE, Mark S. **Approaching Hysteria**: Disease and its Interpretations. Princeton: Princeton University Press, 1995.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs**: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 1999.

MILLER, Nancy K. **Subject to Change**: Reading Feminist Writing. New York: Columbia University Press, 1988.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes**: o corpo de herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILLS, Sara. **Discourses of difference**: an analysis of women's travel writing and colonialism. London: Routledge, 1991.

- MIRANDA, Wander Melo. **Nações Literárias**. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando. O drama público de Raul Pompéia: sexualidade e política no Brasil finissecular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 73-88, 2011.
- MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.
- MONTROSE, Louis. The Work of Gender in the Discourse of Discovery. **Representations**, n. 33, p. 1-41, 1991.
- MOORE, Andrew; GARIBALDI, Christopher (Eds.). **Flower Power**: The Meaning of Flowers in Art. London: Philip Wilson Publishers, 2003.
- MONTAÑO, John Patrick. **The Roots of English Colonialism in Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MORAN, Seán. Patrick Pearse and the European Revolt Against Reason. **Journal of the History of Ideas**, v. 50, n. 4, p. 625-643, 1989.
- MORANDO, Luiz. “Miloca que virou David”: intersexualidade em Belo Horizonte (1917-1939). **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 6, n. 8, p. 147-169, 2012.
- MORASH, Christopher. **A History of Irish Theatre**: 1601-2000. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MOSHER, Jeffrey C. Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. **Hispanic American Historical Review**, v. 80, n. 4, p. 881-912, 2000.
- MOSSE, George L. **Nationalism and sexuality**: Middle-class morality and sexual norms in modern Europe. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.
- MOSSE, George L. **The Image of Man**: the creation of modern masculinity. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- MOTT, Luiz. **O Sexo Proibido**: Virgens, Gays e Escravos nas Garras da Inquisição. Campinas: Papirus, 1988.
- MURPHY, Paul. J. M. Synge and the Pitfalls of National Consciousness. **Theatre Research International**, v. 28, n. 2, p. 125-142, 2003.
- MURPHY, William M. **Prodigal Father**: The Life of John Butler Yeats (1839-1922). Ithaca: Cornell University Press, 1978.
- MURRAY, Christopher. **Twentieth-Century Irish Drama**: Mirror Up to Nation. Manchester: Manchester University Press, 1997.

MURRAY, Edmundo. William Cotter, Irish Officer in Dom Pedro's army of Imperial Brazil. **Irish Migration Studies in Latin America**, v. 4, n. 3, p. 173-174, 2006.

MURRAY, Patrick. **Oracles of God: The Roman Catholic Church and Irish Politics 1922-37**. Dublin: University College Dublin Press, 2000.

MURRAY, Stuart; CHEW, Shirley; BECKET, Fiona. **Postcolonial Ireland**. Leeds: University of Leeds, 2004.

MUTRAN, Munira H. **Álbum de Retratos: George Moore, Oscar Wilde e William Butler Yeats no fim do século XIX: um momento cultural**. São Paulo: Humanitas, 2002.

NAGEL, Joanne. Masculinity and Nationalism: Gender and Sexuality in the Making of Nations. **Ethnic and Racial Studies**, v. 21, n. 2, p. 243-269, 1998.

NAIRN, Tom. **Faces of Nationalism: Janus Revisited**. London: Verso, 1997.

NAMASTE, Ki. "Tragic Misreadings": Queer Theory's Erasure of Transgender Subjectivity. In: BEEMYN, Brett; ELIASON, Mickey (Eds.). **Queer Studies: A Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Anthology**. New York: New York University Press, 1996, p. 183-203.

NANCY, Jean-Luc. **Corpus**. Paris: Métailié, 1992.

NANCY, Jean-Luc. **Hegel: L'inquiétude du négatif**. Paris: Hachette, 1997.

NANDY, Ashis. **The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism**. Delhi: Oxford University Press, 1983.

NEEDELL, Jeffrey D. **A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro**. New York: Cambridge University Press, 1987.

NOLAN, Jerry. **Six Essays on Edward Martyn (1859-1923), Irish Cultural Revivalist**. Lampeter: Edwin Mellen Press, 2004.

NOLASCO, Patricio. L'état de l'Etat-nation. Une approche de la question brésilienne. **Lusotopie**, p. 107-123, 1997.

NORONHA, Isabela. 'Essa é a minha honra', diz suspeito de mandar matar amante da mulher. São Paulo. Violência. **Globo.com**, 25 mar. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL363246-5605,00-ESSA+E+A+MINHA+HONRA+DIZ+SUSPEITO+DE+MANDAR+MATAR+AMANTE+DA+MULHER.html>> Acesso: 24 mar. 2018.

NYE, Robert A. Western Masculinities in War and Peace. **The American Historical Review**, v. 112, n. 2, p. 417-438, 2007.

O'MALLEY, Patrick. **Catholicism, Sexual Deviance, and Victorian Gothic Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. La Habana: Jesús Montero Editor, 1940.

OSBORNE, Chrissy. **Michael Collins Himself**. Cork: Mercier Press, 2003.

Ó SIÓCHÁIN, Séamus. **Roger Casement: Imperialist, Rebel, Revolutionary**. Dublin: Lilliput Press, 2008.

PAES, José Paulo. **Gregos e Baianos: Ensaio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAGDEN, Anthony. **The fall of natural man: The American Indian and the origins of comparative ethnology**. New York: Cambridge University Press, 1982.

PAGDEN, Anthony. Shifting Antinomies: European Representations of the American Indian Since Columbus. In: MADSEN, Deborah L. (Ed.). **Visions of America Since 1492**. New York: St. Martin's, 1994, p. 23-34.

PAGLIA, Camille. **Sexual Personæ: Art and Decadence from Nefertiti to Emily Dickinson**. New York: Vintage Books, 1990.

PARK, Katharine. **Secrets of Women: Gender, Generation, and the Origins of Human Dissection**. New York: Zone Books, 2006.

PARKER, Richard. Sexual Diversity, Cultural Analysis, and AIDS Education in Brazil. In: HERDT, Gilbert; LINDENBAUM, Shirley (Eds.). **The Time of AIDS: Social Analysis, Theory and Method**. Newbury Park: Sage Publications, 1992, p. 225-242.

PARKER, Richard. **Bodies, Pleasures, and Passions: Sexual Culture in Contemporary Brazil**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2009.

PARIS, Gaston. Études sur les romans de la table ronde: Lancelot du lac. **Romania**, v. 12, n. 48, p. 459-534, 1883.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PAYNE, Leanne. **Crisis in Masculinity**. Westchester: Crossway, 1985.

PAZ, Octavio. **El laberinto de la soledad**. México, D.F.: Cuadernos Americanos, 1950.

PENISTON-BIRD, Corinna. Classifying the Body in the Second World War: British Men in and out of Uniform. **Body & Society**, v. 9, n. 4, p. 31-48, 2003.

PEREC, Georges. **Penser/classer**. Paris: Achette, 1985.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O jogo dos sentidos: Os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.) **A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 195-231.

- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PIGLIA, Ricardo. Memoria y tradición. **Anais do II Congresso Abralic**. Belo Horizonte, v. 1, p. 60-66, 1991.
- PITTOCK, Murray. **Celtic Identity and the British Image**. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- POSNER, Nancy. **Retaking Brazil**: Glimpsing Ideology in Two Golden Age Comedias (Lope and Correa). Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). University of California, Santa Barbara, 1996.
- PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: Travel Writing and Transculturation: London, New York: Routledge, 1992.
- PRAZ, Mario. **La carne, la morte e il diavolo nella letteratura romantica**. Florença: Società Editrice “La Cultura”, 1930.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual**: prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.
- PRECIADO, Beatriz. Terror anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. In: HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**: Con “Terror anal”, de Beatriz Preciado. Madrid: Melusina, 2009, p. 133-174.
- PRICE, Merrall Llewelyn. **Consuming Passions**: The Uses of Cannibalism in Late Medieval and Early Modern Europe. London: Routledge, 2003.
- PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUIGLEY, Mark. **Empire’s Wake**: Postcolonial Irish Writing and the Politics of Modern Literary Form. New York: Fordham University Press, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidade. In: BONILLA, Heraclio (Ed.). **Los Conquistados**: 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Ethnocentrism, and Latin America. **Nepantla**: Views from the South, n. 3, p. 533-580, 2000.
- QUINN, Antoinette. Ireland/Herland: Women and Literary Nationalism, 1845-1916. In: BOURKE, Angela *et alli*. (Eds.). **Field Day Anthology of Irish Writing**. Cork: Cork University Press, 2002, p. 895-900.

RAMA, Angel. **Transculturación Narrativa en America Latina**. México, D.F.: Siglo XXI, 1982.

RAMA, Angel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Fundación Internacional Angel Rama, 1984.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: A representação do índio de Caminha a Vieira. São Paulo, Rio de Janeiro: EdUSP/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

RAMOS, Maria Luiza. **Psicologia e estética de Raul Pompéia**. 1957. Tese (Concurso para a Cátedra de Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1957.

RANK, Otto. **Das Trauma der Geburt und seine Bedeutung für die Psychoanalyse**. Leipzig, Vienna: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924.

RANK, Otto. **Der Doppelgänger**: Eine Psychoanalytische Studie. Leipzig, Vienna, Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1925.

RENAN, Ernest. **Qu'est-ce Qu'une nation?** Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882. Paris: Calmann Lévy, 1882.

RIBEIRO, Elzimar Fernanda Nunes. **Deus e o Diabo na Terra do Sol: Caramuru** como representação épica da colonização. 2007. 205f. Tese (Doutorado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. **O drama ético na obra de Graciliano Ramos**: leituras a partir de Jacques Derrida. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galego!** Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas**: o antilusitanismo na Primeira República. Rio de Janeiro: EdUFF, 2017.

RICHARDS, Jeffrey Richards (Ed.). **Imperialism and Juvenile Literature**. Manchester: Manchester University Press, 1989.

RICHER, Bodo L. Genesis and Fortunes of the Term 'Couleur Locale': A Review Article. **Comparative Literature Studies**, v. 3, n. 3, p. 299-308, 1966.

RIVIERE, Joan. Womanliness as masquerade. **The International Journal of Psychoanalysis**, v. 10, p. 303-313, 1929.

ROBINS, Robert S.; POST, Jerrold M. **Political Paranoia**: The Psychopolitics of Hatred. New Haven: Yale University Press, 1997.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio**: uma biografia. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna R. (Org.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210.

RUPAUL. **Letting it all hang out**: An autobiography. New York: Hyperion, 1995.

RUSSETT, Cynthia Eagle. **Sexual Science**: The Victorian Construction of Womanhood. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

RUSHDIE, Salman. **Shame**. London: Jonathan Cape, 1983.

RUTHERFORD, Ward. **Celtic Mythology**: Nature and Influence of Celtic Myth – From Druidism to Arthurian Legend. New York: Sterling, 1987.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. **Por el culo**: Políticas anales. Madrid, Barcelona: Editorial Egales, 2011.

SAID, Edward. **Orientalism**: Western Conceptions of the Orient. New York: Pantheon Books, 1978.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **O canibalismo amoroso**: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 245-266.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTIAGO, Silviano. **A semente, ou a impossibilidade de se escrever a origem**. Mimeografado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1974.

SANTIAGO, Silviano. Liderança e Hierarquia em Alencar. In: **Vale Quanto Pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 89-116.

SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In: **Nas malhas da letra**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a, p. 94-124.

SANTIAGO, Silviano. Por que e para que viaja o europeu? In: **Nas malhas da letra**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b, p. 189-205.

SANTIAGO, Silviano. **As raízes e o labirinto da América Latina**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. *Ilustríssima*. **Folha de São Paulo**, 07 set. 2014. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml>> Acesso: 10 abr. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo social**: Revista de Sociologia, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, p. 23-52, julho 2003.

SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. **Revista de Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 701-726, 2013.

SARLO, Beatriz. **Tiempo presente**: notas sobre el cambio de una cultura. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. **Cours de Linguistique Générale**. Paris: Payot, 1922.

SAWYER, Roger. **Casement**: The Flawed Hero. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.

SCHPUN, Monica Raisa. **Les années folles a São Paulo**: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929). Paris: L'Harmattan, 1997.

SCHUCHARD, Ronald. **The Last Minstrels**: Yeats and the Revival of Bardic Arts. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do romance Brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Between Men**: English Literature and Male Homosocial Desire. New York: Columbia University Press, 1985.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEGAL, Julia. **Melanie Klein**. London: Sage, 1992.

SHANLEY, Mary Lyndon. **Feminism, Marriage, and the Law in Victorian England, 1850-1895**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

SHAPIRO, Susan. 'Yon Plumed Dandebrot': Male 'Effeminacy' in English Satire and Criticism. **Review of English Studies**, v. 39, n. 155, p. 400-412, 1988.

SHOWALTER, Elaine. Representing Ophelia: women, madness, and the responsibility of feminist criticism. In: PARKER, Patricia; HARTMAN, Geoffrey (Eds.). **Shakespeare and the Question of Theory**. London: Methuen, 1985a, p. 77-94.

SHOWALTER, Elaine. **The Female Malady: Women, Madness and English Culture, 1830-1980**. London: Virago, 1985b.

SHOWALTER, Elaine. **Sexual Anarchy: Gender and Culture at the *Fin de Siecle***. New York, Viking, 1990.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. **Mil e uma noites de futebol: o Brasil moderno de Mário Filho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SINHA, Mrinalini. **Colonial Masculinity: The ‘Manly Englishman’ and the ‘Effeminate Bengali’ in the Late Nineteenth Century**. Manchester: Manchester University Press, 1995.

SISSON, Elaine. **Pearse’s Patriots: St. Enda’s and the Cult of Boyhood**. Cork: Cork University Press, 2004.

SMITH, Sidonie. Performativity, autobiographical practice, resistance. In: SMITH, Sidonie; WATSON, Julia (Eds.). **Women, Autobiography, Theory: A Reader**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998, p. 108-115.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOHN, Anne-Marie Sohn. **“Sois un homme!”: La construction de la masculinité au XIXe siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

SOMMER, Doris. **Foundational Fictions: The National Romances of Latin America**. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1991.

SONTAG, Susan. **Illness as Metaphor**. New York: Vintage, 1978.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Mãe negra de um povo mestiço: devoção à Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 29, n. 29, p. 85-102, 1996.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Uma rainha para a República. **Nossa História**, v. 1, n.12, p. 64-68, 2004.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPITZER, Leo. **Lives in Between: Assimilation and Marginality in Austria, Brazil, West Africa, 1780-1945**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary (Eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois, 1988, p. 271-313.

SQUIER, Susan M. **Liminal Lives: Imagining the Human at the Frontiers of Biomedicine**. Durham: Duke University Press, 2004.

STALLYBRASS, Peter; WHITE, Allon. **The Politics and Poetics of Transgression**. London: Methuen, 1986.

STEDMAN, Ray. **The Beginnings**. Waco: Word Books, 1978.

STEPAN, Nancy Leys. **The Idea of Race in Science: Great Britain, 1800-1960**. Hamden: Archon Books, 1982.

STEPAN, Nancy Leys. Race and Gender: The Role of Analogy in Science. *Isis*, v. 77, n. 22, p. 261-277, 1986.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenics in Brazil, 1917-1940. In: ADAMS, Mark B. (Ed.). **The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 110-152.

STEPAN, Nancy Leys. **"The Hour of Eugenics": race, gender, and nation in Latin America**. Ithaca, London: Cornell University Press, 1991.

STOLER, Ann L. **Race and the Education of Desire: Foucault's *History of Sexuality* and the Colonial Order of Things**. Durham: Duke University Press, 1995.

STOLER, Ann L.; COOPER, Frederick. Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda. In: COOPER, Frederick; STOLER, Ann L. (Eds.). **Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World**. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 1-56.

SUGDEN, John; BAIRNER, Alan. **Sport, Sectarianism and Society in a Divided Ireland**. Leicester: Leicester University Press, 1993.

TEAL, Laurie. Batlike Souls and Penile Tempresses: Gender Inversions in 'A Portrait of the Artist as a Young Man'. *Novel: A Forum on Fiction*, v. 29, n.1, p. 63-78, 1995.

THAPAR-BJÖRKERT, Suruchi; RYAN, Louise. Mother India/Mother Ireland: Comparative gendered dialogues of colonialism and nationalism in the early 20th century. **Women's Studies International Forum**, v. 25, n. 3, p. 301-313, 2002.

THIESSE, Anne-Marie. **La Création des Identités Nationales: Europe XVIII°- XX° siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

THIONG'O, Ngugiwa. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature**. London: James Currey; Nairobi: Heinemann Kenya; New Hampshire: Heinemann, 1986.

TIBEBU, Teshale. **Hegel and the Third World: The Making of Eurocentrism in World History.** Syracuse, New York: Syracuse University Press, 2011.

TIERNEY-TELLO, Mary. **Allegories of Transgression and Transformation: Experimental Fiction by Women Writing under Dictatorship.** Albany: State University of New York Press, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **La Conquête de l'Amérique: La question de l'autre.** Paris: Seuil, 1982.

TRAZEGNIES, Fernando de. **La Idea del Derecho en el Perú Republicano del Siglo XIX.** Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1980.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** São Paulo: Max Limonad, 1986.

TUBINO, Manuel José Gomes; SOUZA, Bruno Castro; VALLADÃO, Rafael. Uma análise acerca do conteúdo dos hinos oficiais e populares dos principais clubes cariocas de futebol da Primeira República ao Estado Novo. **Fitness & Performance Journal**, v. 8, n. 1, p. 56-67, 2009.

TURNER, Katherine. **British Travel Writers in Europe 1750-1800: Authorship, gender and national identity.** Aldershot: Ashgate, 2001.

URBAN, Andrew. Irish Domestic Servants, 'Biddy' and Rebellion in the American Home, 1850-1900. **Gender & History**, v. 21, n. 2, p. 263-286, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VALENTE, Joseph. The Myth of Sovereignty: Gender in the Literature of Irish Nationalism. **ELH**, v. 61, n. 1, p. 189-210, 1994.

VALENTE, Joseph. **James Joyce and the Problem of Justice: Negotiating Sexual and Colonial Difference.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VALENTE, Joseph. **The Myth of Manliness in Irish National Culture: 1880-1922.** Urbana: University of Illinois Press, 2011.

VARGO, Marc E. **Scandal: Infamous Gay Controversies of the Twentieth Century.** New York: Harrington Park, 2003.

VERSTRAETE, Beert C.; PROVENCAL, Vernon (Eds.). **Same-Sex Desire and Love in Greco-Roman Antiquity and in the Classical Tradition of the West.** Binghamton, New York: Harrington Park Press, 2005.

VICTOR, George. **Hitler: The Pathology of Evil.** Washington: Brassey's, 1998.

- VIEIRA, Else Ribeiro Pires. Liberating Calibans: Readings of *Antropofagia* and Haroldo de Campos' poetics of transcreation. In: BASSNETT, Susan; TRIVEDI, Harish (Eds.). **Post-Colonial Translation: Theory and Practice**. London: Routledge, 1999, p. 95-113.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, v. 35, p. 21-74, 1992.
- VON ALLENDORFER, Frederic. An Irish Regiment in Brazil, 1826-1828. **The Irish Sword**, v. 3, n. 10, p. 18-31, 1957.
- WALSHE, Eibhear (Ed.). **Sex, Nation and Dissent in Irish Writing**. Cork: Cork University Press, 1997.
- WARE, Séamus. Roger Casement: Traitor in England and hero in Ireland. **Journal of Olympic History**, p. 41-43, 2002.
- WARNER, Marina. **Alone of All Her Sex: The Myth and the Cult of the Virgin Mary**. London: Picador, 1976.
- WATSON, George. **Irish Identity and the Literary Revival: Synge, Yeats, Joyce, and O'Casey**. Washington: Catholic University of America Press, 1994.
- WATT, Stephen; MORGAN, Eileen; MUSTAFA, Shakir (Eds.). **A Century of Irish Drama: Widening the Stage**. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- WEBER, Max. **Grundriss der Sozialökonomik: Wirtschaft und Gesellschaft**. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.
- WEBER, Max. **Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus**. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1934.
- WIEGMAN, Robyn. **American anatomies: theorizing race and gender**. Durham: Duke University Press, 1995.
- WILLIAMS, Andrew P. (Ed.). **The Image of Manhood in Early Modern Literature: Viewing the Male**. Westport: Greenwood Press, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.; New York: Harcourt, Brace & Company, 1922.
- WITTIG, Monique. La pensee straight. **Questions féministes**, n. 7, p. 45-53, 1980.
- WOHL, Victoria. **Love Among the Ruins: The Erotics of Democracy in Classical Athens**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- WOOD, David. **Football and Literature in South America**. New York: Routledge, 2017.
- YOUNG, Robert. **White Mythologies: Writing, History and the West**. London: Routledge, 1990.

YOUNG, Robert. **Colonial Desire**: Hybridity in Theory, Culture and Race. London, New York: Routledge, 1995.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism**: An Historical Introduction. Oxford: Blackwell, 2001.

YUVAL-DAVIS, Nira; ANTHIAS, Floya. **Woman-Nation-State**. London: Macmillan, 1989.

## CRÉDITOS DAS IMAGENS

---

**Imagem 1.** *Deitada em berço esplêndido*. Título original: *America*. Autoria: Theodor Galle (c.a. 1580), a partir de Johannes Stradanus (ca. 1575). Data: ca. 1580. Fonte: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Theodor\\_Galle\\_after\\_Johannes\\_Stradanus.PNG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Theodor_Galle_after_Johannes_Stradanus.PNG)> Acesso: 20 fev. 2013.

**Imagem 2.** *Uma flor de mulher*. Título original: sem título. Autoria: Adriaan van de Spiegel. Data: 1626. Fonte: SPIGELIUS, Adrianus. **De Formato Foetu Liber**. Padua: J.B. de Martinis & L. Pasquatus, 1626.

**Imagem 3.** *Ao meu lado você está segura*. Título original: *The Irish 'Tempest'*. Autoria: Jonh Tenniel. Data: 1870. Fonte: PUNCH, OR THE LONDON CHARIVARI. *The Irish 'Tempest'*. **Punch, or the London Charivari**, 19 mar. 1870.

**Imagem 4.** Este, sim, é um homem! Título original: *The Rivals*. Autoria: Jonh Tenniel. Data: 1881. Fonte: PUNCH, OR THE LONDON CHARIVARI. *The Rivals*. **Punch, or the London Charivari**, 13 ago. 1881.

**Imagem 5.** *União venturosa*. Título original: *Alegoria ao juramento da Constituição brasileira de 1824*. Autoria: elaborada por Gianni e litografada por Charles de Lasteyrie. Data: 1824. Fonte: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/09/Alegoria\\_juramento\\_constitui%C3%A7%C3%A3o\\_1824.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/09/Alegoria_juramento_constitui%C3%A7%C3%A3o_1824.jpg)> Acesso: 15 mar. 2018.

**Imagem 6.** *Degenerados*. Título original: *Irische Kriegsleute und Bauern*. Autoria: Albrecht Dürer. Data: 1521. Fonte: <<https://uploads3.wikiart.org/images/albrecht-durer/irish-soldiers-and-peasants.jpg>> Acesso: 06 maio 2018.

**Imagem 7.** *Pronto para a guerra*. Título original: *The English-Irish Soldier, With his New Discipline, New Armes, Old Stomacke, and New Taken Pillage: who had Rather Eate than Fight*. Autoria: desconhecida. Fonte: PINKERTON, William. Unpublished Poems Relating to Ulster in 1642-43. **Ulster Journal of Archaeology**, v. 8, p. 153-171, 1860.

**Imagem 8.** *Dandy em pele de cordeiro*. Título original: *Parsons in Petticoats*. Autoria: desconhecida. Data: 1865. Fonte: PUNCH, OR THE LONDON CHARIVARI. *Parsons in Petticoats*. **Punch, or the London Charivari**, 10 jun. 1865.

**Imagem 9.** *Um imenso Portugal*. Título original: *Alegoria à Estátua Equestre de Dom José I*. Autoria: Eleutério Manuel de Barros. Data: 1775. Fonte: SILVA, Joaquim Carneiro da. **Ad monvmentvm aeternvm divi Iosepho I**. Lisboa: Regia Officina, 1775.

**Imagem 10.** *Alegres Trópicos*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: 1532. Fonte: VESPUCCI, Amerigo. **Quatuor Navigationes**. [s.l.]: [n.e.], 1532.

**Imagem 11.** *Sodoma e Gomorra tropical*. Título original: *Valboa Indos nefandum Sodomiae scelus committentes, canibus obijcit dilaniandos*. Autoria: Theodor de Bry.

Data: 1594. Fonte: BENZONI, Girolamo. **Americae pars quarta**: Sive, Insignis & admiranda historia de reperta primùm Occidentali India à Christophoro Columbo. Impressum Francofurti ad Moenum: Typis Ioannis Feyrabend, impensis Theodori de Bry, 1894.

**Imagem 12.** *Radiografia de uma doença feminina*. Título original: *Melencolia I*. Autoria: Albrecht Dürer. Data: 1514. Fonte: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7a/Albrecht\\_D%C3%BCrer\\_-\\_Melencolia\\_I\\_-\\_Google\\_Art\\_Project\\_%28\\_AGDdr3EHmNGyA%29.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7a/Albrecht_D%C3%BCrer_-_Melencolia_I_-_Google_Art_Project_%28_AGDdr3EHmNGyA%29.jpg)> Acesso: 06 fev. 2018.

**Imagem 13.** *Owen Roe O'Neill*. Título original: *Owen Roe at Benburb*. Autoria: Walter Charles Mills. Data: 1900. Fonte: MILLS, Walter Charles. Owen Roe at Benburb. **Irish Weekly Independent and Nation**, dez. 1900 (suplemento).

**Imagem 14.** *Charles Parnell*. Título original: *Victory!!!*. Autoria: desconhecida. Data: 1899. Fonte: WEEKLY FREEMAN. Victory!!!. **Weekly Freeman**, 9 mar. 1889 (suplemento).

**Imagem 15.** *Um deus greco-brasileiro*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: 1912. Fonte: **O Gato**: Album de caricaturas, ano 2, n. 62, 1912.

**Imagem 16.** *A República no trono*. Título original: *Alegoria da República*. Autoria: Manoel Lopes Rodrigues. Data: 1896. Fonte: <<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/88/Rodrigues-republica-mab.jpg>> Acesso: 06 fev. 2018.

**Imagem 17.** *Mamãe, eu quero mamar*. Título original: *Ainda o escandalo*. Autoria: Vasco Lima. Data: 1912. Fonte: LIMA, Vasco. Ainda o escandalo. **O Gato**: Album de caricaturas, ano 2, n. 63, 21 dez. 1912.

**Imagem 18.** *De peito aberto*. Título original: *Isso não é república é...ama de leite*. Autoria: Vasco Lima. Data: 1913. Fonte: LIMA, Vasco. Isso não é república é...ama de leite. **O Gato**: Album de caricaturas, ano 3, 22 mar. 1913.

**Imagem 19.** *O pranto da nação danada*. Título original: “*It is a pity there is no heir to such men*”. Autoria: John Dooley Reigh. Data: 1894. Fonte: REIGH, John Dooley. “It is a pity there is no heir to such men.” **United Ireland**, 17 mar. 1894 (suplemento).

**Imagem 20.** *O “atleta” irlandês*. Título original: *Irish Athletics – Or Disagreeing with Himself*. Autoria: S.H.Y. Data: 1913. Fonte: S.H.Y. Irish Athletics – Or Disagreeing with Himself. **The Lepracaun**: Cartoon Monthly, 1913.

**Imagem 21.** *Um pênis cabisbaixo*. Título original: *Crise de...homens*. Autoria: Elcias Lopes. Data: 1931. Fonte: LOPES, Elcias. Crise de...homens. **Fon-Fon**, ano 25, n. 44, 31 out. 1931.

**Imagem 22.** *A cruz de Oswaldo Cruz*. Título original: *Homens de sciencia*. Autoria: desconhecida. Data: 1905. Fonte: **O Malho**, ano 4, n. 126, 11 fev. 1905 (capa).

**Imagem 23.** *Limpo de excessos*. Título original: *Sabão Hygienico Ross*. Autoria: desconhecida. Data: 1932. Fonte: **Revista Almanach de Ross**, 1932.

**Imagem 24.** *Homens sibilizados*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: 1856. Fonte: **Novo Correio das Modas**, 1856.

**Imagem 25.** *O almofadinha*. Título original: *O almofadinha!* Autoria: desconhecida. Data: 1920. Fonte: **Jornal das Moças**, 1920.

**Imagem 26.** *O fresco*. Título original: *Fresca Theoria*. Autoria: desconhecida. Data: 1904. Fonte: **O Malho**, ano 3, n. 93, 25 jun. 1904.

**Imagem 27.** *A sufragista*. Título original: *Nothing for their panes*. Autoria: desconhecida. Data: 1912. Fonte: **Irish Citizen**, 1912.

**Imagem 28.** *A dominação feminina*. Título original: *The descent of man*. Autoria: desconhecida. Data: 1912. Fonte: **Irish Citizen**, 1912.

**Imagem 29.** *O grelo da melindrosa*. Título original: *Contra a cultura secca*. Autoria: desconhecida. Data: 1923. Fonte: **A Maçã**, ano 2, n. 58, 17 mar. 1923 (capa).

**Imagem 30.** *Pela eliminação dos homens*. Título original: *O maior inimigo – Cupido, o aproximador dos sexos, perseguido pelas sufragistas*. Autoria: J. Carlos [José Carlos de Brito e Cunha]. Data: 1914. Fonte: J. CARLOS [José Carlos de Brito e Cunha]. *O maior inimigo – Cupido, o aproximador dos sexos, perseguido pelas sufragistas*. **Careta**, ano 7, n. 317, 18 jul. 1914 (capa).

**Imagem 31.** *A salvadora da pátria*. Título original: *O “masculinismo” feminino*. Autoria: desconhecida. Data: 1913. Fonte: **O Gato**: Album de caricaturas, ano 3, n. 94, 1913.

**Imagem 32.** *Homens em trabalho de parto*. Título original: *The Birth of the Nation*. Autoria: Henry MacManus. Data: desconhecida. Fonte: DUFFY, Charles Gavan. **Young Ireland: A Fragment of Irish History, 1840-45**. Vol. I. London: T. Fisher Unwin, 1896a (frontispício).

**Imagem 33.** *O país e seus pais*. Título original: *Reading the Nation*. Autoria: Henry MacManus. Data: desconhecida. Fonte: DUFFY, Charles Gavan. **Young Ireland: A Fragment of Irish History, 1840-45**. Vol. II. London: T. Fisher Unwin, 1896b (frontispício).

**Imagem 34.** *O Cristo irlandês*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: 1914. Fonte: <<http://pearsemuseum.ie/easter-1916/pearse-addresses-a-crowd-at-dolphins-barn-august-1914-opw/>> Acesso: 06 fev. 2018.

**Imagem 35.** *Cena de uma peça teatral*. Título original: *O martírio de Tiradentes*. Autoria: Aurelio de Figueiredo. Data: 1893. Fonte: <[https://ensinarhistoriajoelza.com.br/stj/wp-content/uploads/2015/04/21e\\_O-martirio-de-Tiradentes.jpg](https://ensinarhistoriajoelza.com.br/stj/wp-content/uploads/2015/04/21e_O-martirio-de-Tiradentes.jpg)> Acesso: 06 fev. 2018.

**Imagem 36.** *Filhotes mamando na...filha*. Título original: *Um phenomeno curioso*. Autoria: desconhecida. Data: 1912. Fonte: **O Gato**: Album de caricaturas, ano 2, n. 30, 20 abr. 1912.

**Imagem 37.** *A morte a tiracolo*. Título original: *Fascinação*. Autoria: Belmonte [Benedito Carneiro Bastos Barreto]. Data: 1939. Fonte: BELMONTE [Benedito Carneiro Bastos Barreto]. **Caricatura dos Tempos**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

**Imagem 38.** *Meninos-homens*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: 1916. Fonte: CARETA. O entusiasmo militar no Paraná. **Careta**, ano 9, n. 401, 26 fev. 1916.

**Imagem 39.** *Menino bonito*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: 1916. Fonte: <[http://multitext.ucc.ie/d/Michael\\_Collins\\_wearing\\_the\\_uniform\\_of\\_the\\_Irish\\_Volunteers\\_1916](http://multitext.ucc.ie/d/Michael_Collins_wearing_the_uniform_of_the_Irish_Volunteers_1916)> Acesso: 6 mar. 2012.

**Imagem 40.** *Um herói nacional*. Título original: sem título. Autoria: O'Leary. Data: 1941. Fonte: **Our Boys**, abr. 1941 (capa).

**Imagem 41.** *O favorito*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: desconhecida. Fonte: <<http://pearsemuseum.ie/wp-content/uploads/2014/09/Frank-Dowling-in-his-costume-for-a-production-of-The-Boy-Deeds-of-Cuchulainn-by-Patrick-Pearse-June-1909.-OPW.jpg>> Acesso: 01 fev. 2018.

**Imagem 42.** *Meninos bonitos*. Título original: sem título. Autoria: desconhecida. Data: desconhecida. Fonte: <[https://www.indymedia.ie/attachments/apr2015/roger\\_casement\\_en\\_el\\_putumayo.jpg](https://www.indymedia.ie/attachments/apr2015/roger_casement_en_el_putumayo.jpg)> Acesso: 10 jan. 2018.

**Imagem 43.** *Puttolatria*. Título original: *Escabroso*. Autoria: desconhecida. Data: 1903. Fonte: KLIXTO [Calixto Cordeiro]. Escabroso. **O Malho**, ano 2, n. 28, 28 fev. 1903.

**Imagem 44.** *Perfeição em frente e verso*. Título original: *Heliogabalo*. Autoria: Seth [Álvaro Martins]. Data: 1911. Fonte: SETH [Álvaro Martins]. Heliogabalo. **O Gato**, n. 1, Rio de Janeiro, 1911.

**Imagem 45.** *João do Wilde*. Título original: *João do Rio*. Autoria: João do Rio. Data: 1907. Fonte: JOÃO DO RIO. João do Rio. **Fon-Fon**, ano 3, n. 7, 13 fev. 1909.

**Imagem 46.** *João do Rossio*. Título original: *João do Rio*. Autoria: J. Carlos [José Carlos de Brito e Cunha]. Data: 1910. Fonte: J. CARLOS [José Carlos de Brito e Cunha]. João do Rio [Desenho para matéria de VOL-TAIRE. Almanach das Glorias VI: João do Rio]. **Careta**, ano 3, n. 103, 21 maio 1910.

**Imagem 47.** *Flânerie camp(estre)*. Título original: *Aposta de ridículo em Tefé*. Autoria: Mário de Andrade. Data: 1927. Fonte: ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.